

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP**

Iara Cristina de Fátima Mola

**A ATIVIDADE DE TRABALHO DO REDATOR DE TEXTOS TÉCNICOS:
O QUE FAZ ESSE PROFISSIONAL INVISÍVEL?**

MESTRADO EM LINGUÍSTICA APLICADA E ESTUDOS DA LINGUAGEM

SÃO PAULO

2016

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP

Iara Cristina de Fátima Mola

**A ATIVIDADE DE TRABALHO DO REDATOR DE TEXTOS TÉCNICOS:
O QUE FAZ ESSE PROFISSIONAL INVISÍVEL?**

MESTRADO EM LINGUÍSTICA APLICADA E ESTUDOS DA LINGUAGEM

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo como exigência parcial para a obtenção do título de MESTRE em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem, sob a orientação da Profa. Dra. Maria Cecília Perez Souza-e-Silva.

SÃO PAULO

2016

Banca Examinadora:

Autorizo a divulgação do texto completo em bases de dados especializadas e a reprodução total ou parcial, por processos fotocopiadores, exclusivamente para fins acadêmicos ou científicos, desde que citada a fonte.

Dedico esta pesquisa a todos os redatores que, independentemente da designação com a qual se identificam e/ou pela qual se reconhecem, empreendem todos os esforços que estão (e que tantas vezes parecem não estar) ao seu alcance para dar a outros locutores a melhor voz de que são capazes.

Dedico a cada um daqueles anônimos profissionais da escrita que, não obstante não serem conhecidos tampouco reconhecidos pelos engenhosos textos que elaboram, não deixam de, a cada registro, materializar as suas melhores articulações, de assinalar o melhor do seu vocabulário para cada contexto nem de produzir como se assim o fizessem para si mesmos – o que, no fundo, é também aquilo que fazem.

A vocês, toda a minha admiração.

AGRADECIMENTOS

De certo, embora a minha crença de que tudo e todos contribuem – cada qual a seu modo – para as nossas melhores realizações, gostaria de evidenciar os nomes daqueles cujo grau de contribuição foi ainda mais significativo para que esta pesquisa se efetivasse. E é por isso que agradeço:

A Deus e aos estimados amigos espirituais, que me permitiram desfrutar uma experiência única e se manifestaram das mais diversas maneiras a fim de que eu não esmorecesse nessa empreitada, mas, antes, para que nela identificasse uma oportunidade para além dos redutos universitários, alcançando, quiçá, aqueles tantos outros com aos quais me irmano profissionalmente;

Aos meus pais, Cida e Luiz, que nos menores cuidados asseguraram a sua compreensão e o seu apoio incondicional, tantas vezes dividindo comigo o peso das responsabilidades assumidas e, na medida do (im)possível, tornando os meus dias e noites muito mais leves. O meu agradecimento a mamãe, por ser também o meu modelo de quem sempre empreende com muito capricho tudo o que faz, e o meu agradecimento a papai, cuja praticidade tanto me ajudou a resolver aqueles “imprevistos de última hora”;

Aos meus demais familiares e, em especial, a Alê e Paola, que desde sempre enxergaram o mestrado por meio da minha própria lente, cientes de que eu ingressava num sonho e de que, conquanto se tratasse de um sonho, a sua concretização tantas vezes exigiria renúncias reais;

Ao Hélio, Kaká, Keke e Kiki, que infelizmente negligenciei ao acreditar na incompatibilidade entre os anseios acadêmicos que eu alimentava e aquelas responsabilidades a que a Vida me convocava, mas que tiveram a paciência de me esperar até que eu finalmente aprendesse que, na verdade, todas as minhas conquistas só fazem sentido diante da possibilidade de compartilhá-las com eles;

À Menina, minha companheira mais fiel e inigualável, dotada de uma percepção que, mesmo não sendo humana, não a impediu de expressar toda a sua solidariedade a cada hora, tampouco de improvisar recursos e brincadeiras para aliviar tanto estudo solitário,

arrancando-me sorrisos ante a sua graça e perspicácia, mesmo nos instantes de cansaço extremo;

À Cecília, minha orientadora sempre atenta e incansável, que tanto investiu no meu conhecimento no decorrer desses dois anos, que desvendou perspectivas por meio das quais tanto aperfeiçoei o meu olhar sobre o mundo, e que despertou em mim uma habilidade como pesquisadora que, até então, eu simplesmente desconhecia;

À Silma, a quem tão carinhosamente me refiro como mãedrinha acadêmica, referência profissional e humana, que tão cativantemente me iniciou – e tantas vezes me sustentou – nesse fascinante universo da pós-graduação *stricto sensu*, colocando-me em contato com uma realidade que antes me parecia inalcançável;

Ao Sírio Possenti, Professor e Autor pelo qual sempre tive a maior admiração, que em 2013 surpreendeu-me deveras quando, na minha simples condição de fã do seu trabalho e ainda sem qualquer vínculo ao programa de Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem da PUC-SP, respondeu a um desprezioso e-mail que eu lhe enviara e, na demora de minha resposta, escreveu numa nova mensagem: “*Vc não responde?*”. Ao Sírio, a minha dupla gratidão por ele ter sido tão acessível a alguém que ainda não tinha nada de novo a lhe mostrar e, ao mesmo tempo, por ter sido o responsável pela proposta de uma ressignificação teórica que efetivamente permitiu a esse alguém o empreendimento de algo novo;

À Marcella, protagonista de uma trajetória que me inspirou e em quem também me inspirei, na qual identifiquei não apenas uma autoridade para me orientar em relação a tantas dúvidas (e foram muitas!), mas também a humildade que espero ter sido capaz de tomar como exemplo;

À Ana Raquel, cujo entusiasmo sempre me foi contagiante, e cuja atenta leitura da minha pesquisa me despertou para possibilidades que eu ainda não vislumbrara, mas que foram essenciais para os resultados a que pude chegar;

À Letícia, amiga-presente com quem dividi tantas expectativas e aflições no último ano, de quem recebi mais do que caronas até o metrô, mas a única com quem me vi no

mesmo barco, e a quem prometi que ainda riremos – juntas – de todas as dificuldades enfrentadas;

À Jacke, pelos comentários sempre tão vivos, pelas ideias que em diversas aulas me foram sugeridas, pelos materiais tantas vezes encaminhados, pelas perguntas tão pacientemente respondidas, pelo um semestre que estive à minha frente e que, para a minha sorte, só a deixou ainda mais apta a me auxiliar;

À Aline, atora social e redatora com quem estreitei laços de uma amizade sincera, sem a qual essa pesquisa não teria sido tão promissora, tampouco tão apaixonante para mim. O meu agradecimento singular a alguém cuja atividade de trabalho revelou tantas singularidades e que me permitiu abordar o exercício do redator de textos técnicos a partir daquilo que, para mim, ele tem de melhor;

À família-núcleo Forma Escrita, composta por Daniel, Kaká e VanVan, que não apenas estiveram entre os primeiros grandes fomentadores dos meus novos planos acadêmicos, como ainda me deram a oportunidade de atuar numa empresa onde nunca se perdeu a fé na Educação, colocando-me em contato com tanta, tanta gente de valor;

À LinkBrand, representada nas figuras de Eduardo e Gustavo, que compreenderam as minhas necessidades e prioridades, sem que eu precisasse escolher entre a minha atuação como mestrand-a-pesquisadora e como redatora-revisora de textos, quando ambas tanto se completavam;

Ao CNPq, pelo incentivo financeiro, que foi absolutamente indispensável, e à PUC-SP, pelo acolhimento e pelo espaço, do qual já sinto saudade.

A Arte de Ninguém

Ninguém escrevia
como ninguém.

E Ninguém achava
que o que escrevia
Pessoa Alguma sabia
O que queria dizer

Ninguém dizia
o que ninguém dizia,
Pois Ninguém sabia
o que era o saber
como ninguém

E Ninguém tentava o inusitado
Algo que Pessoa Alguma
jamais ousaria fazer

Ninguém era mais que todos
Porque ninguém era como Ninguém.
Ninguém estava em toda parte
E em lugar nenhum
Numa sábia ambiguidade
Que só Ninguém conhecia,
Num jogo de magia
Que Ninguém sabia ter

E o que Ninguém escrevia
Ninguém sabia ler
Porque Ninguém escrevia p'ra si
E p'ra mais ninguém.

(BORGES, 1999)

RESUMO

Presente nos mais diversos meios de comunicação, o redator de textos técnicos desenvolve uma atividade de trabalho sobre a qual pouco se sabe. Categorizado na Família dos Profissionais da Escrita segundo os critérios adotados pela CBO 2002, trata-se de um profissional que guardaria pouco parentesco com as demais ocupações desse agrupamento, cujas ações estão preponderantemente relacionadas ao fazer literário, e que também se distanciaria do redator de publicidade e do jornalista, embora a frequência com que tende a ser confundido com ambos. Em tal contexto, esta pesquisa tem por objetivo depreender a configuração da atividade de trabalho do redator de textos técnicos e, mais particularmente, de determinado tipo de redator cuja característica constitutiva é o anonimato. Contemplando a rubrica “redator de textos técnicos” que abriga profissionais que enunciam as vozes de outros locutores e visando a conferir-lhes um pouco mais de visibilidade, recorreremos à articulação entre os pressupostos teóricos da Ergologia e da Análise do Discurso de vertente enunciativa a partir, respectivamente, da noção de atividade de trabalho, tal como formulada por Yves Schwartz (2007; 2011), e de autoria, como proposta por Sírio Possenti (2009a; 2009b). O procedimento metodológico mobilizado está centrado, principalmente, no método da autoconfrontação (VIEIRA; FAÏTA, 2003), que busca confrontar os protagonistas do trabalho – no caso, uma redatora de textos técnicos – a suas atividades e discursos. Tal método foi adaptado para este estudo mediante a instalação de um *software* para a captura de teclas digitadas no computador, tendo em vista a preocupação em depreender as etapas de uma atividade de trabalho essencialmente intelectual. Por meio da análise de um material que reuniu questionário, textos elaborados em situação de trabalho, relatórios gerados pelo *software* e a fala da própria protagonista sobre a sua atividade de trabalho, foi possível depreender as especificidades de uma atuação bastante singular, que vai além das normas prescritas e que revela não apenas os *debates de valores e usos de si* que perpassam sua atividade, como também um *estilo* próprio e *indícios de autoria* diretamente associados a esses mesmos valores.

Palavras-chave: Redator de textos técnicos; Ergologia; Análise do Discurso de tradição francesa

ABSTRACT

Present in several means of communication, the technical copywriter develops a professional activity which is not widely known. Categorized within the family of the Writing Professionals, according to the criteria established by CBO 2002 – *Classificação Brasileira de Ocupações/Brazilian Categorization of Occupations*, this is a professional who would be remotely related with the other occupations in the same group, whose actions mostly have to do with literary activities; and also far from the advertising copywriter and the journalist. Still, people tend to be confused when telling the technical copywriter apart from those two. In such a context, this study aims to fathom the configuration of the professional activity of the technical copywriter and, in particular, a certain type of copywriter whose constitutive characteristic is anonymity. By contemplating the category “technical copywriter”, which comprises professionals that enunciate the voices of other speakers, and aiming to give them some more visibility, we resorted to the articulation between the theoretical assumptions of Ergology and Enunciative Discourse Analysis, according, respectively, to the notions of professional activity as stated by Yves Schwartz (2007; 2011) and of authorship, as proposed by Sírio Possenti (2009a; 2009b). The mobilized methodological procedure is focused, particularly, in the self-confrontation method (VIEIRA; FAÍTA, 2003), which aims to confront the protagonists at work — in the present case, a technical copy writer — with their activities and discourses. The method was adapted to this study thanks to a keystroke capture software that was installed on a computer so as to fathom the stages of a professional activity which is essentially intellectual. By analyzing materials comprised of a questionnaire, texts that were elaborated during a professional situation, reports generated by the software and the speech of the protagonist herself about her professional activity, it was possible to comprehend the specificities of a very particular activity, which goes beyond the prescribed regulations and reveals not only the *debate of values* and the *uses of the self* that permeate her activity, but also a particular *style* and *evidence of authorship* directly associated with those same values.

Keywords: Technical copywriter; Ergology; French School of Discourse Analysis

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

<i>A diversidade de (invisíveis) atuações atribuída a um mesmo protagonista e a questão do trabalho</i>	14
<i>É do contratante ou do redator? – a velha-atual discussão sobre a autoria e o viés discursivo</i>	24
<i>A inserção desta pesquisa em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem, objetivos e perspectiva teórico-metodológica</i>	28
1. CONTEXTO SÓCIO-HISTÓRICO	32
1.1 Em busca de um “lugar” para o redator: uma breve apresentação	32
1.2 A narrativa da CBO: o quê, para quê e como	34
1.3 O redator nas publicações da CBO: quando, onde e por quê	36
<i>1.3.1 Na versão de 1994</i>	36
<i>1.3.2 Na versão de 2002</i>	46
1.4 Redatores de textos técnicos, de publicidade e jornalistas: uma descrição desses “personagens”	57
<i>1.4.1 Redatores de textos técnicos “versus” redatores de publicidade</i>	59
<i>1.4.2 Redatores de textos técnicos “versus” jornalistas</i>	70
1.5 Das prescrições para um redator (des)locado: subsídios para esta pesquisa . 79	
2. METODOLOGIA	81
2.1 Dispositivo metodológico-ergológico	81
<i>2.1.1 A importância de colocar em palavras uma atividade que as utiliza</i>	81
<i>2.1.2 O método da autoconfrontação: o quê, por quê e para quem</i>	83
<i>2.1.3 Por trás das câmeras: o desafio à captação do trabalho, o desconforto dos protagonistas e a adaptação do método</i>	86
<i>2.1.4 Spymaster: a promessa de um monitoramento infalível</i>	91
<i>2.1.5 Os atores da atividade: da gestão de imprevistos à definição de uma única protagonista</i>	97
<i>2.1.6 Questionário: um único recurso para um triplo propósito</i>	107
3. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	111
3.1 Noções em torno da atividade de trabalho, esta ilustre desconhecida	111

3.1.1 <i>Do polo mercantil ao polo político: um intervalo para considerações oportunas</i>	113
3.1.2 <i>Das normas antecedentes à renormalização: aspectos constitutivos da atividade</i>	118
3.1.3 <i>Usos de si, dramáticas e renormalizações na atividade do redator de textos técnicos</i>	121
3.2 Análise do Discurso: as múltiplas possibilidades de uma disciplina híbrida	124
3.2.1 <i>Da autoria e das três dimensões da noção de autor aos indícios de autoria – um primeiro lugar para o redator</i>	126
3.2.2 <i>Enunciação, autoria e estilo: resignificando categorias</i>	132
3.2.3 <i>Indícios de autoria: um “como” para além de um “o quê”</i>	136
4. ANÁLISE	145
4.1 Da constituição do corpus	145
4.2 Da prescrição à realização: a necessária reconstituição da atividade a partir dos relatórios	146
4.3 Sobre a redação do texto 1: uma análise para além do que se lê	152
4.3.1 <i>As prescrições para a atividade</i>	152
4.3.2 <i>Vazio de normas: a insuficiência das prescrições para o exercício do redator</i> .	154
4.3.3 <i>Do processo aos resultados: o debate de valores que atravessa a atividade</i>	156
4.4 Sobre a redação do texto 1: o emergir de novas singularidades	183
4.4.1 <i>Considerações acerca do estilo e resignificação das escolhas</i>	183
4.4.2 <i>Dos indícios de autoria: uma análise sobre o como</i>	193
4.5 Um “salto” para o texto 3: da redução da maioria à legalização da maconha	214
4.6 Autoconfrontação: com a palavra, a redatora	247
CONSIDERAÇÕES FINAIS	274
REFERÊNCIAS	219
ANEXO A	289
ANEXO B	291
ANEXO C	297
ANEXO D	303
ANEXO E	311
ANEXO F	316

ANEXO G	321
ANEXO H	328
ANEXO I	338

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A diversidade de (invisíveis) atuações atribuída a um mesmo protagonista e a questão do trabalho

[...] Há pessoas que se sentem pouco à vontade com o que deveriam dizer se dissessem a verdade sobre seu trabalho, porque sentem um pouco de vergonha. Outras, ao contrário, têm orgulho e o proclamam fortemente porque isto lhes serve de adereço, de tomada de contato com a sociedade de maneira mais valorizadora. Por outro lado, alguns se sentem muito infelizes porque não podem dizer nada, eventualmente até porque, se o dissessem, não se compreenderia nada [...] (SCHWARTZ; DURRIVE, 2007, p. 233).

“— *E o que você faz?*”

Não importa se a nossa apresentação atende a uma finalidade pessoal, profissional ou, por exemplo, acadêmica: culturalmente, logo na sequência do próprio nome – e, a depender do contexto, da menção à nossa idade –, surge o questionamento acerca daquilo em que atuamos e pelo que somos financeiramente remunerados, sendo a partir dessa resposta que frequentemente se desdobrarão outros tantos possíveis encaminhamentos da interação, cujos efeitos não podemos prever.

A propósito dessa pergunta desencadeadora, Revuz (SCHWARTZ; DURRIVE, 2007, p. 232) considera que ela corresponde ao *objeto psíquico do trabalho* ao qual intitula “dimensão do ser”, isto é, a dimensão subjacente a todos os enunciados identificadores que se podem produzir a partir do trabalho e que se configuram como marcadores sociais extremamente importantes na relação com o outro. E, ainda que essa designação da atividade exercida seja algo relativamente exterior à atividade em si, a psicóloga clínica e psicanalista adverte que se trata de algo muito prenhe nas interações sociais e na maneira como estas se desenvolverão, determinando muitas coisas – a depender, inclusive, do quanto uma profissão pode ou não se revelar mais ou menos valorizadora num momento histórico específico.

Para ilustrar o quanto podemos nos sentir pouco à vontade no que concerne a verbalizar qual é o nosso trabalho, Revuz (SCHWARTZ; DURRIVE, 2007, p. 232) cita o exemplo de alguém que era especialista atuarial. Por mais que se tratasse de uma profissão altamente qualificada¹ e que, portanto, pudesse ser igualmente valorizadora,

¹ De acordo com a definição da Fabasa, Fundação de Assistência Social e Seguridade da Embasa – Embasa é Empresa Baiana de Águas e Saneamento S.A. –, “[...] o atuário é o profissional responsável pelo estudo, análise e quantificação dos riscos atuariais nos planos de benefícios administrados pela EFPC [Entidade Fechada de Previdência Complementar], desenvolvendo modelos matemáticos e

ela “não servia para nada”, pois as pessoas não saberiam dizer qual a sua utilidade, tampouco o que um especialista atuarial efetivamente fazia.

Mas e quanto a um redator: será que elas saberiam dizer o que ele faz?

Embora no início esta pesquisa tenha se originado mais notadamente a partir de um anseio pessoal, dada a nossa própria experiência como redatores há mais de dez anos, a compreensão a respeito daquilo que o redator faz expandiu-se do seu caráter particular para ganhar uma proporção significativamente mais ampla: desde então, constatamos um universo de outros tantos redatores incomodados não apenas em razão da sua própria dificuldade em explicar a contento o que é seu trabalho, mas sobretudo pela falta de entendimento manifestada pelos seus mais diversos interlocutores ante a resposta “*Eu sou redator*”. Via de regra, o que se verifica nesses instantes é uma exclamação muito breve – e simpática –, seguida de uma interrupção ainda mais rápida do que a exclamação – possivelmente, uma daquelas buscas que a mente empreende com ligeireza, à procura de alguma referência entre os arquivos da própria memória – e antecipatória de uma segunda pergunta: “*Legal!... Então você trabalha em uma agência de publicidade?*”.

De certo, atuar em uma agência está entre as possibilidades de trabalho de um redator – ainda mais quando ele realmente se especializou como um redator de publicidade. E, haja vista toda a magia e o *glamour* direta e/ou indiretamente fomentados como aspectos intrínsecos ao mundo da Publicidade – em que renomados prêmios internacionais anunciam anualmente novas genialidades e seus respectivos diferenciais nos múltiplos meios e abordagens que o segmento por si só propicia –, declarar-se redator publicitário pode ser o suficiente para suscitar uma apreciação valorizadora em seu meio social. Em havendo a necessidade, nomes de redatores publicitários como Washington Olivetto e Celso Loducca, sobre quem a maioria de nós possui alguma referência, poderiam ser facilmente retomados como modelos mais expressivos. Assim, esse profissional não precisaria oferecer explicações mais elementares em torno da sua atividade, uma vez que a sua representação já se encontraria socialmente pré-construída, situada num lugar específico e, por que não dizer, vinculada a uma imagem de prestígio, uma vez que – ao menos no imaginário coletivo – as agências de publicidade despontam como aqueles locais de trabalho mais

estatísticos para avaliar a implicação financeira de eventos futuros e incertos relacionados aos planos. O atuário realiza o cálculo das reservas matemáticas e do custo dos planos, determinando o fluxo de recursos necessários para garantia de sua liquidez, equilíbrio e solvência” (FUNDAÇÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E SEGURIDADE DA EMBASA, 2016).

descontraídos, marcados por uma rotina agitada e na qual não existiriam limites para o exercício da criatividade, além de pagadoras de altos salários.

Todavia, não estamos nos reportando a esse tipo de redator, acerca do qual, aliás, já identificamos muitos estudos acadêmicos². E, em não sendo este o tipo de redator que o interlocutor vislumbra à sua frente, ele geralmente se vê obrigado a uma nova tentativa, embasado por uma segunda associação também recorrente no senso comum: “Ah... *Então você é jornalista?...*” – e aí parece que as suas possibilidades de acerto finalmente se esgotam.

De fato, a fusão que se costuma estabelecer entre o redator e o jornalista é uma das que mais se repetem. Os dicionários, por exemplo, tomam um pelo outro, tal como podemos verificar no Grande Dicionário Houaiss (2012, grifos nossos): redator³: “1 que ou pessoa que redige 2 diz-se de ou *profissional que escreve para jornal, revista, etc.*”; jornalista⁴: “que ou aquele que *trabalha como redator, repórter, colunista ou diretor em órgão da imprensa, ou programa jornalístico no rádio ou na televisão*”.

De acordo com Possenti (2012b), os dicionários não “criam” palavras nem sentidos: registram, sim, as suas diversas acepções já postas em circulação no meio social. Desta forma, a confusão entre redatores (que “escrevem para jornal”) e jornalistas (que “trabalham como redatores”) remonta a outras origens que não aos dicionários, mas sobre as quais não nos aprofundamos a fim de nos focarmos mais no atual trabalho do redator do que nas ocorrências históricas que provavelmente esclareceriam o porquê de a sua atividade ser frequentemente assimilada como a de jornalista. Do que já sabemos, no entanto, podemos anteciper que, conforme teremos ocasião de analisar no Contexto Sócio-Histórico, existem distinções expressivas entre a atividade de trabalho do redator e a do jornalista, sendo que para este último também já foram dedicadas inúmeras pesquisas acadêmicas. E, até mesmo pela visibilidade que essas pesquisas denotam e contribuem para aumentar em relação a quem são e o que

² A esse propósito, um dos estudos que mais chamaram nossa atenção foi o publicado por Fábio Hansen, publicitário (UPF) e doutor em Letras (UFRGS), na obra “(In)verdades sobre os profissionais da criação: poder, desejo, imaginação e autoria”, na qual, como se vê, o Professor também contempla a discussão em torno da *autoria*.

³ REDATOR. In: GRANDE DICIONÁRIO Houaiss da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Instituto Antônio Houaiss, 2012. Disponível em: <<http://houaiss.uol.com.br/busca?palavra=redator>>. Acesso em: 18 jul. 2015.

⁴ JORNALISTA. In: GRANDE DICIONÁRIO Houaiss da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Instituto Antônio Houaiss, 2012. Disponível em: <<http://houaiss.uol.com.br/busca?palavra=jornalista>>. Acesso em: 18 jul. 2015.

fazem esses profissionais⁵, apresentar-se como um redator jornalístico é algo que, muito possivelmente, também despertaria nos interlocutores alguma percepção de valor. Afinal, não faltam referências de grandes jornalistas que conquistaram fama e prestígio diante de um imenso público de leitores identificado com a escolha dos seus temas, estilo e abordagem, seja nos cadernos de notícias, seja nas seções de artigos de opinião. Entretanto, também não é a esse tipo de redator que fazemos menção.

Mas, se não em uma agência e menos ainda dentro da redação de um jornal, nem criando textos publicitários e tampouco os jornalísticos, onde é que um redator poderia atuar e o que mais poderia fazer?

É precisamente aí que se concentra o objeto do nosso interesse. A contar pela nossa própria trajetória, o redator pode ser aquele profissional que atua, por exemplo, em uma editora voltada à educação infantil, redigindo conteúdos didáticos que, conquanto sejam elaborados por ele em sua maior parte, a partir da sua própria pesquisa e até mesmo do seu conhecimento referente a uma área mais específica (por exemplo, Redação e Língua Portuguesa), têm a sua autoria exclusivamente atribuída a um corpo técnico pedagógico – do qual o redator não faz parte. Pode ser também que, entre tantas outras possibilidades, ele crie quadrinhas, poemas, fábulas e contos infantis, bem como textos introdutórios, entrevistas, biografias, artigos, coberturas de eventos e apresentações institucionais – porém, apesar de todo o seu investimento para abarcar produções tão distintas, nada disso lhe “pertence”, por assim dizer: tamanho material é de propriedade registrada da editora, que contrata o redator justamente para que ele lhe preste serviços dessa natureza.

O redator pode ser o profissional que escreverá em nome daqueles que ocupam altos cargos em uma empresa, dirigindo-se de diferentes maneiras a, por exemplo, renomadas personalidades já conhecidas do grande público ou a autoridades de diferentes segmentos, conquistando adesões pela *singularidade* das suas abordagens, promovendo parcerias que se iniciam mediante a sua habilidade argumentativa e recebendo apreciações que, embora correspondam ao exercício do seu trabalho, são dedicadas àqueles em nome dos quais essas mensagens foram enviadas. E o redator pode ser o profissional que escreverá em nome dessas próprias personalidades e autoridades, pelas quais os seus textos poderão ganhar projeção.

⁵ Entre as mais expressivas a que tivemos acesso, destacamos, sem dúvida, a pesquisa intitulada “O perfil do jornalista e os discursos sobre o jornalismo: um estudo das mudanças no mundo do trabalho do jornalista profissional em São Paulo”, de Roseli Fígaro.

A propósito das últimas décadas, com a popularização da internet e o advento do marketing digital, o redator pode, ainda, ser aquele profissional *freelancer* que produz os mais diversos conteúdos para sites e redes sociais, incorporando as “visões”, as “missões” e os “valores” de pessoas físicas e jurídicas pertencentes a universos completamente distintos entre si, aos quais ele dá forma por meio de conteúdos que expressem as particularidades e os objetivos de cada uma, visando ao que hoje o mercado passou a chamar de “resultados de negócios”. E pode ser que, em cada uma dessas frentes (aqui ilustradas por meio da nossa própria prática ao longo dos últimos dez anos), o redator veja fragmentos dos seus registros serem citados, reproduzidos, retomados. Contudo, essas redações serão sempre tomadas como “obras” daqueles a quem se vincula a sua articulação. Somente vez ou outra é que, por alguma dessas “eventualidades” (ou curiosidades/interesses de natureza jornalística), chega-se à fonte da qual a escrita se originou, tal qual ocorreu com o jovem redator dos discursos de Obama, Jon Favreau. De acordo com matéria publicada originalmente no El País (REDATOR..., 2009), semanas antes do discurso de posse do novo presidente norte-americano, o porta-voz de Barack Obama teria se reportado a Favreau nestes termos: “Você percebe que o que está escrevendo as pessoas vão pendurar em cartazes em seus quartos?”.

Não resta dúvida de que a responsabilidade de escrever passando-se por outra pessoa é imensa, tanto quanto não resta dúvida de que, entre outros “não ditos” daquilo que o porta-voz de Obama questionou de Favreau, estava o fato de que os destacamentos do seu discurso não seriam pendurados na parede com a imagem do seu redator, tampouco circulariam na sociedade com menções àquele que o produziu. E espera-se que seja assim: não importa que Jon Favreau tenha sido alçado à notícia pelos jornais norte-americanos, os célebres discursos de Obama continuarão circulando entre a nação norte-americana e o mundo exatamente desta maneira: como “os discursos de (autoria de) Obama”. O anonimato desse profissional se constitui como elemento característico da sua própria atividade, não sendo do nosso interesse, portanto, discutir as origens desse anonimato em si, tampouco as razões pelas quais ele deveria/deve – ou não – ser preservado. O que efetivamente chama nossa atenção é que, não fosse Jon Favreau ter sido alçado do seu anonimato pelos jornais norte-americanos, o tipo de trabalho exercido por ele permaneceria privado de grandes ou maiores atenções, tal como – ao menos no Brasil – ele ainda o é.

Conforme podemos observar, todas as possibilidades de laboração do redator – entre as quais pincelamos somente alguns exemplos – não remetem à imagem socialmente já pré-construída daquele profissional alocado em uma agência de publicidade ou do departamento de redação de um jornal, não obstante poderem existir algumas similaridades entre uma atividade e outra. Em relação à agência publicitária, por exemplo, sabemos que os clientes contratam o desenvolvimento de peças/campanhas que comunicam ideias em nome das suas marcas, produtos ou serviços para conquistar o engajamento do público consumidor, e neste sentido identificamos uma grande proximidade com a prática do redator que nos interessa, pois também aludimos a um especialista contratado com a finalidade de enunciar em nome de alguém ou alguma coisa para uma determinada coletividade, visando a uma determinada ação. Em contrapartida, essa atuação, por si só, já propõe um distanciamento entre a função desse redator e aquilo que tende a ser o papel do jornalista no seu exercício mais usual, já que, neste caso, embora contratado por um jornal (revista, editora, etc.) para também se dirigir a um conjunto de leitores, o jornalista não escreve em nome da pessoa pela qual foi admitido (ou seja, não se passa por ela), mas, sim, registra fatos ou emite opiniões que, via de regra, exibem seu nome.

Assim, se antes já poderíamos destacar como uma primeira justificativa para esta pesquisa aquilo que seria uma incompreensão geral acerca do que um redator efetivamente faz, é na imersão do trabalho do redator que enuncia em nome de outros locutores que encontramos uma razão ainda mais consistente para pretender ampliar as possibilidades em torno da sua atividade, pois, se o redator publicitário e o jornalista já conquistaram visibilidade (inclusive nas pesquisas acadêmicas) e desfrutaram algum prestígio social, o redator a que nos referimos ainda prevalece invisível.

Diante disto, como é que esse redator poderia, em uma única frase, responder ao seu interlocutor sobre qual é o seu trabalho e por ele intencionar se fazer entender, sem necessitar improvisar outras tantas respostas que também não lhe ofereceriam qualquer garantia de apreensão por parte do outro? Sem enfrentar a mesma dificuldade do especialista atuarial exemplificado por Revuz (SCHWARTZ; DURRIVE, 2007, p. 233), sobre o qual a psicanalista acrescenta: “[...] ele era obrigado a dar explicações que as pessoas não escutavam.”? Como esperar que, ao dizer que simplesmente “escreve”, essa resposta não soe demasiado reducionista, já que escrever seria a síntese de todo um processo do seu trabalho que acreditamos ser muito mais complexo, do qual a sua redação final seria tão somente a última etapa? E mais: como ele poderia se satisfazer

com essa apresentação que constitui não apenas o objeto psíquico do trabalho, como também a sua própria identidade, inserindo-o nas suas relações sociais, se ela mesma ainda não circunscreve – tampouco legitima – a sua ocupação num determinado lugar cujo conhecimento já seja compartilhado socialmente?

De certo que, particularmente em relação às três primeiras perguntas do parágrafo anterior, cumpre-nos resgatar *a concepção de língua, o papel do autor e a forma de caracterização do contexto* sob a perspectiva da Análise do Discurso de linha francesa, tal como Possenti (2004 apud SOUZA-E-SILVA, 2011) propõe antes de retomar os princípios da *primazia do interdiscurso* e da *interincompreensão* estabelecidos por Maingueneau (2008), avançando as discussões acerca da dificuldade que os trabalhadores têm em dizer aquilo que fazem. Isto porque, uma vez que a Análise do Discurso francófona postula “[...] a noção de uma língua polissêmica e opaca, a de um autor/sujeito que diz sempre mais, menos ou outra coisa em relação ao que queria dizer (em virtude dos efeitos da ideologia, do inconsciente) e a de contexto como um conjunto de ingredientes contraditórios e heterogêneos” (SOUZA-E-SILVA, 2011), dilui-se, entre outros “ideais linguísticos”, qualquer possibilidade de que bastaria a sua intenção de se fazer entender de maneira clara e homogênea para que o redator (ou qualquer outro enunciador) fosse bem-sucedido. Dada a própria multiplicidade dos sentidos e dos seus efeitos entre os falantes, seria utópica qualquer “garantia” de que uma mensagem poderia sair de um emissor e chegar ao seu destinatário sendo por este apreendida exatamente do modo como aquele pretendeu, ou mesmo interpretada de uma única maneira, como se nesse esquema comunicacional não houvesse uma série de variáveis.

De qualquer forma, ainda que ao se declarar um “redator” fosse de se esperar que o seu interlocutor pouco ou nada soubesse sobre o seu trabalho real, nada impediria que este vislumbrasse algumas referências daquilo a que corresponderia o exercício desse redator, caso algum conhecimento mais expressivo acerca da sua profissão já fosse socialmente compartilhado. Neste caso, esse ator social provavelmente contaria com outra receptividade à sua profissão, desobrigando-se de tentar fornecer dados mais elementares relativos à sua atuação, a exemplo de alguém que se apresente como professor.

Nos Estados Unidos e na França, por exemplo, um profissional como o redator dos discursos de Barack Obama recebe o nome de “ghost writer”, sobre o qual também se pressupõe que já exista alguma imagem pré-construída nessa sociedade. De acordo

com Pati (2012), o “ghost writer” corresponderia àquele profissional que “[...] escreve textos, livros e até discursos que serão assinados por outras pessoas”, sendo comum em países como Estados Unidos e Inglaterra, apesar de pouco explorado no Brasil. Dois anos mais tarde, Trombini (2014) registraria: “[...] a ocupação [de “ghost writer”] é quase desconhecida, e o pouco que se sabe sobre seu mercado é especulação”.

A contar pela definição, “ghost writer” seria, sem dúvida, uma denominação bastante apropriada para o tipo de redator sobre o qual desenvolvemos esta pesquisa. A invisibilidade que se revela cada vez mais inerente à sua atuação se alinharia perfeitamente à própria constituição de um fantasma, tomado como alguma coisa que habitaria o “outro mundo”⁶ e cujas aparições seriam registradas somente por algumas pessoas – com a “desvantagem” de que, para a ciência, estas se encontrariam sob profundo estresse psicológico ou já teriam sido diagnosticadas com distúrbios neurológicos e psiquiátricos, dada a comprovação científica de que fantasmas não existem (RINCON, 2014). Desta perspectiva – e metaforicamente –, estaria este redator destinado a ser “visto” somente por aqueles que lhe fossem muito próximos (a exemplo de seus familiares e amigos mais chegados) e pelos colegas de profissão, vivendo num “mundo à parte” das relações sociais, onde o seu trabalho estaria fadado ao não reconhecimento, até mesmo por “não existir” como algo assumidamente produzido por ele?

Ocorre que, apesar da designação que poderia atender aos nossos anseios no que tange ao exato nome desse redator a que nos reportamos, e apesar de o redator dos discursos de Obama ter graduação em Ciências Políticas (REDATOR..., 2009), o fato é que, no Brasil, a profissão de “ghost writer” já corresponde a uma outra imagem socialmente construída, vinculada aos escritores-fantasmas de livros e mais frequentemente associada a um trabalho empreendido por jornalistas formados, o que denota as distinções de pré-requisitos – e de “imagem” – que esse tipo de especialista pode vir a assumir, a depender do contexto cultural. Além disso, embora a pesquisa em torno do “ghost writer” pudesse nos levar a outros proveitosos aprofundamentos, o fato é que optamos por delimitar a nossa busca em torno de informações que remetessem à atividade de trabalho desse redator e a categorizassem em território nacional, de modo que conseguíssemos lograr o acesso a normas/prescrições/instruções/leis trabalhistas

⁶ Fantasma: “[...] 3 suposta aparição de pessoa morta ou de sua alma; assombração, espectro, alma do outro mundo, pirilampagem [...]” (FANTASMA, 2012).

que embasassem – ainda que minimamente – o exercício dessa profissão e, então, pudéssemos partir de alguma dessas antecipações para confrontá-la na prática.

Foi desta maneira que procuramos referências primeiramente no site do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), vindo a conhecer a base de dados da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), documento normalizador do MTE que identifica as ocupações no mercado de trabalho para fins classificatórios junto aos registros administrativos e domiciliares (CBO, 2002). Na CBO, todavia, não encontramos mais do que dois títulos com os quais o redator se classificava: o *redator de publicidade*, pertencente à Família Ocupacional dos Profissionais da Publicidade – que, além do que já mencionamos nestas considerações, dispõe de normas regulamentadoras para o exercício da sua atividade –, e o *redator de textos técnicos*, que pertence à Família dos Profissionais da Escrita – do qual pouco se diz, conforme teremos ocasião de analisar no Contexto Sócio-Histórico desta pesquisa. A única ressalva importante para esta introdução diz respeito aos sinônimos pelos quais, de acordo com a CBO 2002, o redator de textos técnicos também poderia ser conhecido: “redator de anais”, “redator de jornal”, “redator de manuais técnicos”, “redator de textos científicos” ou “redator de textos comerciais”.

No mais, conquanto a informação de que o documento seria constantemente atualizado, não consta qualquer registro para “redator de web”, “redator on-line”, “redator/produtor de conteúdo” ou “webwriter” – como costumam ser chamados esses redatores anônimos que escrevem diferentes materiais publicados na internet⁷ –, nada para a designação “redator” – o que poderíamos tomar como uma identificação mais abrangente –, tampouco para “ghost writer”.

Na ausência de outra identificação que abarcasse de maneira mais ampla as múltiplas possibilidades de atuação desse redator, e privilegiando proposições advindas de uma instância como o Ministério do Trabalho e Emprego, elegemos o *redator de textos técnicos* como o profissional acerca do qual continuaríamos os nossos estudos, entendendo que, até mesmo pela impossibilidade de catalogar o profissional a que vimos nos referindo dentro das definições que a CBO 2002 reserva à Família dos Publicitários – e, por conseguinte, ao redator de publicidade –, ele estaria automaticamente associado a esse agrupamento pertencente aos profissionais da escrita,

⁷ Não há registro para “redator web”, muito embora a CBO apresente, por exemplo, o “webmaster” (analista de sistemas web), o “webdesigner” (desenhista de páginas da internet), o “editor de web” e o “repórter de web” (os dois últimos, profissionais da Família Ocupacional dos jornalistas).

embora a nossa dificuldade de compreender com exatidão aquilo que o documento normalizador do MTE entende como “textos técnicos”. Afinal, se um dos sinônimos pelos quais o redator de textos técnicos pode ser conhecido é justamente o de “redator de textos comerciais”, não seria mais apropriado que a sua designação geral se estendesse para além da especificação de uma única modalidade textual, contemplando um campo mais abrangente?

No caso do redator de publicidade, por exemplo, é evidente a associação que se faz entre o profissional e a área em que ele atua, dentro da qual existem diferentes tipos de gêneros textuais: anúncio, cartaz, filmete, *jingle*, *outdoor/busdoor/bikedoor/taxidoor*, panfleto, spot, etc. (COSTA, 2009). Em relação ao redator jornalístico, o seu exercício também se relaciona à área em que ele se insere, na qual existem notícias, reportagens, editoriais, crônicas, artigos, entrevistas, etc. Mas e quanto ao redator de textos técnicos, textos estes cuja definição a CBO não apresenta? A que eles remeteriam, sobretudo numa apresentação pessoal: a textos centrados em profissões e trabalho; a textos “técnico-científicos”? E por que, por exemplo, entre os sinônimos pelos quais esse profissional pode ser identificado, está o de “redator de jornal”, se os textos técnicos e os textos jornalísticos se constituíam por elementos bastante distintos entre si?

De todo modo, apesar dos conflitos conceituais naturalmente suscitados pelo nome dado a esse tão desconhecido profissional, e na impossibilidade de encontrar na CBO 2002 uma outra designação que contemplasse o que fazem esses redatores que não atuam em agências de publicidade ou jornais, adotamos a rubrica “redator de textos técnicos” a fim de nos reportar ao protagonista da nossa pesquisa, tendo nele representadas as possibilidades de atividades que citamos ao longo destas considerações, sendo todas elas empreendidas por um redator constitutivamente anônimo/invisível, enunciador das vozes de seus contratantes para atender às mais diversas finalidades, responsável pelo desenvolvimento de um trabalho muito procurado, mas socialmente desconhecido – e, por conseguinte, desprovido de qualquer privilégio ou *status* que o alçassem da sua invisibilidade –, acerca do qual até mesmo o documento normalizador do Ministério do Trabalho e Emprego tem pouco ou quase nada a dizer, conforme verificaremos ao longo do Contexto Sócio-Histórico.

É do contratante ou do redator? – a velha-atual discussão sobre a autoria e o viés discursivo

De acordo com Maingueneau (2013, p. 163) acerca da noção de “polifonia”, “[...] quando um locutor fala, ele não se contenta em expressar suas próprias opiniões; ao contrário, ele faz ouvir diversas outras vozes, mais ou menos claramente identificadas, em relação às quais ele se situa”. Mas e quanto à atividade de trabalho do redator de textos técnicos, cujo exercício já se configura pela “apropriação” das diversas vozes cujas opiniões ele expressa durante a sua produção textual, preservando a sua condição de enunciador anônimo? Neste caso, poderíamos já assegurar, inversamente, que ele também não se contentaria em materializar linguisticamente tão somente as vozes dos outros, introduzindo a sua própria entre elas?

Supondo ainda que esse redator realmente se abstinhasse de *colocar algo de si* no desenvolvimento da sua atividade (o que a abordagem ergológica contestará em seus princípios, partindo do pressuposto de que toda *escolha* – e aqui evidenciamos a de natureza linguística – se dá em nome daquilo que é mais ou menos preferível (SCHWARTZ, 2011, p. 141), e o que a abordagem discursiva também refutará, uma vez que no discurso não existe neutralidade), isso significaria, então, que o *autor* do seu texto seria aquele em nome do qual se efetuou tal demanda (pessoa física ou jurídica)? Ou, ao contrário, não importam os locutores de quem procedam os objetivos da redação nem aquelas figuras das quais emanem as ideias que a fundamentarão, a *autoria* do texto pertenceria indiscutivelmente àquele que articulou ideias e objetivos num determinado sentido e que poderia, portanto, reivindicar a produção como sua?

Sobretudo na “era da internet”, em que as consultas antes predominantemente realizadas nos espaços físicos das bibliotecas passaram a concorrer com a facilidade de mecanismos de busca on-line – advindo, em consonância com a popularização desta mesma facilidade de acesso, a compreensão de que “tudo é de todo mundo” –, a web se tornou uma grande (se não a maior) fonte de pesquisa a respeito de todos os conteúdos imagináveis, à qual a imensa maioria dos redatores (se não todos) recorre à procura de esclarecimentos e/ou elementos que possam ser devidamente aproveitados para a sua composição textual. E, embora Maingueneau (2015, p. 175) também chame atenção a esse respeito, considerando que “[...] a própria noção de redação individual é afetada”, pois cada vez mais “[...] consiste em combinar e modificar em graus variáveis trechos recortados da Web ou fragmentos da memória do computador, e não em produzir, passo

a passo, um texto totalmente novo que exporia o pensamento do locutor”, a verdade é que, para um expressivo número de redatores, essa “propriedade” em torno da sua redação se revela especialmente importante.

Foi contemplando esse cenário que chegamos à conclusão de que, para apreender o que configura o *saber-fazer* da atividade de trabalho do redator de textos técnicos, a discussão em torno da *autoria* seria fundamental. Para tanto, incentivamos ainda pelo acompanhamento dessas discussões promovidas dezenas de vezes como trocas profissionais entre diversos integrantes que compõem quatro grupos que acompanhamos no Facebook, todos eles voltados a redatores: o grupo fechado “Redatores, roteiristas, diretores de arte e rabiscadores em geral”⁸ (único dedicado a mais de uma categoria profissional), com 8.768 membros, o grupo público “Redatores web”⁹, com 4.164 membros, o grupo fechado “Redatores em ação”¹⁰, com 723 membros, e o grupo público “Redatores da Depressão”¹¹, com 82 membros¹².

Embora a excessiva quantidade de propagandas que cada usuário publica a respeito do seu próprio trabalho, nesses grupos também são lançadas muitas dúvidas envolvendo a atividade de trabalho de redação, e a *autoria* já esteve muitas vezes entre elas, das quais destacamos:

⁸ Disponível em: <<https://www.facebook.com/groups/329516810498802/?fref=ts>>. Acesso em: 22 nov. 2015.

⁹ Disponível em: <<https://www.facebook.com/groups/redatoresweb/?fref=ts>>. Acesso em: 22 nov. 2015.

¹⁰ Disponível em: <<https://www.facebook.com/groups/redatoresemacao/?fref=ts>>. Acesso em: 22 nov. 2015.

¹¹ Disponível em: <<https://www.facebook.com/groups/832061666843059/?fref=ts>>. Acesso em: 22 nov. 2015.

¹² Números de membros atualizados em 22 de novembro de 2015.

Figura 1 – Discussão extraída do grupo “Redatores da Depressão”¹³ ativo no Facebook.

The image shows a screenshot of a Facebook discussion thread. The main post is from July 21st, discussing intellectual property rights for freelancers. It asks if it's fair to let anyone sign a text sold by a freelancer. Several comments follow, with dates ranging from July 21st to July 27th. The comments discuss the legal aspects of the issue, mentioning that the right to publish an article belongs to the author, not the client or the company. Some comments mention that the client pays for the article but the right to publish it remains with the author. There are also comments about the ethical aspects of the issue, such as not plagiarizing or selling the same article to multiple clients.

Fonte: FACEBOOK, 2015.

Conforme é possível observar pelos comentários, a *autoria* divide opiniões. Para um dos redatores, por exemplo – que foi o primeiro a comentar e que, em especial, revela a sua passagem por agências de propaganda –, os “direitos autorais” pertencem ao profissional, e não à empresa na qual o redator trabalhou ou trabalha. Para outro, no entanto, esses mesmos “direitos autorais” pertenceriam ao contratante, devido à própria natureza da contratação. Trata-se, portanto, de um assunto sobre o qual não encontramos um único parecer, tampouco uma legislação própria. De todo modo, de nossa parte não nos interessava abordá-la de uma perspectiva jurídica, mas, sim,

¹³ Uma rápida pesquisa pelo Facebook nos permite encontrar diversos grupos “da depressão”, sinalizando que, de algum modo, o termo teria ganhado popularidade na internet para sinalizar as dificuldades do dia a dia, da profissão, etc. Assim, somente na referida rede social, deparamo-nos com páginas intituladas “Psicologia da Depressão”, “História da Depressão”, “Pedagogia da Depressão”, “Astrologia da Depressão”, “Futebol da Depressão”, “Graduação da Depressão”, “Moda da Depressão”, “Letras da Depressão”, “Publicidade e Propaganda da Depressão”, “Professores da Depressão”, etc. Em matéria da Veja SP intitulada “Glossário: dez expressões muito usadas no Twitter – parte 1”, localizamos o item “Cão da depressão e variantes”: “Inspirado no site americano Depression Dog, o ‘meme’ ganhou popularidade no Brasil com o @caodadepressao, no início de 2010. A ideia, que consiste em destacar aspectos negativos da vida ou de algo específico, virou modinha com o surgimento de um sem-número de perfis do tipo, como o @URSSdadepressao ou qualquer-profissão-da-depressao” (BERNARDO, 2011).

mediante um engendramento ergológico-discursivo, cientes de que nos defrontaríamos, também no campo acadêmico, com toda a complexidade dessa noção.

Ocorre que, ao iniciarmos esta pesquisa, a articulação que nos propúnhamos consolidar entre as teorizações sobre a atividade de trabalho a partir de Yves Schwartz e as noções de natureza discursiva apresentadas por Dominique Maingueneau objetivava estabelecer uma análise “um tanto mais problematizadora” – e, por que não, polêmica –, visto que entre os nossos principais objetivos constava o interesse em verificar se, com base nos estudos empreendidos acerca da atividade de trabalho do redator de textos técnicos e do conjunto das suas redações, poderíamos alçar esse profissional a uma possível função de “autor”, segundo alguma das dimensões já registradas na Análise do Discurso de tradição francesa por Maingueneau (2010a).

Para tanto, acreditávamos que, dado o nosso propósito de empreender um estudo que pudesse conferir mais visibilidade ao exercício desse tipo de redator, investigá-lo como um possível “autor” facultaria o surgimento de um novo olhar em torno do seu papel de “dar voz a outros locutores” – como se, num paralelo, estes fossem “personas” assumidas pelo redator de textos técnicos durante o seu processo de escrita e compusessem uma “obra” (aqui empregada como “resultado”) na qual, a despeito das ideias/ações características desses “personagens” (*a priori*, os seus respectivos contratantes), pudéssemos identificá-lo como “autor”.

De nossa própria experiência na área da redação, guardávamos as impressões de familiares e amigos muito próximos que, em lendo textos que elaboramos por diferentes demandas, afirmavam neles reconhecer a nossa própria “autoria”, chamando nossa atenção para o modo de construção dos parágrafos, para as nossas escolhas lexicais, para as especificidades de algumas pontuações, a maneira de introduzir os desfechos, etc., apontando similaridades com o que seria o nosso “estilo pessoal” de escrever as nossas próprias redações. Além disso, contávamos ainda com um questionamento originado diante das primeiras consultas que realizamos no site da CBO 2002 (Capítulo 1 desta pesquisa), quando constatamos a Família de Profissionais na qual o redator de textos técnicos se classificava, ou seja, a **Família dos Profissionais da Escrita**, sendo elencado após o **autor roteirista**, o **crítico**, o **escritor de ficção**, o **escritor de não ficção** e o **poeta**. Assim, considerando a inserção do redator de textos técnicos num agrupamento notadamente caracterizado pela relação *criação-escrita-autoria*, cuja descrição dá conta desses profissionais como aqueles que “[...] escrevem textos literários para publicação, representação e outras formas de veiculação”, para isso

criando “[...] projetos literários, pesquisando temas, elaborando esquemas preliminares” (BRASIL, 2002), inquietamo-nos ante os critérios que mais aproximavam esse redator dos autores/escritores do que, por exemplo, dos redatores de publicidade e dos jornalistas. Logo, ou assumíamos a hipótese de que o redator de textos técnicos encontrava-se completamente deslocado na Família em que foi categorizado e em cuja descrição sequer seria referenciado, ou aventávamos a possibilidade que nos parecia mais condizente com o grau de parentesco assinalado pelo documento normalizador do MTE e que consistiria, a nosso ver, no fato de o redator de textos técnicos ser um profissional cuja atividade por si só favoreceria o paralelo com aquela empenhada pelo autor/escritor, entre outras perspectivas que poderiam ser igualmente exploradas.

Contudo, segundo o que já estimáramos no que aludia à complexidade do tema, a nossa imersão nos saberes acadêmicos não apenas trouxe consigo relevantes questões acerca da noção de *autoria*, como também fez emergirem certas incompatibilidades entre esta e o nosso propósito original. Assim, ainda visando a contemplar o que o arcabouço teórico da Análise do Discurso de tradição francesa permitiria relacionar entre a *autoria* e a atividade do redator de textos técnicos, repensamos o nosso objetivo e, por fim, de uma análise que visava ao possível destacamento do redator de textos técnicos segundo a sua classificação em uma das dimensões da noção de *autor* (MAINGUENEAU, 2010a), passamos a uma análise que visa a apreender, do conjunto das suas redações, o seu *estilo* e os seus possíveis *indícios de autoria* (POSSENTI, 2009a; 2009b).

A inserção desta pesquisa em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem, objetivos e perspectiva teórico-metodológica

Tendo em vista que (i) no redator de textos técnicos poderíamos condensar as diversas possibilidades de exercício do profissional que não atua em uma agência de publicidade ou na redação de um jornal profissional, que (ii) a finalidade da sua contratação poderia ser sintetizada na utilização das suas redações – independentemente dos gêneros por meio dos quais se expressem – como enunciações anônimas das vozes de outros locutores (sejam estas pessoas físicas, jurídicas, marcas, produtos, etc.), que (iii) esse redator se faz presente não apenas nos mais diversos meios de comunicação, como também em empresas de outros segmentos, que (iv) essa sua presença se caracteriza substancialmente pelo anonimato peculiar à sua própria produção e que (v)

esta pode ser uma das principais razões para a sua invisibilidade não apenas como profissional, mas ainda para a invisibilidade – e, por extensão, para a não valorização – da própria profissão em si, esta pesquisa tem por objetivo geral depreender o que configura a atividade de trabalho de uma redatora de textos técnicos e, a partir disso, contribuir para a visibilidade da sua categoria profissional, buscando contemplar e discriminar o que realmente lhe compete desenvolver no seu ofício que é aqui tomado numa dimensão mais amplificada, constituída tanto pelas *prescrições* inerentes à sua função quanto pelas suas possíveis *renormalizações*, de modo que também possam ser acessados os aspectos que integram aquilo que não lhe é formalmente *prescrito*, enfatizando-se, sobretudo, o seu *uso de si* (*por si e pelos outros*) e os seus *debates de normas e de valores*¹⁴ (SCHWARTZ; DURRIVE, 2007, p. 189-223).

Além disso, partindo não apenas do interesse – e do incômodo – que uma significativa parcela desses profissionais manifesta em torno do tema “autoria”, bem como da hipótese de que, mesmo enunciando outras vozes, esse redator imprima as suas próprias marcas no texto – e que, talvez, elas manifestem até mesmo as suas adesões ou resistências a uma determinada abordagem segundo a qual foi orientado a se posicionar –, esta pesquisa também pretende investigar como as suas *renormalizações* se revelam ao longo do seu processo de escrita e ao final da sua produção textual, bem como se, no conjunto das suas redações, elas podem vir a “se traduzir” num *estilo* próprio, a partir do qual seja possível identificar os seus *indícios de autoria*.

Seguindo as propostas de uma Linguística Aplicada autorreflexiva (MOITA LOPES, 2006b, p. 15), não temos qualquer intenção de que esta pesquisa projete “verdades universais”, que se aplicariam a todas as práticas desenvolvidas por esses atores sociais, pois sabemos que “[...] a validade das nossas teorias é posta à prova no contexto das pequenas culturas” (RAJAGOPALAN, 2006, p. 164). No entanto, orientados pelo papel socialmente responsável da área, podemos dizer que estimaríamos conferir um pouco de nitidez ao trabalho empreendido pelos redatores de textos técnicos, alcançando uma compreensão um pouco menos superficial do que caracteriza essa categoria profissional reiteradamente anônima, cujas propriedades não foram ainda descobertas, que não desfruta *status* social nem prestígio de qualquer natureza, sequer dispõe de normas que regulamentem a sua função.

¹⁴ Todas essas noções italicizadas serão retomadas na Fundamentação Teórica, na qual serão oportunamente explicitadas.

Para tanto, conduzimos esta pesquisa de acordo com uma das mais significativas premissas a partir da qual a Linguística Aplicada avança, situada em meio às discussões nas humanidades e nas ciências sociais (MOITA LOPES, 2006b, p. 17): para uma área aplicada – e, neste caso, aplicada à linha de pesquisa Linguagem e Trabalho na qual nos inscrevemos (ver nota 33 do capítulo 2) –, é imperioso compreender os nossos tempos, abrir espaço para visões alternativas e ouvir outras vozes que possam revigorar [e, por que não, reinventar] a nossa vivência social, considerando diretamente os interesses daqueles que, por exemplo, trabalham no contexto da aplicação.

Da perspectiva teórico-metodológica que articula a Ergologia e a Análise do Discurso de origem francesa, apoiamo-nos na interface entre as teorizações sobre a atividade de trabalho a partir de Yves Schwartz (2007; 2011) – *saber instituído, saber investido, prescrições/normas antecedentes, vazão de normas, renormalizações, uso de si, dramáticas do uso de si e debate de normas e valores* – e as noções em torno de *autoria* ressignificadas por Sírio Possenti (2009a; 2009b) – *estilo, escolha, singularidade e indícios de autoria* – a partir de Michel Foucault (1969) e Dominique Maingueneau (2010a).

Por fim, também convergindo para esse novo ideal de um sujeito inscrito na produção do conhecimento e cujo trabalho deve estar situado no mundo, destacamos ainda a principal metodologia que elegemos para esta pesquisa, denominada “*método da autoconfrontação*”, que parte do princípio de que para se conhecer qualquer atividade de trabalho é necessário inserir o trabalhador no dispositivo de pesquisa (HARRISON; SOUZA-E-SILVA, 2009). Originalmente construído como forma de aproximar pesquisadores e trabalhadores da atividade de trabalho, o método da autoconfrontação, tal como proposto e desenvolvido pelo linguista Daniel Faïta (VIEIRA; FAÏTA, 2003), é um dispositivo metodológico de análise de situações de trabalho por meio do qual se busca compreender o processo de produção, reflexão e transformação da atividade, de tal forma que, recorrendo a uma sequência de filmagens da atividade de trabalho em plena realização, tomada como o principal suporte das suas observações, ao analista cabe a tarefa de organizar a confrontação dos protagonistas consigo mesmos (*autoconfrontação denominada simples*) e/ou com os outros do grupo de atividade a que pertencem (*autoconfrontação cruzada*).

Nesta pesquisa, dadas as particularidades do exercício do redator de textos técnicos – que é essencialmente intelectual e que, por conseguinte, dificilmente poderia ser depreendido por meio de uma sequência de imagens que retratassem o redator

sentado à frente do computador –, adaptamos a sequência de filmagens para outro tipo de gravação (um *software*, cujo funcionamento detalhado se encontra no capítulo 2), tendo em vista o nosso interesse em efetivamente acessar a maneira pela qual esse ator social elabora as suas próprias redações. Porém, à parte essa adaptação, o propósito original do método da autoconfrontação se mantém, contemplando um dos grandes diferenciais que a Linguística Aplicada possui por não se resumir à aplicação de uma teoria, mas, sim, por reconhecer que a teoria precisa ser moldada segundo as especificidades da prática (RAJAGOPALAN, 2006, p. 165). E, neste caso, da prática dos redatores de textos técnicos integrada à própria metodologia da pesquisa acadêmica.

1. CONTEXTO SÓCIO-HISTÓRICO

1.1 Em busca de um “lugar” para o redator: uma breve apresentação

A pesquisa que empreendemos no propósito de compreender o contexto sócio-histórico em que a atividade de trabalho do redator viria se configurando nos últimos 20 anos permitiu-nos não apenas depreender as mudanças que culminaram nas suas duas atuais categorizações, mas ainda orientar o nosso estudo especificamente para a atuação de um profissional que outrora designávamos tão somente como “redator” e ao qual, a partir de então, passamos a nos reportar como *redator de textos técnicos*.

Foi a partir da investigação de normas/prescrições acerca da atividade de trabalho do redator que chegamos ao site da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO 2002)¹⁵, um documento normalizador do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) no qual encontramos a distinção feita entre as duas Famílias Ocupacionais nas quais o redator – este título mais abrangente – pode ser identificado: na Família dos Profissionais da Escrita, em que se encontra o redator de textos técnicos, e na Família dos Profissionais da Publicidade, em que se classifica o redator de publicidade.

Cientes das definições que a Classificação Brasileira de Ocupações datada de 2002 – doravante, CBO 2002 – atribui a cada uma dessas classes de redator, verificamos a necessidade de aprofundar a nossa pesquisa para além dos resultados obtidos inicialmente a partir da consulta pelo título “redator”. Embora esta seja uma das possibilidades de busca que a CBO 2002 disponibiliza¹⁶, consideramos que utilizar o site como uma espécie de “dicionário ampliado das ocupações”, dele extraíndo unicamente as informações que nos interessavam imediatamente, poderia nos induzir a alguns equívocos e comprometer parte da nossa análise. Assim, alcançando a importância da CBO 2002 como um documento normalizador que reconhece, nomeia e codifica os títulos e conteúdos das ocupações do mercado de trabalho brasileiro, revimos o nosso direcionamento e constatamos a necessidade de contemplar as origens

¹⁵ Todas as informações referentes à Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) citadas e/ou reproduzidas neste capítulo, tanto aquelas relacionadas à versão publicada em 1994 quanto aquelas correspondentes à sua versão atual, publicada em 2002, encontram-se disponíveis no site: <<http://www.mteco.gov.br>>.

¹⁶ Além da busca por título, o site da CBO disponibiliza buscas a partir da listagem de profissões regulamentadas, pelo código de cada ocupação, pela estrutura por meio da qual as Ocupações foram categorizadas e por título de A a Z.

da CBO 2002, os seus objetivos, as suas aplicabilidades e, sobretudo, os seus critérios de classificação.

O conhecimento mais acentuado acerca das questões referentes à CBO 2002 e aos critérios de categorização e descrição por ela adotados conferiu novos contornos aos resultados que registráramos nas nossas primeiras consultas, fornecendo-nos, assim, a base das prescrições que buscávamos para compreender a atividade de trabalho do redator. Mais particularmente, a nossa imersão no site e no histórico da CBO proporcionou duas grandes contribuições para o desenvolvimento da nossa pesquisa: a especificação do tipo de redator sobre o qual realizaríamos a nossa pesquisa – o redator de textos técnicos – e a própria delimitação do espaço-tempo no qual pesquisariamos o contexto sócio-histórico referente à atividade desse profissional – predominantemente, nas categorizações e prescrições publicadas pela CBO nos últimos 20 anos.

Diante de um cenário mais amplo, cujas origens remontam à criação da CBO em 1982 e compreendem a sua versão de 1994 – na qual jornalistas e redatores confundiam-se lado a lado num mesmo Grupo de Base –, é que pudemos chegar à sua última publicação em 2002 e encontrar jornalistas, redatores de publicidade e redatores de textos técnicos em Famílias distintas, cada qual com as suas peculiaridades, conquanto os seus laços de parentesco em comum.

Portanto, com as considerações que seguem a partir do levantamento empreendido para este capítulo, o nosso objetivo foi o de situar, de algum modo, a atividade de trabalho do redator de textos técnicos num “lugar” e num tempo definidos, acessando aquilo que os prescritos de um documento tão importante, cujos códigos e classificações são aplicados em registros administrativos de todo o País, poderiam antecipar acerca daquilo que competiria/compete a esse ator social desenvolver, tendo em vista que

[...] os conceitos são necessários, ainda que neutralizem a atividade, porque antecipam fundamentalmente as situações de trabalho e, ao mesmo tempo, são a matéria pela qual as pessoas, apropriando-se deles, vão poder ver mais claramente em que sentido sua atividade representa um desvio parcial em relação ao conceito – o que é muito importante para se saber o que se está fazendo [...] (SCHWARTZ; DURRIVE, 2007, p. 149).

A esse propósito, nós mesmos buscamos nos antecipar quanto àquilo que, efetivamente, deprenderíamos dos registros gerados pelo *Spymaster* ao longo do exercício do redator de textos técnicos. Conquanto pouco mais de uma década de

experiência na área, reconhecíamos a enorme carência de embasamentos que nos permitissem, por exemplo, confrontar aquilo que reconhecidamente se esperaria da atuação desse redator e aquilo que resultaria do seu desempenho. Logo, para chegar a analisar o desvio entre o *trabalho prescrito* e o *trabalho real* – conceitos estes emprestados da Ergonomia da Atividade para as discussões em torno da abordagem ergológica¹⁷ –, fazia-se necessário evocar, em torno da atividade desse protagonista, o maior número possível de prescrições socialmente compartilhadas, e pareceu-nos que a fonte da qual estas derivariam (ou, ainda, na qual se reuniriam mais exponencialmente) possivelmente correspondesse a uma instância como a do Ministério do Trabalho e Emprego. E, do mesmo modo como o entendimento em torno do histórico da CBO e dos seus critérios de enquadramento nos propiciariam um alcance muito mais expressivo a respeito do universo no qual o redator de textos técnicos está inserido, a procura por um “lugar” e máxima compreensão em torno do conjunto de prescrições que a ele se destina nos permitiriam vislumbrar, um pouco mais claramente, o que lhe é preciso engendrar para ser possível satisfazê-las, convocando o seu trabalho real para além da penumbra em que permanece.

1.2 A narrativa da CBO: o quê, para quê e como

A CBO é o documento normalizador do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) que reconhece (para fins classificatórios), nomeia e codifica os títulos, descrevendo as características das *ocupações* do mercado de trabalho brasileiro.

Por “ocupação”, a CBO faz alusão a uma definição sintética, construída pelos analistas ocupacionais para se referir ao conjunto de empregos ou situações de trabalho similares quanto às atividades realizadas, com a ressalva de que o que existe no mundo concreto são as atividades exercidas pelo cidadão em um emprego ou outro tipo de relação de trabalho.

Quanto à sua finalidade, a CBO opera simultaneamente como *classificação enumerativa* e *classificação descritiva*. Como *classificação enumerativa*, ela codifica empregos e outras situações de trabalho para fins estatísticos de registros administrativos (entre os quais, o Seguro-Desemprego e a Declaração de Imposto de Renda Pessoa Física), censos populacionais e outras pesquisas domiciliares (a

¹⁷ Schwartz (2007, p. 94) dirá que “A distância entre prescrito/real tem uma importância [...] pedagógica e propedêutica considerável”.

exemplo do IBGE), incluindo códigos e títulos ocupacionais e a sua descrição sumária. Como *classificação descritiva*, ela inventaria detalhadamente as atividades realizadas no trabalho, os requisitos de formação e experiência profissionais, bem como as condições de trabalho, sendo esta a vertente que privilegiaremos nesta pesquisa, daí extraindo as definições/prescrições que venham a anteceder a prática do redator de textos técnicos.

A estrutura básica da CBO foi elaborada em 1977 a partir do convênio estabelecido entre o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e a Organização das Nações Unidas (ONU) por intermédio da Organização Internacional do Trabalho (OIT) no Projeto de Planejamento de Recursos Humanos (Projeto BRA/70/550), tendo como base a Classificação Internacional Uniforme de Ocupações (CIUO) de 1968. O lançamento da sua primeira edição ocorreu em 1982.

Ao Ministério do Trabalho e Emprego coube a responsabilidade não apenas pela elaboração da CBO, como também pela sua constante atualização, que passou por alterações pontuais. Em 1988, por exemplo, com a publicação de uma nova metodologia internacional editada sob os auspícios da OIT em espanhol (CIUO 88), em inglês (ISCO 88) e em francês (CITP 88), os critérios de agregação das ocupações foram modificados.

No Brasil, embora os novos critérios de agregação das ocupações estivessem alinhados aos dos demais países, o desafio em relação à sua codificação era interno. Isto porque, diferentemente da estrutura organizada pela CBO para o registro das informações administrativas referentes às classificações ocupacionais, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) possuía uma nomenclatura própria e sem descrições aplicada aos censos e pesquisas domiciliares, daí resultando uma variabilidade que dificultava a comparação entre os dados apresentados e, ainda, entre essas estatísticas nacionais e aquelas levantadas por outros países.

Inicialmente, os esforços se concentraram num trabalho de articulação entre os órgãos brasileiros que usavam diferentes classificações para as ocupações, buscando-se uniformizá-las. Foi com essa finalidade que, em 1994, instituiu-se a Comissão Nacional de Classificações (Concla), um organismo interministerial que deu início ao trabalho conjunto entre o MTE e o IBGE no propósito de construir uma classificação única.

O projeto foi desenvolvido em três módulos. Em suma, o primeiro módulo consistiu na publicação da tábua de conversão que permitiu a comparação entre as

estatísticas de ocupação que utilizavam a classificação IBGE 91 e os registros administrativos que utilizavam a CBO 94, compatibilizando somente os títulos. Já a segunda etapa se caracterizou pela elaboração e validação de uma estrutura, com a alteração dos conceitos de agregação dos grupos ocupacionais, utilizando-se o modelo CIUO 88 com algumas adaptações. O terceiro e último módulo, por sua vez, incluiu a escolha de um modelo de descrição – para o qual se adotou o método Dacum (*Developing a Curriculum*), adaptando-o para descrever Famílias Ocupacionais – e a organização de uma rede de parceiros para a construção da classificação descritiva.

Segundo o documento, duas novidades derivaram dessas ações, concluídas em agosto de 2002. A maior delas é que, em relação ao processo descritivo anterior da CBO, cada Família Ocupacional foi descrita por um grupo de 8 a 12 trabalhadores da área em oficina de trabalho (ou painel) com duração de 3 dias – 2 dias de descrição e 1 dia de revisão por outro comitê, também formado por trabalhadores. A segunda novidade é que a CBO 2002 passou da publicação ocupacional em papel, atualizada pontualmente em um determinado corte no tempo, à montagem de uma rede de informações organizada em um banco de dados, apoiada por um conjunto de instituições conveniadas que atualiza a base de forma contínua e incrementa novos desenvolvimentos, sob a coordenação do MTE.

1.3 O redator nas publicações da CBO: quando, onde e por quê

1.3.1 Na versão de 1994

Ao encontrarmos as informações há pouco reproduzidas, referentes ao histórico da CBO, chamou nossa especial atenção o registro acerca da revisão pela qual o documento passou a partir da sua versão publicada em 1994, culminando na sua nova publicação em 2002 – na qual efetuamos as nossas primeiras consultas. Tendo em vista todas as alterações que poderiam ter sido realizadas durante as três etapas desse projeto que visava a uma classificação única das ocupações, dedicamo-nos a ampliar os resultados da nossa pesquisa quanto ao contexto sócio-histórico da atividade do redator, esperando encontrar um novo material prescritivo/normalizador a partir do qual fosse possível estabelecer uma anterioridade ao momento atual. Para tanto, a nossa hipótese foi a de que, por extensão, as mudanças quanto à elaboração e validação da nova estrutura do documento, bem como a alteração dos conceitos de agregação dos grupos

ocupacionais e a adoção de um novo método para a descrição das Famílias Ocupacionais, redundariam no deslocamento do redator – e, por conseguinte, do redator de textos técnicos – da edição de 1994 para a edição de 2002.

Nesta perspectiva, optamos por seguir a ordem cronológica das publicações, considerando primeiramente os resultados correspondentes à versão de 1994 para, mais adiante, contemplar os resultados vigentes desde 2002 e confrontá-los com os seus antecedentes.

Com o propósito de verificar como o redator e o redator de textos técnicos achavam-se categorizados na CBO 94, priorizamos a consulta pela sua estrutura, composta por Grandes Grupos, Subgrupos e Grupos de Base (Figura 2). Uma segunda possibilidade de entrada para essa pesquisa seria a busca pela própria designação do profissional, cujos resultados nos remeteriam diretamente às suas descrições geral e detalhada. No entanto, optando por este tipo de busca, perderíamos os critérios de classificação adotados pela CBO até aquele ano.

Figura 2 – Página principal da base de dados da CBO 94.



Fonte: BRASIL, 2016d.

Concomitantemente à consulta que iniciamos por meio da estrutura do documento para chegar à localização do redator e do redator de textos técnicos, demos continuidade à nossa pesquisa por outros dados que distinguissem a CBO 94 da CBO 2002 e esclarecessem o que, especificamente, as categorias aplicadas aos redatores contemplavam em cada uma dessas ocasiões, de modo que obtivéssemos informações já contextualizadas.

Em 1994, a lupa de observação da CBO concentrava-se sobre os postos de trabalho, agregando-os pelas similaridades das suas tarefas com os seus respectivos

detalhamentos. Em relação à sua estrutura, o documento era composto por quatro categorias ocupacionais¹⁸ cujos critérios permanecem ainda hoje, feitas algumas modificações de caráter nominativo:

- *Grande Grupo*: grau mais agregado da classificação, reúne amplas áreas de emprego, mais do que tipos específicos de trabalho. Os Grandes Grupos comportam conjuntos agregados por nível de competência e similaridade nas atividades executadas, sendo que, nesta época, a Classificação Internacional Unificada de Ocupações (CIUO 1988), pela qual a Organização Internacional do Trabalho (OIT) é responsável, adotou a escolaridade como nível de competência, na ausência de outro indicador homogêneo entre os países. É representado pelo primeiro número do código da ocupação;

- *Subgrupo*: agrupamento mais restrito que o Grande Grupo, nele se configuram principalmente as grandes linhas do mercado de trabalho. É representado pelos dois primeiros dígitos da ocupação;

- *Grupos de Base*: também denominado “Grupo Primário”, “Grupo Unitário” e “Família Ocupacional”, reúne ocupações que apresentam estreito parentesco, tanto em relação à natureza do trabalho quanto em relação aos níveis de qualificação exigidos. É representado pelos três primeiros dígitos da ocupação;

- *Ocupação*: é a unidade do sistema de classificação. Para efeitos práticos, define-se a ocupação como o conjunto de postos de trabalho substancialmente iguais quanto à sua natureza e às qualificações exigidas. O posto de trabalho corresponde a cada unidade de trabalho disponível ou satisfeita. Constitui-se de tarefas, obrigações e responsabilidades atribuídas a cada trabalhador.

Pode-se ainda conceituar a Ocupação como o conjunto articulado de funções, tarefas e operações destinadas à obtenção de produtos ou serviços. É representada pelos cinco dígitos da ocupação, sendo que, nesta versão de 1994, o código 90, aplicado aos dois últimos dígitos, era considerado residual para as ocupações de cada Família Ocupacional.

A começar pelos Grandes Grupos (GG), encontramos oito conjuntos bastante abrangentes, entre os quais destacamos o GG 1 – referente aos “trabalhadores das

¹⁸ O site da CBO 2002 não registra informações específicas quanto à composição da estrutura que fundamentava as suas classificações em 1994, detendo-se tão somente ao registro de como ela se apresenta desde 2002. Por essa razão, para as quatro categorias ocupacionais aqui apresentadas, também consultamos o site do Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos (CiFEFiL), que dedica uma página do seu endereço eletrônico à classificação da ocupação de filólogo segundo as versões da CBO 94 e 2002, considerando as alterações nos critérios adotados pelo documento. Disponível em: <http://www.filologia.org.br/vcnlf/anais%20v/civ8_01.htm>. Acesso em: 22 maio 2015.

profissões científicas, técnicas, artísticas e trabalhadores assemelhados” – como aquele que comportaria a atividade de trabalho do redator, até mesmo pela impossibilidade de adequar este profissional às demais opções.

Figura 3 – Grandes Grupos – base de dados da CBO 94.

Tabela de Grande Grupo	
0/1	TRABALHADORES DAS PROFISSÕES CIENTÍFICAS, TÉCNICAS, ARTÍSTICAS E TRABALHADORES ASSEMELHADOS
2	MEMBROS DOS PODERES LEGISLATIVO, EXECUTIVO E JUDICIÁRIO, FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS SUPERIORES, DIRETORES DE EMPRESAS E TRABALHADORES ASSEMELHADOS
3	TRABALHADORES DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E TRABALHADORES ASSEMELHADOS
4	TRABALHADORES DE COMÉRCIO E TRABALHADORES ASSEMELHADOS
5	TRABALHADORES DE SERVIÇOS DE TURISMO, HOSPEDAGEM, SERVENTIA, HIGIENE E EMBELEZAMENTO, SEGURANÇA AUXILIARES DE SAÚDE E TRABALHADORES ASSEMELHADOS
6	TRABALHADORES AGROPECUÁRIOS, FLORESTAIS, DA PESCA E TRABALHADORES ASSEMELHADOS
7/8/9	TRABALHADORES DA PRODUÇÃO INDUSTRIAL, OPERADORES DE MÁQUINAS, CONDUTORES DE VEÍCULOS E TRABALHADORES ASSEMELHADOS
X	MEMBROS DAS FORÇAS ARMADAS, POLICIAIS E BOMBEIROS MILITARES

Fonte: BRASIL, 2016h.

Há que se notar que, de fato, o Grande Grupo reúne vastas áreas de trabalho, entre as quais sentimos dificuldade de depreender, diretamente, a que estaria associada à atividade de trabalho do redator – tomando-o aqui pela sua nomenclatura mais ampla. Afinal, com base na sua inscrição no primeiro grupo, estaríamos nos referindo ao exercício da redação como uma prática científica, técnica, artística e/ou de alguma outra natureza similar?

Além disso, no que tange ao nível de competência dos profissionais classificados nessa primeira categoria, o critério da escolaridade não pôde ser aplicado. De acordo com a justificativa da própria CIUO 88, a inexistência dessa especificação se explicaria pelo fato de os dirigentes do Grande Grupo 1 terem escolaridade diversa e, conseqüentemente, níveis de competência heterogêneos.

Por meio da seleção do numeral 1 na coluna à esquerda da tabela dos Grandes Grupos Ocupacionais, seguimos para o quadro dos Subgrupos. Nesta segunda categoria ocupacional encontramos um quadro com a descrição geral das funções exercidas por esses profissionais e, no quadro subsequente, um agrupamento mais

específico do que aquele apresentado nos Grandes Grupos, identificando os redatores no conjunto 1-5, ao lado dos escritores, jornalistas, locutores e demais trabalhadores assemelhados.

Figura 4 – Subgrupo do GG 1 – base de dados da CBO 94.

Trabalho Ministério do Trabalho e Emprego	
Grande Grupo	TRABALHADORES DAS PROFISSÕES CIENTÍFICAS, TÉCNICAS, ARTÍSTICAS E TRABALHADORES ASSEMELHADOS
Descrição	
Os trabalhadores deste grande grupo realizam pesquisas e aplicam conhecimentos científicos na solução de problemas de ordem técnica, econômica, artística, social e empresarial e desenvolvem outras atividades de caráter profissional nos campos da química e física; da engenharia e arquitetura; da aviação e marinha; da biologia e agronomia; da medicina, odontologia e veterinária; da estatística, das matemáticas e análises de sistemas; da economia, administração e ciências contábeis; do direito; do ensino; da literatura, artes e comunicação social e do esporte.	
Tabela de Subgrupo	
0-1	QUÍMICOS, FÍSICOS E TRABALHADORES ASSEMELHADOS
0-2	ENGENHEIROS, ARQUITETOS E TRABALHADORES ASSEMELHADOS
0-3	TÉCNICOS, DESENHISTAS TÉCNICOS E TRABALHADORES ASSEMELHADOS
0-4	OFICIAIS DE BORDO E TRABALHADORES ASSEMELHADOS (AVIAÇÃO COMERCIAL E MARINHA MERCANTE)
0-5	BIOLOGISTAS E TRABALHADORES ASSEMELHADOS
0-6/0-7	MÉDICOS, CIRURGIÕES-DENTISTAS, MÉDICOS VETERINÁRIOS, ENFERMEIROS E TRABALHADORES ASSEMELHADOS
0-8	ESTADÍSTICOS, MATEMÁTICOS, ANALISTAS DE SISTEMAS E TRABALHADORES ASSEMELHADOS
0-9	ECONOMISTAS, ADMINISTRADORES, CONTADORES E TRABALHADORES ASSEMELHADOS
1-9	TRABALHADORES DAS PROFISSÕES CIENTÍFICAS, TÉCNICAS, ARTÍSTICAS E TRABALHADORES ASSEMELHADOS NÃO-CLASSIFICADOS SOB OUTRAS EPIGRAFES
1-8	TÉCNICOS DESPORTIVOS, ATLETAS PROFISSIONAIS E TRABALHADORES ASSEMELHADOS
1-7	MÚSICOS, ARTISTAS, EMPRESÁRIOS E PRODUTORES DE ESPETÁCULOS
1-6	ESCULTORES, PINTORES, FOTÓGRAFOS E TRABALHADORES ASSEMELHADOS
1-5	ESCRITORES, JORNALISTAS, REDATORES, LOCUTORES E TRABALHADORES ASSEMELHADOS
1-4	PROFESSORES
1-3/1-4	PROFESSORES

Fonte: BRASIL, 2016e.

Para melhor compreender de que modo a definição desse Subgrupo (SG) abarcaria o exercício do redator, estabelecemos um paralelo entre a descrição geral das atividades e o quadro com a designação dos profissionais que as realizariam, conforme a CBO 94:

Quadro 1 – Proposta de relação entre as atividades descritas no Subgrupo 1-5 e os profissionais que as realizariam.

DESCRIÇÃO DO SUBGRUPO 1-5: <i>Os trabalhadores deste grande grupo realizam pesquisas e aplicam conhecimentos científicos na solução de problemas de ordem técnica, econômica, artística, social e empresarial e desenvolvem outras atividades de caráter profissional nos campos:</i>	PROFISSIONAIS QUE INTEGRAM O SUBGRUPO 1-5:
da química e física	(0-1) químicos, físicos e trabalhadores assemelhados
da engenharia e arquitetura	(0-2) engenheiros, arquitetos e trabalhadores assemelhados (0-3) técnicos, desenhistas técnicos e trabalhadores assemelhados
da aviação e marinha	(0-4) oficiais de bordo e trabalhadores assemelhados (aviação comercial e marinha mercante)
da biologia e agronomia	(0-5) biólogos e trabalhadores assemelhados
da medicina, odontologia e veterinária	(0-6/0-7) médicos, cirurgiões-dentistas, médicos veterinários, enfermeiros e trabalhadores assemelhados
da estatística, matemáticas e análises de sistemas	(0-8) estatísticos, matemáticos, analistas de sistemas e trabalhadores assemelhados
da economia, administração e ciências contábeis	(0-9) economistas, administradores, contadores e trabalhadores assemelhados
do direito	(1-9) trabalhadores das profissões científicas, técnicas, artísticas e trabalhadores assemelhados não classificados sob outras epígrafes
do ensino	(1-3/1-4) professores
da literatura, artes e comunicação social	(1-7) músicos, artistas, empresários e produtores de espetáculos (1-6) escultores, pintores, fotógrafos e trabalhadores assemelhados (1-5) escritores, jornalistas, redatores, locutores e trabalhadores assemelhados
do esporte	(1-8) técnicos desportivos, atletas profissionais e trabalhadores assemelhados

Fonte: Elaborado pela autora, 2015.

De acordo com essa distribuição, foi possível deduzir que, no Subgrupo 1-5, a CBO 94 parecia atribuir ao redator o campo da literatura, das artes e da comunicação social – mais particularmente, o campo da comunicação social, uma vez que o redator figurava posicionado entre jornalistas e locutores, um pouco mais distanciado dos escritores, aos quais a literatura/arte é comumente vinculada.

Dando prosseguimento à busca específica pelas definições/prescrições relacionadas à atividade de trabalho do redator e do redator de textos técnicos no documento normalizador do MTE em 1994, clicamos no Subgrupo 1-5 e chegamos à Tabela do Grupo de Base ou Família Ocupacional, que reúne as atividades que guardam um grau de parentesco muito próximo entre si em relação à natureza do trabalho. Foi nesta terceira e grande categoria ocupacional que encontramos uma nova descrição – agora mais pormenorizada – das atividades desempenhadas pelos profissionais dessa base, seguida das suas respectivas Famílias: (1-51) escritores e críticos, (1-52) jornalistas e redatores, (1-53) locutores e comentaristas de rádio e televisão, e (1-59)

escritores, jornalistas, redatores, locutores e trabalhadores assemelhados não classificados por outras epígrafes.

Figura 5 – Grupo de Base do Subgrupo 1-5 – base de dados da CBO 94.



Fonte: BRASIL, 2016i.

Em relação à descrição do exercício dessas Famílias Ocupacionais, propusemos uma nova distribuição entre as atividades mencionadas e os profissionais que as realizariam, a exemplo do quadro anterior:

Quadro 2 – Proposta de relação entre as atividades descritas no Grupo de Base do Subgrupo 1-5 e os profissionais que as realizariam.

DESCRIÇÃO DO GRUPO DE BASE DO SG 1-5: <i>Os trabalhadores compreendidos neste Subgrupo:</i>	PROFISSIONAIS QUE INTEGRAM O GRUPO DE BASE DO SG 1-5:
escrevem obras literárias para publicação ou representação, redigem críticas sobre obras literárias, artísticas e musicais, representações musicais, teatrais e outras manifestações de arte	(1-51) escritores e críticos
reúnem, relatam, comentam e ordenam artigos de várias naturezas para publicação ou difusão; preparam reportagens informativas de interesse para o público	(1-52) jornalistas e <u>redatores</u>
leem notícias e propagandas ou reúnem informações de atualidade e as comentam pelo rádio ou televisão	(1-53) locutores e comentaristas de rádio e televisão
editam livros; preparam e dirigem programas de relações públicas	(1-59) escritores, jornalistas, <u>redatores</u> , locutores e trabalhadores assemelhados não classificados sob outras epígrafes

Fonte: Elaborado pela autora, 2015.

Conforme é possível observar, a CBO 94 categorizava redatores e jornalistas como profissionais integrantes de uma mesma Família Ocupacional, identificada pela numeração 1-52 – aquela que reuniria, relataria, comentaria e ordenaria artigos de várias naturezas para publicação ou difusão, sendo que a indicação “reportagens informativas” pareceu-nos mais direcionada à atuação dos jornalistas.

Quanto à Família identificada pelo código 1-59, optamos por não nos concentrar nas particularidades desse Grupo de Base. Isto porque, embora os redatores tenham sido

precedidos por escritores e jornalistas na titulação desse conjunto (profissionais esses com os quais visualizamos o seu parentesco), nele também foram sucedidos por locutores, em cuja atividade o uso da palavra escrita não representa algo em comum. Além disso, ao selecionarmos a identificação 1-59 para visualizar quais seriam as nomenclaturas próprias dos profissionais aí agrupados, encontramos não apenas a titulação “escritores, jornalistas, redatores, locutores e trabalhadores assemelhados não classificados sob outras epígrafes”, como também editores de livros, agentes publicitários, relações públicas e técnicos em comunicação (*Quadro 3*), em relação aos quais não verificamos uma similaridade tão expressiva com o exercício do redator.

Assim, priorizando a Família Ocupacional 1-52 para o aprofundamento da nossa consulta, passamos a uma nova descrição – desta feita, ainda mais detalhada – e às designações específicas dos profissionais que a constituíam. Todavia, como – e por mais esmiuçada que estivesse – a definição desse Grupo de Base contemplava os resumos das atividades relacionadas a 11 profissões distintas, consideramos que seria mais efetivo ater-nos à descrição daqueles com os quais vislumbrássemos uma maior aproximação com o profissional que hoje a CBO classifica como “redator de textos técnicos”.

Quadro 3 – Ocupações correspondentes a cada um dos Grupos de Base nos quais a profissão de redator foi categorizada pela CBO 94.

Ocupações do Grupo de Base 1-52 <i>(Família Ocupacional dos jornalistas e redatores)</i>	Ocupações do Grupo de Base 1-59 <i>(Família Ocupacional dos escritores, jornalistas, redatores, locutores e trabalhadores assemelhados não classificados por outras epígrafes)</i>
(1-52.10) jornalista, em geral (1-52.20) redator-chefe (jornal ou revista) (1-52.30) secretário de redação (1-52.40) repórter (1-52.45) copidesque (1-52.50) redator de roteiros de cinema, rádio e televisão (1-52.60) redator-chefe de roteiros de cinema, rádio e televisão (1-52.70) redator de publicidade (1-52.75) redator de informação pública	(1-59.45) editor de livros (1-59.47) agente publicitário (1-59.55) relações públicas (1-59.70) técnico em comunicação (1-59.90) outros escritores, jornalistas, redatores, locutores e trabalhadores assemelhados não classificados sob outras epígrafes deste grupo, por exemplo os que reúnem o material e participam da redação e organização de enciclopédias, os que escrevem as letras de canções e de outras composições musicais

(1-52.80) redator técnico	
(1-52.90) outros jornalistas e redatores	

Fonte: Elaborado pela autora, 2015.

Conforme podemos examinar na coluna à esquerda do Quadro 3, além de redatores e jornalistas intitularem a Família Ocupacional 1-52, outro fator merece destaque: a CBO 94 agrupava redatores publicitários e redatores técnicos no mesmo Grupo de Base, diferentemente do que já antecipamos (item 1.1) em relação à categorização estabelecida pela nova CBO, na qual redatores de publicidade e redatores de textos técnicos pertencem a Famílias distintas. A propósito, é preciso salientar aqui essa outra alteração: conquanto tenhamos iniciado a nossa pesquisa em busca do redator e, por conseguinte, do *redator de textos técnicos*, não encontramos este profissional na CBO 94, mas, sim, o *redator técnico*.

A fim de nos focarmos principalmente naquelas descrições que pudessem remeter ao atual redator de textos técnicos, descartamos 5 das 11 ocupações do conjunto 1.52, dado estas apresentarem definições acentuadamente marcadas pela sua relação direta com o jornal e/ou pelo não exercício da escrita como principal atividade – no caso, jornalista, redator-chefe (jornal ou revista), secretário de redação, repórter e copidesque. Outras duas profissões – a de redator e redator-chefe de roteiros de cinema, rádio e televisão – não mencionavam qualquer exercício relacionado à escrita e à publicação de textos. Desconsideramos ainda “outros jornalistas e redatores” devido ao seu código residual – 90. Das três ocupações que restaram, o redator publicitário foi, por sua vez, circunscrito ao seu espaço de atuação já mais amplamente conhecido (a redação de textos e anúncios publicitários referentes a produtos/serviços), de modo que as definições relacionadas ao **redator de informação pública** e ao **redator técnico** foram aquelas que mais chamaram nossa atenção:

Quadro 4 – Descrições do redator de informação pública e do redator técnico na CBO 94.

REDATOR DE INFORMAÇÃO PÚBLICA (1-52.75)	REDATOR TÉCNICO (1-52.80)
<p><i>Descrição resumida:</i> Escolhe, reúne e prepara material de informação sobre empresas comerciais ou outras organizações para a sua difusão através da imprensa, rádio, televisão e outros meios.</p>	<p><i>Descrição resumida:</i> Escreve artigos, livros, manuais, folhetos e outras publicações de natureza técnica, coletando e analisando matérias de interesse do trabalho, para instruir funcionários, vendedores, clientes e outras pessoas interessadas na fabricação, montagem, assistência técnica, reparação de peças e equipamentos ou outros assuntos.</p>
<p><i>Descrição detalhada:</i> Examina os arquivos, relatórios, artigos, fotografias e</p>	<p><i>Descrição detalhada:</i> Estuda os elementos relevantes para o assunto sobre o qual</p>

<p>outros materiais disponíveis, selecionando os mais adequados, os mais apropriados à consecução dos efeitos desejados; redige comunicados para a imprensa e prepara a documentação necessária para servir de base aos jornalistas e redatores de artigos e reportagens de publicidade; participa da conferência com seu superior imediato, estabelecendo a natureza da publicidade e o estilo desejado para apresentação dos referidos materiais. Pode estabelecer e manter relações com a imprensa e outros meios de comunicação, para obter uma publicidade favorável. Pode atender às consultas formuladas por escrito pelo público e receber visitantes sem finalidade comercial.</p>	<p>vai escrever, examinando trabalhos e publicações existentes sobre o mesmo, analisando peças, equipamentos, experiências e procedimentos da assistência técnica, desenhos técnicos e outros elementos, para obter informações exatas para as publicações; reúne a documentação fornecida por especialistas, cientistas e técnicos da matéria, classificando os dados segundo a instalação, funcionamento, manutenção e reparação de equipamentos especializados, para ampliar o acervo de informações de caráter técnico a serem publicadas; discute questões de importância ou que apresentam maiores dificuldades, conferenciando com os especialistas, para obter resultados conclusivos sobre as mesmas; projeta e escreve os textos, elaborando-os com clareza e concisão, para possibilitar a fixação das instruções técnicas em livros e outros impressos; revisa e apura os textos elaborados submetendo-os à consideração de especialistas e introduzindo os arranjos necessários, para torná-los claros e inteligíveis aos usuários da publicação; dirige os trabalhos de preparação e confecção de fotografias, desenhos técnicos, esboços e outros materiais ilustrativos, orientando os executores dessas tarefas, para obter efeito ao mesmo tempo esclarecedor e estético. Pode responder a consultas técnicas dos departamentos de assistência técnica e revendedores. Pode especializar-se na redação de textos técnicos relativos a determinado campo, como a eletrônica, mecânica, aeronáutica ou outro, e ser designado de acordo com a especialização.</p>
---	--

Fonte: Elaborado pela autora, 2015.

De acordo com os registros reproduzidos no Quadro 4, acreditamos que seria possível propor uma correspondência entre o redator de informação pública e o redator técnico da CBO 94 e o redator de textos técnicos da CBO 2002. A contar pela sua codificação, a ocupação do redator de informação pública (1-52.75) remeteu-nos a uma espécie de “meio-termo” entre a atividade de trabalho do redator de publicidade (1-52.70) e a do redator técnico (1-52.80), numa análise que melhor empreenderemos no item 1.4.1.

No que concerne à correspondência entre eles, mencionada como hipótese, a nossa ponderação se justifica sobretudo pelo equívoco a que provavelmente nos submeteríamos se, neste momento, pensássemos na atual definição de *redator de textos técnicos* como substituta do *redator técnico*, a começar pela própria alteração na sua designação. Bastaria notar que, em relação ao primeiro, a “tecnicidade” tende a caracterizar um gênero textual, e que em relação ao segundo ela se aplica à atividade do próprio profissional. Além disso, em razão de termos primeiramente acessado o site da CBO 2002 para só então conhecermos a base de dados da CBO 94, pudemos já

constatar outras diferenças nas definições que uma e outra versão publicaram acerca desses profissionais – diferenças estas sobre as quais falaremos no próximo item.

Assim, de toda a consulta realizada à CBO 94 até aqui, concluímos que o redator era categorizado:

- no Grande Grupo 1, dos “trabalhadores das profissões científicas, técnicas, artísticas e trabalhadores assemelhados”;

- no Subgrupo 1-5, ao lado dos escritores, jornalistas, locutores e demais trabalhadores assemelhados, aos quais se atribuíam atividades relacionadas às áreas da literatura, artes e comunicação social; e

- nos Grupos de Base 1-52, dos jornalistas e redatores, e 1-59, dos escritores, jornalistas, redatores, locutores e trabalhadores assemelhados não classificados sob outras epígrafes. Os primeiros reuniram, relatariam, comentariam e ordenariam artigos de várias naturezas para publicação ou difusão / preparariam reportagens informativas de interesse para o público; os segundos editariam livros / preparariam e dirigiriam programas de relações públicas.

Na Família Ocupacional 1-52, além de jornalistas e redatores, também encontravam-se reunidos o redator de publicidade, o redator de informação pública e o redator técnico, sendo este último essencialmente caracterizado pela sua escrita dedicada à instrumentalização no trabalho.

1.3.2 Na versão de 2002

Se em 1994 a tônica da CBO 94 e da CIUO 68 convergia para a observação dos postos de trabalho, agregados segundo as similaridades das suas tarefas com os seus respectivos detalhamentos, em 2002 o seu campo de observação passa por uma ampliação, privilegiando a amplitude dos empregos e de sua complexidade. Por “emprego” ou “*situação de trabalho*”, a CBO 2002 se refere a um conjunto de atividades desempenhadas por uma pessoa com ou sem vínculo empregatício.

Assim é que, em uma classificação, o título ocupacional agora surgirá da agregação de situações similares de emprego e/ou trabalho, resultando ainda de uma outra noção na qual a construção da nomenclatura da CBO 2002 se sustentará: a de “competência”, que se apoia sob duas dimensões. No primeiro caso, o *nível de competência* se dá em função da complexidade, amplitude e responsabilidade das atividades desenvolvidas no emprego ou outro tipo de relação de trabalho; no caso do

domínio (ou especialização) da competência, este se relaciona às características do contexto do trabalho como área de conhecimento, função, atividade econômica, processo produtivo, equipamentos e bens produzidos que identificarão o tipo de profissão ou ocupação.

Quanto à atribuição dos graus de competência segundo os diferentes níveis de escolaridade, a recriação do modelo da CIUO 88 para a realidade brasileira leva em consideração os últimos avanços dos sistemas de trabalho e uma compreensão mais atualizada de “competência”, cujo nível é pontuado mais fortemente pela complexidade das atividades exercidas.

Ainda a respeito das modificações empreendidas de uma versão para a outra, a CBO 2002 esclarece que a nova estrutura proposta agrega os empregos por habilidades cognitivas comuns exigidas no exercício de um campo de trabalho mais elástico, composto por um conjunto de empregos similares que vai se constituir em um campo profissional do domínio x , y e z . Estes campos, objeto de mobilidade dos trabalhadores, ainda serão sinteticamente denominados de “Famílias Ocupacionais” e identificados por processos, funções ou ramos de atividades.

Além disso, a CBO 2002 também antecipa o fato de que as ocupações constantes de uma determinada Família Ocupacional da CBO 94 podem ter sido distribuídas em diferentes Famílias Ocupacionais na sua nova publicação, não havendo correspondência direta entre as Famílias Ocupacionais das duas estruturas – conforme já apontamos de maneira mais abrangente no item anterior, visando à sua retomada no decorrer deste tópico.

Sob essas orientações, retornamos ao site da CBO 2002 para o levantamento necessário. Diferentemente da base de dados da CBO 94, na qual é possível buscar a atividade de trabalho do redator por dois únicos meios (via filtros dos Grandes Grupos, Subgrupos, Grupos de Base e Ocupações ou via preenchimento do campo de pesquisa), a página principal da CBO 2002 permite que a procura pelas atividades de trabalho seja realizada de cinco maneiras: pela sua regulamentação (um campo específico da coluna de opções alocada à esquerda) e por meio da opção intitulada “Buscas”, dividida em quatro variedades – “Por título”, “Por código”, “Por Estrutura” e “Por título de A-Z”.

Figura 6 – Na coluna à esquerda, as possibilidades disponibilizadas pela CBO 2002 para a pesquisa das ocupações.

Ministério do Trabalho e Emprego

Classificação Brasileira de Ocupações

Portal do Trabalho e Emprego

Domingo, 31 de Maio de 2015

Mapa do Portal | Links

Busca por Título

Voltar | Página inicial

Dicas de Consulta

Palavra-chave: **Consultar**

contendo todas as palavras digitadas
 qualquer palavra dentre as digitadas
 somente a expressão exata

Procurar em:

Famílias Ocupações Sinônimos
 Atividades Recursos de Trabalho Descrição
 Condições de Trabalho Formação-Experiência

Selegionar Todas

Palavra Chave: corresponde a qualquer título ou descrição na CBO2002. Utilize os filtros para reduzir ainda mais a sua busca e, depois, clique em 'Procurar' para ver o resultado. Certifique-se da ortografia e acentuação.

Para entender os códigos das famílias ocupacionais, clique no link 'Informações Gerais'

Esplanada dos Ministérios
 Bloco F - CEP: 70059-900
 Brasília - DF

Central de Atendimento CBO: 158

Fonte: BRASIL, 2016c.

Identificadas essas cinco possibilidades de acesso disponibilizadas no site da CBO 2002, novamente priorizamos a consulta pela estrutura que configura a atividade de trabalho do redator – e, por conseguinte, do redator de textos técnicos –, haja vista que, em optando pelos demais tipos de busca, não acessaríamos os critérios de classificação adotados pelo documento normalizador depois da sua revisão.

Mais uma vez, concomitantemente à consulta que iniciamos por meio da estrutura do documento para chegarmos à localização do redator e do redator de textos técnicos, demos continuidade à nossa pesquisa por outros dados que continuassem distinguindo a CBO 2002 da CBO 94 e esclarecessem o que, especificamente, as categorias aplicadas aos redatores passaram a contemplar, de modo que obtivéssemos novas informações já contextualizadas.

Figura 7 – Estrutura a partir da qual as Famílias da CBO 2002 se organizam.

Ministério do Trabalho e Emprego

Portal do Trabalho e Emprego

Classificação Brasileira de Ocupações

Domingo, 31 de Maio de 2015

Mapa do Portal | Links

Busca por Estrutura

Voltar Página inicial

Grande Grupo:

Subgrupo Principal:

Subgrupo:

Clicando-se em cada código é possível acessar as informações da família correspondente.

CAIXA ALTA - Famílias

Para entender os códigos das famílias ocupacionais, clique no link 'Informações Gerais'

Esplanada dos Ministérios
Bloco F - CEP: 70059-900
Brasília - DF

Central de Atendimento CBO: 158

Fonte: BRASIL, 2016b.

Conforme é possível notar, a entrada pela estrutura da CBO 2002 não dispõe do mesmo espaço que a estrutura da CBO 94 reservava às descrições, nas quais constavam resumidas cada uma das quatro categorias ocupacionais que formavam o documento. Na versão atual, as descrições compreenderão unicamente a Família dos Profissionais, apresentando uma explanação geral a respeito das ocupações que a integram, e não mais abordando cada uma delas individualmente.

Em relação a essa nova estrutura, o atual documento manteve a sua composição anterior, introduzindo três modificações: 1) a nomenclatura “Subgrupos”, aplicada à versão da CBO 94, passou a ser chamada de “Subgrupos Principais” na CBO 2002; 2) o mesmo ocorreu em relação aos “Grupos de Base”, que se tornaram “Subgrupos”; e 3) a unidade do sistema de classificação deixou de ser tratada como “Ocupação” para ser designada como “Família”:

Quadro 5 – Modificações na estrutura da CBO 2002 – quadro comparativo.

Como era na CBO 94	Como ficou na CBO 2002	Definições mantidas na nova versão
<i>Grande Grupo</i> (primeiro dígito da ocupação)	<i>Grande Grupo</i> (primeiro dígito da Família)	grau mais agregado da classificação, reúne amplas áreas de emprego
<i>Subgrupo</i> (dois primeiros dígitos da ocupação)	<i>Subgrupo Principal</i> (dois primeiros dígitos da Família)	agrupamento mais restrito, configura as grandes linhas do mercado de trabalho
<i>Grupo de Base</i> (três primeiros dígitos da ocupação)	<i>Subgrupo</i> (três primeiros dígitos da Família)	“Grupo Primário”, “Grupo Unitário” e “ Família Ocupacional ”, reúne ocupações que apresentam estreito parentesco
<i>Ocupação</i> (cinco dígitos no total)	<i>Família</i> (quatro dígitos no total)	unidade do sistema de classificação, a ocupação define o conjunto de postos de trabalho substancialmente iguais quanto à sua natureza e às qualificações exigidas

Fonte: Elaborado pela autora, 2015.

De acordo com o que observamos no quadro, as definições que permaneceram nas duas últimas grandes categorias continuam se referindo, na verdade, aos seus títulos anteriores. Desta forma, mesmo que a nomenclatura do terceiro agrupamento tenha se alterado de “Grupo de Base” para “Subgrupo”, a descrição mantém o registro “Família Ocupacional” como sinônimo destes, conquanto agora a “Família Ocupacional” intitule a quarta categoria. E, na descrição da Família Ocupacional, que passou a ser a unidade do sistema de classificação, o documento normalizador segue se referindo à Ocupação como sendo essa unidade.

Quanto aos dez Grandes Grupos (GG) reelaborados para a última versão da CBO, agregados por nível de competência e similaridade nas atividades executadas, encontraremos o redator no GG2, denominado “profissionais das ciências e das artes”, cujo nível de competência é o mais alto (4), considerando-se agora os últimos avanços dos sistemas de trabalho para o contexto do País e uma compreensão mais atualizada sobre o conceito de “competência”.

Com a recriação do modelo da CIUO 88 para a realidade brasileira, as competências passaram a ser mais fortemente pontuadas pela complexidade das atividades exercidas e menos pelo nível de escolaridade. Na CBO 94, ao contrário, os quatro níveis de competência eram definidos segundo a escolaridade, único indicador que, até ali, a CIUO 88 tomara como homogêneo entre os países.

Figura 8 – Grandes Grupos da CBO 2002 e seleção do GG 2, que contempla o redator.

Fonte: BRASIL, 2016b.

Da nomenclatura do GG 1 da CBO 94 (“trabalhadores das profissões científicas, técnicas, artísticas e trabalhadores assemelhados”) para o GG 2 da CBO 2002 (“profissionais das ciências e das artes”), verificamos não apenas a mudança na designação do referente (de “trabalhadores” a “profissionais”), mas também a delimitação das áreas em que o redator passará a atuar a partir de 2002 – científicas e artísticas –, eliminando-se as áreas técnicas. De acordo com a CBO, o GG2 agrega os empregos que compõem as profissões científicas e das artes de nível superior. Sendo assim, estão estabelecidos os dois campos do saber nos quais o redator se movimentará, consoante os estudos que culminaram na revisão do documento do MTE.

Aqui, especificamente, levantamos uma hipótese para o fato de, conforme já adiantamos algumas vezes, não encontrarmos na CBO 2002 a ocupação de *redator técnico*, tal como na CBO 94, e sim a de *redator de textos técnicos*. Com base na reformulação da nomenclatura do Grande Grupo, acreditamos que a manutenção do título “redator técnico”, ao qual se associaria a imagem de um profissional da área técnica, opor-se-ia ao conceito geral de ciências e artes proposto no atual conjunto 2. Daí, portanto, a qualificação “técnica” passar do profissional ao tipo de gênero textual que ele produz (entre outros).

Dando sequência à estrutura a partir da qual as ocupações são organizadas, chegamos aos Subgrupos Principais (SGP), critério este criado para a CBO 2002 a fim de melhorar o equilíbrio hierárquico entre o número de Grandes Grupos e Subgrupos e aprimorar as agregações por domínio. Neste campo, o redator se vincula automaticamente ao SGP 25, dos “profissionais das ciências sociais e humanas”, e também ao SGP 26, dos “comunicadores, artistas e religiosos”.

Figuras 9 e 10 – Subgrupos Principais da CBO 2002 nos quais o redator se classifica.

The image displays two side-by-side screenshots of the 'Portal do Trabalho e Emprego' website. Both screenshots show the 'Busca por Estrutura' (Search by Structure) section. The top navigation bar includes 'Classificação Brasileira de Ocupações' and 'Portal do Trabalho e Emprego'. The date 'Domingo, 31 de Maio de 2015' is visible. Below the search bar, there are two dropdown menus: 'Grande Grupo' (set to '2 - PROFISSIONAIS DAS CIÊNCIAS E DAS ARTES') and 'Subgrupo Principal'. The left screenshot shows '25 - PROFISSIONAIS DAS CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS' selected in the 'Subgrupo Principal' dropdown. The right screenshot shows '26 - COMUNICADORES, ARTISTAS E RELIGIOSOS' selected. Below these dropdowns, a list of subgroups is displayed, with the selected one highlighted in blue. The list includes: 20 - PESQUISADORES E PROFISSIONAIS POLICIENTÍFICOS, 21 - PROFISSIONAIS DAS CIÊNCIAS EXATAS, FÍSICAS E DA ENGENHARIA, 22 - PROFISSIONAIS DAS CIÊNCIAS BIOLÓGICAS, DA SAÚDE E AFINS, 23 - PROFISSIONAIS DO ENSINO, 24 - PROFISSIONAIS DAS CIÊNCIAS JURÍDICAS, 25 - PROFISSIONAIS DAS CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS, 26 - COMUNICADORES, ARTISTAS E RELIGIOSOS, and 27 - PROFISSIONAIS EM GASTRONOMIA. At the bottom of each screenshot, there is a red link: 'Para entender os códigos das famílias ocupacionais, clique no link 'Informações Gerais''.

Fonte: BRASIL, 2016b.

É a partir desta delimitação que podemos melhor assimilar de onde surgiram os encaminhamentos do redator para a Família dos Profissionais da Publicidade e para a Família dos Profissionais da Escrita, conforme verificamos ao passar dos Subgrupos Principais (SGP) 25 e 26 aos Subgrupos (SG). Nestes, encontramos o SG 253 e o SG 261, dos “profissionais de relações públicas, publicidade e marketing” e dos “profissionais da comunicação e da informação”, respectivamente, bem como as suas Famílias correspondentes:

Figuras 11 e 12 – Subgrupos da CBO 2002 nos quais o redator se classifica e suas respectivas Famílias.



Fonte: BRASIL, 2016b.

Para visualizar mais adequadamente as categorias em que o redator se situa na CBO 2002 e estabelecer uma comparação com a sua classificação na CBO 94, condensamos as informações nos seguintes quadros:

Quadro 6 – Categorias nas quais a CBO 94 e a CBO 2002 classificam o redator – comparativo.

	CBO 94		CBO 2002	
<i>Grande Grupo</i>	(1) trabalhadores das profissões científicas, técnicas, artísticas e trabalhadores assemelhados		(2) profissionais das ciências e das artes	
<i>Nível de Competência</i>	sem especificação		nível máximo – 4	
<i>Subgrupo (CBO 94) / Subgrupo Principal (CBO 2002)</i>	(1-5) escritores, jornalistas, redatores, locutores e trabalhadores assemelhados		(25) profissionais das ciências sociais e humanas	(26) comunicadores, artistas e religiosos
<i>Grupo de Base (CBO 94) / Subgrupos (CBO 2002)</i>	(1-52) jornalistas e redatores	(1-59) escritores, jornalistas, redatores, locutores e trabalhadores assemelhados não classificados sob outras epígrafes	(253) profissionais de relações públicas, publicidade e marketing	(261) profissionais da comunicação e da informação
<i>Ocupações (CBO 94) / Famílias (CBO 2002)</i>	(1-52.10) jornalista, em geral (1-52.20) redator-chefe (jornal ou revista) (1-52.30) secretário de redação	(1-59.45) editor de livros (1-59.47) agente publicitário (1-59.55) relações públicas	(2531) profissionais de publicidade (2532) profissionais de comercialização e consultoria de serviços bancários	(2611) profissionais do jornalismo (2612) profissionais da informação (2613) arquivistas e museólogos

	(1-52.40) repórter (1-52.45) copidesque (1-52.50) redator de roteiros de cinema, rádio e televisão (1-52.60) redator-chefe de roteiros de cinema, rádio e televisão (1-52.70) redator de publicidade (1-52.75) redator de informação pública (1-52.80) redator técnico (1-52.90) outros jornalistas e redatores	(1-59.70) técnico em comunicação (1-59.90) outros escritores, jornalistas, redatores, locutores e trabalhadores assemelhados não classificados sob outras epígrafes deste grupo, por exemplo os que reúnem o material e participam da redação e organização de enciclopédias, os que escrevem as letras de canções e de outras composições musicais	(2533) corretores de valores, ativos financeiros, mercadorias e derivativos	(2614) filólogos, tradutores, intérpretes e afins (2615) profissionais da escrita (2616) editores (2617) locutores, comentaristas e repórteres de rádio e televisão (2618) fotógrafos profissionais
--	--	--	---	--

Fonte: Elaborado pela autora, 2015.

Quadro 7 – Ocupações que compõem as Famílias dos Profissionais da Publicidade, da Escrita e do Jornalismo.

OCUPAÇÕES DAS FAMÍLIAS DOS		
Profissionais da Publicidade (2531)	Profissionais da Escrita (2615)	Profissionais do Jornalismo (2611)
redator de publicidade publicitário diretor de mídia (publicidade) / coordenador de mídia diretor de arte (publicidade) diretor de criação diretor de contas (publicidade) agenciador de propaganda (agenciador de publicidade, corretor de anúncios (publicidade))	autor-roteirista <i>(adaptador de obras para teatro, cinema e televisão, argumentista-roteirista de história em quadrinhos, autor-roteirista de cinema, autor-roteirista de rádio, autor-roteirista de teatro, autor-roteirista de televisão, autor-roteirista multimídia, dramaturgista)</i> crítico <i>(crítico de artes plásticas, crítico de cinema, crítico de dança, crítico de jornal (ombudsman), crítico de música, crítico de rádio, crítico de teatro, crítico de televisão, crítico literário)</i> escritor de ficção <i>(autor de ficção, contista, cronista de ficção, dramaturgo, ensaísta de ficção, escritor de cordel, escritor de folhetim, escritor de histórias em quadrinhos, escritor de novela de rádio, escritor de novela de televisão, escritor de obras educativas de ficção, fabulista, folclorista de ficção, letrista (música),</i>	diretor de redação <i>(diretor adjunto)</i> editor <i>(editor assistente, editor de arte, editor de fotografia, editor de imagem, editor de rádio, editor de web, editor de área, editor executivo)</i> jornalista <i>(assistente de editorial, colunista, colunista de jornal, correspondente de jornal, correspondente de línguas estrangeiras, cronista, diarista em jornal, diretor noticiarista, editorialista, jornalista exclusive empregador, jornalista-empregador, radiojornalista, roteirista de jornal, roteirista na imprensa)</i> produtor de texto repórter (exclusive rádio e televisão) <i>(repórter cinematográfico, repórter correspondente, repórter de web,</i>

	<p><i>libretista, memorialista de ficção, novelista (escritor), prosador, romancista)</i></p> <p>escritor de não ficção <i>(biógrafo, cronista de não ficção, enciclopedista, ensaísta de não ficção, escritor de obra didática, escritor de obras científicas, escritor de obras educativas de não ficção, escritor de obras técnicas, folclorista de não ficção, memorialista de não-ficção)</i></p> <p>poeta <i>(letrista, trovador)</i></p> <p>redator de textos técnicos <i>(glossarista, redator de anais, redator de jornal, redator de manuais técnicos, redator de textos científicos, redator de textos comerciais)</i></p>	<p><i>repórter de área, repórter especial)</i></p> <p>revisor de texto</p>
--	--	--

Fonte: Elaborado pela autora, 2015.

Consoante registramos anteriormente, já nas primeiras linhas das categorias do Quadro 6 identificamos três alterações entre as duas versões do documento do MTE: as duas primeiras, a respeito do dígito e da nomenclatura do Grande Grupo em que a CBO 2002 passou a classificar o redator; a terceira, sobre a sua atual especificação em relação ao nível de competência dos profissionais aí contemplados. De acordo com esses comparativos, bem como destes resultados comparados àqueles que extraímos da base de dados da CBO 94, também verificamos que:

- ao contrário da CBO 94, a CBO 2002 não apresenta as profissões (de escritores, jornalistas, redatores e locutores) como grandes linhas do mercado de trabalho. No lugar destas, ela apresentará as áreas de atuação desses profissionais (nas ciências sociais e humanas ou na comunicação, nas artes e na religião), segundo a sua nova lupa de observação;

- os resultados da última grande categoria da CBO 2002 correspondem a Famílias, e não a Ocupações, tal como na CBO 94. E é dentro dessas Famílias que encontraremos as ocupações específicas de redator de publicidade, de redator de textos técnicos e de jornalista;

- diferentemente da CBO 94, que contemplava jornalistas e redatores como grandes linhas do mercado de trabalho e também como ocupações que guardavam entre si uma estreita similaridade em relação às atividades desenvolvidas, a CBO 2002 entende que cada um deles pertence a uma Família dotada de suas próprias

particularidades – a Família dos Profissionais da Publicidade, a Família dos Profissionais da Escrita e a Família dos Profissionais do Jornalismo –, conquanto exista um grau de parentesco que os aproxime e que permite aos trabalhadores a mobilidade entre esses campos. Assim, segundo as classificações da CBO 2002, redatores de publicidade, redatores de textos técnicos e jornalistas teriam em comum o fato de pertencerem ao mesmo Grande Grupo (GG 2, dos profissionais das ciências e das artes), sendo que os redatores de textos técnicos e os jornalistas ainda guardariam a proximidade de pertencer ao mesmo Subgrupo Principal (26, dos comunicadores, artistas e religiosos) e ao mesmo Subgrupo (261, dos profissionais da comunicação e da informação);

- ainda quanto à Família dos Profissionais do Jornalismo, a única menção à palavra “redação” aparece aplicada à ocupação de diretor (“diretor de redação”), subentendendo-se aí a “redação” como um departamento em que os jornalistas também poderiam atuar, e não como uma ocupação/profissão em si mesma;

- mesmo que estejam sob a mesma designação geral de “redatores”, a CBO 2002 também considera que aqueles cujo trabalho se volta à Publicidade devem ser categorizados num grupo distinto daqueles cujo trabalho se volta à Escrita e daquilo que, mais especificamente, ela intitula de “textos técnicos”;

- em conformidade com os resultados que já antecipáramos no início da nossa pesquisa nos sites da CBO 2002 e, posteriormente, na base de dados da CBO 94, o redator técnico da versão anterior não existe no documento atual sob esta mesma designação. Além disso, por “redator de textos técnicos” não se pode tomar um profissional pelo outro, haja vista que o próprio adjetivo qualifica referentes distintos: no primeiro caso, recai sobre o redator; no segundo, sobre o tipo de texto que ele escreve. Além disso, a considerar que o redator de textos técnicos também pode ser apresentado como redator de jornal e redator de textos comerciais, nota-se que a CBO 2002 não estaria se referindo exatamente ao mesmo profissional descrito pela CBO 94, cuja redação se vinculava exclusivamente a artigos, livros, manuais, folhetos e outras publicações de natureza técnica, direcionadas unicamente ao universo do trabalho;

- da mesma forma como não encontramos uma perfeita correspondência entre o redator técnico da CBO 94 e o redator de textos técnicos da CBO 2002, não identificamos na publicação atual as ocupações de secretário de redação, copidesque, redator de roteiros de cinema, rádio e televisão, redator-chefe de roteiros de cinema,

rádio e televisão e redator de informação pública, que podem ter sido excluídas ou incorporadas a atividades designadas por outros títulos;

- também diferentemente da CBO 94, cujos Grupos de Base e Ocupações abrangiam a rubrica “trabalhadores assemelhados não classificados sob outras epígrafes”, para a qual se reservava o código residual 90, a CBO 2002 recodificou todos os títulos sinônimos inscritos nos códigos 90, encaixando-os em alguma ocupação existente ou em uma nova ocupação.

Postas essas considerações e já com o redator bem situado nas publicações da CBO 94 e da CBO 2002, mediante os critérios adotados pelo documento antes e depois da sua revisão, passemos à abordagem do que podemos depreender a respeito não somente do redator de textos técnicos dentro da Família dos Profissionais da Escrita, como também da atividade de trabalho do jornalista – com o qual o redator de textos técnicos é tantas vezes confundido – e da atuação do redator de publicidade dentro da Família dos Profissionais da Publicidade – cuja classificação a CBO 2002 distancia da categorização do profissional da nossa pesquisa.

1.4 Redatores de textos técnicos, de publicidade e jornalistas: uma descrição desses “personagens”

Conforme expusemos no item anterior, as descrições que a CBO 2002 apresenta são aquelas referentes às Famílias, última categoria dos quatro grandes agrupamentos que compõem a sua estrutura de classificação. Assim, é nas Famílias dos Profissionais da Escrita, da Publicidade e do Jornalismo que vamos encontrar as definições que contemplariam não somente o redator de textos técnicos, o redator de publicidade e o jornalista, mas também a atividade dos demais profissionais que igualmente integram cada uma delas. Portanto, ao contrário da CBO 94, que descrevia tanto resumidamente quanto detalhadamente as características de cada profissão (a exemplo do Quadro 4), a CBO 2002 as associa a uma determinada Família cujas profissões exigiriam habilidades cognitivas comuns. Neste caso, ao descrever, por exemplo, a Família dos Profissionais da Escrita, ela abrangeria o exercício comum a autores-roteiristas, críticos, escritores de ficção, escritores de não ficção, poetas e redatores de textos técnicos, sendo que todas essas designações incluem outros nomes pelos quais essas ocupações podem ser conhecidas.

Neste e no próximo item, a nossa ênfase estará voltada às definições/prescrições correspondentes à Família dos Profissionais da Escrita e, por conseguinte, ao trabalho do redator de textos técnicos, seja por meio daquilo de que a sua atividade se aproximaria, seja por meio daquilo de que a sua atividade se afastaria. Para tanto, fez-se necessário reproduzir os principais atributos que distinguiriam o redator de publicidade e o jornalista do redator de textos técnicos, de acordo com a atual CBO. Acreditamos que essa abordagem seja importante para assinalar aquilo que, ao menos no documento normalizador do MTE, especifica cada uma dessas ocupações, já que, na prática, é comum que se associe a atuação do redator exclusivamente às agências de publicidade e/ou ao jornalismo diretamente.

Particularmente acerca da associação redator-jornalista, sobre a qual comentamos nas Considerações Iniciais, vale registrar que a linha divisória pode se revelar ainda mais tênue, a começar pelo fato de que agora já sabemos que ambas as ocupações pertencem ao mesmo Grande Grupo, ao mesmo Subgrupo Principal e ao mesmo Subgrupo da CBO 2002, mantendo um grau de parentesco bastante próximo, conquanto preservem as suas peculiaridades. Além disso, como elemento capaz de promover ainda mais essa associação tão comum, soma-se também a possibilidade de que o redator de textos técnicos atue como redator de jornal – designação esta que a CBO 2002 trata como um dos sinônimos pelo qual o redator de textos técnicos pode ser reconhecido.

Em relação à natureza das descrições das Famílias, a CBO 2002 compreende, de modo geral:

- descrição sumária – descreve as grandes áreas de atividade da Família Ocupacional para facilitar a codificação;
- formação e experiência – informa sobre a formação requerida para o exercício das ocupações;
- condições gerais do exercício – apresenta informações das atividades econômicas em que atuam os trabalhadores da referida Família Ocupacional, condição da ocupação – assalariado com carteira assinada, conta própria, empregador –, local e horário de trabalho e algumas condições especiais;
- código internacional na CIUO 88 – registra o código correspondente da Classificação Internacional Uniforme de Ocupações CIUO 88, para a comparação de estatísticas internacionais;

- áreas de atividades – descreve as tarefas (gerais e específicas) que a cada profissional da referida Família compete realizar, além de elencar as competências pessoais a serem demonstradas por ele;
- recursos de trabalho – contempla alguns recursos de trabalho usados nas ocupações descritas;
- notas (quando há) – considera as normas regulamentadoras de exercício ou relações de trabalho, bem como outras informações que possam orientar o leitor;
- especialistas e instituições participantes da descrição – nomeia cada um deles, lembrando que cada Família Ocupacional foi descrita por um grupo de 8 a 12 trabalhadores da área em oficina de trabalho (ou painel) com duração de 3 dias – 2 dias de descrição e 1 dia de revisão por outro comitê, também formado por trabalhadores;
- glossário (quando há) – explica os termos mais “técnicos”, próprios do universo dos profissionais que compõem a Família em questão.

1.4.1 Redatores de textos técnicos “versus” redatores de publicidade

Para efeito de comparação, das nove descrições anteriormente explicitadas, selecionaremos seis, estabelecendo um paralelo entre os resultados apresentados para a Família dos Profissionais da Publicidade – e, portanto, estendidos aos redatores de publicidade – e para a Família dos Profissionais da Escrita – e, portanto, estendidos aos redatores de textos técnicos. Com esse quadro, visamos a depreender de que modo a CBO 2002 distingue o campo de atuação entre esses profissionais:

Quadro 8 – Distinções da CBO 2002 entre os profissionais da publicidade/redator de publicidade e os profissionais da escrita/redator de textos técnicos.

	PROFISSIONAIS DA PUBLICIDADE / REDATOR DE PUBLICIDADE	PROFISSIONAIS DA ESCRITA / REDATOR DE TEXTOS TÉCNICOS <i>(glossarista, redator de anais, redator de jornal, redator de manuais técnicos, redator de textos científicos, redator de textos comerciais)</i>
1. DESCRIÇÃO SUMÁRIA	Desenvolvem propagandas e promoções , estruturando estratégia de projetos, planejamento estratégico, venda de serviços publicitários.	Escrevem textos literários para publicação, representação e outras formas de veiculação e, para tanto, criam projetos literários, pesquisando temas, elaborando esquemas preliminares. Podem buscar publicação ou encenação da obra literária, bem como a sua divulgação.
2. CONDIÇÕES GERAIS DO	Exercem as suas atividades em empresas de publicidade ou de forma autônoma , no caso dos agenciadores de propaganda.	Desenvolvem a escrita, trabalho intelectual e subjetivo, tanto no conteúdo, como na forma de organizá-lo e desenvolvê-lo.

EXERCÍCIO	Trabalham majoritariamente com carteira assinada ou associados a agências de publicidade. Trabalham em período diurno, sem supervisão.	Trabalham geralmente como autônomos, podendo exercer outras atividades de forma concomitante à escrita. São encontrados em várias atividades econômicas, dentre elas, no ensino e nas atividades culturais e recreativas. Costumam trabalhar sozinhos – exceção feita aos autores-roteiristas que trabalham em equipes interdisciplinares, em geral, em horários irregulares. Os processos de concepção e criação são partes importantes do seu trabalho, assim como as habilidades de organização, pesquisa, observação e reflexão.
3. FORMAÇÃO E EXPERIÊNCIA	Para o exercício dessas ocupações requer-se curso superior em Publicidade e Propaganda. O pleno exercício das atividades ocorre após um ou dois anos de experiência.	O exercício do trabalho não requer formação escolar definida, sendo imprescindível o domínio da língua, bem como das linguagens específicas aos vários veículos de comunicação para os quais se pode escrever, como teatro, TV, cinema, etc. É frequente a ocorrência de profissionais autodidatas.
4. ÁREAS DE ATIVIDADES ¹⁹ (COMPETÊNCIAS PESSOAIS)	<ol style="list-style-type: none"> 1. Trabalhar em equipe; 2. Demonstrar dinamismo; 3. Demonstrar pró-atividade; 4. Demonstrar criatividade; 5. Demonstrar habilidade de comunicação; 6. Demonstrar habilidade de comunicação verbal; 7. Ponderar opiniões divergentes; 8. Demonstrar senso crítico; 9. Adaptar-se a situações adversas; 10. Administrar conflitos; 11. Antever cenários futuros; 12. Demonstrar capacidade de trabalho interdisciplinar; 13. Demonstrar capacidade de negociação; 14. Demonstrar flexibilidade; 15. Demonstrar poder de síntese; 16. Demonstrar senso de oportunidade; 17. Demonstrar liderança; 18. Demonstrar senso estético; 19. Adaptar linguagem ao público; 20. Demonstrar capacidade de escuta atenta (saber ouvir); 21. Assumir riscos; 22. Manter relacionamento com o cliente; 23. Manter relacionamento com veículos de comunicação. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Demonstrar hábito de leitura; 2. Demonstrar criatividade; 3. Desenvolver intuição; 4. Demonstrar senso de observação; 5. Dominar a língua; 6. Dominar a linguagem específica do veículo (TV, livro, cinema, teatro, jornal, etc.); 7. Negociar contrato de edição; 8. Discutir direitos autorais; 9. Participar de comissões julgadoras.
5. RECURSOS DE TRABALHO	Recursos de informática Telefone, fax, celular Publicações técnicas Revistas e jornais Material de escritório	Computador Máquina de escrever Fitas de vídeo Papel Cesta de lixo

¹⁹ Conforme registramos no item 1.4, as “áreas de atividades” contemplam aquelas ações (gerais e específicas) que a cada profissional da referida Família compete realizar, bem como as competências pessoais de que deve dar mostras. E, para este quadro, priorizamos este último aspecto, que será oportunamente retomado nas nossas Considerações Finais.

	<i>Softwares</i> Filmadora Máquina fotográfica Recursos audiovisuais	Mesa Iluminação Cadeira Gravador Fitas magnéticas Dicionário Disquete Livros Lápis Borracha Telefone
6. NOTAS	Norma Regulamentadora: Lei nº 5.377, de 11 de dezembro de 1967 – Disciplina a profissão de Relações Públicas e dá outras providências. Decreto nº 63.283, de 26 de setembro de 1968 – Regulamenta a Lei nº 5.377/67. Decreto-Lei nº 860, de 11 de setembro de 1969 – Dispõe sobre a constituição do Conselho Federal e dos Conselhos Regionais de Profissionais de Relações Públicas e dá outras providências.	

Fonte: Elaborado pela autora, 2015.

Com base nas informações reproduzidas no Quadro 8, é possível reconhecer em alguns trechos aquelas definições que corresponderiam mais diretamente ao que, em geral, já se associa mais facilmente ao trabalho do redator de publicidade e, com um grau mais acentuado de dificuldade, ao trabalho do redator de textos técnicos. Assim, verificamos que:

1. *Em relação à descrição sumária*, os redatores de publicidade teriam o seu exercício profissional associado ao desenvolvimento de propagandas e promoções; já os redatores de textos técnicos parecem não ter a sua atividade contemplada na definição geral que se faz das Famílias que compõem a categoria dos profissionais da escrita. Uma vez que esta também é composta por autores-roteiristas, críticos, escritores de ficção, escritores de não ficção e poetas, a sua descrição sumária teria privilegiado a escrita literária e outras ações que lhe são relacionadas, sem abranger os gêneros textuais atribuídos ao redator de textos técnicos.

Todavia, na comparação entre o exercício do redator de publicidade e o exercício do redator de textos técnicos, uma ressalva se mostra importante, dado que este último também apresenta a designação de “redator de textos comerciais” como um de seus possíveis sinônimos. Neste sentido, estimamos haver aí uma aproximação entre as duas ocupações a que nos referimos, embora a nossa dificuldade de encontrar uma definição específica para o gênero “textos comerciais”.

Em dois artigos acadêmicos, por exemplo (RUSSO²⁰, 2012, p. 6; JOSÉ²¹, 2001, p. 1), os textos comerciais são mencionados no contexto da propaganda/publicidade das empresas. Versando sobre o processo de produção de notícias em emissoras de rádio e sobre um programa radiofônico, respectivamente, os artigos referem-se aos textos comerciais como anúncios de empresas/marcas que visam a despertar o interesse de um determinado público (de consumidores ou potenciais consumidores), “informando-lhes” algo relativo aos seus produtos e/ou serviços (e daí, portanto, eles assumirem um caráter de “informação pública”, muito embora essas “informações públicas” sejam provenientes de empresas não públicas). É neste contexto que encontraremos os seguintes registros:

Textos comerciais são diferentes dos textos noticiosos. O tempo e o ritmo de leitura são outros; a interpretação é diversa uma da outra e, portanto, a forma como se deixa marcada a mensagem para o receptor será única para cada passo. Ou seja, o emissor da mensagem, seja este o locutor, apresentador, entrevistador que tem contato com a **notícia ligada à empresa ou à marca** deverá ser bem orientado sobre como apresentar a notícia (RUSSO, 2012, p. 6, grifos nossos).

[...] **Jingles e ‘reclames’, como eram denominados os textos comerciais falados**, precisavam **atrair** a escuta dos ouvintes e **fixar a marca diante do público para torná-lo consumidor** [...] (JOSÉ, 2001, p. 2-3, grifos nossos).

Já nos artigos que abordam conteúdos relacionados à Língua Portuguesa, a busca pelas palavras “textos comerciais” resulta, na maioria das vezes, no gênero “carta comercial”, cujas características quase sempre são apresentadas em oposição ao que seria a “carta pessoal”. No entanto, não acreditamos que a designação “redator de textos comerciais” possa ser tomada unicamente pela redação de cartas comerciais, mas, sim, por um número de textos mais abrangentes, cuja finalidade seria a de “informar”/mobilizar um determinado público – finalidade esta que, no geral, encontra-se atribuída ao texto publicitário.

Assim, apesar da categorização em que a CBO 2002 distingue os redatores de publicidade dos redatores de textos técnicos desde o Subgrupo Principal a que cada um atualmente pertence, a nossa hipótese é a de que ao redator de textos técnicos incorporou-se parte da atividade antes realizada pelo redator de informações públicas

²⁰ André Naveiro Russo, jornalista da Rádio Bandeirantes, coordenador da Central de Atendimento ao Ouvinte, graduado em Jornalismo (FIAM – 1998) e Publicidade e Propaganda (ESPM – 1990), tem especialização em Comunicação Jornalística/Jornalismo Institucional (PUC-SP – 2004).

²¹ Profa. Dra. Carmen Lucia José, Professora da Universidade São Judas Tadeu, Doutora pelo Programa de Comunicação e Semiótica da PUC-SP.

que encontramos na classificação da CBO 94 (Quadro 4), a quem cabia, por exemplo, a redação de comunicados para a imprensa e, mediante a conferência com o seu superior imediato, a definição da natureza da *publicidade* e do estilo desejado para a apresentação dos materiais, de modo que fossem obtidos os efeitos desejados pelas empresas.

Tal como consideramos no item 1.3.1, a profissão de redator de informações públicas (1-52.75) equivaleria a uma “espécie de meio-termo” entre o trabalho do redator de publicidade (1-52.70) e aquele que, na CBO 94, era o redator técnico (1-52.75). Agora, portanto, aventamos a possibilidade de que o redator de textos técnicos da CBO 2002 seja a somatória do redator técnico e do redator de informações públicas de outrora, sendo que as particularidades desta última ocupação o aproximariam do redator de publicidade, de quem a atual versão do documento normalizador do MTE o distancia.

2. *Em relação às condições gerais de exercício*, os redatores de publicidade exerceriam a sua atividade em empresas de publicidade ou de forma autônoma, predominantemente com carteira assinada ou vinculados a uma agência de publicidade, ao passo que os redatores de textos técnicos geralmente trabalhariam como autônomos, podendo exercer outras atividades de forma concomitante à escrita.

Ainda acerca da definição dada pela CBO 2002 aos profissionais da escrita, podemos depreender que, assim como os demais profissionais dessa Família, o redator de textos técnicos também desenvolveria a escrita como um trabalho intelectual e subjetivo, tendo nos processos de concepção e criação partes importantes do seu trabalho (o que também pressupomos aplicar-se à atividade do redator de publicidade).

3. *Em relação à formação e experiência*, a CBO considera que o redator de publicidade deveria, obrigatoriamente, formar-se no curso superior de Publicidade e Propaganda, estimando cerca de dois anos para que o profissional atue de forma plena. Quanto ao redator de textos técnicos, não haveria uma formação escolar definida, e o documento se reporta ao domínio da língua como um quesito que lhe seria imprescindível, acrescentando ainda que seria frequente a ocorrência de profissionais autodidatas.

No que tange à frequência de profissionais da escrita autodidatas, cabe lembrar que ao atual Grande Grupo 2, do qual tanto os redatores de publicidade quanto os redatores de textos técnicos fazem parte, corresponde o nível de competência mais alto de todos os agrupamentos – nível 4. Isto porque, de acordo com a CBO 2002, *a maioria*

das ocupações deste Grande Grupo requer competências nível 4 da Classificação Internacional Uniforme de Ocupações (CIUO 88), sendo que o nível 4 reúne os profissionais de nível superior. Assim, poderíamos inferir que, ao não contemplar uma formação escolar mínima para os profissionais da escrita – diferentemente do que se constata em relação aos profissionais da publicidade –, o documento normalizador do MTE os consideraria parte da minoria das ocupações para as quais não se exigiria formação em curso superior, incluindo-se aí o redator de textos técnicos?

4. *Em relação às competências pessoais necessárias ao exercício da atividade*, destacamos uma competência que seria comum às Famílias dos Profissionais da Publicidade e da Escrita, estendendo-a ao trabalho dos seus respectivos redatores: “demonstrar criatividade” (item 4 da coluna 2 e item 2 da coluna 3). Além desta, ao redator de publicidade também competiria “demonstrar habilidade de comunicação” e “de comunicação verbal”, “ponderar opiniões divergentes”, “demonstrar senso crítico” (lembrando que, como o redator de textos técnicos também pode ser designado como redator de jornal, estas duas últimas competências poderiam lhe ser igualmente atribuídas, ainda que a necessidade de ponderar opiniões e demonstrar senso crítico não seja uma exclusividade de quem escreve apenas o texto jornalístico), “adaptar-se a situações diversas”, “administrar conflitos”, “demonstrar capacidade de negociação” e “flexibilidade” (estas não seriam exigências usuais não apenas ao redator de publicidade e ao redator de textos técnicos, mas, ainda, a inúmeros outros profissionais das mais diferentes áreas?), “demonstrar poder de síntese” e “adaptar linguagem ao público” (que também poderiam se aplicar, por exemplo, aos glossaristas e aos redatores comerciais – nomenclatura sinônima do redator de textos técnicos), “assumir riscos” (em se tratando da escrita, especificamente, e em se considerando a impossibilidade de qualquer redator se antecipar a todos os efeitos de sentido que poderiam sobrevir da leitura realizada pelo público ao qual o seu texto se destina, a ação de redigir também não seria, por si só, a assunção de alguma possibilidade de insucesso, uma vez que a maneira como o leitor depreende um texto pode não corresponder aos efeitos de sentido que se pretendeu produzir originalmente? A simples substituição de uma palavra por outra não seria, naturalmente, assumir o risco de que ela concentrasse um valor semântico muito peculiar para um determinado número de leitores – o que a tornaria, talvez, mais favorável, menos favorável ou totalmente desfavorável à impressão que o redator (seja ele de publicidade ou não) pretendesse produzir?).

Já ao redator de textos técnicos, da lista de competências que mais se dirigiriam à sua atuação, constam “demonstrar hábito de leitura” (o que poderia ser uma premissa a todo aquele que se dedica à escrita), “dominar a língua” e “dominar a linguagem específica do veículo” (conquanto estas também tendam a ser necessidades das quais os redatores de publicidade partilham).

Sobre as competências “negociar contrato de edição” e “discutir direitos autorais” (que não por acaso seriam antecedidas pelo item “participar de comissões julgadoras”), elas aparecem aí sugerindo a sua relação direta com as atividades literárias – sobre as quais se fixam praticamente todas as definições que a CBO 2002 atribui à Família dos Profissionais da Escrita. Contudo, para que não nos prendêssemos apenas ao contexto e dele não extraíssemos um entendimento precipitado, foi na descrição das atividades gerais²² que buscamos alguma informação que ratificasse ou invalidasse essa associação automática entre as três últimas competências (“negociar contrato de edição”, “discutir direitos autorais” e “participar de comissões julgadoras”) e, particularmente, o exercício de autores-roteiristas, críticos, escritores e poetas (lembrando que, pela ordem de apresentação da referida Família, essas ocupações antecedem, por sua vez, o registro do redator de textos técnicos). E, das atividades gerais elencadas (*escrever textos, criar projeto literário, pesquisar temas pertinentes ao projeto, elaborar esquema preliminar, buscar a publicação ou encenação da obra literária e divulgar a obra*), foi sob o título “buscar a publicação ou encenação da obra literária” que encontramos a correlação com as competências “negociar contrato de edição” e “discutir direitos autorais” determinadas pelo documento normalizador do MTE:

- procurar editor para publicação;
- enviar textos para concursos literários;
- procurar produtor de teatro, cinema e televisão;
- analisar propostas de trabalho predefinidas;
- procurar coordenador de coleções;
- procurar agentes literários.

Contudo, ainda que a aplicação das competências “negociar contrato de edição” e “discutir direitos autorais” se detivesse, de início, nas atividades desempenhadas por outros profissionais que não o redator de textos técnicos, vimos aí a possibilidade de

²² Ver nota 20.

propor uma outra aproximação, na qual se inclui o trabalho desenvolvido por essa categoria. Afinal, se não a “negociação do contrato de edição”, a “negociação do contrato” seria uma condição característica da própria contratação em si.

No caso do redator de textos técnicos que escreve em nome dos seus contratantes, a edição – tomada como publicação, reprodução, difusão, etc. – não costuma ser uma etapa que dependa da sua intervenção ou aprovação: uma vez que a redação é entregue, a propagação do texto fica a cargo daquele que o recebeu, sendo que, *a priori*, os possíveis canais nos quais esse texto ganhará espaço somente serão comunicados ao redator para que ele possa adaptar a linguagem ao tipo de veículo em questão.

Ainda quanto à negociação do contrato como uma condição inerente ao próprio exercício profissional, cumpre acrescentar que é nesta condição, inclusive, que se esclarece (ou, não raro, desta condição é que muitas vezes se subentende) a quem pertencem os “direitos autorais”, independentemente de o redator de textos técnicos ser um enunciador anônimo de outros locutores. Isto porque a dúvida geralmente não se demora nos nomes aos quais se atribuirá o desenvolvimento do texto, mas, quase sempre, numa questão voltada à continuidade, à sustentação do próprio trabalho: diante de um novo contratante, o redator poderá apresentar aquele conjunto de redações como sendo “de sua autoria”, “comprovando a sua experiência”? Aquela pessoa física ou jurídica que o remunerou pela sua escrita e em nome da qual os textos foram publicados não se sentiria (ou não seria) prejudicada, caso alguém viesse a saber que, na verdade, não foi ela a “autora original” daquele conteúdo? E, ainda no que concerne à comprovação da sua experiência, esse redator poderia reunir toda a sua produção textual numa espécie de “portfólio”, demonstrando publicamente (como, por exemplo, por meio de um site profissional) o produto final do seu exercício? Se não pela exposição daquilo que já redigiu – bem como pelo acréscimo de informações a respeito do alcance daquela redação, dos comentários nas mídias em que ela circulou, das adesões que possa ter promovido –, que outros “resultados” o redator poderia, por exemplo, sobrelevar no seu currículo?

Foi por este viés, aliás, que se conduziu a discussão reproduzida na Figura 1 (ver Considerações Iniciais) promovida pelos próprios profissionais do grupo do Facebook denominado “Redatores da Depressão”²³. Conquanto o membro responsável pela

²³ Disponível em: <<https://www.facebook.com/groups/832061666843059/?fref=ts>>. Acesso em: 22 nov. 2015.

postagem que iniciou a conversa tenha se adiantado ao considerar: “[...] *Sabemos que como freelance, ao vender um texto perdemos o direito de autoria sobre ele. Qualquer pessoa que comprar poderá assinar aquilo que você produziu [...]*”, de tal modo que guarde nisto um fato do qual todos os colegas de profissão já teriam/têm ciência, ele problematiza adiante: “[...] *Qual é sua opinião sobre este tema tão importante para nós. Você acha que por ter sido vendido o texto pode ser assinado por qualquer pessoa? Ou o direito autoral deveria permanecer seu [...]*?”. Ou seja: ainda quando já se sabe (“sabemos”) da improbabilidade de que o redator de textos técnicos possa reivindicar como sendo de sua autoria os textos que ele mesmo criou, a discussão – e, quiçá, a insatisfação – em torno dos direitos autorais permanece(m), de tal forma que a competência “discutir direitos autorais” pode, na prática, ganhar uma amplitude para além do universo literário ao qual se mostraria naturalmente circunscrita²⁴.

Por fim, deixamos em aberto uma competência que abrange o redator de textos técnicos e chama especial atenção: “desenvolver intuição”. Mas a que tipo de habilidade/capacidade a CBO 2002 estaria se referindo, efetivamente?

Na ausência de qualquer nota que nos disponibilizasse essa resposta no próprio site do documento, retornamos ao dicionário. Lembramos que, nas palavras de Sírio Possenti (2012a), “[...] Dicionários são catálogos de palavras. Registram sua grafia ou grafias, sua história e seus sentidos. [...]. Se o dicionário é bem feito, se resulta de boa pesquisa, incluirá as acepções das palavras e assinalará também o efeito ou a origem de certos usos [...]”. E foi exatamente nos sentidos em uso do termo “intuição” que buscamos depreender de que modo o seu desenvolvimento se vincularia à prática dos profissionais da escrita e, particularmente, à prática do redator de textos técnicos.

À exceção das definições apresentadas consoante três diferentes correntes filosóficas (cartesianismo, kantismo e *bergsonismo*), bem como à parte o entendimento a partir da perspectiva teológica, destacamos os seguintes significados primeiramente atribuídos à “intuição”²⁵, segundo o Grande Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa (2012): “1 faculdade de perceber, discernir ou presentir coisas, independentemente de raciocínio ou de análise; presságio” e “2 forma de conhecimento direta, clara e

²⁴ O nosso sincero agradecimento à Profa. Dra. Ana Raquel Motta de Souza, já que foi por meio da sua atenciosa leitura, da qual sobreveio o apontamento quanto às demais competências que poderiam ser reivindicadas pelo redator de textos técnicos, que pudemos, então, desenvolver este e outros trechos a ele relacionados, tão pertinentes ao exercício do profissional sobre o qual nos debruçamos.

²⁵ INTUIÇÃO. In: DICIONÁRIO Houaiss da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Instituto Antônio Houaiss, 2012. Disponível em: <<http://houaiss.uol.com.br/busca?palavra=intui%25C3%25A7%25C3%25A3o>>. Acesso em: 25 jan. 2016.

imediate, capaz de investigar objetos pertencentes ao âmbito intelectual, a uma dimensão metafísica ou à realidade concreta”.

Ainda nesse primeiro momento, assinaladas ambas as possibilidades de compreensão acerca da faculdade intuitiva, salientamos a definição filosófica registrada pelo dicionário, segundo a qual a *intuição* seria uma “*forma de conhecimento direta, clara e imediata*”, cuja capacidade de investigação se daria em relação a objetos pertencentes a três universos distintos – *intelectual, metafísico e concreto*. Assim, numa associação possível quanto ao sentido empregado pelo documento normalizador do MTE, poderíamos aventar que precisamente aí a CBO 2002 estaria contemplando o elemento a se sobrepor à falta de uma formação escolar definida para a Família dos Profissionais da Escrita. É possível ainda que, ao registrar “demonstrar criatividade” como uma competência que, ao menos em sua própria lista, antecede o item “desenvolver intuição”, a CBO estivesse sugerindo que exercitar a criatividade (a exemplo dos autores e escritores de ficção) seria uma condição que precede a própria formação, posto que a formação não seria o bastante para o exercício da profissão. Nesse mesmo sentido, aspectos relativos à formação escolar seriam insuficientes para a escrita de um poeta que, de si mesmo, não manifestasse qualquer vocação ou talento para se valer das palavras a fim de extravasar a própria sensibilidade. Sobretudo no universo literário em que a CBO 2002 os classifica, os profissionais em questão disporiam, naturalmente (isto é, *intuitivamente*) de uma *percepção diferenciada*, seja para produzir um trabalho de cunho *intelectual* (como os críticos e escritores de ficção), seja para produzir um trabalho de cunho *metafísico* (como os poetas) ou sobre a *realidade concreta* (como os escritores de não ficção). Portanto, mais valeriam os seus próprios “insights” do que as teorias que, ao contrário da *intuição*, equivaleriam a uma “forma de conhecimento indireto” (adquirida, por exemplo, mediante estudos) e não lhes bastariam por si.

A propósito dessa “forma de conhecimento *rápida, clara e imediata*” que – de acordo com o dicionário – caracteriza a *intuição*, é possível que a própria palavra “insight” pudesse ser utilizada em substituição à repetição da primeira. Isto porque, também de acordo com o primeiro sentido registrado pelo Houaiss, “insight”²⁶ é nada menos do que “clareza súbita na mente, no intelecto de um indivíduo; iluminação,

²⁶ INSIGHT. In: GRANDE DICIONÁRIO Houaiss da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Instituto Antônio Houaiss, 2012. Disponível em: <<http://houaiss.uol.com.br/busca?palavra=insight>>. Acesso em: 25 jan. 2016.

estalo, luz”, de modo que tanto o *insight* quanto a *intuição* têm em comum a *clareza* e a *rapidez/imediatismo* com que se dão *na mente/em forma de conhecimento*. E, à parte achar-se dissociado do universo literário (pela própria designação da sua profissão), estaria o redator de textos técnicos desobrigado da necessidade de “desenvolver a intuição” entre as suas competências pessoais – ou, ainda, imune à ocorrência de “insights”, dada a “técnica” por si só caracterizar de que tipos seriam os seus textos?...

5. *Em relação aos recursos de trabalho*, é preciso registrar que algumas dúvidas perpassaram a nossa avaliação. Afinal, se os redatores de publicidade se utilizariam de recursos de informática, audiovisuais e materiais de escritório (o que pode representar uma vasta série de outros itens daí derivados), com o que os redatores de textos técnicos efetivamente trabalhariam (além do computador), tendo-se em vista os itens que lhes foram atribuídos pela CBO 2002? “Mesa”, “papel”, “cadeira”, “lápiz”, “borracha”, “telefone” e “cesta de lixo” não seriam objetos constantes até mesmo de locais onde não se encontram redatores?

Além disso, ao citar “máquina de escrever” e “disquete” como recursos de trabalho, acreditamos que o documento ofereça oportunidade para outro questionamento, uma vez que, de acordo com as informações publicadas pela CBO 2002, ela estaria apoiada por um conjunto de instituições conveniadas que atualizaria a sua base de forma contínua e nela incrementaria novos desenvolvimentos, sob a coordenação do MTE.

6. *Em relação às notas*, vemos que a atividade do redator de publicidade está amparada por normas regulamentadoras (pelas quais a CBO não é a responsável), ao passo que o mesmo não ocorre no que tange ao exercício dos profissionais da escrita e, portanto, à prática do redator de textos técnicos. Ainda não existem normas que regulamentariam o trabalho desta classe de redatores e que lhes confeririam, por exemplo, as especificações da sua atividade, os seus pré-requisitos, os setores de atuação que lhes seriam correspondentes, os contratos pelos quais as suas relações se estabeleceriam, etc.

Por esta e pelas demais razões que expusemos até aqui, investigando as diferenças com as quais a CBO 2002 categoriza os redatores em duas famílias diversas, seria possível depreender que, comparativamente – e já desde a sua base teórica –, a profissão do redator de publicidade desfrutaria uma visibilidade e um prestígio muito mais significativos do que a profissão do redator de textos técnicos (se é que este os tenha), ainda que, na prática, ambos possivelmente não revelem toda a disparidade que

poderíamos assimilar numa primeira leitura dos quadros publicados pelo novo documento do MTE.

Por fim, realizado esse paralelo entre os resultados que a CBO 2002 apresenta para descrever/prescrever as ocupações da Família dos Profissionais da Publicidade e da Família dos Profissionais da Escrita, bem como dos seus respectivos redatores, analisemos as distinções que ela estabelece entre a Família dos Profissionais do Jornalismo e a Família dos Profissionais da Escrita, nas quais se encontram o jornalista e o redator de textos técnicos, conhecendo um pouco melhor as definições/prescrições que orientariam as suas atividades.

1.4.2 Redatores de textos técnicos “versus” jornalistas

Conforme já abordamos nas Considerações Iniciais, as profissões de redator de textos técnicos e jornalista muitas vezes se associam na concepção adotada pelo senso comum. Exemplos disto são os significados que reproduzimos a partir da pesquisa realizada nos dicionários, nos quais o redator (de textos técnicos) e o jornalista majoritariamente se confundem, numa demonstração dos sentidos que circulam na sociedade de modo geral.

Na CBO 94, verificamos que jornalistas e redatores integravam o mesmo Grande Grupo, o mesmo Subgrupo e o mesmo Grupo de Base, intitulando uma mesma Família e estando completamente indissociáveis, ainda que cada ocupação preservasse as suas particularidades – o jornalista, por exemplo, desenvolvia atividades diferentes daquelas desenvolvidas pelo redator de publicidade e pelo redator técnico.

Na CBO 2002, por sua vez, jornalistas e redatores permaneceram integrando o mesmo Grande Grupo, o mesmo Subgrupo Principal e o mesmo Subgrupo, mas foram categorizados em Famílias de profissionais específicas, segundo critérios que passaram a privilegiar a amplitude dos empregos e de suas complexidades, bem como as habilidades cognitivas comuns exigidas no exercício de um determinado campo de trabalho.

É visando a conhecer quais seriam essas habilidades específicas que, para efeito de comparabilidade, novamente selecionaremos seis itens das descrições que a CBO 2002 registra para cada Família, estabelecendo um paralelo entre os resultados apresentados para a Família dos Profissionais do Jornalismo – e, portanto, estendidos aos jornalistas – e para a Família dos Profissionais da Escrita – e, portanto, estendidos

aos redatores de textos técnicos. Com esse quadro, visamos a depreender de que modo a CBO 2002 distingue o campo de atuação entre esses profissionais:

Quadro 9 – Distinções da CBO 2002 entre os profissionais do jornalismo/jornalista e os profissionais da escrita/redator de textos técnicos.

	<i>PROFISSIONAIS DO JORNALISMO / JORNALISTA</i> <i>(assistente de editorial, colunista, colunista de jornal, correspondente de jornal, correspondente de línguas estrangeiras, cronista, diarista em jornal, diretor noticiarista, editorialista, jornalista exclusive empregador, jornalista-empregador, radiojornalista, roteirista de jornal, roteirista na imprensa)</i>	PROFISSIONAIS DA ESCRITA / REDATOR DE TEXTOS TÉCNICOS <i>(glossarista, redator de anais, redator de jornal, redator de manuais técnicos, redator de textos científicos, redator de textos comerciais)</i>
1. DESCRIÇÃO SUMÁRIA	Recolhem, redigem, registram através de imagens e de sons, interpretam e organizam informações e notícias a serem difundidas, expondo, analisando e comentando os acontecimentos. Fazem seleção, revisão e preparo definitivo das matérias jornalísticas a serem divulgadas em jornais, revistas, televisão, rádio, internet, assessorias de imprensa e quaisquer outros meios de comunicação com o público.	Escrevem textos literários para publicação, representação e outras formas de veiculação e, para tanto, criam projetos literários, pesquisando temas, elaborando esquemas preliminares. Podem buscar publicação ou encenação da obra literária, bem como a sua divulgação.
2. CONDIÇÕES GERAIS DO EXERCÍCIO	Os profissionais trabalham exercendo funções variadas dentro da área jornalística, nos diversos meios de comunicação, sejam eles de caráter público ou privado. Costumam desenvolver suas atividades em equipe, em horários regulares ou não, e seus vínculos de trabalho podem ser como empregados ou autônomos. Em algumas atividades, alguns profissionais podem estar sujeitos aos efeitos do trabalho sob pressão por prazos, do ruído intenso, da exposição prolongada à radiação proveniente dos monitores de computadores e a lesões por esforços repetitivos.	Desenvolvem a escrita, trabalho intelectual e subjetivo, tanto no conteúdo, como na forma de organizá-lo e desenvolvê-lo. Trabalham geralmente como autônomos, podendo exercer outras atividades de forma concomitante à escrita. São encontrados em várias atividades econômicas, dentre elas, no ensino e nas atividades culturais e recreativas. Costumam trabalhar sozinhos – exceção feita aos autores-roteiristas que trabalham em equipes interdisciplinares, em geral, em horários irregulares. Os processos de concepção e criação são partes importantes do seu trabalho, assim como as habilidades de organização, pesquisa, observação e reflexão.
3. FORMAÇÃO E EXPERIÊNCIA	O exercício dessas ocupações requer formação em Jornalismo.	O exercício do trabalho não requer formação escolar definida, sendo imprescindível o domínio da língua, bem como das linguagens específicas aos vários veículos de comunicação para os quais se pode escrever, como teatro, TV, cinema, etc. É frequente a ocorrência de profissionais autodidatas.
4. ÁREAS DE ATIVIDADES ²⁷	1. Dominar a língua portuguesa; 2. Manter-se bem informado; 3. Possuir espírito de equipe;	1. Demonstrar hábito de leitura; 2. Demonstrar criatividade; 3. Desenvolver intuição;

²⁷ Conforme registramos no item 1.4, as “áreas de atividades” contemplam aquelas ações (gerais e específicas) que a cada profissional da referida Família compete realizar, bem como as competências pessoais de que deve dar mostras. E, para este quadro, priorizamos este último aspecto, que será oportunamente retomado nas nossas Considerações Finais.

(COMPETÊNCIAS PESSOAIS)	<p>4. Manter postura ética; 5. Admitir opiniões divergentes; 6. Exercitar a criatividade; 7. Possuir sensibilidade social; 8. Cultivar a capacidade de observação; 9. Cultivar a curiosidade; 10. Exercer o senso crítico; 11. Desenvolver capacidade de organização; 12. Desenvolver capacidade de improvisação; 13. Manter imparcialidade ao informar; 14. Conhecer informática; 15. Comunicar-se em outro idioma; 16. Seguir o código de ética dos jornalistas.</p>	<p>4. Demonstrar senso de observação; 5. Dominar a língua; 6. Dominar a linguagem específica do veículo (TV, livro, cinema, teatro, jornal, etc.); 7. Negociar contrato de edição; 8. Discutir direitos autorais; 9. Participar de comissões julgadoras.</p>
5. RECURSOS DE TRABALHO	<p>Papel Cadeira Ilha de edição (som e imagem) Releases Envelopes Armário Grampeador CD e disquetes Microcomputadores equipados com softwares da área Revistas especializadas Durex Biblioteca/videoteca Videocassete Equipamentos/mobiliário ergonômicos Dicionários e manuais de redação Canetas/canetas marca texto/lápis de desenho Equipamentos de transmissão Relógio Quadro de avisos Pastas Clips/grampos Estúdio fotográfico/laboratório para revelação de Mala direta Lista telefônica Xerox Secretária eletrônica Estúdio de TV/cabine de áudio Cabide de jornais - arquivo Gravador CD Telefones (fixo e celular) Iluminação apropriada Gravador / fitas Régua Impressora colorida Agências de notícias Correspondentes estrangeiros Microfones Centros de documentação Scanner Carro Máquina de calcular Televisão Internet</p>	<p>Computador Máquina de escrever Fitas de vídeo Papel Cesta de lixo Mesa Iluminação Cadeira Gravador Fitas magnéticas Dicionário Disquete Livros Lápis Borracha Telefone</p>

	Mapa urbano Calendário Gravador Jornais locais e grande imprensa nacionais E-mail Rádio comunicador Revistas semanais Rádio Ventilação Agenda endereços Blocos de anotações Fax Sala de redação Câmara fotográfica digital Mesa	
6. NOTAS	Norma regulamentadora: Decreto- lei nº 972, de 17 de outubro de 1969. Dispõe sobre o exercício da profissão de jornalista. Decreto nº 83.284, de 13 de março de 1979 – dá nova regulamentação do Decreto-Lei nº 972, de 17 de outubro de 1969, que dispõe sobre o exercício da profissão de jornalista, em decorrência das alterações introduzidas pela Lei nº 6.612 de 7 de dezembro de 1978. Obs.: o art. 11 do Decreto nº 82.285/78 estabelece que as funções desempenhadas pelos jornalistas, como empregados, serão assim classificadas: redator , noticiarista, repórter, repórter de setor, rádio repórter, arquivista - pesquisador, revisor, ilustrador, repórter fotográfico, repórter cinematográfico e diagramador.	

Fonte: Elaborado pela autora, 2015.

Com base nas informações reproduzidas no Quadro 9, é possível reconhecer em alguns trechos aquelas definições que corresponderiam mais diretamente ao que, em geral, já se associa mais facilmente ao trabalho do jornalista e, com um grau mais acentuado de dificuldade, ao trabalho do redator de textos técnicos. Assim, verificamos que:

1. *Em relação à descrição sumária*, são notáveis as diferenças em relação à apresentação dos profissionais do jornalismo e à apresentação dos profissionais da escrita, numa oposição que poderia ser resumida no formato “texto/universo jornalístico x texto/universo literário”. Contudo, dado que a descrição sumária que a CBO 2002 confere aos profissionais da escrita prioriza a atividade literária, não contemplando o exercício do redator de textos técnicos, poderíamos estabelecer alguns pontos em comum entre este e o jornalista a partir da própria descrição em questão. Isto porque, tal qual os jornalistas, os redatores de textos técnicos também pesquisariam, redigiriam, interpretariam, organizariam, exporiam e analisariam informações – lembrando que,

entre as suas designações, eles também podem ser conhecidos como “redatores de jornal”.

Além disso, as redações do redator de textos técnicos (na condição de redator de textos comerciais e de redator de jornal) também seriam publicadas em jornais, revistas, internet e quaisquer outros meios de comunicação com o público.

É de se ressaltar, no entanto, que o referente “matérias jornalísticas” tende a assinalar o grande produto do trabalho desenvolvido pelo jornalista, o que o distinguiria substancialmente do redator de textos técnicos, inclusive porque essas matérias jornalísticas não se restringiriam à comunicação por meio da escrita, mas abrangeriam outros tipos de registros a serem divulgados, por exemplo, em rádio e televisão.

2. *Em relação às condições gerais do exercício*, os jornalistas exerceriam funções bastante variadas. No quadro, logo no título da coluna destinada aos profissionais do jornalismo, basta ver, por exemplo, os sinônimos pelos quais o jornalista pode ser nomeado. No caso do redator de textos técnicos, as suas demais designações somam um número menor.

Quanto aos vínculos de trabalho, jornalistas e redatores de textos técnicos poderiam ser autônomos, trabalhar ou não em horários regulares e estar sujeitos à pressão dos prazos, embora seja de se esperar que os jornalistas venham a sofrer bem mais acentuadamente esse efeito.

Apesar de a descrição da CBO 2002 não fazer essa menção, deixando-a somente aos profissionais da escrita – e, por extensão, possivelmente aos redatores de textos técnicos –, os profissionais do jornalismo também podem exercer outras atividades de forma concomitante à própria escrita, sendo igualmente reconhecidos como escritores, atuando como palestrantes, professores, etc.

3. *Em relação à formação e experiência*, notamos, mais uma vez, que o documento do MTE não estaria devidamente atualizado, tal como preconizam as suas informações gerais. No Brasil, o diploma de jornalista não é mais obrigatório – revogação esta que desencadeou um grande debate que vem atravessando as últimas décadas e ainda está intensamente presente. Em 2009, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu que a exigência do documento, imposta no regime militar, atentaria contra a liberdade de expressão e o direito à informação²⁸. Desde então, a Federação

²⁸ A VOLTA do diploma de jornalista. **Estadão**, São Paulo, 11 ago. 2012. Disponível em: <<http://opinio.estadao.com.br/noticias/geral,a-volta-do-diploma-de-jornalista-imp-,914936>>. Acesso em: 30 maio 2015

Nacional dos Jornalistas (Fenaj) e entidades parceiras vêm se mobilizando²⁹ contra essa decisão, insistindo na aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 206/2006, também conhecida como “PEC do diploma”.

O fato, porém, é que a informação no site da CBO 2002 não se encontra atualizada, estando assim preservada desde a sua revisão e publicação. No entanto, pela requisição (que se manteve) em relação à formação em curso superior de Jornalismo, entende-se que, diferentemente da Família dos Profissionais da Escrita (e, por conseguinte, do redator de textos técnicos), a Família dos Profissionais do Jornalismo faria jus ao nível de competência máximo que caracteriza o Grande Grupo 2 da estrutura reelaborada pelo documento do MTE.

4. *Em relação às atividades (competências pessoais)*, destacamos três competências que seriam comuns às Famílias dos Profissionais do Jornalismo e da Escrita, estendendo-as tanto ao trabalho dos jornalistas quanto ao trabalho dos redatores de textos técnicos: “dominar a língua portuguesa”/“dominar a língua” (item 1 da coluna 2 e item 5 da coluna 3), “exercitar a criatividade/demonstrar criatividade” (itens 6 e 2, respectivamente) e “cultivar a capacidade de observação”/“demonstrar senso de observação” (itens 8 e 4).

Além destas, ao jornalista competiriam outras habilidades, como “manter-se bem informado”, “manter postura ética”, “admitir opiniões divergentes”, “exercitar o senso crítico” e “desenvolver capacidade de improvisação” – o que também se aplicaria, por exemplo, ao exercício do redator de textos técnicos/redator de jornal, embora entendamos aqui que, de acordo com a CBO 2002, essas características seriam ainda mais importantes e significativas na atividade do jornalista.

“Conhecer informática” e “comunicar-se em outra língua” também são competências que não tomaríamos como próprias dos profissionais do jornalismo – apesar de o documento não atribuí-las igualmente aos profissionais da escrita, aos quais se encontraria associada, por exemplo, a escrita em máquina de escrever.

Sobre a competência esperada quanto à “imparcialidade” na informação veiculada seria, a nosso ver, um ideal há muito tempo atribuído tanto ao jornalista

²⁹ Nas publicações que a Federação Nacional dos Jornalistas (2015) realizou em seu site durante o mês de abril de 2015, encontram-se, por exemplo, as seguintes chamadas: 2/4: “Novo ato em Brasília no Dia do Jornalista pedirá aprovação da PEC do Diploma”; 7/4: “Dia do Jornalista é marcado com ato na Câmara dos Deputados pela aprovação da PEC do Diploma”; 8/4: “Mais um dia positivo de pressão pela PEC do diploma em Brasília”; e 10/4: “Presidente da Câmara diz que quer promulgar a PEC do Diploma”.

quanto ao redator de jornal, ainda que, na prática, saibamos que essa neutralidade não existe.

No mais, “desenvolver a intuição”, “negociar contrato de edição” e “discutir direitos autorais” são competências que no nosso entendimento abrangeriam também a atividade de trabalho do redator de textos técnicos (mas não apenas a sua) e sobre as quais já propusemos algumas reflexões no item 1.4.1.

5. *Em relação aos recursos de trabalho*, notamos que, da mesma maneira como os profissionais da escrita, aos profissionais do jornalismo seriam conferidos objetos que poderiam, na verdade, ter sido classificados de forma mais abrangente, tal qual os “recursos de informática”, “telefone, fax, celular”, “material de escritório” e “recursos audiovisuais” conferidos aos profissionais da publicidade. À parte isto, a atividade de jornalistas e redatores de textos técnicos apresentaria, em comum, o uso de “papel”, “disquete” (mas com o diferencial de que os jornalistas também utilizariam CDs), “dicionários” (e, para os jornalistas, ainda se acrescentariam os “manuais de redação”, dos quais, em *situação de trabalho*, os redatores de textos técnicos/redatores de textos comerciais poderiam igualmente se valer), “telefone” (com a “distinção” de “fixo e celular” para os jornalistas, bem como de “fax”), “mesa”, “lápiz”, “iluminação” (para os jornalistas, com o acréscimo de esta ser “apropriada”) e “gravador” (para os jornalistas, de “CDs”, “fitas”). Ainda para os profissionais do jornalismo – e não para os profissionais da escrita –, caberia o uso de e-mail e internet.

Da longa lista dos recursos de trabalho que a CBO 2002 associa à atividade dos jornalistas, ao menos 12 itens poderiam ter sido abrangidos como “materiais de escritório”, entre os quais: “envelopes”, “grampeador”, “durex”, “canetas/canetas marca texto/lápiz de desenho”, “quadro de avisos”, “pastas”, “clips/grampos”, “régua”, “calendário”, “blocos de anotações”, “máquina de calcular” e “secretária eletrônica”. (Aqui, com um “diferencial” para os profissionais da escrita: estes usariam lápis e borracha, ao passo que os profissionais do jornalismo não teriam como corrigir ou apagar os seus registros feitos a lápis). No mais, há, certamente, especificações de produtos que efetivamente tipificariam o exercício dos jornalistas, como “ilhas de edição”, “microcomputadores equipados com *softwares* da área”, “equipamentos de transmissão”, “estúdio fotográfico/laboratório para revelação de mala direta”, “estúdio de TV/cabine de áudio”, “microfones” e “televisão”, entre outros.

6. *Em relação às notas*, assim como o redator de publicidade, o jornalista conta com normas regulamentadoras para o exercício da sua profissão, ao contrário do redator

de textos técnicos. A propósito, conforme a observação do art. 11 do Decreto-Lei nº 82.285/1978, a atividade de “redator” corresponderia, na verdade, a uma das funções desempenhadas pelo jornalista – o que levantaria mais uma hipótese quanto ao porquê de jornalistas e redatores (de textos técnicos) serem profissionais tão confundidos entre si. Contudo, de acordo com a própria categorização proposta pela CBO 2002, para cada uma dessas ocupações, bem como para as respectivas famílias em que cada uma se encontra classificada, existiriam as suas especificações peculiares.

Outra importante particularidade a ser considerada é que, embora as normas regulamentadoras que direcionam o trabalho dos profissionais do jornalismo contemplem o redator como uma das suas funções/ocupações pertinentes, no Quadro 6, em que também estão reproduzidas as ocupações que compõem as Famílias dos Profissionais do Jornalismo, não encontramos qualquer menção à atividade de redator, exceto na designação “diretor de redação”, entendendo-se por “redação” a referência a um departamento.

Comparativamente, estabelecendo-se uma relação entre as funções que – segundo as normas regulamentadoras – seriam realizadas pelos profissionais do jornalismo e as ocupações que – segundo a CBO 2002 – integrariam esta Família, teríamos:

Quadro 10 – “Funções do Jornalista” e “Profissionais do Jornalismo” – correspondência.

Em NORMAS REGULAMENTADORAS	Em “PROFISSIONAIS DO JORNALISMO”
redator	-----
noticiarista	-----
repórter, repórter de setor, rádio-repórter, repórter fotográfico, repórter cinematográfico	repórter (exclusivo rádio e televisão)
arquivista-pesquisador	arquivista-pesquisador (Jornalismo)
revisor	revisor de texto
ilustrador	-----
diagramador	-----
-----	assessor de imprensa
-----	diretor de redação
-----	Editor
-----	produtor de texto

Fonte: Elaborado pela autora, 2015.

Conforme podemos observar, conquanto cada coluna especifique o seu próprio título (“Funções do Jornalista” e “Família dos Profissionais do Jornalismo”), ambas se refeririam à mesma coisa, que são, afinal, as ocupações pelas quais os jornalistas poderiam ser contratados. Exemplo disto é que “repórter” seria uma função

desempenhada pelo jornalista e, ao mesmo tempo, a designação/ocupação com a qual ele poderia atuar, da mesma forma como “arquivista-pesquisador” e “revisor de texto”, que se encontram em ambas as colunas. No entanto, o mesmo não ocorre, por exemplo, em relação ao “redator” e ao “noticiarista” contemplados como ocupações/cargos do jornalista no decreto de 1978, mas não mencionados entre as ocupações apresentadas pela CBO 2002.

Assim, restaria saber se o “produtor de texto” que a CBO 2002 integra à Família dos Profissionais do Jornalismo corresponderia ou não a uma atividade próxima ou semelhante àquela do redator. Como o documento do MTE não exhibe nenhum sinônimo pelo qual esse produtor poderia ser conhecido nem tampouco descreve cada ocupação particularmente, não conseguimos depreender se, efetivamente, o “produtor textual” da CBO 2002 seria um parente muito próximo do redator de textos técnicos, de modo que isso também viesse a reforçar a associação que tão comumente se institui entre esses dois profissionais.

Por fim, tendo em vista todas as considerações registradas neste item, ainda verificamos que, da mesma maneira como ocorreu/ocorre em relação à distinção que se busca estabelecer entre os redatores de publicidade e os redatores de textos técnicos, a profissão de jornalista desfrutaria uma visibilidade e um prestígio social muito mais significativos do que a profissão do redator de textos técnicos (se é que este os tenha), não bastasse se tratar de uma ocupação em torno da qual o senso comum já construiu uma imagem e para a qual atribuiu um *status*³⁰.

Na prática, tal como os redatores de publicidade, os jornalistas também contam com uma formação acadêmica especificada e com normas regulamentadoras que lhes conferem uma legislação própria para o seu exercício – fatores que, por si sós, já os alçariam a uma condição bem mais privilegiada do que aquilo que ainda pouco se sabe a respeito do redator de textos técnicos, apesar das similaridades que possam sobressair entre a atividade de um e de outro.

³⁰ É preciso ressaltar, no entanto, que, com a queda da exigência do diploma de Jornalismo, iniciou-se um importante debate a esse respeito, no qual se discute, inclusive, a (des)valorização da profissão e dos seus profissionais, entre outras questões bastante relevantes para a categoria.

1.5 Das prescrições para um redator (des)locado: subsídios para esta pesquisa

Do levantamento proposto e analisado até aqui, ressaltamos que, além do distante grau de parentesco estabelecido entre o redator de textos técnicos (“descendente”, em segunda instância, dos “comunicadores, artistas e religiosos”) e o redator de publicidade (“descendente”, em segunda instância, dos “profissionais das ciências sociais e humanas”), cujo “laço” em comum remontaria somente ao primeiro Grande Grupo do qual “se originaram” (“profissionais das ciências e das artes”), também fica bastante evidente a separação que se institui entre a atividade do redator de textos técnicos e a do jornalista, conquanto ambos figurem inscritos entre os “profissionais da comunicação e da informação”. E, uma vez fixadas tais diferenças (que, é preciso dizer, carecem da atualização que o documento do MTE anuncia), poderíamos ser levados a crer que, preconizados os limites sobre *onde* e *como* atuariam um e outro, o “lugar” do redator a que nos referimos estaria bem definido. Mas não foi o que constatamos.

Ao ser categorizado numa Família em que sobressaem profissionais dedicados ao exercício da criação e, mais acentuadamente, da produção literária, bem como na qual as definições apresentadas já cuidam de privilegiar a escrita de “textos literários para publicação, representação e outras formas de veiculação” (CBO, 2002), somos levados a crer que, ou à atividade do redator de textos técnicos caberia alguma associação de natureza notadamente criativa e “autoral” (muito embora, por si só, a designação “textos técnicos” coloque em xeque essa primeira possibilidade), ou a esse ator social coube a inscrição num “lugar” ao qual não necessariamente pertence, exceto pelo fato de ser um profissional que, tal como os outros, escreve.

No mais, também é de se questionar se esse “lugar” no qual o redator de textos técnicos não se inscreve – ao menos ao que parece – tão adequadamente não resultaria do fato de ele próprio condensar em sua “essência” o que seria uma possível associação entre o *redator de informação pública* e o *redator técnico* muito bem identificados na versão da CBO de 1994 (época na qual o jornalista e o redator de publicidade eram seus “parentes” mais próximos, e não os poetas, autores e escritores), mas que não “resistiram” às mudanças empreendidas na sua revisão publicada oito anos depois.

Nesse contexto, portanto, haja vista que tanto pretendíamos encontrar um “lugar” quanto as prescrições que abrangeriam a atividade de trabalho do redator de textos técnicos, visando a confrontá-las com aquilo que depreenderíamos do exercício

desse protagonista em plena *situação de trabalho*, concluímos que, de todas as apreciações realizadas, as *prescrições* e proposições tomadas como embasamento geral para as nossas análises e, sobretudo, a serem retomadas nas nossas conclusões imediatas, consistirão naquelas que entendemos como as mais pertinentes ao seu labor diário: (i) o desenvolvimento da escrita como um “trabalho intelectual e subjetivo, tanto no conteúdo como na forma de organizá-lo e desenvolvê-lo”, (ii) “os processos de concepção e criação como partes importantes do seu trabalho”, assim como (iii) “as habilidades de organização, pesquisa, observação e reflexão”, (iv) o “domínio da língua” como requisito imprescindível, “bem como das linguagens específicas aos vários veículos de comunicação para os quais se pode escrever” e o (v) o desenvolvimento da intuição.

2. METODOLOGIA

2.1 Dispositivo metodológico-ergológico

2.1.1 A importância de colocar em palavras uma atividade que as utiliza

[...] dizer não é uma coisa simples, contrariamente ao que diz o senso comum. Primeiramente, porque dizer, expressar-se por meio da linguagem é, ao mesmo tempo, agir; é também e, sobretudo, agir sobre as pessoas; é, enfim, manipular, de maneira simbólica, objetos reais. Dizer é intervir nas relações reais entre as pessoas, com palavras que não são essas relações, mas que são, de algum modo, uma representação, uma contrapartida, uma imagem, uma imagem sonora (SCHWARTZ; DURRIVE, 2007, p. 167).

Convidada³¹ a palestrar em sala de aula com a nossa turma de pós-graduandos para falar a respeito da aplicação do método da autoconfrontação na sua tese de doutorado³², também desenvolvida no Grupo de Pesquisa Atelier Linguagem e Trabalho³³ do Programa de Estudos Pós-Graduados em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem (LAEL) da PUC/SP, a Profa. Dra. Kathryn Harrison não apenas reforçou entre os pesquisadores que “a metodologia tem de servir à amarração do trabalho”, mas ainda destacou o método em questão como uma construção conjunta do conhecimento e se referiu à autoconfrontação como “uma ferramenta que favorece o pôr em palavras” – um desafio quando o assunto é trabalho.

Sem dúvida, a dificuldade em dizer aquilo que se faz abrange até mesmo aqueles profissionais que, tal como o redator de textos técnicos, utilizam-se da palavra como instrumento para o desempenho da sua própria atividade. Conforme postula Schwartz (SCHWARTZ; DURRIVE, 2007, p. 139), “[...] a linguagem desempenha um grande papel na atividade, mas a atividade ultrapassa, apesar de tudo, o que as palavras podem

³¹ Aula de 12 de novembro de 2014 da disciplina “Teoria da Linguagem II: aprender o trabalho como prática discursiva”, ministrada pela Profa. Dra. Maria Cecília Pérez Souza-e-Silva.

³² “Processo de construção de um coletivo de trabalho bilíngue: profissionais surdos e ouvintes em uma escola especial para surdos”. Ano de obtenção: 2006. Orientadora: Maria Cecília Pérez de Souza-e-Silva.

³³ Grupo de pesquisa cadastrado no CNPq, formado por pesquisadores de diferentes universidades (PUC-SP, FACAMP, UERJ, UFF e PUC-RS), os quais desenvolvem suas pesquisas em três vertentes: a) estudo das práticas de linguagem em *situação de trabalho*; b) estudo dos discursos sobre o trabalho; c) estudo dos discursos que remetem à atividade de linguagem em diferentes contextos. O Atelier Linguagem e Trabalho foi formado por ocasião da convenção franco-brasileira Capes-Cofecub (1997-2000). Participaram do acordo Université de Rouen, Université de Provence, PUC-SP, PUC-Rio e UFRJ (SOUZA-E-SILVA, 2011).

dizer sobre ela”, sendo que, no que tange ao ator social da nossa pesquisa, ainda aventamos a existência de um “agravante”, que seria a falta de uma definição para a sua própria atividade – uma definição capaz de suscitar uma compreensão que o contemple em suas possibilidades de atuação e confirmam aos seus interlocutores alguma dimensão de um processo que se estende para além da “simples” ação de escrever.

O fato é que, conquanto uma das competências esperadas do redator seja o domínio da linguagem (considerando-se, inclusive, o registro da CBO 2002 a esse respeito) e que, sobretudo em relação ao redator de textos técnicos (cuja designação, *a priori*, remeteria ao profissional que desenvolveria temas de natureza exclusivamente “técnica”), estime-se que ele demonstre domínio sobre a linguagem *do* trabalho (isto é, sobre as linguagens que caracterizam os diferentes tipos de trabalho, redigindo textos direcionados aos funcionários e/ou clientes das empresas que o contratam), todo esse domínio tende a se tornar insuficiente quando se trata de explicar todos os aspectos engendrados no e pelo próprio trabalho.

Além disso, apesar de o domínio da norma padrão da língua geralmente se sobressair no conjunto de prescritos para a atuação desse profissional, partimos do pressuposto de que, na sua *situação de trabalho*, o exclusivo domínio da norma dita “cultura” não seria o suficiente para atender à grande maioria dos propósitos que os seus contratantes esperam obter com a publicação da sua produção textual, de modo que, para efetivamente apreender a atividade de trabalho do redator de textos técnicos, não nos bastaria a escolha de métodos por meio dos quais apreciássemos tão somente o correto uso ortográfico-gramatical na sua redação final (uso este ao qual, em Linguística, reportaríamos como “adequado” àquele contexto que assim o exige). Assim como dos depoimentos dos nossos atores de forma dissociada da materialidade do resultado do seu trabalho redundaria a parcialidade da nossa análise, da verificação dos seus textos sem a sua participação para comentá-los derivariam outras tantas hipóteses que limitariam os nossos propósitos, sendo que, particularmente em relação a essa participação dos protagonistas da pesquisa, Durrive (SCHWARTZ; DURRIVE, 2007, p. 179) observa:

[...] as pessoas que falam sobre sua experiência descobrem relações que não imaginavam antes, e isso se traduz por observações como ‘eu me dou conta agora de que o que faço é complicado’. Há nisso, efetivamente, uma alavanca fundamental para a progressão da formação. Dizer sua experiência é muito mais do que contá-la, é descobrir, é descobri-la por si mesmo, redescobri-la.

Por essas razões, consoante os comentários de Harrison quanto à metodologia servir à “amarração” do trabalho do pesquisador e a necessidade de favorecer a difícil tarefa de colocar em palavras aquilo que se faz – questão esta também já abordada por Souza-e-Silva (2011), conforme registramos nas Considerações Iniciais –, bem como de acordo com Faïta (VIEIRA; FAÏTA, 2003), elegemos o *método da autoconfrontação* como aquele que melhor atenderia aos nossos objetivos e nos lograria o legítimo acesso à atividade desempenhada pelos nossos atores sociais³⁴.

2.1.2 O método da autoconfrontação: o quê, por quê e para quem

Pensado como forma de aproximar pesquisadores e trabalhadores da atividade de trabalho, o método da *autoconfrontação*, tal como proposto e desenvolvido pelo linguista Daniel Faïta (VIEIRA; FAÏTA, 2003), é um dispositivo metodológico de análise de situações de trabalho por meio do qual se busca compreender o processo de produção, reflexão e transformação da atividade, de tal forma que, valendo-se de uma sequência de filmagens da atividade de trabalho em plena realização, tomada como o principal suporte das suas observações, ao analista cabe a tarefa de organizar a confrontação dos protagonistas consigo mesmos (*autoconfrontação denominada simples*) e/ou com os outros do grupo de atividade a que pertencem (*autoconfrontação cruzada*).

Mais especificamente, a autoconfrontação corresponde a um dispositivo metodológico que, mais do que a observação do pesquisador, privilegia a experiência que o próprio trabalhador expressa em palavras, tendo em vista que “[...] é pela linguagem que a pessoa se constrói como sujeito de sua própria ação” e que “[...] somente a linguagem permite a formalização e a recuperação daquilo que sabemos” (SCHWARTZ; DURRIVE, 2007, p. 182-184) – muito embora nos caiba lembrar que, mesmo num contexto em que possa ser largamente manifestada, essa linguagem permanecerá constitutivamente sujeita a uma série de coerções, bem como que aquele que a articula continuará, obviamente, não sendo capaz de antecipar uma outra série de situações que se incorporará ao trabalho e ao seu exercício, modificando-o constantemente. De todo modo, torna-se imperioso recorrer à linguagem para

³⁴ Conforme será explicitado oportunamente no item 2.1.5, este estudo contemplava, originalmente, a participação de dois atores sociais. Contudo, por razões que também serão especificadas no referido item, dedicamo-nos à análise da atividade de trabalho de uma única protagonista.

descrever, analisar, compreender o que configura uma atividade, sendo esta uma iniciativa para a qual, muitas vezes, se contaria unicamente com a observação do pesquisador a respeito do trabalho do outro. Todavia – e conforme Faïta oportunamente adverte (SCHWARTZ; DURRIVE, 2007, p. 185) –, neste caso o pesquisador construiria um ponto de vista externo acerca do seu objeto, ponto de vista este que poderia sofrer a influência de critérios de julgamento próprios, convertendo-se numa análise que relevaria os *seus* pareceres a respeito de um *modo de fazer*, mas ainda careceriam de um aprofundamento sobre todos os aspectos que constituem um *modo de fazer* sempre muito *singularizado* e sobre o qual somente *aquele que faz* poderia lhe dar a saber.

Diante disso, e a despeito do fato de que “[...] só podemos captar o que o outro/trabalhador diz a partir do posicionamento de cada um de nós pesquisadores” (SOUZA-E-SILVA, 2011), Faïta considera:

Esse método – que já utilizei muito – permite dar um passo suplementar, mantendo o posicionamento daquele que vai construir o discurso, que vai tomar a palavra sobre a atividade; ao mesmo tempo estando à distância dessa atividade, mas, por um lado, sem estar verdadeiramente ameaçado por esses critérios exteriores à atividade de trabalho (e que podem induzir julgamentos) ou, por outro lado, sem ceder ao risco de se submeter de novo a esses critérios (SCHWARTZ; DURRIVE, 2007, p. 185).

É, portanto, desta perspectiva que, dedicando-se a colocar em palavras aquilo que – inicialmente – é do campo de ação, privilegiando as práticas discursivas como modo de acesso à compreensão de uma dada atividade de trabalho (HARRISON; SOUZA-E-SILVA, 2009), o método da autoconfrontação enseja ao trabalhador a possibilidade de se assenorear das suas expectativas e da sua condição de intervir na realização da própria atividade de trabalho, haja vista que

[...] uma das mais efetivas garantias do método residirá na capacidade de manter o movimento dialógico³⁵ em torno do que os protagonistas enxergam do que eles fazem. O analista-participante busca permanentemente concentrar o debate sobre a atividade. Não se trata de reduzir, de abrandar a expressão, mas ao contrário de discernir, com o máximo de chance de sucesso, as dimensões compostas de significações concretas, feitas de associação de enunciados produzidos e do que revela suas relações efetivas ao que eles referem (VIEIRA; FAÏTA, 2003, p. 35).

³⁵ Acerca das “relações dialógicas”, particularmente, Vieira e Faïta (2003, p. 29) esclarecem se tratar das noções originárias dos “círculos de Bakhtin”, nas quais se toma o enunciado concreto como “[...] a base do material das análises das situações, de atos e pensamentos humanos, fornecendo às ciências humanas um novo objeto: as relações dialógicas, situadas na fronteira entre discurso e atividade”.

Para que os atores sociais examinem e comentem a sua própria atuação em *situação de trabalho*, desde aquilo que devem fazer até a maneira como realmente o fazem, é-lhes apresentada uma sequência de imagens na qual eles próprios aparecem praticando a sua atividade. Por essa razão é que, segundo assinalamos na introdução deste item, o registro em vídeo da atividade é tomado como o principal suporte das observações desse método.

Tanto a *autoconfrontação simples* (em que o trabalhador se confronta unicamente com o registro da sua própria atividade) quanto a *autoconfrontação cruzada* (em que, além da sua respectiva atividade, pares de trabalhadores também apreciam o exercício dos próprios colegas, visando a uma reflexão coletiva sobre o trabalho) se propõem como um “[...] caminho que institui o que chamamos de um espaço-tempo, no qual os protagonistas têm a possibilidade de mobilizar, ou de restabelecer, o seu ‘poder de agir’ em contraponto às ações expostas pelo registro filmado” (VIEIRA; FAÍTA, 2003, p. 29). Para esta pesquisa, no entanto, seguimos com o *método da autoconfrontação simples*, uma vez que os redatores de textos técnicos que colaborariam com esta pesquisa seriam independentes, no sentido de não pertencerem a um grupo de trabalho e/ou empresa em comum.

Em síntese, as fases alusivas ao método da autoconfrontação simples são três: a primeira diz respeito à constituição de um grupo de análise, na qual o pesquisador deve observar atentamente as situações e os meios profissionais a fim de produzir concepções compartilhadas com os trabalhadores que participarão da sua pesquisa; a segunda é referente à realização da filmagem e, por conseguinte, à edição desse filme, cujo recorte deverá estar de acordo com as necessidades de cada projeto; por fim, a terceira fase corresponde à autoconfrontação propriamente dita, em que cada protagonista assiste à edição do seu respectivo filme e o comenta na presença do pesquisador, sendo que a este último caberá pontuar o discurso do trabalhador e levá-lo à compreensão da observação da atividade realizada como um recurso de acesso à sua *atividade real* (HARRISON; SOUZA-E-SILVA, 2009). Contudo, não obstante o nosso conhecimento acerca das etapas pertinentes a esse dispositivo, para atender aos nossos propósitos foi necessário repensar a suficiência do principal suporte de observação nele utilizado e, em face dos desafios envolvendo o progresso desta pesquisa, adaptar não apenas o seu principal suporte, como também a aplicação da sua primeira etapa.

2.1.3 Por trás das câmeras: o desafio à captação do trabalho, o desconforto dos protagonistas e a adaptação do método

Apesar de o próprio método da autoconfrontação atestar que nenhum trabalho é mera execução, tal como já fixou Schwartz (2011), o fato é que, até onde sabemos, a aplicação desse dispositivo metodológico se manteve focada principalmente no estudo de atividades de trabalho que poderíamos classificar como operacionais, a exemplo dos próprios condutores do TGV (Trem de Grande Velocidade) na França, entre os quais essa metodologia foi desenvolvida inicialmente. Já em campo de trabalho de natureza intelectual, obtivemos ciência da mais recente aplicação desse dispositivo no estudo de uma atividade específica, referente ao trabalho de formação de professores surdos (HARRISON; SOUZA-E-SILVA, 2009), em que a utilização da Língua Brasileira de Sinais entre os participantes e as movimentações/interações de interesse da pesquisadora – com destaque para as de natureza gestual/visual – puderam ser capturadas por meio de câmeras.

Para esta pesquisa, entretanto, já na sua concepção verificamos que o uso da sequência de filmagens como principal suporte de observação não nos forneceria o acesso efetivo à prática do redator de textos técnicos em *situação de trabalho*, uma vez que esta se caracterizaria por corresponder a uma ação essencialmente intelectual, sobre a qual a captura de alguns poucos gestos – tal como a digitação desse protagonista sentado à frente da tela do seu computador – pouco revelaria. Em contrapartida, estimamos que as suas ações empreendidas no computador, sobretudo o passo a passo da elaboração dos seus textos, certamente nos renderiam mais expressivos elementos de análise, tomados como o registro material de um processo criativo por si só não “capturável”.

Partindo dessas ponderações, elaboramos a nossa pesquisa articulando, como primeira adaptação do método da autoconfrontação, uma combinação de suportes para a nossa observação acerca do trabalho realizado pelos nossos atores sociais: paralelamente à câmera filmadora, instalaríamos no computador de cada um deles um *software* denominado *Translogarítmica-II*, que gravaria e estudaria os seus processos de leitura e escrita no equipamento.

O *Translog-II*, tal como é mais conhecido, foi-nos sugerido como recurso pelos colegas³⁶ do Grupo de Pesquisa Atelier Linguagem e Trabalho durante as primeiras discussões em torno deste estudo, e chegou a ser incluído como suporte para o método da autoconfrontação em outra dissertação³⁷, na qual acabou não se confirmando devido a ajustes no andamento da pesquisa.

Disponibilizado no universo digital, o *Translog-II* é um dispositivo orientado para o Windows e que possui dois outros programas – um *user* e um “supervisor” –, cujo funcionamento, neste estudo, ocorreria da seguinte maneira: primeiramente, como “supervisores”, criaríamos um projeto (a exemplo de uma “pasta”) no nosso próprio computador. Na sequência, o nosso ator social o acessaria da sua máquina e passaria a redigir os seus textos dentro do próprio *software*, que ao final geraria um arquivo contendo todos os dados dos movimentos realizados pelo participante (movimentos relativos ao cursor, às palavras digitadas, às alterações feitas ao longo da digitação, etc.). Além disso, o *Translog-II* também contaria com um *key logger* que registraria os sites nos quais o nosso colaborador teria navegado, de modo que, de posse desses materiais, poderíamos passar aos recortes de nosso interesse e, com efeito, ao método da autoconfrontação.

A contar pela nossa própria experiência nessa área, mas sobretudo a depender das particularidades da produção textual desse protagonista que escreve em nome de outras pessoas (físicas ou jurídicas), os nossos recortes poderiam evidenciar, para os seus comentários, os acessos a sites antes e/ou durante a elaboração dos seus conteúdos – bem como de que modo tais acessos poderiam caracterizar ou não ações de pesquisas relativas aos temas a serem tratados –, a natureza desses sites e a sua possível recorrência a alguns mais específicos, determinadas escolhas lexicais e semânticas que poderiam se repetir ao longo da redação e no decorrer de um conjunto de redações – da mesma forma como a possível repetição de marcadores textuais/discursivos –, a agilidade na construção de um certo parágrafo e a demora na conclusão de outro, as abordagens mais frequentemente adotadas, a sua interrupção da escrita para o acompanhamento de assuntos de outra natureza, a quantidade de vezes em que certos termos (ou parágrafos) foram revisados ou “deletados” e quais seriam eles, entre outras possibilidades. Além disso, com a edição da sequência de filmagem,

³⁶ Destacamos a contribuição da colega Tamires Dártora, a quem agradecemos a indicação do recurso.

³⁷ Referimo-nos à dissertação intitulada “O blog e sua inserção na atividade de trabalho”, da colega Jackelin Wertheimer Cavalcante.

poderíamos observar as expressões faciais desse ator social ao longo do seu exercício (a exemplo de expressões de tranquilidade ou de tensão), as formas como ele poderia – em diferentes momentos – acomodar-se na sua cadeira, as pausas para se levantar da sua mesa – ou, por exemplo, para conversar com os colegas (caso esse profissional atuasse dentro de uma empresa), ou para atender a um familiar (caso esse profissional atuasse em sua própria residência) –, a sua consulta ou não a materiais impressos, etc. Ainda que a captura das imagens nos propiciasse elementos secundários, acreditávamos que, associados aos registros extraídos do exercício no computador e comparados às versões finais das suas redações comentados pelo participante, eles poderiam nos oferecer uma análise ainda mais consistente. E, por meio desses levantamentos e das apreciações feitas pelo próprio redator de textos técnicos, bem como por meio da nossa observação desse ator em *situação de trabalho* e dos conceitos da Análise do Discurso de linha francesa aplicados ao conjunto das suas redações e da sua fala, pretendíamos finalmente depreender o que configura a sua atividade de trabalho (desde as suas *normas/prescrições* até as renormalizações concretizadas pelo próprio redator mediante os seus *usos de si* e o seu *debate de normas internas e valores*) e lhe conferir alguma visibilidade, verificando ainda de que maneira todos esses aspectos poderiam vir a “se traduzir” num *estilo* próprio e regular, a partir do qual fosse possível identificar os seus *indícios de autoria*³⁸.

Todavia, bastou o esclarecimento quanto a essa metodologia da nossa pesquisa para que, apesar do seu interesse pela nossa proposta e até mesmo da sua identificação com a nossa iniciativa, recebêssemos as primeiras recusas dos 19 potenciais participantes com os quais entramos em contato. O desconforto apontado pela utilização de uma câmera colocada sobre a sua mesa de trabalho foi praticamente unânime por parte dos profissionais aos quais estendemos o convite de colaboração a esta pesquisa, sendo que a razão explicitada por um deles corresponde à justificativa da maioria:

“[...] *Na verdade, fico um pouco acanhada com isso, até porque desenvolvo meu trabalho na intimidade da minha casa [...]*”.

Nesse sentido, a única exceção quanto ao incômodo referente a um acanhamento pessoal (reproduzindo o termo empregado pela profissional) e/ou ao fato de que se

³⁸ Todas essas noções italicizadas serão retomadas e explicitadas na Fundamentação Teórica.

estaria atuando dentro da própria casa (haja vista que a grande maioria dos redatores de textos técnicos pelos quais nos interessamos era composta por especialistas que desenvolvem trabalhos sob o formato “freelancer” e “home office”) surgiu do gerente de uma empresa especializada em “assessment”. Segundo ele:

“[...] o pedido não foi autorizado por nossa diretoria. O motivo informado é que nossa unidade por ser responsável pelo desenvolvimento de novos produtos e serviços, além da produção de conteúdo do grupo [nome do grupo] -não podemos autorizar a presença de pessoas que não façam parte da equipe - instalar programas ou filmar o ambiente, infelizmente não será possível”.

A propósito das duas respostas anteriormente reproduzidas, cumpre-nos ressaltar, além da inquietação tocante à câmera, outra preocupação comum à maior parte dos nossos convidados: a nossa presença física no seu local de trabalho, especialmente por esse local de trabalho geralmente condizer com a sua própria residência – tal como já informamos –, sendo este o motivo pelo qual, não bastasse a nossa eleição por um novo suporte principal, também reconsideramos a primeira etapa para a aplicação do método da autoconfrontação simples.

Assim, uma vez que (i) nenhum dos redatores de textos técnicos aos quais vínhamos nos reportando desenvolvia a sua atividade em conjunto com o outro, que (ii) 17 deles a desempenhavam no espaço privativo do próprio lar e que (iii), em decorrência do nosso exercício profissional nos últimos 11 anos, nós mesmos já dispúnhamos de um conhecimento partilhado com esses trabalhadores, a segunda adaptação do método da autoconfrontação consistiu na substituição da observação desses protagonistas em *situação de trabalho* por um questionário composto por 9 questões, ao qual aludiremos mais adiante (item 2.1.6). Com essa iniciativa de não os observarmos atuando no seu espaço físico, acreditávamos ter sido capazes de suprimir um dos inconvenientes já manifestados por um número significativo de redatores aos quais visávamos (8) e, mais do que isso, conquistar a adesão daqueles aos quais ainda apresentaríamos o objetivo desta dissertação. Porém, não foi isso o que efetivamente sucedeu.

Considerando que não mais propúnhamos a nossa presença física na residência dos possíveis atores sociais, mantivemos a utilização da câmera filmadora como um suporte complementar ao nosso dispositivo metodológico, mas a menção quanto ao seu uso só serviu para que continuássemos a angariar a desaprovação por parte dos nossos

potenciais protagonistas. Um deles, mediante a nossa argumentação de que poderia ser preferível a filmagem à observação presencial do pesquisador, e que por isso mesmo modificáramos essa primeira fase da metodologia, registrou:

“Entendi [...] Mas, não me sinto à vontade mesmo sendo filmado [...]”.

Apenas posteriormente a tais negativas foi que, a esse respeito, encontramos a seguinte análise de Faïta (SCHWARTZ; DURRIVE, 2007, p. 186):

[...] as reações podem ser muito diversas. Pode acontecer uma recusa pura e simples. Tomar a imagem de alguém já é difícil, mais difícil ainda é colocá-la diante de seus olhos. É uma verdadeira prova. É compreensível que as pessoas se recusem a se submeter a isso. Algumas se submetem pela metade. [...] Em todo caso, é a demonstração de uma coisa muito importante: não há rigorosamente nada que produza um efeito neutro quando se trabalha com alguém a respeito de seu trabalho, quando se disseca sua própria atividade. [...] É muito importante saber isso.

Já mais esclarecidos acerca dessa “verdadeira prova”, ainda empreendemos novas tentativas juntamente a mais oito profissionais que se classificariam como redatores de textos técnicos; contudo, em nenhuma delas obtivemos êxito. E, em tendo o compromisso de dar continuidade ao desenvolvimento da nossa pesquisa sem mais delongas, concluímos que a desobrigação da filmagem, nossa terceira e última adaptação do método da autoconfrontação, provavelmente nos auxiliaria em relação aos nossos últimos contatos e, o mais importante, sem o comprometimento do material que priorizáramos como base para a nossa análise. Desta forma, ainda que valorizássemos o registro das movimentações dos nossos atores sociais na sua mesa de trabalho, preservaríamos a captura de nosso principal interesse, referente às suas ações no computador.

Desta vez, alcançamos o resultado esperado, e passamos a contar com a colaboração de dois protagonistas, acerca dos quais falaremos no item 2.1.5.

Por fim, é preciso contemplar uma modificação que não configurou uma nova adaptação à nossa metodologia, mas, sim, uma revisão da primeira adaptação que relatamos, concernente à escolha do *software* por meio do qual extrairíamos a parte material do processo criativo do redator de textos técnicos em *situação de trabalho*. Isto é, da definição inicial quanto à utilização do *Translog II*, passamos a uma nova pesquisa

em torno de outros *softwares* que atendessem mais facilmente ao nosso propósito, e foi então que chegamos ao conhecimento do *Spymaster*.

No mais, conquanto as adaptações necessárias, seguimos nos referindo a essa metodologia como sendo a da autoconfrontação, uma vez que o propósito da confrontação entre o nosso ator social e a captura do seu modo de fazer o próprio trabalho foi mantido.

2.1.4 *Spymaster: a promessa de um monitoramento infalível*

Embora a nossa definição inicial quanto ao uso do *Translog II* como principal suporte à captura das articulações intelectuais empreendidas pelo redator de textos técnicos no pleno exercício da sua atividade, o cenário virtual que deveríamos compatibilizar para praticá-lo demandaria uma alteração na rotina dos próprios atores sociais, ainda que essa rotina estivesse relacionada, exclusivamente, à adesão da interface de um novo programa para a digitação dos seus textos. Ou seja: a esses protagonistas seria necessário interromper temporariamente – apenas durante o período necessário à captura da produção textual de três artigos – a utilização do Word como programa padrão para a escrita dos seus artigos, substituindo-o pelo programa do próprio *Translog II*, similar ao do Word, mas certamente dotado das suas próprias particularidades.

Testando o *Translog II* antes de orientar os dois colaboradores desta pesquisa na sua instalação, nós mesmos admitimos certa dificuldade na adaptação a essa mudança, uma vez que também somos usuários do Word para a realização de todas as atividades relacionadas à produção de textos. Além das diferenças de tela, o desafio quanto a identificar (em inglês) os recursos de que necessitávamos para a edição do texto – aos quais recorriamos no Word sabendo exatamente onde localizá-los – impelia-nos ao abandono do *software*, não bastasse comprometer o tempo dedicado à finalização de um único artigo, dados esses impasses na sua edição.

Assim, tendo em vista que, mesmo com todas as adaptações propostas, a própria aceitação do método da autoconfrontação já gerava algum desconforto nos redatores que aderiram a esta pesquisa, buscamos alternativas para que esse desconforto não fosse ainda mais acentuado a partir da necessidade de “deslocá-los” do uso de um aplicativo para o outro.

Foi, portanto, à procura dessas alternativas que chegamos ao conhecimento do *Spymaster*³⁹, um programa desenvolvido pela *Syncsoft Softwares*, empresa líder no desenvolvimento de aplicativos para monitoramento de PC, focada no desenvolvimento de ferramentas que contribuem para o uso correto e seguro dos recursos de tecnologia da informação (SYNCSOFT, 2015).

Destacando-se pela sua interface amigável e de uso intuitivo, na qual o usuário pode facilmente localizar as opções e as ferramentas de que precisa, o *Spymaster* promove o monitoramento de diversas ações realizadas no computador, tais como as atividades no Facebook e no Skype, os sites visitados e, de acordo com a sua própria publicidade, todas as teclas que o usuário digita no equipamento – inclusive no Word –, sendo o único cujo sistema não permitiria qualquer perda de dados (SPYMASTER, 2015), conforme se lê no último quadro da ilustração:

Figura 13 – Publicidade do *Spymaster* a respeito dos monitoramentos que realiza no computador.

The image shows the Spymaster 2015 software interface. At the top, there is a header with the text "SPYMASTER 2015" and a small chat icon. Below the header, there are six monitoring options arranged in a 2x3 grid:

- FACEBOOK:** MONITORAMENTO DAS ATIVIDADES DO FACEBOOK
- SKYPE:** RELATÓRIOS DAS CONVERSAS DO SKYPE
- TELAS CAPTURADAS:** GRAVAÇÃO AVANÇADA E AUTOMÁTICA DE TODAS AS TELAS VISUALIZADAS NO PC
- SITES:** MONITORAMENTO DE TODOS OS SITES VISITADOS
- PESQUISAS ONLINE:** RELATÓRIOS DE TODAS AS PESQUISAS ONLINE
- ATIVIDADES EM TECLAS:** SISTEMA EXCLUSIVO SMARTKEY, O ÚNICO COM CAPTURA DE TECLAS SEM PERDA DE DADOS

The "ATIVIDADES EM TECLAS" option is highlighted with a red border. Below the grid, there is a dark blue section with the title "ATIVIDADES EM TECLAS" and the subtitle "SISTEMA EXCLUSIVO SMARTKEY". The text in this section reads:

O programa espião Spymaster é o único com captura de teclas sem perda de dados. Sendo possível verificar exatamente o que foi digitado e por quem foi digitado.

As gravações são organizadas cronologicamente pelo aplicativo e pela janela, o que lhe permite facilmente diferenciar entre o que é digitado em um documento de processamento de texto, e-mail, planilha ou internet.

Fonte: SPYMASTER, 2015.

³⁹ O nosso agradecimento à indicação de Hélio Ferraz de Oliveira, cuja colaboração nesse sentido foi imprescindível para o avanço desta pesquisa.

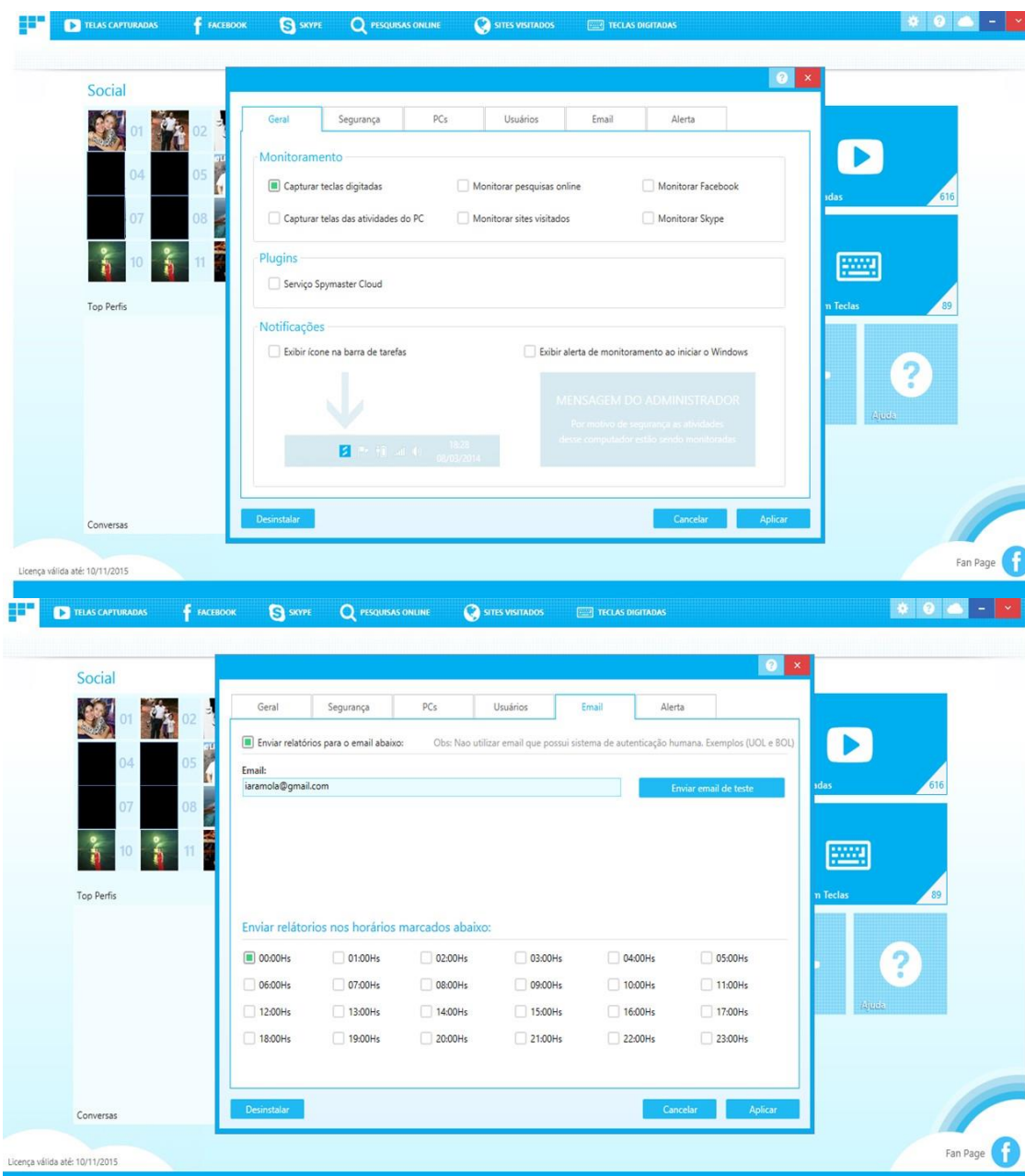
Conhecido mais popularmente como um “programa espião”, o *Spymaster* possui, entre o seu público-alvo, empresários que se interessam por instalá-lo nos computadores utilizados pelos seus funcionários, visando a “monitorar” qual o tempo que, por exemplo, eles despenderiam no acesso a redes sociais, quando se espera que estivessem “concentrados” em assuntos unicamente pertinentes à rotina das suas chamadas “obrigações”. A esse respeito, embora a propaganda do *software* apele para a possibilidade de que “você veja não só o que os seus filhos e empregados fazem no computador, mas a ordem exata em que eles fazem isso, passo a passo” (SPYMASTER, 2015), a antepenúltima chamada do site apresenta o subtítulo “MONITORAR É ILEGAL?”, admitindo que, embora “[...] a utilização do programa espião para o monitoramento do uso de computadores” seja “[...] cada vez mais comum”, “[...] o monitoramento de conteúdo dos e-mails trocados durante o expediente [...] pode acabar em demissão e ações judiciais movidas por ambas as partes”.

Uma vez instalado, o *Spymaster* fica completamente invisível, diferentemente do que ocorre quando baixamos um aplicativo “comum”, cujo ícone para acesso é naturalmente disponibilizado na área de trabalho ou na sua barra inferior (a exemplo do Skype), ou salvo em alguma pasta específica (como a pasta de *Downloads*, etc.). Para acessar o *software* depois de instalado, seja para a sua configuração ou para a consulta às capturas já realizadas, recebemos a orientação (que o próprio programa nos enviou por e-mail, após efetivarmos a sua assinatura) de pressionar a combinação de teclas “CTRL+ALT+P”, a partir da qual a interface do *Spymaster* abriria na tela do computador. Sem esse dado, portanto, o usuário cujo computador esteja sendo “monitorado” por um terceiro, responsável pela contratação desse produto da Syncsoft, permanecerá alheio a esse evento.

Outro aspecto que favorece esse monitoramento no computador de terceiros consiste no fato de que, aos empresários ou aos pais que estejam empenhados na descoberta das ações que os seus funcionários ou filhos movimentam no computador e na internet, não é necessário acessar diariamente esses equipamentos: uma das opções oferecidas nas configurações dessa solução é, justamente, o envio de relatórios para o e-mail do próprio interessado. Mais especificamente: concluída a instalação do *Spymaster* no computador a ser averiguado, quem a fez não precisa manusear esse objeto pelos próximos seis meses a contar da data da sua ativação, pois disporá da

opção de receber relatórios diários (de hora em hora, se assim desejar) das atividades selecionadas (em suma, de todos os monitoramentos do Facebook e do Skype, das capturas de telas e de teclas, ou somente de um deles – Figura 14). Justifica-se, assim, a sua apresentação como “programa espião”.

Figura 14 – Configurações do *Spymaster*: opções que podem ser selecionadas para o(s) monitoramento(s) e para o envio de relatórios diários por e-mail.



Fonte: SPYMASTER, 2015.

Para o nosso propósito, portanto, a promessa da captura de todas as teclas digitadas no computador, sem qualquer perda de dados, pareceu-nos uma grande

oportunidade, pois até mesmo aquelas palavras digitadas e imediatamente deletadas durante a produção textual do redator nos dariam “pistas” do seu processo de raciocínio, evidenciando a essência de um trabalho do qual, via de regra, extrai-se somente o resultado já materializado linguisticamente.

Rejeitando o sentido de “espionagem” para privilegiar aquilo a que nos propúnhamos visando, verdadeiramente, a um importante monitoramento, consumamos a primeira assinatura do *Spymaster* (mediante pagamento) para o nosso próprio experimento durante alguns dias. Nesse período, porém, observamos que, apesar da promessa de captura de absolutamente todas as teclas digitadas – foco do nosso interesse –, nem sempre os relatórios recebidos por e-mail retratavam tudo o que registráramos no Word. E, em contato com a empresa, cujo atendimento não satisfiz aos nossos pedidos de esclarecimento, fomos induzidos a crer que a não captura das teclas em sua totalidade poderia ter ocorrido devido a alguma questão bastante pontual, que não saberíamos dizer qual. De todo modo, a grande maioria das palavras digitadas constava nos relatórios, e, tanto por essa razão quanto pela impossibilidade de encontrar uma nova solução compatível, bem como pela urgência de avançarmos nesta etapa de definição da pesquisa, demos continuidade à eleição do *Spymaster* como o *software* aplicado na metodologia desta pesquisa.

Compreendendo não apenas o funcionamento dos resultados apresentados pelo *Spymaster*, mas ainda a necessidade de que a sua instalação fosse operada pelo próprio ator social no seu respectivo computador, cuidamos de compartilhar com os dois protagonistas todas as informações que adquiríamos acerca do programa, justificando a sua escolha. Deixamos claro que, remotamente, não teríamos qualquer acesso ao seu equipamento de trabalho, cabendo-nos tão somente o pagamento pela assinatura que seria concedida a cada um deles. Mediante esse pagamento, receberíamos em nosso e-mail um código de ativação para esse *software*, e o encaminharíamos igualmente por e-mail para cada colaborador. A instalação do produto, assim como a inserção do código de ativação para liberar o seu funcionamento, seriam de responsabilidade dos atores sociais, do mesmo modo como a configuração do programa. Ressaltamos ainda que, conquanto empreendêssemos a assinatura e recebêssemos um código para a ativação do *Spymaster*, esse código seria de uso exclusivo do computador do redator, visto que cada código só poderia ser ativado uma vez. Ou seja: uma vez aplicado no computador do protagonista, ele não funcionaria em qualquer outro equipamento no qual se tentasse inseri-lo. Logo que o

repassássemos ao participante, esse código se tornaria inútil para qualquer uso futuro que cogitássemos em nosso próprio proveito.

Outro aspecto que deve ser mencionado diz respeito à sua configuração e ao envio dos relatórios. Para a configuração, orientamos⁴⁰ o redator a selecionar, prioritariamente, a opção “capturar teclas digitadas”. Se possível, vislumbrando que poderíamos tecer uma análise em torno de todo o trabalho de pesquisa investido pelo redator para dar conta de elaborar o seu texto, também sugeríamos a seleção da opção “monitorar sites visitados”. Quanto aos relatórios, dado que todo o uso do *Spymaster* seria controlado pelo ator social, explicamos que eles deveriam ser enviados diretamente para o seu próprio e-mail e, a partir dele, encaminhados para o nosso. Desta forma, caso o protagonista tivesse, por sua própria motivação, selecionado outra opção de monitoramento – que, por conseguinte, geraria a relação de um relatório específico, como, por exemplo, relativo às suas ações no Facebook ou às ações de outra pessoa com a qual dividisse o acesso ao computador –, ele teria a oportunidade de compartilhar conosco somente aquilo que nos competia.

Por fim, também comunicamos aos atores sociais que, conforme já mencionamos, a validade da assinatura do *Spymaster* se estenderia por seis meses, a contar da data da sua ativação. Logo, concluídas as capturas relacionadas à produção dos três textos que já acordáramos, cada redator poderia decidir entre continuar utilizando o *software* para fins pessoais no seu próprio computador, ou, então, simplesmente desinstalá-lo.

Quanto à produção dos relatórios, nos quais nós mesmos já não tínhamos contemplado a íntegra de todas as teclas digitadas ao longo de um determinado intervalo de tempo, é preciso antecipar que a dificuldade persistiu. Superadas a necessidade de dispensar a participação de um ator social com o qual já havíamos adiantado a etapa do registro da atividade por meio do *Spymaster* e a dificuldade enfrentada com a atora social que ficou incomunicável por um período significativo ao andamento desta pesquisa (item 2.1.5), soubemos da protagonista com quem pudemos contar em definitivo – Aline Veingartner – que os relatórios chegavam a apresentar um intervalo de até 10 minutos entre uma captura de teclas e outra. Comparando os registros dos relatórios com o que se lembrava do seu próprio

⁴⁰ Ver Anexo A.

processo de produção, a redatora notava a ausência de muitos fragmentos, muito embora, em sua esmagadora maioria, eles estivessem ali contemplados.

Cientes desse problema, que contrariava a própria publicidade feita pela *Syncsoft* acerca do seu produto, entramos em contato com a empresa para novamente solicitar esclarecimentos. Gostaríamos de saber se haveria um intervalo mínimo ou máximo de tempo entre uma captura de teclas e outra, ou alguma limitação do próprio *software* para dar conta do registro de um expressivo número de teclas digitadas no decorrer de um curto período, bem como o porquê de muitos relatórios não serem automaticamente enviados ao e-mail da Aline nos horários especificados por ela durante a configuração do programa. Contudo, as respostas que nos foram dadas seguiram insistindo na ideia de que o *Spymaster* capturaria, “sem perda de dados”, todas as teclas digitadas no computador e que, quanto aos relatórios, era recomendável que a usuária do produto criasse e-mail num outro provedor.

Como não era nossa intenção criar outros impasses para a redatora, seguimos com o material gerado pelo *Spymaster* durante a elaboração dos três artigos produzidos por ela e, muito embora a frustração causada pela publicidade em oposição à realidade, acreditamos não ter sofrido grandes prejuízos para a constituição do *corpus* para a nossa análise.

2.1.5 Os atores da atividade: da gestão de imprevistos à definição de uma única protagonista

Conforme já vimos antecipando ao longo deste capítulo – com destaque para a nota 36 –, esta pesquisa, originalmente, não contemplava a colaboração de um único ator social com o qual pudéssemos concretizar o propósito de construir um conhecimento compartilhado.

Conquanto reconhecêssemos que a participação de dois redatores de textos técnicos ainda poderia redundar numa amostra considerada bastante reduzida sob a perspectiva de quantidade, estimamos que, dado o propósito de compreender o seu processo de produção – e, sobretudo, pela necessidade de empreender uma meticulosa reconstituição acerca do seu exercício intelectual –, a contribuição de um par desses profissionais (cada qual com os seus textos correspondentes, com os relatórios gerados a partir da redação desses textos e a sua própria autoconfrontação) já nos forneceria vultoso material para análise. E foi assim que, para logarmos a aceitação

final de dois protagonistas, suplantamos antes a recusa de 27 potenciais colaboradores, dos 29 aos quais nos reportamos.

No geral, o contato com os 29 redatores se efetivou preponderantemente via internet. À parte um número muito pequeno de profissionais com os quais conversamos por telefone, mediante indicações que recebemos de familiares e amigos, priorizamos a nossa apresentação por e-mail, na qual abordávamos o tema deste estudo, sintetizando os seus respectivos objetivos e metodologia para, logo na sequência, efetuar o convite à participação do profissional em questão. E, haja vista estarmos atentos ao número definido de protagonistas, cuidamos para que cada convite apenas fosse reproduzido mediante a resposta negativa do contato realizado anteriormente. Isto porque, do contrário, se, a pretexto de otimizar o nosso tempo, propuséssemos-nos a disparar e-mails simultâneos para um grupo de ao menos três pessoas, correríamos o risco de precisar rejeitar uma das adesões, caso as três manifestassem a sua anuência – destrato este que preferimos evitar.

Além das apresentações formais enviadas por e-mail, também nos utilizamos das possibilidades viabilizadas por duas redes sociais: Facebook e LinkedIn. No Facebook, tal como relatamos nas Considerações Iniciais, já sabíamos da existência de grupos de redatores cujas páginas tanto se dedicavam à troca de experiências entre eles quanto à divulgação dos seus trabalhos; no LinkedIn, sabíamos que a busca por profissão poderia nos disponibilizar currículos completos, bem como os meios para alguns contatos individuais. No mais, conforme iam se acumulando as recusas daqueles potenciais protagonistas por cujas experiências mais nos interessávamos nessas redes, passamos a estender a nossa procura por profissionais que compusessem a equipe de sites especializados, como “redatorias” ou outros endereços eletrônicos nos quais os autores/redatores escrevessem a respeito de dicas ou sobre o mercado de redação em geral.

Em comum, os critérios adotados para entrarmos em contato com esses atores sociais em potencial observavam:

(1) a necessidade de que o profissional fosse identificado como um redator, sendo esta, portanto, a principal atividade pela qual deveria ser remunerado, não importando que, paralelamente a essa ocupação, ele também atuasse em duas outras atividades muito comuns na sua área (ainda que não categorizadas pela CBO 2002

dentro de um mesmo agrupamento), como a de revisor de textos e a de tradutor⁴¹. Portanto, ainda que a sua prática abrangesse majoritariamente a produção de textos, não atendiam às nossas expectativas aqueles profissionais contratados sob o título de jornalistas, colunistas, cronistas, escritores, autores, assessores de imprensa ou assessores de comunicação, preparadores de textos ou, ainda, redatores publicitários – tampouco revisores de textos e tradutores exclusivamente;

(2) a necessidade de que, ainda que eventualmente ocorresse de esses redatores produzirem textos publicados em seu próprio nome (como no caso de espaços nos quais fossem convidados para tratar assuntos de seu próprio interesse, assumindo os seus próprios posicionamentos acerca de determinados temas), a maior parte da sua produção profissional exigisse o seu anonimato, de modo que as suas redações enunciassem, efetivamente, as vozes dos locutores pelos quais eram/são contratados;

(3) a necessidade de que, mesmo que inseridos na atividade de redatores anônimos, responsáveis por dar voz a outros locutores, a formação desses profissionais não contemplasse a sua graduação em cursos de Jornalismo ou de Publicidade e Propaganda. Isto porque, uma vez que buscávamos estabelecer um paralelo com as prescrições elaboradas pela CBO 2002, optamos por nos precaver de determinados diferenciais que poderiam colocar ainda mais em xeque não apenas os critérios instituídos pelo documento normalizador do MTE, como também a definição de um espaço próprio no qual estimaríamos, ao final, situar esse redator, tendo em vista que o próprio espaço no qual ele hoje se classifica parece passível de questionamentos. Desta forma, uma vez que a CBO 2002 estabelece que para o exercício de redator de publicidade “requer-se curso superior em Publicidade e Propaganda” (ver item 3 do Quadro 8 do capítulo 1), que para o exercício das ocupações jornalísticas se “requer formação em Jornalismo” (ver item 3 do Quadro 9 do capítulo 1) e que, quanto ao exercício dos Profissionais da Escrita – tal como o do redator de textos técnicos –, este “não requer formação escolar definida” (ver também item 3 do Quadro 8 do capítulo 1), adotamos como critério a busca por redatores cuja formação diferisse daquela especificada pela CBO 2002 aos dois outros profissionais com os quais os redatores de textos técnicos já são tão frequentemente confundidos.

⁴¹ Apesar da recorrência com que, na condição de profissionais da área de redação, encontramos redatores de textos técnicos (aqui tomados como uma grande rubrica) atuando também como revisores de textos e/ou tradutores (a exemplo da nossa própria experiência), lembramos que, de acordo com a CBO 2002, os filólogos, tradutores, intérpretes e afins pertencem a uma mesma Família, identificada pelo código 2614 (ver Quadro 6 no capítulo 1) e que os revisores de textos, por sua vez, são classificados como Profissionais do Jornalismo – Família cujo código é o 2611 (ver Quadro 7 do mesmo capítulo).

Assim, orientados por essas especificidades quanto ao perfil dos atores sociais sobre os quais empreenderíamos esta pesquisa e já tendo realizado as três adaptações que se tornaram essenciais em relação ao método da autoconfrontação (principalmente após as 27 recusas já mencionadas), finalmente conversáramos com dois potenciais participantes que não só atendiam aos nossos pré-requisitos, como também se sentiam confortáveis com as etapas metodológicas que lhes foram detalhadamente explicitadas.

Quadro 11 – Em 28/3/2015, aceites dos dois atores sociais inicialmente definidos.

Ator(a) Social	Aceitações Formalizadas – trechos iniciais
Protagonista 1 (P1)	[...] <i>sim podemos fazer este estudo sem problemas, Minha formação é na área de Pedagogia e Analise de Sistemas(Informática) e sim boa parte de meus textos saem no nome de pessoas físicas [...]</i>
Protagonista 2 (P2)	[...] <i>Seu trabalho/pesquisa é bem interessante, até porque, pouco se fala disso e, quando se fala, como você disse, é direcionado a jornalistas e publicitários (inclusive, meu marido é publicitário). [...]</i> [...] <i>cada vez que leio sobre sua proposta de estudo me identifico, já que compartilhamos das mesmas “dificuldades” da profissão, tanto na falta de “prestígio” quanto no fato das pessoas acharem que qualquer um pode fazer. [...]</i>

Fonte: Elaborado pela autora, 2015.

Quanto ao Protagonista 1 (doravante “P1”), encontráramo-lo num dos grupos do Facebook; já à Protagonista 2 (doravante “P2”) tivemos acesso por meio da sua página profissional no Facebook e do blogue de sua autoria. Em ambos esses espaços, P2 publicava dicas próprias sobre como escrever bem, considerando também a sua formação em Letras – português/inglês e a atividade como tradutora e revisora de textos. Já P1 era/é formado em Pedagogia e Análise de Sistemas. P1 e P2 atuavam/atuam como redatores *freelancers*, produzindo textos sobre temas diversos publicados e assinados pelos seus contratantes.

Tanto com P1 quanto com P2, avançamos para além das apresentações formais e dos esclarecimentos de todas as suas possíveis dúvidas. Um e outro concluíram a primeira etapa do método (em junho de 2015), respondendo ao questionário que lhes foi proposto em substituição à observação desses atores em *situação de trabalho*. Além disso, com P1 também passamos à assinatura do *Spymaster*, dando-lhe toda a assistência necessária para a instalação do *software* e a sua correta configuração.

No mesmo período em que prosseguimos com a segunda etapa em relação a P1 (em julho de 2015), fomos informados de que P2 estava focada nos preparativos para a sua mudança de residência da capital paulista para uma cidade no Nordeste.

Embora P2 já tivesse antecipado a questão da mudança quando de nossos primeiros contatos, acreditávamos que esta não seria um empecilho, posto que toda a dinâmica proposta poderia ser muito bem operada a distância, mediante os recursos tecnológicos de que dispúnhamos e dos quais P2 seguiria se valendo para dar continuidade ao seu trabalho no novo município. E, segundo a sua estimativa, somente no início de agosto ela estaria novamente “na ativa”, tendo em vista que o mês de julho seria dedicado à procura da sua nova casa naquele local.

No começo de julho, portanto, supúnhamos já ter cuidado de todos os quesitos para dar início às capturas do *Spymaster* a partir da atividade de produção de textos desempenhada por P1. Apenas por garantia, combináramos que a gravação do *software* se estenderia por dois dias, pois, de acordo com o participante, a sua produção atingia uma média de 30 redações diárias. No entanto, ocorreu que, no prazo acordado, P1 não apresentava demanda para a criação das três redações, e, compreendendo essa intercorrência, adiamos em mais alguns dias a conclusão dessa etapa do método. Contudo, surpreendemo-nos quando, ao receber o material enviado por P1, deparamo-nos com artigos acompanhados por relatórios que não atendiam às configurações sobre as quais o orientáramos algumas vezes durante a instalação do programa da *Syncsoft*.

Em suma, os relatórios gerados pelo *Spymaster* apresentavam conteúdos de cunho bastante pessoal, e em número maior do que aqueles registros relacionados à redação profissional de P1. E, dada a nossa intenção de publicar ao menos parte desses relatórios nesta pesquisa, defrontaríamos enorme dificuldade na tentativa de selecionar unicamente os trechos relativos ao desenvolvimento do trabalho do redator, uma vez que nos comprometêramos quanto a preservar totalmente qualquer dado desses relatórios que, de algum modo, extrapolasse as configurações assinaladas e se traduzisse em algum tipo de exposição da vida íntima do participante (tal como o acesso ao site de um banco, uma mensagem de e-mail, etc.). Todavia, divergindo das nossas recomendações via contatos telefônicos e e-mail (ver Anexo A), nos relatórios associados ao exercício profissional de P1 sobressaíam mensagens privadas e diversos registros feitos principalmente em redes sociais.

Outro fator que nos chamou atenção foi que, nessa mesma ocasião, devido a participarmos do mesmo grupo de redatores do Facebook do qual P1 era componente, visualizamos alguns dos seus comentários em discussões propostas por outros membros. Nesses comentários, P1 ratificava que a sua média de produção

correspondia à elaboração de 30 artigos/dia (Figura 15). Porém, dada a incompatibilidade da informação com o que constatáramos quando de nossa passagem à segunda etapa do método, buscamos mais alguns dados do trabalho anunciado pelo colaborador. Aí, então, soubemos que P1 também atuava em outras atividades que não nos interessavam, como a de redator de publicidade e escritor⁴². No seu blogue de escritor, inclusive, P1 acrescentou como diferencial: “Participo de um projeto de pesquisa da PUC-SP” (Figura 16) – informação esta que ele também passou a incorporar em seus currículos, conforme era possível averiguar em alguns endereços eletrônicos por ele mesmo propagados.

Figuras 15 e 16 – Declarações de P1 quanto à sua produção textual diária e informação referente à PUC-SP acrescida em sua apresentação profissional.



Diante desses imprevistos, e principalmente em decorrência do comprometimento constatado nos relatórios, cuja publicação não nos seria possível nesta pesquisa nem mesmo parcialmente, vimo-nos obrigados a interromper o andamento da metodologia com P1, pois a impossibilidade de tornar público o resultado promovido pelo método adotado poderia suscitar dúvidas acerca da nossa análise, uma vez comprometida a transparência de uma das principais etapas do processo. Além disso, em decorrência da própria maneira como conteúdos pessoais e profissionais se mostravam indissociáveis, a análise se tornaria não apenas ainda mais

⁴² Acrescente-se ainda que, na sequência, também acessamos alguns conteúdos disponíveis na internet em que P1 se apresentava profissionalmente como “analista de sistemas” e nos quais aparecia como responsável por cursos nessa área, de modo que não tínhamos mais como assegurar que era da atividade de produção textual que P1 extraía a sua principal remuneração financeira.

desafiadora, como ainda resvalaria por apreciações que, contrariamente à nossa vontade, exporiam a intimidade do participante – o que não poderíamos admitir sob nenhuma hipótese.

Assim, ante a necessária dispensa de P1, voltamo-nos à participação de P2, com quem acabamos tendo muita dificuldade de contato após concretizada a sua mudança residencial. Somente no dia 3 de setembro foi que obtivemos notícias da ator social, nas quais ela compartilhava o porquê de ter permanecido incomunicável durante o período que se passara. E, embora P2 desejasse que os seus imprevistos não comprometessem o desenvolvimento desta pesquisa, ela mesma acrescentava: “[...] *também não sei como podemos dar andamento, uma vez que tive baixas em meu trabalho. Estou tentando me ambientar à cidade nova [...]*”.

Nossos prazos nos preocupavam sobremaneira. Não bastassem aquelas revisões naturais do percurso, estávamos cientes do tempo de que precisávamos para, finalmente, cativar a adesão de dois protagonistas aos quais o método da autoconfrontação não representasse um entrave – isto depois do tempo dedicado às reformulações a que o submetemos. Portanto, de acordo com o cronograma, não poderíamos nos demorar ainda mais na introdução e na conclusão da segunda etapa, sendo que as baixas que P2 sofrera em seu trabalho poderiam nos levar a estender o tempo de acompanhamento da sua atividade, agora não mais desempenhada com a mesma regularidade.

Nesse contexto, foi ainda nos últimos dias do mês de julho, no espaço entre a dispensa de P1 e o adiamento do próximo passo com P2, que precisamos retroceder ao estágio de contatar novos potenciais colaboradores para esta pesquisa e, já sem perspectivas de onde encontrar participantes cujo perfil se alinhasse aos nossos critérios (de certo modo, esgotávamos as possibilidades ao nosso alcance com aquelas 27 recusas), retomamos a conversa com Aline Veingartner, 24 anos, redatora de textos técnicos formada em Letras – com habilitação em português e espanhol – pela Universidade de São Paulo (USP)⁴³.

Contatávamos Aline a fim de lhe apresentar a nossa proposta de estudo em setembro de 2014, quando, disposta a dividir conosco a maneira como desempenhava a sua atividade de trabalho, a redatora indicou o contato do coordenador da empresa

⁴³ Aqui, sintetizamos a apresentação da protagonista. Mais informações sobre a sua formação acadêmica, tempo de experiência profissional, regime de contratação e outros pareceres próprios acerca da sua atividade de trabalho podem ser encontradas – na íntegra – no Anexo B.

especializada em “assessment” na qual atuava. Foi daí, a propósito, que recebemos a negativa reproduzida no item 2.1.3, em que constava a não autorização da diretoria para a permanência de pessoas de fora da sua equipe – tampouco para a instalação de programas ou filmagens do ambiente –, dado se tratar de um negócio voltado ao desenvolvimento de novos produtos e serviços. Na ocasião, coube-nos somente agradecer a solicitude da profissional em cujo exercício vislumbrávamos uma grande contribuição para a nossa análise, a começar pelo seu registro em carteira como “redatora de textos técnicos”.

A aproximadamente dois meses de completar quase um ano daquela troca de e-mails, soubemos de Aline que, por uma necessidade financeira da empresa, a sua jornada de trabalho semanal fora reduzida e que, daí a mais algum tempo, era provável o seu total desligamento daquela instituição. Paralelamente a essa condição, Aline vinha aumentando a sua oferta de trabalho como redatora, revisora de textos e tradutora em regime *freelancer*, cuidando, inclusive, da produção de um site próprio – ao qual deu o título de “Soluções Linguísticas”⁴⁴ (Figura 17) – por meio do qual disponibilizaria esses serviços (Figura 18). E foi a partir dessas intercorrências que surgiu, afinal, a oportunidade de que precisávamos para tornar a convidá-la como protagonista desta pesquisa – o que Aline aceitou prontamente.

⁴⁴ SOLUÇÕES LINGUÍSTICAS. Disponível em: <<http://www.solucoeslinguisticas.com/>>. Acesso em: 27 jan. 2016.

Figura 17 – Reprodução parcial da home page do site “Soluções Linguísticas”, criado pela nossa protagonista.



[Home](#) | [Serviços e Preços](#) | [Diferencial](#) | [Dúvidas Frequentes](#) | [Dicas](#) | [Contato](#)

Referências ABNT: monografia no todo



Neste artigo, veremos brevemente como fazer a referência de **monografia no todo**. A ABNT (NBR 6063) define monografia como “Item não seriado, isto é, item completo, constituído de uma só parte, ou que se pretende completar em um número preestabelecido de partes separadas...”

Continue lendo

Formatação ABNT: nós fazemos para você!

Você passou meses desenvolvendo seu artigo ou trabalho acadêmico, lendo, coletando informações, organizando-as, refletindo, estruturando suas ideias e escrevendo incansavelmente. Agora chegou o momento fatal: **adequar seu trabalho às normas ABNT!**

São tantos detalhes: c...

Continue lendo

Em destaque




10 motivos para revisar seu texto

Recentes



Referências ABNT: monografia no todo



Formatação ABNT: nós fazemos para você!

Fonte: SOLUÇÕES LINGUÍSTICAS, 2016.

Figura 18 – Página do site “Soluções Linguísticas” relativa aos serviços oferecidos pela atora social.

The image shows a website layout for 'Soluções Linguísticas'. At the top, there is a navigation menu with links: Home, Serviços e Preços, Diferencial, Dúvidas Frequentes, Dicas, and Contato. Below the menu, there are four service cards arranged in a 2x2 grid. The top-left card is for 'Revisão' (revision), the top-right for 'Formatação' (formatting), the bottom-left for 'Tradução' (translation), and the bottom-right for 'Redação' (writing). The 'Redação' card is highlighted with a red border. Each card includes an icon, a description of the service, pricing, a note that the price is per page or word, a note that the deadline is to be determined, and a link to request a quote.

Serviço	Descrição	Preço	Prazo	Ação
Revisão	Revisão e correção gramatical de qualquer gênero de texto, levando em conta o Novo Acordo Ortográfico	R\$ 7,20 por lauda (de 1.250 caracteres)	a combinar (?)	Solicite um orçamento clicando aqui.
Formatação	Adequação de textos às normas ABNT ou diretrizes especificadas por sua instituição de ensino	R\$ 5,20 por página	a combinar (?)	Solicite um orçamento clicando aqui.
Tradução	Inglês ou Espanhol > Português Francês ou Alemão > Português Português > Inglês ou Espanhol	R\$ 0,10 por palavra R\$ 0,18 por palavra R\$ 0,15 por palavra.	a combinar (?)	Solicite um orçamento clicando aqui.
Redação	Produção de artigos personalizados e de qualidade para sites ou redes sociais. Preço e prazo a combinar. Entre em contato especificando as suas necessidades.			Solicite um orçamento clicando aqui.

Fonte: SOLUÇÕES LINGUÍSTICAS, 2016, destaque nosso.

Novamente orientados pelos prazos, contamos com a gentil colaboração de Aline para logo passar da primeira à segunda etapa da metodologia. Por essa razão, cumpre destacar que, quando das suas respostas ao questionário que lhe enviamos (e que nos foi devolvido em 28 de julho), a atora social contemplava prioritariamente o seu exercício profissional dentro da empresa da qual era contratada em regime CLT, pois era ainda aí que se concentrava o seu maior volume de trabalho. Somente depois do seu efetivo desligamento da instituição foi que, de eventual, o trabalho como *freelancer* se tornou a sua principal fonte de renda.

A princípio, a entrada de Aline substituiria somente o lugar antes assumido por P1, devido aos motivos já especificados. Por fim, em face das dificuldades assinaladas por P2 no e-mail enviado somente em setembro, bem como pela impossibilidade de dar prosseguimento à sua participação em tempo de cumprirmos as atividades programadas, vimo-nos novamente ante a necessidade de dispensar mais uma colaboração. E, tanto pelo desafio de – à altura em que nos encontrávamos – contar com a adesão de um novo redator que atendesse aos nossos critérios quanto pela nossa estimativa de que a adesão da nova atora social nos propiciaria resultados bastante promissores, definimos, com o devido consentimento da orientadora desta pesquisa,

que o presente estudo se daria com uma única protagonista. Uma única protagonista cujo comprometimento assumido conosco foi essencial não somente para que pudéssemos diagnosticar as limitações que a própria fabricante do *software* não admitiu que ele tivesse, mas, sobretudo, para que, apesar disto e de todos os impasses enfrentados, a nossa análise não sofresse qualquer prejuízo, tendo em vista todo o valioso material produzido pela redatora.

2.1.6 Questionário: um único recurso para um triplo propósito

Conforme já antecipamos no item 2.1.3, a segunda adaptação que precisamos empreender no método da autoconfrontação consistiu na substituição da observação dos nossos dois protagonistas em *situação de trabalho* por um questionário composto de nove perguntas.

Com esse questionário, visávamos a um triplo propósito: (i) acercar-nos das características da atividade de trabalho do redator de textos técnicos mediante o próprio registro de cada ator social, (ii) orientados por essas características assinaladas pelos próprios atores sociais, confrontar as prescrições encontradas no site da CBO 2002 e a prática desses profissionais, e (iii) compor um material de base a partir do qual pudéssemos, ainda, estabelecer uma comparação entre os textos produzidos pelos protagonistas em dois momentos distintos, isto é, dentro e fora da *situação de trabalho*, verificando aí se a sua maneira de escreverem *por si mesmos* guardaria ou não semelhanças com o seu modo de escrever em nome de *outros*.

Cumprе acrescentar que, para chegarmos às nove perguntas desse questionário, foi necessário definir aquelas que, de um total de 25, pareceram-nos, enfim, “as mais essenciais”, dado que um questionário com 25 interrogações não apenas inviabilizaria a nossa posterior análise (análise esta à qual ainda se somariam tanto os artigos quanto os relatórios e as transcrições das autoconfrontações realizadas com os dois profissionais), como também sobrecarregaria a participação dos nossos colaboradores, que, inclusive, demandariam um tempo de resposta bem mais significativo.

Dessas 25 perguntas iniciais, divididas em três partes (“Parte I – Sondagem Inicial”, “Parte II – Imersão na Área” e “Parte III – Imersão na Atividade”), foi necessário, portanto, que revíssemos os critérios adotados para tantas formulações, de modo que, nesse momento, concluímos que não haveria conteúdo mais efetivo para o nosso embasamento do que as próprias prescrições publicadas pela CBO 2002 – a saber:

aquelas relacionadas (i) à descrição sumária da Família dos Profissionais da Escrita, (ii) à sua formação e experiência, (iii) às condições gerais em que a atividade de trabalho se desenvolve e (iv) às competências pessoais que seriam imprescindíveis ao exercício do redator.

Assim, pautados por esse novo e mais adequado direcionamento, estruturamos o quadro a seguir, propondo uma articulação – na medida do possível – estratégica entre todas as colunas:

Quadro 12 – Questionário – proposta de articulação entre as prescrições da CBO 2002 e a prática dos protagonistas.

BLOCOS (ordem apresentada pela CBO)	DADOS DA CBO 2002 QUE INCLUEM O REDATOR DE TEXTOS TÉCNICOS	PERGUNTAS	OBJETIVOS DAS PERGUNTAS (ARTICULAÇÕES COM A ERGOLOGIA E A ANÁLISE DO DISCURSO)
Descrição Sumária	<p><i>[Neste caso, a definição da CBO privilegia a atividade literária dos demais profissionais que compõem a Família da Escrita.]</i></p> <p>Escrevem textos literários para publicação, representação e outras formas de veiculação. Para tanto, criam projetos literários, pesquisando temas, elaborando esquemas preliminares. Podem buscar publicação ou encenação da obra literária, bem como a sua divulgação.</p>	<p>Para você, o que é ser um(a) redator(a) de textos técnicos/web? Quais as vantagens e desvantagens dessa profissão?</p> <p>Como você considera que o trabalho do redator de textos técnicos/web é visto pela sociedade? Justifique.</p>	<p>Por meio daqueles que estão inseridos na atividade, encontrar uma descrição que contemple unicamente essa profissão, compreendendo, pelo discurso, o que ela representa para cada ator social.</p> <p>Ainda considerando a descrição na qual a CBO privilegia a atuação literária (embora inclua os redatores de textos técnicos), gostaríamos de saber como os participantes consideram que a sociedade enxerga o seu próprio trabalho. Acreditamos que daí também possa se destacar algum posicionamento em relação às <i>dramáticas da sua atividade</i>.</p>
Formação e Experiência	<p>O exercício do trabalho não requer formação escolar definida, sendo imprescindível o domínio da língua, bem como das linguagens específicas aos vários veículos de comunicação para os quais se pode escrever, como teatro, TV, cinema, etc. É frequente a ocorrência de profissionais autodidatas.</p>	<p>Qual a sua formação acadêmica, há quanto tempo você atua como redator(a) de textos técnicos/web e quais as suas principais experiências profissionais nessa área?</p>	<p>Estabelecer uma comparação entre os pressupostos da CBO e a vivência apresentada pelos participantes, aproveitando para conhecer um pouco mais sobre o histórico profissional de cada um.</p>
Condições Gerais	<p>Desenvolvem a escrita, trabalho intelectual e subjetivo, tanto no conteúdo como na forma de organizá-lo e desenvolvê-lo. Trabalham geralmente como autônomos, podendo exercer outras atividades de forma concomitante à escrita. São encontrados em várias atividades econômicas, entre elas, no ensino</p>	<p>Comente sob qual(is) regime(s) de contratação você trabalha atualmente, se há outra atividade profissional que você desenvolve paralelamente à redação e se trabalha sozinho(a) ou em equipe, na sua casa ou em local externo.</p>	<p>Conhecer as particularidades do meio em que os protagonistas atuam e inferir de que modo elas podem vir a influenciar no seu processo de trabalho, além de comparar os pressupostos da CBO e as respostas dadas pelos participantes.</p>

	<p>e nas atividades culturais e recreativas. Costumam trabalhar sozinhos – exceção feita aos autores-roteiristas que trabalham em equipes interdisciplinares, em geral, em horários irregulares. Os processos de concepção e criação são partes importantes do seu trabalho, assim como as habilidades de organização, pesquisa, observação e reflexão.</p>		
<p>Atividades⁴⁵</p>	<p><i>[Selecionamos apenas aquelas que nos pareceram mais pertinentes à atuação do redator de textos técnicos, já que as demais estão relacionadas, por exemplo, à criação de projetos literários e à sua divulgação.]</i></p> <p>DEMONSTRAR COMPETÊNCIAS PESSOAIS Demonstrar hábito de leitura Demonstrar criatividade Desenvolver intuição Demonstrar senso de observação Dominar a língua Dominar a linguagem específica do veículo (TV, livro, cinema, teatro, jornal, etc.) Negociar contrato de edição Discutir direitos autorais Participar de comissões julgadoras</p>	<p>Que tipos de texto você escreve atualmente, a que perfil(is) de público eles se destinam e onde são publicados?</p> <p>Para o seu exercício como redator(a) de textos técnicos/web, existem normas/prescrições e/ou direcionamentos que você deve seguir? Você precisou/precisa buscá-los a fim de orientar a sua produção textual ou eles lhe foram/são informados? Explique.</p> <p>Descreva como você desenvolve toda a sua atividade de trabalho até o instante da entrega dos textos finais para publicação.</p> <p>Você escreve textos em nome de outras pessoas, sejam elas físicas ou jurídicas? Neste caso, quem você considera ser o(a) autor(a) dessas publicações: você ou essas pessoas? Por quê?</p> <p>Ao escrever textos em nome de outras pessoas, há vezes em que você registra/defende ideias/informações/opiniões com as quais não concorda? Como se sente e como procede quando isso acontece?</p>	<p>Analisar se há paralelos entre as <i>prescrições</i> publicadas pela CBO, as possíveis <i>prescrições</i> estabelecidas pelos contratantes dos redatores e a maneira como estes descrevem o seu trabalho real, depreendendo quais as competências exigidas e/ou desenvolvidas pelos atores sociais, bem como se dessas respostas poderão sobressair registros de <i>renormalização</i>.</p> <p>Além disso, aos nos aprofundarmos na experiência de cada um, esperamos ter acesso a informações que revelem as <i>dramáticas do uso de si (por si e pelos outros)</i> – particularmente no que tange aos textos que os redatores escrevem em nome de outras pessoas (físicas ou jurídicas) e à maneira como eles podem vir a se posicionar sobre a questão da <i>autoria</i>.</p>

Fonte: Elaborado pela autora, 2015.

⁴⁵ Conforme registramos no item 1.4, as “áreas de atividades” contemplam aquelas ações (gerais e específicas) que a cada profissional da referida Família compete realizar, bem como as competências pessoais de que deve dar mostras. E, para este quadro, priorizamos este último aspecto, sendo que as tarefas gerais e específicas listadas pela CBO 2002 – tanto para o redator de publicidade quanto para o redator de textos técnicos – serão oportunamente retomadas nas nossas Considerações Finais.

Embora as circunstâncias nos tenham impedido de dar continuidade à participação de P1 e P2 nesta pesquisa – consoante as razões já explicitadas no item anterior –, ambos os atores sociais concluíram essa primeira etapa da metodologia. E foi buscando contemplar mais diretamente a atuação desses protagonistas, cuja produção textual se voltaria predominantemente à redação de artigos para blogues e sites, que cuidamos para que as perguntas do questionário contivessem não apenas a designação “redator de textos técnicos”, mas para que, paralelamente à alcunha “de textos técnicos”, contivessem também a especificação “web”, dado que “redator web” corresponderia a uma das especialidades pelas quais eles mais se identificariam profissionalmente. No caso de Aline, tendo em vista que as suas redações também poderiam ser publicadas em endereços eletrônicos, mantivemos o registro “redator de textos técnicos/web” no questionário que lhe foi enviado.

Vale acrescentar ainda que antecipamos a esses três colaboradores que “redator de textos técnicos” corresponderia a uma grande rubrica da qual nos apropriáramos para fins de pesquisa⁴⁶, posto que, à exceção do redator de publicidade, não encontramos na CBO 2002 qualquer outro título para a ocupação desse redator que enuncia (anonimamente) as vozes de outros locutores.

Por fim, cumpre considerar que, não obstante a articulação proposta nesse quadro e a especificação de cada um dos nossos objetivos em relação ao questionário, já guardávamos ciência da *distância entre o prescrito e o real* ou, conforme as palavras de Schwartz, “[...] do protocolo que podemos confrontar a uma experiência sempre *singular*” (SCHWARTZ; DURRIVE, 2007, p. 94-96). Desta maneira é que, conquanto o propósito estimado com a aplicação do questionário tenha permanecido de modo geral, as particularidades de algumas questões passaram a ganhar mais evidência que outras, sobre as quais se sobrepuseram, do mesmo modo como pormenores que ainda não haviam sido contemplados exigiram maior atenção de nossa parte ao longo de todo o percurso. No todo, porém, o mais substancial não se perdeu: conhecer a atividade de trabalho do redator de textos técnicos segundo ele mesmo.

⁴⁶ A respeito dessa antecipação, ver Anexo B, no qual tanto reproduzimos o conteúdo do e-mail enviado aos atores sociais (como exemplo, utilizamos o e-mail direcionado a Aline) quanto a íntegra do questionário, já com as respostas da nossa protagonista.

3. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

3.1 Noções em torno da *atividade de trabalho*, esta ilustre desconhecida

Pensada e desenvolvida pelo filósofo Yves Schwartz, a Ergologia é um princípio epistemológico recente, surgido na década de 1980 como um espaço novo e criativo para se pensar questões relativas ao trabalho, apreendido como uma atividade humana que é “[...] entendida como um *élan* de vida, de saúde, sem limite pré-definido, que sintetiza, cruza e nutre tudo aquilo que se apresenta separadamente (corpo/espírito, individual/coletivo, privado/profissional, imposto/desejado, etc.)” (SOUZA-E-SILVA, 2008).

Nas palavras de Louis Durrive, doutor em Ciências da Educação cuja contribuição para com a discussão acerca dos estudos ergológicos também se revela bastante *singular* – inclusive pela sua experiência como diretor pedagógico do Atelier, um centro de formação e inserção profissional especialmente aberto aos jovens em conflito com a lei na região da Alsace, na França –, a equipe pluridisciplinar que se constituiu em torno desse propósito “[...] desenvolveu não apenas uma disciplina, mas um modo de encaminhamento inovador para abordar a atividade humana”, visando a torná-lo mais conhecido a partir do propósito do qual se investe: convidar-nos a “[...] aprofundar as questões que a modernidade coloca, antes mesmo de buscar respostas especializadas”, interessando, portanto, a todos os domínios da atividade (SCHWARTZ; DURRIVE, 2007, p. 19).

Assim é que, embora a Ergologia também conforme o projeto de melhor conhecer e, sobretudo, de melhor intervir sobre as situações de trabalho para transformá-las (SCHWARTZ; DURRIVE, 2007, p. 25), ela se propõe a refletir sobre questões a respeito da atividade humana, atividade esta da qual o trabalho se destaca como uma das suas mais significativas expressões. Todavia, para Schwartz, definir o trabalho trata-se de uma missão impossível, conquanto não exista qualquer dúvida em relação à sua interpenetração com toda a atividade humana, haja vista que os polos sobre os quais o trabalho se baseia (*polos das dramáticas do uso de si, mercantil e político*) são profundamente interdependentes e interativos, não obstante cada um deles contar com as suas próprias especificidades (SCHWARTZ; DURRIVE, 2007, p. 253). De todo modo, na necessidade de uma definição sobre a *atividade de trabalho* em si, essa ilustre (des)conhecida, Schwartz (SCHWARTZ; DURRIVE, 2007, p. 30) pontua:

“O trabalho é uma forma historicamente específica: refiro-me ao trabalho tal como falamos hoje, nas situações mercantis. [...] É uma forma de atividade, para nós muito importante, mas é uma forma específica de algo mais geral, a atividade humana”.

Do tripé sobre o qual o trabalho se baseia, nesta pesquisa interessa-nos, particularmente, o polo que tende a ser o menos conhecido, a respeito do qual Schwartz se debruça a fim de dar lugar a um novo modo de se compreender o trabalho: o polo I das “*dramáticas do uso de si*”, ou dos *debates de normas*, ou daquilo a que poderíamos chamar de *gestões “do” e “no” trabalho*, acerca do qual nos aprofundaremos um pouco mais adiante. Em síntese, o que já podemos antecipar é que o polo das *dramáticas do uso de si* implica, essencialmente, a gestão de valores por parte do próprio indivíduo, no sentido de, no exercício da sua atividade, ver-se ante a necessidade/obrigatoriedade de fazer escolhas relativas a si mesmo, aos outros e à vida social. E, dada a exigência de que gestões complexas sejam administradas de sua parte – incluindo-se aí não apenas a decisão entre imperativos diferentes, as gestações de relações sociais e de crises, mas, ainda, a *gestão de si* –, advém o que o filósofo francês passa a chamar de “*dramáticas do uso de si*”, um conceito que se amplia para além da ideia comum de “conflito”, uma vez que abrange as micro e macrogestões que cada um tem de fazer para gerenciar o *uso de si por si*, o *uso de si pelo outro*, etc. Isto porque, no que tange a essas escolhas cotidianas, “[...] entram em jogo, simultaneamente, os imperativos do setor econômico – produtividade, eficiência, manutenção do próprio emprego – e aqueles dos valores não econômicos – solidariedade, respeito, ética” (SOUZA-E-SILVA, 2008).

Quanto aos dois outros polos – sobre os quais não nos deteremos com a mesma profundidade, mas que naturalmente também perpassam a atividade de trabalho do redator de textos técnicos –, o polo II corresponde ao que podemos chamar de “*polo mercantil*” e, o polo III, ao “*polo do direito*” ou “*polo do político*”. De acordo com Schwartz (2007, p. 255; 2011, p. 142-143), o *polo mercantil* mantém toda a sua força atual em nossas sociedades (que são mercantis), funcionando à base de *valores quantitativos* (particularmente monetários) e mediante comparações de interesses, de benefícios, de rentabilidade, sendo este o seu papel; já o *polo do direito* se encarrega, oficialmente, dos “valores sem dimensão” (assim designados por não possuírem uma unidade de medida que os compare na sua grandeza ou intensidade, sequer entre eles), nos quais se eleva a perspectiva em torno da noção de bem comum, reivindicada por qualquer cidadão (lembrando que, além de mercantis, nossas sociedades são também de direito). Ainda em relação a esta última noção, espera-se que os seus valores “[...] sejam

assumidos por instituições como as de cunho político: os Estados e as entidades democráticas encarregadas de fazer viver na história um tal conjunto de valores” (SCHWARTZ; DURRIVE, 2007, p. 250).

Conforme registramos, toda atividade de trabalho se desenvolve nesse espaço tripolar, característico das nossas sociedades atuais. No entanto, se, por assim dizer, as características mercantilistas e políticas que regem o universo do trabalho já são mais amplamente conhecidas socialmente, um dos maiores aportes da Ergologia – se não o maior – incide justamente por ela elevar ao primeiro plano o polo das gestões/da atividade humana, sem o qual seríamos levados a crer que a história se faria por si, e não por um incomensurável conjunto de indivíduos em que cada qual empenha na sua atividade o próprio exercício da sua *singularidade*. Para Schwartz (2007, p. 255), “[...] em face do polo da cidadania e do polo do mercado, um polo da atividade se erige, sem o que a pessoa estaria fora do jogo e, a história, olhada como uma mecânica”.

Se, em comum, os polos mercantil e político (II e III, respectivamente) produzem *normas antecedentes* – haja vista que, para que a esfera mercantil seja capaz de gerar lucro, reinvestir e enriquecer é preciso estabelecer regras, normas e hierarquias, do mesmo modo como regras, normas e hierarquias são necessárias para que a esfera política faça valer o bem comum –, é no polo da atividade (I) que são geridas as dialéticas entre as *normas antecedentes* e as *ressingularizações/renormalizações*, posto que nenhuma atividade corresponde a mera execução (SCHWARTZ; DURRIVE, 2007, p. 253).

3.1.1 Do polo mercantil ao polo político: um intervalo para considerações oportunas

A propósito do que ponderamos até aqui, uma breve alusão a uma correspondência possível entre os polos mercantil (II) e político (III) e o cenário em que o redator de textos técnicos desenvolve a sua atividade bastaria para identificarmos que, já nesta configuração, a sua prática carece de valorização e legitimidade. Num primeiro sentido, a nossa inserção em quatro grupos que interagem no Facebook (já mencionados nas Considerações Iniciais) tem nos revelado uma série de conflitos manifestados pelos próprios redatores no que tange à desvalorização do seu trabalho e, conforme verificaremos um pouco mais adiante, ainda mais particularmente à sua produção de artigos. Num segundo sentido, já tivemos a oportunidade de verificar no Contexto

Sócio-Histórico que não nos reportamos, por exemplo, a uma profissão regulamentada, cujo exercício seja protegido por leis.

Concorrendo com empresas que se lançam no mercado – sobretudo na internet – como “plataformas” ou “redatorias”, geralmente estabelecendo a quantidade total de palavras como critério para a cobrança dos seus textos (via de regra, o trabalho é comercializado a partir de quantidades de palavras que já possuem valores predefinidos, conforme demonstram as Figuras 19 e 20), um expressivo número de redatores identificados como “redatores de web”, “redatores on-line”, “redatores/produtores de conteúdo” ou “webwriter” – que seguem contemplados pela grande rubrica “redator de textos técnicos” – se sente confrontado ante a necessidade de atuarem como profissionais liberais que cobrem pelo seu trabalho o valor que lhes parece mais justo e, em contrapartida, ante a necessidade de se submeterem à precificação de um mercado com o qual não concordam, mas cujos clientes se veem obrigados a disputar.

Para atender às demandas desses clientes, temos, de um lado, as plataformas que se especializaram na produção desses artigos, reunindo um coletivo de redatores de textos técnicos. Entre as mais conhecidas, estão a Rock Content⁴⁷, a Text Broker⁴⁸, a Great Content⁴⁹ e a Redaweb⁵⁰, sendo que a Rock Content é a única a não disponibilizar informações sobre os preços pelos quais comercializa os seus artigos.

⁴⁷ A plataforma Rock Content encontra-se disponível no endereço: <<http://rockcontent.com/>>. Acesso em: 19 nov. 2015.

⁴⁸ A plataforma Text Broker encontra-se disponível no endereço: <<https://www.textbroker.com.br/>>. Acesso em: 19 nov. 2015.

⁴⁹ A plataforma Great Content encontra-se disponível no endereço: <<https://www.greatcontent.com.br/>>. Acesso em: 19 nov. 2015.

⁵⁰ A plataforma Redaweb encontra-se disponível no endereço: <<http://www.redaweb.com.br/>>. Acesso em: 19 nov. 2015.

Figura 19 – Recorte da plataforma Text Broker referente à página “Preços e Condições para Clientes”.

Self-Service: Preços e Desempenho

		OpenOrder	DirectOrder	TeamOrder
Qualidade dos autores <hr/> <hr/> <hr/> <hr/>	Desempenho <hr/> Erros de ortografia, gramática e estilo podem ocorrer. Ver texto de referência > <hr/> Poucos erros e muita rapidez para receber os textos Ver texto de referência > <hr/> Textos bons e com boa qualidade de pesquisa Ver texto de referência > <hr/> Textos escritos com nível profissional, sem erros, com ótima pesquisa Ver texto de referência >	Você escolhe a qualidade e o preço dos seus textos Aproveite o nosso pool com milhares de autores à sua disposição e pague um preço fixo por texto. 1,2 centavos de dólar/palavra <hr/> 1,6 centavos de dólar/palavra <hr/> 2,2 centavos de dólar/palavra <hr/> 6,7 centavos de dólar/palavra	Faça pedidos de texto para o seu autor predileto. Você pode negociar com o autor um bom preço por palavra.	Selecione alguns autores e monte a sua própria equipe. É você quem determina o preço por palavra dos textos.
			A partir de 2,2 centavos de dólar/palavra*	A partir de 2,2 centavos de dólar/palavra*

*Condições para clientes. Os preços acima não contém qualquer taxa para impostos. Além do preço por palavra cobrado (acima), será cobrada uma taxa única por pedido de texto no valor de 0,30 centavos de dólar.

Calcule você mesmo seus custos na OpenOrder

Veja através do nosso calculador quão barato pode ser o seu texto como OpenOrder.

Qualidade

Contador de palavras

\$ 12,00

[Registre-se gratuitamente como cliente!](#)



Fonte: TEXT BROKER, 2015.

Figura 20 – Recorte da plataforma Redaweb referente à página “Preços”.

PREÇOS

TEXTOS DE 350 PALAVRAS		REDAWEB
1 A 99 TEXTOS		R\$ 10,00 / TEXTO
100 OU MAIS TEXTOS		R\$ 9,00 / TEXTO

TEXTOS DE 500 PALAVRAS		REDAWEB
1 A 99 TEXTOS		R\$ 15,00 / TEXTO
100 OU MAIS TEXTOS		R\$ 13,50 / TEXTO

TEXTOS ACIMA DE 500 PALAVRAS		REDAWEB
1 A 99 TEXTOS		R\$ 0,03 / PALAVRA
100 OU MAIS TEXTOS		R\$ 0,027 / PALAVRA
<input type="text" value="501"/>	PALAVRAS	R\$ 15,03

COMPARE OS CONCORRENTES E VENHA JÁ PARA A REDAWEB:

	REDAWEB	TEXTBROKER	GREATCONTENT
TEXTO DE 350 PALAVRAS	R\$ 10,00	R\$ 18,40	R\$ 14,90
TEXTO DE 500 PALAVRAS	R\$ 15,00	R\$ 25,99	R\$ 20,90

Fonte: REDAWEB, 2015.

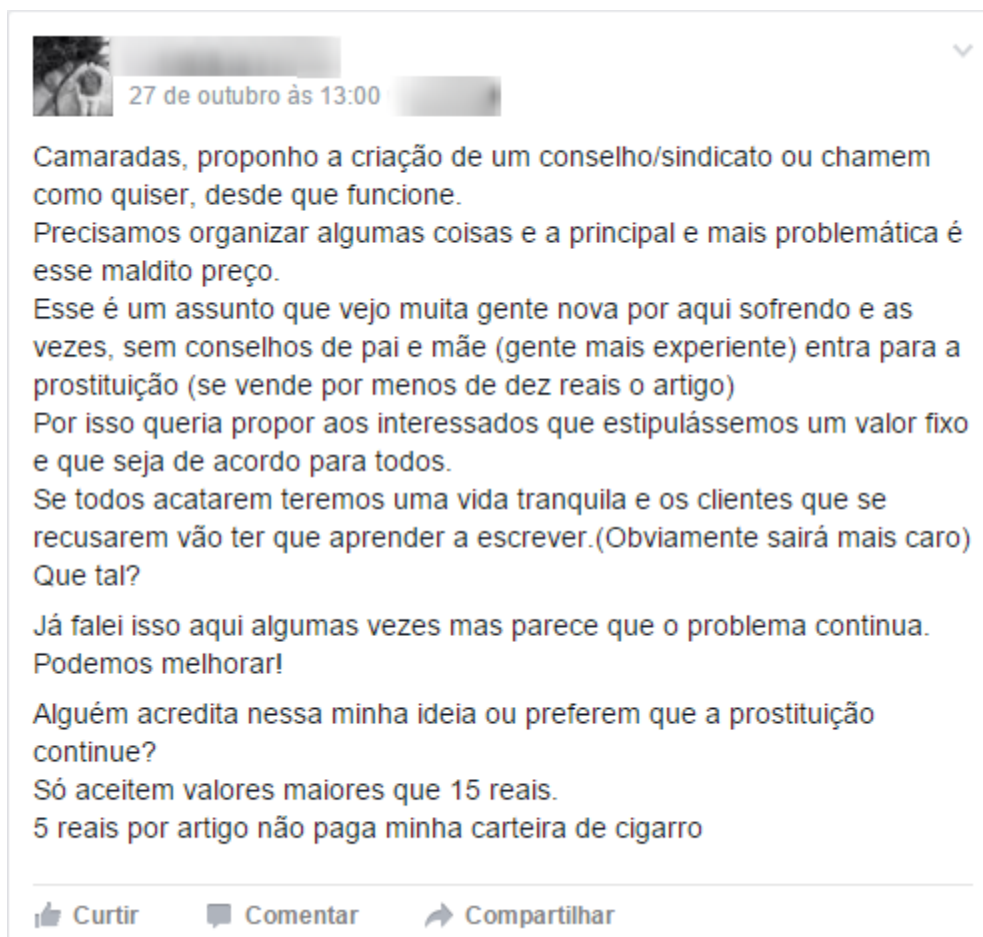
Das duas plataformas que selecionamos, notam-se os valores que um cliente pagará por um artigo que contenha, por exemplo, 1.000 palavras: na Text Broker, considerando-se o dólar cotado a R\$ 3,72⁵¹, serão desembolsados R\$ 44,64; na Redaweb, considerando-se que um texto de 500 palavras corresponde a R\$ 15, um texto com 1.000 palavras sairá a R\$ 30. E a remuneração paga ao redator que elaborou o artigo será, sem dúvida alguma, inferior àquela comercializada por essas empresas.

Assim, para atender a outros tantos clientes, temos, por outro lado, os redatores que, conforme a definição apresentada pela CBO 2002, geralmente atuam como

⁵¹ Valor do dólar em 19 de novembro de 2015. Disponível em: <<http://economia.uol.com.br/cotacoes/cambio/dolar-comercial-estados-unidos/>>.

profissionais autônomos, desafiados a encontrar uma solução por si mesmos no que tange aos valores que estabelecerão para a oferta do seu próprio trabalho, conforme ilustra a figura a seguir extraída do grupo Redatores Web (FACEBOOK):

Figura 21 – Postagem extraída do grupo “Redatores Web” ativo no Facebook. A postagem corresponde ao dia 27 de outubro de 2015.



Fonte: FACEBOOK, 2015.

Já em outros grupos, como o Redatores da Depressão⁵², encontramos denúncias a respeito da precarização desse trabalho travestidas de “ironias”, coerentes com o próprio nome dado ao agrupamento na rede social. Ao redator de textos técnicos, no entanto, cabe a tarefa de engendrar soluções que compatibilizem o cenário mercadológico atual e os seus anseios por alguma organização – ou, conforme o registro⁵³ do redator na Figura 21, qualquer que seja o nome que se lhe queira atribuir –

⁵² Ver nota 13.

⁵³ Acerca do registro do redator, chama atenção o vocativo por ele empregado a fim de se referir aos demais colegas de profissão: “camaradas”. Neste item, intitulado “Do *polo mercantil* ao *polo político*: um intervalo para considerações oportunas”, o termo utilizado pelo redator, de cunho acentuadamente

na qual veja os seus interesses representados. Sobretudo quando, ao buscar alguma referência na tabela de preços do Sindicato dos Jornalistas⁵⁴ – profissionais estes com os quais, segundo a CBO 2002, o redator de textos técnicos guarda o parentesco de pertencer ao Subgrupo dos Profissionais da Comunicação e da Informação –, o redator de textos técnicos encontra a informação de que, para um artigo de 1.400 caracteres – o equivalente a, aproximadamente, 240 palavras –, sugere-se a cobrança de R\$ 314,97 (Figura 22).

Figura 22 – Recorte do site do Sindicato dos Jornalistas referente à página “Preços”.

Assessoria de Imprensa/Comunicação 2015/2016	
Assessoria de Imprensa/Comunicação 2015/2016	
Hora de trabalho para a elaboração de projeto e o atendimento de conta, que pode englobar as seguintes atividades: reunião de briefing, planejamento, produção, textos, relacionamento com a imprensa e fechamento/avaliação, sendo que qualquer trabalho básico de assessoria comporta um mínimo de 15 horas.	R\$ 294,20 por hora
Por dia, para atendimento e cobertura em eventos e coletivas	R\$ 334,58 – de segunda-feira a sábado R\$ 669,16 – aos domingos
Para trabalhos contratados por período de 30 dias	R\$ 4.652,95
Redação de artigos (por lauda de 1.400 caracteres)	R\$ 314,97
Redação de discursos por lauda (tempo médio de leitura/lauda – 2,5 minutos)	R\$ 377,27

Fonte: SINDICATO DOS JORNALISTAS PROFISSIONAIS DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2013.

3.1.2 Das normas antecedentes à renormalização: aspectos constitutivos da atividade

Se a tensão entre os polos mercantil e político é aquela mais evidente, certamente não se trata da única que compete ao redator de textos técnicos administrar. Para Schwartz (2007, p. 31).

[...] somos sempre apanhados pela retaguarda, no que tange à atividade humana. Ela está sempre, em um dado meio, em negociação de normas. Trata-se de normas anteriores à própria atividade: a atividade negocia essas normas em função daquilo que são as suas próprias. Qualquer que seja a situação, há sempre uma negociação que se instaura. E cada ser humano – e principalmente cada ser humano no trabalho – tenta mais ou menos (e sua

político, merece especial destaque, sobretudo por se revelar perfeitamente alinhado à natureza da sua reivindicação – política –, visando, portanto, ao bem comum.

⁵⁴ O Sindicato dos Jornalistas encontra-se disponível no endereço: <<http://www.sjssp.org.br/>>. Acesso em: 19 nov. 2015.

tentativa nem sempre é bem sucedida) recompor, em parte, o meio de trabalho em função do que ele é, do que ele desejaria que fosse o universo que o circunda. [...]

De acordo com o filósofo francês, em qualquer situação de atividade humana – e, por conseguinte, de trabalho – verifica-se a associação de diferentes saberes, que resultam num dos fundamentos científicos da proposta ergológica: os *saberes acadêmicos ou instituídos*, que correspondem a tudo aquilo que é formalizado, ensinado e consultado, independentemente de quais sejam os suportes por meio dos quais o conhecimento se dá (livros, escritos, gráficos, manuais, organogramas, todo o referencial dos prescritos, das normas), e os *saberes práticos ou investidos*, que contemplam os conhecimentos adquiridos na dimensão experimental, de ordem prática do trabalho, considerando, desta forma, a experiência peculiar a cada trabalhador, a sua história, o seu conhecimento acumulado, tenha ele se dado particular ou coletivamente. Ambos os saberes constituem o que na Ergologia designou-se como “*normas antecedentes*”. Na síntese do filósofo comoriano Abdallah Nouroudine (2009), professor e pesquisador do Departamento de Ergologia da Universidade de Provença, “[...] a ‘norma antecedente’ comporta diversas formas de antecipação às quais os protagonistas se referem para realizar as atividades”, sendo ainda, nas palavras de Schwartz (2011, p. 137), uma conquista de toda a sociedade humana.

Por exemplo, dos prescritos que compõem a atividade de trabalho do redator de textos técnicos, já nos detivemos em torno de quais devem ser, segundo os registros da CBO 2002, algumas das competências pessoais desse profissional – muito embora também já tenhamos analisado que elas se referem à Família dos Profissionais da Escrita em geral e, nesse contexto, condensam preceitos que acabam por privilegiar a produção literária. Entre elas, encontram-se “1. Demonstrar hábito de leitura” e “5. Dominar a língua”, que também correspondem às prescrições que emergem naturalmente no senso comum quando se pensa nas características de alguém que atue com a produção de textos – “*Ah, então você deve ler muito!*”, “*Você deve saber tudo de Português!*”, etc. E, para além desses exemplos de *saberes instituídos* e já “relativamente estabilizados”, que se referem ao “protocolo experimental” (NOUROUDINE, 2009) do exercício do redator, os seus *saberes investidos* serão alcançados mediante aquilo que, em negociação com as normas, ele vai colocando de si mesmo – e, portanto, de toda a sua *singularidade* individual e histórica – no desenvolvimento do seu próprio trabalho, configurando a sua própria maneira de *saber*

fazer. De outro modo, se as *normas antecedentes* contemplassem tão somente os *saberes instituídos* – igualmente essenciais –, seria de se supor que, em instrumentalizando um grupo de redatores de textos técnicos com os mesmos suportes teóricos e em lhes passando exatamente os mesmos prescritos acerca de como produzir um texto, todos eles apresentassem as mesmas redações em resposta a um tema em comum que lhes fosse solicitado desenvolver – o que seria impraticável.

Embora não nos demos conta dessa questão na maior parte do tempo, o fato é que somos levados a apreciar a atividade de trabalho do outro a partir dos prescritos que a envolvem, e não pelos *usos que ele faz de si*. Ou, ainda, apreendemos da atividade de trabalho, de maneira relativamente acessível, os seus meios e resultados (“o redator escreve”, “o professor ensina”), quando ela própria, no essencial, não se vê (SCHWARTZ, 2011, p. 134). Assim, se, apesar da invisibilidade da sua atuação, encontramos algumas referências do que se espera do exercício profissional de um redator, interessa-nos saber, então, quais são os usos que lhe compete fazer de si mesmo desde a demanda do seu contratante até a entrega da sua redação final, convocando para o plano visível esse conteúdo da sua atividade que ainda permanece encoberto.

Ao mesmo tempo em que se constitui pelas normas que lhe são anteriores, a atividade também se organiza a partir dos *debates de normas e de valores* peculiar à natureza humana daqueles que a realizam, que precisam se valer de si mesmos para desempenhá-la, uma vez que nenhuma norma nos desobriga de repensar, no nosso íntimo, as nossas escolhas de ser e de vida (SCHWARTZ, 2011, p. 133), advindo daí o que o filósofo francês denominará de “*dramáticas da atividade*” ou “*dramáticas do uso de si*”. Além disso, por mais exaustivas que sejam as tentativas, essas normas não são capazes de enquadrar, de antecipar, de predeterminar todas as possibilidades (algo *impossível*), justamente pelo fato de que nenhuma ação pode ser reduzida à mecanicidade da sua aplicação (isto seria *invivível*) – mesmo naqueles trabalhos considerados exclusivamente operacionais, tal como já o comprovaram alguns valiosos estudos nos quais operadores de linhas de montagem foram observados em *situação de trabalho* indo além da “cientificidade”. E, por fim, tendo em vista a própria *infidelidade do meio* em que a atividade se processa (o que significa que no próprio ambiente em que ela se dá ocorrem diversas intervenções técnicas, humanas ou outras que não se pode prever), as normas ainda se revelam insuficientes, evocando ora o preenchimento do seu vazio (“*vazio de normas*”), ora *renormalizações* por parte do seu protagonista. Ou seja: haja vista que toda atividade de trabalho é também permeada pelo *uso de si*, tem-se que

ao trabalhador é preciso estabelecer uma consonância entre os seus saberes, surgindo daí, inúmeras vezes, a necessidade de se reavaliar e/ou de renormalizar a maneira como se desencadeia a atividade, posto que, se de um lado estão as normas, os regulamentos e os procedimentos codificados, de outro figuram as demandas individuais, já que, “[...] quando se trabalha, não há uma simples submissão a procedimentos, à execução estrita de uma tarefa, mas há, principalmente, o uso de um capital pessoal” (SCHWARTZ; DURRIVE, 2007, p. 191).

3.1.3 Usos de si, dramáticas e renormalizações na atividade do redator de textos técnicos

A fim de consolidarmos com mais aproveitamento os conceitos nos quais pautaremos a análise ergológica desta pesquisa, detenhamo-nos um pouco mais no *uso de si*, isto é, ao “[...] fazer uso das suas próprias capacidades, de seus próprios recursos e de suas próprias escolhas” (SCHWARTZ; DURRIVE, 2007, p. 192), o que é uma exigência para o desenvolvimento da atividade. É nesse sentido que Schwartz (2007, p. 192) adverte: “[...] É preciso que ele [o indivíduo] escolha, visto que as imposições ou as instruções são insuficientes [...] É necessário que ele atribua a si próprio leis para dar conta do que falta.”, sendo que cada um de nós preencherá a seu próprio modo as lacunas ou as deficiências existentes, decorrendo daí as *dramáticas do uso de si*.

Quando pensamos na pertinência da aplicação desses conceitos à atividade de trabalho do redator de textos técnicos, ocorrem-nos – possivelmente, pelo nosso próprio *saber investido* nesse tipo de exercício profissional – algumas associações plausíveis, sobretudo ao considerarmos as *dramáticas* pelas quais esse protagonista possa ser atravessado ao não dispor de prescrições que efetivamente o orientem no seu processo de elaboração e, ainda, ao assumir para si, profissionalmente, posicionamentos dos quais pessoalmente discorda. Abordar a *dimensão dramática da atividade*, no entanto, “[...] não significa que cada agir seja semeado de dramas”: significa, sim, a necessidade de se situar, de uma maneira ou de outra, num mundo de valores (SCHWARTZ, 2011, p. 133), e o direcionamento da perspectiva ergológica sobre essas *dramáticas* possibilita colocar em evidência aquilo que sempre foi considerado como “infinitamente pequeno ou negligenciável” (SCHWARTZ; DURRIVE, 2007, p. 193), ensejando um prisma pelo qual, até onde sabemos, nunca se pensou a atuação do redator. E o filósofo francês assegura: “[...] Essas *dramáticas* são fontes de eficácia, mas têm um preço para as

peças e os grupos e são inseparáveis de certos valores de vida e de saúde, de tal modo que não se pode, sem consequências, mergulhá-las com entusiasmo na invisibilidade” (SCHWARTZ, 2011, p. 134-135).

Ao redator de textos técnicos é preciso fazer escolhas. Elas permeiam a sua atuação desde o seu aceite da proposta para a criação de um texto até a maneira como este será entregue. Externamente, elas podem passar, por exemplo, pela negociação de valores, prazos, pelo entendimento das necessidades do seu contratante e pelos outros tantos possíveis ajustes que se articulam entre eles; internamente, elas se materializam nas suas próprias escolhas linguísticas, na seleção de um vocábulo que “diz” de uma determinada maneira o que o seu equivalente “diria” de outra forma, na ênfase de uma ideia ou de uma expressão que lhe parece pertinente destacar, na adoção de um discurso que não coaduna com outro, no modo como cada parágrafo se articulará com o seu anterior e o seu subsequente, isto sem contar a sua possível necessidade de conceber um texto que se adeque às recomendações de quem o solicita e, simultaneamente, à compreensão daquele a quem se destina, fazendo com que esse ator social se coloque no lugar de “dois outros” – ou, ainda, no lugar de um primeiro outro “mais imediato”, que muitas vezes não sabe exatamente o objetivo ao qual a produção textual deve atender, embora tal requerimento parta de si.

De certo, tudo isso representa algo mais específico – e, por que não, enigmático – do que as competências pessoais que lhe caberiam quanto ao “hábito de leitura”, à “demonstração de criatividade”, ao “domínio da língua” e da “linguagem específica do veículo”, à “negociação de contrato (de edição)” e à “discussão dos direitos autorais”, conforme as prescrições que a CBO 2002 atribui aos profissionais da escrita e que, muito embora privilegiem a atuação de autores-roteiristas, críticos, escritores de ficção, escritores de não ficção e poetas, também se aplicariam, por extensão, ao redator de textos técnicos, segundo as proposições que conjecturamos no item 1.4.1. Ou, ainda, talvez seja a tudo isso que o documento normalizador do MTE se refira quando estabelece que a esse(s) profissional(is) cabe “desenvolver intuição”, seja lá em que essa condição se traduza objetivamente – caso seja realmente passível de uma “tradução prática”. O certo é que todas essas escolhas do redator de textos técnicos são permeadas pelo *uso em si* que, não raro, se reinventa a cada cliente, a cada tema, a cada leitor final, sendo que “[...] nenhuma escolha é o produto do aleatório” (SCHWARTZ, 2011, p. 141):

[...] Não há outro jeito, sempre é necessário fazer escolhas. Se fazemos escolhas, por um lado elas são feitas em função de valores – mas, por outro, essas escolhas são um risco, já que é preciso suprir os ‘vazios de normas’, as deficiências de orientações, de conselhos, de experiências adquiridas, registradas nas regras ou nos procedimentos. Portanto: sim, corremos riscos. Antecipamos soluções possíveis sabendo que efetivamente há o risco de falhar, de criar dificuldades novas, de desagradar... E ao mesmo tempo, escolhe-se a si mesmo. Encontramo-nos em uma situação que não tem antecedente estrito senso. Escolher essa ou aquela opção, essa ou aquela hipótese, é uma maneira de se escolher a si mesmo – e em seguida de ter que assumir as consequências de suas escolhas (SCHWARTZ; DURRIVE, 2007, p. 193).

Voltamos, portanto, ao polo (I) das *dramáticas dos usos de si*, já que existe mais de um uso que cada ator social faz de si mesmo. Nesse aspecto, referindo-se a essa dualidade do *uso de si* “*por si*” e “*pelo outro*” como “[...] às vezes simples e ao mesmo tempo complicada”, Schwartz (2007, p. 196) considera que exatamente por essa razão é que “[...] todo trabalho é problemático – problemático e frágil – e comporta um drama”. Assim, todo *uso de si* é, simultaneamente, um *uso de si por si mesmo* (para Duraffourg, que foi professor-associado do Departamento de Ergologia da Universidade de Provence, “[...] uso de seu corpo, de sua inteligência, de sua história, de sua sensibilidade, de seus gostos” (SCHWARTZ; DURRIVE, 2007, p. 70)), dada a necessidade de preencher o vazio/a deficiência de normas e/ou *renormalizar*, e um *uso de si pelo outro*, que são aqueles que cruzam toda a atividade de trabalho (a dimensão social), quer sejam eles os clientes diretos, colegas de trabalho, etc. E, no caso do redator, acreditamos ainda que os seus *usos de si pelo outro* se conformariam aos dois “outros” há pouco já mencionados: o primeiro, aquele do qual o ator social recebe a demanda para a produção de um texto; o segundo, aquele para o qual esse texto efetivamente se dedica. Destarte, *gerir os usos de si* é buscar os recursos necessários – e, sem dúvida, acionar a própria escala de valores – para dar conta dessa tensão permanente. E todos esses recursos são peculiares à nossa natureza, que está sempre se mobilizando para restituir a sua dimensão criadora em todas as atividades a que é convocada.

Por fim, os *usos de si* – e, por extensão, as *dramáticas* que deles decorrem – remetem a uma tendência a que Schwartz (2001, p. 138) se reporta como “um fato universal”: a *renormalização*. Dado que a exaustiva antecipação de normas é *impossível* e que, haja vista o trabalho não ser algo mecânico, deter-se na rigorosa aplicação das normas é *invivível* (inclusive porque o meio não é “neutro”, mas, sim, “infiel”, suscetível a ocorrências imprevisíveis), existe uma tentativa inerente a cada um –

visando à própria saúde, aqui tomada num sentido mais amplo – quanto a repensar o que, na constituição das normas, foi formulado sem contemplar a sua *singularidade*, a sua história, os valores que lhe são peculiares.

3.2 Análise do Discurso: as múltiplas possibilidades de uma disciplina híbrida

Nascida sob o signo da articulação entre a Linguística, o Materialismo Histórico e a Psicanálise, a Análise do Discurso de tradição francesa – doravante “AD” – foi elaborada a partir dos conceitos de *discurso*, *sentido*, *sujeito* e *condições de produção* (MUSSALIM, 2004, p. 138). Até então, o percurso dos estruturalistas (anos 1950 e 1960) fora marcado pela deliberada exclusão do sujeito. Para eles, a língua era vista como objetivada, padronizada, possível de ser analisada cientificamente, estudada a partir de regularidades, sendo que as influências externas, geradoras de irregularidades, não afetavam o sistema por não serem consideradas partes da estrutura. A língua não era apreendida na sua relação com o mundo, mas como um sistema fechado sobre si mesmo.

Foi no final da década de 1960 que houve uma subversão do paradigma então reinante, quando o *sujeito* passa a ser o centro do novo cenário e é encontrado na Psicanálise, materialmente constituído pela linguagem e interpelado pela ideologia. É precisamente na AD que o sujeito se torna a noção central do quadro teórico do discurso, apresentado na concepção freudiana como sendo “clivado”, dividido entre o consciente e o inconsciente – o “Outro” –, pelo qual é constantemente atravessado.

Salientando que, de modo mais amplo, a reflexão do discurso se beneficiou das contribuições advindas da Filosofia e da Linguística, Maingueneau (2015, p. 17) assim sintetiza esse período histórico no qual a AD foi se consolidando:

Quando, nos anos 1960, emergiram as problemáticas que, em seguida, entrariam no campo da análise do discurso, não se tratava, de forma alguma, de um projeto unificado. Nos Estados Unidos, o estudo do discurso foi alimentado por correntes muito diversas: em particular, pela etnografia da comunicação (Hymes [1927-2009], Gumperz [1922-2013]), que era muito próxima da antropologia, da etnometodologia (Garfinkel [1917-2011]), que se dizia uma teoria sociológica, da análise conversacional (Sacks [1935-1975]), que, como o nome indica, propunha um método de análise das interações orais. A isso se juntavam os trabalhos de pensadores singulares, tais como Goffman [1922-1982], que estudava os ‘rituais de interação’ na vida cotidiana, em particular por meio da ‘apresentação de si’. Essas diversas correntes, a despeito de suas divergências, partilharam progressivamente um mesmo espaço de pesquisa. Em seguida, ele foi enriquecido pelos aportes das teorias pós-estruturalistas do discurso, muito influentes nas ciências políticas

(M. Foucault, E. Laclau) e nos ‘Cultural Studies’, particularmente nos que diz respeito ao gênero sexual (cf. J. Butler).

Tendo na França um dos principais lugares onde se deu o seu desenvolvimento, graças a grandes contribuições como as publicações de Michel Pêcheux e Foucault – “Análise automática do discurso” e “Arqueologia do saber”, respectivamente (MAINGUENEAU, 2015, p. 18-21) –, a AD se tornou uma disciplina autônoma, que compreende que nenhum discurso pode ser analisado independentemente do contexto sócio-histórico no qual é produzido, postulando-se aí a relação que contempla entre língua-sujeito-história. Sob a perspectiva dessa disciplina, portanto, a língua não é transparente e os sentidos não são “dados”, mas construídos, tal como explicita Souza-e-Silva (2011, p. 4-5, grifos nossos):

A AD não parte de uma concepção de língua que pressuponha a univocidade do sentido, logo **os textos não podem ter uma só interpretação, ou uma interpretação verdadeira; também não aceita o princípio de intenção do autor, o que suporia a possibilidade de que uma intenção pudesse ser expressa de maneira clara e homogênea e que o sujeito fosse uma unidade controlada pela razão e, portanto, bem-sucedido em ‘dizer o que quisesse’**; finalmente, não aceita o princípio de contexto como algo uniforme, dado, pré-estabelecido. Postula, ao contrário, a noção de uma língua polissêmica e opaca, a de um **autor/sujeito que diz sempre mais, menos, ou outra coisa em relação ao que queria dizer (em virtude dos efeitos da ideologia, do inconsciente)** e a de contexto como um conjunto de ingredientes contraditórios e heterogêneos. Em suma, **a AD rompe com a concepção de sentido como originário do projeto de um autor, e, portanto, como algo a ser descoberto, decifrado e com a concepção de língua como expressão de ideias de um autor sobre as coisas**. Além disso, contesta que o sentido seja da ordem da língua, antes decorre de posicionamentos discursivos que são de ordem sócio-histórica.

Em vista disso é que, orientados por esses pressupostos e sem pretender pensar os lugares independentemente das falas (e dos textos), bem como sem perder de vista a necessidade de considerar essas falas (e textos) aplicadas/os aos lugares dos quais são parte pregnante, interessa-nos, sobretudo, o aprofundamento em torno do conceito de *autoria* sob o olhar da Análise do Discurso de vertente francesa, sem recairmos, portanto, no imaginário de um “autor” cujas ideias e intenções precisariam ser “descobertas”. Antes, um dos principais objetivos desta pesquisa consiste na análise de um material dos quais os *efeitos de sentido* possam ser construídos/depreendidos em conjunto com a atora social e os *indícios de autoria*, se existirem, possam ser revelados, desvelando traços de subjetividade que, enfim, revelem um sujeito que – conforme preconiza Maingueneau (2015, p. 27) – se coloque ao mesmo tempo como “[...] fonte de

referências pessoais, temporais e espaciais”, indicando qual a sua *atitude* não apenas em relação ao que diz/escreve, como também em relação ao seu destinatário/leitor.

3.2.1 Da autoria e das três dimensões da noção de autor aos indícios de autoria – um primeiro lugar para o redator

Haja vista o nosso interesse pelo conceito de *autoria* sob o prisma da Análise do Discurso de tradição francófona e já tendo contado com a oportunidade de conhecer/estudar as três dimensões da noção de *autor* propostas por Maingueneau (2010a), cumpre-nos, antes de nos determos nessas dimensões, um levantamento acerca das apreciações que o orientaram para essa conclusão. Assim é que, em capítulo dedicado integralmente ao assunto, “Autor: A noção de *autor* em análise do discurso” (2010a, p. 26), o Professor de Linguística da Faculdade de Língua Francesa da Universidade Paris-Sorbonne inicialmente explicita que, “[...] embora a questão do *autor* esteja desde há muito tempo no centro da reflexão em teoria literária, a maior parte dos analistas do discurso – pelo menos na área francófona – evita a famosa questão posta por Michel Foucault nos fins dos anos 1960: ‘O que é um autor?’ [...]”, conquanto a autoralidade devesse ser uma questão central para a Análise do Discurso no seu esforço em pensar a imbricação recíproca de textos e de lugares sociais para além da oposição texto/contexto. E Maingueneau registra (2010a, p. 26):

[...] a noção de autor é indissociável da noção de texto: em um sentido, pode-se considerar o texto como uma unidade à qual se costuma associar uma posição de autor, mesmo que esta última não tome a forma de um indivíduo único, em carne e osso, dotado de um estado civil. [...] Categoria híbrida, que implica ao mesmo tempo o texto e o mundo do qual este texto participa, o autor é uma instância que enuncia (atribui-se-lhe um ethos e uma responsabilidade de alguns gêneros de textos, em particular os prefácios), mas também certo estatuto social, historicamente variável.

No que concerne à noção de *autor* ser indissociável da noção de texto, sendo este uma “[...] unidade à qual se costuma associar uma posição de autor” (MAINGUENEAU, 2010a, p. 26), encontramos a própria noção frequentemente utilizada pelo senso comum, segundo a qual se tomaria alguém como a fonte de uma determinada produção verbal escrita, independentemente de se tratar do autor de uma carta, do autor de um e-mail, do autor de um artigo ou do autor de um livro. E, desta perspectiva, não haveria muito mais acerca do que nos aprofundarmos quanto ao redator

de textos técnicos ser o “autor” do produto do seu trabalho, de modo que a nossa discussão provavelmente enveredaria pelos aspectos legais que envolveriam a “transferência” da “autoria” dos seus textos (dos quais eles seriam os “autores originais”) para aqueles que, em pagando pela sua elaboração, tornar-se-iam os seus “autores empossados”, por assim dizer. Contudo, ainda nos faltaria perscrutar os aspectos de nosso maior interesse neste estudo, relativos à análise discursiva da *autoria*, sobre os quais a noção historicamente variável de *autor* também não incidiria a contento, tampouco a *incontornabilidade* da sua figura tal como ela se revela, por exemplo, no discurso literário.

A respeito da figura incontornável do autor em determinados discursos, em especial, Maingueneau (2010a) a aponta como uma das possíveis explicações pelas quais a Análise do Discurso teria evitado refletir sobre ela, priorizando o investimento em “*corpora* desprezados pelas faculdades de Letras tradicionais” e, por conseguinte, legitimando o seu território de análise. Além disso, o Professor também aventa a possibilidade de que a problemática da polifonia linguística, da heterogeneidade ou da modalização poderia ter sido um outro obstáculo.

À parte as razões que, ao menos por um determinado período, possam ter promovido o desinteresse ou o afastamento dos analistas do discurso a respeito dos estudos relativos à *autoria*, o fato é que Maingueneau (2010a, p. 28) primeiramente chama atenção para dois funcionamentos referentes ao termo “autor”: um *relacional*, no qual se estabelece a correspondência entre este e o texto produzido, e um *referencial*, que “autonomiza sintaticamente o autor”, mas no qual ele não seria “um autor”, no sentido de “causa ou responsável pelo enunciado”. Como exemplo, o especialista acrescenta (2010a, p. 28): “[...] ‘o autor de um panfleto publicitário’ não é, salvo situação excepcional, ‘um autor’, não é mais do que um cobrador de impostos que escreveria muitas cartas aos contribuintes dos quais ele está encarregado”.

O exemplo registrado por Maingueneau instiga-nos algumas elucubrações ao pensarmos, sobretudo, no *funcionamento referencial* da atividade de trabalho realizada pelo redator de textos técnicos, pois, tal como o “autor de um panfleto publicitário”, o redator sobre o qual nos detemos (e que, de acordo com a CBO 2002, também poderia ser designado como “redator de textos comerciais”) também não corresponde à causa do enunciado nem é por ele responsabilizado, uma vez que não é quem o assina. Todavia, parece-nos que haveria uma diferença bastante significativa entre a função desempenhada por ele e, ainda com base no mesmo exemplo, aquela do cobrador de

impostos, pois, embora a redação de ambos os textos atenda a uma finalidade (na publicidade, mobilizar o potencial cliente a uma ação de adesão; na cobrança, mobilizar o contribuinte a uma ação de pagamento), o principal conhecimento exigido na atuação do cobrador de impostos não consistiria no exercício da escrita em si, mas, sim, nas especificidades em torno de cada tipo de imposto, de como efetuar cada cobrança, etc. No caso do redator, entretanto, espera-se o seu “domínio da língua” e “da linguagem específica do veículo” (CBO 2002), do qual ele se valerá para a articulação de textos que versem sobre os mais diferentes assuntos.

Além dos *funcionamentos relacional e referencial*, outro aspecto sobre o qual Maingueneau (2010a, p. 29) se detém, oportunamente, consiste na definição que privilegia os produtores de literatura, muito embora o termo também possa ser empregado em posição de complemento do nome, a exemplo de “filme de um autor”. É a partir daí que, para além do critério de qualidade que se poderia evocar, o especialista nos leva a pensar acerca de duas acepções de “autor” que parecem colocadas em jogo, sendo uma delas referente a *um estatuto social* e, a outra, *uma avaliação independente de todo estatuto social*. Na primeira, alguém cuja produção de textos não seja o essencial da sua atividade, tal como um político, não poderá ser classificado como um “autor”, exceto quando empregado em posição de complemento do nome; na segunda, a *autoria* remeteria, naturalmente, àqueles “verdadeiros” autores como correlatos de “criadores *singulares*, originais”. Ainda neste segundo caso, Maingueneau retoma o segmento literário para explicar que, quando se trata de se referir a um estatuto social, pode-se compreender o porquê dos autores de textos literários beneficiarem-se de um privilégio, uma vez que “[...] eles se caracterizam pelo fato de que sua atividade deriva unicamente da produção de textos”. Aí, porém, tal como nas definições publicadas pela CBO 2002 a respeito da Família dos Profissionais da Escrita, nota-se que o privilégio se estabeleceria muito mais pela valorização da produção do gênero literário em si do que pela exclusividade da atividade destinada à escrita, posto que o redator de textos técnicos também é um profissional cujo trabalho se articula, unicamente, nesse exercício.

Explicitadas essas ponderações iniciais, nelas é que Maingueneau se apoiará para estabelecer o que designou como “as três dimensões da noção de *autor*” (2010a, p. 30): o *autor-responsável*, o *autor-ator* e o *auctor*.

O primeiro, como o próprio nome sugere, equivaleria àquele que responde por um texto – o que tanto pode se dar por meio do nome de uma pessoa física quanto de

uma pessoa jurídica (uma agência, uma associação, uma marca, etc.). Neste caso, o próprio anonimato constitutivo da atividade do redator sobre o qual nos debruçamos nos impediria de lhe conferir o estatuto de *autor-responsável*, haja vista a assinatura dos seus textos pertencer aos contratantes do seu trabalho, que se responsabilizam pelo envio, compartilhamento publicação e/ou divulgação desses textos, independentemente do gênero discursivo ao qual eles pertençam.

Já a segunda dimensão, referente ao *autor-ator*, diz respeito àquele que organiza a sua existência e gere a sua trajetória em torno da produção textual, sem que, necessariamente, isto corresponda a uma profissão – o que se alinharia, por exemplo, à definição que a CBO 2002 publica acerca das *condições gerais de exercício* da Família dos Profissionais da Escrita, segundo as quais tais profissionais “trabalham geralmente como autônomos, podendo exercer outras atividades de forma concomitante à escrita”. Neste caso, em particular, Maingueneau (2010a, p. 30) registra, por exemplo, a possibilidade de que, paralelamente ao seu trabalho de engenheiro, alguém publique uma coletânea de poesias, elucidando ainda que tal estatuto varia consideravelmente segundo os lugares, as épocas e os posicionamentos dos interessados, de modo que a palavra “autor” possa entrar em concorrência com outras, como “escritor”, “homem de letras”, “literato”, “artista”, “intelectual”, etc. E, no caso do redator de textos técnicos, a sua classificação como um *autor-ator* também não se justificaria, em razão da sua atividade não obter na própria publicação o seu objetivo maior, conquanto ela se organize em torno da produção de textos.

Por fim, é sob a rubrica de *auctor* que Maingueneau apresenta o autor como correlato de uma obra (um “Opus”) que exprime a sua personalidade *singular*, e não “uma sequência contingente de textos dispersos” – o que melhor representaria a coletânea de todos os textos elaborados pelo redator a que nos reportamos. Nesta última dimensão, numa evidente associação com aquele *autor* a que Foucault (1969) chamou de “fundador de discursividade”, Maingueneau distingue o *auctor efetivo* como aquela fonte de autoridade sobre a qual os terceiros comentam, dotada de uma “imagem de autor” e que atinge o estatuto de *auctor maior* quando o seu prestígio é tamanho que dele se publicam textos originalmente não destinados a ser publicados, como rascunhos, correspondências privadas, diários íntimos, etc. (MAINGUENEAU, 2010a, p. 32)

É, portanto, em face de tais perspectivas que, de acordo com o que já antecipáramos nas Considerações Iniciais, não lograríamos encontrar em nenhuma dessas três dimensões da noção de *autor* uma articulação possível entre o trabalho

engendrado pelo redator de textos técnicos e aquele desenvolvido por um autor, tomado como um profissional a quem, para além de uma responsabilidade penal (que a esse redator não se adequaria imputar, dado enunciar as vozes de outros locutores), vincular-se-ia certa *singularidade* na escrita, por meio da qual se poderia, quiçá, identificar a expressão da sua própria natureza subjetiva.

A propósito do que caracteriza a noção de *autor-responsável*, cumpre destacar ainda as considerações em que Maingueneau (2010a, p. 34) inclui a autoria de uma marca comercial – marca esta assinalada como “[...] uma entidade constituída em torno de um nome próprio e que se coloca como fonte e garantia de um conjunto coerente de textos considerados como a expressão de sua ‘personalidade’, estabilizada por meio de um *ethos* identificável” – e a autoria do conselheiro político que escreveria muitos dos discursos de Nicolas Sarkozy. Referindo-se à natureza das entidades suscetíveis de serem chamadas de *auctoras*, o Professor menciona primeiramente a marca comercial a fim de abordar a dificuldade quanto a se tomá-la como uma “autora”. E, pautando-se na premissa de *auctor* como a instância do autor na condição de correlato de uma obra que exprimiria a sua personalidade *singular*, o especialista refuta a suscetibilidade a esse tipo de autoria a começar pelo próprio fato de que os empregados responsáveis pela comunicação dessa marca gerenciariam uma imagem independente da sua identidade pessoal, isto sem contar que, via de regra, a produtora efetiva dos textos que propagam uma marca tende a ser uma agência de publicidade. E, precisamente a essa altura, Maingueneau acrescenta:

[...] na verdade, pode-se tratar até de diversas agências, em função de contatos que são regularmente renegociados. Essa agência de publicidade pode utilizar produtores muito diversos para trabalhar na mesma marca. Se não há dúvida de que tal agência pode ser designada como o autor-responsável por tal série de textos publicitários, ela não será, por causa disso, seu auctor (MAINGUENEAU, 2010a, p. 34).

Aqui, não resta dúvida de que nem à marca comercial nem à agência de publicidade se conformariam as premissas que elevam um autor ao estatuto de *auctor*; todavia, o que sentimos a necessidade de problematizar consiste na constatação de que, se à agência de publicidade caberia a classificação de “autora-responsável”, uma vez que é ela quem responde à marca contratante pela elaboração e entrega dos textos, aos diversos produtores de que ela se utiliza, entre os quais os redatores (lembrando novamente que, de acordo com a CBO 2002, os redatores de textos técnicos também

podem ser referenciados como *redatores de textos comerciais*), faltaria alguma outra dimensão de autoralidade que, segundo nos parece, também lhes competiria. O mesmo se aplica àqueles profissionais que, entre outros gêneros textuais a que se dedicam, atuam na produção de discursos políticos, e que Maingueneau (2010a, p. 34) registra serem motivo de hesitação entre os jornalistas quando se trata de categorizá-los no exercício da sua função.

Já nas Considerações Iniciais, quando aludimos ao “redator dos discursos do Obama”, assinalamos que, nos Estados Unidos e na França, ele recebe o nome de “ghost writer”; é ele quem efetua as operações mentais e físicas que fazem o discurso possível. No entanto, a exemplo do que ocorre em relação a Henri Guaino, a quem se atribui a redação de muitos dos discursos de Sarkozy (com a ressalva de que ele não é, por assim dizer, um profissional voltado unicamente à produção de textos, tal como o redator), dificilmente poderíamos considerá-lo um “autor-responsável”, já que a responsabilidade por aquilo que profere oralmente ou que assina (no caso do texto escrito) cabe justamente ao político. De todo modo, não seria o caso de se ponderar se, ainda que a dimensão de “autor-responsável” não se lhe aplique (tampouco a instância de “auctor”, cujas características, por si só, não nos permitiriam propor um paralelo minimamente coerente entre um e outro), a um redator que formule discursos políticos e/ou uma série de outros textos a serem assumidos por outros nomes também não se reservasse algum grau de autoralidade? Por que o emprego de “autor” se acomodaria tão somente àquele que responde pelo texto, desprezando aquele que, com efeito, teria efetuado as operações mentais e físicas das quais esse texto resultaria?

Assim é que, sem rejeitar toda a abordagem ricamente empreendida por Maingueneau – e independentemente de ele mesmo qualificá-la como “muito limitada” (MAINGUENEAU, 2010a, p. 46), – mas, antes, ancorando-nos nela como ponto de partida para esta pesquisa, foi que revisamos o nosso objetivo de investigar se à atividade de trabalho do redator de textos técnicos também se ajustaria uma função de “autor” segundo a Análise do Discurso de origem francófona e finalmente passamos às considerações em torno do *estilo* e dos *indícios de autoria* elucubrados por Sírío Possenti (2009), que tanto parte dos conceitos elaborados por Foucault (1969) quanto das reflexões de Maingueneau (2010a; 2010b) para redefinir a noção de *autoria*.

3.2.2 Enunciação, autoria e estilo: *ressignificando categorias*

Em capítulo dedicado a reinterpretar de maneira produtiva e – sem qualquer violência teórica – compatibilizar entre si e com a Análise do Discurso de tradição francesa os conceitos de *enunciação*, *autoria* e *estilo*, Sírío Possenti (2009a) aponta para três necessidades:

[...] em primeiro lugar, que se retire o estilo do domínio, para uns exclusivo, do romantismo; em seguida, **que se redefina autoria, de modo a fazer com que o conceito não se aplique apenas a personalidades (os próprios ‘autores’), ou seja, para que não funcione apenas em determinada relação de autor-obra, por um lado, e que não seja concebido apenas como idiosincrasia, por outro**; finalmente, requer-se uma concepção de enunciação tal que possa dar conta simultaneamente da produção de discurso a partir de uma posição (institucional, por exemplo) e como acontecimento irrepitível, marcado eventualmente por algum traço ‘pessoal’, a ser tratado possivelmente no domínio que se tem chamado, em mais de um lugar, de **singularidade** [...] (POSSENTI, 2009a, p. 9, grifos nossos).

Conquanto todas as exigências propostas pelo Professor do Departamento de Linguística da Unicamp sejam igualmente relevantes, salientamos, sobretudo, a redefinição da noção de *autoria* como uma de suas maiores contribuições para este estudo, muito embora Maingueneau (2010a; 2010b) também já houvesse indicado mais de uma dimensão contemplada pela *autoria*, estabelecendo uma abordagem para além da instância do *autor* como correlato de uma obra, exclusivamente. Contudo, uma vez que nas suas duas outras dimensões não logramos identificar qualquer vestígio de autoralidade no qual a atividade de trabalho do redator de textos técnicos também se apoiaria, as reflexões publicadas por Possenti tornaram-se especialmente promissoras quando, não bastasse a iniciativa da sua reinterpretação do conjunto *estilo-autoria-enunciação*, ele ainda se dispôs a esboçá-la em relação aos textos escolares. Logo, antevimos que, se os textos escolares – segundo Possenti (2009a, p. 92), “[...] considerados malacabados pelos mais óbvios parâmetros usuais” – poderiam, quiçá, conter quaisquer indícios de *autoria*, que dirá aqueles escritos por profissionais que teriam se especializado na sua produção, fazendo dela a sua própria atividade de trabalho.

A começar pela propositura de uma resignificação da noção de *estilo*, cuja compreensão mais usual seria aquela relativa à expressão de uma subjetividade na sua inscrição romântica, Possenti (2009a, p. 92-94) problematiza as suas respectivas estratégias de *desvio* (para descrever um fato de língua ou de texto) e *escolha* (para

descrever uma atividade psicológica). Isto porque, segundo essas noções fundamentadas na “consciência” – e naquilo que seria uma “consciência plena” –, o *desvio* não apenas “seria efeito de uma posição pensada do autor”, como também operaria com uma concepção de língua mais ou menos uniforme, ao passo que a *escolha* equivaleria (“talvez injustamente”) a “uma opção entre alternativas dadas”, opção esta que redundaria de uma espécie de “onisciência” do falante/locutor/autor em relação a quais seriam as suas demais alternativas e os efeitos de sentido que cada uma delas produziria, independentemente do processo de leitura e, obviamente, das peculiaridades de cada leitor.

Ora, uma vez que a própria Análise do Discurso de tradição francesa também se constitui a partir das contribuições advindas da Psicanálise, segundo a qual todos seríamos/somos atravessados pelo inconsciente, que a língua não se definiria pela sua “uniformidade” e/ou “transparência”, mas, antes, pela sua heterogeneidade e opacidade, e que, ao contrário do que pressupõe a Análise de Conteúdo, não haveria um “sentido dado”, mas um *sentido produzido*, de cuja construção o leitor participa, essas concepções de *desvio* e *escolha* “[...] têm tudo para ser consideradas mais ou menos simplórias e ingênuas” (POSSENTI, 2009a, p. 92), de modo que, mediante a sua “pouco recomendável vida pregressa”, a noção de *estilo* talvez devesse ser abandonada. Todavia, o Professor da Unicamp (2009a, p. 93) não vê razões para que tal categoria não seja repensada para dar conta de um fato:

[...] Não há por que não chamar a esse fato de estilo (seria crer demasiadamente no sentido fixo das palavras...), desde que seja entendido como um modo de organizar uma sequência (de qualquer extensão), tendo como fundamental a relação entre essa organização e determinado efeito de sentido, sem compromissos com psicologismos e com concepções simplórias de língua e de linguagem (e de texto, de gênero, etc.). [...]

Nesta ressignificação teórica, na qual a *escolha* pode continuar sendo tomada como um elemento constitutivo do *estilo*, é preciso, porém, assimilá-la não como uma opção indiscutivelmente consciente por parte de um sujeito livre de quaisquer amarras institucionais, capaz de antecipar os efeitos inerentes a todas as alternativas de que teria total ciência, mas, sim, como uma *necessidade estrutural*, como um produto de condicionantes específicos, como “[...] um efeito da multiplicidade dos recursos que competem entre si a todo instante”, um efeito de *exigências enunciativas*, de tal modo

que “[...] escolher não é um ato de liberdade, mas o efeito de uma inscrição” (POSSENTI, 2009a, p. 93).

De modo geral, portanto, parece-nos crível dizer que, também como elemento constitutivo, a cada redator de textos técnicos se ajustaria um *estilo*, o que talvez venha a ser o primeiro aspecto para examinarmos o que lhe competiria em termos de (*indícios de*) *autoria*. Isto porque basta nos determos na constatação de que, da mesma forma como, num grupo de alunos em uma sala de aula ao qual fosse dado um tema para redação, cada um o desenvolveria a seu próprio modo, sem que houvesse dois únicos textos exatamente iguais, um tema desenvolvido por um determinado redator jamais seria registrado precisamente da mesma maneira por um segundo redator ao qual o mesmo tema se estendesse. Em termos ergológicos, já sabemos que nenhum trabalho é mera execução (SCHWARTZ; DURRIVE, 2007, p. 253), mas, sim, que a cada fazer equivale uma ação *singularizada*.

Quando nos referimos à atividade de produzir textos segundo esse viés discursivo, também nos deparamos com essa particularidade de um sujeito que se inscreve *em* e enuncia *de* um determinado lugar que tornará o seu texto único – e, sem dúvida alguma, de efeitos imprevisíveis –, não importando o quanto a sua articulação atenda aos propósitos de outros locutores em nome dos quais ele se expressará. Tanto assim que a nossa própria experiência atesta que, se um mesmo contratante se reportar a dois redatores (que tenham ou não contato entre si) apresentando-lhes os mesmos prescritos para a elaboração de um artigo, é de esperar que, comparativamente, dos textos de ambos os profissionais extraia-se tão somente um objetivo em comum. No mais, a sua construção, abordagem e “*escolhas*” se revelarão distintas, dado que cada redator de textos técnicos desenvolverá a sua atividade e se apropriará das orientações que lhe foram passadas a partir da posição que lhe é peculiar.

Dando sequência à resignificação das categorias, logo após a noção de *estilo*, Sírío Possenti passa a novas proposições acerca do conceito de *autor* – igualmente tradicional e dotado de conotações românticas –, tomado como correlato de uma obra. E, recobrando rapidamente o quanto já se falou sobre *a morte do autor* (BARTHES, 1968) e a *função autor* (FOUCAULT, 1969), o Professor destaca que foi Foucault – para quem o *autor* também se definia pela sua relação ou com uma obra ou com uma discursividade – aquele que estabeleceu as mais interessantes questões a serem investigadas no que se refere a essa questão. Não obstante, Possenti (2009a, p. 94, grifos nossos) também ressalva:

O tratamento de Foucault, no entanto, deixa completamente em aberto (ou apaga definitivamente, na medida em que ele sequer se refere à questão **e seguidores pensam que também não podem fazê-lo**) a questão da autoria quando se trata de outros espaços que não sejam os de uma obra ou de uma discursividade. Provavelmente não há resposta no trabalho de Foucault (nem as perguntas seriam possíveis, a rigor) para questões como ‘quais seriam e como poderiam ser organizados os indícios de autoria em textos escolares?’ [...].

Ao focar no problema de seu interesse, Possenti (2009a, p. 94-95) assinala a necessidade de pensar a *autoria* em termos completamente diversos dos de Foucault e do romantismo, sendo que, para tanto, ele aponta para a própria Análise do Discurso como uma “saída produtiva”, ao possibilitar que se conjuguem e compatibilizem diversas facetas das teorias da enunciação, permitindo que as discussões em torno desses temas avancem – mesmo porque as noções em torno de cada um desses conceitos não são óbvias.

Assim, no que tange aos chamados elementos fundamentais para se repensar a *autoria*, Possenti (2009a, p. 95) elenca que:

[...] por um lado, deve-se reconhecer que, tipicamente, quando se fala de autoria, pensa-se em alguma manifestação peculiar relacionada à escrita; em segundo lugar, não se pode imaginar que alguém seja autor, se seus textos não se inscreverem em discursos, ou seja, em domínios de ‘memória’ que façam sentido; por fim, nem vale a pena tratar de autoria sem enfrentar o desafio de imaginar verdadeira a hipótese de uma certa personalidade, de alguma singularidade. [...]

Por fim, em relação à ressignificação do conceito de *enunciação* – esta geralmente compreendida como um ato individual, na leitura de Benveniste, ou como a exclusividade do lugar ou da posição, segundo a Análise do Discurso “mais estrita e dura” –, o Professor da Unicamp acredita que se possa fazer o mesmo movimento, de modo que tanto a *enunciação* quanto os conceitos de *estilo* e *autoria* possam ser apropriados em outras dimensões teóricas, nas quais também venham a transcender a posição de *assujeitamento* à qual os sujeitos possam ter ficado circunscritos (posição esta que a própria Análise do Discurso muito evidenciou na sua primeira fase), e desde que não sejam tomados de maneira sempre relativizada, tal como nos exemplos em que Possenti (2009a, p. 96) reproduz “posições médias”: “a enunciação é institucional, mas também é pessoal” e “alguém é autor de um texto, evidentemente, mas nenhum é autor exatamente como o outro”. Afinal, “[...] o verdadeiro problema é tentar verificar em

cada caso, em cada gênero, em cada instituição, de que tipo de *estilo*, de *enunciação* e de *autoria* se trata” (POSSENTI, 2009a, p. 96), e foi exatamente isto o que o Doutor em Linguística se propôs a fazer a partir de trechos de redações elaboradas por alunos que “não saberiam escrever”, segundo matéria publicada pelo Jornal *O Estado de São Paulo* em 2000.

Em seu *corpus*, Possenti comprova que os textos desses alunos, a despeito de todas as críticas realizadas pelos especialistas – e, claro, pelo próprio Jornal, para quem a introdução do sistema de ciclos nas escolas estaduais paulistas deveria ser condenada –, contêm “marcas” de *estilo*, *autoria* e *enunciação*, que podem ser sintetizadas pelo uso de uma linguagem que mistura oralidade e escrita, pelo traço de *singularidade* que se pode depreender da sua narrativa (que não se limita à típica redação escolar) e pela enunciação a partir de um lugar social muito bem definido e condições de produção específicas, traduzindo-se numa “narrativa viva” acerca de temas socialmente relevantes.

Uma vez que, avançando as discussões acerca da noção de *autoria* a partir das grandes contribuições já dadas por autoridades como Foucault (1969) e Maingueneau (2010a), Possenti demonstra a sua existência em textos escolares, é, portanto, com base nessa nova possibilidade de articulação teórica que passamos a nos valer da ressignificação por ele apresentada e aplicada aos textos escolares para, de nossa parte, mobilizá-la nos textos produzidos pelos redatores de textos técnicos, depreendendo na esfera discursiva aquilo que pode vir e/ou tende a configurar o desenvolvimento da esfera discursiva da sua atividade.

3.2.3 Índícios de autoria: *um “como” para além de um “o quê”*

Em capítulo intitulado “Índícios de Autoria”, Sírio Possenti (2009b, p. 104) introduz:

Tem-se falado cada vez mais em autoria. De alguma forma, pode-se dizer que os conceitos levados em conta para conferir alguma substância a essa noção – para objetivá-la de alguma forma – têm a ver com os conceitos de locutor (expressão que designa o ‘falante’ enquanto responsável pelo que diz) e com o de singularidade (na medida em que, de algum modo, chama atenção para uma forma um tanto peculiar de o autor estar presente no texto; talvez uma noção revitalizada de estilo fosse aqui necessária). [...]

Na sequência imediata, o Professor da Unicamp (2009b, p. 104) pondera que, embora o conceito de *autoria* não seja uniformemente empregado e talvez nem tenha sido objetivamente definido, trata-se de uma noção de interesse e talvez ainda “intuitiva”.

Visando a tornar essa noção um pouco objetiva – até mesmo para que pudesse/possa ser criticada –, Possenti, a exemplo de Maingueneau (item 3.2.1), também retoma nesse capítulo a clássica questão de Foucault (1969) (a quem correspondia uma noção de *autor* discursiva e outra noção sobre os autores como “fundadores de discursividades”) para considerar que, em relação ao seu projeto de analisar a *autoria* em textos escolares, ou já se propunha o declínio dessa discussão – tendo em vista que, ainda que tivessem uma obra, os alunos não seriam por ela avaliados na ocasião de uma prova –, ou se descobria aí uma abertura para introduzir no campo uma nova noção de *autoria* – “[...] nova em relação a essa, de Foucault”, ressalva o linguista (POSSENTI, 2009b, p. 105).

Foi ainda mais particularmente nesse registro de Possenti que, já identificado que nos encontrávamos sobretudo com o seu propósito de ressignificar a noção de *autoria*, vislumbramos, sem mais hesitações, a possibilidade de levar a efeito um estudo em que fosse possível engendrar alguma associação teórica entre a *autoria* e a prática da atividade de trabalho do redator de textos técnicos, numa articulação entre a Análise do Discurso de vertente francesa e a Ergologia. Isto porque, além de, em capítulo anterior (POSSENTI, 2009b, p. 94), o Professor já ter antecipado que o tratamento que Foucault dispensara ao tema deixara completamente em aberto a questão da *autoria* quando se tratava de outros espaços que não fossem os de uma obra ou de uma discursividade (bem como que esse tratamento poderia apagar a questão em definitivo, somando-se aí o fato de os seguidores de Foucault pensarem que não poderiam contemplar a noção nesses outros espaços), neste capítulo Possenti fora ainda mais enfático quanto ao seu objetivo de descobrir uma abertura ainda inexistente, e foi nesse seu objetivo que logramos o sustento do nosso.

Tal como o aluno que, ainda que tivesse uma obra, não seria por ela avaliado na ocasião de uma prova envolvendo a redação escolar, o redator de textos técnicos não seria avaliado pelo seu contratante a partir de um conjunto de textos ligados ao seu nome (como, por exemplo, na condição de redator-escritor, redator-poeta, etc.), ainda que ele a tivesse. Mesmo que esse profissional da palavra apresentasse esse conjunto de textos em seu próprio nome, independentemente dos critérios aos quais ele atenderia ou

não, a atuação do redator não seria avaliada por esse conjunto, já que não se trata de saber enunciar as suas próprias ideias nem de enunciá-las da posição em que se inscreve, e sim de assumir as demandas textuais alheias, emprestar-lhes a sua própria voz e, para tanto, deslocar-se do seu próprio lugar a fim de assumir outros pontos de vista (ou, ao menos, esforçar-se o máximo possível para fazê-lo). Assim, não fosse a iniciativa de Possenti, poderíamos, talvez, analisar a perspectiva discursiva da atividade de trabalho do redator a partir de elementos de coesão, coerência e, possivelmente, de *estilo*, tal como o linguista aventou para si mesmo, no caso de declinar do seu propósito. Contudo, entre encerrar a discussão e descobrir uma brecha para contribuir com uma nova noção de *autoria*, Possenti se interessou pela segunda alternativa, e esta pesquisa se beneficiou da sua *escolha*⁵⁵.

Outro acréscimo que deve ser feito nesse mesmo sentido, do qual também nos beneficiamos e no qual muito nos inspiramos – e que também se efetivou, entre outras contribuições teóricas, a partir dos estudos de Possenti sobre a *autoria* –, corresponde à obra de Luciana Salgado, intitulada “Ritos genéticos editoriais: autoria e textualização”. Conforme o Professor nos dá a saber, nas suas próprias palavras:

[...] neste lugar que o trabalho de Luciana se liga àquele meu projetinho da época em que nos encontramos pela primeira vez está a qualidade do texto, e os diversos efeitos que ele produz sendo ‘redigido’ assim ou assado’, conforme seu ritmo, a ordem de suas partes, o léxico selecionado mais ou menos conscientemente, etc. (SALGADO, 2011, p. 13).

Para, então, começar a conferir à noção de *autoria* alguma objetividade, o especialista da Unicamp assegura que, “como condição mínima”, “[...] é impossível pensar na noção de *autor* sem considerar de alguma forma a noção de *singularidade*, que, por sua vez, não poderia escapar de uma aproximação – bem feita – com a questão do *estilo*” (POSSENTI, 2009b, p. 107). Todavia, Possenti tem ciência de que a intenção de conferir objetividade à noção – descritível em *traços/indícios* – poderia ser

⁵⁵ Embora aqui não estejamos analisando o discurso de Possenti, achamos oportuno nos valer da sua assertiva para aplicá-la à *escolha* que o próprio linguista fez, quanto a descobrir uma brecha para introduzir no campo uma nova noção de *autoria*, sendo que outra possibilidade seria renunciar a essa questão. A própria *escolha* do linguista não seria aí “não um ato de liberdade, mas o efeito da sua inscrição”? Lembramos ainda que, para ele, a *escolha* não pode ser “[...] definida como um gesto que decorre simplesmente de uma avaliação do peso das alternativas por parte de um sujeito autor onisciente e todo-poderoso, livre de qualquer amarra institucional” (POSSENTI, 2009a, p. 93). Ora, para além do universo discursivo, essa noção de *escolha* não se estenderia à própria atividade humana e de trabalho (tal como ocorreu a Possenti), sendo promovida a partir de um *debate de normas e valores*, tal como prescreve Schwartz (2011, p. 141) ao assegurar que “nenhuma *escolha* é o produto do aleatório” e que “toda *escolha* se dá em nome daquilo que, mais ou menos, é ‘preferível’”?

assimilada, equivocadamente, como uma tentativa de limitá-la à enumeração de traços necessários e suficientes à sua aplicação. Cumpre, portanto, salientar que, a exemplo do próprio Professor, buscaremos nos apropriar de critérios que, embora nos forneçam as condições sobre *como* identificar a presença do autor nos textos que nos dedicaremos a analisar, não têm qualquer intenção de esgotar possibilidades.

Antes ainda de passarmos em definitivo a esses critérios, é preciso destacar que, à parte as avaliações que podem – e costumam – ser feitas a partir de categorias gramaticais e textuais, a Possenti (2009b, p. 106) interessa a avaliação do texto em *termos discursivos* – na verdade, a única avaliação possível para ele. Isto implica, portanto, que “[...] a questão da qualidade do texto passa necessariamente pela questão da *subjetividade*” (e, aqui, talvez caiba a retomada de que, apesar da ausência da publicação de informações que embasassem essa definição, a CBO 2002 já antecipara que, a respeito das condições gerais do exercício dos profissionais da escrita e, por extensão, do redator de textos técnicos, o seu trabalho é “[...] intelectual e *subjetivo*, tanto no conteúdo como na forma de organizá-lo e desenvolvê-lo”) e que passa também pela sua “[...] consequente inserção num quadro histórico – ou seja, num discurso – que lhe dê sentido” (POSSENTI, 2009b, p. 106). Em síntese, a qualidade do texto contemplaria tanto a *singularidade* quanto a *tomada de posição*.

Especificamente no que diz respeito à tomada de posição, Possenti (2009b, p. 107) pretende afastar o analista do discurso de “interpretações maléficas” acerca da noção de *subjetividade* (sendo que a subjetividade não se coaduna aí com a perspectiva da estética romântica), estabelecendo mais precisamente que o analista

[...] pode mostrar, ao mesmo tempo como, assumindo uma posição que é histórica e que representa uma ideologia, um sujeito pode ser ele mesmo, ou seja, não ser igual a outro que esteja na mesma posição – sendo que o que os distingue é exatamente da ordem do *como*. Ou seja, um certo estilo não é incompatível com a assunção – necessária – de que o sujeito sempre enuncia a partir de posições historicamente dadas num aparelho discursivo institucionalizado e prévio.

Nesse sentido, particularmente, entrevemos outra aproximação possível entre a assertiva de Sírio Possenti e a abordagem ergológica. Isto porque, da mesma forma como o analista pode mostrar como é que, “[...] assumindo uma posição que é histórica e que representa uma ideologia, um sujeito pode ser ele mesmo, ou seja, não ser igual a outro que esteja na mesma posição” (POSSENTI, 2009b, p. 107), o ergólogo pode demonstrar como, (i) assumindo um lugar num aparelho institucionalizado (e, por que

não, ideológico), (ii) compreendendo-se submetido às mesmas condições de produção que os demais, (iii) dispondo dos mesmos recursos disponibilizados ao coletivo para o desempenho da sua tarefa e (iv) orientado pelos mesmos prescritos a respeito do *como fazer*, um trabalhador “[...] pode ser ele mesmo, ou seja, não ser igual a outro que esteja na mesma posição”, tal como preconiza Possenti. (Para Duraffourg (SCHWARTZ; DURRIVE, 2007, p. 70), “[...] todo ato, mesmo o mais simples, é num primeiro momento um uso de si por si mesmo, e este uso é sempre absolutamente *singular*. Não existem duas pessoas, não existem dois momentos, para uma mesma pessoa, em que o uso de si por si seja idêntico. [...]”). Supor o contrário seria, sob o entendimento da AD de origem francófona, admitir um sujeito fadado ao *assujeitamento* (o que já rejeitamos no item 3.2.2), da mesma forma como, sob o olhar da Ergologia, seria admitir o equívoco quanto à legitimidade da *renormalização* como um fator universal. Seria, como já registramos anteriormente, admitir que a história se fizesse por si, e não por um incomensurável conjunto de indivíduos em que cada qual empenha na sua atividade o próprio exercício da sua *singularidade*, não importa o quanto se trate de uma atividade em comum. Conforme Schwartz (2007, p. 255), seria admitir que a pessoa estivesse fora do jogo e, a história, olhada como uma mecânica. Seria, por fim, admitir ainda que os redatores de textos técnicos que partilhassem de uma mesma posição desenvolveriam um mesmo tema de redação de maneira idêntica, sem imprimir ao texto o seu *uso de si mesmo*, definido por Duraffourg (SCHWARTZ; DURRIVE, 2007, p. 70) como o “[...] uso de seu corpo, de sua inteligência, de sua história, de sua sensibilidade, de seus gostos”.

Ainda a propósito da *singularidade* e da tomada de posição, Possenti (2009b, p. 107) propõe uma comparação com o que acontece no mundo esportivo:

[...] não está impedida, por exemplo, a relativa improvisação de um jogador de futebol ou de basquete, que, não obstante, segue um esquema de jogo. Um bom técnico e um bom jogador sabem que pode fazer parte do esquema exatamente que determinado atleta esteja autorizado, durante uma partida, a ser ele mesmo, a ousar – e o atleta diferenciado é aquele que sabe quando pode fazer isso. [...]

Sem enveredar pelos pressupostos ergológicos, é possível dizer que, na verdade, no exemplo do excerto anterior, o linguista estaria contemplando o que tange ao *debate de valores e normas internas* e à *gestão dos usos de si*, conquanto não os conhecesse – ou não os designasse – exatamente por esses termos. Nessa articulação, quando chama a

atenção para que o analista do discurso não se deixe conduzir por interpretações maléficas acerca das noções de *subjetividade* e de *posicionamento*, o especialista da Unicamp estaria em conformidade com a seguinte assertiva de Yves Schwartz (SCHWARTZ; DURRIVE, 2007, p. 31):

[...] Estamos cegos para aquilo que a pessoa recria da história, alguma coisa do meio no qual ela vive. Mutilamos aquilo que ela traz de contribuição à vida dos homens e das mulheres, porque ela traz uma contribuição, mesmo se ela é minúscula. Nós ficamos cegos para aquilo em que ela é a matriz de transformações possíveis dentro dessa criação permanente. [...]

Yves Schwartz aí se refere ao *polo das dramáticas da atividade*, às *dramáticas do uso de si*, à *subjetividade*, à *singularidade* que, Possenti, por sua vez, também vislumbraria e evidenciaria num texto escrito, quando este ultrapassa as exigências de ordem gramatical e textual e revela entidades, ações, eventos e coisas que, efetivamente, têm sentido. E, tanto nos *usos de si* que distinguirão um e outro trabalhador quanto na *singularidade* que permitirá os indícios de uma autoria, estamos nos reportando à “ordem do *como*”, como bem asseverou Possenti (2009b, p. 107). É o que – para finalizar essa associação –, Duraffourg (SCHWARTZ; DURRIVE, 2007, p. 70, grifos nossos) pode ter resumido bastante satisfatoriamente ao postular o exercício da *singularidade* – que, na esfera discursiva, pode corresponder ao fato de que, mesmo enunciando a partir de posições historicamente dadas num aparelho discursivo institucionalizado e prévio, um sujeito pode ser ele mesmo:

[...] em todo uso de si há uma parte irreduzível, não formalizável, que depende da maneira **singular** de fazer uso deste patrimônio [...] Se trabalhar [...] é sempre aplicar um protocolo, ao mesmo tempo é sempre aplicá-lo de uma maneira **singular**, diferente daquela do vizinho e mesmo diferente de um momento a outro [...] Isto é a história em construção!

Proposta essa articulação decorrente do alerta dado por Possenti ao analista do discurso (e que, aqui, ganhou/ganha ainda mais evidência para um analista do discurso que seja também ergólogo), passamos, então, ao “como” da elaboração textual que permitirá discriminar textos *com autoria* de textos *sem autoria*. Para o Professor (2009b, p. 107-108), é preciso “[...] evitar que certas marcas sejam consideradas automaticamente definidoras da presença ou da ausência de autoria”, dado que marcas não são mais do que *indícios de autoria*, sendo necessário, portanto, avaliar os *indícios*, e não simplesmente ler as marcas. E é nesse contexto que o linguista afirma serem

necessárias algumas afirmações mais ou menos categóricas, a começar pela insuficiência de que um texto satisfaça às exigências de ordem gramatical e de ordem textual. Isto porque, conforme ele mesmo, existem textos que, conquanto obedeçam perfeitamente às exigências de ortografia, morfologia e sintaxe, permanecem desprovidos de sentido, do mesmo modo que, conquanto existam textos que obedecem às exigências de coesão e coerência, permanecem desprovidos de qualquer posicionamento – o que não permitiria a sua aproximação daqueles textos já legitimados como bons, nos quais se identifica um “autor”. Por essa razão é que, para o Professor no Departamento de Linguística da Unicamp (2009b, p. 110), “[...] as verdadeiras marcas de autoria são da ordem do discurso, não dos textos ou da gramática”, e “[...] pode-se dizer que alguém se torna autor quando assume (sabendo ou não disso) fundamentalmente algumas atitudes”.

As atitudes (conscientes ou inconscientes) estudadas por Possenti como *indícios de autoria* correspondem a, pelo menos, três aspectos essenciais, aos quais nesta pesquisa também nos referimos como critérios para a nossa análise: 1. *dar voz a outros enunciadore*s; 2. *manter distância em relação ao próprio texto*; e 3. *evitar a mesmice*.

Em relação ao primeiro aspecto, “dar voz a outros enunciadores”, Possenti (2009b, p. 111) recorre a alguns excertos de um texto escrito por Luís Fernando Veríssimo para demonstrar como, num único parágrafo, o autor introduz não apenas o seu ponto de vista, mas ainda cinco outros pontos de vista que retomam opiniões correntes e se misturam a fim de produzir efeitos de humor – quando, na verdade, Veríssimo poderia ter se limitado a uma única afirmação generalizante. Para o linguista, trata-se de uma estratégia que leva a crer que Veríssimo não estivesse se reportando a qualquer leitor, mas a um coenunciador com traços específicos, com o qual o autor compartilhasse uma cultura em comum. E arremata: “[...] Eis, de fato, dois indícios de autoria: *dar voz a outros* e *incorporar ao texto discursos correntes*, fazendo ao mesmo tempo uma *aposta a respeito do leitor*” (POSSENTI, 2009b, p. 111).

Ainda em relação a “dar voz a outros enunciadores”, o Professor da Unicamp acrescenta a possibilidade de mencionar outros discursos paralelamente a uma avaliação do autor sobre eles, o que tanto pode ser operado de forma mais explícita como por meio de uma aparente neutralidade. Trata-se, portanto, da ordem do *como* – o que, numa possível aplicação dos pressupostos ergológicos à Análise do Discurso, talvez pudesse contemplar de que forma (o *como*) a apropriação de diferentes pontos de vista (fosse

para ratificá-los ou refutá-los) movimentaria um *debate de valores* que, durante a articulação das ideias na elaboração de um texto, revelaria os *usos de si*.

No que diz respeito ao segundo critério, “manter distância em relação ao próprio texto”, Possenti (2009b, p. 112-113) esclarece:

Locutores/enunciadores constituem-se como autores em boa medida por marcarem sua posição em relação ao que dizem e em relação a seus interlocutores. [...] Também é bastante frequente que enunciadores explicitem em que sentido estão empregando certas palavras, ou que se voltem sobre o que disseram para resumir, retomar, etc. [...] Trata-se, a rigor, de uma exigência do próprio discurso, decorrente do fato de que o sujeito sempre enuncia de uma posição, mas a língua não é um código que sirva a cada posição de forma transparente. [...]

No excerto da Folha de São Paulo analisado por Possenti (2009b, p. 113), o Professor verifica, por exemplo, de que forma Cláudio Weber Abramo e Gabriel Garcia Marques definem certas expressões ou avaliam a linguagem utilizada, sublinhando *intervenções de um autor*: “[...] isso é verdadeiro tanto no sentido histórico, na medida em que não se trata de uma invenção individual, mas também no sentido de *singularidade*, de originalidade, na medida em que não se trata de uma intervenção de todos os sujeitos que estão na mesma posição” – o que, numa articulação com a Ergologia, mais uma vez remonta aos *usos de si* e a Duraffourg (SCHWARTZ; DURRIVE, 2007, p. 68), para quem “[...] por trás dos gestos os mais simples, há sensibilidade, estratégia, inteligência, todo um saber-fazer” absolutamente único!

Por fim, em relação ao critério “evitar a mesmice”, o Doutor em Linguística retoma o primeiro aspecto – “dar voz a outros enunciadores” – para considerar que, no que diz respeito a “evitar a mesmice”, trata-se de *como dar voz aos outros*, agregando-se uma coisa à outra.

[...] Em princípio, como regra, pode-se sugerir ‘nada de mesmice’, nada de empregar (se se trata de introduzir outros discursos) apenas o verbo ‘colocar’ ou o menos marcado ‘dizer’. A variação é um indício favorável à autoria. Mas não se trata de variar por variar, de organizar uma lista de verbos dicendi e prometer-se não empregar o mesmo verbo mais de uma vez em cada texto. A variação só é interessante quando obedece a tomadas de posição ou se faz sentido de alguma outra forma [...] (POSSENTI, 2009, p. 114-115).

Por meio de alguns exemplos, entre os quais constam excertos de Nelson Rodrigues, Sírio Possenti (2009b, p. 115-116) demonstra como, por meio dos verbos que os autores utilizam para introduzir as vozes de outros enunciadores, eles os

estariam/estão qualificando. Não se trata, portanto, do emprego de verbos para que as repetições sejam evitadas (ou, exclusivamente, para que as repetições sejam evitadas), mas de uma absoluta adequação ao contexto, que colabora para torná-lo mais denso. Para o linguista, trata-se, afinal de uma *intervenção do sujeito*, que não deixa ao leitor a tarefa de julgar as posições enunciativas – intervenção esta que, segundo Possenti (2009b, p. 116-117) insiste, não deve ser entendida como sendo automaticamente positiva, pois “[...] é num jogo bastante sutil entre expor-se e retirar-se da cena, deixando espaço para o leitor, que se constrói o bom texto”. Além disso, numa aproximação com a abordagem ergológica, também podemos aventar que, se por um lado a *escolha* desses verbos configura uma qualificação do autor a respeito das vozes enunciadas, por outro lado é possível que denote também o seu *universo de valores*, sendo que, para Schwartz (SCHWARTZ; DURRIVE, 2007, p. 71), os valores tanto atravessam o micro da atividade quanto toda a sociedade.

Assim, é em consonância com esses três critérios que, na análise dos artigos redigidos pela nossa atora social, buscaremos identificar esses *indícios de autoria* que, se para o Professor da Unicamp podem estar presentes em textos escolares, desvelando o *estilo/a singularidade* e a *tomada de posição* daqueles que não fazem da produção textual a sua principal atividade, para nós também podem estar presentes – e, quiçá, ainda mais acentuadamente – nas redações produzidas por aqueles que delas extraem a sua principal fonte de remuneração, que a elas podem vir a imprimir os seus próprios valores e que através delas podem vir a exprimir os seus *usos de si*, deixando emergir, ainda que “enigmaticamente”, o uso do seu corpo, da sua inteligência, da sua história, da sua sensibilidade e dos seus gostos, deflagrando os resultados das suas *escolhas*, sejam elas conscientes ou não.

4. ANÁLISE

4.1 Da constituição do *corpus*

Para a constituição e delimitação do *corpus* da presente análise, pautamo-nos nas premissas apresentadas por Maingueneau (2015, p. 39-40), para quem a Análise do Discurso “[...] não pode estudar textos, a não ser que sejam convertidos em *corpus*”. Ainda segundo ele,

[...] Os analistas do discurso [...] reúnem os materiais que julgam necessários para responder a esse ou àquele questionamento explícito, em função das restrições impostas pelos métodos aos quais recorrem. Desse modo, analistas do discurso se afastam do modelo da leitura empática, do ‘contato vivo’ com um texto concreto, que seria rico de um sentido inesgotável (2015, p. 40).

Assim sendo, dos materiais que julgamos necessários para depreender como efetivamente se desenvolve a atividade de trabalho do redator de textos técnicos a partir dos seus *usos de si* e das articulações discursivas que engendra a fim de incorporar posições para enunciar as vozes de locutores que ocupam outros lugares, selecionamos:

- i) os prescritos recebidos pela redatora para a sua produção textual;
- ii) recortes do questionário⁵⁶ respondido pela atora social, que, conforme já mencionado no capítulo dedicado à Metodologia, teve por objetivo possibilitar o nosso conhecimento acerca das características da sua atividade de trabalho mediante o seu próprio registro, bem como compor um material de base a partir do qual também fôssemos capazes de estabelecer uma comparação entre os textos produzidos pela protagonista em dois momentos distintos (dentro e fora da *situação de trabalho*), verificando aí como e quanto do seu *estilo* de redação pessoal se projetaria na sua redação profissional;
- iii) três artigos⁵⁷ produzidos pela redatora num intervalo de quase dois meses – de agosto a outubro de 2015 –, voltados aos seguintes temas: a redução da maioria penal (de 18 de agosto), os efeitos de um medicamento no tratamento da queda de cabelo (de 14 de setembro) e a legalização da maconha (de 6 de outubro);

⁵⁶ A íntegra do questionário se encontra disponível no Anexo B.

⁵⁷ Devido a razões que serão explicitadas no item 4.5, foi preciso que renormalizássemos a nossa intenção inicial, de modo que, dos três artigos redigidos pela protagonista, selecionamos dois. A íntegra desses dois artigos se encontra disponível nos Anexos C e D, respectivamente.

iv) recortes dos relatórios⁵⁸ gerados pelo *software* instalado no computador da atora social, referentes à captura do processo de elaboração de cada texto; e

v) recortes da autoconfrontação⁵⁹ realizada com a redatora em 25 de outubro.

4.2 Da prescrição à realização: a necessária reconstituição da atividade a partir dos relatórios

De posse dos materiais explicitados, primeiramente nos centramos nos relatórios registrados pelo *Spymaster*, nos quais constam as capturas das teclas digitadas pela atora social em *situação de trabalho*.

A nossa especial atenção na verificação desses relatórios se justifica pela possibilidade que eles certamente nos ofereceriam quanto a acessar a essência do processo pelo qual a protagonista elaborou os seus textos, revelando *singularidades* que muito provavelmente lhe tivessem escapado – até mesmo por desconhecê-las – ao descrever a sua atividade no questionário. Assim, sem outra forma de captura do seu *modo de fazer* se não por meio do *software* instalado no computador da redatora, e entendendo que as sequências de palavras materializadas pelo uso das suas mãos corresponderiam à sequência em que se daria o seu próprio raciocínio, o desafio com o qual nos deparamos foi o de reconstituir essa linha de pensamento tão peculiar, resultante de um encontro único de *saberes instituídos e investidos* configurado pela própria Aline. Afinal, de que maneira uma série de parágrafos soltos, nos quais se encontravam trechos e vocábulos – aparentemente – desconexos, teria finalmente se organizado para se transformar num artigo final tão claro e bem articulado? E de que maneira esses relatórios revelariam os *usos de si*, as *dramáticas dos usos de si* e as *renormalizações* da protagonista desde os primeiros “rascunhos” do texto até a sua versão final, bem como uma regularidade da qual fosse possível depreender o seu *estilo* e os seus possíveis *indícios de autoria*? Uma vez reconstituídos e analisados os conteúdos desses relatórios, poderíamos, finalmente, analisá-los em conjunto aos demais materiais, não menos importantes.

Foi desta perspectiva que, detendo-nos nas páginas que compunham os relatórios da produção de cada um dos três artigos, passamos a analisá-los individualmente,

⁵⁸ A íntegra dos relatórios correspondentes a cada texto se encontra disponível nos Anexos E e F, respectivamente.

⁵⁹ A íntegra da autoconfrontação se encontra disponível no Anexo I.

buscando a correspondência entre cada pequena e grande sequência de teclas capturadas pelo *Spymaster* e a sua localização na versão final da redação entregue por Aline ao seu respectivo contratante.

Visando a tornar essa primeira etapa de pré-análise mais organizada, preenchendo um quadro que nos permitiria estabelecer um paralelo entre os registros de cada relatório e a versão final do artigo a que este se vinculava, as nossas iniciativas foram:

- considerar o horário em que cada fragmento de texto estava sendo digitado pela redatora em *situação de trabalho* (identificado na *coluna 1*);

- selecionar os fragmentos capturados pelo *software* (identificados na *coluna 2*), descartando, em sua esmagadora maioria, aqueles que correspondessem a pesquisas na internet acerca do tema em questão, uma vez que verificamos que os resultados referentes às consultas em sites necessitariam, por si só, de outra análise (posto que, durante a produção de cada artigo, o *Spymaster* capturou centenas de telas abertas, todas elas pertinentes à atividade profissional que a redatora estava desempenhando naquele momento⁶⁰);

- dividir em quatro grandes blocos de fragmentos – Parte 1, Parte 2, Parte 3 e Parte 4 – todo o conteúdo apresentado pelo relatório (à exceção dos trechos equivalentes a consultas sobre o tema na internet, conforme o item anterior). Tal divisão se deu segundo a aplicação desses grandes conjuntos de fragmentos na construção de um único parágrafo ou de um conjunto de parágrafos subsequentes extraídos da versão final de cada artigo;

- associar, portanto, os fragmentos de cada grande bloco (identificados na *coluna 2*) aos parágrafos que deles se constituíram na versão final do artigo (identificados na *coluna 3*);

⁶⁰ É importante registrar que, embora a redatora já houvesse manifestado não ter por hábito utilizar a internet para assuntos pessoais durante a elaboração de algum texto, acordamos que essa não utilização seria especialmente reforçada durante o período em que ela estivesse produzindo os artigos que nos concederia para esta pesquisa. Isto porque, mesmo não tendo configurado o *Spymaster* para capturar, por exemplo, as suas atividades no Facebook ou no Skype, o programa permaneceria salvando todas as teclas digitadas do início ao final de cada redação. Deste modo, caso a atora social escrevesse um e-mail pessoal ou uma mensagem na rede social, o *software* também guardaria esse registro. Portanto, sabendo que os relatórios seriam integralmente reproduzidos nesta pesquisa e visando a preservar a sua exposição quanto a assuntos de natureza pessoal, a redatora evitou qualquer acesso à internet com essa finalidade.

- reconstituir de que maneira esses fragmentos de cada grande bloco (identificados na *coluna 2*) foram organizados no desenvolvimento do(s) seu(s) parágrafo(s) correspondente(s) na versão final (identificado(s) na *coluna 3*); e

- levantar todas as alterações realizadas entre a captura efetuada pelo *software* (o processo de desenvolvimento da atividade) e a versão final da redação entregue ao contratante pela atora social (o resultado da atividade).

A seguir, ilustramos a primeira página do relatório⁶¹ produzido pelo *Spymaster* durante a elaboração do primeiro texto escrito pela redatora e, na sequência, a primeira parte do quadro⁶² que construímos a partir dos critérios anteriormente adotados, bem como as observações que assinalamos acerca deste conjunto de fragmentos nesta primeira análise:

⁶¹ Todas as páginas do primeiro relatório podem ser encontradas no Anexo E.

⁶² As quatro partes que compõem o quadro geral para essa primeira análise se encontram disponíveis no Anexo G.

Figura 23 – Primeira página do relatório produzido pelo *Spymaster* durante a elaboração do primeiro texto escrito pela redatora.

Relatórios de sábado, 15 de agosto de 2015			
Teclas digitadas:			
Aline Veingartner	Entrada - aline.veingartner@gmail.com - Gmail - Microsoft Edge	ahhhhhh nice! [Enter] and did you find couchsurfing? [Enter] couchsurfing " [Enter]	2015-08-15 15:04:55
Aline Veingartner	Iniciar - Microsoft Edge	gmaalberto fraga [Enter]	2015-08-15 15:18:51
Aline Veingartner	alberto fraga - Pesquisa Google - Microsoft Edge	desejo da sociedade [Enter]	2015-08-15 15:19:56
Aline Veingartner	Documento1 - Microsoft Word (Falha na Ativação do Produto)	[Enter] Fraga, A. Desejo da sociedade. Disponível em: . Acesso em: 15 ago. 2015 <->b	2015-08-15 15:23:24
Aline Veingartner	Salvar como	Redução da maioridade penal [Enter]	2015-08-15 15:23:41
Aline Veingartner	Redução da maioridade penal - Microsoft Word (Falha na Ativação do Produto)	Folha de São Paulo, São Paulo, 16 dez. 2000.b	2015-08-15 15:24:28
Aline Veingartner	Folha de S.Paulo - Alberto Fraga: Desejo da sociedade - 16/12/2000 - Microsoft Edge	constituição artigo 288 [Enter]	2015-08-15 15:24:48
Aline Veingartner	constituição artigo 288 - Pesquisa Google - Microsoft Edge	código penal [Enter]	2015-08-15 15:25:31
Aline Veingartner	DEL2848 - Microsoft Edge	[Enter]	2015-08-15 15:25:43
Aline Veingartner	Página Inicial — Palácio do Planalto - Microsoft Edge	maioridade penal [Enter]	2015-08-15 15:26:24
Aline Veingartner	DEL2848 - Microsoft Edge	lei maioridade penal [Enter]	2015-08-15 15:26:42
Aline Veingartner	lei maioridade penal - Pesquisa Google - Microsoft Edge	atual [Enter]	2015-08-15 15:28:50
Aline Veingartner	Nova guia - Microsoft Edge	vv maioridade penal [Enter]	2015-08-15 15:30:28
Aline Veingartner	Redução da maioridade penal - Microsoft Word (Falha na Ativação do Produto)	[Enter] [Enter] [Enter] vANÍnal, F.	2015-08-15 15:30:51
Aline Veingartner	Redução da maioridade penal - Microsoft Word (Falha na Ativação do Produto)	Gazeta do Povo, 14 jul. 2013. Disponível em: .>.z Acesso em: 15 ago. 2015.	2015-08-15 15:31:55
Aline Veingartner	Nova guia - Microsoft Edge	coronecoronel telhada [Enter]	2015-08-15 15:35:42
Aline Veingartner	coronel telhada - Pesquisa Google - Microsoft Edge	redu [Enter]	2015-08-15 15:35:54
Aline Veingartner	Redução da maioridade penal - Microsoft Word (Falha na Ativação do Produto)	[Enter] [Enter] Eca . 93% da populaçã brasileira acha que está na hora de mudarRetur [Enter] Coronel Telhada(desatualizado?0	2015-08-15 15:39:02
Aline Veingartner	Redução da maioridade penal - Microsoft Word (Falha na Ativação do Produto)	: v1990 [Enter] Metade das ocorrências envolviam menoresQuando era policial militar, m nos confrontamos diariamente com menor de idade na criminalidae muitos crimes não são levados ao conhecimento da policiaab a ressocialização não cabe a policia, por que as Ongs não está fazendo issoab rever sistema penitenciário e o sistema legal, que é hipócrita, e não é adequado para ressocializar o preso, a sociedade tá falha, a cultura tá falha (10 o que falta na nossa sociedade é a punibilidade: [Enter] Revolta brasili. Redução da maioridade penal: Luciana Genro X Coronel Telhada. Revolta Brasil, 25 maio 2015.Disponível em: <->.z Acesso em: 15 ago. 2015. [Enter] v	2015-08-15 15:47:28
Aline Veingartner	Redução da maioridade penal – Luciana Genro x Coronel Telhada Revolta Brasil - Microsoft Edge	redução maioridade	2015-08-15 15:48:27
Aline Veingartner	Redução da maioridade penal - Microsoft Word (Falha na Ativação do Produto)	[Enter] v	2015-08-15 15:48:39
Aline Veingartner	Redução da maioridade penal - Microsoft Word (Falha na Ativação do Produto)	[Enter] v	2015-08-15 15:49:06
Aline Veingartner	Documento2 - Microsoft Word (Falha na Ativação do Produto)	O deputado estadual Paulo Adriano Lopes Lucinda Telhada, mais conhecido como Coronel Telhada, argumenta que, quando era policiaatrabalhava como policial militar, mais da metade das ocorrências a que era chamado envolvia menores de idade. De acordo com o deputado, a sociedade se confronta diariamente com menores na criminalidade. Refutando	2015-08-15 15:51:03
Aline Veingartner	Sinônimos - Microsoft Edge	argumento [Enter]	2015-08-15 15:51:10
Aline Veingartner	Documento2 - Microsoft Word (Falha na Ativação do Produto)	a alegação de que se deveria ressociala solução mais adequada seria ressocializar os jovens infratores, Coronel Telhada é enfático em afirmar que este não é o papel da policia. à policia cabe prender aquele que cometeu um crime. O deputado acredita que existem órgãos que deveriam atuar no sentido de prevenir que menores entrem para a criminalidade.	2015-08-15 15:53:44
Aline Veingartner	Salvar como	Artigo - Redução da maioridade penal [Enter]	2015-08-15 15:54:06
Aline Veingartner	Artigo - Redução da maioridade penal - Microsoft Word (Falha na Ativação do Produto)	em debate com Luciana Genro	2015-08-15 15:54:29
Aline Veingartner	Nova guia - Microsoft Edge	[Enter]	2015-08-15 15:54:39
Aline Veingartner	Artigo - Redução da maioridade penal -	a ex-candidata à presidência,n no Portal Revolta	2015-08-15 15:55:38

Fonte: SPYMASTER, 2015.

Quadro 13 – Com base nos critérios especificados, primeira parte do quadro que reconstitui o processo de elaboração do primeiro artigo escrito pela redatora.

PARTE 1		
HORÁRIOS DE CAPTURA (Total: 38 min)	TRECHOS CAPTURADOS DURANTE A ELABORAÇÃO DA REDAÇÃO (Numerados conforme a ordem em que cada bloco foi capturado)	VERSÃO FINAL DA REDAÇÃO (Trechos numerados conforme a ordem em que os blocos capturados foram inseridos para a redação final)
2015-08-15 15:39:02	[1] [Enter] [Enter] Eca . 93% da populaçã brasileira acha que está na hora de mudar*Retur [Enter] Coronel Telhada(desatualizado?0	[PARÁGRAFO 8] [18h33min] <u>Tal constatação revela a necessidade</u>

<p>2015-08-15 15:47:28</p>	<p>[2] : v1990 [Enter] Metade das ocorrências¹ envolviam menores Quando era policial militar, m nos confrontamos diariamente com menor de idade na criminalidade⁴ muitos crimes não são levados ao conhecimento da polícia a ressocialização não cabe a polícia⁶, por que as Ongs não está fazendo isso⁸ à rever sistema penitenciário e o sistema legal, que é hipócrita, e não é adequado para ressocializar o preso⁷, a sociedade tá falha, a cultura tá falha (10 o que falta na nossa sociedade é a punibilidade: [Enter] Revolta Brasil. Redução da maioria penal: Luciana Genro X Coronel Telhada. Revolta Brasil, 25 maio 2015. Disponível em: <.z Acesso em: 15 ago. 2015. [Enter] v</p>	<p><u>de uma mudança urgente em nosso aparato legal.</u> [3] O deputado estadual Paulo Adriano Lopes Lucinda Telhada, mais conhecido como Coronel Telhada, [6] em debate com [7] a ex-candidata à presidência Luciana Genro, argumenta que, quando trabalhava como policial militar, mais da [2] metade das ocorrências¹ das quais participou² envolvia menores de idade³. De acordo com o deputado, [8] que ocupa uma vaga na Comissão dos Direitos Humanos da Assembleia Legislativa de São Paulo (UOL NOTÍCIAS, 2015), a sociedade [2] se confronta diariamente com menores na criminalidade⁴. Refutando a [4] alegação⁵ de que a solução mais adequada seria ressocializar os jovens infratores, Coronel Telhada é enfático em afirmar que [2] este não é o papel da polícia⁶. À polícia cabe prender aquele que cometeu um crime. [11] A falência do sistema prisional não é desculpa para não punir o indivíduo que efetivamente praticou ato ilícito^{7,9}. O deputado acredita que existem órgãos que deveriam atuar no sentido de prevenir que menores entrem para a criminalidade [2] e não o estão fazendo⁸ [18h21min]. [8] Para ele, é necessário rever não apenas [2] o sistema penitenciário, mas o sistema legal como um todo, a cultura, a sociedade em si (SILVA; CALIXTO, 2015).</p>
<p>2015-08-15 15:51:03</p>	<p>[3] O deputado estadual Paulo Adriano Lopes Lucinda Telhada, mais conhecido como Coronel Telhada, argumenta que, quando era polícia trabalhava como policial militar, mais da metade das ocorrências a que era chamado² envolvia menores de idade. De acordo com o deputado, a sociedade se confronta diariamente com menores na criminalidade. Refutando</p>	
<p>2015-08-15 15:51:10 Sinônimos - Microsoft Edge</p>	<p>[4] argumento [Enter]</p>	
<p>2015-08-15 15:53:44</p>	<p>[5] a alegação de que se deveria ressocializar solução mais adequada seria ressocializar os jovens infratores, Coronel Telhada é enfático em afirmar que este não é o papel da polícia. à polícia cabe prender aquele que cometeu um crime. O deputado acredita que existem órgãos que deveriam atuar no sentido de prevenir que menores entrem para a criminalidade.</p>	
<p>2015-08-15 15:54:06 Microsoft Word</p>	<p>[6] em debate com Luciana Genro</p>	
<p>2015-08-15 15:55:38 Microsoft Word</p>	<p>[7] a ex-candidata à presidência, n no Portal Revolta</p>	
<p>2015-08-15 16:04:11 Microsoft Word</p>	<p>[8] que passou a ocupar uma ocupa uma vaga na Comissão dos Direitos Humanos da Assembleia Legislativa de São Paulo, É necessário, p Para ele, é necessário rever não apenas o sistema penitenciário, mas o sistema legal como um todo, a cultura, a sociedade em si. B</p>	
<p>2015-08-15 16:13:02 Microsoft Word</p>	<p>[9] [Enter] Nesse sentido, um dos problemas que pode estar na raiz desta falha generalizada é a impunidade*.</p>	
<p>2015-08-15 16:16:30 Microsoft Edge</p>	<p>[10] secretário de segurança pública do estado de são paulo, alexandre de Moraes - Pesquisa Google - Microsoft Edge</p>	

2015-08-15 16:17:17 Microsoft Word	[11] [Enter] O fato de o sistema prisional brasileiro estar falido não é desculpa para deixar de prender infratores. ⁹	
<p>OBSERVAÇÕES:</p> <p><u>GERAIS:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Nota-se que, embora a coluna 2 reproduza os primeiros blocos de texto capturados pelo <i>Spymaster</i> (o que corresponde ao início da atividade desenvolvida pela redatora), a redação final revela que, na verdade, todos esses fragmentos compuseram o parágrafo 8 do texto, de modo que a elaboração deste não obedeceu a uma construção linear já idealizada no senso comum (introdução + desenvolvimento + conclusão); • Nota-se ainda que o próprio parágrafo é construído de maneira fragmentada. Provavelmente visando à composição de um parágrafo bem articulado, a redatora vai reorganizando na coluna 3 todas as informações dos blocos da coluna 2, possibilitando que a sequência de [1] a [11] da coluna 2 seja assim representada na coluna 3: [3], [6], [7], [2], [8], [2], [4], [2], [11], [2], [8], [2]; • O discurso direto enunciado pelo Coronel Telhada (coluna 2) é transformado em discurso indireto (coluna 3); • Algumas reformulações durante a redação são feitas imediatamente, como ilustram, por exemplo, os blocos [3] e [8]: “quando era polícia trabalhava como policial militar” (de “quando era polícia” para “quando trabalhava como policial militar”), “que passou a ocupar uma ocupa uma vaga” (de “que passou a ocupar uma vaga” para “que ocupa uma vaga”) e “É necessário, Para ele, é necessário” (de “É necessário” para “Para ele, é necessário”); • Apesar de o bloco [10] registrar a pesquisa pelo nome do Secretário de Segurança Pública do Estado de São Paulo, ele não é mencionado no texto (ao menos, não diretamente); • Houve duas inserções de citações na versão final do texto; • A introdução do parágrafo, que retoma o parágrafo anterior por meio do demonstrativo “Tal”, só foi inserida às 18h33min, bem como uma segunda informação somente foi inserida às 18h21min; • De acordo com a captura do <i>software</i> instalado no seu computador, a redatora dedicou 38 minutos à construção do parágrafo 8. <p><u>ESPECÍFICAS:</u></p> <p>*Os trechos [1] “93% da população brasileira acha que está na hora de mudar” e [9] “Nesse sentido, um dos problemas que pode estar na raiz desta falha generalizada é a impunidade” não foram encontrados na versão final.</p> <p>¹ Reelaboração: de “metade das ocorrências” referida no discurso direto do Coronel Telhada (coluna 2) por “mais da metade das ocorrências” (coluna 3).</p> <p>² Reelaboração: de “ocorrências a que era chamado” (coluna 2) por “ocorrências das quais participou” (coluna 3);</p> <p>³ Negrito da redatora.</p> <p>⁴ Reelaboração: de “nos confrontamos diariamente com menor de idade na criminalidade”, extraído do discurso direto do Coronel Telhada (coluna 2), por “a sociedade se confronta diariamente com menores na criminalidade” (coluna 3).</p> <p>⁵ A redatora consultou o dicionário para encontrar um sinônimo da palavra “argumento”, já utilizada anteriormente (“[...] O deputado estadual Paulo Adriano Lopes Lucinda Telhada [...] argumenta que [...]).</p> <p>⁶ Substituição de “a ressocialização não cabe à polícia”, extraído do discurso direto do Coronel Telhada (coluna 2), por “Refutando a alegação de que a solução mais adequada seria ressocializar os jovens infratores, Coronel Telhada é enfático em afirmar que este não é o papel da polícia” (coluna 3).</p> <p>⁷ Reelaboração: de “rever sistema penitenciário e o sistema legal, que é hipócrita, e não é adequado para ressocializar o preso”, extraído do discurso direto do Coronel Telhada (coluna 2), por “A falência do sistema prisional não é desculpa para não punir o indivíduo que efetivamente praticou ato ilícito.” (coluna 3).</p> <p>⁸ Reelaboração: de “as Ongs não está fazendo isso”, extraído do discurso direto do Coronel Telhada (coluna 2), por “O deputado acredita que existem órgãos que deveriam atuar no sentido de prevenir que menores entrem para a criminalidade e não o estão fazendo.” (coluna 3).</p> <p>⁹ Reelaboração: de “O fato de o sistema prisional brasileiro estar falido não é desculpa para deixar de prender infratores.” (coluna 2), por “A falência do sistema prisional não é desculpa para não punir o indivíduo que efetivamente praticou ato ilícito.” (coluna 3).</p>		

Fonte: Elaborado pela autora, 2015.

Posto que os relatórios gerados pelo *Spymaster* não nos apresentavam mais do que registros de teclas e os respectivos horários em que estas foram digitadas, aplicamos

em todos os relatórios e artigos a primeira análise exemplificada no Quadro 13. E, dela, pudemos extrair observações muito oportunas no que concerne ao exercício da Aline como redatora de textos técnicos – tanto em relação às soluções que a protagonista encontra para administrar as *dramáticas* que atravessam a sua atividade quanto em relação ao modo como os seus *usos de si – por si e pelos outros* – se traduzem, na esfera discursiva, num *estilo* próprio e nos *indícios de autoria* que deles pudemos depreender.

A seguir, portanto, passamos aos recortes e às análises que empreendemos a partir dos paralelos traçados entre as páginas de cada relatório e o seu respectivo texto já na versão final, acrescentando, ainda, algumas passagens que, nesse contexto, tomamos como sendo as mais pertinentes entre aquelas respondidas pela participante no questionário proposto. Tais análises, porém, que não se encerravam em si mesmas, são e foram apresentadas como questões para discussão na autoconfrontação realizada com a redatora (cujos excertos serão reproduzidos ao final de todas as hipóteses – ergológicas e discursivas – em torno da produção de cada texto), tendo em vista o nosso propósito de construir, efetivamente, um conhecimento compartilhado.

4.3 Sobre a redação do texto 1: uma análise para além do que se lê

4.3.1 As prescrições para a atividade

No dia 15 de agosto de 2015, a redatora recebeu o contato de uma professora⁶³ que leciona Língua Portuguesa para turmas de ensino médio em escola pública e que desejava saber qual a sua disponibilidade para a elaboração de um artigo que ela mesma, professora, estaria sem tempo de escrever. Desta conversa, que nos foi repassada pela protagonista, transcrevemos as seguintes *prescrições*:

- a) **TEMA:** referia-se à redução da maioria penal, devendo ser tratado da perspectiva de quem é a seu favor;
 - b) **OBJETIVO DO TEXTO:** ser compartilhado com grupos de alunos do ensino médio para os quais a professora lecionava e que estavam se preparando para o vestibular.
- Como a maioria dos alunos é contra a redução da maioria, a professora desejava

⁶³ A pedido da redatora, optamos por não reproduzir o e-mail que lhe foi enviado pela professora, bem como os demais e-mails correspondentes aos seus dois outros contratantes, a fim de resguardar qualquer tipo de identificação.

que eles refletissem sobre as alegações de quem é a favor (alegações estas das quais ela própria compartilhava), além de lhes mostrar como desenvolver a sua própria argumentação e defender ideias de modo consistente;

- c) ORIENTAÇÕES: não deveriam ser utilizadas justificativas que pudessem ser consideradas “clichês”, como: “E se um desses marginais matasse alguém da sua família?”. A professora esperava que fossem pesquisadas as opiniões de quem tem autoridade no assunto. Que, ao terminar de ler o texto, o aluno pudesse considerar: “Nossa, realmente não tinha pensado por esse lado...”.
- d) TAMANHO DO TEXTO: a professora acreditava que até duas páginas fosse o bastante.

Considerando as *prescrições* que lhe foram passadas, a atora social sentiu a necessidade de efetuar a sua *primeira renormalização*. Em resposta ao e-mail enviado pela professora, no qual lhe passava o seu orçamento e data de entrega do artigo, acrescentou: “[...] *não sei se consigo escrever apenas 2 páginas sobre um tema tão complexo. Será que tem problema se eu acabar escrevendo mais? Aí você pode selecionar os trechos que considerar mais proveitosos para a aula [...]*” – negociação esta que a sua contratante consentiu.

Em relação a essa primeira *renormalização*, tendo em vista que ela se originaria a partir de uma antecipação da própria Aline no que tange ao seu *uso de si por si*, do mesmo modo como decorreria do seu *debate de normas e valores*, pareceu-nos que a sua justificativa estava bem definida na mensagem da redatora à professora. Nesse caso, em especial, consideramos que um dos elementos do *saber investido* da protagonista se destacaria justamente por esse autoconhecimento a respeito das suas próprias “dificuldades” (“[...] *não sei se consigo escrever apenas 2 páginas sobre um tema tão complexo [...]*”), conquistado somente à custa da sua própria experiência, isto é, a partir da prática de muitas redações. Além disso, o seu próprio registro evidencia os valores que, de algum modo, estão em questão: embora a atora social não manifeste aí o seu posicionamento, ela se refere à redução da maioria penal como “um tema tão complexo”, de modo que, a seu ver, essa própria complexidade a impediria de escrever tão pouco – “*apenas 2 páginas*”.

Ainda se nos detivermos na última resposta⁶⁴ do questionário devolvido pela Aline, encontraremos no trecho final o que se pode salientar como uma alusão a esses valores que lhe são peculiares e, ainda, como um posicionamento (em clara oposição ao posicionamento de outros redatores e do senso comum, de modo geral) acerca do que lhe seriam esses desafios impostos por prescritos que, de fato, ignoram os *usos de si* que atravessariam todo o exercício do redator: “[...] *Pelo que tenho visto nas redes sociais e em sites de ofertas de trabalho, o redator é um cara que vende artigo como quem vende saquinhos de pipoca*⁶⁵. *Não sei que ideia as pessoas têm da atividade de escrever, que, certamente, não é só abrir um arquivo de Word e fazer uma colcha de retalhos com textos já publicados na internet, o que tem acontecido com frequência*”.

4.3.2 Vazio de normas: a insuficiência das prescrições para o exercício do redator

Cientes das *prescrições* recebidas pela Aline, chamou-nos atenção a composição do seu artigo finalizado. À parte o título – “Redução da maioria penal: um anseio legítimo” –, o texto achava-se assim configurado:

- 14 parágrafos;
- 2 citações com mais de 3 linhas;
- 2 ilustrações;
- 17 referências;
- 6 páginas no total (incluindo as referências).

Sem dúvida que, apesar da orientação prévia, a redatora já se antecipara quanto ao não cumprimento das duas páginas que a professora considerara o bastante. Todavia, as seis páginas surpreenderam-nos não somente pela quantidade, mas, sobretudo, pelo conteúdo disposto nelas, conquanto nem tivéssemos nos demorado um pouco mais no

⁶⁴ A pergunta que desencadeou essa resposta foi: “9- Como você considera que o trabalho do redator de textos técnicos/web é visto por sua família, amigos, colegas de trabalho, enfim, pela sociedade? Justifique.” A íntegra do questionário se encontra disponível no Anexo B.

⁶⁵ Quando a protagonista se refere à venda de saquinhos de pipoca, é evidente que a sua comparação visa a estabelecer uma oposição entre o que, para ela, seria uma “tarefa árdua”, na qual haveria todo um investimento intelectual, e aquilo que, também para ela, corresponderia à comercialização de um “produto pronto” ou “semipronto”, tal como a venda de pacotes de artigos nos quais se encontrariam textos produzidos sem o esforço considerado pela redatora, constituídos à base de recortes de outros textos disponibilizados na internet (daí a “colcha de retalhos”). Contudo, embora a comparação tenha atendido a um propósito que, *a priori*, não teria pretendido desqualificar o exercício do pipoqueiro, mas, sim, destacar a dificuldade peculiar à elaboração de textos, não podemos deixar de salientar que, como analistas do discurso ergólogos, temos ciência de que até mesmo sob a aparente “facilidade” da atividade de trabalho de pipoqueiro se esconde a gestão de complexidades características a esse tipo de atuação, já que nenhuma atividade de trabalho corresponde a mera execução.

que ele efetivamente comunicava. E foi nessa oportunidade que refletimos sobre a provável necessidade de que, mais do que *renormalizar*, ao redator de textos técnicos cumpra a tarefa de preencher o *vazio de normas*, criando para si as suas próprias *prescrições*.

Dado não se caracterizar por um desenvolvimento realmente “técnico”, tampouco operacional (no sentido de não seguir, por exemplo, um “passo a passo”, tal como numa linha de montagem) – embora já saibamos que nenhuma ação corresponde à mera execução –, para o desempenho da atividade de trabalho do redator de textos técnicos, essencialmente intelectual, é possível que tanto as *prescrições* quanto os *saberes instituídos* (como, por exemplo, o conhecimento acerca das etapas de introdução, desenvolvimento e conclusão de um texto) se revelem ainda mais insuficientes (como introduzi-lo, como desenvolvê-lo, como concluí-lo?). Quando, por exemplo, a professora indica que o artigo deve ser abordado sob a perspectiva de quem é a favor da redução da maioria da pena, exatamente de “quem” e de qual “perspectiva” ela está falando? Quando ela deseja que o texto seja uma referência a partir da qual os alunos desenvolvam os seus próprios argumentos de forma consistente, a que tipo de abordagem ela se refere e o que considera que sejam “argumentos consistentes”? E, quando espera que a redatora recorra a “figuras de autoridade” no assunto, a quem toma como sendo tais figuras?

Via de regra, as demandas recebidas pelo redator de textos técnicos – ao qual continuamos nos reportando como uma grande rubrica – consistem de um tema, um direcionamento (nem sempre muito claro) e o tipo de público ao qual a produção textual se destina (público este, importa ressaltar, que nem sempre corresponde ao imaginário do contratante). Tais *prescrições*, no entanto, não dão conta de atender à complexidade da tarefa e à necessidade de que, para realizá-la, o profissional busque recursos somados pela sua própria experiência (*saber investido*) e, continuamente, dentro de si, uma vez que a sua experiência também não é o bastante para fazê-lo se antecipar a todas as novas demandas que surgirão, cada qual com as suas respectivas peculiaridades.

No caso de Aline, por exemplo, consideramos que, ante o *vazio de normas* que se viu obrigada a preencher, a redatora seguiu o que, ao que nos pareceu, seriam as suas *autoprescrições*: inserir ilustrações no artigo, incluir citações diretas de acordo com as normas da ABNT e referenciar absolutamente todas as fontes utilizadas, atribuindo cada ideia a quem lhe seria de pleno direito – conquanto ainda não tivéssemos analisado de que maneira ela atendera ao *prescrito* sobre as “figuras de autoridade” no assunto. No

mais, caberia à professora “selecionar os trechos que considerasse mais proveitosos para a aula”, supondo-se que a atora social já tivesse, depois de uma longa pesquisa, selecionado aqueles que considerava os mais importantes para a composição do artigo.

A esse respeito, inclusive, numa articulação com passagens da primeira resposta⁶⁶ do questionário enviado à protagonista, encontramos novamente o que compreendemos como o seu posicionamento referente aos seus *valores* para o desenvolvimento da própria atividade (também em claro confronto com o que equivaleria ao posicionamento de outros redatores e ao do senso comum, de modo geral), bem como à gestão do seu *uso de si*: “[...] *Qualquer um pode abrir um documento de Word e escrever o que quiser. Vivemos no ‘reino ingovernável do ‘eu acho’! E se puder ganhar dinheiro apenas articulando meia dúzia de palavras, melhor ainda! Com isso, encontramos gente vendendo ‘pacotes’ de artigos a preços baixíssimos, sucateando a profissão e, também, a imagem do redator. [...] Para escrever um bom artigo, o redator é ‘forçado’ a investigar, a ler [...].’*”.

4.3.3 Do processo aos resultados: o debate de valores que atravessa a atividade

Concentrando-nos nas observações realizadas a partir dos conteúdos do relatório, paralelamente ao modo como estes foram introduzidos no desenvolvimento do texto e compuseram a versão final do artigo, identificamos aspectos bastante peculiares ao processo de produção textual da redatora:

a) Introdução, desenvolvimento e conclusão não correspondem a uma sequência lógica de elaboração

Conforme podemos notar no quadro a seguir, a sequência dos 11 primeiros fragmentos capturados pelo *Spymaster* (ou seja, assim que Aline inicia a sua atividade) correspondem, na verdade, à elaboração do parágrafo 8 da sua redação final:

⁶⁶ A pergunta que desencadeou essa resposta foi: “1- Para você, o que é ser um(a) redator(a) de textos técnicos/web? Quais as vantagens dessa profissão? E as desvantagens?”. A íntegra do questionário se encontra disponível no Anexo B.

Quadro 14 – Os 11 fragmentos iniciais capturados pelo *software* correspondem ao parágrafo 8 da redação final.

PARTE 1		
HORÁRIOS DE CAPTURA (Total: 38 min)	TRECHOS CAPTURADOS DURANTE A ELABORAÇÃO DA REDAÇÃO (Numerados conforme a ordem em que cada bloco foi capturado)	VERSÃO FINAL DA REDAÇÃO (Trechos numerados conforme a ordem em que os blocos capturados foram inseridos para a redação final)
2015-08-15 15:39:02	[1] [Enter] [Enter] Eca . 93% da população brasileira acha que está na hora de mudar*Retur [Enter] Coronel Telhada(desatualizado?0	[PARÁGRAFO 8]
2015-08-15 15:47:28	[2] : v1990 [Enter] Metade das ocorrências ¹ envolviam menoresQuando era policial militar, m nos confrontamos diariamente com menor de idade na criminalidade ⁴ muitos crimes não são levados ao conhecimento da polícia a ressocialização não cabe a polícia ⁶ , por que as Ongs não está fazendo isso ⁸ àb rever sistema penitenciário e o sistema legal, que é hipócrita, e não é adequado para ressocializar o preso ⁷ , a sociedade tá falha, a cultura tá falha (10 o que falta na nossa sociedade é a punibilidade: [Enter] Revolta brasili. Redução da maioria penal: Luciana Genro X Coronel Telhada. Revolta Brasil, 25 maio 2015.Disponível em: <.z Acesso em: 15 ago. 2015. [Enter] v	[18h33min] <u>Tal constatação revela a necessidade de uma mudança urgente em nosso aparato legal.</u> [3] <u>O deputado estadual Paulo Adriano Lopes Lucinda Telhada, mais conhecido como Coronel Telhada, [6] em debate com [7] a ex-candidata à presidência Luciana Genro, argumenta que, quando trabalhava como policial militar, mais da [2] metade das ocorrências¹ das quais participou² envolvia menores de idade³. De acordo com o deputado, [8] que ocupa uma vaga na Comissão dos Direitos Humanos da Assembleia Legislativa de São Paulo (UOL NOTÍCIAS, 2015), a sociedade [2] se confronta diariamente com menores na criminalidade⁴. Refutando a [4] alegação⁵ de que a solução mais adequada seria ressocializar os jovens infratores, Coronel Telhada é enfático em afirmar que [2] este não é o papel da polícia⁶. A polícia cabe prender aquele que cometeu um crime. [11] A falência do sistema prisional não é desculpa para não punir o indivíduo que efetivamente praticou ato ilícito^{7,9}. O deputado acredita que existem órgãos que deveriam atuar no sentido de prevenir que menores entrem para a criminalidade [2] e não o estão fazendo⁸ [18h21min]. [8] Para ele, é necessário rever não apenas [2] o sistema penitenciário, mas o sistema legal como um todo, a cultura, a sociedade em si (SILVA; CALIXTO, 2015).</u>
2015-08-15 15:51:03	[3] O deputado estadual Paulo Adriano Lopes Lucinda Telhada, mais conhecido como Coronel Telhada, argumenta que, quando era polícia trabalhava como policial militar, mais da metade das ocorrências a que era chamado ² envolvia menores de idade. De acordo com o deputado, a sociedade se confronta diariamente com menores na criminalidade. Refutando	
2015-08-15 15:51:10 Sinônimos - Microsoft Edge	[4] argumento [Enter]	
2015-08-15 15:53:44	[5] a alegação de que se deveria ressocializar solução mais adequada seria ressocializar os jovens infratores, Coronel Telhada é enfático em afirmar que este não é o papel da polícia. à polícia cabe prender aquele que cometeu um crime. O deputado acredita que existem órgãos que deveriam atuar no sentido de prevenir que menores entrem para a criminalidade.	
2015-08-15 15:54:06 Microsoft Word	[6] em debate com Luciana Genro	
2015-08-15 15:55:38 Microsoft Word	[7] a ex-candidata à presidência, n no Portal Revolta	
2015-08-15 16:04:11 Microsoft Word	[8] que passou a ocupar uma ocupa uma vaga na Comissão dos Direitos Humanos da Assembleia Legislativa de São Paulo, É necessário, p Para	

	ele, é necessário rever não apenas o sistema penitenciário, mas o sistema legal como um todo, a cultura, a sociedade em si. B	
2015-08-15 16:13:02 Microsoft Word	[9] [Enter] Nesse sentido, um dos problemas que pode estar na raiz desta falha generalizada é a impunidade*.	
2015-08-15 16:16:30 Microsoft Edge	[10] secretário de segurança pública do estado de são paulo, alexandre de Moraes - Pesquisa Google - Microsoft Edge	
2015-08-15 16:17:17 Microsoft Word	[11] [Enter] O fato de o sistema prisional brasileiro estar falido não é desculpa para deixar de prender infratores. ⁹	

Fonte: Elaborado pela autora, 2015.

Na comparação entre a sequência em que os parágrafos vão sendo construídos pela redatora e a sua localização no artigo final, temos, primeiramente, a elaboração do parágrafo 8; a seguir, a autora social desenvolve o correspondente aos parágrafos 4, 5 e 6; depois, passa ao 1 e ao 3; por fim, escreve o 13 e o 14. Ou, numa representação mais simplificada: 8 > 4, 5, 6 > 1, 3 > 13, 14.

A nosso ver, a análise em torno da construção não linear do artigo tende a ser especialmente reveladora daquilo que, até então, pouco (ou nada) se considera em relação a um profissional redator: saber escrever um texto não significa, necessariamente, saber como iniciá-lo, desenvolvê-lo e/ou concluí-lo. Tampouco significa que ele saiba discorrer com facilidade acerca de quaisquer assuntos, independentemente de estes serem ou não de natureza “técnica”. Assim, aventamos a possibilidade de que, no caso da produção textual desenvolvida pela Aline, não é que a autora social não tivesse informações sobre o assunto, mas, sim, que, pela complexidade de que este já lhe parecia revestido, ela provavelmente não soubesse por onde começar. Ou, ainda, é possível que, embora a protagonista já dispusesse de conhecimento o bastante para dissertar sobre o tema, esse conhecimento não fosse compatível com as *prescrições* – e, portanto, com o posicionamento – que lhe foram dadas assumir.

A esse respeito, num diálogo possível entre essas dificuldades da atividade e a percepção do senso comum a respeito da atuação do redator, destacamos outra passagem⁶⁷ do questionário respondido pela autora social: “*Minha família acredita que eu seja uma máquina de escrever, que eu decorei todo o dicionário da língua*

⁶⁷ A pergunta que desencadeou essa resposta foi: “9- Como você considera que o trabalho do redator de textos técnicos/web é visto por sua família, amigos, colegas de trabalho, enfim, pela sociedade? Justifique.”. A íntegra do questionário se encontra disponível no Anexo B.

portuguesa e que posso escrever sobre qualquer coisa a qualquer momento – o que não é ruim, pois eles confiam na minha capacidade profissional. [...] Meus colegas de trabalho no emprego fixo⁶⁸ me respeitam bastante e me veem como uma ‘autoridade’ dos textos, embora eu não me sinta exatamente assim. Qualquer coisa relativa a texto, língua portuguesa, vocabulário, eles recorrem a mim. Mas tampouco creio que eles saibam ao certo o que é um redator técnico para poderem avaliar a minha competência nesse sentido [...]’.

b) A construção dos parágrafos também não é (sempre) linear

Tomando como exemplo a Parte 1 da produção desse primeiro artigo (Quadro 14), já vimos que são 11 os fragmentos de textos correspondentes à elaboração do parágrafo 8. No entanto, a maneira como a redatora articula no parágrafo 8 as informações que vai digitando sequencialmente (durante o seu processo de criação) também não é linear, de modo que esses 11 blocos de informações poderiam ser assim representados, segundo a construção final do parágrafo:

[3], [6], [7], [2], [8], [2], [4], [2], [11], [2], [8], [2]

Averiguando a maneira como os fragmentos de cada grande bloco – Parte 1, Parte 2, Parte 3 e Parte 4 – foram articulados na elaboração dos seus respectivos parágrafos, temos:

Quadro 15 – Modo como os fragmentos de cada grande bloco vão sendo articulados na construção do(s) parágrafo(s).

Agrupamento	Parágrafo(s)	Constituição dos parágrafos
Parte 1 – 11 fragmentos	8	[3], [6], [7], [2], [8], [2], [4], [2], [11], [2], [8], [2]
Parte 2 – 7 fragmentos	4, 5 e 6	[1], [3], [2], [4], [5], [7], [6]
Parte 3 – 4 fragmentos	1 e 2	[1], [2], [3], [4]
Parte 4 – 4 fragmentos	13 e 14	[1], [4]

Fonte: Elaborado pela autora, 2015.

Conforme é possível notar, a única exceção para essa construção não linear dos parágrafos corresponde à Parte 3 (linha 4 do quadro), cujos fragmentos compõem a

⁶⁸ Lembramos que, na ocasião em que respondeu ao questionário, Aline ainda atuava como profissional registrada (redatora de textos técnicos) em uma empresa de *assessment*, na qual iniciou como estagiária em 2012.

elaboração dos parágrafos 1 e 2. Neste caso, talvez porque a redatora já houvesse desenvolvido as principais argumentações em torno do tema, a introdução do artigo lhe parecesse mais clara.

Além disso, existiram ainda fragmentos que, embora Aline tenha digitado na sequência apresentada pelo *Spymaster* (durante a elaboração do(s) parágrafo(s) identificado(s) na *coluna 2*), só foram parcial ou integralmente incluídos depois, reformulando um parágrafo que já parecia concluído. Outros serviram como esboço para a articulação de um novo parágrafo mais adiante ou foram totalmente descartados.

Ilustremos dois desses exemplos ainda com a análise da Parte 1 (Quadro 16):

Quadro 16 – Exemplos de fragmentos não utilizados ou aplicados posteriormente em parágrafos já concluídos.

PARTE 1		
HORÁRIOS DE CAPTURA (Total: 38 min)	TRECHOS CAPTURADOS DURANTE A ELABORAÇÃO DA REDAÇÃO (Numerados conforme a ordem em que cada bloco foi capturado)	VERSÃO FINAL DA REDAÇÃO (Trechos numerados conforme a ordem em que os blocos capturados foram inseridos para a redação final)
2015-08-15 15:39:02	[1] [Enter] [Enter] Eca . 93% da população brasileira acha que está na hora de mudarRetur [Enter] Coronel Telhada(desatualizado?0	[PARÁGRAFO 8]
2015-08-15 16:13:02 Microsoft Word	[9] [Enter] Nesse sentido, um dos problemas que pode estar na raiz desta falha generalizada é a impunidade.	[18h33min] <u>Tal constatação revela a necessidade de uma mudança urgente em nosso aparato legal.</u> [3] O deputado estadual Paulo Adriano Lopes Lucinda Telhada, mais conhecido como Coronel Telhada, [6] em debate com [7] a ex-candidata à presidência Luciana Genro, argumenta que, quando trabalhava como policial militar, mais da [2] metade das ocorrências ¹ das quais participou ² envolvia menores de idade ³ . De acordo com o deputado, [8] que ocupa uma vaga na Comissão dos Direitos Humanos da Assembleia Legislativa de São Paulo (UOL NOTÍCIAS, 2015), a sociedade [2] se confronta diariamente com menores na criminalidade ⁴ . Refutando a [4] alegação ⁵ de que a solução mais adequada seria ressocializar os jovens infratores, Coronel Telhada é enfático em afirmar que [2] este não é o papel da polícia ⁶ . À polícia cabe prender aquele que cometeu um crime. [11] A falência do sistema prisional não é desculpa para não punir o indivíduo que efetivamente praticou ato ilícito ^{7,9} . O deputado acredita que existem órgãos que deveriam atuar no sentido de prevenir que menores entrem para a criminalidade [2] e não o estão fazendo ⁸ [18h21min] . [8] Para ele, é necessário rever não apenas [2] o sistema penitenciário, mas o sistema legal como um todo, a cultura, a sociedade em si (SILVA; CALIXTO, 2015).

Fonte: Elaborado pela autora, 2015.

Conforme é possível examinar, os fragmentos [1] e [9], digitados durante a primeira hora da atividade da redatora, não foram encontrados nem na elaboração do parágrafo 8 nem em qualquer outro parágrafo da redação final. Já no parágrafo 8, os trechos sublinhados, precedidos pelos horários [18h33min] e [18h21min] (e que podem ser consultados na Parte 4 do Anexo G) foram incluídos somente na última hora de atividade da redatora, indicando que, conquanto a atora social estivesse avançando no desenvolvimento da redação, ela também estava sempre retomando aquilo que já fora escrito.

c) Não existe uma regularidade do tempo dedicada à elaboração de cada parágrafo

Da mesma forma como já aventamos a probabilidade de que nem sempre o redator de textos técnicos saiba exatamente por onde começar o seu texto – ou, ainda, que “comece pelo começo” –, daí advindo uma produção que não segue uma linearidade, também observamos que não há uma regularidade no tempo dedicado à elaboração de um único parágrafo ou de um pequeno conjunto deles – o que sugere, novamente, um *uso de si* muito particular no desempenho da atividade. Isto porque o primeiro parágrafo desenvolvido pela redatora (parágrafo 8) foi produzido em 38 minutos, ao passo que a formulação dos três parágrafos seguintes (parágrafos 4, 5 e 6) se deu em 18 minutos.

No total, temos:

Quadro 17 – Tempo de produção investido na elaboração de um parágrafo ou de um conjunto deles.

Parágrafos	Tempo de produção
8	38 min
4, 5 e 6	18 min
1 e 2	11 min
13 e 14	44 min

Fonte: Elaborado pela autora, 2015.

d) Revisar/reformular não é tarefa para o final

Outro aspecto que – para além da inserção de novos fragmentos em parágrafos que já poderiam ter sido considerados concluídos – também evidencia o quanto a redatora está atenta às minúcias da sua produção textual durante todo o desenvolvimento da sua atividade, são as revisões que ela realiza imediatamente e/ou logo após alguns termos utilizados, conforme os excertos extraídos do relatório:

- Parte 1, fragmentos [3] e [8]:

- “quando ~~era polícia~~ trabalhava como policial militar”

- “que ~~passou a ocupar uma~~ ocupa uma vaga”

- “~~É necessário,~~ pPara ele, é necessário”

- Parte 2, fragmentos [5] e [6]:

- [1] “~~Uma informação bastante divulgada para apoiar o argumento daqueles que são contra a maioria daa reduçã~~” [2] usado [Enter] [3] Um dado geralmente evocadoa”

- “O jornalista ~~também dismistifica a ideia de que a redução tenha como uma de suas consequências a punição~~ressalta ainda que”

- “~~assassin~~criminoso”

- Parte 3, fragmentos [3]:

- “Ao atingir essa idade etária, o jovem passaria a adquirir o entedimento do caráter ilícito do seu atoentão”

- Parte 4, fragmentos [1]:

- “~~Dos 2.834 entrevistados~~Entre os entrevistados que têm ensino superior”

Entre as possíveis razões pela qual a redatora se atenta a essa reformulação mais imediata, está o cuidado em evitar o novo emprego de uma mesma palavra que já foi ou será utilizada na sequência, como neste caso sublinhado a seguir (Parte 2, bloco [6]), em que, inclusive, ela evitou imediatamente o que poderia caracterizar alguma “redundância”:

– *Outro exemplo é a França, onde a responsabilização penal começa aos plena inicia-se 13 anos. Suécia, Dinamarca e Finlândia apresentam sistemas em que um ~~assassino~~ criminoso que tenha cometido assassinato pode ser preso aos 15 anos.*

Ainda a respeito do cuidado com as repetições e da atenção empregada no seu exercício, destacam-se as consultas da redatora ao Dicionário de Sinônimos durante a própria elaboração da redação:

- Parte 1, fragmentos [3], [4] e [3]:

– [3] *O deputado estadual Paulo Adriano Lopes Lucinda Telhada, mais conhecido como Coronel Telhada, argumenta que, quando ~~era policial~~ trabalhava como policial militar, [...] Refutando*

– Sinônimos - Microsoft Edge [4] *argumento [Enter]*

– [5] *a alegação de que ~~se deveria ressocializar~~ a solução mais adequada seria ressocializar os jovens infratores, Coronel Telhada [...]*

No fragmento [3], Aline registra que o Coronel Telhada “argumenta”. Ao dar continuidade à construção do parágrafo, ela inicia o próximo trecho com “Refutando”, valendo-se de um verbo ao qual complementaria com o uso de “o argumento” (“Refutando o argumento...”). Entretanto, antecipando-se à repetição “argumenta/argumento” – o que, para o seu *debate de normas internas*, provavelmente a incomodasse –, a redatora interrompe a produção textual para consultar o Dicionário de Sinônimos⁶⁹ disponível na internet, pesquisando um equivalente para tal palavra. E, das

⁶⁹ O Dicionário de Sinônimos de que a autora social se utiliza encontra-se disponível em: <<http://www.sinonimos.com.br/>>, sendo que, para a palavra “argumento”, ele apresenta os seguintes sinônimos: “Alegação: alegação, pressuposto, argumentação, considerando, justificativa, razão,

opções encontradas, a protagonista seleciona aquela que lhe parece mais adequada: “alegação”. Portanto, no seu artigo final, lê-se: “[...] Refutando a alegação de que [...]”.

- Parte 2, fragmentos [1], [2] e [3]:

– [1] ~~Uma informação bastante divulgada~~ para apoiar o argumento daqueles que são contra a maioria da redução [Enter] é que

– *Sinônimos - Microsoft Edge [2] usado [Enter]*

– [3] Um dado geralmente evocado a maioria aos 18 anos é uma cláusula pétre.

Além de reformular o fragmento [1] pelo [3], a redatora também se antecipa quanto à busca por um sinônimo mais “adequado” da palavra que pensou em utilizar (“usado”). Possivelmente considerando que esta não se ajustaria perfeitamente ao sentido que desejava promover na construção desse trecho (fragmento [3]) – ou, ainda, estimando que a palavra “usado” já seria muito “usada” –, Aline recorre ao dicionário⁷⁰ já consultado anteriormente, no qual seleciona a opção de sinônimo que estima ser mais pertinente (“evocado”).

Diante até mesmo das variadas opções de sinônimos encontradas pela atora social nos dois momentos destacados, acreditamos que caiba aqui a retomada acerca da asserção de Schwartz (2011, p. 141): “Nenhuma escolha é produto do aleatório, ou então os homens são ‘birutas’ [...]”. Em outras palavras, ainda de acordo com o filósofo francês (2011, p. 141), toda escolha se dá em nome daquilo que, mais ou menos, é “preferível”, e os seus protagonistas “[...] devem permanentemente arbitrar entre o grau de pertinência – e, portanto, de respeito – das normas antecedentes e a necessidade de transgredi-las, deslocá-las, modificá-las”.

pretexto, premissa. Raciocínio: argumentação, silogismo, raciocínio, reflexão, especulação. Debate: alteração, contenda, briga, debate, discussão, questionamento, réplica. Prova: sinal, indício, fundamento, prova, mostra, demonstração. Em cinema, teatro, televisão: roteiro, trama, enredo, tema, assunto, script, guia, resumo, sinopse, sumário, contexto, texto, conteúdo, temática” (ARGUMENTO, 2016).

⁷⁰ O Dicionário de Sinônimos de que a atora social se utiliza encontra-se disponível em: <<http://www.sinonimos.com.br/>>, sendo que, para a palavra “usado”, ele apresenta os seguintes sinônimos: “Que se usou: consumido, utilizado, empregado, gasto. Que está desgastado pelo uso: batido, puído, roto, acabado, surrado, desgastado, deteriorado, velho. Que está habituado: adaptado, habituado, afeiçoado, exercitado, afeito, acostumado. Que se usa frequentemente: usual, normal, habitual, costumeiro, frequente, constante, corriqueiro, comum, ordinário, regular. Que é apropriado para alguma coisa: acertado, cabível, adequado, apropriado, conveniente, oportuno” (USADO, 2016).

É ainda nesse sentido que também acreditamos ser possível uma especial articulação com a Análise do Discurso de tradição francesa, a partir da ressignificação que Possenti (2009a, p. 93) propõe acerca da noção de *estilo*:

[...] no que se refere ao estilo, a escolha [...] não poderá ser definida como um gesto que decorre simplesmente de uma avaliação do peso das alternativas por parte de um sujeito/autor onisciente e todo-poderoso, livre de qualquer amarra institucional. [...] a escolha é um efeito da multiplicidade dos recursos que competem entre si a todo instante. [...]

Assim, haja vista que toda *escolha* provém do diálogo que cada um estabelece com o seu *universo de valores* e que ela é também o efeito de uma inscrição, restava-nos saber qual o lugar e o posicionamento no qual Aline se inscrevia por si mesma, bem como quais os valores que, para essa produção textual, tal uso verdadeiramente mobilizava.

e) Os “*usos de si*” (*por si e pelo(s) outro(s)*) e o “*debate de valores*” por meio das marcas na produção textual

Para adentrarmos mais especificamente nessas categorias de análise, retrataremos, primeiramente, uma síntese das informações que a redatora utilizou para a elaboração de cada parágrafo do artigo intitulado “Redução da maioria penal: um anseio legítimo”:

- 1 §: Artigo da Constituição Federal: menores de 18 anos são penalmente inimputáveis;
- 2 §: Medidas já existentes para crimes cometidos por menores /
Problematização;
- 3 §: Dados apresentados por Leandro Narloch: de cada 8 crimes, 1 é cometido por adolescente;
- 4 §: Contestação à Constituição Federal;
- 5 §: Opinião de Reinaldo Azevedo;
- 6 §: Comparações feitas por Reinaldo Azevedo / Maioridade em outros países;
- 7 §: Opinião de Rodrigo Constantino;
- 8 §: Opinião do Coronel Telhada;
- 9 §: Reforço de Alberto Fraga;

- 10 §: Responsabilidade do Estado em propor mudanças;
- 11 §: A redução como um desejo da sociedade;
- 12 §: Levantamento do Instituto Paraná Pesquisa;
- 13 §: Pesquisa do Datafolha;
- 14 §: Legitimidade da vontade do povo.

Diante do exposto, cumpre-nos retomar uma das mais importantes prescrições assinaladas pela professora que solicitou os serviços de Aline: para a produção de um artigo que defenderia a redução da maioria penal, a contratante esperava que fossem pesquisadas as opiniões de quem tem autoridade no assunto. Mas quem seriam essas “autoridades”?

À parte a consulta aos institutos de pesquisa (IPP e Datafolha para os parágrafos 11 e 12, respectivamente), que – ao menos em tese – devem retratar e quantificar fielmente a opinião dos seus entrevistados, verificamos as “autoridades” das quais a redatora se valeu para fundamentar os argumentos a favor da redução da maioria penal:

1. Leandro Narloch (§ 3) – Revista Veja;
2. Reinaldo Azevedo (§ 5) – Revista Veja;
3. Rodrigo Constantino (§ 7) – Revista Veja;
4. Coronel Telhada (§ 8) – coronel / dep. est. SP / Bancada da Bala;
5. Alberto Fraga (§ 9) – coronel / dep. federal / Bancada da Bala.

Analisando o artigo finalizado pela atora social, verificamos ainda que todos os nomes listados acima foram expressamente citados. Seria esta uma “manobra linguística” da qual a protagonista lançara mão para marcar todo o seu distanciamento das ideias defendidas por eles?

Na análise, algo que também chamou nossa atenção foi a própria introdução do artigo:

“O artigo 228 da Constituição Federal do Brasil de 1988 estabelece que ‘são penalmente inimputáveis os menores de dezoito anos’ (BRASIL, 1998). Isso quer dizer que o indivíduo menor de 18 anos ‘não apresenta maturidade mental para entender o caráter criminoso do fato e determina-se de acordo com esse entendimento’. Ao atingir

essa idade etária, o jovem passaria, então, a ter discernimento para compreender o caráter ilícito da sua conduta, sendo considerado imputável perante a lei (ROCHA, 2012)”.

Precisamente para esse parágrafo, a redatora parte – e com notável objetividade – do que estabelece o artigo da Constituição Federal do Brasil – nada menos do que a nossa lei máxima. E, neste caso, em que acrescenta o que o referido artigo representa na prática, a autora social não sente a necessidade de citar expressamente a fonte de que se utiliza – o que nos levou a crer que, de algum modo, a ideia apresentada pelo autor (Roger Rocha) teria sido incorporada pela própria Aline.

A questão seria: se “está posto” que o menor de 18 anos “não apresenta maturidade mental para entender o caráter criminoso do fato”, sendo esta a premissa de nada menos do que a Constituição Federal, a protagonista da atividade não estaria encontrando uma maneira de dizer que não havia mais o que se discutir a respeito? Afinal, quais “figuras de autoridade” poderiam ter mais autoridade do que a própria Constituição? E mais: o que seriam as “supostas autoridades” de colonistas da Revista Veja e tenentes-coronéis, quando eles mesmos também estariam submetidos à Constituição que nos rege?

Sem dúvida, as *escolhas* das “autoridades” convocadas pela Aline para atender à prescrição da professora suscitaram o nosso questionamento e especial interesse. Isto porque ela recorre a cinco personalidades cujas opiniões são naturalmente “polêmicas”, a contar, inclusive, pelo “lugar” do qual três delas enunciam – a “Veja”, cuja posição também já é bem marcada (“revista de direita”). Já as outras duas “autoridades” são tenentes-coronéis que também representam a direita conservadora. Nota-se, portanto, que, para a seleção das opiniões recomendadas pela sua contratante – mas não especificadas –, a redatora não se reportou a figuras cuja imagem fosse respeitada de modo unânime. A propósito, será que essas mesmas pessoas seriam tomadas como referência por aqueles que defendem uma punição ainda mais rigorosa para adolescentes?

Não à toa registramos “uma punição ainda mais rigorosa”: no parágrafo 2 do artigo, Aline introduz:

“Os crimes cometidos antes da maioria penal têm sim uma contrapartida, que são as medidas socioeducativas [...]”.

Ora, se não por um posicionamento pessoal, por que, além de iniciar o texto pelo artigo da Constituição Federal e pelo fato de que o menor de 18 anos ainda é imaturo para responder por si mesmo, a redatora acrescentaria que os crimes que ele venha a cometer já têm uma contrapartida, ainda mais com a ênfase do “têm *sim*”?

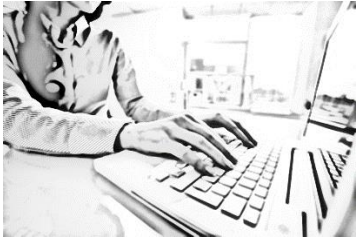

Conquanto, da nossa perspectiva, a protagonista já tivesse introduzido o texto a partir do discurso com o qual ela mesma se identifica, mediante argumentos que – supomos, pelo seu próprio entendimento – encerrariam o debate em torno do tema, o fato é que, como profissional contratada para assumir outro ponto de vista, ela busca “relativizar” as suas convicções ainda no parágrafo 2. Todavia, a atora social não adere a esse posicionamento contrário (a si mesma) de qualquer maneira: antes, sem invalidar o que conjecturamos ser a sua oposição à redução da maioria, ela “incorpora” a visão de quem é a favor suscitando algumas hipóteses que, entre os seus efeitos de sentido possíveis, poderiam beirar a uma “divagação” – “mas será...?”, “está [mesmo] correto...?”, “não seria...?” –:

“[...] *Mas será que este caminho tem sido o mais adequado para evitar que os nossos jovens tomem a rota do crime? Está correto afirmar que maioria penal aos 18 anos é uma cláusula pétrea? Reduzir a maioria penal para 16 anos (PEC 171/1993) não seria atender a um anseio legítimo da população?*”

É nesse sentido, ainda mais precisamente, que vemos emergir no exercício de Aline a necessária gestão dos seus *usos de si, por si e pelo(s) seu(s) outro(s)*, na qual se encontram mobilizados os seus *valores* em concorrência com as normas estabelecidas, configurando as *dramáticas da sua atividade* e, portanto, a sua necessidade de se situar.

Essa gestão dos seus *usos de si* – por si e pela sua contratante – poderia ser assim representada:






Quadro 18 – Os *usos de si* geridos pela protagonista da atividade – em relação à sua contratante.

O que Aline faz...	
<i>...por si</i>	<i>...pelo outro (contratante)</i>
	
<ul style="list-style-type: none"> • no parágrafo 1, parte da Constituição Federal e da defesa de que, até os 18 anos, o jovem é penalmente inimputável 	<ul style="list-style-type: none"> • já no título, define a redução da maioria penal como um “anseio legítimo”
<ul style="list-style-type: none"> • no parágrafo 2, ratifica (o que nos parece ser) o seu posicionamento, ao registrar que “os crimes cometidos antes da maioria penal <u>têm sim</u> uma contrapartida, que são as medidas socioeducativas” 	<ul style="list-style-type: none"> • apesar da sua introdução no parágrafo 2, busca problematizar a questão (que ela mesma já esclareceu no parágrafo 1), atendendo ao prescrito da sua contratante
<ul style="list-style-type: none"> • nos parágrafos seguintes, utiliza-se de personalidades polêmicas que, possivelmente, ela considere não serem dotadas de autoridade o bastante para confrontar o que estabelece a Constituição 	<ul style="list-style-type: none"> • para problematizar o artigo estabelecido pela Constituição, recorre a personalidades polêmicas, mas possivelmente reconhecidas por aqueles que partilham dos seus posicionamentos
<ul style="list-style-type: none"> • do parágrafo 3 ao 10, distancia-se das opiniões apresentadas, atribuindo-as, cada uma, ao seu respectivo enunciador 	<ul style="list-style-type: none"> • do parágrafo 10 ao 14, assume o posicionamento mais “taxativo” de quem é a favor da redução da maioria penal, referindo-se a um “desejo da sociedade” e à “vontade do povo”

Fonte: Elaborado pela autora, 2015.

Além disso, conforme mencionamos no item 3.1.3 do capítulo dedicado à Fundamentação Teórica, aventamos a possibilidade de que, no que tange à atividade de trabalho do redator de textos técnicos, existem “dois outros” para os quais lhe compete gerir os seus *usos de si*: o “primeiro outro”, “mais imediato”, seria aquele que o contrata e, o “segundo outro”, o leitor ao qual o seu texto se destina. E, embora as prescrições para o seu exercício partam do primeiro, as peculiaridades (e coerções) que “moldam” a atividade a partir das considerações do segundo – ou, ainda, em torno dele – também se revelam bastante importantes, tal como demonstra o quadro a seguir:

Quadro 19 – Os *usos de si* geridos pela protagonista da atividade – em relação aos alunos do ensino médio que leriam o seu artigo.

O que a Aline faz... pelo seu “segundo outro” (alunos do ensino médio que se preparam para o vestibular)	
• Insere duas ilustrações na redação:	
<p style="text-align: center;"><i>uma charge:</i></p>  <p style="text-align: center;">Fonte: PETIÇÃO PÚBLICA, 2015.</p>	<p style="text-align: center;"><i>um infográfico:</i></p> <p>REDUÇÃO DA MAIORIDADE PENAL Entenda o caminho da proposta no Congresso Nacional</p> <p>COMISSÃO Após parecer favorável da CC, a Câmara criou um grupo que irá discutir a PEC por cerca de 3 meses (40 sessões) para fechar um relatório</p>  <p>60% DOS VOTOS Esse texto precisa passar por duas votações no plenário da Câmara, com pelo menos 60% dos 513 deputados a favor para ser aprovado</p>  <p>NO SENADO Após aprovada na Câmara, a PEC seguirá para o Senado, onde também será analisada pela CC e depois votada no plenário (duas sessões)</p>  <p>MUDOU, VOLTOU Se o texto sofrer alteração no Senado, terá de passar por nova votação na Câmara. Se não, pode ser promulgado pelas duas Casas</p>  <p style="text-align: center;">Fonte: HAUBERT, 2015.</p>
• Destaca trechos da redação utilizando negritos:	
1º §:	“[...] ‘ são penalmente inimputáveis os menores de dezoito anos ’ [...]”
2º §:	“[...] Reduzir a maioria penal para 16 anos (PEC 171/1993) não seria atender a um anseio legítimo da população?”
3º §:	“[...] Destes 8, 1 é cometido por adolescente, o que totaliza 12,5% de jovens culpados em crimes esclarecidos. [...]”
7º §:	“[...] A ideia de que os menores de 18 anos são penalmente inimputáveis, estabelecida por lei em nosso país, gera um clima de impunidade . [...]”
8º §:	“[...] quando trabalhava como policial militar, mais da metade das ocorrências das quais participou envolvia menores de idade . [...]”
9º §:	“[...] Ele alega que a Câmara dos Deputados tem como função legislar em conformidade com a vontade social . [...]”
11º §:	“[...] E como negar que é este é, de fato, um desejo da sociedade ? [...]”
14º §:	“[...] Vivemos atualmente uma discrepância entre a vontade do povo e as leis que o regem. [...]”

Fonte: Elaborado pela autora, 2015.

De acordo com as observações do Quadro 19, estimamos que, tendo em vista a idade do público que leria o seu artigo, a redatora contemplou, como um diferencial, a inserção das imagens, buscando tornar o texto “menos cansativo” ou “mais atrativo” – posto que, das inúmeras opções provavelmente encontradas, ela selecionou uma charge.

Ainda nesse viés, outro aspecto que chamou nossa atenção foi a “escolha” – que Schwartz (2011, p. 141) afirma não ser aleatória e Possenti (2009a, 93-94) assegura não configurar “um ato de liberdade, mas o efeito de uma inscrição” – que a protagonista fez quanto a um infográfico como segunda mensagem, denotando o que depreendemos como uma preocupação de sua parte quanto à “didaticidade” da sua produção. E, outra ação que corroboraria com essa impressão seria, ainda, o destacamento de algumas palavras-chave por meio de negritos (algo bastante característico dos materiais didáticos), embora não tenhamos identificado um padrão para a sua aplicação.

Dos oito negritos que a redatora aplica no texto, somente o primeiro deles corresponde a uma passagem com sentido completo, composta por oito palavras: “**são penalmente inimputáveis os menores de dezoito anos**”. Conforme se verifica, trata-se precisamente do trecho extraído do artigo 228 da Constituição Federal, com o qual a protagonista introduz o artigo. Assim, à parte já termos estimado que o posicionamento de Aline em relação ao tema estaria contido nesse primeiro parágrafo – no qual ela tanto recorre ao que seria a maior “fonte de autoridade” do País (“Lei Maior”) quanto ainda explica a sentença –, o negrito em todo o trecho extraído do artigo não indicaria o próprio reforço da atora social quanto à incontestabilidade dessa máxima?... Ao destacar as oito palavras – quando, por exemplo, ela poderia ter se limitado ao negrito de “penalmente inimputáveis” – Aline não estaria manifestando aí que, mais do que “estar de acordo com a Constituição”, esta é uma questão que ela mesma legitimaria irrestritamente?

Nota-se que, tal como já antecipamos, os demais negritos não seguem a lógica do primeiro, que compreende toda uma frase. No entanto, conquanto não tenhamos encontrado uma regularidade para a sua aplicação, a nossa hipótese acerca dos outros sete é a de que, além de Aline pretender conferir um efeito de “didaticidade” ao texto (a *gestão de si* pelo seu “segundo outro”), ela também estaria, simultaneamente, empreendendo esforços para, ainda a despeito dos seus próprios valores, assumir de vez o ponto de vista que lhe fora prescrito (a *gestão de si* pelo seu primeiro *outro*). Isto porque, à exceção do segundo, que apenas destacaria o tema em questão (“**reduzir a maioria penal**”), os outros cinco negritos a partir do parágrafo 7 ressaltariam alguns

pontos-chave dos discursos que circulariam entre aqueles a favor da redução, tais como o “**clima de impunidade**” em que atualmente se vive/viveria, a estimativa de que mais da metade dos chamados à polícia “**envolvia menores de idade**”, a lógica de que as leis deveriam estar em “**conformidade com a vontade social**” e que a redução da maioria corresponderia a um “**desejo da sociedade**” e à “**vontade do povo**”.

Do total de oito, o único negrito restante, e que deixa margem a alguma dúvida sobre o emprego intencionado pela redatora, é referente ao parágrafo 3, em que se lê: “[...] *Destes 8, 1 é cometido por adolescente, o que totaliza 12,5% de jovens culpados em crimes esclarecidos [...]*”.

Ao evidenciar unicamente a porcentagem, a protagonista estaria chamando atenção para o quão expressivo esse número seria ou, adversamente, para o quanto ele seria inexpressivo por si mesmo?

Por fim, outro quadro representativo da *gestão dos seus usos de si*, agora abrangendo também tanto as *prescrições* da sua contratante quanto o provável cuidado da atora social para com os leitores adolescentes, foi esquematizado a partir das reformulações que identificamos ao comparar os fragmentos inicialmente capturados pelo *Spymaster* e a maneira como estes se encontravam registrados na versão final do artigo.

Assim, cada agrupamento deste próximo quadro – Parte 1, Parte 2, Parte 3 e Parte 4 – corresponde a cada um dos quatro grandes blocos de fragmentos dos quais falamos no item 4.2, referentes ao modo como dividimos todo o conteúdo gerado pelo *software* para melhor analisá-lo:

Quadro 20 – Os *usos de si* geridos pela protagonista da atividade – em relação a si mesma (R*), à sua contratante (C*) e aos alunos que leriam o seu artigo (A*).

DE... (Coluna 2)	...PARA (Coluna 3)	
PARTE 1		
“metade das ocorrências”	“mais da metade das ocorrências”	C*
“ocorrências a que era chamado”	“ocorrências das quais participou”	R*
“nos confrontamos diariamente com menor de idade na criminalidade”	“a sociedade se confronta diariamente com menores na criminalidade”	C*
“a ressocialização não cabe à polícia”	“Refutando a alegação de que a solução mais adequada seria ressocializar os jovens infratores, Coronel Telhada é enfático em afirmar que este não é o papel da polícia”	C*
“rever sistema penitenciário e o sistema legal, que é hipócrita, e não é adequado para ressocializar o preso”	“A falência do sistema prisional não é desculpa para não punir o indivíduo que efetivamente praticou ato ilícito.”	C*
“as Ongs não está fazendo isso”	“O deputado acredita que existem órgãos que deveriam atuar no sentido de prevenir que menores entrem para a criminalidade e não o estão fazendo.”	C*

“O fato de o sistema prisional brasileiro estar falido não é desculpa para deixar de prender infratores.”	“A falência do sistema prisional não é desculpa para não punir o indivíduo que efetivamente praticou ato ilícito.”	C*
PARTE 2		
“um dado”	“outro dado”	A*
“Senado”	“Senado Federal”	A*
“cláusula pétrea é”	“cláusula pétrea é definida como um”	A*
“em países como o Canadá”	“No Canadá, por exemplo”	R*
“Suécia, Dinamarca e Finlândia apresentam”	“Suécia, Dinamarca e Finlândia são países que apresentam”	A*
PARTE 3		
“O artigo da Lei no 7.209 do Código Penal estabelece que 27 os menores de 18 anos são penalmente inimputáveis”	“O artigo 228 da Constituição Federal do Brasil de 1988 estabelece que “são penalmente inimputáveis os menores de dezoito anos”	R*
“Isso quer dizer que, de acordo com o nosso dispositivo legal atual, o jovem”	“Isso quer dizer que o indivíduo menor de 18 anos”	R*
“ter a maturidade mental suficiente”	“ter discernimento”	R*
“desviar os nossos jovens da rota do crime”	“evitar que os nossos jovens tomem a rota do crime”	R*
PARTE 4		
“De acordo com o Datafolha”	“De acordo com pesquisa do Datafolha”	A*
“consulta à população”	“consulta à população brasileira”	A*
“entrevistados que têm ensino superior”	“entrevistados com ensino superior”	R*
“Não se pode argumentar que haja falta de informação ou essa demanda provém apenas da parcela menos escolarizada da população nem ou que os dados não sejam acessíveis”	“Diante desses números, não é mais possível sustentar o argumento falacioso de que esse anseio provém apenas da parcela menos escolarizada da população, nem que há falta de informação ou que os dados não são acessíveis”	C*
“Esta é uma demanda popular legítima.”	“Esta é sim uma demanda popular legítima.”	C*

Fonte: Elaborado pela autora, 2015.

Na Parte 1 do quadro, examinamos que, dos sete registros originais capturados pelo Spymaster, seis deles aparecem reformulados na versão final do artigo, reforçando o quanto realmente se deveria insistir na redução da maioria penal. Assim é que, do rascunho “*metade das ocorrências*”, na redação já concluída passa-se a “*mais da metade das ocorrências*”, numa possível tentativa de se valorizar a quantidade dessas ocorrências a fim de, quem sabe, torná-la mais “impactante”, mais “convicente” – talvez porque, por si só, ela assim não o fosse para a própria Aline. Da mesma forma, aquilo que seria uma declaração particular do coronel Telhada ainda durante a sua atuação na polícia no tempo passado (“*nos confrontamos diariamente com menor de idade na criminalidade*”) tornou-se, na verdade, um relato do qual a redatora se apropriou a fim de estendê-lo a um público muito mais amplo no tempo presente. Portanto, no lugar de, por exemplo, “*quando policial, o coronel Telhada se confrontava diariamente com menores na criminalidade*” (uma informação que possivelmente não ganhasse a expressividade almejada pela autora social para o cumprimento do prescrito

recebido), eis que lemos: “a sociedade se confronta diariamente com menores na criminalidade”. E assim sucessivamente.

No mais, ainda na Parte 1 do quadro, observamos o cuidado com a reelaboração e a contextualização de cada registro. Por exemplo: em vez de apenas “a ressocialização não cabe à polícia” ou, ainda, “para o coronel Telhada, a ressocialização não cabe à polícia”, consta: “Refutando a alegação de que a solução mais adequada seria ressocializar os jovens infratores, Coronel Telhada é enfático em afirmar que este não é o papel da polícia”. Note-se ainda que, neste trecho, Aline estabelece a relação de oposição que um discurso mantém com o outro⁷¹: se, de um lado, coronel Telhada está “refutando a alegação de que a solução mais adequada seria ressocializar os jovens infratores”, promovendo o discurso a favor da redução da maioria, é porque, de outro, está a alegação proposta no discurso daqueles que se declaram contra a redução da maioria, alegação esta segundo a qual os jovens infratores não precisariam de punição, mas de ressocialização. Deste modo é que, para, de fato, realçar a possível pertinência da reivindicação quanto à redução da maioria, a protagonista invoca o discurso que se lhe contrapõe e que, conforme acreditamos, corresponderia àquele com o qual ela efetivamente se identificaria. Ainda nessa linha, seria possível considerar que Aline aí incorporaria a sua própria opinião para que, tal como o coronel Telhada, ela mesma se dedicasse ao exercício de refutá-la, ainda mobilizada pelo desejo de atender ao prescrito. E, por mais que a redatora tivesse, indiretamente, contemplado a ressocialização como uma solução possível somente a pretexto de contestá-la, ponderamos que, mesmo aí, ela teria conseguido registrar algo *de si mesma*, deixando nesse parágrafo um “vestígio” dos seus valores. No mais, retomando a questão da “autoridade questionável” das figuras às quais Aline recorreu, a menção ao coronel Telhada poderia ter sido inclusive “estratégica”: que ele dissesse que a ressocialização não cabe à polícia, é possível que a maior parte dos leitores concordasse (se não todos); entretanto, quem seria essa personalidade e o que ela substancialmente representaria para garantir que, levada a efeito por outras instituições que não as policiais, a ressocialização dos menores infratores não seria uma solução plausível?

⁷¹ A respeito da relação que um discurso mantém com o outro – sendo, no caso do registro reelaborado pela redatora, uma relação de oposição entre eles –, sublinhamos o que diz Maingueneau (2015, p. 28): “O discurso só adquire sentido no interior de um imenso *interdiscurso*. Para interpretar o menor enunciado, é necessário relacioná-lo, conscientemente ou não, a todos os tipos de outros enunciados sobre os quais ele se apoia de múltiplas maneiras. [...]”.

Cumpra ainda aí, ao final, acrescentarmos a seguinte observação: direta ou indiretamente, propositalmente ou não, Aline não teria “trabalhado” nesse período para, de alguma forma, “provocar” algum tipo de “antipatia” do leitor em relação ao que teria sido a declaração de coronel Telhada – ou, talvez, não teria “projetado” aí a sua própria “depreciação” por alguém cuja “autoridade” ela mesma contestaria?... Vejamos, pois, a sua articulação: na construção de “*Refutando a alegação de que a solução mais adequada seria ressocializar os jovens infratores, Coronel Telhada é enfático em afirmar que este não é o papel da polícia*”, teríamos somente *uma* afirmação de Telhada ou, na verdade, *duas* delas? No caso, a personalidade em foco teria manifestado que (1) ressocializar os jovens infratores não seria, entre as soluções possíveis, aquela que ele julgaria como sendo a mais adequada (aí, sim, “refutando” o discurso que apostaria no contrário) e, ainda, (2) que a ressocialização não seria o papel da polícia, ou o atual deputado estadual de São Paulo teria expressado, exclusivamente, que (1) não cabe à polícia o papel de ressocializar? Qual a relação que, *por si*, a atora social teria estabelecido entre a primeira e a segunda informação?

Outra passagem em que Aline deixaria subentendida a sua resistência quanto ao posicionamento de coronel Telhada acerca da redução da maioria penal (permitindo a emersão do seu *debate de valores*) seria justamente aquela que antecederia o registro “*Refutando a alegação de que [...]*”. Por não se tratar de um trecho que, de acordo com o relatório gerado pelo *Spymaster*, tenha sofrido qualquer alteração da sua versão original, ele não foi agregado ao quadro em questão; entretanto, o registro poderia ser tomado como uma introdução à articulação que a redatora possa ter proposto, deliberadamente ou não, a fim de apontar alguma contradição na posição de Telhada, de tal modo que a “autoridade” do político pertencente à frente conhecida como “Bancada da Bala”⁷² carecesse de “consistência”. Eis a construção: “[...] *De acordo com o deputado, que ocupa uma vaga na Comissão dos Direitos Humanos da Assembleia Legislativa de São Paulo (UOL NOTÍCIA, 2015), a sociedade se confronta diariamente com menores na criminalidade. Refutando a alegação [...]*”. Ora, ao informar primeiramente que Telhada é membro de Comissão de Direitos Humanos, para depois ajuntar que Telhada não vê a ressocialização dos jovens infratores como a solução mais

⁷² De acordo com matéria publicada pelo site da BBC em 24 de agosto de 2015 (CARNEIRO, 2016, grifos nossos), “[...] na recepção do gabinete do deputado estadual Paulo Telhada, um potinho de balas de goma saúda o visitante, embaladas em papel branco com seu nome e a expressão ‘Bancada da Bala’ – como é conhecida a frente política conservadora integrada por Telhada, coronel reformado da Polícia Militar de São Paulo”.

adequada, a protagonista não estaria colocando em xeque a “atuação humana” do coronel? Ou, ainda, não estaria criticando/“ironizando” o que lhe pareceria uma grande distância entre a defesa dos direitos (de todos os) humanos e a indiferença quanto a garantir as condições que, ao menos a uma parte desses mesmos humanos em conflito com a lei, permitiriam a sua reinserção no seio da sociedade?...

Seguindo com a análise do quadro, se, na Parte 1 dele, a atora social teria se preocupado em gerir o seu exercício adequando-o à demanda da professora que a contratou, na Parte 2 depreendemos que, mais uma vez, a *gestão do seu uso de si* se concentraria no seu “segundo outro” – alunos do ensino médio de uma escola pública para os quais, possivelmente, Aline tenha pesado ser importante a “didaticidade”. Desta maneira é que, no lugar de “*um dado*”, ela teria reconsiderado “*outro dado*”. Ora, sabemos que dizer de um determinado modo implica não dizer de outro (POSSENTI, 2009a, p. 93), de tal forma que não se pode tomar “*outro dado*” como equivalente a “*um dado*”, até porque “*um dado*” levaria a crer que talvez se tratasse de uma primeira informação, ao passo que “*outro dado*” faria supor que essa primeira informação já tivesse sido compartilhada. Portanto, Aline demonstraria aí uma atenção com o entendimento do leitor do seu texto, que não deveria ser “confundido”. (E, aqui, talvez pudéssemos ventilar que o “altruísmo” estivesse entre os valores mobilizados pela protagonista no desempenho da sua atividade, uma vez que ela viria demonstrando a habilidade de se colocar no lugar de um público escolar bastante jovem e, em vista disso, buscaria recursos para atender à expectativa que entenderia como sendo dele).

A preocupação da redatora quanto à “didaticidade” do seu texto também se revelaria no cuidado de que teria se cercado a fim de pormenorizar informações que, para estudantes do ensino médio, ela já poderia ter tomado como “elementares”, deixando-as, então, implícitas. Contudo, no lugar de “*Senado*”, originalmente, lemos “*Senado Federal*”; no lugar de “*cláusula pétrea é*”, “*cláusula pétrea é definida como um*”; em vez de apenas “*Suécia, Dinamarca e Finlândia apresentam*”, “*Suécia, Dinamarca e Finlândia são países que apresentam*”.

Na íntegra do artigo produzido pela atora social (Anexo C), identificamos também um registro que, por sua vez, reforçaria esse caráter didático que Aline teria imprimido à primeira redação, embora não se trate de uma passagem que tenha sido reformulada – daí o motivo pelo qual, a exemplo da reprodução mais acima referente ao coronel Telhada, esta também não compôs esse quadro. Dando continuidade ao parágrafo 6, no qual são mencionadas Suécia, Dinamarca e Finlândia como países cujos

sistemas permitem a prisão de jovens que aos 15 anos tenham cometido assassinato, a redatora conclui: “No site do Ministério Público do Paraná, *você* pode conferir uma tabela comparativa da idade de responsabilidade penal juvenil e de adultos em diferentes países”. Além de Aline adicionar uma nota de rodapé com o endereço eletrônico para essa consulta, reforçando a nossa leitura quanto à sua didaticidade, o emprego do “você” nos favoreceu a percepção quanto à sua provável identificação com os jovens leitores do seu texto, posto que, além do caráter didático, este “você” também conferiria um tom de “proximidade”, de “familiaridade” de sua parte.

Somente na linha 4 da Parte 2 é que, conforme nos pareceu, a sua reelaboração teria se dado por uma questão de *estilo*, que evitaria repetições de palavras, e não mais para efeito de didaticidade: posto ter empregado o substantivo “países” em “Suécia, Dinamarca e Finlândia [...]”, a autora social teria *preferido* substituir “em países como o Canadá” por “No Canadá, por exemplo”.

Aqui, particularmente, em decorrência do destaque dado às palavras “estilo” e “preferido”, é necessário registrar que, embora a tentativa de realizarmos uma primeira análise centrada exclusivamente nos pressupostos da abordagem ergológica, a associação com o conceito de *estilo* ressignificado por Sírio Possenti (2009a; 2009b) ocorreu naturalmente, de tal maneira que, apesar da nossa intenção inicial quanto a dissociar uma análise da outra (intenção esta que buscaremos manter, na medida do possível), o imbricamento entre a *singularidade* assinalada na Ergologia e a *singularidade* destacada por Possenti na Análise do Discurso de tradição francesa se verifica sem qualquer esforço.

Quando, então, nos referimos à possibilidade de que a reelaboração da linha 4 da Parte 2 poderia ter sido motivada por uma questão de *estilo* da redatora, que teria *preferido* um termo ao outro, tanto fazemos uma alusão à assertiva de Possenti (2009a, p. 93, grifos nossos), para quem, “[...] no que se refere ao *estilo*, a *escolha* é sim uma categoria constitutiva”, sendo que tal escolha “[...] não poderá ser definida como um gesto que decorre simplesmente de uma avaliação do peso das alternativas por parte de um sujeito/autor onisciente e todo-poderoso, livre de qualquer amarra institucional”, quanto fazemos uma alusão à assertiva de Schwartz (2011, p. 141, grifos nossos), para quem “[...] nenhuma *escolha* é produto do aleatório” e “[...] toda *escolha* se dá em nome daquilo que, mais ou menos, é *preferível*”.

De retorno à Parte 3 do quadro, a linha 1 recai sobre as impressões que já explicitamos ao longo de toda essa análise, especialmente no item V: de que no

parágrafo 1 estaria condensada a posição da própria redatora acerca do tema. O que chama atenção aqui é que, em vez de manter o artigo do Código Penal como referência, Aline o substituiu pela Constituição. No lugar de “*O artigo da Lei no 7.209 do Código Penal estabelece que 27 os menores de 18 anos são penalmente inimputáveis*”, temos, então, “*O artigo 228 da Constituição Federal do Brasil de 1988 estabelece que “são penalmente inimputáveis os menores de dezoito anos”* – o que poderia indicar que a protagonista quisesse, por si, partir do embasamento de alguma autoridade que lhe fosse (a mais) absolutamente irrefutável, acima do próprio Código Penal.

Já nos demais registros da Parte 3, encontraríamos ajustes relacionados ao *estilo* da redatora, que, por exemplo, teria *preferido* “*ter discernimento*” a “*ter a maturidade mental suficiente*”, evitando a repetição de “maturidade mental”, já utilizada (num trecho entre aspas) no mesmo parágrafo. E, aqui, tal como esclarecemos anteriormente, é necessário atenção ao emprego de “estilo” e “preferido”, termos que devem nos remeter automaticamente às premissas das quais partimos já no processo de elaboração da Fundamentação Teórica desta pesquisa. Mais uma vez, o imbricamento entre a Ergologia e a Análise do Discurso de origem francófona se desvela naturalmente, uma vez que nenhuma *escolha* é produto do aleatório, mas, sim, o resultado de um diálogo entre cada um com o seu próprio *universo de valores* (SCHWARTZ, 2011, p. 142), e uma vez que a *escolha* é um efeito da multiplicidade dos recursos, que competem entre si a todo instante (POSSENTI, 2009a, p. 93). Assim, o que, para Aline, significaria reiterar o “*ter a maturidade mental suficiente*” ou introduzir o “*ter discernimento*”? Se, tal como apregoa Possenti (2009a, p. 93), “dizer de determinado modo implica não dizer de outro”, de tal modo que a *escolha* “é um efeito de condicionantes específicos”, é de se supor que, para a protagonista, um registro e outro equivalessem a concepções diferentes, denotando percepções distintas a respeito daquilo que, motivada pela posição na qual a própria atora social se inscreveria, ela pretendia assegurar (e, ao que nos parece, “defender”) acerca dos menores de 18 anos.

De volta ao Houaiss (2012) para conhecer quais os sentidos postos em circulação a respeito de “maturidade”⁷³ e “discernimento”⁷⁴ e, com base nisso, levantar alguma hipótese quanto ao que um determinado modo de dizer indicaria de diferente do

⁷³ MATUREZA: In: GRANDE DICIONÁRIO Houaiss da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Instituto Antônio Houaiss, 2012. Disponível em: <<http://houaiss.uol.com.br/busca?palavra=maturidade>>. Acesso em: 8 fev. 2016.

⁷⁴ DISCERNIMENTO. In: GRANDE DICIONÁRIO Houaiss da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Instituto Antônio Houaiss, 2012. Disponível em: <<http://houaiss.uol.com.br/busca?palavra=discernimento>>. Acesso em: 8 fev. 2016.

outro para a protagonista, eis que encontramos entre os três primeiros significados de cada vocábulo:

- “discernimento”: 1 capacidade de compreender situações, de separar o certo do errado 2 capacidade de avaliar as coisas com bom senso e clareza; juízo, tino 3 conhecimento, entendimento;

- “maturidade”: 1 estado, condição (de estrutura, forma, função ou organismo) num estágio adulto; condição de plenitude em arte, saber ou habilidade adquirida 2 termo último de desenvolvimento 3 período da vida compreendido entre a juventude e a velhice.

De posse desses sentidos, não seria de se perguntar se, no entendimento de Aline acerca de quem tem 18 anos, “*ter discernimento*” corresponderia a algo mais “factível” do que “*ter a maturidade mental suficiente*”, já que, no primeiro caso, ela estaria aludindo a uma capacidade e, no segundo caso, a uma condição mais “peculiar”? Para a ator social, a “maturidade mental” (e, acrescente-se, em quantidade “suficiente”) não seria uma “conquista” ao longo da vida, já que, de acordo com o próprio dicionário, ela compreenderia o período entre a juventude e a velhice? Se, portanto, a maturidade (em geral) se desenvolveria no intervalo entre um ponto e outro, não seria uma “contradição” esperar que os jovens já pudessem manifestá-la aos 18 anos, quando continuariam sendo jovens? E mais: Aline se definiria como uma jovem com “a maturidade mental suficiente” após ter completado os seus 18 anos de idade? Qual seria a sua referência de alguém “mentalmente maduro”?

Ainda na Parte 3, o destaque seguinte fica para a última linha desse agrupamento, quando, em “*desviar os nossos jovens da rota do crime*”, a ator social trocou o verbo “*desviar*” por “*evitar*”: “*evitar que os nossos jovens tomem a rota do crime*”. Possivelmente aí, numa leitura mais atenta, Aline tivesse se dado conta de que “*desviar os nossos jovens da rota do crime*” poderia sugerir que, seguindo algum tipo de “fluxo natural”, “os nossos jovens” estariam fadados ao crime. Isto porque, de acordo com o Houaiss (2012), “desviar”⁷⁵ tanto pode equivaler a “tirar da linha reta” ou “alterar o destino de; desencaminhar, extraviar” quanto a “fugir de; evitar”, sendo este último o sentido de que Aline provavelmente tivesse querido se apropriar. Porém, para evitar outras possibilidades de entendimento, acreditamos que a redatora tenha optado pela

⁷⁵ DESVIAR. In: GRANDE DICIONÁRIO Houaiss da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Instituto Antônio Houaiss, 2012. Disponível em: <<http://houaiss.uol.com.br/busca?palavra=desviar>>. Acesso em: 8 fev. 2016.

alteração, numa *gestão do uso de si por si*, embora concomitantemente *ao uso de si pelo outro*.

Outro elemento importante a ser salientado tanto em “*desviar os nossos jovens da rota do crime*” quanto em “*evitar que os nossos jovens tomem a rota do crime*” é que, apesar da reformulação, Aline continuou se referindo a “*os nossos jovens*”, o que sugere um ponto de vista, um *indício de valor*. Se, por exemplo, a redatora tivesse se reportado a “os jovens”, a compreensão do trecho não teria sido comprometida. Ou, ainda, ela poderia referenciá-los como “os jovens do País”, “os jovens do Brasil”, indicando algum distanciamento de sua parte – seriam “do Brasil”, e não “seus”. Porém, quando Aline menciona “os *nossos* jovens”, é possível depreender que ela não apenas os estimaria, mas que ainda sentiria alguma responsabilidade sobre eles – o que, a seu tempo, também justificaria o porquê de certos cuidados no desenvolvimento da sua redação, a exemplo da sua “didaticidade”, que poderia ser a sua contribuição para a educação dos “nossos jovens”.

Na Parte 4, afinal, encontramos mais dois registros iniciais que, mais uma vez, remetem ao zelo que a protagonista viria demonstrando em relação aos leitores do texto que lhe foi solicitado. Onde, por exemplo, poderia constar somente “*De acordo com o Datafolha*”, presumindo-se que os alunos do ensino médio já soubessem que o Datafolha é um instituto de pesquisas do Grupo Folha (ou, ainda, apenas que se trata de um instituto de pesquisas), a redatora acrescenta: “*De acordo com pesquisa do Datafolha*”. Da mesma forma, isso acontece onde poderia constar somente “*consulta à população*”, haja vista que a discussão promovida em torno da redução da maioria se configurava no âmbito nacional. Portanto, estaria subentendido que, ao se referir à “*consulta à população*”, Aline estivesse se reportando à população brasileira. Contudo, pelo que nos pareceu ser característico do seu primor pelo maior esclarecimento possível, eis que na versão final da sua redação encontramos: “*consulta à população brasileira*”.

Para a linha 3 dessa última parte, cuja modificação não avaliamos como sendo tão significativa quanto as demais (de “*entrevistados que têm ensino superior*” para “*entrevistados com ensino superior*”), aferimos a possibilidade de que ela tenha sido realizada para evitar alguma repetição do verbo “ter”, em decorrência de uma preocupação da redatora quanto ao *estilo* – ou, ainda, é de se supor que, para a protagonista, um modo de dizer implique um valor diferente do outro. E, já nas duas últimas linhas, voltamos aos registros que, a nosso ver, teriam sofrido alteração

consoante o propósito de Aline em satisfazer o prescrito estabelecido pela professora – novamente, a *gestão de si pelo outro* “mais imediato”.

É desta maneira que, de “*Não se pode argumentar que haja falta de informação ou essa demanda provém apenas da parcela menos escolarizada da população nem ou que os dados não sejam acessíveis*”, a protagonista registra: “*Diante desses números, não é mais possível sustentar o argumento falacioso de que esse anseio provém apenas da parcela menos escolarizada da população, nem que há falta de informação ou que os dados não são acessíveis*”, introduzindo este último parágrafo mediante a sua articulação com o parágrafo anterior (no qual a redatora cita os resultados da pesquisa do Datafolha; daí o “*Diante desses números*”) e, tanto quanto possível, valendo-se de inserções que pudessem realmente corroborar a defesa do ponto de vista pelo qual se orientava. Assim, ela teria recorrido aos números apresentados como uma espécie de “*dado incontestável*” sobre o desejo da maioria dos cidadãos. E, no lugar de “*Não se pode argumentar que haja falta de informação*”, por exemplo, surge “*não é mais possível sustentar o argumento falacioso*”, conferindo mais “*peso*” à sentença. Além disso, os argumentos rejeitados na versão original têm a sua ordem de apresentação alterada na versão final: *de* (1) “*falta de informação*” > (2) “*demanda proveniente da parcela menos escolarizada da população*” > (3) “*dados inacessíveis*” *para* (2) “*demanda proveniente da parcela menos escolarizada da população*” > (1) “*falta de informação*” > (3) “*dados inacessíveis*”. Na versão final, portanto, a alegação de que a parcela menos escolarizada da população seria responsável pela reivindicação da redução da maioria penal passa da segunda posição à primeira, ao passo que a falta de informação se desloca do primeiro para o segundo lugar. Restaria saber, deste modo, se (a) a alteração se justificaria pela atora social pretender reforçar – inexplicitamente – que, *a priori*, a defesa da redução da maioria penal realmente viria, em sua maior parte, da parcela menos escolarizada da população (haja vista que, em se confirmando que Aline é contra a redução da maioria, ela representaria justamente a parcela mais escolarizada, a contar a sua graduação e, acrescente-se aí, a sua graduação numa universidade tão conceituada como a USP); se (b) a alteração da ordem se justificaria pela redatora considerar que esta deveria ser a primeira suposição contestada, tendo em vista que, em assumindo o posicionamento daqueles a favor da redução, esta talvez fosse a principal crítica lançada contra esse grupo; se, porventura, (c) a alteração se justificaria por ambas as possibilidades, resultado de um *debate de valores* do qual teria sido possível *gerir o seu uso de si por si e pelo outro* ao mesmo tempo.

Nesse registro, notem-se ainda aí mais dois aspectos importantes. O primeiro deles diz respeito ao modo como os verbos “haver” e “ser” foram conjugados de uma versão a outra: no rascunho, “*que haja falta de informação*” e “*que os dados não sejam acessíveis*”, isto é, no presente do modo subjuntivo, sugerindo incerteza em relação aos argumentos que estariam sendo utilizados contra aqueles a favor da redução da maioria; já na redação concluída, “*que há falta de informação*” e “*que os dados não são acessíveis*”, isto é, no presente do indicativo, sugerindo certeza em relação aos argumentos que, de fato, estavam sendo utilizados contra aqueles a favor da redução da maioria. E, ainda no contexto desse parágrafo, o segundo aspecto importante diz respeito a Aline mais uma vez invocar o discurso de quem é contra a redução a fim de estabelecer uma relação de oposição com o discurso de quem é a favor⁷⁶, podendo se valer disso tanto para fortalecer esse último discurso quanto para, ao mesmo tempo, imprimir a sua própria voz ao discurso recusado, aí deixando novamente um vestígio.

Por fim, para o encerramento da análise desse quadro, identificamos outra alteração que ventilamos corresponder a um duplo objetivo da redatora: tanto quanto estivesse ao seu alcance, (1) incorporar o posicionamento que lhe fora orientado e, paralelamente, (2) legitimar dentro de si a validade das ideias por ela mesma encadeadas. Por essa razão é que, do “*Esta é uma demanda popular legítima.*” originalmente, na versão final teríamos encontrado: “*Esta é sim uma demanda popular legítima*”. Ora: com o emprego desse “sim” para ratificar quão legítima efetivamente seria essa demanda popular, a quem a protagonista estaria buscando convencer? Resgatando a transcrição feita na nota 73, na qual Maingueneau (2015, (2015, p. 28) aborda o *interdiscurso* e explica que “[...] Para interpretar o menor enunciado, é necessário relacioná-lo, conscientemente ou não, a todos os tipos de outros enunciados sobre os quais ele se apoia de múltiplas maneiras [...]”, caberia aqui perguntar: para que – de um lado – Aline sentisse a necessidade de fortalecer que a demanda popular pela redução da maioria “*é sim!*” legítima, quem – por outro lado – a estaria “enfraquecendo” (conscientemente ou não) num debate incessante de valores, dizendo-lhe “*não é não!*”, se não ela mesma?... Ora: de acordo com as nossas apreciações no item V desta análise, a redatora não teria materializado linguisticamente o seu próprio posicionamento em relação ao tema quando, não bastasse o uso do artigo da Constituição para a introdução do artigo, ela acrescentou ao parágrafo 2 que “*Os crimes*

⁷⁶ Ver a menção ao *interdiscurso* na nota 73.

cometidos antes da maioria penal têm sim uma contrapartida, que são as medidas socioeducativas”? Se não mediante o debate pelo qual Aline provavelmente se via atravessada, como explicar que a ênfase do “sim” empregado no parágrafo 2 se contrapusesse tão claramente a ênfase do “sim” empregado no último, posto que o primeiro se oporia à redução da maioria (sob a justificativa de que os crimes cometidos por menores já têm – sim – a sua contrapartida) e o segundo a autenticaria (refutando todos os argumentos que o contrariassem)? Não se trataria, portanto, de duas ênfases que revelariam posicionamentos distintos, de modo que um deles equivaleria a um “parecer pessoal” da redatora e, o outro, ao seu “parecer profissional” em cumprimento à prescrição que lhe fora passada, bem como a uma tentativa de “autoconvencimento” por parte de quem não se achava persuadido – ou, ainda, não suficientemente persuadido – pelas suas próprias considerações?

4.4 Sobre a redação do texto 1: o emergir de novas *singularidades*

4.4.1 Considerações acerca do estilo e resignificação das escolhas

Durante as nossas apreciações acerca das reformulações reproduzidas no último quadro do item 4.3.3, chamamos atenção para o fato de que, embora a nossa intenção de empreender separadamente as análises ergológica e discursiva nesta pesquisa, algumas observações tanto evocavam uma perspectiva quanto a outra, tamanha correspondência que um primeiro olhar estabelecia imediatamente com o segundo. E, nesse imbricamento natural entre as duas abordagens, encontramos ocasião de antecipar algumas vezes o que seria o *estilo* depreendido da redação da nossa protagonista.

Ao propor a reformulação da noção de *estilo* a partir do abandono à visão romântica segundo a qual ela era compreendida – na qual a *escolha* seria uma opção consciente destacada de um conjunto de alternativas das quais também se guardaria consciência, tanto quanto dos seus possíveis efeitos de sentido, independentemente da participação do leitor –, resignificando-a não como um ato de liberdade, mas como o efeito de uma inscrição, o Professor da Unicamp (2009a, p. 93) condensa todos os aspectos que, aqui, desejamos assinalar.

Assim é que, no que se refere ao *estilo*, concordando com Possenti quanto à *escolha* ser uma categoria constitutiva dessa noção, mas que, tal como ele preconiza, ela não decorre simplesmente de uma posição calculada pelo sujeito/autor, que não se trata

necessariamente de uma opção consciente entre alternativas dadas e que esse sujeito/autor sequer tem onisciência sobre todas as alternativas possíveis, encontramos o embasamento teórico para, por exemplo, contemplar o que Aline responde por ocasião da nossa pergunta⁷⁷ sobre a maneira como ela vai desenvolvendo (conscientemente) os parágrafos ao longo do texto:

“Bom, eu tenho a informação... Aquela série de informações que eu fui coletando... Mas eu não sei, conscientemente, que processo que eu usei pra escolher que informação que ia, qual informação que não ia e... De repente, o que eu acrescentei às 18h30 foi um insight que eu tive e achei interessante, mas talvez não desse ensejo prum novo parágrafo e cabia bem naquele. Mas não foi... Não foi de caso pensado, acho.”

É aí que, sem nos anteciparmos de todos ao conteúdo da autoconfrontação, verificamos, pois, a *escolha* como “[...] um efeito da multiplicidade dos recursos, que competem entre si a todo instante” (POSSENTI, 2009a, p. 93) e que, tal como assegura Schwartz (2011, p. 141), não é “[...] o produto do aleatório – ou então os homens são birutas”. O fato de não ser “produto do aleatório”, no entanto, não significa que a escolha seja um produto do “consciente” – e é a isso que a protagonista se refere quando, questionada acerca de uma determinada ação, diz não saber “conscientemente” o porquê dela, quando cogita ter tido um “insight”, quando acredita não tê-la feito “de caso pensado”.

Durante a análise ergológica do Quadro 20, quando salientamos *indícios* que relevariam um *estilo* da redatora, elucubramos que cada um deles se justificaria por um valor próprio da atora social, que durante o exercício da sua atividade estaria, na verdade, mobilizando um universo deles, em debate consigo mesma. E seriam esses os valores responsáveis pela caracterização de um *estilo* próprio de Aline como redatora de textos técnicos, no qual a observaríamos se apropriando de algumas falas para reelaborá-las a favor de um ponto de vista (a exemplo dos trechos que corresponderiam a apontamentos pessoais/profissionais do coronel Telhada e que acabaram sendo estendidos ao discurso de toda uma parte da sociedade), evitando repetições de palavras

⁷⁷ A pergunta que desencadeou essa resposta foi: “11- Além de não haver linearidade durante o processo de produção, notei que os próprios parágrafos também sofrem uma série de intervenções. Como você vai construindo os parágrafos, conscientemente?”. A íntegra da autoconfrontação se encontra disponível no Anexo I.

em registros muito próximos (a exemplo da inserção de “países” em “*Suécia, Dinamarca e Finlândia [...]*”, e da reformulação de “*em países como o Canadá*” para “*No Canadá, por exemplo*”), avaliando alguns dos possíveis efeitos de sentido desencadeados pela tomada de um verbo (a exemplo de “*desviar os nossos jovens [...]*” para “*evitar que os nossos jovens [...]*”), imprimindo o seu próprio posicionamento sobre o tema ao selecionar uma determinada palavra em substituição ao emprego de outras (a exemplo da reformulação de “*ter maturidade mental o suficiente*”, que se tornou “*ter discernimento*”), explicitando informações que poderiam ter permanecido subentendidas (a exemplo de “*consulta à população*”, que passou a “*consulta à população brasileira*”).

Se não por valores entre os quais se encontrariam a sua própria identificação com os jovens, o cuidado que lhes deveria ser dispensado na sua formação, o olhar crítico que lhes competiria desenvolver acerca de variadas questões, o exercício de se colocar no lugar deles, como explicar o *estilo “didático”/“educativo”* adotado pela redatora, incluindo-se aí a preocupação com a inserção de imagens adequadas ao entendimento dos leitores do ensino médio de uma escola pública, a aplicação de negritos, as citações com mais de três linhas reproduzidas conforme as normas da ABNT e as duas páginas inteiramente dedicadas às referências? Se não por valores que incluem o compromisso com o próprio trabalho, a oferta do melhor que estiver ao próprio alcance, o exercício da razoabilidade, o respeito às opiniões alheias, bem como a defesa do próprio ponto de vista, como explicar o *estilo “elaborado”/“articulado”* por Aline, em que se observam “figuras de autoridade” com autoridades absolutamente distintas e controversas, discursos em oposição que podem ter sido evocados para atender a um duplo propósito, citações diretas e indiretas, adesões e rejeições pessoais implícitas e até mesmo uma possível crítica/“ironia” velada? Mais especificamente, se não pelos valores dos quais Aline já nos dera “indícios” durante a primeira resposta do questionário⁷⁸, na qual ela reprovou (i) o fato de “qualquer um poder abrir um documento de Word e escrever o que quiser”, (ii) o “vivermos no ‘reino ingovernável’ do ‘eu acho’”, (iii) o “ganho de dinheiro articulando-se meia dúzia de palavras” e (iv) a venda de “‘pacotes’ de artigos a preços baixíssimos, sucateando a profissão e também a imagem do redator”, por que ela teria se empenhado tanto em (i) não “escrever o que

⁷⁸ A pergunta que desencadeou essa resposta foi: “1- Para você, o que é ser um(a) redator(a) de textos técnicos/web? Quais as vantagens dessa profissão? E as desvantagens?”. A íntegra do questionário se encontra disponível no Anexo B.

bem quisesse”, mas, sim, em engendrar esforços para assumir outro ponto de vista e desenvolvê-lo com apreço na redação, (ii) pesquisar diversas fontes, a ponto de registrar duas páginas de referências, (iii) escrever um artigo de quatro páginas (quando, por duas páginas, a sua contratante já se sentiria bem atendida) e (iv) contribuir para a valorização da atividade de trabalho do redator?

Reiteramos, todavia, o que Sírio Possenti (2009a; 2009b) assevera a respeito do *estilo* e das *escolhas* que o configuram, de modo que a maior parte dessas *escolhas* de Aline pode ter se dado à revelia das suas próprias decisões conscientes. E, aqui, numa aproximação com a abordagem ergológica, cumpre salientar: isto não quer dizer, obviamente, que os seus *saberes acadêmicos* não tenham sido importantes para que a protagonista produzisse textos de comprovada qualidade, mas, sim, que os seus *saberes práticos* – que abrangem também a sua história (ou, sintetizando os aspectos assinalados por Possenti (2009a, p. 96) na citação mais adiante, que abrangem a forma como Aline se inscreve no mundo) –, até mesmo por serem “práticos”, não obedecem à ordem do raciocínio: simplesmente “se incorporam” à sua escrita, evidenciando a sua *singularidade* no exercício da sua atividade.

No *estilo* de Aline, portanto, estaria condensado o “[...] uso de seu corpo, de sua inteligência, de sua história, de sua sensibilidade, de seus gostos” (SCHWARTZ; DURRIVE, 2007, p. 70). Ou, ainda, é nesse *estilo* que estariam contemplados aqueles aspectos elencados por Possenti (2009a, p. 96), quando postula que

[...] o verdadeiro problema é tentar verificar em cada caso, em cada gênero, em cada instituição, de que tipo de estilo, de enunciação e de autoria se trata, ou seja, a questão é não apagar fatos em nome de uma teoria simplificadora, por mais que isso seja tentador e por mais que a noção de fato não seja óbvia. Especialmente, trata-se de não desprezar o próprio processo de inscrição do sujeito, naquilo que ele tem efetivamente de processo (como, por exemplo, o processo de escolarização) ou, ainda, trata-se de não deixar de analisar, como se se tratasse de uma questão menor, o fato de alguém que escreve (ou tenta escrever) ser homem ou mulher [...], mais ou menos conservador, pobre ou negro, ser marcado por um sotaque e não por outro [...], já ter sido ou não perseguido pela polícia ou pertencer ou não a uma família de alguma forma desajustada, sonhar ou não ser jogador de futebol ou pagodeiro, pelas milhares de razões que levam alguém a vislumbrar essas e não outras saídas etc. [...]

Do “histórico” da protagonista, abrangendo as suas percepções (e os seus “gostos”) a respeito da atividade do redator de textos técnicos, já tínhamos importantes

informações obtidas por meio do questionário⁷⁹, das quais salientamos os seguintes excertos:

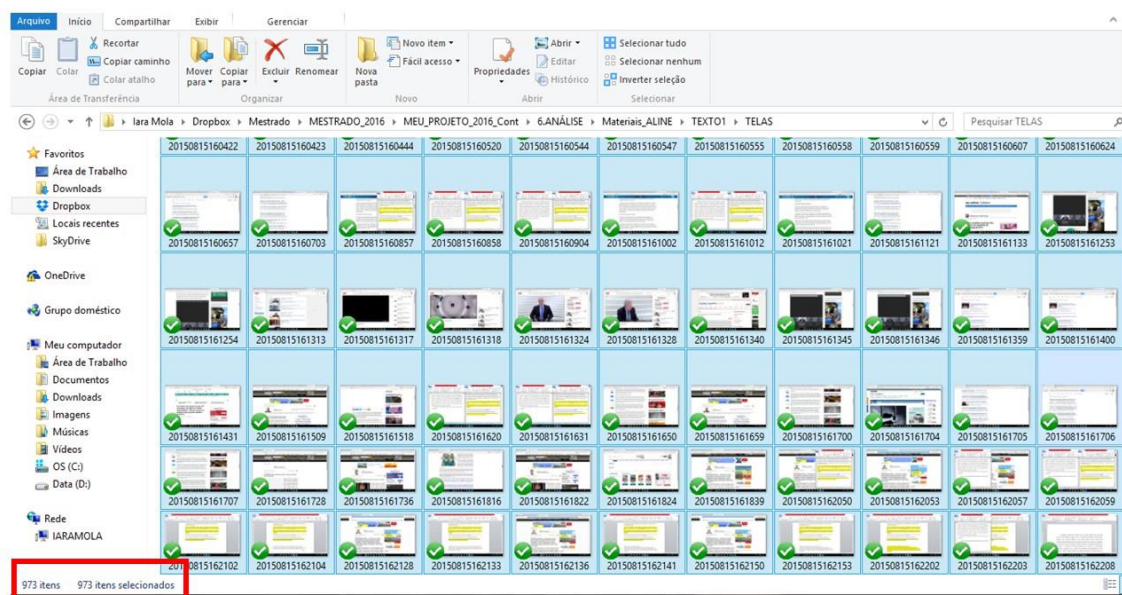
- “[...] *Para escrever um bom artigo, o redator é ‘forçado’ a investigar, a ler [...]*” – essa premissa externada pela própria redatora não estaria perfeitamente alinhada à sua extensa lista de referências, bem como às centenas de telas capturadas⁸⁰ pelo *Spymaster* durante o exercício da sua atividade, relativas às suas consultas nos mais diversos sites que abordassem o assunto?

- “[...] *escrever, escrever de verdade – seja lá o que isso for – é uma tarefa árdua: eu quase posso sentir meus neurônios explodindo na cabeça enquanto tento decidir entre “importância” e “relevância” em um texto [...]*” – não teríamos aí um valor generalizante da atora social, para quem “escrever”, ou melhor, “escrever de verdade” seria “uma tarefa árdua”? Mais do que isso: ela mesma não seria alguém que buscaria “escrever de verdade” – esse extenuante exercício que a faria “sentir os neurônios explodindo na cabeça”? Na prática, não seria esse o valor que a levaria a elaborar os próprios textos com tanto cuidado, fazendo oposição a quem “escreve de mentira”?;

- “*Sou formada em Letras, com habilitação em português e espanhol, pela Universidade de São Paulo. [...]*” – conforme Possenti (2009a, p. 96), é necessário “[...] não desprezar o próprio processo de inscrição do sujeito, naquilo que ele tem efetivamente de processo (como, por exemplo, o processo de escolarização)”. Além do

⁷⁹ A íntegra do questionário se encontra disponível no Anexo B.

⁸⁰ Somente em relação à produção do primeiro artigo, o *Spymaster* capturou mais de 900 telas, conforme demonstrado na figura abaixo:



que, não bastasse Aline ser graduada em Letras (e daí seria de se supor, automaticamente, uma provável “familiaridade” com as palavras e/ou um apreço por elas, entre muitas outras possibilidades relativas à sua *escolha* pelo curso, ao percurso para efetivar essa *escolha*, etc.), o que teria representado para a redatora o fato de ter concluído essa graduação na USP? Quais os discursos com os quais ela teria se identificado, incorporado ou rejeitado dessa instituição cujas posições são históricas e também redundam numa determinada ideologia?;

- “*Na verdade, meu primeiro emprego na área foi em revisão de textos*⁸¹. [...]” – a experiência como revisora de textos não teria favorecido o diferencial da protagonista como uma redatora de textos que revisaria/revisa os próprios textos à medida que os escreve? Embora não seja do nosso interesse observar aspectos que satisfaçam exigências da ordem gramatical e/ou textual, é inegável a correção que a atora social também apresenta nesse sentido. Desta forma, não bastasse o seu *saber instituído* para a aquisição de conhecimento da língua e da linguagem a fim de que passasse a revisar os textos conforme a sua adequação aos veículos nos quais seriam publicados, não teria sido justamente o seu *saber investido* que hoje a faria escrever com tanta adequação a essas exigências, como se isso lhe fosse absolutamente natural?;

- “[...] *Também já trabalhei como corretora de redações de alunos pré-vestibular em regime CLT horista.*” – este também não seria um *saber investido* que conferiria à Aline uma percepção diferenciada acerca de como redigir para jovens que estão cursando o ensino médio?;

- “[...] *Há certas palavras que podem ser usadas e outras não. Alguns grupos de relatório têm um vocabulário mais impessoal; outros grupos podem mostrar mais proximidade com o leitor.* [...]” – embora a redatora estivesse se referindo aos relatórios que produzia na empresa da qual era contratada na época em que respondeu ao questionário, esse não seria um conhecimento do qual ela teria se apropriado para escrever redações que lhe fossem solicitadas como *freelancer*, tornando-o, inclusive, um tipo de “autoprescrição”?;

⁸¹ Aqui vemos se confirmar o que já consideráramos no item 2.1.5, quando nos referíamos aos critérios adotados para o contato com os potenciais participantes desta pesquisa. Apesar da recorrência com que, na condição de profissionais da área de redação, encontramos redatores de textos técnicos (aqui tomados como uma grande rubrica) atuando também como revisores de textos e/ou tradutores (a exemplo da nossa própria experiência e, agora, a exemplo da experiência de Aline), lembramos que, de acordo com a CBO 2002, os filólogos, tradutores, intérpretes e afins pertencem a uma mesma Família, identificada pelo código 2614 (ver Quadro 6 no Capítulo 1) e que os revisores de textos, por sua vez, são classificados como Profissionais do Jornalismo – Família cujo código é o 2611 (ver Quadro 7 do Capítulo 1).

• “[...] *já escrevi sobre temas extremamente batidos, cheios de chavões, beirando à autoajuda, o que jamais faria se fosse escrever espontaneamente. Em casos assim, senti que só estava contribuindo para aumentar o material ‘banal’ que circula pela internet, porém com uma redação mais, digamos, elaborada do que normalmente se vê por aí.*” – aqui, não teríamos o registro de alguns valores atribuídos à produção de textos, a começar pela própria aproximação que a protagonista estabelece entre “temas extremamente batidos e cheios de chavões” e “temas/textos de autoajuda”? Além disso, ao declarar que sentiu como se estivesse “contribuindo para aumentar o material ‘banal’ que circula pela internet”, com a diferença de que a sua redação seria mais “elaborada” do que o material geralmente disponibilizado na rede, a redatora não estaria avaliando a sua própria redação em comparação às demais, ciente de que – possivelmente – as suas próprias exigências (“escrever de verdade”) a levariam a redigir com uma qualidade “acima da média”?;

• “[...] *Gosto de escrever ficção desde que era criança e, quando comecei a pensar no que queria ‘ser quando crescer’, a primeira pergunta que fiz foi: em qual profissão eu vou poder escrever? [...]*” – ao abordar a necessidade de se verificar em cada caso de que tipo de *estilo*, de *enunciação* e de *autoria* se trata, Possenti (2009a, p. 96) menciona, por exemplo, que “sonhar ou não ser jogador de futebol ou pagodeiro” não se trata de uma “questão menor” para quem escreve ou tenta escrever. Da mesma forma, estimamos que a realização de uma redatora que quando criança almejava uma atividade de trabalho na qual pudesse escrever não se trate de uma “questão menor” para nós, que buscamos depreender o seu *estilo* e os seus possíveis *indícios de autoria* a partir dos seus textos. Afinal, conforme o Professor da Unicamp (2009a, p. 96, grifos nossos) bem adverte na sequência,

[...] trata-se de postular não uma espécie de média estatística entre o social e o individual, mas de tentar captar, através de instrumentos teóricos e metodológicos adequados, qual é o modo peculiar de ser social, de enunciar e de enunciar de certa forma, por parte de um certo grupo e, eventualmente, de um certo sujeito. **Trata-se, em suma, de priorizar o pequeno, o quase desprezível indício**, depois do estrondoso e suspeito sucesso das grandes análises estruturais. [...]

No que tange a “priorizar o pequeno, o quase desprezível indício”, poderíamos novamente retomar Schwartz (SCHWARTZ; DURRIVE, 2007, p. 31) para propor o imbricamento com a Ergologia: “[...] Estamos cegos para aquilo que a pessoa recria da história, alguma coisa do meio no qual ela vive. Mutilamos aquilo que ela traz de

contribuição à vida dos homens e das mulheres, porque ela traz uma contribuição, mesmo se ela é minúscula. [...]”;

- “[...] *Não sei quem ou o quê me direcionou a isto, mas, na primeira vez em que prestei vestibular, tentei jornalismo, porque poderia ser ‘redatora’. Felizmente, não passei, porque teria sido uma grande burrada. Minha formação em Letras é uma das coisas de que mais me orgulho na vida. [...]*” – daqui, embora a protagonista não especifique o que, efetivamente, representaria essa possível “grande burrada”, inferimos uma clara oposição “Jornalismo” x “Letras”, e aventamos a hipótese de que, tal como encontramos na extensa pesquisa empreendida pelo site da CBO 2002, Aline acreditasse que “redator” seria uma das funções desempenhadas pelo jornalista (a “grande burrada” seria esta crença?). O que destacamos, no entanto, é a declaração de que a sua formação em Letras é uma das coisas das quais a atora social mais se orgulha na vida – o que reiteraria um valor, um apreço pelo que o conhecimento adquirido no curso de Letras (e, vale a pena acrescentar, no curso de Letras da USP) significaria para ela;

- “[...] *No entanto, já nos primeiros meses do curso, a minha empolgação por escrever foi murchando até quase desaparecer. Na escola, tirava 10 em redação e pensava que poderia ser uma grande escritora. Quando comecei Letras, vi que tudo o que eu escrevia era uma grande bobagem, delírios e desabafos razoavelmente elaborados e articulados linguisticamente. [...]*” – deste trecho, especificamente, queremos primeiramente ressaltar que, conquanto a protagonista desqualifique os textos que escrevia antes de cursar Letras (na USP), haveria aí uma autoavaliação: desde aquela época, eles já seriam “razoavelmente elaborados e articulados linguisticamente” – o que, por sua vez, se coadunaria com o empenho e com a prática de quem, já desde criança, desejava encontrar uma profissão na qual pudesse escrever, da mesma forma como se coadunaria às notas altas em redação no período escolar para uma aluna que se pretendia uma grande escritora (note-se: não apenas *uma escritora*, mas *uma grande escritora*). Além disso, o registro de Aline quanto a ter passado a desqualificar aquilo que escrevia depois do ingresso no curso de Letras também poderia revelar que, a partir daí, a sua exigência com os próprios textos (a sua autocrítica) se tornara ainda maior;

- “[...] *Há muita gente que ainda me vê como ‘escritora’ porque publiquei um romance em 2010. Com isso, ganhei um certo status. Mas, depois, meus rumos profissionais mudaram bastante e, por mais que agora eu redija artigos e relatórios, quando alguém me pergunta, eu respondo que sou revisora, não redatora nem escritora. [...]*” – neste excerto, chamou-nos atenção o aspeamento da protagonista para

o emprego de “escritora”, bem como o fato de que Aline não se declararia/declara redatora nem escritora, mas revisora de textos. Tratar-se-ia de uma escolha em nome daquilo que – mais ou menos – lhe seria “preferível”, como assegura Schwartz (2011, p. 141)? Por quê? De que maneira a sua crítica em relação aos próprios textos e o seu não reconhecimento como “uma grande escritora” poderiam tê-la levado a, mesmo tendo conquistado “certo *status*” durante algum tempo, declinar da posição de escritora (aspiração da infância) e de redatora (aspiração durante o vestibular)? De algum modo, a atora social não guardaria ciência (ou, quem sabe, “intuição”) de que, na prática, ainda que se definisse como escritora de um romance no seu meio profissional, esse dado pouco ou nada a elevaria na sua condição de redatora (ou revisora de textos), da mesma forma como um aluno que tivesse uma obra não seria por ela avaliado numa prova de redação – ou seja, que tal como o texto do escolar não seria lido levando-se em conta a sua obra (POSSENTI, 2009b, p. 105), a sua redação profissional (ou a revisão de textos) não seria contratada (ou mais reconhecida) levando-se em conta a publicação do seu livro?;

- “[...] *Eu adoro falar sobre a minha vida profissional porque me sinto realizada, sinto que tomei as decisões mais acertadas, e talvez isso emane de mim de alguma maneira, porque as pessoas mais próximas me veem como bem-sucedida profissionalmente e não importa muito se isso foi devido à revisão, à redação ou à tradução. Meus colegas de trabalho no emprego fixo me respeitam bastante e me veem como uma ‘autoridade’ dos textos, embora eu não me sinta exatamente assim. Qualquer coisa relativa a texto, língua portuguesa, vocabulário, eles recorrem a mim. [...]*” – dos apontamentos possíveis nesta passagem, parece evidente que a protagonista se sente uma profissional realizada, satisfeita por atuar com aquilo que efetivamente a motivaria. Quando a redatora acrescenta a possibilidade de que essa realização “emane de si de alguma maneira”, ponderaríamos que, talvez, o próprio texto seja “o lugar” no qual ela também a emane, pois foi notável o quanto Aline teria aplicado *de si* mesma em situação de trabalho, motivada pelos seus próprios valores em relação àquilo que para ela significaria uma boa produção textual. Além disso, quando menciona os colegas de trabalho no emprego fixo que a veriam/viam como uma “autoridade dos textos”, Aline pontua que não se sentiria/sente exatamente uma “autoridade”, mas também não menospreza quão seu conhecimento seria, sim, relevante;

- “[...] *Pelo que tenho visto nas redes sociais e em sites de ofertas de trabalho, o redator é um cara que vende artigo como quem vende saquinhos de pipoca. Não sei que*

ideia as pessoas têm da atividade de escrever, que, certamente, não é só abrir um arquivo de Word e fazer uma colcha de retalhos com textos já publicados na internet, o que tem acontecido com frequência.” – verificamos aqui o que seria a retomada de um dos primeiros valores defendidos por Aline: “*escrever, e escrever de verdade – seja lá o que isso for – é uma tarefa árdua*”, de tal modo que a sua crítica recairia sobre aqueles redatores que, a exemplo das plataformas de redação com as quais concorrem (ver Figuras 19 e 20 no Capítulo 3), “*sucateariam a profissão e a imagem do redator*”, conforme a atora social registra na sua primeira resposta. Aqui, Aline marca um posicionamento claro, definindo o “lugar” em que se situa em meio a uma classe de profissionais que possivelmente se dividisse em dois agrupamentos: o daqueles para quem escrever seria uma “tarefa árdua”, que exigiria a própria “explosão dos neurônios”, e o daqueles para quem escrever equivaleria a uma tarefa tão simples quanto o que, para Aline, seria a venda de saquinhos de pipoca – muito embora, sob a perspectiva da Ergologia, saibamos que a toda atividade de trabalho corresponde uma gestão de complexidades características, dado essa atividade jamais se tratar de mera execução. Ou ainda, um grupo de profissionais para o qual a tarefa de escrever se traduziria em tamanho “descomprometimento” a ponto de o seu esforço se limitar aos recortes e colagens de outros textos já disponibilizados na internet, com os quais ele produziria uma “colcha de informações retalhadas”.

De certo, quando o verdadeiro desafio é tentar verificar, em cada caso, de que tipo de *estilo*, *enunciação* e *autoria* estamos falando (POSSENTI, 2009a, p. 96), todas essas questões se tornam absolutamente essenciais. Detendo-nos somente no *estilo* neste primeiro momento da análise discursiva, constatamos, afinal, de que modo as *escolhas* empreendidas por Aline – muitas das quais a protagonista sequer teria ciência – são “um efeito de condicionantes específicos”; “um efeito da multiplicidade de recursos que competem entre si a todo instante”; o “efeito de uma inscrição”, e não “um ato de liberdade”; um “efeito de exigências enunciativas” (POSSENTI, 2009a, p. 93-94). Perpassados pelos seus próprios valores, cada um dos aspectos compartilhados pela atora social nas respostas do questionário se somou a outro na construção de uma história única, bem como na composição de uma vivência e experiência profissional *singular*, cuja *singularidade* “se traduz” nos textos redigidos por Aline, aos quais ela imprime um *estilo* que lhe é peculiar, capaz de ser “didático” sem precisar ser “cartilhado”; capaz de ser “bem elaborado” sem se tornar “incompreensível” para um público de leitores do ensino médio de uma escola pública.

Quiçá, poderíamos aventar, ainda, que o *estilo* depreendido da redação de Aline sequer corresponderia a alguma *escolha* consciente: articulado consoante a sua própria história de vida, pessoal e profissional, a protagonista não teria “adotado um *estilo* de escrever” entre um dado conjunto de “alternativas de *estilo* possíveis”, mas, antes, imprimido à escrita o que seria a sua *única* forma de escrever, sem o que simplesmente não haveria outro modo com o qual e pelo qual se identificasse.

E talvez seja exatamente tudo isso o que, sem saber como designar, a CBO 2002 encaminha para a competência pessoal dos profissionais da escrita sob o título de “desenvolver intuição”, vislumbrando que, para muito além dos conhecimentos adquiridos mediante a formação escolar (formação esta que o documento normalizador não define para essa Família), o vital para o exercício desses profissionais se concentre num outro tipo de faculdade que dispensa raciocínio ou análise. Ou, ainda, recobrando os próprios termos empregados por Aline durante a autoconfrontação⁸², talvez elucubrando que o primordial se concentre na abertura para certos “insights”, cujo “mecanismo” contrariaria naturalmente tudo o que fosse “de caso pensado”.

4.4.2 *Dos* indícios de autoria: uma análise sobre o *como*

Conforme já mencionamos no item anterior, uma breve passada de olhos pelo artigo escrito pela protagonista desta pesquisa é o bastante para se constatar a sua perfeita adequação às exigências de ordem gramatical e textual. Esta, no entanto, não é a adequação pela qual nos interessamos, desde que encontramos em Sírío Possenti a possibilidade de ampliar a noção de *autoria* para além da correlação autor-obra e da fundação de discursividades, bem como para além das três importantes dimensões da noção de *autor* propostas por Maingueneau (2010a, p. 30), nas quais não vislumbramos qualquer possibilidade de inclusão do redator. De posse da informação do romance publicado por Aline em 2010, a única associação que nos seria permitida em relação às dimensões apresentadas por Maingueneau (2010a, p. 30) corresponderia à sua classificação na noção de “autor-ator”, haja vista que a sua atuação como escritora se desenvolveu paralelamente à sua principal atividade. No entanto, tal classificação não

⁸² A pergunta que desencadeou essa resposta foi: “11- Além de não haver linearidade durante o processo de produção, notei que os próprios parágrafos também sofrem uma série de intervenções. Como você vai construindo os parágrafos, conscientemente?”. A íntegra da autoconfrontação se encontra disponível no Anexo I.

contemplaria a sua atuação como redatora, de modo que continuaria não lhe competindo a atribuição de qualquer dimensão de *autoria*. Todavia, transcendendo as já tão frequentemente aplicadas categorias da gramática e da textualidade (e que, talvez, também fossem as mais esperadas em relação à apreciação dos textos de um redator), a *escolha* de Possenti (2009b, p. 105) pela descoberta de uma brecha para introduzir no campo uma nova noção de *autoria*, a exemplo dos textos elaborados por alunos de 5ª série de escolas estaduais paulistas e publicados em reportagem do Jornal *O Estado de São Paulo* em 1º/10/2010, conduziu-nos à análise daquilo que, para o Professor da Unicamp, é a única categoria de avaliação possível: o discurso. E, uma vez que a questão da qualidade do texto passe necessariamente pela questão da subjetividade e de sua conseqüente inserção num quadro histórico – ou seja, num discurso – que lhe dê sentido (POSSENTI, 2009b, p. 106), para esta análise nos apropriamos dos três aspectos que o linguista considera entre aqueles fundamentais na busca pela *singularidade* e pela *tomada de posição* – isto é, pelos *indícios de autoria*.

Assim é que, para Possenti (2009b, p. 110, grifos nossos), “[...] pode-se dizer provavelmente que alguém se torna autor quando assume (**sabendo ou não disso**) fundamentalmente algumas atitudes: *dar voz a outros enunciadore*s, *manter distância em relação ao próprio texto*, *evitar a mesmice*, **pelo menos**. [...]”.

a) **Dar voz a outros enunciadore**s

Antes de passarmos à análise desse primeiro *indício de autoria* segundo a perspectiva de Possenti (2009b), cumpre-nos destacar que, em nos referindo à atividade de trabalho do redator de textos técnicos – e em sendo esta designação uma grande rubrica a fim de abrangermos todos aqueles redatores que, à exceção dos que atuam na publicidade e já contam com um espaço mais bem delimitado e uma imagem socialmente já (pré-)construída, têm no anonimato uma condição constitutiva do seu próprio exercício –, estamos nos reportando, naturalmente, a profissionais do texto cuja prática, por si só, corresponde a “dar voz a outros enunciadores”. Portanto, sob essa ótica, é possível que, de nossa parte, coubesse “tão somente” investigar de que modo (o “como”) a protagonista desta pesquisa teria *dado voz à sua enunciadora-contratante*, ao que chegaríamos, então, à *gestão dos seus usos de si* na abordagem ergológica, tanto quanto às *escolhas* e ao engendramento de discursos dos quais sobressairiam o *estilo*, a *singularidade* e as *tomadas de posição* da própria atora social, tal como já averiguamos.

No entanto, quando se refere à atitude de “dar voz a outros enunciadores”, Possenti (2009b) se volta aos “outros” contemplados no próprio discurso (no caso, escrito) e cujos pontos de vista poderíamos acessar por meio da própria materialidade linguística. Em vista disso, interessa-nos, pois, examinar de que modo (o “como”) a redatora articulou os pontos de vista, a exemplo daqueles manifestados pelas “figuras de autoridade” das quais se valeu, de quais desses pontos de vista teria se apropriado para expressar o seu próprio e qual teria sido a sua “aposta” a respeito do leitor.

Mais especificamente, retomamos aqui o que o Professor da Unicamp postulou acerca desse primeiro *indício*, quando se utilizou de um excerto de Luis Fernando Veríssimo para exemplificá-lo: no lugar de introduzir cinco pontos de vista – além do seu – atribuindo-os a outros enunciadores (e, por conseguinte, estabelecendo uma relação entre os diversos discursos), Veríssimo poderia ter se limitado a uma única afirmação generalizante. Ao não fazê-lo, porém, a sua estratégia revelaria que o autor não estaria se reportando a qualquer leitor, mas a um coenunciador com traços específicos, com o qual compartilhasse uma cultura em comum. E, quanto à ordem do “como”, Possenti (2009b, p. 112) faz alusão ao “jeito”, à existência de “algo do autor”, também identificável por meio de um léxico que implique uma avaliação desses pontos de vista, seja ela efetuada de maneira explícita ou sob aparência de neutralidade.

Ainda no que diz respeito a essa avaliação dos pontos de vista reproduzidos na redação, estimamos que, numa aproximação com a abordagem ergológica, dessa avaliação também seja possível extrair os valores mobilizados pela redatora (e, novamente, a *gestão dos usos de si*) no exercício da sua atividade, de modo a corroborarmos ou não os levantamentos já feitos na análise anterior.

A fim de avaliarmos, portanto, de que maneira Aline teria *dado voz a outros enunciadores*, acessíveis por meio da sua própria produção textual, construímos um quadro no qual identificamos os parágrafos em que as argumentações/os pontos de vista reproduzidas/os foram direta e/ou indiretamente atribuídas/os às suas respectivas “fontes”. Visando a facilitar o entendimento acerca da representatividade desses “outros”, ou seja, de quem seriam essas “fontes” (“de autoridade” ou não), valemo-nos tanto das menções diretas da redatora quanto das citações indiretas, realizando, quando necessário, uma rápida busca pela internet a partir das referências. Esses dados foram explicitados na coluna 3 do quadro, na sequência dos nomes reportados pela atora social:

Quadro 21 – “Dar voz a outros enunciadores” – os “outros” mencionados pela redatora ao longo do texto e como eles assim o foram.

ORDEM	EXCERTOS DO TEXTO 1	“VOZES DADAS A OUTROS”
1	<p>“O artigo 228 da Constituição Federal do Brasil de 1988 estabelece que ‘são penalmente inimputáveis os menores de dezoito anos’ (BRASIL, 1998). Isso quer dizer que o indivíduo menor de 18 anos “não apresenta maturidade mental para entender o caráter criminoso do fato e determina-se de acordo com esse entendimento”. Ao atingir essa idade etária, o jovem passaria, então, a ter discernimento para compreender o caráter ilícito da sua conduta, sendo considerado imputável perante a lei (ROCHA, 2012).”</p>	<p><u>Diretamente:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> – Constituição Federal <p><u>Indiretamente:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> – Roger Rocha (advogado no Rio Grande do Sul, especialista em Ciências Penais, doutorando em Ciências Jurídicas e Sociais)
2	<p>“Os crimes cometidos antes da maioridade penal têm sim uma contrapartida, que são as medidas socioeducativas. Mas será que este caminho tem sido o mais adequado para evitar que os nossos jovens tomem a rota do crime? Está correto afirmar que maioridade penal aos 18 anos é uma cláusula pétrea? Reduzir a maioridade penal para 16 anos (PEC 171/1993) não seria atender a um anseio legítimo da população?”</p>	<p><u>Indiretamente:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> – PEC 171/1993 (ementa que altera a redação do art. 228 da Constituição Federal, propondo a imputabilidade penal do maior de 16 anos)
3	<p>“Em dados apresentados por Leandro Narloch (2015), apenas 8 em cada 100 homicídios são esclarecidos no Brasil. Destes 8, 1 é cometido por adolescente, o que totaliza 12,5% de jovens culpados em crimes esclarecidos. É um número distante do 1% comumente divulgado nos portais de notícias, o que Narloch prova não passar de um mito.”</p>	<p><u>Diretamente:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> – Leandro Narloch (jornalista, cientista social e escritor brasileiro. Foi repórter da revista Veja e editor das revistas Aventuras na História e Superinteressante, todas do Grupo Abril) <p><u>Indiretamente:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> – Portais de notícias que divulgam porcentagens menores
4	<p>“De acordo com o Senado Federal, cláusula pétrea é definida como um:</p> <p>Dispositivo constitucional que não pode ser alterado nem mesmo por Proposta de Emenda à Constituição (PEC). [...]”</p>	<p><u>Diretamente:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> – Senado Federal
5	<p>“Para Reinaldo Azevedo (2015), colunista da Revista Veja, no entanto, tal afirmação é um equívoco, uma vez que a redução da maioridade penal não atenta contra a forma federativa de Estado, a configuração do voto, a separação dos poderes ou os direitos e garantias individuais. A alteração no artigo 228 da Constituição, portanto, não pode ser considerada inconstitucional (PRAZERES, 2015).”</p>	<p><u>Diretamente:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> – Reinaldo Azevedo (jornalista político inserido no campo da direita liberal e democrática, escritor, colunista da Revista Veja) <p><u>Indiretamente:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> – Leandro Prazeres (jornalista freelancer do UOL)
6	<p>“O jornalista ressalta ainda que, embora em vários países a responsabilidade penal plena realmente comece aos 18 anos, é preciso atentar-se para as diferenças em relação ao Brasil. No Canadá, por exemplo, o infrator pode ser processado criminalmente a partir dos 14 anos</p>	<p><u>Diretamente:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> – Reinaldo Azevedo (jornalista político inserido no campo da direita liberal e democrática, escritor, colunista da Revista

	<i>a depender da gravidade do delito cometido. Na França, a responsabilização penal plena inicia-se aos 13 anos. Suécia, Dinamarca e Finlândia são países que apresentam sistemas em que um criminoso que tenha cometido assassinato pode ser preso aos 15 anos (AZEVEDO, 2015). No site do Ministério Público do Paraná, você pode conferir uma tabela comparativa da idade de responsabilidade penal juvenil e de adultos em diferentes países.”</i>	Veja) – Ministério Público do Paraná
7	<p>“A ideia de que os menores de 18 anos são penalmente inimputáveis, estabelecida por lei em nosso país, gera um clima de impunidade. De acordo com o colunista da Veja Rodrigo Constantino (2015), isso:</p> <p>[...] certamente representa um convite ao crime. Eles são aliados pelos bandidos, ou então resolvem por conta própria entrar no mundo do crime [...]”</p>	<p><u>Diretamente:</u></p> <p>– Rodrigo Constantino (economista, escritor e colunista brasileiro, escreve regularmente para os jornais Valor Econômico e O Globo, além da Revista Veja)</p>
8	<p>“Tal constatação revela a necessidade de uma mudança urgente em nosso aparato legal. O deputado estadual Paulo Adriano Lopes Lucinda Telhada, mais conhecido como Coronel Telhada, em debate com a ex-candidata à presidência Luciana Genro, argumenta que, quando trabalhava como policial militar, mais da metade das ocorrências das quais participou envolvia menores de idade. De acordo com o deputado, que ocupa uma vaga na Comissão dos Direitos Humanos da Assembleia Legislativa de São Paulo (UOL NOTÍCIAS, 2015), a sociedade se confronta diariamente com menores na criminalidade. Refutando [...] Para ele, é necessário rever não apenas o sistema penitenciário, mas o sistema legal como um todo, a cultura, a sociedade em si (SILVA; CALIXTO, 2015).”</p>	<p><u>Diretamente:</u></p> <p>– Paulo Adriano Lopes Lucinda Telhada, “coronel Telhada” (deputado estadual por São Paulo, pertencente à frente política conhecida como “Bancada da Bala”)</p> <p><u>Indiretamente:</u></p> <p>– Luciana Genro (advogada, ex-deputada e fundadora do PSOL)</p> <p>– UOL Notícias</p> <p>– Vanessa Martina Silva (cientista social)</p> <p>– Dodô Calixto (jornalista e editor multimídia)</p>
9	<p>“Quem se posiciona no mesmo sentido é o deputado federal Alberto Fraga (2000). Ele alega que a Câmara dos Deputados tem como função legislar em conformidade com a vontade social.”</p>	<p><u>Diretamente:</u></p> <p>– Alberto Fraga (coronel, deputado federal, presidente da frente política conhecida como “Bancada da Bala”)</p>
12	<p>“Um levantamento popular empreendido pelo instituto Paraná Pesquisas em 2013 mostrou que 9 em cada 10 brasileiros “são favoráveis a leis mais duras para punir adolescentes que cometem crimes”. Das 2.550 pessoas ouvidas em todo o país, 64% acreditam que a redução da maioria vai reduzir a violência. Ainda entre os que são a favor, 88,1% possuem ensino superior e 55,5% acreditam que todos os tipos de crime devem ter redução da maioria penal, incluindo desde roubo, furto, assalto e tráfico de drogas até latrocínio, homicídio e estupro (ANÍBAL, 2013).”</p>	<p><u>Diretamente:</u></p> <p>– Instituto Paraná Pesquisas</p> <p><u>Indiretamente:</u></p> <p>– Felipe Aníbal (repórter do Jornal Gazeta do Povo)</p>
13	<p>“E temos dados ainda mais recentes. De acordo com pesquisa do Datafolha realizada em 9 e 10 de abril de 2015, se fosse feita uma consulta hoje à população brasileira, 87% dos pesquisados seriam a favor da redução da maioria penal. Entre os entrevistados</p>	<p><u>Diretamente:</u></p> <p>– Datafolha</p> <p><u>Indiretamente:</u></p>

	<p><i>com ensino superior, 76% são a favor da redução. Os favoráveis à redução para todos os tipos de crime somam 74%. Segundo os entrevistados, 15,2 é a idade mínima média “para alguém ir para a cadeia por um crime que cometeu” (TUROLLO JR., 2015).”</i></p>	<p>– Reynaldo Turollo Jr. (jornalista)</p>
--	--	--

Fonte: Elaborado pela autora, 2015.

Do quadro, o nosso primeiro apontamento se concentra na coluna 3, a respeito dos “outros” aos quais a redatora teria “dado voz”. Reagrupando-os mais uma vez, teríamos os seguintes nomes mencionados direta e indiretamente:

Quadro 22 – Sobre “a voz dada aos outros” – reproduções diretas e indiretas.

“Outros” – Pontos de vista citados diretamente	“Outros” – Pontos de vista citados indiretamente
<ul style="list-style-type: none"> • <u>Constituição Federal</u> • Leandro Narloch • <u>Senado Federal</u> • Reinaldo Azevedo • Ministério Público do Paraná • Rodrigo Constantino • Paulo Adriano Lopes Lucinda Telhada • Alberto Fraga • Instituto Paraná Pesquisas • Datafolha 	<ul style="list-style-type: none"> • Roger Rocha • PEC 171/1993 • Portais de notícias que divulgam porcentagens menores • Leandro Prazeres • Luciana Genro • UOL Notícias • Vanessa Martina Silva • Dodô Calixto • Felipe Aníbal • Reynaldo Turollo Jr.

Fonte: Elaborado pela autora, 2015.

Numa primeira leitura mais superficial, poderíamos estabelecer que, quantitativamente, Aline teria “equilibrado” as reproduções diretas e indiretas dos pontos de vista articulados na elaboração do seu artigo (e, muito provavelmente, sem se dar conta disso). Já numa leitura mais pormenorizada, inicialmente notamos que, à exceção dois únicos nomes na coluna da esquerda (o da Constituição Federal e o do Senado Federal), todos os “outros” mencionados diretamente pela protagonista defendem pontos de vista favoráveis à redução da maioria penal (ou, ainda, nos casos do site do Ministério Público do Paraná e dos institutos Paraná Pesquisas e Datafolha, apresentam dados que poderiam ser reivindicados para justificá-la).

Assim, à parte a autora ter se valido da Constituição Federal para, segundo a nossa hipótese (já algumas vezes reiterada), marcar o que seria o seu próprio posicionamento a respeito do tema partindo da Carta Magna (“autoridade máxima”), bem como à parte ter se valido da menção ao Senado Federal para a definição de “cláusula pétrea” (o que não permitiria qualquer proposta de emenda à Constituição acerca da redução da maioria penal e, portanto, também apoiaria o que estimamos

como sendo a posição pessoal de Aline), aos demais “outros” cujos pontos de vista foram incorporados ao artigo corresponderiam “figuras de autoridade” cuja autoridade poderia ser “relativizada”, quando não “controversa”, conforme já registramos anteriormente. Assim, considerando que o Ministério Público do Paraná “apenas” disponibilizaria uma tabela comparativa da idade de responsabilidade penal juvenil e de adultos em diferentes países e que as pesquisas empreendidas pelos dois institutos “apenas” revelariam a opinião popular, entre os “outros” a que Aline aludiu diretamente restariam Leandro Narloch, Reinaldo Azevedo, Rodrigo Constantino, coronel Telhada e Alberto Fraga. Sintetizando, cinco enunciadores polêmicos, que enunciam de lugares marcados e que, talvez por isso mesmo, não inspirariam uma credibilidade atestada unanimemente. Dessa perspectiva, portanto, a protagonista não poderia tê-los mencionado diretamente para, de uma maneira velada, sugerir aos alunos do ensino médio que as alegações a favor da redução da maioria estariam assinadas por figuras cujas ideias e práticas seriam, por si só, passíveis de questionamento? Nesse sentido, as referências de autoridade às quais a redatora teria recorrido a fim de atender à prescrição da contratante não teriam sido *escolhidas* por ela de modo a suscitarem muito mais a sua não aceitação por parte dos jovens leitores do que, mais propriamente, o seu convencimento acerca dessa discussão?

Vejam, pois, de que modo Aline introduziu os posicionamentos veiculados por essas cinco personalidades – o que, segundo Possenti (2009b, p. 111), mediante o léxico utilizado, pode implicar uma avaliação explícita ou efetuada sob aparente neutralidade por parte do *autor*:

1. em relação a Leandro Narloch: “*Em dados apresentados por Leandro Narloch [...] o que Narloch prova não passar de um mito.*”;

2. em relação a Reinaldo Azevedo: “*Para Reinaldo Azevedo (2015), colunista da Revista Veja [...] e “O jornalista ressalta ainda que [...]*”;

3. em relação a Rodrigo Constantino: “[...] *De acordo com o colunista da Veja Rodrigo Constantino (2015), isso [...]*”;

4. em relação a coronel Telhada: “[...] *O deputado estadual Paulo Adriano Lopes Lucinda Telhada, mais conhecido como Coronel Telhada, em debate com a ex-candidata à presidência Luciana Genro, argumenta que, quando trabalhava como policial militar [...] De acordo com o deputado, que ocupa uma vaga na Comissão dos Direitos Humanos da Assembleia Legislativa de São Paulo (UOL NOTÍCIAS, 2015), a sociedade [...] Refutando a alegação de que a solução mais adequada seria*

ressocializar os jovens infratores, coronel Telhada é enfático em afirmar que [...] O deputado acredita que [...] Para ele, é necessário rever [...]”;

5. em relação a Alberto Fraga: “*Quem se posiciona no mesmo sentido é o deputado federal Alberto Fraga (2000). Ele alega que [...]*”.

Assinaladas essas introduções, é possível aventar que:

- em relação a Leandro Narloch, cujos posicionamentos talvez repercutam um pouco menos “ostensivamente” do que os demais citados (e, aqui, trata-se realmente de uma hipótese), a protagonista não manifestaria uma avaliação explícita, mas sob aparente neutralidade;

- em relação a Reinaldo Azevedo e Rodrigo Constantino, a redatora nem faria uma avaliação explícita e nem sob uma aparente neutralidade: observe-se que, diferentemente do que ocorre a Narloch, que também é colunista da Veja, aos “outros” dois há uma referência de Aline quanto ao lugar do qual ambos enunciam: são colunistas da Revista Veja. Para a atora social, esta não seria uma “introdução avaliativa” implícita – afinal, ao referenciá-los como “colunistas da Revista Veja”, que tipo de “antecipação” a protagonista estaria desejando provocar no leitor, e em razão de qual leitura que ela mesma faria em relação à Revista? Assim, ao acrescentar a esses dois nomes qual seria a sua atuação (“colunistas”) e onde eles atuariam (“Revista Veja”), Aline não estaria renunciando o que os alunos “já deveriam esperar” da natureza do seu discurso (*a priori*, “um discurso da direita conservadora”)? E, se ela assim não o fez em relação a Narloch (que, diga-se de passagem, ao contrário de Azevedo e Constantino, não escreve sobre política, mas se dedica a “uma visão politicamente incorreta da história, ciência e economia”⁸³), não teria sido justamente porque, além da contribuição “mais neutra” de Narloch para a elaboração do seu artigo, o fato de ele não escrever sobre política faria com que os posicionamentos do mestre em Filosofia parecessem mais “comedidos” na leitura de Aline?;

- em relação ao coronel Telhada, observamos a menção à sua atuação, ao seu nome completo e, pouco mais adiante, a menção à vaga que ele ocupa na Comissão dos Direitos Humanos da Assembleia Legislativa de São Paulo. Ora, em se tratando de um político que integra a chamada “Bancada da Bala” e que defende a redução da maioria penal, a apresentação de Aline não implicaria uma avaliação que, nesse caso, seria depreciativa, a contar pela “contradição” que ela marcaria implicitamente

⁸³ Subtítulo extraído da própria coluna da Revista Veja para a qual Narloch escreve (NARLOCH, 2016).

(até mesmo sob a sugestão de uma “ironia”), ao acrescentar a tal vaga ocupada? Se não por uma avaliação de sua parte, essa informação não poderia ter sido ignorada, uma vez que não faria qualquer falta para a compreensão de todo o parágrafo, que poderia ter sido perfeitamente mantido apenas com o registro de que “*De acordo com o deputado, a sociedade [...]*”, eliminando-se o aposto? Todavia, ao ser acrescentada, essa informação não estaria querendo dizer alguma coisa, indicando uma *tomada de posição* da própria redatora?

Ainda em relação às introduções da protagonista para os pontos de vista de Telhada, chamam atenção os verbos empregados para a reprodução do seu discurso: ele *argumenta, refuta, afirma enfaticamente, acredita*. Inclusive, é para toda essa defesa dele (*que argumenta, refuta, afirma enfaticamente, acredita*) que Aline dedica o maior parágrafo do artigo – o que, conforme já elucubramos na análise da perspectiva ergológica, tanto poderia equivaler à sua tentativa de satisfazer o prescrito que lhe fora passado (*uso de si* pela contratante) quanto à sua tentativa de, indiretamente, sugerir a “fragilidade”/“inconsistência” da posição de uma personalidade que tanto ocuparia uma vaga na Comissão dos Direitos Humanos quanto negaria aos humanos o seu direito à ressocialização (*uso de si por si* e pelos alunos do ensino médio da escola pública, aos quais a redatoria deixaria subentendida essa sua percepção de “contradição”).

No mais, é preciso salientar outros dois aspectos. Em primeiro lugar, note-se que o posicionamento do deputado é o único contemplado num contexto e numa condição mais específica: ele “argumenta” durante o debate com a ex-candidata à Presidência Luciana Genro, e essa argumentação se baseia na época em que ele trabalhava como policial militar – o que, para Aline, talvez equivalesse a um registro de um discurso claramente “enviesado” e “questionável”, dado o “lugar” do qual Telhada permaneceria enunciando. Em segundo lugar, aqui retomamos o que também já observáramos durante a análise sob a abordagem ergológica: o *interdiscurso*⁸⁴ que a protagonista deixa entrever ao evocar os discursos contrários à redução da maioria penal a fim de estabelecer uma relação de oposição com os discursos de quem é a favor – o que, ainda na perspectiva ergológica, tanto nos teria permitido depreender a *gestão do seu uso de si por si* quanto *pelo outro*, uma vez que, de um lado, a redatora buscaria assumir o posicionamento que lhe fora orientado, ao passo que, de outro, reforçaria o posicionamento contrário – com o qual se identificaria – por meio da sua própria voz,

⁸⁴ Ver nota 73.

encontrando, por assim dizer, o seu próprio lugar no texto. Somente no parágrafo inteiramente dedicado ao coronel Telhada (ver Anexo C), Aline evoca, indiretamente, (i) o discurso contrário à redução defendido por Luciana Genro, (ii) o discurso contrário à redução defendido por aqueles que acreditam que a solução mais adequada ao problema seja a ressocialização dos jovens, (iii) o discurso contrário à redução defendido por aqueles que acreditam que a falência do sistema prisional já seria o bastante para não se pretender reduzir a maioria, (iv) o discurso contrário à redução defendido pelos órgãos que acreditam estarem atuando no sentido de prevenir que os menores entrem para a criminalidade, (v) o discurso de quem acredita que a solução esteja na revisão do sistema penitenciário. “Usando um lugar comum”, a exemplo do que Possenti (2009b, p. 112) assinala, o discurso de Telhada é “atravessado por outros discursos”. No entanto, nesse “atravessamento” encontramos algo de Aline: o seu jeito, o seu *como*;

- em relação a Alberto Fraga, por fim, a introdução feita pela protagonista (“*Quem se posiciona no mesmo sentido é o deputado federal Alberto Fraga [...]*”) sugeriria que, para ela, tudo o que precisaria ser apreciado a respeito dessa outra “figura de autoridade” já o teria sido no parágrafo inteiramente dedicado ao deputado estadual. Portanto, sem explicitar, a sua avaliação sobre o ponto de vista desse “outro” também estaria aí implícita, da mesma forma como na *escolha* do verbo com o qual introduz a citação de Fraga: “[...] *Ele alega que [...]*”. Embora no parágrafo acerca do coronel Telhada também tenha sido empregado o termo “alegação” (“[...] *Refutando a alegação de que a solução mais adequada seria ressocializar os jovens [...]*”), sendo que a “alegação” corresponderia ao posicionamento de quem é contra a redução da maioria, já verificáramos (tópico IV do item 4.3.3) que, antecipando-se à repetição de “argumento” (também utilizado no mesmo parágrafo, no contexto do debate entre Telhada e Luciana Genro), Aline consultara o Dicionário de Sinônimos em busca de um equivalente para “argumento”, encontrando “alegação” (ver nota 71). Aqui, entretanto, somos levados a crer que o sentido do verbo “alegar” antecedendo a fala do deputado federal carregaria consigo a ideia de “pretextar”⁸⁵, isto é: o “pretexto” dele para a redução da maioria penal seria o de que a Câmara dos Deputados tem como função legislar consoante a vontade manifestada pela sociedade.

⁸⁵ “Pretextar” é um dos sinônimos/variantes disponibilizados pelo Houaiss na consulta ao verbo “alegar” (ALEGAR, 2012).

Concluídos esses apontamentos referentes à coluna 1 e realizando agora uma primeira e rápida leitura pela coluna 2, o nosso primeiro questionamento é: partindo do que consideramos ser a posição contrária de Aline ao tema em questão – bem como do pressuposto ergológico de que cada *escolha* dialoga com um *universo de valores*, acerca do que Schwartz (SCHWARTZ; DURRIVE, 2007, p. 193) assegura que “[...] *escolher* essa ou aquela opção, essa ou aquela hipótese, é uma maneira de se *escolher* a si mesmo” –, a protagonista não teria incorporado indiretamente esses “outros” enunciadores justamente por não sentir a necessidade de “combater” (implicitamente) os seus *pontos de vista*, uma vez que o alcance social de cada um deles não seria tão “representativo” quanto, por exemplo, o de um colunista ou de um deputado estadual com “opiniões contundentes”?

Vejamos: dos nove “outros” que a redatora incorporou indiretamente à redação, um deles seria unicamente a identificação pela qual a proposta de redução da maioria penal foi legitimada: “PEC 171/1993”. Já dois deles estariam alinhados com o discurso contrário ao da redução da maioria penal: o de Roger Rocha, ao qual a protagonista recorreu para explicitar/reforçar o porquê de os menos de 18 anos serem penalmente inimputáveis segundo a Constituição, e o de Luciana Genro, já comentado por ocasião do debate com o coronel Telhada. Quanto a Felipe Aníbal e Reynaldo Turolo Jr., ambos os jornalistas teriam sido referenciados apenas em razão de suas matérias, intituladas, respectivamente, “90% apoiam redução da idade penal” e “87% querem redução da maioria penal; número é o maior já registrado”, nas quais os seus posicionamentos pessoais não estariam marcados. Do mesmo modo, o posicionamento de Vanessa Martina Silva e Dodô Calixto a respeito do tema seria desconhecido, tendo-lhes competido somente a reportagem publicada sob o título “Duelos de Opinião: Coronel Telhada e Luciana Genro discutem redução da maioria penal; veja vídeo”. No que concerne aos “portais de notícias que divulgam porcentagens menores”, não houve qualquer apontamento que nos levasse ao motivo (caso houvesse) para essas porcentagens serem divulgadas em números reduzidos. E, em relação ao UOL Notícias, parece-nos que a preocupação da autora social teria sido exclusivamente a de citar a fonte da qual extraíra a informação referente à vaga ocupada pelo coronel Telhada. Portanto, numa segunda leitura da coluna em questão, verificamos que, na verdade, não haveria motivos para que Aline se apropriasse desses “outros” de maneira direta, pois a incorporação desses *pontos de vista* à redação teria-lhe servido apenas para sustentar aquelas que seriam as defesas mais “ostensivas” pela redução da maioria, quando

não para contrapô-las e para que a própria redatora *tomasse posição* indiretamente, como no caso de Roger Rocha e Luciana Genro.

Diferentemente da análise de Possenti (2009b, p. 111), que lhe permitiu lançar qual seria a aposta de Veríssimo a respeito do seu leitor, sentimos dificuldade em arriscar qual seria essa “aposta” da redatora desta pesquisa, caso essa aposta existisse. No lugar dela, talvez preferíssemos mais uma vez acentuar qual seria o *cuidado* da protagonista em relação ao seu jovem leitor. Por exemplo, a atora social provavelmente não fosse capaz de prever se o aluno do ensino médio teria ou não conhecimento acerca do que um conteúdo publicado pela Revista Veja representaria “ideologicamente” – e, particularize-se: o que um conteúdo publicado pela Revista Veja representaria “ideologicamente” para Aline. Por isso mesmo, ao introduzir o ponto de vista de um enunciador dessa Revista, ela se anteciparia ao entendimento do leitor, como se lhe dissesse: “*para compreender o que há por trás desse posicionamento favorável à redução, é preciso que, antes, você saiba de que ‘instituição’ ele vem. Atenção: ele é colunista da Veja...*”. Em direcionando um texto para um público tão heterogêneo, que em comum talvez guardasse unicamente o fato de se encontrar no ensino médio de uma escola pública, dificilmente a protagonista poderia “apostar” num conhecimento compartilhado, tampouco “homogêneo” – e talvez aí se justifique, agora, o porquê do seu “didatismo” até mesmo em relação àquelas informações que poderiam ter sido consideradas subentendidas, tal como “Senado” (que se tornou “Senado *Federal*”) e “consulta à população” (que se tornou “consulta à população *brasileira*”), apesar do contexto dado. Se é que essa possibilidade possa ser assinalada, e assinalada contrariamente aos “traços específicos” do coenunciador ao qual Veríssimo se referia (POSSENTI, 2009b, p. 111), talvez a “aposta” de Aline tivesse se dado justamente na ausência de traços específicos do seu leitor, à exceção da sua percepção de que, para um público jovem, a inserção de imagens e negritos no texto colaboraria para tornar a leitura “mais interessante” ou “menos cansativa” (possivelmente, um *saber prático* da protagonista ao qual ela teria tomado como uma *autoprescrição*).

Para além da “aposta” no seu público, o fato é que, até aqui, identificamos que a redação da atora social contempla o primeiro *indício de autoria* estabelecido por Possenti. Mais do que isso: o exercício da *singularidade* de Aline e das suas *tomadas de posição*, mesmo em se tratando de *dar voz a outros enunciadores* numa espécie de “dupla função” – tanto a começar pela circunstância de não redigir em seu próprio nome (nem assumindo um ponto de vista que lhe fosse peculiar) quanto pela articulação de

pontos de vistas de “outros” que lhe competiria sustentar –, tanto contribuiu para ratificar a análise já realizada sob a perspectiva ergológica quanto para ratificar a ideia de que, conquanto o sujeito não seja “livre”, ele também não é “assujeitado”, conforme Possenti (2004, p. 78) assegura sob a perspectiva da Análise do Discurso de origem francesa.

Assim, como analistas do discurso e ergólogos, até aqui pudemos demonstrar como, assumindo posicionamentos históricos/ideológicos contrários entre si, Aline pôde ser “ela mesma”, ou seja, não ser igual a qualquer outra pessoa que estivesse atravessada pela mesma necessidade de concatenar duas posições em oposição, sendo que o exercício da sua *singularidade* e das suas *tomadas de posição* no plano discursivo também se revelaram na esfera da atividade de trabalho, na medida em que lhe coube gerir complexidades e fazer *escolhas* que dialogassem com o seu *universo de valores*, buscando satisfazer uma tensão permanente.

b) Manter distância em relação ao próprio texto

Para Possenti (2009b, p. 112), “[...] locutores/enunciadores constituem-se como autores em boa medida por marcarem sua posição em relação ao que dizem e em relação a seus interlocutores”. É nesse sentido que o Professor da Unicamp acrescenta ser comum a suspensão daquilo que se está falando para que o próprio enunciador se explique diante da reação (visível ou imaginável) do outro, tanto quanto é comum a explicação quanto ao sentido em que certas palavras/expressões estão sendo empregadas. Para o linguista (2009b, p. 112-113), embora os “gramatiqueros” considerem se tratar de um “vício”, “[...] trata-se, a rigor, de uma exigência do próprio discurso, decorrente do fato de que o sujeito sempre enuncia de uma posição, mas a língua não é um código que sirva a cada posição de forma transparente [...]”.

De volta ao primeiro artigo redigido pela nossa protagonista, interessa-nos agora saber se este seria ou não mais um *indício de autoria* a ser contemplado na sua produção, sendo que, à procura justamente desses “indícios” que sugeririam ou uma “suspensão” da abordagem a fim de que fosse introduzida alguma explicação, ou o sentido empregado em determinadas palavras, ou um resumo, ou uma retomada explicativa, ou um distanciamento da própria posição, etc., esboçamos o seguinte quadro:

Quadro 23 – “Manter distância em relação ao próprio texto” – as posições marcadas pela redatora.

ORDEM	EXCEROTOS DO TEXTO 1	“DISTANCIAMENTOS”
1	“O artigo 228 da Constituição Federal do Brasil de 1988 estabelece que “são penalmente inimputáveis os menores de dezoito anos” (BRASIL, 1998). <u>Isso quer dizer</u> que o indivíduo menor de 18 anos “não apresenta maturidade mental para entender o caráter criminoso do fato e determina-se de acordo com esse entendimento”. Ao atingir essa idade etária, <u>o jovem passaria, então, a ter discernimento para compreender o caráter ilícito da sua conduta, sendo considerado imputável perante a lei</u> (ROCHA, 2012)”.	<ul style="list-style-type: none"> • “[...] Isso quer dizer que [...]”: RETOMADA EXPLICATIVA; • “[...] o jovem passaria, então, [...]” RETOMADA / RESUMO
2	“Os crimes cometidos antes da maioridade penal <u>têm sim</u> uma contrapartida, <u>que são as medidas socioeducativas</u> . <u>Mas será que este caminho tem sido o mais adequado para evitar que os nossos jovens tomem a rota do crime? Está correto afirmar que maioridade penal aos 18 anos é uma cláusula pétrea? Reduzir a maioridade penal para 16 anos (PEC 171/1993) não seria atender a um anseio legítimo da população?”</u>	<ul style="list-style-type: none"> • “Os crimes cometidos antes da maioridade penal <u>têm sim</u> uma contrapartida, <u>que são as medidas socioeducativas</u>. [...]” ANTECIPAÇÃO ANTE UMA POSSÍVEL REAÇÃO DO OUTRO (POSICIONAMENTO CONTRÁRIO) / SENTIDO EMPREGADO NA PALAVRA • “[...] Mas será [...]?”, “Está correto afirmar...?”, “[...] não seria [...]?” DISTANCIAMENTO PARA PROBLEMATIZAÇÃO DA QUESTÃO
3	“Em dados apresentados por Leandro Narloch (2015), apenas 8 em cada 100 homicídios são esclarecidos no Brasil. Destes 8, 1 é cometido por adolescente, o que totaliza 12,5% de jovens culpados em crimes esclarecidos. <u>É um número distante do 1% comumente divulgado nos portais de notícias, o que Narloch prova não passar de um mito</u> ”.	<ul style="list-style-type: none"> • “[...] É um número distante do 1% comumente divulgado [...]” ANTECIPAÇÃO ANTE UMA POSSÍVEL REAÇÃO DO OUTRO (POSICIONAMENTO CONTRÁRIO) / AVALIAÇÃO
5	“Para Reinaldo Azevedo (2015), colunista da Revista Veja, no entanto, tal afirmação é um equívoco, uma vez que a redução da maioridade penal não atenta contra a forma federativa de Estado, a configuração do voto, a separação dos poderes ou os direitos e garantias individuais. <u>A alteração no artigo 228 da Constituição, portanto, não pode ser considerada inconstitucional</u> (PRAZERES, 2015)”.	<ul style="list-style-type: none"> • “[...] A alteração no artigo 228 da Constituição, portanto [...]” RETOMADA / RESUMO
10	“Diante dos efeitos da criminalidade e da declarada sensação de impunidade da população, que são imediatos, o Estado deve superar o estigma de impotente e propor modificações que adequem o momento à realidade. <u>A redução da maioridade penal, portanto, é uma proposta que visa a aprimorar o dispositivo constitucional e concretizar o que é um desejo da própria sociedade</u> ”.	<ul style="list-style-type: none"> • “[...] A redução da maioridade penal, portanto [...]” RETOMADA / RESUMO
14	“Diante desses números, não é mais possível sustentar o argumento falacioso de que esse anseio provém apenas da parcela menos escolarizada da população, nem que há falta de informação ou que os dados não são acessíveis. <u>Esta é sim</u> uma demanda popular legítima. Vivemos atualmente uma discrepância entre a vontade do povo e as leis que o regem. <u>Nesse sentido, a aprovação da redução da maioridade penal representaria um avanço democrático</u> ”.	<ul style="list-style-type: none"> • “[...] Esta é sim [...]” ANTECIPAÇÃO ANTE UMA POSSÍVEL REAÇÃO DO OUTRO (POSICIONAMENTO CONTRÁRIO) / RETOMADA PARA REFORÇO • “[...] Nesse sentido, a aprovação da redução da maioridade penal representaria um avanço

		<i>democrático”.</i> EXPLICAÇÃO DO SENTIDO QUE ESTÁ SENDO EMPREGADO / RESUMO
--	--	--

Fonte: Elaborado pela autora, 2015.

Embora já tenhamos inserido no próprio quadro (última coluna) quais seriam os nossos pareceres, consideramos importante retomá-los a fim de agrupá-los e, nos casos em que nos for permitido, propor uma concatenação possível com a abordagem ergológica, a começar por:

- **RETOMADA(S) EXPLICATIVA(S)**: conforme é possível observar no parágrafo 1, a redatora não apenas iniciou o artigo por aquilo que, segundo acreditamos, seria para ela a “autoridade máxima” (Constituição Federal), como ainda, não bastasse a reprodução do artigo, ela o retomou para explicá-lo: “[...] *Isso quer dizer que [...]*”. Numa aproximação com a Ergologia, aventamos aí que, por se tratar daquele que seria o posicionamento de Aline acerca do tema, ela teria sentido a necessidade de “traduzir” o que o artigo sentencia a fim de “reiterá-lo”, de modo a não deixar dúvidas sobre, na verdade, não haver mais o que se discutir a respeito, tendo-se tal premissa em vista;

- **“RETOMADAS PARA RESUMOS”**: nos parágrafos 1, 5 e 10, encontraríamos, respectivamente: “[...] *o jovem passaria, então, [...]*”, “[...] *A alteração no artigo 228 da Constituição, portanto [...]*” e “[...] *A redução da maioria penal, portanto [...]*”. Como é possível verificar pelo emprego de “então” e pelo duplo emprego de “portanto”, a protagonista estaria retomando as informações a fim de sintetizá-las para o leitor. E, uma vez que esse leitor correspondia aos alunos do ensino médio de uma escola pública, é possível que esse “resumo” tenha mais uma vez concentrado a sua preocupação com a “didaticidade” do texto, revelando novamente o seu *uso de si* pelo seu “segundo outro”;

- **“ANTECIPAÇÃO ANTE UMA POSSÍVEL REAÇÃO DO OUTRO (POSICIONAMENTO CONTRÁRIO)”**: diante de um possível leitor contrário à redução da maioria penal, caberia à redatora o seu papel de, se não “convencê-lo”, ao menos “convidá-lo” a conhecer os argumentos e contra-argumentos daqueles que seriam favoráveis à causa. Assim, podemos estimar que, por duas vezes, a autora social teria se antecipado a uma possível “contestação” de quem estivesse em contato com o seu texto. É assim que, no parágrafo 3, ela se adiantaria: “para você que pode redarguir que a representatividade dos jovens no mundo do crime seria completamente

inexpressiva para toda essa mobilização, acontece que esse “[...] *É um número distante do 1% comumente divulgado [...]*”. Já no parágrafo 14, o registro de “[...] *Esta é sim [...]*” seria não apenas uma retomada da informação que vinha sendo trabalhada, mas uma antecipação à reação contrária de quem, ao final do texto, ainda pudesse dizer: “não estou absolutamente convencido”. Assim, para quem pudesse manifestar: “Tudo isto ainda não é o bastante para que uma parcela tão significativa da sociedade esteja de acordo com a redução da maioria penal”, a redatora teria se antecipado: “*Esta é sim uma demanda popular legítima*”.

É preciso salientar, todavia, que não estamos analisando os *indícios de autoria* de um discurso elaborado por uma redatora de textos técnicos que o tivesse elaborado para enunciar a sua própria voz (ou, ao menos, não *a priori*, já que, como temos visto, Aline teria encontrado subterfúgios para, de algum modo, deixar vestígios da sua própria opinião contrária ao posicionamento que estaria reivindicando, atendendo a uma prescrição). Portanto, se da análise discursiva podemos nos deter nessa manutenção da distância em relação ao próprio texto como sendo “intervenções de um autor”, tomando isto como “[...] verdadeiro tanto no sentido histórico, na medida em que não se trata de uma invenção individual, mas também no sentido de singularidade, de originalidade, na medida em que não se trata de uma intervenção de todos os sujeitos que estão na mesma posição” (POSSENTI, 2009b, p. 113-114), também é verdade que, da análise ergológica, podemos vislumbrar aí um exercício para além da “metaenunciação”. De volta aos valores que atravessam o micro da atividade (SCHWARTZ; DURRIVE, 2007, p. 71), no trecho “[...] *É um número distante do 1% comumente divulgado [...]*”, no qual a protagonista se anteciparia a uma possível reação do outro, também poderíamos encontrar um diálogo dela consigo mesma: Aline não faria parte do posicionamento contrário que, entre outros argumentos, poderia assegurar que a representatividade de menores no crime não justificaria tamanho debate?... E, no registro em que lemos “[...] *Esta é sim [...]*”, no qual a protagonista se anteciparia a uma possível resistência do outro diante de toda a sua explanação, não estaríamos diante de um outro que, tal como já aventamos durante a análise ergológica, corresponderia a ela mesma, numa tentativa de se convencer de que haveria “alguma validade” no texto que produzira? Do contrário, por que no parágrafo 2 encontraríamos, então, a sua primeira “antecipação ante uma possível reação do outro” em defesa de um posicionamento evidentemente contrário ao que, como redatora enunciativa da voz da sua contratante, Aline deveria rejeitar, e não justificar?

Vejamos: no parágrafo 2, em “*Os crimes cometidos antes da maioria penal têm sim uma contrapartida [...]*”, encontraríamos a redatora se antecipando a uma possível reação do outro; contudo, este outro ao qual ela aqui se anteciparia seria justamente aquele favorável à redução. Ou seja: a redatora não deveria se antecipar à reação de quem já era favorável, mas, sim, à oposição de quem era contra a redução da maioria penal. Deste modo, a autora social deveria encontrar as razões contrárias à redução a fim de combatê-las. Nessa passagem, entretanto, ela não somente encontra uma razão que invalida a necessidade da redução, como ainda a reitera por meio do “sim”, antecipando-se (logo após a introdução do artigo) à reação do outro que seria favorável à questão. Nesse sentido, é como se a protagonista lhe dissesse: “para você que pode redarguir que os menores não podem cometer crimes e simplesmente ficar impunes, acontece que “*Os crimes cometidos antes da maioria penal têm sim uma contrapartida [...]*”. Portanto, se não pela perspectiva ergológica, poderíamos apontar uma “incoerência” onde, na essência, acreditamos existir um sujeito atravessado por um *debate de valores* e ao qual é imprescindível gerir os seus *usos de si, por si* e pelos demais;

- “DISTANCIAMENTO PARA PROBLEMATIZAÇÃO DA QUESTÃO”: no trecho “[...] *Mas será [...]*?”, “*Está correto afirmar...?*”, “[...] *não seria [...]*?”, no parágrafo 2, também não deixamos de encontrar uma forma de “antecipação ante uma possível reação do outro”. Porém, a nossa impressão é de que aqui, particularmente, a protagonista teria se empenhado não apenas para “manter distância em relação ao próprio texto”, como também para “manter distância do seu próprio *ponto de vista*”. Assim é que, embora ela já tivesse iniciado o artigo a partir da citação à Constituição Federal, que já a tivesse explicado e já tivesse, inclusive, esclarecido que “existem sim” contrapartidas para os menores infratores, a redatora teria procurado, a partir daí, declinar (conscientemente) do seu posicionamento, passando a problematizar a questão: “[...] *Mas será [...]*?”, “*Está correto afirmar...?*”, “[...] *não seria [...]*?”. Contudo, além do *indício de autoria*, na aproximação com a Ergologia também encontraríamos aí o uso de Aline pelo seu “primeiro outro”, visando ao atendimento da prescrição que lhe fora passada;

- “SENTIDO QUE ESTÁ SENDO EMPREGADO”: por fim, no primeiro artigo escrito pela redatora encontramos ainda dois trechos nos quais Aline estaria explicando o sentido empregado numa palavra e o sentido contido num contexto, resumindo-o. Essas passagens correspondem aos parágrafos 2 e 14, em que se lê, respectivamente:

“Os crimes cometidos antes da maioria penal têm sim uma contrapartida, que são as medidas socioeducativas. [...]” e “[...] Nesse sentido, a aprovação da redução da maioria penal representaria um avanço democrático.”.

c) Evitar a mesmice

No primeiro *indício de autoria* a que Possenti (2009b, p. 111-112) se refere, “dar voz a outros enunciadores”, ele acrescenta que “um texto bom é uma questão de *como*”. Ao se referir ao *indício* “evitar a mesmice”, o linguista defenderá, portanto, que “evitar a mesmice” contempla justamente a questão de “*como* dar voz aos outros”.

[...] Em princípio, como regra, pode-se sugerir ‘nada de mesmice’, nada de empregar (se se trata de introduzir outros discursos) apenas o verbo ‘colocar’ ou o menos marcado ‘dizer’. A variação é um *indício* favorável à autoria. Mas não se trata de variar por variar, de organizar uma lista de verbos dicendi e prometer-se não empregar o mesmo verbo mais de uma vez em cada texto. A variação só é interessante quando obedece a tomadas de posição ou se faz sentido de alguma outra forma [...] (POSSENTI, 2009, p. 114-115).

Assim, para finalizar a análise acerca dos *indícios de autoria* adotados como critério para esta pesquisa, deter-nos-emos na lista de verbos aplicada pela protagonista ao “dar voz a outros enunciadores”, conquanto algumas apreciações ao longo do tópico I deste item já nos tenham proporcionado algumas “pistas”. No entanto, para efeito de uma análise mais completa e detalhada, esboçamos este último quadro para análise, no qual já aproveitamos para propor uma esquematização que explicaremos na sequência:

Quadro 24 – “Evitar a mesmice” – escolha e emprego dos verbos que introduzem pontos de vista.

§	Emprego dos verbos <i>dicendi</i>	Poderia ter sido...	Adequação
1	“O artigo 228 da Constituição Federal do Brasil de 1988 <u>estabelece</u> que “ <u>são penalmente inimputáveis os menores de dezoito anos</u> ” (BRASIL, 1998). [...]”	O artigo 228 [...] <i>diz</i> que [...]	Artigo > estabelece
6	“O jornalista <u>ressalta</u> ainda que, embora em vários países a responsabilidade penal plena realmente comece aos 18 anos, é preciso atentar-se para as diferenças em relação ao Brasil. [...]”	O jornalista <i>diz</i> ainda que [...]	Jornalista (Reinaldo Azevedo) + parecer anterior (de que a redução da maioria penal não atenta contra a forma federativa de Estado) > ressalta
8	“O deputado estadual Paulo Adriano Lopes Lucinda Telhada, mais conhecido como Coronel Telhada, em debate com a ex-candidata à presidência Luciana Genro, <u>argumenta</u> que [...]”	O deputado estadual Paulo Adriano Lopes Lucinda Telhada [...] <i>diz</i> que [...]	Coronel Telhada + situação de debate > argumenta
8	“[...] <u>Refutando</u> a alegação de que a solução mais adequada seria ressocializar os jovens infratores, Coronel Telhada é enfático em <u>afirmar</u> que este não é o papel da polícia. [...]”	[...] <i>Dizendo</i> que a alegação mais adequada seria [...] é enfático em <i>dizer</i> que	Coronel Telhada + situação de debate > refuta / afirma

		[...]	
8	“[...] O deputado <u>acredita</u> que existem órgãos que deveriam atuar no sentido de prevenir que menores entrem para a criminalidade e não o estão fazendo. [...]”	[...] O deputado <u>diz</u> que existem órgãos [...]”	Coronel Telhada + situação de debate > acredita
9	“Quem se posiciona no mesmo sentido é o deputado federal Alberto Fraga (2000). Ele <u>alega</u> que a Câmara dos Deputados tem como função legislar em conformidade com a vontade social.”	[...] Ele <u>diz</u> que a Câmara dos Deputados [...]	Alberto Fraga > alega
12	“[...] Das 2.550 pessoas ouvidas em todo o país, 64% <u>acreditam</u> que a redução da maioria vai reduzir a violência. Ainda entre os que são a favor, 88,1% possuem ensino superior e 55,5% <u>acreditam</u> que todos os tipos de crime devem ter redução da maioria penal [...]”	[...] Das 2.550 pessoas ouvidas em todo o país, 64% <u>dizem</u> que [...] Ainda entre os que são a favor, 88,1% possuem ensino superior e 55,5% <u>dizem</u> que [...]	Porcentagens dos entrevistados > acreditam / acreditam

Fonte: Elaborado pela autora, 2015.

Conforme é possível verificar, na coluna 2 do quadro reproduzimos os excertos nos quais Aline empregou uma lista de verbos (sublinhados) para introduzir os pontos de vista dos enunciadores mencionados diretamente. Na coluna 3, orientados pela observação de Possenti (2009b, p. 115) quanto ao verbo “dizer” ser aquele “menos marcado” para a introdução de outros discursos, dispusemo-nos ao exercício de alterar os verbos escolhidos pela protagonista, substituindo-os pelo “dizer”. Com isto, o nosso propósito consistiu em verificar se a ator social poderia ter conjugado o verbo “dizer” em todos os trechos, sem prejuízo à compreensão dos enunciados. E, com esse exercício, concluímos não somente que a protagonista teria “evitado a mesmice” pelo cuidado de evitar a repetição de um verbo num mesmo texto (até porque o uso do verbo “acreditar” nos parágrafos 8 e 12, num total de três repetições, demonstraria o contrário), mas, sim, que Aline teria empregado esses verbos obedecendo a *tomadas de posição* (o que, para Possenti (2009b, p. 115), faria com que essa variação realmente se tornasse interessante).

Analisando *como* o autor de “Embaixador expõe sua versão do episódio” “evitou a mesmice” ao escolher uma variedade de verbos que introduzisse a fala de outros enunciadores qualificando-os, Possenti (2009b, p. 115) conclui: “[...] cada verbo é absolutamente adequado ao contexto. Mais que isso: colabora para tornar o contexto mais denso”. E, atentos a isso, foi na coluna 4 do quadro que buscamos evidenciar a adequação entre cada verbo empregado para introduzir o ponto de vista de uma “autoridade” e o contexto em que esse ponto de vista se dava, inferindo que:

- no parágrafo 1, quando a redatora registra que o artigo da Constituição “*estabelece que*”, teríamos aí um “reforço” da máxima autoridade da Carta Magna, que, por exemplo, não “*diria*” ou “*alegaria que*”. De acordo com o próprio exemplo publicado pelo Houaiss (2012) (“‘ a Constituição estabeleceu esse direito do cidadão ’”⁸⁶), “estabelecer”, nesse caso, seria o equivalente a “ordenar ou determinar que se faça (algo); prescrever, decretar” – o que, por sua vez, reiteraria a percepção de autoridade. Da perspectiva ergológica, tal como já assinalamos, a atora social estaria se valendo do artigo da Constituição para nele marcar, implicitamente, o seu próprio posicionamento. Logo, para ela, se o artigo “*estabelece que*”, não haveria o que se discutir a respeito;

- no parágrafo 6, quando a redatora registra que o jornalista Reinaldo Azevedo “*ressalta ainda*”, a justa adequação do verbo “ressaltar” também sobressai, num contexto em que, no parágrafo 5, já se lia o seu posicionamento de que a afirmação da maioria penal aos 18 anos como uma cláusula pétrea seria um equívoco. Logo, como já existia um posicionamento de Azevedo, a reprodução da informação seguinte seria um “ressalto” de sua parte;

- no parágrafo 8, quando a redatora registra que coronel Telhada “*argumenta*”, “*refuta*”, “*afirma*”, “*acredita*” (note-se, mais uma vez, que ele foi o “outro” cujos *pontos de vista* mais receberam verbos introdutórios por parte da protagonista), identificamos uma perfeita coerência entre a escolha dos verbos e o contexto dado. Afinal, segundo a atora social nos dá a saber, trata-se de um debate entre Telhada e Luciana Genro. Logo, numa situação de debate, o atual deputado estadual “*argumenta*”. E, em sendo “provocado” pelo argumento da ex-candidata à Presidência (que seria o da *ressocialização dos jovens infratores como a solução mais adequada*, de acordo com o que o contexto nos permite inferir), ele “*refuta*” e “*afirma que*”. No mais, partindo do que supomos ser o posicionamento de Aline em relação ao tema e à “autoridade” de Telhada, é possível que no emprego do verbo “acredita” encontrássemos ainda uma outra crítica ou “ironia” por parte da atora social. Isto porque, também de acordo com o Houaiss (2012), dois dos sentidos do verbo “acreditar”⁸⁷ podem ser “admitir” e “supor ou intuir boas intenções, finalidades, com absoluta ou relativa convicção”. Deste modo, a crítica/“ironia” da redatora poderia estar contida no sentido de que “[...] *O deputado*

⁸⁶ Exemplo empregando o verbo “estabelecer” segundo um dos seus sentidos postos em circulação. Disponível em: <<http://houaiss.uol.com.br/busca?palavra=estabelecer>>. Acesso em: 10 fev. 2016.

⁸⁷ ACREDITAR. In: GRANDE DICIONÁRIO Houaiss da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Instituto Antônio Houaiss, 2012. Disponível em: <<http://houaiss.uol.com.br/busca?palavra=acreditar>>. Acesso em: 10 fev. 2016.

admite que existem órgãos que deveriam atuar no sentido de prevenir que menores entrem para a criminalidade, [mas] não o estão fazendo. [...], ou, ainda, “[...] *O deputado [até ‘acredita’ na boa intenção de] órgãos que deveriam atuar no sentido de prevenir que menores entrem para a criminalidade, [mas eles não] o estão fazendo. [...]*”;

- no parágrafo 9, quando a redatora registra que Alberto Fraga “alega”, recobramos a hipótese já levantada de que, nesse sentido, o emprego do verbo “alegar” assumiria o sentido de “pretextar”, denunciando uma *tomada de posição* mais facilmente perceptível por parte de Aline. Assim, na sua avaliação, poderia ser que, como o desejo manifestado pela maioria da população estaria em consonância com o posicionamento pessoal de Fraga, seria bastante “conveniente” ao deputado federal que se valesse da função da Câmara dos Deputados (que deveria legislar em conformidade com a vontade social) para justificar o seu próprio interesse na redução da maioria. Daí, portanto, a *escolha* da atora social por um dos sentidos do verbo “alegar”, sendo que, tal como assegura Possenti (2009b, p. 116), “[...] trata-se de uma intervenção do sujeito, que não deixa para o leitor a tarefa de julgar se se trata de uma confissão, de uma admissão”... ou, como neste caso, de uma “alegação”;

- no parágrafo 12, quando a redatora registra as porcentagens de pessoas que “acreditam” na redução da maioria penal como uma solução, também poderíamos cogitar aí uma *tomada de posição* da própria protagonista: “acreditar” também pode ser equivalente a “achar”, “supor”, “ter fé de que”, sendo que, em oposição à “crença”, estariam, por assim dizer, “a lógica”, “o raciocínio”, “a realidade”. Logo, implicitamente e em razão do que estimamos ser o seu posicionamento pessoal, Aline poderia estar se referindo à solução apontada como uma “crença” das pessoas entrevistadas, que ainda careceriam de um entendimento mais “aprofundado” (mais “raciocinado”) sobre a questão para que se pudesse compreender a sua complexidade.

Note-se que, embora não tenhamos explicitado desde o segundo tópico até então (a respeito do parágrafo 6 até o 12), as *dramáticas da atividade* não apenas perpassariam todos esses *indícios de autoria* a partir da *singularidade* e das *tomadas de posição*, como ainda se congregariam a eles, demonstrando como a todo tempo as *escolhas* são necessárias e de que modo elas dialogam com um *universo de valores*, materializando-se inclusive no uso da linguagem.

Em suma, no primeiro artigo redigido por Aline, encontramos “intervenções de uma autora” – “[...] tanto no sentido histórico, na medida em que não se trata de uma

invenção individual, mas também no sentido de singularidade, de originalidade, na medida em que não se trata de uma intervenção de todos os sujeitos que estão na mesma posição” (POSSENTI, 2009b, 113-114).

4.5 Um “salto” para o texto 3: da redução da maioria à legalização da maconha

Conforme já informáramos no capítulo dedicado à Metodologia, desde o início desta pesquisa estimávamos a análise de três artigos a serem produzidos pelos nossos – a princípio, dois – atores sociais, sendo que, com a efetivação de Aline como nossa única protagonista, logramos êxito em relação a essa quantidade. Todavia, embora originalmente também estimássemos o empreendimento de uma minuciosa análise acerca de cada um dos textos redigidos, novamente tivemos a oportunidade de experimentar a *distância entre o prescrito e o real* (SCHWARTZ; DURRIVE, 2007, p. 43), tal como já registramos por ocasião dos objetivos específicos originalmente assinalados na composição do questionário enviado aos atores sociais (ver item 2.1.6) e a maneira como, no decorrer do processo, nós mesmos os *renormalizamos*, identificando a necessidade de enfatizar determinados aspectos em detrimento de outros – e não porque esses outros se revelassem “menores”, mas porque, do mesmo modo como as *normas antecedentes* são incapazes de antecipar todas as possibilidades da atividade, também não pudemos nos antecipar a todos os desdobramentos desta pesquisa.

Em se referindo à *distância entre o prescrito e o real* detectada em situações bem precisas pelos ergonomistas da atividade, especialmente sob a “organização científica do trabalho”, Schwartz (SCHWARTZ; DURRIVE, 2007, p. 42) explicita que tal distância é “[...] registrada por meio da distinção entre o trabalho prescrito (ou seja, pensado teoricamente, antecipadamente) e o trabalho real (o que foi feito realmente por uma dada pessoa em um lugar particular)”, e que ela se tornou tão comum a ponto de que, atualmente, não nos damos conta de todas as questões fundamentais que traz consigo. E, acreditando que essa distância seja universal, o filósofo (SCHWARTZ; DURRIVE, 2007, p. 42, grifos nossos) arremata: “[...] **qualquer que seja a situação, entre o trabalho que a gente pensa antes de executá-lo (que a gente mesmo pensa, mas frequentemente que os outros pensam em nosso lugar) e a realidade deste trabalho, haverá sempre uma distância**”.

Portanto, acerca da intenção de analisar minuciosamente os três artigos escritos pela redatora, vimo-nos ante a necessidade de declinar de um deles, dado o imenso número de observações que essa tarefa ainda demandaria, sobretudo ao considerarmos que, a exemplo do texto 1, o texto 3 contemplava um tema de natureza polêmica, sobre o qual a protagonista totalizara nada menos do que oito páginas (duas a mais do que em relação ao artigo acerca da redução da maioria). Assim, se, num segundo momento, após dezenas de páginas dedicadas à análise do primeiro artigo, cogitamos a possibilidade de nos valer dos outros dois tão somente para verificar, de modo bem mais amplo, quais das nossas impressões se confirmariam ou não, foi na sequência que, refletindo mais cuidadosamente sobre o tratamento que deveríamos lhes dispensar em consonância com a finalidade desta pesquisa, decidimos por lhe dar prosseguimento passando diretamente ao último texto, do qual extrairíamos uma contribuição ainda mais valiosa para este estudo – até mesmo pela comparação mais assertiva que poderíamos estabelecer entre ele e o primeiro artigo já analisado. Conquanto nessa última redação não busquemos o mesmo aprofundamento dado na análise daquela que a antecedeu, o exame a que nos propomos – nem tão abrangente, mas nem tão pormenorizado – há de promover o necessário para conclusões mais oportunas.

Também é preciso acrescentar que, paralelamente a essa reflexão em torno de qual dos dois outros textos apresentaria mais elementos em conformidade com os nossos objetivos (e, aqui, mais especialmente, em torno de qual deles nos forneceria mais elementos não apenas para a articulação com as premissas aplicada à atividade de trabalho, mas, concomitantemente, para a averiguação do *estilo* e dos *indícios de autoria*), despertamos a nossa atenção para uma particularidade que não aventáramos. Mais especificamente, referimo-nos ao fato de que o segundo texto redigido por Aline resultou da contratação feita por uma empresa bastante renomada no segmento em que atua, e que a própria empresa publicou esse artigo em seu site e o divulgou como sendo “de autoria” da sua equipe de profissionais. Nesse contexto, portanto, muito embora omitíssemos a identificação da instituição, bastaria uma rápida consulta nos buscadores da internet para que o leitor dessa pesquisa prontamente localizasse o texto desenvolvido pela nossa protagonista⁸⁸. Apesar de, nesse caso, não haver uma

⁸⁸ É preciso considerar que, quando do nosso contato com os dois primeiros atores sociais que colaborariam conosco nesta pesquisa, também não nos atentáramos à possibilidade de que, mediante a reprodução dos artigos que eles escreveriam em nome dos seus contratantes para serem publicados em blogs e sites, esses contratantes poderiam, de alguma forma, sentir-se lesados, a considerar que talvez pudessem divulgar esses textos como tendo sido produzidos por eles mesmos ou que, talvez,

contratação formal na qual se determinasse a proibição da reprodução do artigo por parte da redatora, cogitamos a possibilidade de que a identificação da redatora como “autora” da publicação poderia entrar em conflito com a divulgação da empresa quanto aos textos serem criados pela sua própria equipe de especialistas na área, e preferimos evitar que isso ocorresse, de modo a retirarmos dessa dissertação o artigo que já havíamos anexado. No caso das professoras, conquanto não tenhamos a informação sobre terem apresentado os artigos como sendo ou não de sua “autoria”, trata-se de textos que não foram originalmente contratados para veiculação na mídia digital. Além disso, acreditamos que, ainda que ambos fossem postos em circulação nesse espaço⁸⁹, o seu alcance (e/ou a sua repercussão) seria menor do que se verificaria em relação à empresa, cujo site, até onde sabemos, recebe milhares de acessos diariamente.

De volta à análise do texto 3, cumpre salientar ainda outras três informações a respeito dessa *renormalização*, sendo duas delas relacionadas à preferência que já manifestáramos por averiguá-lo, quando ainda não pensáramos nos possíveis desdobramentos quanto à reprodução do segundo artigo entregue por Aline. A primeira é que o terceiro artigo foi uma demanda que surgiu em decorrência da redação do primeiro artigo, isto é, ele simplesmente resultou da contratação de uma segunda professora da mesma escola pública onde a primeira lecionava. A segunda informação é que, tal como o primeiro, esse artigo também contemplou um tema polêmico, sobre o qual deduzíamos que, a exemplo do anterior, a redatora possivelmente revelasse um significativo número de *escolhas* a partir do seu *debate de valores*. E, por fim, gostaríamos de explicitar que o não aprofundamento da nossa análise não implica que não o tenhamos examinado mediante as iniciativas explicitadas em relação à análise anterior (ver item 4.2), conforme demonstramos nas figuras a seguir. Isto porque, independentemente de nos comprometermos ou não com uma segunda análise mais ou menos pormenorizada, esse estudo só seria possível mediante a reconstituição do

simplesmente não quisessem revelar o responsável pela sua produção. E, cumpre dizer, não nos atentáramos a isso, muito embora, acerca da competência “discutir direitos autorais” prescrita pela CBO 2002 (ver item 1.4.1), tenhamos até mesmo questionado: “Aquela pessoa física ou jurídica que remunerou [o redator] pela sua escrita e em nome da qual os textos foram publicados não se sentiria (ou não seria) prejudicada, caso alguém viesse a saber que, na verdade, não foi ela a ‘autora original’ daquele conteúdo?”. Portanto, caso tivéssemos dado prosseguimento à participação desses ex-protagonistas, possivelmente nos achássemos surpreendidos, nesse momento, pela necessidade de contatar os seus respectivos contratantes a fim de lhes pedir autorização para a reprodução desses artigos, ainda que, segundo esses redatores já nos tivessem antecipado, também não dispusessem de contratos previamente estabelecidos. Em suma, estaríamos mais uma vez diante dos *imprevistos da atividade*.

⁸⁹ Até a data de conclusão desta pesquisa, em 15 de fevereiro de 2016, não localizamos na internet a publicação parcial ou total dos artigos contratados pelas professoras da escola pública.

processo (intelectual) em que se desenvolve a atividade de trabalho da redatora. Sem ela, a articulação entre a Ergologia e a Análise do Discurso de vertente francesa certamente não seria possível – imbricamento este sem o qual, para nós, a construção de um conhecimento compartilhado também não se viabilizaria com o mesmo potencial.

Figura 24 – Primeira página do relatório⁹⁰ produzido pelo *Spymaster* durante a elaboração do terceiro texto escrito pela redatora.

Relatórios de terça-feira, 6 de outubro de 2015			
Teclas digitadas:			
Aline Veingartner	TV Philco 29" + DVD Sony - aline.veingartner@gmail.com - Gmail - Google Chrome	3530-5590 [Enter] [Enter] Rua Padre Estevão Pernet, 779 (próximo ao metrô Carrão)	2015-10-06 15:12:15
Aline Veingartner	Documento1 - Word	2011: Comissão Global de Políticas sobre Drogas	2015-10-06 15:12:54
Aline Veingartner	Salvar como	MacohnalInformaç~oes [Enter]	2015-10-06 15:13:29
Aline Veingartner	Informações - Word	[Enter] É mais fácil iniciar uma guerra do que finalizá-la Nixon, 1971: Guerra às Drogas [Enter] Richard . Acreditava que falava em nome de uma minoria silenciosa, a classe média. Puniç~oes mais severas contra as drogas e o crime. A guerra às drogas se estende a outros países e governos. Política de tolerância zero, repressão.	2015-10-06 15:21:27
Aline Veingartner	Informações - Word	UEua convence as Naç~oes Unidas e a instrumento ideal; [Enter] [Enter] Convenção sobre Substâncias Psicotrópicas proibiu produção, transporte, comércio e porte de qualquer droga classificada como ilegal. Essa postura criada em relação às drogas é a que perdura até hoje. b Apesar da repressão, a demanda pelas drogas continuou aumentando. Retu. O governo estava despreparado para esse aumento. b	2015-10-06 15:25:42
Aline Veingartner	Informações - Word	[Enter] Ruth Dreifuss, presiden of Switzerland, 1999eda Suíça	2015-10-06 15:30:26
Aline Veingartner	Informações - Word	: É uma guerra contra pessoas que apenas tentam ganhar seu sustento cultivando algumas plantas. Eles gostariam de cultivar outra coisa	2015-10-06 15:31:22
Aline Veingartner	Informações - Word	, caso recebessem o mesmo valor. Quer dizer, não é possível travar uma guerra contra as drogas sem saber que está travando uma guerra contra pessoas. Sobre a destruição de plantaç~oes de coca na Colômbia, o chamado Plano Colômbiab O propósito de acabar com as redes do narcotráfico na América não foi alcançado. [Enter] Hoje o comércio de drogas ilegais equivale a 320 bilh~oes de dólares por ano, e sem leis e governos que regulamentem o mercado, as armas e a Viência tomaram-se método mais eficiente de controle.	2015-10-06 15:34:55
Aline Veingartner	Informações - Word	[Enter] Fhc, em seu mandato, seguiu a tendência da época e apoiou a guerra contra as drogas, fundando uma nova unidade antidrogas. Atualmente, como presidente da Comissão Global de Políticas sobre Drogas,	2015-10-06 15:37:50
Aline Veingartner	Informações - Word	Estava convencido de que a repressão conseguiria interromper a produção das drogas. confessa que estava errado. [Enter] No México, a guerra declarada contra as drogas a partir de 2006 pelo presidente Calderón suscitou uma situação de violência ainda mais alarmante.	2015-10-06 15:41:14
Aline Veingartner	Informações - Word	, gastando bilh~oes de dólares. Como aconteceu na Colômbia, o Plano México, cada vez pior. Desde 2006, houve mais de 47.000 assassinatos. a Assim relacionados às drogas Na Colômbia,	2015-10-06 15:49:34

Fonte: SPYMASTER, 2015.

Quadro 25 – Com base nos critérios especificados em 4.2, Parte 1⁹¹ do quadro que reconstitui o processo de elaboração do terceiro artigo escrito pela redatora.

PARTE 1		
HORÁRIOS DE CAPTURA (Total: 38 min)	TRECHOS CAPTURADOS DURANTE A ELABORAÇÃO DA REDAÇÃO (Numerados conforme a ordem em que cada bloco foi capturado)	VERSÃO FINAL DA REDAÇÃO (Trechos numerados conforme a ordem em que os blocos capturados foram inseridos para a redação final)
2015-10-06 15:21:27	[1] [Enter] É mais fácil iniciar uma guerra do que finalizá-la Nixon, 1971: Guerra às Drogas [Enter] Richard . Acreditava que falava em nome de uma minoria silenciosa, a classe média ¹ . Puniç~oes mais severas contra as drogas e o crime ³ . A guerra às drogas se estende a outros países e governos ⁴ . Política de tolerância zero, repressão ⁵ .	[PARÁGRAFOS 5, 6, 7, 8, 9, 10 e 11] <i>O documentário Quebrando o Tabu, dirigido por Fernando Grostein Andrade em 2011, mostra como o então presidente dos Estados Unidos, Richard Nixon, declarou em 1971 a guerra contra as drogas². Foi estabelecida uma política de tolerância zero⁵, [1] com punições mais severas contra as drogas e contra o crime³. [2] Os Estados Unidos convenceram as Nações Unidas de que</i>
2015-10-06 15:25:42	[2] UEua convence as Naç~oes Unidas e a instrumento ideal ⁶ : [Enter] [Enter] ⁷	

⁹⁰ Todas as páginas do terceiro relatório podem ser encontradas no Anexo F.

⁹¹ As quatro partes que compõem o quadro geral para essa análise se encontram disponíveis no Anexo H.

	<p>Convenção sobre Substâncias Psicotrópicas proibiu produção, transporte, comércio e porte de qualquer droga classificada como ilegal⁹. Essa postura criada em relação às drogas é a que perdura até hoje¹⁰. b Apesar da repressão, a demanda pelas drogas continuou aumentando. Retu. O governo estava despreparado para esse aumento. b</p>	<p>o instrumento ideal⁶ era a repressão⁵, e a guerra às drogas se estendeu a outros países e governos³.</p> <p>A Convenção sobre Substâncias Psicotrópicas⁸, assinada em Viena em 21 de fevereiro de 1971, proibiu a produção, o transporte, o comércio e o porte de qualquer droga classificada como ilegal⁹. A postura criada em relação às drogas nessa ocasião é a que predomina até hoje¹⁰, [7] liderada pelos Estados Unidos, tanto interna como externamente¹⁸.</p> <p>No Brasil, o conteúdo da convenção passou a ser inteiramente executado e cumprido a partir do Decreto nº 79.388, de 14 de março de 1978. Entre seus objetivos, constavam: a prevenção e o combate ao uso de substâncias psicotrópicas; a prevenção e o combate ao abuso de tais substâncias e o tráfico ilícito a que dão ensejo; a determinação de medidas rigorosas, necessárias para restringir o uso de tais substâncias aos fins legítimos.</p> <p>Como estratégia da guerra contra as drogas, o documentário mostra [4] a destruição de plantações de coca na Colômbia, o chamado “Plano Colômbia”. Ruth Dreifuss, presidente da Suíça e comissária global, declara: [3] “É uma guerra contra pessoas que apenas tentam ganhar seu sustento cultivando algumas plantas. Eles gostariam de cultivar outra coisa [4] caso recebessem o mesmo valor. Quer dizer, não é possível travar uma guerra contra as drogas sem saber que está travando uma guerra contra pessoas”.</p> <p>[7] Na Colômbia, o assassinato do famigerado traficante de drogas Pablo Escobar aliado à execução do “Plano Colômbia” não interrompeu o tráfico e a violência relacionada a ele¹⁷. Da mesma forma¹⁶, [6] no México, a guerra contra as drogas declarada a partir de 2006 pelo presidente Calderón¹⁴, que [7] consumiu bilhões de dólares¹⁵, [6] suscitou uma situação de violência ainda mais alarmante e [7] cada vez pior. Desde 2006, houve mais de 47.000 assassinatos relacionados às drogas. [4] O propósito de acabar com as redes do narcotráfico na América parece ainda estar longe de ser alcançado¹¹.</p>
2015-10-06 15:31:22	[3] : É uma guerra contra pessoas que apenas tentam ganhar seu sustento cultivando algumas plantas. Eles gostariam de cultivar outra coisa	
2015-10-06 15:34:55	[4] , caso recebessem o mesmo valor. Quer dizer, não é possível travar uma guerra contra as drogas sem saber que está travando uma guerra contra pessoas. Sobre a destruição de plantações de coca na Colômbia, o chamado Plano Colômbia O propósito de acabar com as redes do narcotráfico na América não foi alcançado ¹¹ . [Enter] Hoje o comércio de drogas ilegais equivale a 320 bilhões de dólares por ano, e sem leis e governos que regulamentem o mercado, as armas e a violência tornaram-se método mais eficiente de controle ¹² .	
2015-10-06 15:37:50	[5] [Enter] Fhc, em seu mandato, seguiu a tendência da época e apoiou a guerra contra as drogas, fundando uma nova unidade antidrogas ¹³ . Atualmente, como presidente da Comissão Global de Políticas sobre Drogas,	
2015-10-06 15:41:14	[6] Estava convencido de que a repressão conseguiria interromper a produção das drogas. confessa que estava errado. [Enter] No México, a guerra declarada contra as drogas a partir de 2006 pelo presidente Calderón ¹⁴ suscitou uma situação de violência ainda mais alarmante.	
2015-10-06 15:49:34	[7] , gastando bilhões de dólares, ¹⁵ Como aconteceu na Colômbia ¹⁶ , o Plano México., cada vez pior. Desde 2006, houve mais de 47.000 assassinatos. Assim relacionados às drogas. Na Colômbia, o assassinato do maior traficante de drogas, Pablo Escobar, não interrompeu o tráfico e a violência relacionada a ele ¹⁷ . Da mesma forma, no México ¹⁶ e bem como a execução do Plano Colômbia e [Enter] Os EUA sempre lideraram a guerra contra as drogas, tanto interna como externamente ¹⁸ . b	

		<p>[2] Apesar da repressão, a demanda pelas drogas continuou aumentando, não só no Brasil, mas em diversos países. [4] Hoje, o comércio de drogas ilegais equivale a 320 bilhões de dólares por ano, e sem leis e governos que regulamentem o mercado, as armas e a violência se tornaram o método mais eficiente de controle¹².</p> <p>No documentário, o ex-presidente do Brasil Fernando Henrique Cardoso afirma que, [5] em seu mandato, seguiu a tendência da época e apoiou a guerra contra as drogas, fundando, inclusive, uma nova unidade antidrogas¹³, pois [6] estava convencido de que a repressão conseguiria interromper a produção das drogas. [5] Atualmente, como presidente da Comissão Global de Políticas sobre Drogas, [6] confessa que estava errado.</p>
--	--	---

OBSERVAÇÕES:

GERAIS:

- Nota-se que, embora a coluna 2 reproduza os primeiros blocos de texto capturados pelo *Spymaster* (o que corresponde ao início da atividade desenvolvida pela redatora), a redação final revela que, na verdade, todos esses fragmentos compuseram os parágrafos da 5ª a 11ª posição no texto, de modo que a elaboração deste não obedeceu a uma construção linear já idealizada no senso comum (introdução + desenvolvimento + conclusão).
- Nota-se ainda que o próprio parágrafo é construído de maneira fragmentada. Provavelmente visando à composição de um parágrafo bem articulado, a redatora vai reorganizando na coluna 3 todas as informações dos blocos da coluna 2, possibilitando que a sequência de [1] a [7] da coluna 2 possa ser assim representada na coluna 3: [1], [2], [7], [4], [3], [4], [7], [6], [7], [6], [7], [4], [2], [4], [5], [6], [5], [6].
- Houve uma reformulação feita imediatamente na redação, referente ao bloco [2]: de “Essa postura” para “A postura”.
- De acordo com a captura do *software* instalado no seu computador, a redatora dedicou 38 minutos à construção dos parágrafos de 5 a 11.

ESPECÍFICAS:

¹ Em “É mais fácil...” até “...classe média”, acreditamos que a redatora esteja registrando falas/ideias extraídas do documentário – “Quebrando o Tabu” – que elegeram como base para o desenvolvimento da sua redação, tal como será possível depreender no decorrer dos parágrafos.

² Negrito da redatora.

³ Conforme o apontamento feito na nota 1, no registro de “*punições mais severas contra as drogas e o crime*” (coluna 2), identificamos, por exemplo, um trecho da fala do ex-presidente dos Estados Unidos, Richard Nixon, que a redatora citará mais adiante em seu texto. O referido trecho é exibido logo nos primeiros minutos do documentário em questão. Nota-se que, na redação final (coluna 3), a redatora se apropria dele para relatar um fato histórico, sem atribuí-lo à fala da autoridade da época.

³ Negrito da redatora.

⁴ Reelaboração: de “*A guerra às drogas se estende a outros países e governos*” (coluna 2) por “*a guerra às drogas se estendeu a outros países e governos*” (coluna 3).

⁵ Nota-se que a redatora se utiliza do registro único “*Política de tolerância zero, repressão*” da coluna 2 para distribuí-lo em dois momentos do mesmo parágrafo na coluna 3: “*Foi estabelecida uma política de tolerância zero*” e “*o instrumento ideal era a repressão*”.

⁶ Nota-se que, embora a informação seja registrada posteriormente e capturada pelo *software* num segundo bloco, a redatora a aplica ainda na elaboração do parágrafo 5 da redação final.

⁷ Aqui, chama atenção a duplicidade do “Enter”, sugerindo que, no processo de construção textual da redatora, ela possa se antecipar à necessidade de deixar alguns espaços em branco, ciente de que, conquanto dê continuidade ao desenvolvimento da redação, será preciso retornar a esses espaços para preenchê-los com outros parágrafos.

⁸ Negrito da redatora.

⁹ Reelaboração: de “*Convenção sobre Substâncias Psicotrópicas proibiu produção, transporte, comércio e porte de qualquer droga classificada como ilegal*” (coluna 2) por “*A Convenção sobre Substâncias Psicotrópicas, assinada em Viena em 21 de fevereiro de 1971, proibiu a produção, o transporte, o comércio e o porte de qualquer droga classificada como ilegal*” (coluna 3).

¹⁰ Reelaboração: de “*Essa postura criada em relação às drogas é a que perdura até hoje*” (coluna 2) por “*A postura criada em relação às drogas nessa ocasião é a que predomina até hoje*” (coluna 3).

¹¹ Reelaboração: de “*O propósito de acabar com as redes do narcotráfico na América não foi alcançado*” (coluna 2) por “*O propósito de acabar com as redes do narcotráfico na América parece ainda estar longe de ser alcançado*” (coluna 3).

¹² Reelaboração: de “*Hoje o comércio de drogas ilegais equivale a 320 bilhões de dólares por ano, e sem leis e governos que regulamentem o mercado, as armas e a violência tornaram-se método mais eficiente de controle*” (coluna 2) por “*Hoje, o comércio de drogas ilegais equivale a 320 bilhões de dólares por ano, e sem leis e governos que regulamentem o mercado, as armas e a violência se tornaram o método mais eficiente de controle*” (coluna 3).

¹³ Reelaboração: de “*Fhc, em seu mandato, seguiu a tendência da época e apoiou a guerra contra as drogas, fundando uma nova unidade antidrogas*” (coluna 2) por “*No documentário, o ex-presidente do Brasil Fernando Henrique Cardoso afirma que, em seu mandato, seguiu a tendência da época e apoiou a guerra contra as drogas, fundando, inclusive, uma nova unidade antidrogas*” (coluna 3).

¹⁴ Reelaboração: de “*No México, a guerra declarada contra as drogas a partir de 2006 pelo presidente Calderón*” (coluna 2) por “*no México, a guerra contra as drogas declarada a partir de 2006 pelo presidente Calderón*” (coluna 3).

¹⁵ Reelaboração: de “*gastando bilhões de dólares*” (coluna 2) por “*que consumiu bilhões de dólares*” (coluna 3).

¹⁶ Reelaboração: de “*Como aconteceu na Colômbia*” (coluna 2) por “*Da mesma forma*” (coluna 3).

¹⁷ Reelaboração: de “*Na Colômbia, o assassinato do maior traficante de drogas, Pablo Escobar, não interrompeu o tráfico e a violência relacionada a ele*” (coluna 2) por “*Na Colômbia, o assassinato do famigerado traficante de drogas Pablo Escobar aliado à execução do ‘Plano Colômbia’ não interrompeu o tráfico e a violência relacionada a ele*” (coluna 3).

¹⁸ Reelaboração: de “*Os eua sempre lideraram a guerra contra as drogas, tanto interna como externamente*” (coluna 2) por “*A postura criada em relação às drogas nessa ocasião é a que predomina até hoje, liderada pelos Estados Unidos, tanto interna como externamente*”.

Fonte: Elaborado pela autora, 2015.

Passemos, pois, aos outros dados e apreciações em torno desse conteúdo que, para efeito de organização, apresentaremos de forma topicalizada, numa sequência que tanto abrangerá a análise a partir da perspectiva ergológica quanto, mais adiante, a análise a partir da perspectiva discursiva.

a) Das prescrições à configuração geral do texto 3

De acordo com o que nos foi passado pela protagonista, ocorreu que, no final de setembro, a professora que contratara os seus serviços para a elaboração do artigo a respeito da redução da maioria penal entrou em contato com Aline para informar que recomendara o trabalho da redatora para outra professora que, assim como ela própria, lecionava Língua Portuguesa para turmas do ensino médio na mesma escola pública. E, no início de outubro, Aline recebeu o telefonema dessa segunda professora, que lhe solicitava a produção de um artigo nos mesmos moldes daquele entregue à primeira contratante, com a única diferença de que, agora, o tema seria “legalização da maconha” e que, desta vez, a autora social deveria desenvolvê-lo a partir dos prós e

contras pertinentes à questão, tendo em vista que os alunos deveriam “apreciar os dois lados” a partir dos argumentos de quem efetivamente entendesse do assunto.

A partir das prescrições recebidas por Aline, o seu artigo, intitulado “Descriminalização das drogas no Brasil: prós e contras”, foi composto da seguinte maneira:

- 8 subtítulos:

**Guerra contra as drogas;*

**Regulamentação;*

**Portugal;*

**Suíça;*

**Holanda;*

**Uso medicinal;*

**Por que descriminalizar as drogas no Brasil?*

**E por que não descriminalizar?*

- 32 parágrafos;
- 1 citação com mais de 3 linhas;
- 2 ilustrações;
- 9 referências;
- 8 páginas (incluindo referências).

Visando a evidenciar as diferenças de configuração entre o primeiro artigo e este – dada a aproximação entre as contratantes, as prescrições para desenvolvê-los e os temas polêmicos que os caracterizavam – propusemos o seguinte quadro comparativo:

Quadro 26 – Comparação entre a composição do texto 1 e a do texto 3

Texto 1: Redução da Maioridade Penal	Texto 3: Legalização da Maconha
-----	8 subtítulos
14 parágrafos	32 parágrafos
2 citações com mais de 3 linhas	1 citação com mais de 3 linhas
2 ilustrações	2 ilustrações
17 referências	9 referências
6 páginas no total (incluindo as referências)	8 páginas (incluindo referências)

Fonte: Elaborado pela autora, 2015.

A partir do título e das especificações no quadro, consideramos importante ressaltar que:

- embora Aline tenha sido orientada a produzir um artigo a respeito da “legalização da maconha”, isto é, de uma determinada droga *em particular*, o título registrado pela redatora sugere que a redação contemple a descriminalização das drogas *em geral*;

- além do número de subtítulos em que o texto se divide (o que não se verifica no primeiro artigo), chama atenção a sua quantidade de parágrafos (mais do que o dobro da quantidade de parágrafos do primeiro artigo) e de referências (quase a metade da consulta realizada para o primeiro artigo).

Ainda no que tange a essas quantidades e principalmente tendo em vista que a atora social teria consultado oito “fontes” a menos para produzir um texto duas vezes maior, não seria de se perguntar se, aí, já não estaria um indício de que, para Aline, tratar-se-ia de um tema com o qual ela já guardasse mais “familiaridade”, sobre o qual já tivesse refletido ou debatido (ou, ao menos, refletido/debatido mais vezes do que, por exemplo, a respeito da redução da maioria penal)? E não seria de se aventar ainda que essa “familiaridade” não se restringiria exclusivamente ao tema em si, como também com a identificação mais imediata para com um dos “lados” que lhe foram dados abordar, uma vez que, a contar os próprios subtítulos com os quais a atora social segmentou o texto, a maioria deles sugeriria mais “prós” do que “contras”, como no caso de “Regulamentação”, “Portugal”, “Suíça”, “Holanda” [três países que seriam a favor da descriminalização], “Uso medicinal” e “Por que descriminalizar as drogas no Brasil?”?;

- conquanto a citação com mais de três linhas tenha sido menor, a inserção de imagens e o número delas se manteve em ambos os textos.

Até aqui, portanto, ao contar todos esses aspectos “formais” extraídos desse novo artigo, poderíamos já estabelecer que as *autoprescrições* da protagonista permaneceram, *preenchendo um vazio de normas*. Afinal, Aline não recebera indicações sobre *como fazer o que fazer*. Todavia, provavelmente pelo seu saber investido – agora, inclusive, reforçado pela aprovação da contratante anterior, da qual se originou o segundo contato –, bem como seu *universo de valores* em ação, aventamos que Aline não apenas corroboraria aí a necessidade de criar as suas próprias *prescrições*, mas também reforçaria aquilo que já depreendêramos como sendo o seu *estilo* ou, ainda, o seu *estilo* em relação à produção de textos para esse tipo de público (leitores do ensino médio de uma escola pública), do qual mais uma vez a sua citação com mais de três

linhas, a sua inserção de imagens e as referências surgiriam como “elementos” da sua “didaticidade”.

b) Sobre introdução, desenvolvimento e conclusão: a sequência (não) lógica de elaboração

Conforme também é possível observar no Quadro 25, a sequência dos sete primeiros fragmentos capturados pelo *Spymaster* (ou seja, assim que Aline inicia a sua atividade) correspondem, na verdade, à elaboração do parágrafo 5 ao 11 da sua redação final. Ou seja, na comparação entre a sequência em que os parágrafos vão sendo construídos pela redatora e a sua localização no artigo final, temos, primeiramente, a elaboração dos parágrafos 5, 6, 7, 8, 9, 10 e 11 (que, ainda na versão final, estão integrados sob o subtítulo “Guerra contra as drogas”); a seguir, a atora social desenvolve o correspondente aos parágrafos 12, 13 e 14; depois, passa aos parágrafos 18, 19 e 20 (que, também na versão final, estão integrados sob o subtítulo “Portugal”); por fim, escreve o 21, 22 e o 23⁹² (“Suíça” e “Holanda”, respectivamente). Portanto, nessas quatro partes em que dividimos o terceiro artigo, não encontramos os quatro primeiros parágrafos referentes à sua introdução (articulados somente depois).

c) A construção dos parágrafos também não é (sempre) linear

Tomando como exemplo a primeira parte da produção desse terceiro artigo (Quadro 25), já vimos que são sete os fragmentos de textos correspondentes à elaboração do parágrafo 5 ao 11. No entanto, a maneira como a redatora articula nesses parágrafos as informações que vai digitando sequencialmente (durante o seu processo de criação) também não é linear, de modo que esses sete blocos de informações poderiam ser assim representados, segundo a construção final do parágrafo:

[1], [2], [7], [4], [3], [4], [7], [6], [7], [6], [7], [4], [2], [4], [5], [6], [5], [6]

⁹² Lembramos que, como critério (item 4.2), dividimos em quatro grandes blocos de fragmentos – Parte 1, Parte 2, Parte 3 e Parte 4 – todo o conteúdo apresentado pelo relatório e que tal divisão se deu segundo a aplicação desses grandes conjuntos de fragmentos na construção de um único parágrafo ou de um conjunto de parágrafos subsequentes extraídos da versão final de cada artigo. Assim, embora o terceiro artigo corresponda a um conteúdo quantitativamente maior do que o primeiro, e embora esse critério de divisão tenha resultado em oito grandes blocos de fragmentos (e não em quatro), concentramos o nosso interesse somente nas quatro primeiras partes.

d) Não existe uma regularidade do tempo dedicada à elaboração de cada parágrafo

Aqui, também observamos que não há uma regularidade no tempo dedicado à elaboração de um único parágrafo ou de um pequeno conjunto deles – o que sugere, novamente, um *uso de si* muito particular no desempenho da atividade. No total, temos:

Quadro 27 – Tempo de produção investido na elaboração de um parágrafo ou de um conjunto deles

Parágrafos	Tempo de produção
5, 6, 7, 8, 9, 10 e 11	38 min
12, 13 e 14	29 min
18, 19 e 20	4 min
21, 22 e 23	24 min

Fonte: Elaborado pela autora, 2015.

Note-se que, na análise do primeiro artigo, a redatora inicia o desenvolvimento do texto pelo que, na sua versão final, corresponde ao parágrafo 8, para o qual também dedicou 38 minutos de produção. Já neste artigo, acerca do qual aventamos a primeira possibilidade de que Aline se sentiria mais familiarizada (tanto em relação ao tema quanto em relação ao posicionamento), 38 minutos correspondem à produção de sete parágrafos.

e) Revisar/reformular não é tarefa para o final

Outro aspecto que – para além da inserção de novos fragmentos em parágrafos que já poderiam ter sido considerados concluídos – também evidencia que a redatora está atenta às minúcias da sua produção textual durante todo o desenvolvimento da sua atividade são as revisões que ela realiza imediatamente e/ou logo após alguns termos utilizados, conforme os primeiros excertos extraídos do relatório:

- Parte 1, fragmento [2]:

– “~~Essa~~ postura criada em relação às drogas é a que perdura até hoje”

- Parte 3, fragmento [2]:

“As pessoas não vão para a cadeia e não são julgadas., mas ha uma punição que pode ser aplicada, mostrando claramente que o uso de drogas não é aprovado. bSe alguém for preso com drogas, não é levado a julgamento. „deixando cla”

“bEm 1977, o vício era oficialmente em drogas a principal preocupação política em Portugal.”

- Parte 4, fragmento [2]:

“b Sua política foi de se aproximar das pessoas., aceitando-as como elas são. bO número de usuário de heroína com Hiv foi reduzido em 50%.Em dez anos, os”

Neste artigo, porém, o número de reformulações imediatas ou quase imediatas é menor do que o verificado no primeiro artigo (por exemplo, não encontramos nenhuma consulta da redatora ao Dicionário de Sinônimos), muito embora o número de parágrafos que compõe esse texto equivalha a pouco mais do que o dobro daquele. Parece-nos, portanto, que poderíamos tomar este fator como mais um “índice” de que, pela “familiaridade” que teria tanto com o tema quanto com a assunção de um dos pontos de vista que fora orientada a adotar, Aline discorreria sobre a descriminalização das drogas sem grandes dificuldades.

f) Os “usos de si” (por si e pelo(s) outro(s)) e o “debate de valores” por meio das marcas na produção textual

Para adentrarmos mais especificamente nessas categorias de análise, retrataremos, primeiramente, uma síntese das informações que a redatora utilizou para a elaboração de cada parágrafo do artigo intitulado “Descriminalização das drogas no Brasil: prós e contras”:

- 1 §: A retomada do Supremo Tribunal Federal sobre o julgamento referente à posse de drogas para uso pessoal no Brasil;
- 2 §: Uma única afirmação: “O debate é polêmico e interminável.”;
- 3 §: Opinião de Tarso Araújo a Thiago Guimarães – para Araújo, a descriminalização não promove o aumento do consumo;

- 4 §: Consequências do fracasso da guerra contra as drogas;
- 5 §: A guerra contra as drogas declarada pelos Estados Unidos, segundo o “Quebrando o Tabu” – de Fernando Grostein Andrade;
- 6 §: A proibição, segundo a Convenção sobre Substâncias Psicotrópicas;
- 7 §: O conteúdo da Convenção aplicado no Brasil;
- 8 e 9 §: Efeitos da guerra contra as drogas na Colômbia e opinião de Ruth Dreifuss;
- 10 §: Efeitos da guerra contra as drogas no Brasil e no mundo;
- 11 §: Opinião de Fernando Henrique Cardoso;
- 13 §: À parte as “constatações”, divisão entre os políticos a respeito das medidas;
- 13 §: A luta proposta pela Comissão Global de Políticas sobre Drogas;
- 14 §: À parte as “constatações”, divisão entre os políticos a respeito das medidas;
- 15 §: Opinião dos especialistas no “Quebrando o Tabu”;
- 16 §: Possíveis benefícios da regulamentação e opinião de Jeffrey Maron;
- 17 §: Países aos quais o “Quebrando o Tabu” se refere como exemplos;
- 18, 19 e 20 §: Efeitos de descriminalização em Portugal;
- 21 e 22 §: Efeitos de descriminalização na Suíça;
- 23 §: Efeitos de descriminalização na Holanda;
- 24 §: Tratamento com extratos de maconha assegurados em alguns países e estados;
- 25 §: O uso de drogas como prática dentro da esfera da privacidade;
- 26 e 27 §: Possíveis benefícios da descriminalização no Brasil e matéria publicada pela BBC;
- 28 §: Alegações de quem é contra a questão;
- 29 §: Opinião do procurador-geral da justiça de São Paulo, Márcio Fernando Elias Rosa;
- 30 §: Possíveis prejuízos da descriminalização e opinião do ministro do Supremo Tribunal Federal, Luiz Fux;
- 31 e 32 §: Prejuízos do uso da maconha, segundo Adriana Dias Lopes em matéria da Revista Veja.

Diante do exposto e tendo em vista que, entre os principais *prescritos*, destacava-se aquele segundo o qual os alunos deveriam apreciar os prós e contras defendidos por quem entendesse a respeito da descriminalização das drogas (tema este que, lembramos, fora originalmente passado à redatora como “legalização da maconha”), quais teriam sido as “autoridades no assunto” referenciadas pela protagonista?

Diferentemente do que observamos em relação ao primeiro artigo, no qual estimamos que a atora social tenha se valido de “figuras de autoridade” cuja “autoridade” ela mesma não reconheceria, aqui observamos que, mais do que personalidades com maior ou menor projeção social, investidas ou não da máxima autoridade dentro de uma Nação ou instituição, Aline teria se valido prioritariamente da “autoridade” dos acontecimentos, do próprio percurso da história, a exemplo dos prejuízos da guerra contra as drogas na Colômbia, dos prejuízos decorrentes do seu comércio ilegal, dos benefícios alcançados pelos países onde o uso de drogas foi descriminalizado, etc. E, ainda que a protagonista possa não ter se posicionado no parágrafo 1 (tal como o teria feito no primeiro artigo, quando reproduziu o que o artigo da Constituição estabelece), acreditamos que o posicionamento da atora social estaria condensado já nos três parágrafos seguintes (do 2 ao 4).

Vejamos:

- no parágrafo 2, quando registra “*o debate é polêmico e interminável*”, de quem seria o ponto de vista assumido pela protagonista? Diferentemente do que verificamos no artigo a respeito da redução da maioria, no qual Aline teria tido o cuidado de atribuir cada opinião a quem lhe era de direito – o que, inclusive, tomamos como uma sugestão do que corresponderia à sua maneira de marcar algum distanciamento das posições favoráveis à questão –, aqui a redatora não fez nem citação direta nem citação indireta. Portanto, a posição de que “*o debate é polêmico e interminável*” seria sua?;

- no parágrafo 3, quando registra “*De acordo com Tarso Araújo, autor do livro Almanaque das Drogas, em entrevista a Thiago Guimarães, nos países em que já houve a descriminalização do porte de drogas para uso pessoal [...] não houve efeito significativo no consumo*”, por que a protagonista teria referenciado somente a figura de Tarso Araújo, e não a de Thiago Guimarães, quando no primeiro artigo, por exemplo, à exceção de Leandro Narloch, ela se refere à atuação de Reinaldo Azevedo (mediante citação direta e citação indireta), à de Rodrigo Constantino, à do coronel Telhada e à do coronel Alberto Fraga? A ausência dessa apresentação poderia se justificar pelo fato de

que, em sendo jornalista pela ECA-USP e economista pela FEA-USP, entre outros importantes títulos acadêmicos e atuações profissionais (como, por exemplo, o seu trabalho como coordenador-adjunto da *Folha de São Paulo*), bem como em se tratando de alguém que em seu currículo profissional⁹³ acrescenta que tem interesse em “direitos civis e ações sociais, empoderamento econômico, meio ambiente, direitos humanos, política e alívio à pobreza”, Thiago Guimarães estaria na conta de alguém que, para Aline, dispensaria apresentações – ou, ainda, na conta de alguém de cuja atuação ela se sentiria mais próxima? Ou, quem sabe, ela estaria presumindo um “conhecimento compartilhado” por parte dos alunos do ensino médio acerca de quem seria Thiago Guimarães – muito embora, no parágrafo 11, ela introduza o ponto de vista de Fernando Henrique Cardoso (acerca do qual se poderia presumir um “conhecimento compartilhado”), apresentando-o como “o ex-presidente do Brasil”?

Ainda no parágrafo 3, note-se que, além de se referir ao jornalista tão somente como “Thiago Guimarães” (o que se poderia supor como uma “proximidade” de sua parte) a fim de contextualizar a informação compartilhada por Tarso Araújo (informação esta que seria favorável à descriminalização das drogas, dada a constatação de que a legalização do seu uso nos países que assim o fizeram não teria provocado um aumento significativo no seu consumo), Aline estabeleceu uma relação de oposição entre um fato e aquilo que seria uma especulação, isto é, de um lado estaria a informação (dado real) trazida pelo autor da obra “Almanaque das Drogas”, e de outro estariam aqueles (sem identificação e, quiçá, sem nenhuma obra a respeito do assunto) que defendem que a descriminalização das drogas “aumentaria” (hipótese) o consumo e a dependência, criando ainda mais problemas.

Além da relação de discursos em relação de oposição (relação esta característica do *interdiscurso*, tal como já explicitamos anteriormente), não teríamos justamente aí o distanciamento marcado por parte da atora social, quando assinala que “há quem defenda que [...]”? E, novamente aqui, não teríamos a evocação do discurso contrário atendendo a um duplo propósito, ou seja, ao mesmo tempo que Aline estaria imprimindo a sua própria voz ao discurso a favor da descriminalização das drogas, privilegiando os “fatos” que estariam alinhados com os seus *valores* em detrimento de uma “teoria” que rejeitaria (nossa ênfase para o “[...] *há quem defenda* [...]”) a incorporação do posicionamento contrário não estaria lhe servindo tanto para defender a

⁹³ Informações disponíveis no currículo de Thiago Guimarães publicado no LinkedIn (GUIMARÃES, 2016).

sua própria opinião (*uso de si por si*) quanto para atender ao prescrito da contratante, segundo a qual a redatora também deveria contemplar os “contras” (*uso de si pelo outro*)? Não nos acharíamos exatamente diante da proposta oposta ao feito da protagonista, quando, no primeiro artigo, teria evocado o discurso contrário justamente para deixar implícita a sua própria reprovação à discussão sobre a redução da maioria?;

- por fim, no parágrafo 4, quando registra “*Diante da constatação do fracasso da guerra contra as drogas [...]*”, a atora social não estaria reiterando o seu ponto de vista? Onde estariam, pois, as citações diretas e/ou indiretas a quem essa “constatação” correspondesse? E mais: tal como elucubramos que tenha sido a intenção (consciente ou inconsciente) de Aline no primeiro artigo, ao *escolher dizer* que “*o artigo [...] da Constituição [...] estabelece que [...]*”, de modo a sugerir (do seu próprio ponto de vista) que não haveria mais o que se discutir a respeito, referir-se à “*constatação do fracasso da guerra contra as drogas*” não teria esse mesmo efeito? O que se poderia objetar, por exemplo, diante de uma “constatação”?

Pouco mais adiante, também no parágrafo 4, a protagonista redige que, em razão desse “fracasso constatado”, “*governos vêm considerando a necessidade de rever as leis [...] não apenas da maconha, mas também de outras drogas consideradas mais pesadas [...]*”. Ora, haja vista estarmos analisando o texto produzido por uma redatora experiente, que durante todo o primeiro artigo recorreu a menções diretas e/ou indiretas em 11 dos 14 parágrafos e que, nos primeiros quatro deste artigo, não o fez uma única vez, não seria possível que, em relação à revisão das leis por parte dos governos, Aline estivesse compartilhando uma informação de si mesma, justamente pela sua maior “familiaridade” com o tema, a cujas discussões e andamento ela estaria mais atenta? E, caso a atora social fosse contrária à descriminalização das drogas, ela não poderia, por exemplo, ter suprimido o verbo “considerar” em “*drogas [consideradas] mais pesadas*”, conferindo algum tipo de “juízo” acerca dessas substâncias?

No que tange a esses primeiros parágrafos (do 2 ao 4), observe-se que, ainda no 4, além do que nos parece ser o seu *uso de si por si* na menção à “*constatação do fracasso da guerra contra as drogas*”, Aline, mais adiante, estaria fazendo o seu *uso de si pelo seu “primeiro outro”* (a segunda professora contratante), ao acrescentar: “[...] *Neste artigo, faremos um percurso [...] e veremos os prós e contras [...]*”.

Todavia, será que a protagonista teria conseguido abordar prós e contras sem que um se sobrepusesse ao outro? Teria conseguido, portanto, contemplar o mesmo número

de argumentos favoráveis e desfavoráveis à descriminalização das drogas, produzindo, afinal, algum efeito de aparente “neutralidade”?

É nesse sentido que, ainda nos pautando na prescrição passada à redatora e, agora, nas figuras citadas diretamente ao longo do texto (até porque só encontramos duas citações indiretas – “(PORTE..., 2015)” –, ambas relativas a uma matéria publicada pela BBC), acreditamos já ser possível inferir se esse equilíbrio entre prós e contras teria se efetivado. Para tanto, elencamos aqui somente aquelas “fontes” às quais a redatora “dá voz mais diretamente” (esta ressalva a respeito do “mais diretamente” se justifica em razão daquelas “vozes” que tomaríamos como “indiretas”, a exemplo da guerra declarada por Richard Nixon, ex-presidente dos Estados Unidos⁹⁴, citado por ocasião do documentário “Quebrando o Tabu”, bem como a exemplo do que seriam “as vozes” de Portugal, Suíça e Holanda”, etc.):

1. Tarso Araújo (§ 3) – autor do livro “Almanaque das Drogas”;
2. “Quebrando o Tabu” (§ 5) – documentário dirigido por Fernando Grostein Andrade;
3. Ruth Dreifuss (§ 8) – presidente da Suíça e comissária global;
4. Fernando Henrique Cardoso (§ 11) – ex-presidente do Brasil e atual presidente da Comissão Global de Políticas sobre Drogas;
5. especialistas do “Quebrando o Tabu” (§ 15);
6. Jeffrey Maron (§ 16) – economista de Harvard;
7. Márcio Fernando Elias Rosa (§ 29) – procurador-geral da justiça de São Paulo;
8. Luiz Fux (§ 30) – ministro do Supremo Tribunal Federal;
9. Adriana Dias Lopes (§ 31) – editora da Revista Veja.

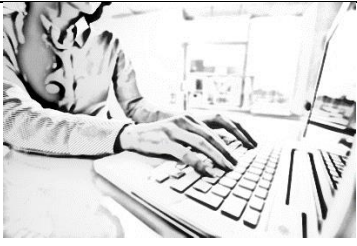

⁹⁴ A esse propósito, quando, sob o subtítulo “Guerra contra as drogas”, a autora social faz um levantamento histórico da declaração de guerra contra as drogas e registra, por exemplo, que “*os Estados Unidos convenceram as Nações Unidas de que o instrumento ideal era a repressão*” e que, a partir daí, “*a guerra às drogas se estendeu a outros países e governos*” (parágrafo 5), qual juízo de valor a protagonista estaria mobilizando no emprego do verbo “convencer”? Considerando o que aventamos como sendo o seu posicionamento favorável acerca da descriminalização, o “convencimento” aí empregado não carregaria consigo um aspecto negativo, uma crítica? Qual seria a opinião de Aline sobre os Estados Unidos e sobre eles serem uma “referência” à guerra contra as drogas assumida por outros países e governos?

Dos nove nomes escolhidos pela redatora para a composição do artigo, examinamos que seis deles são favoráveis à descriminalização das drogas, conforme é possível depreender durante a leitura do próprio texto. No caso do documentário “Quebrando o Tabu”, por exemplo, o posicionamento assumido pelos seus idealizadores fica mais evidente quando Aline se refere à defesa dos especialistas no parágrafo 16. Portanto, apenas três nomes representam o posicionamento contrário nesse debate, sendo que um deles corresponde a uma editora da Revista Veja, revista essa sobre a qual supomos já ter inferido uma depreciação por parte de Aline durante a análise do primeiro artigo. Além disso, numa comparação em que, do lado “pró-legalização”, a protagonista reúne a presidente da Suíça, o ex-presidente do Brasil e um economista de Harvard, ao passo que, do lado “contra a legalização”, reúne um procurador-geral da justiça, um ministro do Supremo Tribunal Federal e uma editora da Revista Veja, a atora social não estaria sugerindo, implicitamente, que, não bastasse a “constatação do fracasso no seu combate”, o discurso a favor da descriminalização das drogas também se legitimaria na autoridade daqueles que o apoiam, tal como seria a autoridade do próprio FHC, hoje à frente da presidência da Comissão Global de Políticas sobre Drogas? Nesse sentido, tal como a protagonista o fizera em relação ao primeiro artigo – quando teria se valido dos colunistas da Revista Veja para, veladamente, questionar a sua “autoridade” para confrontar a própria Constituição Federal (“autoridade máxima”) –, a consulta à reportagem da editora da Revista Veja para discorrer sobre os efeitos negativos da legalização das drogas não teria sido uma tentativa (consciente ou inconsciente) de contestar qual seria a “autoridade” do posicionamento contrário, uma vez que ele estaria “representado” numa revista cuja credibilidade a atora social possivelmente colocasse em xeque? Ou, ainda, qual seria a autoridade do procurador-geral e/ou do ministro do STF, quando ambos enunciariam a partir de uma ocupação e de um lugar já “determinados”, não bastasse a sua própria atuação ser menos significativa do que, por exemplo, a de um presidente da república? Portanto, até aí, não teríamos já identificado qual dos “lados” seria aquele mais fomentado por Aline no seu *uso de si por si*?

Num quadro autoexplicativo, à semelhança do que propusemos durante a análise do primeiro artigo, poderíamos resumir a atuação da redatora da seguinte maneira:

Quadro 28 – Os *usos de si* geridos pela protagonista da atividade – em relação à sua contratante.

O que Aline faz...	
... <i>por si</i>	... <i>pelo outro (contratante)</i>

	
<ul style="list-style-type: none"> • já no título, expande a questão da legalização da maconha (uma droga, em particular) para a “descriminalização das drogas” (de todas as drogas – não apenas a maconha, mas também aquelas “consideradas mais pesadas”, tal como ela registra no parágrafo 4) 	<ul style="list-style-type: none"> • já no título, define que o tema será tratado sob duas perspectivas: “prós” e “contras”
<ul style="list-style-type: none"> • no parágrafo 2, antecipa que “o debate é polêmico e interminável”, o que pode revelar um posicionamento pessoal, pelas razões que já levantamos 	<ul style="list-style-type: none"> • no parágrafo 2, antecipa que “o debate é polêmico e interminável” – o que, por conseguinte, também poderia sugerir que o leitor se preparasse para encontrar, no próprio texto, muitos argumentos em oposição
<ul style="list-style-type: none"> • no parágrafo 3, cita um autor entrevistado por um jornalista a quem a protagonista dispensa apresentações. Segundo a informação noticiada pelo autor, nos países onde houve a descriminalização das drogas não se verificou um efeito significativo no consumo (informação essa (baseada em fatos) que encontraria respaldo na opinião da redatora) 	<ul style="list-style-type: none"> • no parágrafo 3, cita um autor segundo o qual não se verificou um efeito significativo no consumo de drogas nos países onde o seu uso foi descriminalizado (contemplação de um dos “prós”)
<ul style="list-style-type: none"> • ainda no parágrafo 3, refere-se ao posicionamento contrário (e que, portanto, seria contrário ao seu) como uma “conjectura” (baseada numa hipótese), que, inclusive, já teria sido desarticulada pela própria informação registrada antes no mesmo parágrafo 	<ul style="list-style-type: none"> • ainda no parágrafo 3, acrescenta que “há quem defenda que”, com a descriminalização, o consumo e a dependência aumentariam (contemplação de um dos “contras”)
<ul style="list-style-type: none"> • no parágrafo 4, reporta-se à “guerra contra as drogas” como uma “constatação do fracasso” (“constatação” = mais um fato) e acrescenta que governos vêm considerando a necessidade de rever o tratamento dispensado à questão 	<ul style="list-style-type: none"> • no parágrafo 4, além da menção ao “fracasso” da guerra contra as drogas como um “fato” a favor da descriminalização, acrescenta que o artigo tratará do tema sob prós e contras
<ul style="list-style-type: none"> • do parágrafo 5 ao 12, sob o subtítulo “Guerra contra as drogas”, estaria extraindo todas as informações do documentário “Quebrando o Tabu”, cujos especialistas são favoráveis à descriminalização (as informações, então, já não estariam “naturalmente inclinadas” a resultar nesse parecer?). Portanto, em “Guerra contra as drogas” não se encontram argumentos do por que declarar essa “guerra”, mas, sim, de por que não mais levá-la a cabo. Em outras palavras: sob esse subtítulo estão reunidos diversos “contras”, porém “contras” que não se aplicam aos possíveis prejuízos da descriminalização, mas, sim, adversamente, concentram todos os prejuízos que deveriam, segundo esse posicionamento que Aline reiteraria, ser aplicados a favor da legalização. A propósito, acrescente-se que a conclusão (parcial) que se lê no parágrafo 12 ainda sob o subtítulo “Guerra 	<ul style="list-style-type: none"> • do parágrafo 5 ao 12, fez um levantamento histórico, desde a primeira declaração de guerra contra as drogas até o contexto atual, apresentando fatos que explicariam o porquê do fracasso dessa guerra, de modo que as tentativas contrárias à descriminalização (os “contras”) justificariam, por si sós, o porquê de se ser a favor (os “prós”)

<p>contra as drogas” é: “Afim, um mundo sem drogas é uma fantasia, e a guerra não acaba com o desejo que as pessoas têm pelas drogas [...]”.</p>	
<ul style="list-style-type: none"> • do parágrafo 13 ao 23, sob os subtítulos “Regulamentação”, “Portugal”, “Suíça” e “Holanda”, agrupa diversos argumentos favoráveis à redução, referindo-se à proposta da Comissão Global de Políticas sobre Drogas como “uma luta mais inteligente”, citando estatísticas segundo as quais, com a guerra às drogas, “o crime organizado é alimentado em todo o mundo”, criticando os políticos pelo seu “medo de inovar” (a quem corresponderia esse ponto de vista?), aventando os benefícios financeiros provenientes da descriminalização e, por fim, valendo-se de três países como exemplos a favor da legalização 	<ul style="list-style-type: none"> • do parágrafo 13 ao 23, elenca, sob efeito de aparente neutralidade, os “prós” da descriminalização evocando “autoridades” (como a Comissão, os especialistas do documentário e o economista de Harvard) e exemplos reais (os três países já referidos)
<ul style="list-style-type: none"> • no parágrafo 24, sob o subtítulo “Uso medicinal”, recorre aos países onde “o tratamento com extratos de maconha é assegurado por lei e na prática” (o acréscimo de “na prática”, em particular, não seria uma avaliação da protagonista?) 	<ul style="list-style-type: none"> • no parágrafo 24, sob efeito de aparente neutralidade, recorre a mais um “fato”
<ul style="list-style-type: none"> • do parágrafo 25 ao 27, sob o subtítulo “Por que descriminalizar as drogas no Brasil”, evocaria a premissa de que “o porte de drogas para uso próprio não afronta a saúde pública” para, pouco mais adiante, corroborá-la, menciona o possível benefício que a descriminalização proporcionaria ao sistema carcerário brasileiro e como diminuiria a violência urbana (o excerto retirado da matéria publicada pela BBC validaria esse parecer) e finaliza com a regulamentação como uma ação possivelmente mais eficiente na prevenção do que a própria proibição 	<ul style="list-style-type: none"> • do parágrafo 25 ao 27, apresenta explicitamente as razões “pró” descriminalização, tomando o cuidado de, no parágrafo 27, registrar a regulamentação como uma possibilidade mais eficiente à prevenção do que a própria proibição (uma hipótese, e não uma afirmação)
<ul style="list-style-type: none"> • do parágrafo 28 ao 32, sob o subtítulo “E por que não descriminalizar”, tendo em vista a necessidade de assumir o que seria um posicionamento contrário ao seu, recorre a uma matéria publicada pela Revista Veja, revista essa à qual, conforme já analisamos no primeiro artigo, a redatora não conferiria qualquer prestígio ou credibilidade 	<ul style="list-style-type: none"> • do parágrafo 28 ao 32, atende ao prescrito de elencar os “contras” da descriminalização

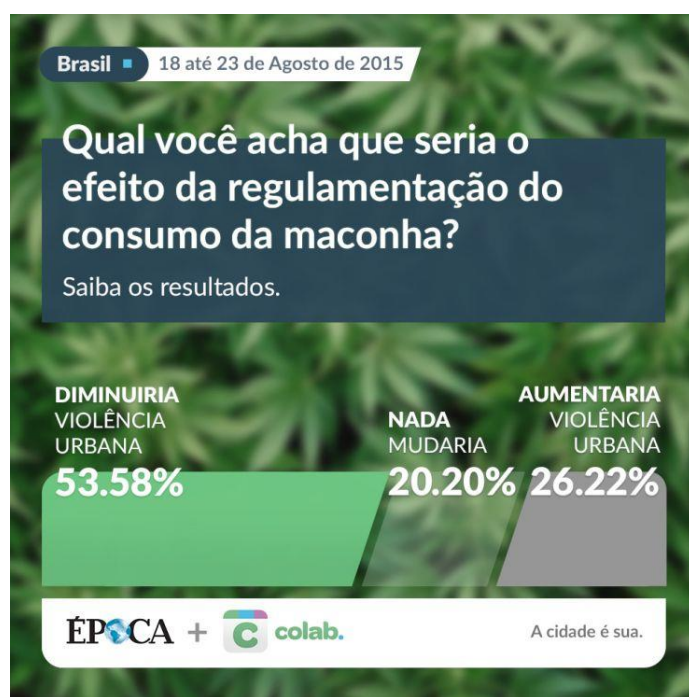
Fonte: Elaborado pela autora, 2015.

Verificados os *usos de si* que a protagonista teria feito *por si* mesma e pelo seu “primeiro outro”, ao qual nesta pesquisa nos reportamos como sendo o contratante do redator de textos técnicos, passemos, então, ao *uso* que Aline teria feito (*por si* e) pelo seu “segundo outro”, ou seja, os alunos do ensino médio da escola pública aos quais o seu artigo se destinaria:

Quadro 29 – Os usos de si geridos pela protagonista da atividade – em relação à sua contratante.

**O que a Aline faz... (por si e) pelo seu “segundo outro”
(alunos do ensino médio que se preparam para o vestibular)**

- Insere duas ilustrações (infográficos) na redação:



- À parte os subtítulos, destaca trechos da redação utilizando negritos:

5 §:	“[...] o então presidente dos Estados Unidos, Richard Nixon, declarou em 1971 a guerra contra as drogas . [...]”
6 §:	“[...] A Convenção sobre Substâncias Psicotrópicas , assinada em Viena em 21 de fevereiro de 1971, proibiu [...]”
13 §:	“A Comissão Global de Políticas sobre Drogas em Nova Iorque, em 2011, propôs-se a [...]”
19 §:	“[...] O vício, portanto, é percebido como um problema de saúde , de modo que os usuários precisam de tratamento médico, e não de criminalização.”
22 §:	“[...] Ao colocar a saúde antes da punição , em dez anos, o número de usuários de heroína com HIV foi reduzido em 50%.”
25 §:	“[...] Seu uso é praticado dentro da esfera da privacidade , da intimidade, e não deve sofrer interferência do Direito Penal. [...]”
28 §:	“Por outro lado, há quem defenda que o consumo de drogas não afeta apenas o usuário, mas a sociedade como um todo . O bem-estar coletivo deveria, portanto, se impor sobre o direito individual pelo efeito negativo causado pelas drogas.”
31 §:	“Especificamente no que diz respeito ao uso da maconha , a reportagem de Adriana Dias Lopes [...]”
TÓPICOS	<ul style="list-style-type: none"> • córtex: causa falta de concentração, dificuldade de raciocínio e problemas de comunicação; • hipotálamo: aumento do apetite; • hipocampo: perda das lembranças, sobretudo as recentes e de longa duração; • núcleos da base e cerebelo: falta de coordenação motora e desequilíbrio; • amígdala: aumento ou diminuição da ansiedade. <p>[...]</p> <ul style="list-style-type: none"> • depressão: 2 vezes maior é o risco de desenvolvimento da doença; • transtorno bipolar: 2 vezes maior é a possibilidade de manifestação do distúrbio; • esquizofrenia: 3,5 vezes maior é a possibilidade de incidência do problema; • transtorno de ansiedade: 5 vezes maior é o risco de ocorrência do distúrbio.

Fonte: Elaborado pela autora, 2015.

Com base nesse quadro, verificamos que, em relação às ilustrações – e ao contrário do que analisamos durante o primeiro artigo –, a protagonista não recorreu a uma charge, mas, sim, a dois infográficos. Note-se ainda que, quando nos antecipamos aos *usos* que ela teria feito *por si* e pelo seu “segundo outro”, concomitantemente, já incorporávamos aqui a “novidade” que antevíamos assim que observamos as imagens: Aline *escolhe* infográficos que, por si sós, estariam alinhados ao posicionamento favorável à descriminalização das drogas, diferentemente do que pudemos constatar no exame das imagens inseridas no artigo sobre a redução da maioria penal. Basta assinalar que, no primeiro texto, além de selecionar uma charge (e, portanto, de imprimir à abordagem algum “efeito humorístico”, talvez visando até mesmo a amenizar um pouco da “tensão” da defesa pela redução da maioria), a autora social selecionou um infográfico que teria registrado (sob efeito de aparente neutralidade) somente as informações relativas ao trâmite necessário à aprovação da proposta de ementa no Congresso Nacional. Neste, no entanto, a primeira imagem diz respeito à regulamentação da maconha aplicada na prática em alguns países (e, acrescente-se, prática na qual não se registra qualquer prejuízo) e a segunda imagem destaca o resultado de uma pesquisa segundo a qual a maioria acredita que o principal efeito da regulamentação do consumo da maconha seria a diminuição da violência urbana. Portanto, somos levados a crer que, ao mesmo tempo que a protagonista novamente se utilizou de ilustrações para um possível efeito de “didaticidade”, no propósito de tornar a leitura “mais interessante” ou “menos cansativa” para os jovens leitores, ela também teria conseguido fazer um *uso de si* em função dos seus próprios *valores*, do seu próprio ponto de vista.

Antes de nos determos nos negritos, gostaríamos de retomar um registro importante, que Aline tanto teria feito pelo seu “primeiro outro” (ver linha 6 do Quadro 28, a respeito do parágrafo 4) quanto pelo seu “segundo outro”: “[...] *Neste artigo, faremos um percurso pelas políticas que regem o uso das drogas no mundo e veremos os prós e os contras da descriminalização das drogas no Brasil*”. Note-se que, ao longo da análise do primeiro artigo, destacáramos o emprego didático do “você” em “[...] *No site do Ministério Público do Paraná, você pode conferir uma tabela comparativa da idade de responsabilidade penal juvenil e de adultos em diferentes países*”, além de aventarmos a possibilidade de que Aline manifestaria aí a sua “familiaridade”/“proximidade” em relação aos jovens estudantes. Já aqui, chama atenção essa introdução marcadamente “pedagógica” a respeito do tema, na qual a

protagonista estaria se colocando na mesma condição do leitor (“nós”), como se, de fato, a “imersão” pelo texto se desse conjuntamente; como se, de fato, a autora social revelasse o seu conhecimento (consciente ou não) de que o seu artigo só constituiria “sentidos” mediante a interação/leitura de cada estudante ao qual o destinaria.

Já em relação aos negritos que novamente aparecem, sugerindo mais uma vez a “didaticidade” do seu *estilo*, notamos que, a exemplo do que já investigamos em relação ao primeiro texto, também aqui não encontraríamos um padrão para a aplicação desses destaques, à única exceção dos negritos utilizados nas palavras-chave dos tópicos extraídos da matéria da Revista Veja, referentes aos possíveis prejuízos do uso da maconha. Fora estes, dos outros nove negritos poderíamos estimar que dois deles recairiam sobre fatos históricos que teriam redundado em “fracasso” (“**guerra contra as drogas Convenção sobre Substâncias Psicotrópicas**”), um se vincularia a uma “autoridade” que sugere “uma luta mais inteligente” (“**Comissão Global de Políticas sobre Drogas**”), outros dois registros indicariam também um posicionamento favorável à questão, tratada como uma questão de saúde, e não de criminalização (“**problema de saúde colocar a saúde antes da punição**”) e um argumentaria acerca do uso da droga ser uma decisão e uma prática individual (“**esfera da privacidade**”). Logo, dos nove negritos, somente dois destacariam um posicionamento contrário à descriminalização (“**sociedade como um todo**” e “**O bem-estar coletivo**”), sendo que no último não deflagraríamos os mesmos indícios de “valor” (“**uso da maconha**”). Assim, tendo em vista (i) a *prescrição* de que o tema deveria ser abordado sob a perspectiva de “prós” e “contras”, que, (ii) das duas páginas do artigo, a redatora teria dedicado seis delas para reunir levantamentos históricos/dados/argumentos que, até mesmo quando sob o título de “Guerra contra as drogas”, justificariam o porquê da descriminalização das drogas e que (iii) dos nove primeiros negritos assinalados, somente dois deles estariam associados aos “contras” do debate, não seria de se perguntar se, provavelmente de maneira inconsciente, a protagonista não teria *escolhido* destacar todas as palavras-chave dos tópicos justamente para “compensar” a incorporação dos “contras” ao seu artigo?

Por fim, antes de passarmos ao próximo item, no qual introduziremos a análise da perspectiva discursiva (muito embora, tal como já explicitamos durante a análise anterior, constatemos que a imbricação entre os fundamentos teóricos de uma abordagem e de outra se revele naturalmente), também retrataremos aqui o quadro elaborado no tópico V do item 4.3.3. Para esta nova ocasião, porém, tendo em vista toda

a apreciação pormenorizada já efetivada em relação ao primeiro artigo, a nossa proposta é de que, a exemplo do Quadro 28, este também se explique por si mesmo, de modo que se possam distinguir as reformulações que, a nosso ver, a redatora teria feito por si (“R”), pela sua contratante (“C”) e pelos alunos do ensino médio (“A”):

Quadro 30 – Os usos de si geridos pela protagonista da atividade.

DE... (Coluna 2)	...PARA (Coluna 3)	
PARTE 1		
“A guerra às drogas se estende a outros países e governos”	“a guerra às drogas se estendeu a outros países e governos”	R
“Convenção sobre Substâncias Psicotrópicas proibiu produção, transporte, comércio e porte de qualquer droga classificada como ilegal”	“A Convenção sobre Substâncias Psicotrópicas, assinada em Viena em 21 de fevereiro de 1971, proibiu a produção, o transporte, o comércio e o porte de qualquer droga classificada como ilegal”	A
“Essa postura criada em relação às drogas é a que perdura até hoje”	“A postura criada em relação às drogas nessa ocasião é a que predomina até hoje”	R
“O propósito de acabar com as redes do narcotráfico na América não foi alcançado”	“O propósito de acabar com as redes do narcotráfico na América parece ainda estar longe de ser alcançado”	C
“Hoje o comércio de drogas ilegais equivale a 320 bilhões de dólares por ano, e sem leis e governos que regulamentem o mercado, as armas e a violência tornaram-se método mais eficiente de controle”	“Hoje, o comércio de drogas ilegais equivale a 320 bilhões de dólares por ano, e sem leis e governos que regulamentem o mercado, as armas e a violência se tornaram o método mais eficiente de controle”	R
“Fhc, em seu mandato, seguiu a tendência da época e apoiou a guerra contra as drogas, fundando uma nova unidade antidrogas”	“No documentário, o ex-presidente do Brasil Fernando Henrique Cardoso afirma que, em seu mandato, seguiu a tendência da época e apoiou a guerra contra as drogas, fundando, inclusive, uma nova unidade antidrogas”	A
“No México, a guerra declarada contra as drogas a partir de 2006 pelo presidente Calderón”	“no México, a guerra contra as drogas declarada a partir de 2006 pelo presidente Calderón”	R
“gastando bilhões de dólares”	“que consumiu bilhões de dólares”	R
“Como aconteceu na Colômbia”	“Da mesma forma”	R
“Na Colômbia, o assassinato do maior traficante de drogas, Pablo Escobar, não interrompeu o tráfico e a violência relacionada a ele”	“Na Colômbia, o assassinato do famigerado traficante de drogas Pablo Escobar aliado à execução do “Plano Colômbia” não interrompeu o tráfico e a violência relacionada a ele”	R
“Os eua sempre lideraram a guerra contra as drogas, tanto interna como externamente”	“A postura criada em relação às drogas nessa ocasião é a que predomina até hoje, liderada pelos Estados Unidos, tanto interna como externamente”	C
PARTE 2		
“Mesmo assim”	“Ainda assim”	R
“desde que o presidente Nixon declarou esta guerra”	“desde que o presidente Nixon declarou guerra às drogas na década de 1970”	R
“A despeito do fracasso da guerra às drogas, os políticos não estão dispostos a gastar capital político com isso. bJá que sabem que não ganham popularidade com as pessoas e a imprensa”	“A despeito da constatação do fracasso da guerra às drogas e da necessidade de inovação nas medidas que envolvem seu uso, os governantes parecem não estar dispostos a gastar capital político com isso, já que sabem que, desse modo, não ganham popularidade com as pessoas e com a imprensa e que provavelmente vão perder votos”	C
“Eles têm medo de serem acusados de serem coniventes com crime ou as drogas”	“Os políticos têm medo de inovar e, com isso, serem acusados de conivência com o crime ou as drogas”	C
“substituindo a guerra por uma luta mais inteligente”	“substituindo-a por uma luta mais inteligente”	R
“uma luta que use instrumentos mais eficientes”	“uma luta que empregue instrumentos mais eficientes”	R
“para convencer as pessoas a não usarem drogas”	“para convencer as pessoas a não usarem drogas, uma vez que a estratégia de repressão se revelou um fracasso”	R

PARTE 3		
<i>“mostrando claramente”</i>	<i>“deixando claro”</i>	C
<i>“que são pegas pela polícia”</i>	<i>“que são detidas pela polícia”</i>	R
<i>“uso de drogas entre os jovens caiu na última década em relação a todas as drogas”</i>	<i>“uso de drogas entre os jovens caiu em relação a todas as drogas”</i>	R
PARTE 4		
<i>“a repressão às drogas não era a saída”</i>	<i>“a repressão às drogas não estava sendo eficaz”</i>	C
<i>“Acredita-se Acredita-se que a regulamentação pelo estado, com limitações muito claras, seria a solução”</i>	<i>“No entanto, a postura assumida pelos especialistas no documentário Quebrando o Tabu é a de que a solução seria a regulamentação e a educação inteligentes feitas pelo Estado, com limitações muito claras e alertando sobre os perigos de cada droga”</i>	C
<i>“Seus benefícios financeiros também devem ser considerados.: economia com policiamento, prisões e cobrança de impostos”</i>	<i>“Os benefícios financeiros da regulamentação também devem ser considerados, como, por exemplo, a economia com policiamento, prisões e cobrança de impostos”</i>	R
<i>“É legal comprar e vender pequenas quantidades de maconha em cafés. Não é permitido fazer propaganda de maconha. nem vender drogas pesadas”</i>	<i>“Neste país, é legal comprar e vender pequenas quantidades de maconha em cafés, mas é proibido fazer propaganda de maconha e vender drogas pesadas”</i>	R
<i>“alertando sobre seus perigos”</i>	<i>“alertando sobre os perigos de cada droga”</i>	R

Fonte: Elaborado pela autora, 2015.

Apenas para efeito de comparabilidade, consideramos oportuno salientar que, no Quadro 20 do item 4.3.3, levando em conta a redação dos 14 parágrafos que compuseram o primeiro artigo, a protagonista teria realizado 6 reformulações mediante as suas *escolhas* por si mesma, 8 reformulações mediante as suas *escolhas* pelo seu “primeiro outro” e 7 reformulações mediante as suas *escolhas* pelo seu “segundo outro”, sendo que (i) as reformulações por si mesma contemplariam aspectos relacionados ao seu *estilo* e aos valores que estariam implícitos em uma determinada forma de dizer, mas não em outra, (ii) as reformulações possivelmente feitas pela sua contratante contemplariam, majoritariamente, os esforços de Aline quanto a assumir o posicionamento que lhe fora prescrito e (iii) as reformulações que teriam sido motivadas pela sua preocupação com os alunos contemplariam cuidados em relação à clareza das informações, revelando o seu cuidado com a “didaticidade” do texto.

No atual quadro, entretanto, relativo às reformulações referentes a 16 parágrafos de um total de 32 que compuseram o terceiro artigo, contamos 26 reformulações, das quais 17 teriam sido realizadas pelo *uso* da redatora por si mesma, 7 teriam sido desencadeadas pelas *escolhas* de Aline a fim de atender aos prescritos que lhe foram passados pela sua contratante e apenas 2 se justificariam pelas suas *escolhas* em relação aos leitores do artigo produzido por ela. No geral, acreditamos que (i) as suas reformulações por si mesma contemplariam sobretudo os aspectos relacionados ao seu *estilo*, (ii) as reformulações possivelmente feitas pela sua contratante contemplariam, majoritariamente, os esforços de Aline para não ser “taxativa” nos seus pareceres

(também pessoais) favoráveis à descriminalização das drogas, de modo que os “contras” ainda pudessem “concorrer” com os “prós”, e (iii) as reformulações que teriam sido motivadas pela sua preocupação com os alunos contemplariam cuidados em relação a lhes fornecer informações mais devidamente contextualizadas, tendo em vista os aspectos históricos incorporados ao desenvolvimento do tema.

g) Considerações acerca de *estilo e escolhas*

Na análise das quatro grandes partes em que dividimos os relatórios gerados pelo *Spymaster* durante a produção do terceiro artigo (e que, conforme já anotamos, compuseram, na verdade, oito grandes partes, das quais nos atentamos somente às quatro primeiras a fim de viabilizar as nossas novas observações), verificamos que, conquanto a protagonista desta pesquisa tenha nos parecido não apenas mais à vontade para desenvolver o tema que lhe foi prescrito pela segunda professora, como também mais à vontade para privilegiar no texto aquilo que corresponderia ao seu próprio posicionamento, as particularidades da construção do artigo não conflitaram com aquelas apreciadas em relação ao artigo anterior, do mesmo modo como as reformulações levantadas a partir da comparação entre os registros originais e a versão final do artigo não revelaram diferenças substanciais, a não ser pela quantidade de reformulações que teria sido empreendida no uso da redatora por si mesma. De qualquer forma, consoante já evidenciamos, de todas as partes em que os relatórios precisaram ser segmentados extraímos as quatro primeiras, de forma que os resultados quantitativos referentes às reformulações reproduzidas no Quadro 30 foram uma amostra do nosso recorte. Portanto, ao final da análise das oito partes, caso assim a tivéssemos realizado, poderia, talvez, exibir quantidades que, por exemplo, denotassem um uso mais expressivo de Aline pelo seu “segundo outro”. Pautando-nos, porém, pelas observações que empreendemos até aqui com o recorte selecionado para a análise desse terceiro artigo, as 17 reformulações aplicadas pela redatora em função de si mesma somente contribuiriam para reforçar a nossa hipótese de que, em escrevendo uma redação na qual ao menos um dos posicionamentos assumidos estivesse em conformidade com o seu próprio *universo de valores*, Aline se sentiria muito mais à vontade para se ater mais particularmente aos aspectos linguísticos, a exemplo do emprego que lhe pareceria mais adequado na *escolha* de cada palavra (como na linha 3 da parte 1, em que “*Essa postura criada em relação às drogas é a que perdura até hoje*” se torna “*A postura*

criada em relação às drogas nessa ocasião é a que predomina até hoje”) e da substituição de um termo por outro que, entre os seus efeitos de sentido, poderia suscitar uma impressão de “maior nível de elaboração” ou “sofisticação” (como na linha 10 da parte 1, em que “*Na Colômbia, o assassinato do maior traficante de drogas, Pablo Escobar [...]*” se torna “*Na Colômbia, o assassinato do famigerado traficante de drogas Pablo Escobar [...]*”).

Assim, mesmo que a redatora possa ter manifestado mais “familiaridade” com o tema e a sua identificação pessoal com um determinado ponto de vista, o que podemos depreender é que, na essência, o seu *estilo* se mantém – lembrando que, aqui, tal conceito é tomado segundo as considerações de Sírio Possenti (2009a, p. 93), para quem a *escolha* é uma categoria constitutiva do *estilo* e não pode ser definida como “[...] um gesto que decorre simplesmente de uma avaliação do peso das alternativas por parte de um sujeito/autor onisciente e todo-poderoso, livre de qualquer amarra institucional”, mas, sim, como o efeito de uma inscrição. Acrescente-se ainda, mais uma vez, a assertiva do próprio Schwartz (2011, p. 141), para quem “[...] nenhuma *escolha* é produto do aleatório”. Logo, das *escolhas* realizadas por Aline, no seu *estilo*, expressão da sua *singularidade*, permanecem o seu caráter “didático” (em que se verificam uma introdução “pedagógica” ao tema, subtítulos, negritos, informações bem contextualizadas, imagens, referências), mas que em hipótese alguma pode ser considerado “cartilhado”, e “bem elaborado” (no qual se engendram discursos em oposição, evocam-se os argumentos contrários para justificar o porquê daqueles favoráveis, estabelecem-se diferentes “graus de autoridade” para quem está a favor ou contra a questão, levantam-se os próprios acontecimentos como constatações irrefutáveis), sem, por isso, tornar-se “incompreensível” para um público de leitores do ensino médio de uma escola pública.

h) Índícios de Autoria: “dar voz a outros enunciadores”

A exemplo do que encontramos em Possenti (2009b, p. 111-112) durante a análise dos excertos de Veríssimo, na qual o Professor da Unicamp assinala de que maneira o renomado autor “[...] introduz cinco pontos de vista, além do dele, atribuindo-os a outros enunciadores”, no terceiro artigo redigido pela nossa protagonista encontramos uma série de pontos de vista que, conforme já antecipamos, questionamos se, na verdade, não corresponderiam ao seu próprio posicionamento acerca da

descriminalização das drogas, ainda mais porque, diferentemente do que verificamos na análise do texto anterior, neste não encontramos um extenso número de citações. Por essa razão é que, a fim de investigarmos se neste artigo também encontraríamos esse primeiro indício de autoria proposto pelo linguista (2009b), faremos um breve levantamento acerca dos principais pontos de vista incorporados pela autora social ao longo da sua redação, fosse para ela mesma reiterá-los ou rejeitá-los – lembrando que, para Possenti (2009b, p. 111), aí estaria algo da ordem do “como” por parte do autor: “[...] dar voz a outros e incorporar ao texto discursos correntes, fazendo ao mesmo tempo uma aposta a respeito do leitor”, bem como valer-se de um léxico que implique a sua avaliação dos discursos em questão.

Quadro 31 – Sobre “a voz dada aos outros” – reproduções diretas e indiretas.

§	Discursos/Pontos de vista	A quem seriam atribuídos	Avaliação de Aline
2	“O debate é polêmico e interminável”	Sem atribuição (Posicionamento da protagonista?)	Pode sugerir, por exemplo, uma crítica por parte de quem acha que a questão já deveria ter sido encerrada
3	“[...] nos países em que já houve a descriminalização do porte de drogas para uso pessoal, como Portugal, Espanha, República Tcheca, Itália, Alemanha, entre outros, não houve efeito significativo no consumo [...]”	Tarso Araújo (Provável reforço da protagonista)	Aparente neutralidade
3	“[...] no Brasil, há quem defenda que a descriminalização das drogas aumentaria o consumo e a dependência, criando ainda mais problemas a serem resolvidos”	Discurso corrente que concentraria os argumentos de quem é contrário à descriminalização (Provável rejeição da protagonista)	Pode sugerir uma crítica, dado o “há quem defenda” remeter a uma “especulação”, a uma “desqualificação” desse ponto de vista que estaria desprovido de “embasamentos reais”. No contexto, a inconsistência desses argumentos ficaria clara
4	“Diante da constatação do fracasso da guerra contra as drogas, tendo como consequência a desigualdade, a violência, a corrupção, o racismo e a morte [...]”	Sem atribuição (Posicionamento da protagonista?)	Uma crítica explícita à guerra contra as drogas
8	“[...] ‘É uma guerra contra pessoas que apenas tentam ganhar seu sustento cultivando algumas plantas. Eles gostariam de cultivar outra coisa caso recebessem o mesmo valor. Quer dizer, não é possível travar uma guerra contra as drogas sem saber que está travando uma guerra contra pessoas’”	Ruth Dreifuss (Posicionamento da protagonista?)	Aparente neutralidade
9	“[...] O propósito de acabar com as redes do narcotráfico na América parece ainda estar longe de ser alcançado”	Sem atribuição (Posicionamento da protagonista?)	Pode sugerir, por exemplo, uma crítica por parte de quem acha que a questão já deveria ter sido encerrada
11	“[...] o ex-presidente do Brasil Fernando Henrique Cardoso afirma que, em seu mandato, seguiu a	Fernando Henrique Cardoso (Posicionamento da	Uma crítica implícita à guerra contra as drogas.

	tendência da época e apoiou a guerra contra as drogas, fundando, inclusive, uma nova unidade antidrogas, pois estava convencido de que a repressão conseguiria interromper a produção das drogas. Atualmente, como presidente da Comissão Global de Políticas sobre Drogas, confessa que estava errado”	protagonista?)	(FHC “confessa” que estava errado)
12	“[...] um mundo sem drogas é uma fantasia, e a guerra não acaba com o desejo que as pessoas têm pelas drogas [...]”	Sem atribuição (Posicionamento da protagonista?)	Uma crítica explícita à guerra contra as drogas
14	“[...] A despeito da constatação do fracasso da guerra às drogas e da necessidade de inovação nas medidas que envolvem seu uso, os governantes parecem não estar dispostos a gastar capital político com isso, já que sabem que, desse modo, não ganham popularidade com as pessoas e com a imprensa e que provavelmente vão perder votos. Os políticos têm medo de inovar e, com isso, serem acusados de conivência com o crime ou as drogas”	Sem atribuição (Posicionamento da protagonista?)	Uma crítica explícita à guerra contra as drogas e aos políticos que “têm medo de inovar”
15	“[...] No entanto, a postura assumida pelos especialistas no documentário <i>Quebrando o Tabu</i> é a de que a solução seria a regulamentação e a educação inteligentes feitas pelo Estado, com limitações muito claras e alertando sobre os perigos de cada droga. Além disso, é preciso regulamentar e controlar como são produzidas e vendidas”	Especialistas do documentário <i>Quebrando o Tabu</i> (Posicionamento da protagonista?)	Aparente neutralidade
24	“[...] O tratamento com extratos de maconha é assegurado por lei e na prática”	Sem atribuição (Posicionamento da protagonista?)	O emprego de “e na prática” sugere um reforço positivo por parte da própria protagonista
25	“[...] Em tese, o porte de drogas para uso próprio não afronta a saúde pública, mas, sim, a do próprio usuário – em especial, quando se fala de drogas comprovadamente nocivas. Seu uso é praticado dentro da esfera da privacidade , da intimidade, e não deve sofrer interferência do Direito Penal. O consumo de drogas, assim, poderia ser considerado um caso típico de autolesão, e não se pode punir alguém que lesa apenas a própria saúde, ainda mais quando se fala da maconha, droga evidentemente menos danosa se comparada a outras de maior risco e potencial de vício”	Sem atribuição (Posicionamento da protagonista?)	Pelo emprego do “sim”, sugere uma adesão a esse ponto de vista, bem como pelo emprego de “ainda mais” e “evidentemente”
28	“[...] há quem defenda que o consumo de drogas não afeta apenas o usuário, mas a sociedade como um todo . O bem-estar coletivo deveria, portanto, se impor sobre o direito individual pelo efeito negativo causado pelas drogas”	Discurso corrente que concentraria os argumentos de quem é contrário à descriminalização (Provável rejeição da protagonista)	Pode sugerir uma crítica, dado o “há quem defenda” remeter a uma especulação. O emprego de “deveria” também sugeriria algo “hipotético”
29	“[...] a droga alimenta a violência, modifica comportamentos, financia organizações criminosas, induz à prática de crimes contra o patrimônio público e contra a vida, a dependência desnatura o homem e compromete sua dignidade. Pode atuar como energia para a criminalidade, pode ser fator desencadeador de violência (PORTE..., 2015)”	Márcio Fernando Elias Rosa (Provável rejeição da protagonista)	Aparente neutralidade
30	“É possível que o consumo e, conseqüentemente, a dependência das drogas aumente com a descriminalização, propagando o vício do meio social e ampliando a demanda por tratamentos. É	Luiz Fux (Provável rejeição da protagonista)	Aparente neutralidade

	importante considerar, ainda, que a maioria da sociedade brasileira é contrária à descriminalização do uso da maconha [...]"		
31 32	"A droga afeta as áreas cerebrais e provoca risco de doenças"	Adriana Dias Lopes (Provável rejeição da protagonista)	Aparente neutralidade

Fonte: Elaborado pela autora, 2015.

Sintetizando o que é possível depreender a partir do quadro, todo o texto se articulava, na verdade, da integração de diversos pontos de vista, ora apresentados como se correspondessem a um “discurso/conhecimento já compartilhado” por aqueles a favor da descriminalização das drogas (e acrescente-se, portanto, que – a nosso ver – seriam também compartilhados pela própria protagonista), ora apresentados como discursos correntes provenientes daqueles que (“sob conjecturas”) defendem um posicionamento contrário, ora atribuídos àqueles pelos quais teriam sido manifestados. Note-se, no entanto, que somente nesse último caso (em que os pontos de vista são atribuídos a quem, com efeito, os teria manifestado) é que não identificamos avaliações explícitas ou implícitas por parte da redatora. Já no primeiro artigo, ao contrário, examinamos, por exemplo, algumas atribuições implícitas durante a reprodução do posicionamento de coronel Telhada. Aqui, todavia, talvez porque Aline não tivesse de se concentrar em assumir unicamente uma perspectiva que ela mesma rejeitaria, essas avaliações não teriam sido aplicadas diretamente sobre os argumentos das fontes referenciadas, mas deixadas sobre os demais “não assinados”, que talvez a redatora pudesse validar ou rejeitar por si mesma, mediante o seu próprio interesse acerca do assunto, mediante as suas próprias conclusões “baseada nos fatos” – o que a “desobrigaria”, portanto, da necessidade de se justificar com base na opinião alheia identificada.

Diante dessas observações, concluímos, então, que o *indício* “dar voz a outros enunciadores” também estaria contemplado nesse artigo, em que se verifica um número significativo de pontos de vista reiterados ou rejeitados pela redatora no contexto, explícita ou implicitamente, até mesmo quando lhe competiria assumir o posicionamento contrário à descriminalização das drogas (o que ela não teria feito sem deixar “vestígios” dos *valores* que estaria mobilizando para essa questão). Em síntese, encontramos aqui um “como” pelo qual todos os discursos que se inter-relacionam no texto (e que também atravessariam mais ou menos a redatora), revelando uma combinação única resultante de *tomadas singulares de decisão*.

Acerca da “aposta” da atora social em relação ao seu leitor, insistiríamos nas inferências a que chegamos anteriormente, com a ressalva de que, agora, Aline talvez “apostasse” na compreensão de um público que se atentasse mais ao “percurso” da guerra às drogas e dos seus prejuízos (“constatados”) à atualidade do que a um enorme número de “figuras de autoridade” cujas opiniões poderiam ser mais profundamente apreciadas em duas páginas de referências, como as do artigo anterior.

i) Indícios de Autoria: “manter distância em relação ao próprio texto”

A fim de verificarmos se, a exemplo do primeiro artigo redigido por Aline, neste também estaria contemplado o indício de autoria caracterizado por Possenti como “manter distância em relação ao próprio texto”, replicamos o quadro anterior para, agora, contemplar os nossos principais destaques somente nos registros da terceira coluna.

Quadro 32 – Sobre “a voz dada aos outros” – reproduções diretas e indiretas.

ORDEM	EXCERTOS DO TEXTO 1	“DISTANCIAMENTOS”
3	“De acordo com Tarso Araújo, autor do livro Almanaque das Drogas, em entrevista a Thiago Guimarães, nos países em que já houve a descriminalização do porte de drogas para uso pessoal, como Portugal, Espanha, República Tcheca, Itália, Alemanha, entre outros, não houve efeito significativo no consumo. Por outro lado, no Brasil, há quem defenda que a descriminalização das drogas aumentaria o consumo e a dependência, criando ainda mais problemas a serem resolvidos”.	<ul style="list-style-type: none"> • “[...] <u>Por outro lado</u>, no Brasil, <u>há quem defenda que</u> [...]”. <p>ANTECIPAÇÃO ANTE UMA POSSÍVEL REAÇÃO DO OUTRO (POSICIONAMENTO CONTRÁRIO)</p> <p>Aqui, a protagonista teria se distanciando do posicionamento que viria defendendo e, antecipando-se a um “outro” que poderia objetar a respeito dos efeitos negativos da descriminalização, ela mesma teria cuidado de contemplar esse ponto de vista, ainda que, conforme verificamos mais adiante, a fim de combatê-lo.</p>
8	“Como estratégia da guerra contra as drogas, o documentário mostra a destruição de plantações de coca na Colômbia, o chamado ‘Plano Colômbia’. Ruth Dreifuss, presidente da Suíça e comissária global, declara: ‘É uma guerra contra pessoas que apenas tentam ganhar seu sustento cultivando algumas plantas. Eles gostariam de cultivar outra coisa caso recebessem o mesmo valor. Quer dizer, não é possível travar uma guerra contra as drogas sem saber que está travando uma guerra contra pessoas’”.	<ul style="list-style-type: none"> • “[...] o chamado ‘Plano Colômbia’ [...]”. <p>RETOMADA EXPLICATIVA</p> <p>Aqui, notamos o que seria o “distanciamento do próprio texto” a fim de se retomar a informação anterior e apresentá-la ao “outro” sob o nome pela qual seria identificada.</p>
9	“Na Colômbia, o assassinato do famigerado traficante de drogas Pablo Escobar aliado à execução do ‘Plano Colômbia’ não interrompeu o tráfico e a violência relacionada a ele. Da mesma	<ul style="list-style-type: none"> • “[...] aliado à execução do ‘<u>Plano Colômbia</u>’ [...]”.

	<p>forma, no México, a guerra contra as drogas declarada a partir de 2006 pelo presidente Calderón, que consumiu bilhões de dólares, suscitou uma situação de violência ainda mais alarmante e cada vez pior. Desde 2006, houve mais de 47.000 assassinatos relacionados às drogas. O propósito de acabar com as redes do narcotráfico na América parece ainda estar longe de ser alcançado”.</p>	<p>RETOMADA PARA MARCAR DISTANCIAMENTO PESSOAL</p> <p>Embora a redatora já tivesse introduzido a que corresponderia “o chamado ‘Plano Colômbia’”, neste trecho ela o retoma entre aspas para, possivelmente, antecipar ao leitor o seu “distanciamento pessoal” da ação que ela própria rejeitaria, “[...] transferindo a responsabilidade de seu emprego a outra pessoa” (MAINGUENEAU, 2013, p. 207).</p> <ul style="list-style-type: none"> • “[...] O propósito de acabar com as redes do narcotráfico na América parece ainda estar longe de ser alcançado”. <p>RETOMADA CONCLUSIVA</p> <p>Um tipo de tomada de distanciamento a fim de se apreciar o que foi registrado para, logo na sequência, emitir um parecer a respeito, marcar o próprio posicionamento.</p>
12	<p>“Afinal, um mundo sem drogas é uma fantasia, e a guerra não acaba com o desejo que as pessoas têm pelas drogas. A ONU estima que haja 230 milhões de usuários de drogas no mundo, dos quais 90% não apresentam problemas. Ainda assim, lidar com os usuários divide os políticos desde que o presidente Nixon declarou guerra às drogas na década de 1970”.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • “<u>Afinal</u>, um mundo sem drogas é uma fantasia [...]”. • “[...] <u>Ainda assim</u>, lidar com os usuários divide os políticos desde que o presidente Nixon declarou guerra às drogas na década de 1970”. <p>RETOMADAS CONCLUSIVAS</p>
14	<p>“A despeito da constatação do fracasso da guerra às drogas e da necessidade de inovação nas medidas que envolvem seu uso, os governantes parecem não estar dispostos a gastar capital político com isso, já que sabem que, desse modo, não ganham popularidade com as pessoas e com a imprensa e que provavelmente vão perder votos. Os políticos têm medo de inovar e, com isso, serem acusados de conivência com o crime ou as drogas”.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • “[...] já que sabem que, <u>desse modo</u>, não ganham popularidade [...]”. • “[...] Os políticos têm medo de inovar e, <u>com isso</u>, serem acusados de conivência com o crime ou as drogas”. <p>SENTIDOS EM QUE AS AVALIAÇÕES ESTÃO SENDO EMPREGADAS</p>
19	<p>“A principal preocupação é compreender as necessidades das pessoas que são detidas pela polícia portando drogas para uso pessoal, avaliando que tipo de ajuda pode ser fornecida. O vício, portanto, é percebido como um problema de saúde, de modo que os usuários precisam de tratamento médico, e não de criminalização”.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • “[...] O vício, <u>portanto</u>, [...]”. <p>RETOMADA / RESUMO</p>
25	<p>“Em tese, o porte de drogas para uso próprio não afronta a saúde pública, mas, sim, a do próprio usuário – em especial, quando se fala de drogas comprovadamente nocivas. Seu uso é praticado dentro da esfera da privacidade, da intimidade, e não deve sofrer interferência do Direito Penal. O consumo de drogas, assim, poderia</p>	<ul style="list-style-type: none"> • “<u>Em tese</u>, o porte de drogas para uso próprio não afronta a saúde pública, mas, sim, a do próprio usuário [...]”.

	ser considerado um caso típico de autolesão, e não se pode punir alguém que lesa apenas a própria saúde, ainda mais quando se fala da maconha, droga evidentemente menos danosa se comparada a outras de maior risco e potencial de vício”.	ANTECIPAÇÃO ANTE UMA POSSÍVEL REAÇÃO DO OUTRO • “[...] O consumo de drogas, <u>assim</u> [...]” RETOMADA / RESUMO
28	“Por outro lado, há quem defenda que o consumo de drogas não afeta apenas o usuário, mas a sociedade como um todo. O bem-estar coletivo deveria, portanto, se impor sobre o direito individual pelo efeito negativo causado pelas drogas”.	“Por outro lado, há quem defenda que [...]” ANTECIPAÇÃO ANTE UMA POSSÍVEL REAÇÃO DO OUTRO (POSICIONAMENTO CONTRÁRIO)

Fonte: Elaborado pela autora, 2015.

j) Indícios de Autoria: “evitar a mesmice”

Por fim, para encerrarmos a análise acerca desse terceiro artigo, passaremos, na última coluna do quadro, ao exame da maneira como a redatora teria introduzido quatro dos pontos de vista incorporados ao longo do texto, a fim de depreendermos a partir daí se os *verbos dicendi* empregados por ela teriam variado “[...] segundo posições enunciativas, segundo a natureza do discurso” (POSSENTI, 2009b, p. 116), revelando ou não esse terceiro *indício de autoria* na terceira redação de Aline:

Quadro 33 – “Evitar a mesmice” – escolha e emprego dos verbos que introduzem pontos de vista.

§	Emprego dos verbos <i>dicendi</i>	Poderia ter sido...	Adequação
3	“De acordo com Tarso Araújo, autor do livro Almanaque das Drogas, em entrevista a Thiago Guimarães, nos países em que já houve a descriminalização do porte de drogas para uso pessoal, como Portugal, Espanha, República Tcheca, Itália, Alemanha, entre outros, não houve efeito significativo no consumo. Por outro lado, no Brasil, há quem <u>defenda</u> que a descriminalização das drogas aumentaria o consumo e a dependência, criando ainda mais problemas a serem resolvidos.”	“[...] há quem <i>diga</i> que [...]”	Trata-se de uma discussão que, segundo o próprio registro da redatora (parágrafo 2), seria “polêmica e interminável”. Em uma discussão dessa natureza, portanto, não se “diz”, simplesmente: “defende-se” que.
8	“Como estratégia da guerra contra as drogas, o documentário mostra a destruição de plantações de coca na Colômbia, o chamado ‘Plano Colômbia’. Ruth Dreifuss, presidente da Suíça e comissária global, <u>declara</u> : ‘É uma guerra contra pessoas que apenas tentam ganhar seu sustento cultivando algumas plantas. Eles gostariam de cultivar outra coisa caso recebessem o mesmo valor. Quer dizer, não é possível travar uma guerra contra as drogas sem saber que está travando uma guerra contra pessoas’.”	“[...] Ruth Dreifuss, presidente da Suíça e comissária global, <i>diz</i> : [...]”	Considerando que a personagem é ninguém menos do que a presidente da Suíça e que, possivelmente, o contexto no qual a sua fala tenha se dado corresponda a uma entrevista ou a uma declaração pública acerca do tema, parece-nos que o emprego de “declarar” seria, de fato, o mais adequado ao discurso da personalidade em questão.
11	“No documentário, o ex-presidente do Brasil Fernando	“[...] o ex-presidente	Tendo em vista que FHC teria sido

	Henrique Cardoso afirma que, em seu mandato, seguiu a tendência da época e apoiou a guerra contra as drogas, fundando, inclusive, uma nova unidade antidrogas, pois estava convencido de que a repressão conseguiria interromper a produção das drogas. Atualmente, como presidente da Comissão Global de Políticas sobre Drogas, <u>confessa</u> que estava errado.”	do Brasil Fernando Henrique Cardoso <i>diz</i> que [...]” “[...] Atualmente, como presidente da Comissão Global de Políticas sobre Drogas, <i>diz</i> que estava errado.”	convidado a falar em um documentário a respeito da sua atuação no combate às drogas enquanto era presidente, o verbo “afirmar” ⁹⁵ , que o Houaiss (2012) também apresenta como equivalente de “declarar com firmeza” e “dizer assumindo”, parece adequado ao contexto. Além disso, considerando a oposição que se estabelece entre o posicionamento de FHC àquela época e agora, em que ele teria “revisto” o seu ponto de vista, o emprego de “confessa” não apenas é adequado ao discurso, como ainda sugere “[...] uma intervenção do sujeito, que não deixa ao leitor a tarefa de julgar se se trata de uma confissão” (POSSENTI, 2009b, p. 116).
28	“Por outro lado, há quem <u>defenda</u> que o consumo de drogas não afeta apenas o usuário, mas a sociedade como um todo . O bem-estar coletivo deveria, portanto, se impor sobre o direito individual pelo efeito negativo causado pelas drogas.”	“[...] há quem <i>diga</i> que [...]”	Trata-se de uma discussão que, segundo o próprio registro da redatora (parágrafo 2), seria “polêmica e interminável”. Em uma discussão dessa natureza, portanto, não se “diz”, simplesmente: “defende-se” que.

Fonte: Elaborado pela autora, 2015.

Assim, orientados pelas análises que já empreendemos individualmente em relação aos dois artigos selecionados a partir da produção da protagonista, nas quais levantamos diversas hipóteses que aventamos segundo o imbricamento entre os pressupostos da Ergologia e os conceitos de *estilo* e *autoria* ressignificados por Sírío Possenti (2009a; 2009b) na Análise do Discurso de origem francófona, seguiremos agora para a nossa análise final, na qual contaremos com as apreciações de quem efetivamente está inserida na atividade de trabalho de redatora de textos técnicos e tanto tem a compartilhar de si mesma a respeito dos seus próprios processos e dos *valores* que mobiliza para ser capaz de empreendê-los com tanto êxito.

4.6 Autoconfrontação: com a palavra, a redatora

De acordo com Moita Lopes (2006b, p. 88), “[...] muito do que se chama linguística insiste em ignorar o que as pessoas no cotidiano pensam sobre linguagem, embora insista em produzir conhecimento sobre a vida delas ou lhes indicar ações

⁹⁵ AFIRMAR. In: GRANDE DICIONÁRIO Houaiss da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Instituto Antônio Houaiss, 2012. Disponível em: <<http://houaiss.uol.com.br/busca?palavra=afirmar>>. Acesso em: 13 fev. 2016.

políticas”. Paralelamente, além do discurso, poderíamos dizer que, no geral, muito do que se estuda a respeito do trabalho ainda insiste em ignorar o que as pessoas que estão em situação de trabalho pensam a respeito dele, embora insista em produzir conhecimento sobre a atividade delas ou lhes indicar teorizações acerca de novos modos de fazer. E é justamente nesse tipo de proposição que nos preocupamos em não incorrer, ao insistir na produção de um conhecimento efetivamente compartilhado, identificados com esta outra realidade a que Moita Lopes (2006a, p. 23) nos convoca:

[...] a LA precisa dialogar com teorias que têm levado a uma profunda reconsideração dos modos de produzir conhecimento em ciências sociais [...], na tentativa de compreender nossos tempos e de abrir espaço para visões alternativas ou para ouvir outras vozes que possam revigorar nossa vida social ou vê-la compreendida por outras histórias. [...] Para tal, são necessárias teorizações que dialoguem com o mundo contemporâneo, com as práticas sociais que as pessoas vivem, como também desenhos de pesquisas que considerem diretamente os interesses daqueles que trabalham, agem etc. no contexto de aplicação – uma dimensão que o campo da LA raramente contempla [...].

É, portanto, permanentemente incitados por essa proposta de “ouvir a voz” e evidenciar os interesses de quem trabalha no contexto da aplicação que, para a conclusão das análises na qual vimos mobilizando as perspectivas ergológica e discursiva, optamos por privilegiar os pareceres (a voz) da nossa protagonista a respeito daqueles apontamentos que compartilhamos com ela por ocasião da autoconfrontação ocorrida no dia 25 de outubro de 2015 (Anexo I). Deste modo, retomaremos as sínteses das nossas observações até aqui e as concluiremos a fim de que, estabelecendo uma correlação entre essas observações e as respostas dadas por Aline, verifiquemos a possibilidade de, com efeito, promover um diálogo entre a teoria e a prática, alcançando uma compreensão bem mais amplificada – e, quiçá, bem mais próxima da realidade – daquilo que verdadeiramente configura a (sua) atividade de trabalho do redator de textos técnicos.

Resumindo, assinalamos que:

a) Em relação às *prescrições* para a atividade

Já nas prescrições passadas à redatora em relação ao primeiro artigo, Aline efetuou a sua primeira *renormalização*, antecipando-se à dificuldade de “escrever em apenas 2 páginas sobre um tema tão complexo”.

Lembramos que, conforme registramos no item 3.1.2, a ação de *renormalizar* (a que Schwartz (2011, p. 138) se reporta como “um fato universal”) corresponde a uma tentativa inerente a cada um – visando à própria saúde – quanto a repensar o que, na constituição das normas, foi formulado sem contemplar a sua *singularidade*, a sua história, os valores que lhe são peculiares. Logo, uma vez que a prescrição lhe fora simplesmente transmitida – desconsiderando, então, a sua *singularidade*, a sua história, os valores que lhe são peculiares –, Aline a teria *renormalizado* visando a preservar a sua saúde – que, num sentido mais amplo, aqui poderíamos tomar, por exemplo, como a tranquilidade necessária para discorrer sobre um tema sem a obrigatoriedade de fazê-lo se ajustar a uma determinada quantidade de páginas. A obrigatoriedade, ao contrário, poderia tê-la afligido no exercício da sua atividade, “limitando o seu raciocínio”, resultando num “trabalho dobrado” (caso, depois de pronto, a redatora precisasse se dedicar ao resumo do artigo), etc. Assim, a nossa hipótese foi de que a antecipação e a *renormalização* de Aline estariam relacionadas ao seu *uso de si por si*, demonstrando, nesse caso, um “autoconhecimento profissional” conquistado mediante o seu *saber prático* ou *investido*.

Além disso, dado que o *uso de si* corresponde ao “[...] fazer uso das suas próprias capacidades, de seus próprios recursos e de suas próprias *escolhas*” (SCHWARTZ; DURRIVE, 2007, p. 192), e que cada *escolha* implica a negociação com um *universo próprio de valores*, o *uso de si por si* que encontramos na negociação que Aline propõe já no recebimento das prescrições revela o valor por ela atribuído ao tema proposto, definindo-o como “tão complexo” – o que por si só justificaria a sua dificuldade de desenvolvê-lo numa redação limitada a duas páginas. O mesmo não se verificaria, porém, em relação ao seu terceiro artigo, sobre o qual a protagonista não teria feito qualquer juízo de valor quando em contato conosco para compartilhar a informação. Além disso, embora a recomendação da segunda contratante fosse idêntica àquela apresentada pela primeira professora, era de supor que a docente também tivesse ciência da *renormalização* que a atora social propusera no primeiro caso e que, de certo, ela se estenderia ao segundo, de tal modo que a redatora escreveria o que, na sua opinião, equivaleria à quantidade suficiente para dar conta do desenvolvimento do texto a partir das perspectivas prescritas e de forma consistente.

Particularmente a respeito da primeira questão relativa à *renormalização*, quando questionada sobre o que a teria motivado a se antecipar em relação ao volume de páginas necessário ao desenvolvimento do tema, Aline considerou:

“Talvez uma dificuldade de síntese minha, mas acho que principalmente por causa do tema. [...] principalmente porque, por não ser um tema, por não ser uma prescrição que eu domine, que era defender, eu sabia que eu ia ter que me basear em outras pessoas, eu sabia que eu ia ter que procurar dados, e eu não conseguia imaginar colocar tudo isso... Porque eu tinha que me convencer enquanto eu tava escrevendo. Com 2 páginas eu não ia me convencer. Se eu não me convenço, eu não ia conseguir convencer os outros. Então, eu acho que foi mais isso. Talvez se você falasse: ‘Escreva um texto a favor da descriminalização das drogas’, eu conseguiria fazer em 2 páginas, conseguiria seguir isso, porque eu facilmente iria me convencer”.

Destaque-se que, nessa resposta da protagonista, podemos, finalmente, identificar o seu posicionamento a respeito da redução da maioria penal: a redatora não “dominava” a “defesa” desse ponto de vista (ou seja, dominava a defesa de outro ponto de vista, que corresponderia, portanto, àquele contrário à redução) e, para Aline, mais do que devido à complexidade do próprio tema (complexidade essa de que se valeu para justificar o porquê de não conseguir atender ao *prescrito* sobre as duas páginas), o seu desafio estava em desenvolvê-lo assumindo uma perspectiva da qual ela própria precisaria “se convencer”, caso desejasse fazê-lo em relação aos demais. Em contrapartida, num texto que fosse exclusivamente a favor da descriminalização das drogas, Aline estima que não esbarraria na mesma dificuldade, pois estaria de acordo com o posicionamento prescrito (e, aqui, destaque-se também o seu posicionamento a respeito desse outro debate).

b) Em relação ao *vazio de normas*

Ao nos depararmos com duas redações compostas por subtítulos (caso do terceiro artigo), negritos, citações com mais de três linhas, ilustrações e referências, cogitamos que, mais do que *renormalizar*, talvez cumprisse ao redator de textos técnicos a desafiadora tarefa de *preencher o vazio de normas* que caracterizaria a sua profissão, no sentido de não haver um “manual de como fazer” – à parte todos os manuais de redação e todos os livros que concentram teorias/regras/dicas/macetes voltados a “como escrever bem”, lançados anualmente sob os mais diversos títulos e direcionamentos. Na prática, porém, mesmo tendo ciência de como aperfeiçoar o

próprio *estilo*, de a quais manobras linguísticas recorrer para atender a uma determinada finalidade, de quais as grafias corretas de cada vocábulo após acordos ortográficos, etc., o fato é que, na hora de redigir, o profissional de redação não disporia de um “passo a passo” para cada tipo de texto ou tema (embora caiba lembrar que, ainda que ele o tivesse, Schwartz (2011, p. 133) já alerta para a questão de que nenhum agir é mecânico). Todos esses materiais por meio dos quais seria capaz de aperfeiçoar a sua escrita poderiam lhe servir de instrumentos, mas de instrumentos que por si só não bastariam para lhe conferir a exata noção (ou, se preferirmos, o “algo a mais”, que a CBO 2002 teria mencionado como “intuição”) do que escrever e *como*. Além do que, a cada texto se ajustaria um modo de fazer *ressingularizado*, para o qual os *saberes instituídos* não seriam os únicos mobilizados, sendo exatamente nessa constatação que acreditamos estarem apoiadas algumas das competências pessoais elencadas pela CBO 2002 e que, para além dos demais profissionais da escrita, contemplariam também o exercício do nosso redator: seria preciso contar com a experiência que se constrói à base de inúmeras tentativas, à custa de um conhecimento acumulado a partir do próprio labor diário, sustentado por uma história absolutamente *singular*. Tudo isso definiria um “modo próprio de fazer” cujas particularidades frequentemente nos escapam, posto não se limitarem a um investimento feito unicamente no campo mental – ou, ainda, posto não se limitarem a um investimento feito no campo mental exclusivamente de maneira consciente. E tudo isso poderia definir ainda o desenvolvimento daquilo que, em não correspondendo a uma forma de conhecimento indireta – adquirida pelo nosso acesso aos conteúdos externos –, revelar-se-ia de maneira clara e imediata na forma de um conhecimento direto (“independentemente de raciocínio ou análise”⁹⁶) que teríamos convencionalmente chamar de “intuição”. Ou, noutras vezes, de “insight”.

Quando, interessados em saber de que maneira Aline teria dado conta de *preencher esse vazio de normas* (conscientemente), perguntamos a ela como fora produzir os textos a partir das *prescrições* recebidas, a protagonista explicitou acerca do primeiro artigo:

“O primeiro foi muito difícil, porque... por mais que eu saiba quais são os

⁹⁶ INTUIÇÃO. In: GRANDE DICIONÁRIO Houaiss da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Instituto Ant3nio Houaiss, 2012. Disponível em: <<http://houaiss.uol.com.br/busca?palavra=intui%25C3%25A7%25C3%25A3o>>. Acesso em: 2 fev. 2016.

argumentos a favor da redução, é... eu acho que eu não tinha um suporte, eu não tinha conteúdo pra escrever uma redação inteira só da minha cabeça. E... e acho que não tinha argumentos de autoridade, porque pra mim não são argumentos, pra mim não são válidos. Então, eu precisava achar coisas mais fortes, como leis, como pessoas com alguma autoridade, ou autoridade do seu lado ideológico, pra me apoiar, porque sozinha eu não ia conseguir escrever. E, antes de escrever, eu até perguntei pro Diego⁹⁷ que que eu podia procurar. Ele: “Ah, vai ver Reinaldo de Azevedo, vai ver Coronel Telhada...”, e falou vários nomes: Rodrigo Constantino... Que são pessoas que eu sinceramente eu não leio. Eu sei quem são, sei o que dizem, porque tá todo mundo reproduzindo o discurso deles. Mas eu mesma não tinha lido. Tinha lido uma coisa ou outra do Reinaldo de Azevedo, e só. Então, eu já fui direto neles quando comecei a pesquisa. E... procurar os argumentos. E também havia um texto... Quando eu tava trabalhando no cursinho, uma das aulas foi sobre... Eu tinha que assistir às aulas de redação, pra minha correção não ser diferente do que o professor tava falando, porque tinha várias regras lá. E aí uma das aulas foi sobre a redução da maioria penal e, embora o professor fosse contra, ele tinha que dar os argumentos a favor também. E aí tinha um texto... que era... do Alberto Fraga... foi o texto que ele usou como base a favor da redução. Então, eu reli esse texto e também usei como base para escrever o artigo. E, conforme eu fui escrevendo, conseguindo os argumentos... Mesmo sem acreditar em nada do que eu tava escrevendo, no fim das contas eu olhei e pensei: ‘É, eu acho que pra proposta, que é levar pros alunos e mostrar o outro lado, serve’. Serve, porque tem um embasamento, tem a lei, tem esses autores. Então, acho que, pra proposta, ele vai servir. E... enfim... Nem eu acreditava no texto depois que eu terminei de ler. Mas... tá. Vamos ser democráticos e mostrar os dois lados, e tá certo. Numa escola, no cursinho, na faculdade... tem que mostrar os dois lados”.

Desta resposta de Aline, em especial, gostaríamos de já destacar duas partes da sua introdução, na qual ela diz:

1. “O primeiro foi muito difícil, porque... por mais que eu saiba quais são os argumentos a favor da redução, é... eu acho que eu não tinha um suporte, eu não tinha conteúdo pra escrever uma redação inteira só da minha cabeça [...]”.

⁹⁷ A protagonista faz menção ao namorado.

Aqui, portanto, a protagonista estaria se reportando, sem saber, à necessidade de superar os “*imprevistos da atividade*”, que, no caso, não estariam representados no tema em si mesmo, mas no posicionamento que a atora social deveria assumir. Para tanto, ela não apenas não contava com *prescrições* a respeito de *como fazer*, como ainda não encontrava recursos nos seus próprios *saberes instituídos e investidos*, dado nunca ter sido confrontada a esse tipo de exercício em *situação de trabalho*. A solução, então, consistiu tanto na aquisição (“indireta”) de conhecimento, mediante o contato com o próprio namorado e pesquisas sobre aquelas figuras cujos discursos “tá todo mundo reproduzindo” – muito embora a protagonista, por si mesma, “sinceramente” não se interesse pela leitura desses discursos –, quanto no resgate a um episódio da sua própria experiência profissional, quando, “trabalhando no cursinho”, Aline teve acesso a um texto do Alberto Fraga, que ela releu e “também usou como base para escrever o artigo”;

2. “[...] *E... e acho que não tinha argumentos de autoridade, porque pra mim não são argumentos, pra mim não são válidos. Então, eu precisava achar coisas mais fortes, como leis, como pessoas com alguma autoridade, ou autoridade do seu lado ideológico, pra me apoiar, porque sozinha eu não ia conseguir escrever*”.

Aqui, particularmente, encontramos o parecer que confirma as hipóteses que, por meio dos “indícios” que vislumbramos nas análises dos textos, levantamos acerca de Aline se referir a “figuras de autoridade” de cuja “autoridade” ela mesma não estaria convencida e que, por conseguinte, ainda que de maneira mais ou menos sutil, contestaria. Acontece que, para ela, os argumentos evocados para a composição do primeiro artigo “não são argumentos”, “não são válidos”. Aí, portanto, justificar-se-ia a sua necessidade de, particularmente no primeiro artigo, fazer tantas referências diretas e indiretas, como se buscasse marcar o seu próprio distanciamento das ideias que estava articulando. Afinal, conforme a nossa atora social acrescenta um pouco mais adiante nessa mesma resposta, “ela não acreditava em nada do que estava escrevendo”.

Já acerca do terceiro artigo, Aline comenta:

“E o último foi o que eu mais gostei, porque é um assunto que pra mim é importante. Eu já tinha visto esse documentário, estava com ele fresco na cabeça. Também tem outro documentário, só que eu acabei só vendo depois. Não vi antes, então não consegui usá-lo, mas é muito bom. Chama ‘Cultura Chapada’. Que

também fala sobre a guerra contra as drogas, mas ele foca mais na maconha. Porque o ‘Quebrando o Tabu’ é drogas no geral. Ele fala sobre a maconha, claro, mas não foca, não se centra na maconha, e o ‘Cultura Chapada’ sim. Só eu não vi há tempo. E como é um assunto que me diz respeito, e eu tenho um posicionamento, eu sou a favor da descriminalização, já me deu um conforto poder falar dos dois lados; já foi mais confortável. Porque, eu entendo o argumento de quem é contra, muito mais facilmente do que o de quem é a favor da redução da maioria penal. Mesmo assim, me vejo na luta a favor da descriminalização. Mas pra mim é mais fácil entender quem não é. Quem não é, quem nunca teve contato com droga, quem tem essa visão bem distante, que todo mundo que fuma é maconheiro e necessariamente vai avançar pra drogas mais pesadas. E, por mais que eu tenha lido e visto o documentário, é um assunto que pra mim é mais fácil de discutir. Eu poderia ter começado ele sem olhar nada. Seria muito mais fácil desenvolver. Mas... eu não consigo escrever um texto sem colocar fonte... Porque, por mais que eu tivesse desenvolvido ele sem olhar nada, eu sei que tudo que eu falei ali eu vi em algum lugar. Não fui que criei, não fui eu que inventei, não fui eu que descobri. E... eu acho que... tanto esse como o da redução da maioria penal, eles vão ser exibidos numa sala de aula, é importante que eles tenham dados que não foi o autor que pôs ali, que criou. ‘Eu tô falando isso porque um especialista disse isso’. Ou, mesmo que eu não esteja de acordo, não fui eu que inventei. E... não sei... imaginei que quem tivesse interessado pudesse ir atrás dessas fontes, desse documentário pra expandir o conhecimento sobre esse assunto. E esse foi, pra mim foi o mais fácil de desenvolver, acho que foi até o que ficou mais longo, né? Acho que é isso, basicamente”.

Em relação a essa explicação da protagonista, já na introdução dessa resposta também encontramos algumas informações que ratificam as nossas impressões:

1. “E o último foi o que eu mais gostei, porque é um assunto que pra mim é importante. Eu já tinha visto esse documentário, estava com ele fresco na cabeça. [...] Porque o ‘Quebrando o Tabu’ é drogas no geral. Ele fala sobre a maconha, claro, mas não foca, não se centra na maconha [...]”.

Nesse trecho, portanto, temos a confirmação de que a descriminalização das drogas é, de fato, um tema com o qual a redatora guarda mais “familiaridade”, “proximidade”. Além disso, talvez também daí possamos agora compreender o porquê da abrangência já destacada no título do artigo, quando, originalmente, a atora social foi

contratada para escrever a respeito da legalização da maconha (de uma droga, em particular): acontece que, identificada com o posicionamento de um documentário que ampliara a discussão para a descriminalização das drogas em geral e interessada em se valer desse conteúdo para o desenvolvimento do artigo, Aline, por sua vez, também teria achado pertinente fomentar uma reflexão mais abrangente do que a legalização da maconha, exclusivamente;

2. “[...] *E como é um assunto que me diz respeito, e eu tenho um posicionamento, eu sou a favor da descriminalização, já me deu um conforto poder falar dos dois lados; já foi mais confortável. [...] me vejo na luta a favor da descriminalização. Mas pra mim é mais fácil entender quem não é. Quem não é, quem nunca teve contato com droga, quem tem essa visão bem distante, que todo mundo que fuma é maconheiro e necessariamente vai avançar pra drogas mais pesadas. E, por mais que eu tenha lido e visto o documentário, é um assunto que pra mim é mais fácil de discutir. Eu poderia ter começado ele sem olhar nada. Seria muito mais fácil desenvolver [...]*”.

Já neste excerto, não bastasse termos mais uma vez o posicionamento de Aline claramente manifestado (“eu sou a favor da descriminalização”), deparamo-nos também com a sua declaração de que, sim, ela estava “mais confortável” em relação ao desenvolvimento desse tema e à possibilidade de tratá-lo sob duas perspectivas, inclusive porque ela entenderia mais facilmente os argumentos de “quem tem essa visão bem distante” do “contato com droga” (e que, portanto, em tendo “essa visão bem distante”, estaria se baseando em “conjecturas” – como a de que “todo mundo que fuma é maconheiro e necessariamente vai avançar pra drogas mais pesadas” –, e não em “fatos” (“numa visão bem de perto”). Assim, além do reforço quanto à sua familiaridade com o tema, verificamos aqui os *valores* que estariam sendo mobilizados para que, em oposição àqueles a quem se referiu duas vezes por meio do registro “há quem defenda que”, sugerindo aí uma “especulação”, “conjecturas”, a redatora contrapusesse “dados” – e para que assim o tenha feito até mesmo com certa “insistência”, a começar pela “constatação do fracasso da guerra contra as drogas”. Não bastasse, ainda nessa mesma resposta contamos com a antecipação da própria Aline para outra verificação que assinalamos na análise do terceiro texto: a atora social estaria tão “confortável” com o tema e o posicionamento que assumiria, tendo em vista que seria um assunto pelo qual teria tanto interesse, que não lhe tinha sido necessário consultar dezenas de “figuras de autoridade” por intermédio das quais ela se posicionasse – o que, por conseguinte,

justifica pouco mais da metade de uma página de referências contra duas páginas inteiras dedicadas ao artigo sobre a redução da maioria penal. Pela sua própria imersão no tema, ela simplesmente poderia “ter começado ele sem olhar nada”;

3. em aproveitamento a uma resposta tão esclarecedora, cumpre salientar ainda outra importante informação já aqui antecipada por Aline, quando, muito embora ela considere que poderia ter iniciado o terceiro artigo “sem olhar nada”, ela mesma explicita: “[...] *Mas... eu não consigo escrever um texto sem colocar fonte... [...]*”, com destaque para o “eu não consigo”. Precisamente aqui, já “diagnosticamos” a consciência da protagonista no que alude a uma das características do seu *estilo* peculiar, que é respaldado por *valores* que lhe são claros! Logo, eis, em termos práticos, a aplicação dos pressupostos de Schwartz (2011, p. 141), para quem “nenhuma escolha é produto do aleatório” – “ou então Aline seria ‘biruta’!” –, mas, sim, o resultado do próprio diálogo com o seu *universo de valores*, bem como a aplicação das premissas de que parte Possenti (2009a, p. 93), para quem a *escolha* é um efeito da multiplicidade dos recursos, que competem entre si a todo instante, e “[...] *escolher* não é um ato de liberdade, mas o efeito de uma inscrição”. Ora: ao ajuizar que “não consegue escrever um texto sem colocar fonte”, Aline justifica (seus *valores*): “[...] *por mais que eu tivesse desenvolvido ele sem olhar nada, eu sei que tudo que eu falei ali eu vi em algum lugar. Não fui que criei, não fui eu que inventei, não fui eu que descobri. [...] ‘Eu tô falando isso porque um especialista disse isso’. Ou, mesmo que eu não esteja de acordo, não fui eu que inventei*”;

4. ainda por ocasião dessa resposta única, queremos assinalar mais uma informação bastante oportuna, chamando atenção para quando a atora social pondera: “[...] *E... eu acho que... tanto esse como o da redução da maioria penal, eles vão ser exibidos numa sala de aula, é importante que eles tenham dados que não foi o autor que pôs ali, que criou [...]* *E... não sei... imaginei que quem tivesse interessado pudesse ir atrás dessas fontes, desse documentário pra expandir o conhecimento sobre esse assunto*”. Aqui, portanto, contaríamos com uma dupla finalidade no que concerne ao seu cuidado de referenciar as fontes consultadas ou que, simplesmente, teriam sido importantes para a formação da sua própria opinião a respeito dos temas: de um lado, Aline estaria agindo em consonância com os seus *valores* relativos à preservação das ideias a quem estas “seriam de direito”; de outro, estaria, nesses dois casos, possibilitando que os alunos dispusessem de um meio para encontrar informações mais completas a partir de cada referência – o que, por sua vez, indicaria, numa das bases

desse *estilo* didático de Aline, os valores também mobilizados no seu *uso* em função do seu “segundo outro”.

• no tópico anterior, aventamos que, mais do que *renormalizar*, é possível que ao redator de textos técnicos cumprisse a tarefa de preencher o *vazio de normas*. E, portanto, da necessidade desse *preenchimento*, adviria uma segunda: a necessidade de criar *prescrições próprias*, isto é, *autoprescrições*, que – reitere-se – se estabelecem tanto por meio da experiência do *fazer* quanto por meio do conhecimento adquirido mediante as múltiplas possibilidades de acesso ao saber (os *saberes instituídos*). E precisamente nessa associação entre um saber e outro é que encontraríamos os “detalhes” do processo dos quais as *prescrições* por si só não dariam conta, incapazes de antecipar tudo. No caso em que nos detemos, por exemplo, quais seriam os “prescritos” para que Aline realizasse a sua pesquisa acerca do tema? Onde ela deveria fazê-lo? Quem seriam, especificamente, as “figuras de autoridade” às quais deveria recorrer? Para tanto, seria imprescindível aplicar-se igualmente na busca pela forma de conhecimento indireto (artigos, reportagens, levantamentos, infográficos, vídeos, sites, pessoas), de modo que encontrasse o material no qual se pudesse embasar, tal como Aline o fez. No entanto, sabemos que isso também não seria o suficiente para que a atora social soubesse exatamente o que e *como* escrever, sendo aqui, portanto, que retomamos a “intuição” ou o “insight” com a/o qual vínhamos concluindo o tópico anterior. Cabe dizer, entretanto, que, na data da autoconfrontação, ainda não nos atentáramos quanto ao “desenvolvimento da intuição” (tal como preconizado pela CBO 2002) ou do “insight” como elemento(s) constitutivo(s) do exercício sempre *ressingularizado* do redator de textos técnicos⁹⁸, de tal forma que, quando novamente debruçados sobre a transcrição da autoconfrontação, surpreendemo-nos quando nos demos conta de que, ao questionar da atora social de que modo se processaria (conscientemente) a elaboração/articulação dos parágrafos ao longo texto, ela ponderou:

“Bom, eu tenho a informação... Aquela série de informações que eu fui coletando... Mas eu não sei, conscientemente, que processo que eu usei pra escolher

⁹⁸ Reiteramos o nosso agradecimento à Profa. Dra. Ana Raquel Motta de Souza, cuja atenta leitura desta pesquisa, por ocasião de nossa qualificação, apontou-nos essa especial articulação, considerando que a competência “desenvolver intuição” poderia ser aquela para a qual, sem conhecer a abordagem ergológica, a CBO 2002 teria direcionado as *dramáticas dos usos de si* – e, acrescentamos, teria direcionado também a *subjetividade/singularidade* a que Possenti se refere na Análise do Discurso de tradição francesa.

que informação que ia, qual informação que não ia e... De repente, o que eu acrescentei às 18h30 foi um insight que eu tive e achei interessante, mas talvez não desse ensejo prum novo parágrafo e cabia bem naquele. Mas não foi... Não foi de caso pensado, acho”.

c) Em relação à maneira como o texto vai sendo construído

De acordo com as nossas observações a respeito da composição de cada parágrafo mediante o que denominamos como os seus “fragmentos”, bem como a respeito da ordem como os próprios parágrafos foram sendo desenvolvidos, podemos dizer que não encontramos nem uma regularidade na composição de cada parágrafo (ou seja, os fragmentos dos parágrafos não foram concluídos já no seu primeiro registro, mas, ao contrário, foram sofrendo interferências ao longo do processo, como acréscimos e/ou reformulações realizadas ou não imediatamente e segundo o *estilo* da redatora) nem uma sequência “lógica” na ordem como esses parágrafos vão sendo desenvolvidos (ou seja, esse desenvolvimento não contemplou a ordem de “introdução > desenvolvimento > conclusão”).

A nosso ver, a contribuição proporcionada pelo *Spymaster* para esse tipo de investigação do processo de produção textual da redatora foi significativa, denotando também o que pode ser um *estilo* de desenvolvimento singular. Contudo, independentemente de se tratar ou não de um processo único, ele já nos permite chamar atenção para uma prática bastante diferente daquilo que, por anos a fio, aprende-se na escola durante as aulas de redação dedicadas principalmente aos textos dissertativos: seria mesmo (sempre) possível desenvolver um tema já sabendo exatamente por onde começar, como engendrar os argumentos para o seu desenvolvimento e de que forma concluí-lo?

A esse respeito, ainda mais especificamente, chamamos atenção para o fato de que, conquanto a própria protagonista tenha considerado que, acerca do terceiro texto com o qual guardava muito mais “familiaridade”, poderia “ter começado ele sem olhar nada”, ela o iniciou pela criação dos parágrafos que, na versão final da redação entregue, corresponderam às posições 5, 6, 7, 8, 9, 10 e 11, de modo que o seu primeiro parágrafo – “O documentário Quebrando o Tabu, dirigido por Fernando Grostein Andrade em 2011, mostra como o então presidente dos Estados Unidos, Richard Nixon, declarou em 1971 a **guerra contra as drogas**. Foi estabelecida uma política de

tolerância zero, com punições mais severas contra as drogas e contra o crime. Os Estados Unidos convenceram as Nações Unidas de que o instrumento ideal era a repressão, e a guerra às drogas se estendeu a outros países e governos.” – não correspondeu à introdução.

Durante a autoconfrontação, tendo em vista que já observáramos essa particularidade do processo a partir das capturas realizadas pelo *software*, perguntamos a Aline se a “não linearidade” na construção do texto equivaleria a uma “marca sua”, como via de regra, ou se, por exemplo, ela teria se dado em decorrência dos temas suscitados em ambos os textos, ao que ela presumiu:

“Acho que é uma marca minha. No fim das contas, eu procuro fazer introdução, desenvolvimento e conclusão. A produção, o processo... Eu acho que, para qualquer coisa que eu escrevo, primeiro eu pego os dados. Vejo o que eu vou usar, o que eu não vou usar. Faço o desenvolvimento... Porque às vezes... Já aconteceu de eu fazer a introdução e depois, quando eu percebo, o desenvolvimento não tem nada a ver com a introdução porque a discussão cresceu tanto ou foi para um outro lado que eu não imaginava. Em trabalhos da faculdade, por exemplo, acontecia isso. Então... É regular até, eu sempre pegava uma página no Word e ia colocando tudo o que eu ia usar como dado. Depois eu ia vendo onde ficava melhor cada um pra seguir... Aí sim seguir uma linearidade na hora do resultado. Mas, pra produzir, não...”

Dessa resposta, destacamos que Aline conjectura que os nossos apontamentos em relação ao modo como desenvolve a sua atividade trabalho corresponderiam a uma “marca sua”, embora, mais adiante, ela reflita que essa “linearidade” se adequaria melhor “na hora do resultado”, e não durante o processo.

No que concerne à média de tempo que precisaria dedicar à produção de cada artigo, a protagonista informa:

“Às vezes eu faço uma estimativa, mas eu... Não funciona. Às vezes eu acho que vou levar mais tempo e levo menos, ou o contrário. Esse aqui, o da descriminalização, eu achei que eu ia levar mais e acabei levando menos tempo do que eu imaginava. Se eu não me engano, foram três horas, eu acho, nesse aí”

Chama atenção, portanto, a constatação de que, no exercício desempenhado por Aline, fazer estimativa “não funciona”, o que poderíamos tomar como uma *imprevisibilidade* característica dessa atividade de trabalho. Afinal, achando-se diante de um *vazio de normas*, ante a necessidade de criar uma série de *autoprescrições* para preenchê-lo, vendo-se obrigado a empreender uma série de *escolhas* em função de *si mesmo* e dos seus *outros* (contratante e público leitor), como, afinal, o redator de textos técnicos lograria especificar uma quantidade de tempo para se dedicar à elaboração de um texto?

d) Em relação às reformulações conforme o texto vai sendo construído e as marcas de um *estilo próprio*

Mais uma vez, surpreendemo-nos quando, durante a autoconfrontação, o imbricamento entre os fundamentos propostos por Yves Schwartz (SCHWARTZ; DURRIVE, 2007; SCHWARTZ, 2011) e aqueles propostos a partir das *ressignificações* promovidas por Sírio Possenti (2009a; 2009b) surgiu espontaneamente da fala da nossa protagonista, independentemente de não serem citados sob a designação exata com que os conhecemos. Baseando-nos nas reformulações identificadas ao longo dos textos, foi Aline quem, sem se dar conta do arcabouço teórico que estaria articulando, estabeleceu um paralelo entre as suas reformulações, os *valores* que estariam em jogo no emprego (na *escolha*) de uma determinada palavra ou de outra, o seu *estilo* mais “elaborado” e o seu *uso de si* pelos seus *dois outros* (nas *escolhas* linguísticas feitas em razão de *valores* mobilizados *por si* e pelos demais).

Vejamos os apontamentos que, segundo as perspectivas teóricas, podemos inserir [entre colchetes] em meio às respostas dadas pela atora social acerca de

i) algumas reformulações ocorrerem imediatamente e outras não, bem como se a redatora já teria se dado conta disso:

“Eu me dou conta. [...] Muita coisa é pra evitar repetição, por isso até que eu acesso o Dicionário de Sinônimos ou o Caldas Aulete, mas geralmente o de sinônimos, porque o Caldas tem o significado, não tem outras palavras. [Até aqui, portanto, teríamos uma declaração em relação à “elaboração” do seu estilo e, ao

mesmo tempo, uma forma de “evitar a mesmice”, mas que não atenderia ao critério definido por Possenti (2009b, p. 114-117), para quem “evitar a mesmice” não se trataria de “variar por variar”, mas somente seria “interessante” ao obedecer a tomadas de posição ou, ainda, fazendo sentido de alguma outra forma.] Mas, por exemplo, aí porque eu acho que ‘assassino’ tinha ficado muito forte, e talvez ‘criminoso que tenha cometido assassinato’... É a mesma coisa, mas, pra mim, discursivamente não... [Aqui, no entanto, temos, então, a tomada de decisão a que Possenti (2009b, p. 114-117) se referiu, isto é, não se tratava apenas de uma variação para evitar a repetição, mas de uma variação respaldada por um “critério de valor”, em torno daquilo que Schwartz (2011, p. 141) afirmaria, mais ou menos, ser preferível.] Um criminoso que cometeu um assassinato, não um assassino”.

ii) algumas reformulações ocorrerem em razão da preocupação (com o estilo) em se evitar repetições (ou seja, referimo-nos às reformulações que classificamos como “R”, que a redatora teria feito por si mesma):

“[...] eu prezo por um vocabulário amplo. [Um indício de valor.] Porque eu sempre tenho essa preocupação, inclusive quando eu tô revisando textos dos outros, de buscar sinônimos: ‘olha, você já usou essa palavra três vezes nesse parágrafo, que tal usar um sinônimo?’. É uma preocupação minha”.

iii) algumas reformulações ocorrerem em razão da preocupação (com o estilo) em ser clara, “didática” (ou seja, referimo-nos às reformulações que classificamos como “A”, que a redatora teria feito pelas suas considerações em relação aos alunos):

“Eu acho que é uma característica minha também. De ler o parágrafo e perguntar... “Mas o que é essa convenção?”. Ah, então deixa eu já esclarecer o que é essa convenção, porque, se a pessoa não souber, vai ficar essa dúvida... Sabe? [Aqui, verificamos o que, concomitantemente, seria um uso de Aline por si e pelo seu “segundo outro” – outro, nesse caso, em cujo “lugar” a redatora se coloca (o que, por sua vez, pode ratificar a nossa impressão de valor de “altruísmo” do qual a protagonista teria dado indícios ao longo de ambos os artigos). Note-se que ela cogita

tratar-se de uma característica sua, peculiar, e que então constituiria também o seu estilo próprio, no qual ela não deixaria informações “subentendidas” a pretexto de um conhecimento “já compartilhado” ou tido como “elementar” a um determinado público.] *‘Ah, o que é esse ‘Quebrando o Tabu?’’. Ah, é um documentário... Então... É brasileiro, é... Enfim... Eu me antecipo até ao que eu mesma perguntaria se eu tivesse lendo aquele texto, me coloco como a leitora... [Aqui, novamente, a atora social reforça como a sua própria “curiosidade” ou “inquietação” como leitora a leva a se antecipar à “curiosidade” ou “inquietação” do leitor dos seus textos. Logo adiante, nessa mesma resposta, ela se refere ao seu incômodo em relação às notícias nas quais, para compreender o que está sendo informado, é necessário acessar o que já foi publicado anteriormente, de modo que essa “interrupção” não a agrada – logo, também poderia não agradar os demais.] E que isso não é um fragmento, isso não é uma notícia, como... As notícias que saem, que tem cinco parágrafos e já tá em andamento e você, pra entender, tem que ler a anterior e a anterior até chegar na origem para saber que que aconteceu. [A “crítica” a que nos referimos no colchete anterior.] Não, era uma coisa mais elaborada, e evitar que a pessoa tivesse que interromper a leitura pra ir descobrir o que que é aquilo. [Em síntese, a parte “didática” do seu estilo se caracteriza por uma escolha mobilizada por um valor. Isto fica ainda mais evidente na continuidade a essa resposta:]*

“[...] eu fico muito afastada de notícias... Eu fico às vezes dias, semanas sem ver uma notícia... E aí, de repente, ‘tá, deixa eu dar uma olhada, me atualizar’. E aí eu entro em alguma coisa e pego o bonde andando e principalmente em jornais de grande circulação, eles não fazem uma introdução de o que que aconteceu, já começam do meio, e aí eu ‘ai, caramba, mas que que foi isso?’, aí volto e volto e volto e volto até ‘ah, agora entendi’. Isso me incomoda, porque são retalhos, retalhos. [Aqui, temos o “incômodo” explicitamente assumido, responsável por fazê-la evitar, de sua parte, provocá-lo no leitor dos seus artigos. E, ainda aqui, acrescentamos a relação que se pode estabelecer entre esse trecho da autoconfrontação e a “colcha de retalhos” já criticada por Aline na última resposta do questionário, quando a protagonista já revelara o seu valor em relação ao desenvolvimento da atividade de escrever (uma “tarefa árdua”): “[...] Não sei que ideia as pessoas têm da atividade de escrever, que, certamente, não é só abrir um arquivo de Word e fazer uma colcha de retalhos com textos já publicados na internet,

o que tem acontecido com frequência”].

Ainda em relação ao que seria o seu *uso* pelo seu “segundo outro”, questionamos da protagonista o porquê da inserção de ilustrações, que não estavam nas *prescrições*, e a sua resposta também veio ao encontro das nossas hipóteses, com destaque para o trecho em que Aline explicita que “se colocou no lugar desse público”, reiterando a nossa conjectura acerca da sua identificação pessoal com os jovens do ensino médio (e que aventamos, inclusive, respaldar-se na sua atuação profissional no cursinho pré-vestibular, conforme a informação que ela já nos fornecera na terceira resposta do questionário), bem como a respeito do “altruísmo” estar entre os *valores* por ela mobilizados durante a *situação de trabalho*, da mesma forma como a integração desses aspectos resultaria no caráter “didático” do seu *estilo*:

“Porque eu sei que eles, como alunos, talvez... Ter uma imagem chame mais a atenção... É... Acho que porque eu sabia quem era o público e talvez me coloquei no lugar desse público [Mobilização declarada de um valor específico, o qual depreendemos como sendo “altruísmo”.] e me lembrei, lembrei de mim na fase de vestibular [Mobilização da memória da própria inscrição num determinado lugar, bem como a manifestação de uma experiência profissional que também foi relevante na composição de um saber investido, prático.] e que é interessante porque geralmente cai em vestibular, cai no Enem... Você ter uma leitura de charge, de imagem, de infográfico, esse tipo de coisa e... E não sei, acho que para não ficar tão cansativo pra ler... Pra deixar mais interessante, não sei... [Note-se ainda como a protagonista não expressa absoluta certeza acerca das suas escolhas, reiterando, portanto, a legitimidade e a aplicabilidade das premissas nas quais nos baseamos no engendramento de duas teorias. Ou seja, sobretudo a partir das nossas análises e da autoconfrontação empreendida com Aline, podemos nos antecipar quanto ao caráter absolutamente incontestável da noção de “escolha” da qual nos apropriamos tanto a partir de Schwartz (SCHWARTZ; DURRIVE, 2007; SCHWARTZ, 2011) quanto a partir de Possenti (2009a; 2009b), quando ambos asseguram, por exemplo, não se tratar de uma opção obrigatoriamente registrada no campo da consciência, não ser o produto do aleatório, mas daquilo que mais ou menos é preferível, bem como não configurar um ato de liberdade, mas o efeito de uma inscrição].

E, por fim, ainda acerca desse subtópico em que abordamos as *escolhas* que Aline teria feito em função dos alunos do ensino médio, perguntamos qual teria sido o seu critério para a aplicação dos negritos:

“Via de regra, é a palavra-chave do parágrafo, a expressão-chave do parágrafo. Mas aqui, por exemplo, nesse aqui... É... Eu começo falando da lei... Só que... A lei não é o tema da redação, então achei que na introdução seria importante eu grifar, eu dar um destaque tipográfico no que seria o tema da redação, porque eu não... Não tá no primeiro parágrafo, não apresentei o tema da redação no primeiro parágrafo. E nos outros, é mais para dar um destaque na ideia-chave do parágrafo. Não faço em todos os parágrafos. E também... [Observe-se aqui o debate de valores entre o posicionamento pessoal e a assunção de uma prescrição contrária a esse posicionamento:] Nesse aqui, especificamente... Porque eu acho que o único... O principal argumento que dá pra desenvolver a favor da redução da maioria penal é esse da vontade do povo, então eu quis dar destaque pra isso... O povo quer... Se a vontade social quer, se todos querem, por que não? Por que insistir em... Se a gente vive numa democracia, e democracia é a vontade do povo... Por que a gente não vai fazer a vontade do povo? Então eu acho que é como... Batendo nessa tecla, nesse caso especificamente. Acho que as duas coisas também... [“Fim” do debate de valores.] As imagens e os negritos são como também como recursos pra que não seja um texto corrido e... Estático e... É isso e pronto. Eu acho que dá... Talvez dê até o que pensar pra quem tá lendo justamente porque tem um negrito aqui. Ou no terceiro, da descriminalização, também são... São expressões que podem... Gerar curiosidade e a pessoa ir buscar... O que que é a guerra contra as drogas? O que que é essa convenção sobre substâncias? O que que é essa comissão global? [Desta resposta, contudo, destacaríamos a não consonância entre o critério aventado pela redatora e as hipóteses que levantamos acerca de cada um, segundo as quais esses negritos também marcariam o seu posicionamento pessoal (a exemplo de todo referente ao artigo da Constituição no primeiro texto, que a redatora colocou em negrito) e, ao mesmo tempo, a sua tentativa (que cogitamos ter sido inconsciente) de, de algum modo, “validar” o ponto de vista que deveria assumir devido às prescrições que lhe foram passadas].

iv) *algumas reformulações ocorrerem em razão da preocupação (debate de valores) em atender aos prescritos das professoras (ou seja, referimo-nos às reformulações que classificamos como “C”, que a redatora teria feito para satisfazer às orientações das suas contratantes):*

Nesse sentido, especificamente, comentamos com a redatora que, na nossa primeira leitura, tivemos a impressão de que haveria algumas “marcas mais taxativas” de sua parte, como se, a exemplo do que teria ocorrido no primeiro texto, Aline estivesse tentando se convencer do posicionamento favorável à redução da maioridade penal e, paralelamente, tentando convencer o leitor. Essa teria realmente sido a sua tentativa consciente, a fim de atender ao prescrito da primeira professora?

“Sim. E evitar transparecer a minha posição. Acho que principalmente isso. Não só tentar tirar as marcas da minha posição, como inserir marcas do posicionamento contrário”.

e) Em relação ao seu uso de si pelas contratantes, mais especificamente, e aos debates de valores que atravessam a atividade

Das prescrições passadas à protagonista para o desenvolvimento dos dois artigos, acreditamos que um dos aspectos mais valiosos para esta pesquisa correspondeu justamente à necessidade de que Aline enunciasse em nome de outros locutores cujos posicionamentos acerca de temas polêmicos não coincidiriam com os seus – embora, no terceiro artigo, a possibilidade de contemplar o seu ponto de vista em uma das perspectivas propostas a tenha deixado mais “confortável”, não bastasse a atora social entender “muito mais facilmente” os argumentos de quem é contra a descriminalização das drogas. Assim, foi dos *debates de valores* que a atravessaram nos seus *usos de si por si* e pelas suas contratantes que recolhemos outra valiosa parte do material para análise, investigando a partir daí quais seriam os “indícios” deixados pela redatora a respeito da sua “adesão” ou “rejeição” às próprias ideias que articulava na realização desses trabalhos.

Portanto, para atestar ou não as hipóteses que vimos elucubrando ao longo das nossas observações e já desde a primeira leitura que realizamos dos relatórios e textos nas suas versões finais, novamente passamos a palavra à protagonista, que

i) no questionário, respondera que, até então, nunca havia produzido um texto do qual efetivamente discordasse. Como teria sido, pois, essa nova experiência?

“É difícil, porque... É difícil, mas ao mesmo tempo é necessário. Por exemplo... Nessa proposta, eu não estava escrevendo um texto que iria pra um site, defender o posicionamento de uma empresa pra qual eu estou prestando serviço, por exemplo. Ele vai pra uma escola, pra professora mostrar os dois lados pros alunos. [Aqui, temos uma consideração acerca da qual os valores de Aline estavam sendo mobilizados. Possivelmente, caso precisasse assumir pontos de vista completamente contrários aos seus a fim de atender a uma empresa particular e soubesse que esse artigo teria um alcance muito maior, a atora social se recusasse a fazê-lo.] Então, pensando na finalidade do texto, no destino dele, não foi... amenizou esse conflito interno de escrever sobre uma coisa que... da qual eu não sou favorável. [Destaque-se o registro de “conflito interno” (na Ergologia, “debate de valores e normas internas”).] Mas, talvez, se tivesse que realmente fazer isso por alguém que vai contar num site pra veiculação pra muitos leitores lerem, isso seria terrível pra mim... [Confirmação sobre o que aventamos logo acima e sobre o que insistimos, indagando se esse “conflito” impediria a redatora de concretizar esse trabalho, ao que segue o complemento:]

“Eu acredito que sim, de seguir com ele. Talvez eu fizesse uma vez, duas... mas depois não... Tanto que, eu trabalhei lá no cursinho, eu não cheguei a sair por causa disso, mas, acho se eu não tivesse saído pela mudança que eles fizeram... porque eu podia trazer pra casa as redações. E aí chegou um momento que eles falaram que tinha mudado o sistema e eu tinha que corrigir lá. E, como eu ainda trabalhava na [nome da empresa], eu pensei... ‘Ah, não vou dar conta de trabalhar em dois lugares fora’. Porque as redações eu trabalhava aqui. Mas me incomodava muito o ambiente. Porque era... alunos que vão prestar a FGV, então era aluno com muito dinheiro, numa sala de 100 pessoas, 99 brancos e 1 negro, e os comentários dos alunos, o ambiente... [Valores em questão.] não sei... eu não me sentia bem lá, e eu tinha que ver aula toda segunda-feira. E uma vez, a coordenadora que me treinou falou que... ela dava plantão... E eu nem tinha topado fazer plantão; só correção. E ela dava plantão, e uma vez ela tava conversando com um aluno que sempre fazia

plantão com ela, e ela falou que sempre tinha feito escola pública, e no plantão seguinte ele não quis mais fazer com ela. Ele foi fazer com outra plantonista. E essas coisas me incomodavam bastante. [Valores em questão.] Não sei... é... eu tinha escolha, né? [Destaque para a “escolha” a que Aline se refere, considerando aqui um gesto que decorreria simplesmente “[...] de uma avaliação do peso das alternativas por parte de um sujeito onisciente” (POSSENTI, 2009b, p. 93).] Eu podia escolher sair de lá, porque eu tinha opção. [Reforço.] E com a redação talvez fosse a mesma coisa. [Hipótese.] Se eu não tivesse outra opção, financeiramente falando, outra fonte de renda, ah... paciência... Vou ter que escrever essas coisas das quais eu discordo e tudo bem. [Aqui, a “escolha” já não seria, naturalmente, uma opção consciente entre um dado conjunto de alternativas, mas “o efeito de condicionantes específicos” (POSSENTI, 2009b, p. 93).] Mas, tendo a opção, eu prefiro não. [Até porque toda escolha se dá em razão daquilo que, mais ou menos, é preferível, sendo que “[...] escolher essa ou aquela opção, essa ou aquela hipótese, é uma maneira de se escolher a si mesmo – e em seguida de ter que assumir as consequências de suas escolhas” (SCHWARTZ; DURRIVE, 2007, p. 193)].

ii) tanto no primeiro artigo quanto no último, recorreu a determinadas “figuras de autoridade” cuja “autoridade”, segundo a análise que empreendemos a partir da própria materialidade linguística, seria “contestada” pela própria redatora. E, conquanto Aline já tenha revelado que essas personalidades defendem argumentos que, para ela, “não são válidos”, aqui a ator social elucida qual foi o percurso para chegar a satisfazer os prescritos passados pelas contratantes e o seu uso de si por elas:

“Eu vou ter que falar um pouco de mim pra poder explicar isso. [Sintetizando: pelo prisma ergológico, a necessidade de se contemplar a singularidade de alguém que, entre outros recursos, também faz uso da sua história (SCHWARTZ; DURRIVE, 2007, p. 70); pela ótica discursiva, o olhar para a singularidade de um sujeito que, a despeito da sua posição histórica/ideológica, consegue ser ele mesmo (POSSENTI, 2009b, p. 107).] Eu era uma pessoa completamente alienada até pouco tempo atrás. Aliás, quando eu entrei na faculdade eu não fazia ideia do que tava acontecendo... As coisas começaram a acontecer comigo já na faculdade, eu acho que principalmente depois das manifestações de 2013... [Uma autoavaliação e, ao

mesmo tempo, uma indicação sobre a representatividade da USP para a sua formação e, conseqüentemente, para as suas escolhas linguísticas, sendo esta uma informação que, segundo Possenti (POSSENTI, 2009b, p. 96), não podemos tratar como uma “questão menor”.] *Que... E depois eu comecei a namorar o Diego e ter conversas com ele e ter acesso aos textos que ele lê e às informações que ele tem... Ele estuda ciências sociais na USP... [Uma contribuição a ser igualmente considerada.] Então, assim, mudou muito, muito a minha vida, porque eu era... [Destaque para o “muito, muito”, numa avaliação quantitativa.] Era outra pessoa. E... É recente o meu interesse por esses assuntos, é bem recente. E ainda não é totalmente trabalhado, refinado, e eu preciso de ajuda ainda pra articular coisas nesse sentido... [Autoavaliação.] Então... Quando eu recebi as instruções desse artigo, eu já tinha bem clara a minha posição, os meus argumentos e tudo... E... E eu tive que perguntar pro Diego: me fala pessoas de autoridade que defendem a redução, mas assim, nomes que são levados a sério, por quem acredita nisso [A tentativa de efetivamente atender ao prescrito sobre as “figuras de autoridade”], porque eu, eu realmente não sei. Perguntei pra ele: o Reinaldo de Azevedo, ele é uma autoridade? Ele falou: é! Pra direita ele é! Então falei: tá bom, então é isso que vou buscar. E... E coronéis porque, pra quem tá defendendo ordem e ‘bandido bom é bandido morto’, pra essas pessoas, os coronéis são autoridade, pras pessoas que tão pedindo a volta da ditadura, os coronéis são autoridade... Pra mim, eu não sei exatamente que espécie de autoridade é essa, mas são... [Debate de valores.] São argumentos que eles tão levando em consideração. [...] Então tem que ver, pra mim, Reinaldo de Azevedo não tá no mesmo patamar que uma autoridade pra mim que eu defendo... Sei lá, o Safatle... [Avaliação. Aqui, identificamos os “gostos” e as “preferências” mencionadas por Schwartz, bem como as “tomadas de posição” citadas por Possenti.] Mas pra quem acredita nele, ele é... Então é mais isso... Eu fui atrás deles... E também porque não tem informação, não tem textos, digamos, mais elaborados em outros veículos além da Veja. Não tem grandes... artigos ou matérias desenvolvidos com muitos argumentos... Defendendo a redução em outros veículos que não seja a Veja. Existem, mas são... Menos trabalhados. [Avaliação sobre os artigos disponíveis.] Foi por isso que escolhi... E eu até perguntei pro Diego: mas não tem outra revista, outro lugar, além da Veja, que eu possa encontrar informações? E ele: não, é a Veja. Não tem textos melhores? [Avaliação ainda mais explícita sobre os*

artigos disponíveis.] *Não, esse é melhor que você vai encontrar de argumento pra defender isso.* [Destaque-se a retomada da defesa da redução da maioria penal como “isso”, numa explícita avaliação mobilizada por um valor.] *Bom, eu confiei nele porque eu tenho certeza que ele sabe mais do que eu nesse sentido.* [E tendo em vista a menção à Revista Veja, cujo posicionamento estimamos – nos dois artigos – que a protagonista não apreciaria, ela continuou:]

“[...] *Eu não consigo ler, não consigo terminar de ler uma matéria. É extremamente tendenciosa sim, mas eu acho que toda revista é tendenciosa. Cê lê Carta Capital, ela é tendenciosa também. Mas eu acho que a Veja é tendenciosa de uma forma... De má-fé, muita má-fé. É isso que eu sinto.* [E, haja vista essa avaliação da atora social acerca da revista, fica claro, portanto, o porquê do que tomamos como sendo as suas tentativas de “marcar um distanciamento” dos pontos de vista que ia incorporando ao longo do texto, bem como os “indícios” da sua própria rejeição a tais posicionamentos, antecipando aos leitores que essas “alegações” pertenceriam a colonistas da Veja, deixando-nos entrever uma certa “crítica”/“ironia” às atuações do coronel Telhada – que, para Aline, seriam incompatíveis –, entre outros usos].

f) Em relação à “*autoria*”

Finalmente, para encerrarmos a articulação entre os pressupostos teóricos, as nossas análises e as opiniões retratadas pela protagonista a partir da sua própria prática, estabelecemos aqui não uma associação de saberes entre as nossas hipóteses acerca dos seus *indícios de autoria* e as considerações da própria redatora, mas, antes, um diálogo em torno da *autoria*, tendo em vista tratar-se de um aspecto bastante problematizado entre os profissionais da área (a exemplo da Figura 21 no item 3.1.1) e, claro, este ter sido um dos conceitos sobre o qual esta pesquisa se debruçava originalmente, quando nosso propósito ainda se concentrava em investigar uma aproximação possível entre a atuação do *autor* e a do redator de textos técnicos – aproximação essa por meio da qual a atividade de trabalho desse redator pudesse, quem sabe, ser alçada a uma outra condição.

Assim, a respeito dessa problemática, a nossa primeira surpresa ocorreu quando, após as respostas nas quais abordou o seu “conflito interno” (debate de valores) e a sua “preferência” por não seguir no exercício de, nas suas redações, contemplar pontos de

vistas que lhe eram contrários, perguntamos a Aline se ela chegara a sentir algum “mal-estar” durante a elaboração de cada redação. De acordo com a nossa atora social:

“Não, não me gerou um mal-estar... Me gerou uma surpresa por eu ter conseguido produzir isso. Fiquei surpresa. E, depois, uma preocupação de não querer vincular com o meu nome. Não fui eu que escrevi isso”. [Grifos nossos].

O nosso destaque (e a razão da nossa surpresa), portanto, ficou por conta da última assertiva de Aline: “Não fui eu que escrevi isso”.

Conquanto já tivéssemos nos atentado em relação à sua *autoprescrição* de não deixar de citar as fontes consultadas (*autoprescrição* essa decorrente de *escolhas* que foram mobilizadas por *valores* e que, assim, traduziram-se numa característica do seu *estilo*), atribuindo cada ideia/ponto de vista a quem lhe seria de devido direito (e, isso, independentemente de reiterar ou rejeitar cada discurso), chamou nossa atenção a declaração de Aline quanto a não se identificar, no sentido empregado usualmente, como a “autora” daqueles artigos. Por essa razão, interrompendo a sequência das nossas perguntas (mais uma vez, a *distância entre o prescrito e o real*), valemo-nos dessa sua resposta para já emendar: se Aline fosse apresentada como “autora” dos dois textos – sendo, por exemplo, referenciada entre os alunos pelas professoras que a contrataram –, essa identificação a incomodaria?

“Sim. Isso sim”. [Destaque para o “sim” reiterado. E, diante da nossa surpresa pela sua postura diante da questão, tão distinta daquela que conhecêramos tanto por parte dos redatores com quem conversáramos quanto por parte daqueles profissionais que integram os grupos que acompanhamos na rede social, insistimos: esse incômodo se manteria inclusive em relação ao terceiro artigo, no qual ela pôde expressar as próprias ideias?]

“Não, aí eu não teria problema com isso”.

Verificando, pois, que a “rejeição” da protagonista à sua “autoria” equivaleria à produção do primeiro texto, no qual se vira obrigada a defender exclusivamente o posicionamento do qual discordava veementemente, mas não se aplicaria do mesmo modo ao último, modificamos a pergunta: Aline não se incomodaria em ter o seu próprio nome associado a esse terceiro texto, mas se incomodaria em não tê-lo

associado, ou, ainda, que a “autoria” desse texto fosse reivindicada pela segunda professora?

“Não... Não, porque, como eu falei, eu sei que as ideias que estão aí não são minhas. Eu me apropriei delas, organizei elas de uma determinada maneira, numa lógica interna que você tá estudando aí, e escrevi. Agora, se eu tivesse fazendo um trabalho de mestrado, um trabalho de doutorado, que envolve pesquisa, que envolve descobertas minhas, como você tá fazendo, aí obviamente eu queria que a autoria fosse reconhecida. Porque, por mais que você esteja se baseando em outros autores e trabalhando em cima de textos meus, tem claramente um trabalho seu, de raciocínio seu e de autoria sua nesse trabalho. [Note-se, portanto, que, para a protagonista, a ideia de “autoria” suscitaria uma associação com a ideia de “criação”, de “ineditismo”, de uma certa “originalidade”, remetendo-nos, pois, às noções mais “clássicas” em torno do conceito, tal como a noção de “auctor” alcunhada por Maingueneau (2010a, p. 30) e, nesse mesmo sentido, a correlação autor-obra já estabelecida por Foucault (1969).] Então, não faz sentido ele ser publicado em nome de outra pessoa. Aqui não... Aqui, são só informações [Destaque para o “só informações”, indicando um juízo de valor.] que, se você fizer uma pesquisa rápida na internet, você encontra. Não são minhas. O meu trabalho foi de organizar, estruturar essas ideias, de uma forma que todas elas num texto e articuladas. [Autoavaliação, avaliação da própria atividade].

Por fim, questionamos da atora social se, então, ela acreditaria que devesse ser reconhecida como uma espécie de “produtora do texto” pelo modo o como articulou, ao que ela considerou:

“Sim, isso sim. Mas não me incomodaria se ele não fosse vinculado ao meu nome, se fosse apresentado como dela. Não me incomodaria. Eu sei que eu fiz”
[Grifos nossos].

g) Em relação ao conhecimento que construímos conjuntamente

Até aqui, parece-nos que a autoconfrontação com a atora social desta pesquisa contemplou os aspectos necessários para que, sem precipitação nem delongas

desnecessárias de nossa parte, possamos nos referir, primeiramente, à construção de um conhecimento em comum (o que, evidentemente, não teria sido possível sem o especial comprometimento da redatora) e, ainda, a uma análise conjunta sob as perspectivas ergológicas e discursivas, na qual, no geral, todas as nossas hipóteses se confirmaram, bem como aquelas *prescrições* e proposições que, de início, tomamos da CBO 2002 como embasamento geral para as nossas análises, entendo-as como aquelas mais pertinentes ao labor diário desse profissional: (i) o desenvolvimento da escrita como um “trabalho intelectual e subjetivo, tanto no conteúdo como na forma de organizá-lo e desenvolvê-lo”, (ii) “os processos de concepção e criação como partes importantes do seu trabalho”, assim como (iii) “as habilidades de organização, pesquisa, observação e reflexão”, (iv) o “domínio da língua” como requisito imprescindível, “bem como das linguagens específicas aos vários veículos de comunicação para os quais se pode escrever” e o (v) o desenvolvimento da intuição. Desta forma, consideramos ter encontrado respostas que, para além da confirmação dessas *prescrições* e das nossas suposições, revelam-se ainda como questões-chave a partir das quais outras tantas perguntas mais específicas e deixadas em suspenso ao longo da análise possam ser satisfatoriamente contempladas – conquanto não tenhamos tido a pretensão de, em qualquer momento, esgotar possibilidades acerca de cada leitura.

Especificamente em relação à análise conjunta acerca dos *indícios de autoria*, acreditamos que também seja possível dizer que as nossas hipóteses se confirmaram, se nos detivermos principalmente nos pareceres de Aline no que concerne à sua *singularidade*, ao seu *estilo* e às suas tomadas de posição, que são, por assim dizer, os critérios no qual Possenti (2009a; 2009b) se baseia para propor os demais. Assim, embora a ideia de *autoria* suscite uma conceituação mais específica na avaliação da redatora – bem como outros conceitos na própria Análise do Discurso de vertente francesa, na qual a resignificação proposta por Possenti (2009a; 2009b) não pode, em absoluto, ser tomada em substituição aos outros valorosos estudos e definições já empreendidos mais ou menos rigorosamente em torno da questão –, o fato é que os seus *indícios de autoria* existem, revelando as intervenções – conscientes e inconscientes – de uma individualidade que *autoprescreve, renormaliza, é atravessada por um debate de valores e escolhe o tempo todo por si mesma e pelos outros*, sobre a qual não existem “questões menores”, posto que tudo se soma para torná-la o que ela efetivamente é: única.

Nesse contexto, destarte, concluímos que, no que tange às análises que empreendemos a respeito de cada artigo – consoante o recorte de uma fundamentação teórica por si só tão promissora quanto promotora de tantas outras possibilidades de alcance –, acreditamos ter verificado não apenas a maneira como determinados pressupostos da Ergologia e da Análise do Discurso de origem francófona articulam-se naturalmente na atividade de trabalho do redator de textos técnicos, mas, ainda, acreditamos ter percorrido um caminho no qual os elementos da teoria e da prática se engendraram de tal modo que seria difícil especificar se, na verdade, é a perspicácia da teoria que valida e enriquece sobremaneira a cuidadosa prática da nossa protagonista ou se, por outro viés, é a sua cuidadosa prática que faz com que a profundidade da teoria se sustente com tanto valor.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“— *E o que ele(a) faz?*”

Se, hoje, fôssemos interpelados por um coenunciador interessado em saber, por exemplo, em que consiste a atividade de trabalho do redator de textos técnicos e, mais particularmente, em que consiste a atividade de trabalho desempenhada pela nossa protagonista, o que, de modo muito sintetizado, poderíamos lhe responder, a não ser que, com efeito, “*ele(a) escreve*”? De que maneira, para um interlocutor que desconheça os pressupostos ergológicos e tampouco tenha tido contato com os conceitos de *estilo*, *escolha* e *autoria* ressignificados por Possenti, poderíamos dizer que, gerindo complexidades de diferentes naturezas numa atuação – por que não dizer – “enigmática”, a nossa atora social demonstrou administrar o seu *uso de si por si e pelos seus outros* (contratantes e leitores), mobilizando, para tanto, um *universo de valores* com o qual estaria em diálogo permanente e do qual resultaram as suas *escolhas*, sendo que essas *escolhas* e *valores* também definiram as suas *renormalizações* e *autoprescrições* (haja vista a necessidade de *preencher o vazio de normas*), tanto quanto os seus *saberes instituídos e investidos* contribuíram, por sua vez, para que essas *autoprescrições* também pudessem ser colocadas em prática? Como poderíamos dizer que, num exercício permanente de ser ela mesma, a despeito da posição que ocupa e do lugar em que se inscreve, essa redatora revelou “traços pessoais” e um *estilo* que, em seu lugar, nenhum outro sujeito manifestaria do mesmo modo? E que, ainda nesse exercício, ela *dá voz a outros enunciadores* a partir da voz do próprio locutor pelo qual foi contratada, avalia pontos de vistas que – velada ou mais explicitamente – reitera ou rejeita, que mantém um certo *distanciamento do próprio texto* e que, pelas suas próprias tomadas de posição, ainda *evita a mesmice* no emprego de verbos *dicendi*? Um pouco mais, até: como faríamos esse coenunciador se aperceber de que todas essas iniciativas estão de tal maneira engendradas que, a título de exemplo, a mobilização de um *valor* pessoal se projeta na materialidade linguística de um texto solicitado profissionalmente e que, não bastasse se articularem, todas essas ações se operam simultaneamente?

Sem dúvida, o redator de textos técnicos “escreve”; é fato. Todavia, agora que chegamos ao final desta pesquisa e tivemos contato com todo o processo do qual resultam os artigos que, particularmente, Aline Veingartner escreve, talvez seja hora de acrescentar, ainda sob a coerção de definir muito resumidamente em que consiste a sua

atividade de trabalho, que “ela escreve de um modo *singular*”, atribuindo-lhe um “*como*” que, ao final, é o que caracteriza a sua *singularidade*.

Assim é que, concluído todo o longo caminho percorrido neste estudo, no qual o próprio desenvolvimento da pesquisa nos fez compreender melhor a teoria e no qual a própria apropriação da teoria aperfeiçoou o nosso olhar para o vislumbrar de *singularidades* – que tanto se constituem do uso do corpo, da inteligência, da própria história, da sensibilidade e dos gostos quanto do processo de inscrição do sujeito, como o fato de ser homem ou mulher, mais ou menos conservador, pobre ou negro, já ter sonhado ou não ser escritor –, não podemos nos aventurar ao descomprometimento de propagar que, para além da nossa própria protagonista, todas as particularidades aqui analisadas se estenderiam à atividade de trabalho dos redatores de textos técnicos em geral. Afinal, conforme já advertiria Schwartz, é necessário ir ver de perto o que se passa.

E, “de perto”, por exemplo, deparamo-nos com uma redatora de textos técnicos que, na contramão daquilo a que poderíamos tomar como “tendência” entre os profissionais que exercem essa mesma função, não reivindica para si a problemática da “autoria”: antes, rejeita-a quando a voz que enuncia não ecoa os seus próprios valores, e demonstra tranquilidade quando, ainda que esse eco se dê no texto que ela produz em nome de outros, basta-lhe saber que foi ela quem o fez, indiferente ao seu anonimato.

Contudo, se é verdade que, embora não tenhamos originalmente nos voltado a um “estudo de caso”, os resultados aqui contemplados não devem ser automaticamente aplicados a toda a uma classe de profissionais – até por nos acharmos cientes de que a validade das nossas teorias é posta à prova no contexto das pequenas culturas –, não é menos verdade que, retomando o nosso objetivo geral (depreender o que configura a atividade de trabalho de uma redatora de textos técnicos e, a partir disso, contribuir para a visibilidade da sua categoria profissional), já não possamos propor algumas observações que, em maior ou menor grau, abrangeriam a atividade de trabalho do redator de textos técnicos como um todo.

Para tanto, e de volta àquele propósito de encontrar um “lugar” no qual esse redator pudesse, quiçá, ser mais acertadamente “situado”, haja vista que a CBO 2002 o classifica numa Família de ocupações cujo “privilégio” se concentra em torno da escrita literária, retornamos às distinções que o próprio documento normalizador do MTE estabelece entre o jornalista, o redator de publicidade e o redator de textos técnicos.

Conforme registramos nas notas 20 e 28, as “áreas de atividades” definidas pela CBO 2002 para o exercício dos profissionais de cada Família contemplam aquelas ações (gerais e específicas) que a cada um deles compete realizar, bem como as competências pessoais de que devem dar mostras. E, para este estudo, além de também priorizarmos esse último aspecto para empreender as nossas análises, informarmos que ele seria oportunamente recuperado para estas Considerações Finais, nas quais ainda gostaríamos de propor uma última reflexão.

Desta forma é que, em relação à lista de competências pessoais que a CBO 2002 designa separadamente aos jornalistas, redatores de publicidade e redatores de textos técnicos, compusemos um novo quadro no qual destacamos os tópicos de nosso interesse.

Quadro 34 – Seleção das competências pessoais para o exercício de cada uma dessas atividades, conforme a CBO 2002.

Jornalistas	Redatores de Publicidade	Redatores de Textos Técnicos
4. Manter postura ética 5. Admitir opiniões divergentes 10. Exercer o senso crítico 12. Desenvolver capacidade de improvisação	7. Ponderar opiniões divergentes 8. Demonstrar senso crítico 9. Adaptar-se a situações adversas 10. Administrar conflitos 13. Demonstrar capacidade de negociação 14. Demonstrar flexibilidade 21. Assumir riscos	3. Desenvolver intuição

Fonte: Elaborado pela autora, 2015.

Sobretudo diante desse último quadro é que, sem pretendermos nos alongar numa nova e pormenorizada análise, sentimo-nos incitados a questionar se, por exemplo, a respeito das competências que salientamos daquelas atribuídas à função do jornalista, a nossa protagonista também não as teria cumprido? Vejamos: embora, tal como acerca de “desenvolver intuição”, a CBO 2002 não especifique aquilo que entende por “ética”, Aline não teria sido “ética”, isto é, “agido corretamente” em relação às suas contratantes, aos seus jovens leitores do ensino médio de uma escola pública e, ainda, em relação aos seus próprios princípios, dos quais não conseguiu abrir mão, mesmo em assumindo posicionamentos diversos aos seus? E, até mesmo para assumir o posicionamento que, de forma ainda mais contundente, seria adverso do seu próprio ponto de vista (a defesa da redução da maioria penal), a redatora não teria “admitido

opiniões divergentes”? Mais do que isso: ao “admitir opiniões divergentes”, não teria, por meio da própria materialidade linguística, “exercitado o seu senso crítico” (conforme o que se pode constatar, por exemplo, nas reformulações efetuadas por si mesma e pelas suas contratantes, bem como na análise dos *indícios de autoria*)? E, uma vez que as *normas antecedentes* são incapazes de antecipar todo o desenvolvimento da atividade de trabalho, “desenvolver a capacidade de improvisação” não seria um pressuposto do seu próprio exercício profissional, dada a necessidade de *preencher o vazio de normas* e criar as suas próprias *prescrições* a respeito de “*como fazer*”?

A respeito das competências que destacamos daquelas atribuídas à função do redator de publicidade, pontuamos que “ponderar opiniões divergentes” e “demonstrar senso crítico” foram, de acordo com o que as nossas análises nos permitem concluir, aspectos característicos de uma atora social cuja atuação é enunciar as vozes de outros locutores. Mas, além disso, considerando-se o fato de que esses mesmos locutores enunciam sobre os mais diferentes temas a partir de posições e lugares diversos, “adaptar-se a situações adversas” (tal como assumir posicionamentos contrários a respeito de temas polêmicos ou, ainda, desenvolver temas com os quais não se tem qualquer familiaridade), também não seria “constitutivo” da própria profissão de quem está em contato com clientes que apresentam as suas próprias demandas e possuem os seus pontos de vista, bem como de quem está em contato com um público de leitores desconhecidos e sempre muito distintos entre si (mesmo quando compartilham de um interesse em comum), cujo processo de construção de sentidos é sempre indiscutivelmente peculiar? E, para gerir todas essas particularidades inerentes à sua própria condição de produção, a esse redator anônimo não competiria “administrar conflitos” que, mais do que aqueles mais “óbvios”, aos quais se tem acesso mais facilmente por serem mais “aparentes”, correspondem ao seu próprio *debate de normas e valores*, às *dramáticas dos seus usos de si*? A propósito, não teria sido justamente na gestão desses usos, a partir daquilo que mais ou menos lhe seria “preferível”, que a nossa protagonista denotou a sua maior “capacidade de negociação”? Quanto à “flexibilidade”, esta já não teria sido contemplada na sua predisposição em assumir posicionamentos que confrontariam os seus? E, quanto aos “riscos”, estes não seriam “inerentes” à própria atividade de trabalho, dado o que postula o próprio Schwartz ao registrar que é sempre necessário fazer *escolhas* e que, se por um lado elas são feitas em função de valores, por outro também são um *risco*, já que é preciso suprir os *vazios de normas*, as deficiências de orientações, de conselhos, de experiências adquiridas,

registradas nas regras ou nos procedimentos? Não foi o próprio filósofo quem asseverou que, sim, corremos *riscos* e antecipamos soluções possíveis sabendo que há, efetivamente, o risco de falhar, de criar dificuldades novas, de desagradar, ao mesmo tempo que escolhemos a nós mesmos?

De acordo com o que podemos observar, acreditamos que muitas das competências pessoais atribuídas exclusivamente ao jornalista e/ou ao redator de publicidade (que, em comum, partilham a necessidade de “admitir/ponderar opiniões divergentes” e “exercer/demonstrar senso crítico) também se aplicam ao redator de textos técnicos, embora a CBO 2002 não as contemple na sua lista. De todo modo, seja por ter tido ou não a “sorte” de ser classificado entre autores-roteiristas, escritores e poetas, seja porque essa classificação lhe caiba em decorrência de alguma associação (ainda que bastante indireta) entre a sua prática e um “fazer autoral” do qual a sua própria designação o distancia, o redator de textos técnicos aparece aí, numa comparação com jornalistas e redatores de publicidade, como o único ao qual compete “desenvolver intuição”, não importando que isso lhe tenha sido “estendido” em consequência da ocupação predominantemente literária dos seus demais “familiares” – muito embora, em relação a Aline, possamos assegurar os seus *indícios de autoria*. Importa sim que, precisamente no “desenvolvimento da intuição”, é possível que estejam integradas todas aquelas competências que, até então, não lhe foram outorgadas. Importa que, desse elemento tão “oculto” e substancialmente “subjetivo” designado “intuição” desvele-se a sua própria *subjetividade* revestida de traços pessoais, e de traços pessoais que se traduzam numa interessante articulação entre vozes, pontos de vista, argumentos, alegações, pretextos, discursos, *interdiscursos* e tomadas de posição materializados no seu próprio texto – texto este no qual, agora sabemos, esse redator não abdica da sua própria voz.

Por fim, importa ainda que “competências” como “ética”, “improvisação”, “administração de conflitos”, “negociação”, “riscos” e – claro, “intuição” – não sejam, a partir daqui, cogitadas ou admitidas somente sob a perspectiva da atividade de trabalho do redator de textos técnicos, mas, sim, examinadas sob uma ótica muito mais abrangente. Afinal, segundo igualmente sabemos agora, elas também não estariam naturalmente inseridas em toda atividade de trabalho e em toda atividade humana, para muito além dos procedimentos e meios sobre os quais já tanto nos debruçamos?

REFERÊNCIAS

ACREDITAR. In: GRANDE DICIONÁRIO Houaiss da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Instituto António Houaiss, 2012. Disponível em: <<http://houaiss.uol.com.br/busca?palavra=acreditar>>. Acesso em: 10 fev. 2016.

AFIRMAR. In: GRANDE DICIONÁRIO Houaiss da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Instituto António Houaiss, 2012. Disponível em: <<http://houaiss.uol.com.br/busca?palavra=afirmar>>. Acesso em: 10 fev. 2016.

ALEGAR. In: GRANDE DICIONÁRIO Houaiss da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Instituto António Houaiss, 2012. Disponível em: <<http://houaiss.uol.com.br/busca?palavra=alegar>>. Acesso em: 9 fev. 2016.

ARGUMENTO. In: GRANDE DICIONÁRIO de Sinônimos Online. Rio de Janeiro: Instituto António Houaiss, 2012. Disponível em: <<http://www.sinonimos.com.br/busca?palavra=argumento/>>. Acesso em: 21 nov. 2015.

A VOLTA do diploma de jornalista. **Estadão**, São Paulo, 11 ago. 2012. Disponível em: <<http://opinio.estado.com.br/noticias/geral,a-volta-do-diploma-de-jornalista-imp-914936>>. Acesso em: 30 maio 2015.

BARTHES, Roland. A morte do autor. In: _____. **O rumor da língua**. Tradução Mário Laranjeira. São Paulo: Brasiliense. 1988. p. 65-70.

BERNARDO, Leonam. Glossário: dez expressões muito usadas no Twitter — parte 1. **Veja São Paulo**, São Paulo, 8 abr. 2011. Disponível em: <<http://vejasp.abril.com.br/blogs/vejinha/glossario-do-twitter/>>. Acesso em: 9 fev. 2016.

BORGES, César Magalhães. **Ciclo da Lua**: poemas. [S. l. : s. n.], 1999.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Classificação Brasileira de Ocupações**. Brasília: MTE, 2016a. Disponível em: <<http://www.mtecbo.gov.br>>. Acesso em: 22 jul. 2015.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. Classificação Brasileira de Ocupações. **Busca por Estrutura**. Brasília: MTE, 2016b. Disponível em: <<http://www.mtecbo.gov.br/cbsite/pages/pesquisas/BuscaPorEstrutura.jsf>>. Acesso em: 22 jul. 2015.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. Classificação Brasileira de Ocupações. **Busca por Título**. Brasília: MTE, 2016c. Disponível em: <<http://www.mtecbo.gov.br/cbsite/pages/pesquisas/BuscaPorTitulo.jsf>>. Acesso em: 22 jul. 2015.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. [**Consulta**]. Brasília: MTE, 2016d. Disponível em: <<http://consulta.mte.gov.br/empregador/cbo/procuracbo/>>. Acesso em: 16 fev. 2016.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. **Grande Grupo**. Trabalhadores das profissões científicas, técnicas, artísticas e trabalhadores assemelhados. Brasília: MTE, 2016e. Disponível em: <<http://consulta.mte.gov.br/empregador/cbo/procuracbo/conteudo/tabela1.asp?gg=01>>. Acesso em: 16 fev. 2016.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. **Grupo de Base**. Escritores, jornalistas, redatores, locutores e trabalhadores assemelhados não-classificados sob outras epígrafes. Brasília: MTE, 2016f. Disponível em: <<http://consulta.mte.gov.br/empregador/cbo/procuracbo/conteudo/tabela3.asp?gg=1&sg=5&gb=9>>. Acesso em: 16 fev. 2016.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. **Grupo de Base**. Jornalistas e Redatores. Brasília: MTE, 2016g. Disponível em: <<http://consulta.mte.gov.br/empregador/cbo/procuracbo/conteudo/tabela3.asp?gg=1&sg=5&gb=2>>. Acesso em: 16 fev. 2016.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. **Tabela de Grande Grupo**. Brasília: MTE, 2016h. Disponível em: <<http://consulta.mte.gov.br/empregador/cbo/procuracbo/conteudo/tabela.asp>>. Acesso em: 16 fev. 2016.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. **Sub-grupo**. Escritores, jornalistas, redatores, locutores e trabalhadores assemelhados. Brasília: MTE, 2016i. Disponível em: <<http://consulta.mte.gov.br/empregador/cbo/procuracbo/conteudo/tabela2.asp?gg=1&sg=5>>. Acesso em: 16 fev. 2016.

CARNEIRO, Júlia Dias. Deputado Cel. Telhada diz que ‘infelizmente’ matar ‘faz parte da ação policial’. **BBC Brasil**, Rio de Janeiro, 24 ago. 2015. Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/08/150820_telhada_ping_jc_lk>. Acesso em: 31 jan. 2016.

COSTA, Sérgio Roberto. **Dicionário de gêneros textuais**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

DESVIAR. In: GRANDE DICIONÁRIO Houaiss da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Instituto António Houaiss, 2012. Disponível em: <<http://houaiss.uol.com.br/busca?palavra=desviar>>. Acesso em: 8 fev. 2016.

DISCERNIMENTO. In: GRANDE DICIONÁRIO Houaiss da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Instituto António Houaiss, 2012. Disponível em: <<http://houaiss.uol.com.br/busca?palavra=discernimento>>. Acesso em: 8 fev. 2016.

ESTABELEECER. In: GRANDE DICIONÁRIO Houaiss da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Instituto António Houaiss, 2012. Disponível em: <<http://houaiss.uol.com.br/busca?palavra=estabelecer>>. Acesso em: 10 fev. 2016.

FANTASMA. In: GRANDE DICIONÁRIO Houaiss da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Instituto Antônio Houaiss, 2012. Disponível em: <<http://houaiss.uol.com.br/busca?palavra=fantasma>>. Acesso em: 22 jul. 2015.

FEDERAÇÃO NACIONAL DOS JORNALISTAS. **Notícias**. Brasília: Fenaj, 2015. Disponível em: <<http://www.fenaj.org.br/noticias.php>>. Acesso em: 30 maio 2015.

FÍGARO, Roseli. **O perfil do jornalista e os discursos sobre o jornalismo**: um estudo das mudanças no mundo do trabalho do jornalista profissional em São Paulo. São Paulo: Centro de Pesquisa em Comunicação e Trabalho/Escola de Comunicações e Arte da USP, 2008.

FOUCAULT, Michel. O que é um autor? In: _____. **O que é um autor**. [S. l.]: Passagens, 1969. p. 29-87.

FUNDAÇÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E SEGURIDADE DA EMBASA. **Entenda o que é atuária e os temas relacionados a essa ciência**. Salvador: Fubasa, 2016. Disponível em: <<http://www.fabasa.com.br/index.php/educacao-financeira-e-previdenciaria/dicas/item/entenda-o-que-e-atuaria-e-os-temas-relacionados-a-essa-ciencia>>. Acesso em: 9 jan. 2016.

GREAT CONTENT. Disponível em: <<https://www.greatcontent.com.br/>>. Acesso em: 19 nov. 2015.

GUIMARÃES, T. [S. l.]: LinkedIn, 2016. Disponível em: <<https://www.linkedin.com/in/thiagoguimaraes1>>. Acesso em: 18 fev. 2016.

HANSEN, Fábio. **(In)verdades sobre os profissionais de criação**: poder, desejo, imaginação e autoria. Porto Alegre: Entremeios, 2013. 184 p.

HARRISON, Kathryn M. P.; SOUZA-E-SILVA, Maria C. P. Formação de Professores Surdos: contribuições do método da autoconfrontação. In: DAHER, M. C.; GIORGI, M. C.; RODRIGUES, I. C. (Orgs.). **Trajetórias em Enunciação e Discurso**: práticas de formação docente. São Carlos: Claraluz, 2009. p. 121-136.

HOUAISS, Antônio. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Instituto Antônio Houaiss, 2012. Disponível em: <<http://houaiss.uol.com.br>>. Acesso em: 18 jul. 2015.

INSIGHT. In: GRANDE DICIONÁRIO Houaiss da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Instituto Antônio Houaiss, 2012. Disponível em: <<http://houaiss.uol.com.br/busca?palavra=insight>>. Acesso em: 25 jan. 2016.

INTUIÇÃO. In: GRANDE DICIONÁRIO Houaiss da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Instituto Antônio Houaiss, 2012. Disponível em: <<http://houaiss.uol.com.br/busca?palavra=intui%25C3%25A7%25C3%25A3o>>. Acesso em: 2 fev. 2016.

JORNALISTA. In: GRANDE DICIONÁRIO Houaiss da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Instituto Antônio Houaiss, 2012. Disponível em: <<http://houaiss.uol.com.br/busca?palavra=jornalista>>. Acesso em: 18 jul. 2015.

JOSÉ, Carmen Lúcia. Poéticas do ouvir. In: CONGRESSO BRASILEIRO DA COMUNICAÇÃO, 24., 2001, Campo Grande. **Anais...** São Paulo: INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 2001.

MAINGUENEAU, Dominique. **Análise de Textos de Comunicação**. Tradução Cecília Perez de Souza-e-Silva e Décio Rocha. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

_____. A noção de autor em Análise do Discurso. Tradução Helena Nagamine Brandão. In: SOUZA-E-SILVA, Maria Cecília Perez; POSSENTI, S. (Orgs.). **Doze Conceitos em Análise do Discurso**. São Paulo: Parábola, 2010a. p. 25-47.

_____. **Discurso e Análise do Discurso**. Tradução Sírio Possenti. São Paulo: Parábola, 2015.

_____. **Gênese dos discursos**. Tradução Sírio Possenti. Curitiba: Parábola, 2008.

_____. Não há autor sem imagem. Tradução Adail Sobral. In: SOUZA-E-SILVA, Maria Cecília Perez; POSSENTI, S. (Orgs.). **Doze Conceitos em Análise do Discurso**. São Paulo: Parábola, 2010b. p. 139-156.

MATURIDADE. In: GRANDE DICIONÁRIO Houaiss da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Instituto António Houaiss, 2012. Disponível em: <<http://houaiss.uol.com.br/busca?palavra=maturidade>>. Acesso em: 8 fev. 2016.

MOITA LOPES, Luiz Paulo da. Linguística aplicada e vida contemporânea: problematização dos construtos que têm orientado a pesquisa. In: MOITA LOPES, Luiz Paulo da (Org.). **Por uma linguística aplicada indisciplinar**. São Paulo: Parábola, 2006a. p. 85-107.

_____. Uma linguística aplicada mestiça e ideológica: interrogando o campo como linguista aplicado. In: MOITA LOPES, Luiz Paulo da (Org.). **Por uma linguística aplicada indisciplinar**. São Paulo: Parábola, 2006b. p. 13-44.

MUSSALIM, F. Análise do Discurso. In: MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. (Orgs.). **Introdução à Linguística: fundamentos epistemológicos**. São Paulo: Cortez, 2004. V. 2. p. 101-139.

NARLOCH, Leandro. Leandro Narloch: O caçador de mitos: Uma visão politicamente incorreta da história, ciência e economia. **Veja.com**, São Paulo, 2016. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/blog/cacador-de-mitos/>>. Acesso em: 9 fev. 2016.

NOUROUDINE, Abdallah. Dicionário: Norma. **Laboreal**, Porto, v. 5, n. 1, p. 125-126, 2009. Disponível em: <http://laboreal.up.pt/files/articles/2009_07/pt/14_norma_PT.pdf>. Acesso em: 19 nov. 2015.

PARANÁ. Ministério Público. **Idade Penal: Tabela comparativa**. Curitiba: MPPR, [201-]. Disponível em: <<http://www.crianca.mppr.mp.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=323>>. Acesso em: 17 ago. 2015.

PATI, Camila. Que profissão é essa? Ghost Writer. **Exame.com**, São Paulo, 2 ago. 2012. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/carreira/noticias/que-profissao-e-essa-ghost-writer>>. Acesso em: 22 jul. 2015.

POSSENTI, Sírio. Censurar dicionários? Nota sobre dicionários. **Ciência Hoje**, Rio de Janeiro, 23 mar. 2012. Disponível em: <<http://cienciahoje.uol.com.br/colunas/palavreado/censurar-dicionarios>>. Acesso em: 25 jan. 2016.

_____. **Os limites do discurso**: ensaios sobre discurso e sujeito. 2. ed. Curitiba: Criar Edições, 2004.

_____. Enunciação, Autoria e Estilo. In: **Questões para Analistas do Discurso**. São Paulo: Parábola, 2009a. p. 91-101

_____. Índícios de Autoria. In: **Questões para Analistas do Discurso**. São Paulo: Parábola, 2009b. p. 104-117

_____. Limpar livros? Nota sobre dicionários. **Terra Magazine**, Campinas, 8 mar. 2012b. Disponível em: <<http://terramagazine.terra.com.br/interna/0,,OI5652820-EI8425,00-Limpar+livros+Nota+sobre+dicionarios.html>>. Acesso em: 22 jul. 2015.

RAJAGOPALAN, Kanavillil. Repensar o papel da linguística aplicada. In: LOPES, Luiz Paulo da Moita (Org.). **Por uma linguística aplicada indisciplinar**. São Paulo: Parábola, 2006. p. 149-168.

REDATOR de 27 anos é o responsável pelos discursos de Obama. **Portal Vermelho**, São Paulo, 21 jan. 2009. Disponível em: <<http://www.vermelho.org.br/noticia/46723-9>>. Acesso em: 22 jul. 2015.

REDATOR. In: GRANDE DICIONÁRIO Houaiss da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Instituto António Houaiss, 2012. Disponível em: <<http://houaiss.uol.com.br/busca?palavra=redator>>. Acesso em: 18 jul. 2015.

REDAWEB. **Preços**. Disponível em: <<http://www.redaweb.com.br/>>. Acesso em: 19 nov. 2015.

RINCON, Maria Luciana. Cientistas “provam” em laboratório que os fantasmas não existem. **MegaCurioso**, [s. l.], 10 nov. 2014. Disponível em: <<http://www.megacurioso.com.br/neurociencia/51315-cientistas-provam-em-laboratorio-que-os-fantasmas-nao-existem.htm>>. Acesso em: 22 jul. 2015.

ROCK CONTENT. Disponível em: <<http://rockcontent.com/>>. Acesso em: 19 nov. 2015.

RUSSO, André Naveiro. O novo ouvinte, o ouvinte novo e a nova informação no rádio. **Revista Alterjor**, São Paulo, ano 3, v. 2, ed. 6, jul./dez. 2012.

SALGADO, Luciana Salazar. **Ritos genéticos editoriais**: autoria e textualização. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2011. 348 p.

SANT’ANNA, V. L. A.; SOUZA-E-SILVA, M. C. P. Trabalho e Prescrição: aproximações ao problema a partir dos estudos da Linguagem. **Matraga**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 20, p. 77-99, jan./jun. 2007.

SCHWARTZ, Y. Manifesto por um ergoengajamento. In: BENDASSOLLI, Pedro F.; SOBOLL, Lis A. (Orgs.). **Clínicas do Trabalho**. São Paulo: Atlas, 2011. p. 132-166

SCHWARTZ, Y.; DURRIVE, L. (Orgs.). **Trabalho e Ergologia**: conversas sobre a atividade humana. Tradução Jussara Britto e Milton Athayde... [et al]. Niterói: EdUFF, 2007.

SINDICATO DOS JORNALISTAS PROFISSIONAIS DO ESTADO DE SÃO PAULO. Assessoria de Imprensa/Comunicação 2015/2016. **Jornalistas de São Paulo**, São Paulo, 19 dez. 2013. Disponível em: <http://www.sjsp.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=143&Itemid=54>. Acesso em: 19 nov. 2015.

SOLUÇÕES LINGÜÍSTICAS. Disponível em:
<<http://www.solucoeslinguisticas.com/>>. Acesso em: 27 jan. 2016.

SOUZA-E-SILVA, M. C. P. A gente tem dificuldade em dizer aquilo que faz. In: DAHLET, Véronique Braun (Org.). **Ciências da Linguagem e Didática das Línguas**. São Paulo: Humanitas/Fapesp, 2011. V. 1. p. 89-98.

_____. Atividade de Linguagem, Atividade de Trabalho: Encontro de Múltiplos Saberes. **Revista Intercâmbio**, São Paulo, v. 18, p. 1-21, 2008.

SPYMASTER. Disponível em: <<https://www.syncsoft.com.br/spymaster/>>. Acesso em: 30 ago. 2015.

SYNCSOFT. Disponível em: <<http://www.syncsoft.com.br/>>. Acesso em: 15 nov. 2015.

TEXT BROKER. **Preços e Condições para Clientes**. Disponível em:
<<https://www.textbroker.com.br/precos-e-condicoes-para-clientes>>. Acesso em: 19 nov. 2015.

TRANSLOGARÍTMICA-II. **Translog-II**. Disponível em:
<<https://sites.google.com/site/centretranslationinnovation/translog-ii>>. Acesso em: 3 fev. 2014.

TROMBINI, Jéssica. **Autoria à venda: ghost writers no Brasil**. 2014. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à disciplina de Projetos Experimentais, Curso de Jornalismo, Centro de Comunicação e Expressão, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014. Disponível em:
<<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/133277/Autoria%20%C3%A0%20venda%20-%20ghost%20writers%20no%20Brasil.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 22 jul. 2015.

USADO. In: DICIONÁRIO de Sinônimos Online. [S. l.]: 7Graus, 2016. Disponível em: <<http://www.sinonimos.com.br/busca?palavra=usado/>>. Acesso em: 21 nov. 2015.

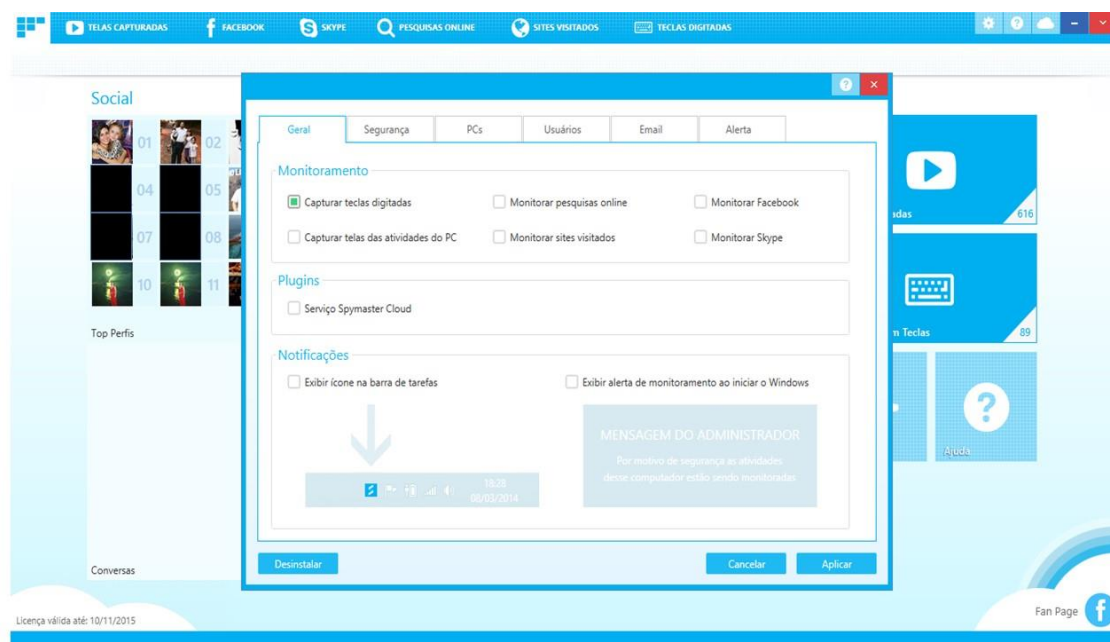
VIEIRA, Marcos; FAÏTA, Daniel. Quando os outros olham outros de si mesmo: reflexões metodológicas sobre a autoconfrontação cruzada. **Polifonia**, Cuiabá, n. 7, p. 27-65, 2003.

ANEXO A

- *Fiel reprodução do conteúdo anexado ao e-mail enviado à redatora em 13 de agosto de 2015, visando a auxiliá-la na configuração do software instalado em seu computador, embora ela já contasse com as orientações disponibilizadas no site do próprio programa e a sua interface contivesse as explicações necessárias.*

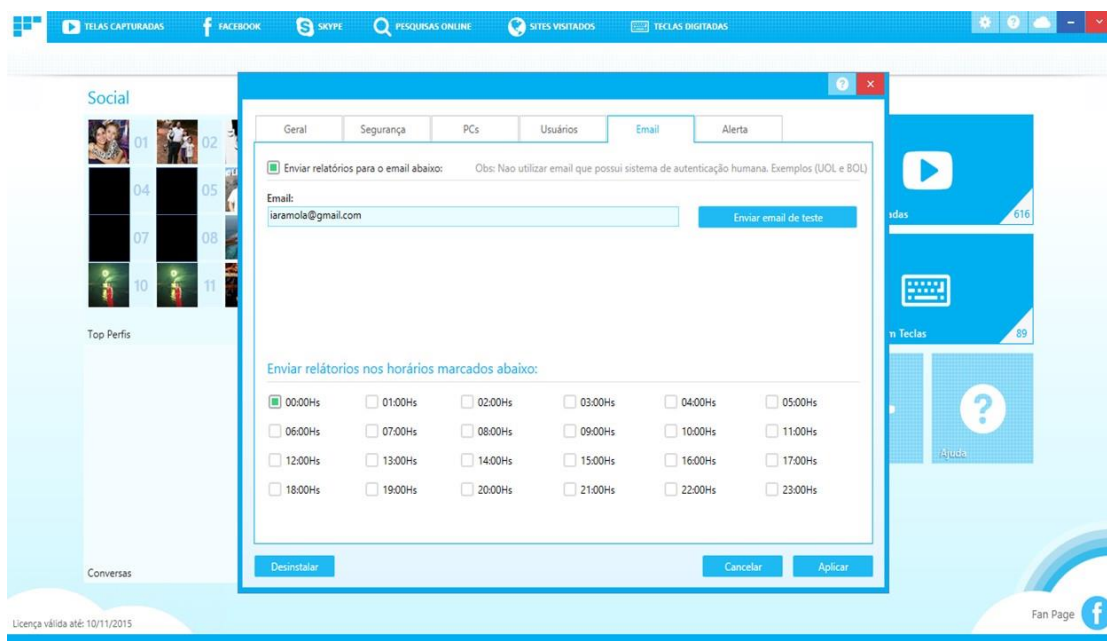
RECOMENDAÇÕES – Configuração Spymaster

*A tela inicial apresenta o ícone de configurações na lateral direita superior. (Ou o ícone “Opções” na própria tela inicial, ao lado de “Ajuda”.) Ao clicarmos nele, abre-se uma nova janela (abaixo), na qual podemos selecionar o tipo de monitoramento que desejamos realizar (campo “Geral”). **No caso, peço que seja selecionada, prioritariamente, a primeira opção – “capturar teclas digitadas”.** E, se possível, a tecla “monitorar sites visitados”.



*Ainda nessa mesma janela, o item 5 do menu é o “E-mail”, no qual constará o seu e-mail. Abaixo, encontramos os horários em que os relatórios poderão ser enviados para o seu e-mail. Nesse caso, peço que considere o horário em que você encerrará as suas atividades. **Contudo, para garantir que esses relatórios sejam gerados, sugiro a marcação de outros horários – por exemplo, às 6, às 12, às 18 e a 0 hora.**

O relatório deverá ser enviado ao seu e-mail diariamente.



*Por fim, na lateral inferior à esquerda, encontra-se a opção “Desinstalar”, para a exclusão do programa.

ANEXO B

- *Fiel reprodução do e-mail enviado e do questionário respondido pela redatora, devolvido em 28 de julho de 2015, recebido por e-mail.*

I) E-MAIL ENVIADO EM 22 DE JULHO DE 2015

Olá, Aline!

Conforme combinamos, elaborei um questionário para conhecer melhor a sua atividade de trabalho. Esse questionário já foi revisado e aprovado pela minha orientadora, e agora o encaminho a você.

Antes de iniciá-lo, porém, é importante que eu faça menção à premissa da qual parti. No questionário, bem como na minha pesquisa, refiro-me a "redatores de textos técnicos", entre os quais acredito que possa vincular o redator de web. (No seu caso, Aline, pediria que você registrasse ambas as atuações – como redatora de textos técnicos na empresa e redatora de web para *freelas*.) A designação "redator de textos técnicos" é extraída da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), que é o documento normalizador do MTE. Segundo a CBO, o redator de textos técnicos, assim como os profissionais classificados como "da escrita",

[...] desenvolvem a escrita, trabalho intelectual e subjetivo, tanto no conteúdo, como na forma de organizá-lo e desenvolvê-lo. Trabalham geralmente como autônomos, podendo exercer outras atividades de forma concomitante à escrita. São encontrados em várias atividades econômicas, dentre elas, no ensino e nas atividades culturais e recreativas.

Costumam trabalhar sozinhos - exceção feita aos autores-roteiristas que trabalham em equipes interdisciplinares, em geral, em horários irregulares. Os processos de concepção e criação são partes importantes do seu trabalho, assim como as habilidades de organização, pesquisa, observação e reflexão.

Por essa razão, embora eu mesma levante uma discussão a respeito da nomenclatura "redator de textos técnicos", reproduzo-a no questionário.

Ainda antes de você dar início às respostas, gostaria de repassar as perguntas com você, ao telefone, para saber se há alguma dúvida. Em que horário podemos nos falar? (Se não houver nenhuma dúvida, peço que também me avise, por favor.)

Por fim, peço que tenha bastante tranquilidade para responder à pesquisa com o máximo de detalhes possível, pois creio que eles farão bastante diferença na apreciação dos resultados.

Quanto à devolutiva, você poderia dar uma olhada nas questões e me passar uma estimativa de prazo? (Apesar das minhas urgências, Aline, creio que seria adequado que você contasse com pelo menos 1 semana. Se precisar de mais, basta sinalizar, está bem?)

Mais uma vez, agradeço muitíssimo a sua colaboração.

Um grande abraço,

Iara Mola

II) QUESTIONÁRIO RECEBIDO EM 28 DE JULHO DE 2015

**Projeto de Pesquisa: “A atividade do redator de textos técnicos:
o que faz esse profissional invisível?”**

Mestranda: Iara Mola

Orientadora: Profa. Maria Cecília Perez Souza-e-Silva

QUESTIONÁRIO – ETAPA 1 DA PESQUISA

1- Para você, o que é ser um(a) redator(a) de textos técnicos/web? Quais as vantagens dessa profissão? E as desvantagens?

Inicialmente, eu acreditava que o papel de um redator de textos técnicos fosse elaborar textos voltados para determinada área do conhecimento, com linguagem técnica e vocabulário próprio, como manuais de instrução, por exemplo. No entanto, parece haver uma confusão no que tange à denominação *redator técnico*. Se estamos nos referindo a esse profissional, creio que a principal desvantagem seja exatamente esta: a sua função no mercado de trabalho não está bem clara e definida. Mas se estamos falando do profissional que escreve artigos sob demanda, por exemplo, a desvantagem parece residir no fato de essa atividade ser, atualmente, bastante desvalorizada. Qualquer um pode abrir um documento de Word e escrever o que quiser. Vivemos no “reino ingovernável do ‘eu acho’”! E se puder ganhar dinheiro apenas articulando meia dúzia de palavras, melhor ainda! Com isso, encontramos gente vendendo “pacotes” de artigos a preços baixíssimos, sucateando a profissão e, também, a imagem do redator. A vantagem, quando se é um profissional competente e justo consigo mesmo, é poder ter contato com uma grande variedade de temas que, de outra forma, talvez nunca fosse ouvir falar. Para escrever um bom artigo, o redator é “forçado” a investigar, a ler; com isso, aumenta o seu repertório, o que considero uma grande vantagem. Sem contar que escrever, escrever de verdade – seja lá o que isso for – é uma tarefa árdua: eu quase posso sentir meus neurônios explodindo na cabeça enquanto tento decidir entre “importância” e “relevância” em um texto (risos).

2- Qual a sua formação acadêmica? Há quanto tempo você atua como redator(a) de textos técnicos/web? Quais as suas principais experiências profissionais nessa área?

Sou formada em Letras, com habilitação em português e espanhol, pela Universidade de São Paulo. Na verdade, meu primeiro emprego na área foi em revisão de textos. Comecei em uma empresa de assessment como estagiária em 2012, revisando relatórios de perfil comportamental e também artigos que eram publicados no site da empresa, entre outros textos de circulação interna. Em 2013, quando fui efetivada, tive uma surpresa: na minha carteira de trabalho não constava “revisor de textos”, e sim “redator de textos técnicos”. Explicaram que não havia a opção de me registrar como revisora. De qualquer modo, no mesmo ano comecei a redigir relatórios, que são o produto da empresa (e que eu imagino que sejam os tais “textos técnicos”) e também artigos sobre perfis comportamentais e outros temas relacionados. É o que faço nessa empresa desde então, além das revisões. Eventualmente, trabalho como redatora em regime *freelance*.

3- Qual(is) é(são) o(s) seu(s) regime(s) de contratação atual(is)? Há outra atividade profissional que você desenvolve paralelamente à redação? Se sim, qual? Trabalha sozinho(a) ou em equipe? Na sua casa e/ou em local externo?

Desde 2013 estou contratada em regime CLT. Nesse caso, trabalho presencialmente por meio período. Também desenvolvo as atividades de revisão e formatação de textos, além de tradução do espanhol ao português quando há demanda, emitindo nota fiscal como MEI, classificada como “Edição de livros”. Como *freelancer*, trabalho em casa. Também já trabalhei como corretora de redações de alunos pré-vestibular em regime CLT horista.

4- Que tipos de texto você escreve atualmente? A que perfil(is) de público eles se destinam? Onde são publicados?

Os textos que escrevo atualmente na empresa em que trabalho desde 2012 são relatórios que descrevem o perfil comportamental de um sujeito que respondeu a uma pesquisa. Esses relatórios apresentam uma estrutura própria e são geralmente utilizados pelos gestores em processos seletivos, para avaliar clima organizacional ou por quem deseja mudar de área de atuação. Os artigos do site refletem temas corporativos, falando com uma linguagem mais próxima sobre esses perfis comportamentais que são descritos nos relatórios.

5- Existem normas/prescrições e/ou direcionamentos que você deve seguir em sua atividade como redator(a) de textos técnicos/web? Alguém os informa a você ou você precisou/precisa buscá-los pessoalmente? Explique.

Os relatórios que produzo possuem uma estrutura fixa, em que apenas algumas informações mudam. Recebi um treinamento para poder elaborá-los de acordo com as expectativas da empresa, sua cultura organizacional e sua identidade. Há certas palavras que podem ser usadas e outras não. Alguns grupos de relatório têm um vocabulário mais impessoal; outros grupos podem mostrar mais proximidade com o leitor. É, entretanto, um trabalho repetitivo e que não envolve criação de fato, nem requer pesquisa, investigação. Quanto aos artigos, os primeiros foram escritos de forma espontânea por mim; a equipe de comunicação gostou e pediu que eu escrevesse mais, e aí passou a me enviar um *briefing* semanalmente. Essa atividade, no entanto, foi barrada depois de alguns meses, porque eu, como membro de Pesquisa & Desenvolvimento da empresa, “não deveria escrever textos marketeiros”. Desde então, produzo apenas os relatórios e reviso artigos de terceiros.

6- Descreva como você desenvolve toda a sua atividade de trabalho, desde a demanda inicial, passando pelas várias etapas de elaboração, até a entrega final dos textos para publicação.

A produção dos relatórios é um trabalho contínuo, pois a possibilidade combinações é muito grande e ainda há muito por fazer. Eu escrevo novos textos com base nos textos anteriores, alterando apenas as informações específicas de cada perfil comportamental. Depois disso, o texto é enviado a uma psicóloga, que faz uma revisão de conteúdo. Ao receber seu *feedback*, faço as intervenções necessárias e eu mesma os insiro no sistema, o que equivale a dizer que já estão “publicados”. Quanto aos artigos do site, quando eu os escrevia, recebia uma demanda da equipe de comunicação com um tema, por exemplo, “Criatividade x Inovação”, e uma orientação, como, por exemplo, “Qual a diferença entre criatividade e inovação? De que forma essas características individuais refletem nas ações diárias?”.

7- Você escreve textos em nome de outras pessoas, sejam elas físicas ou jurídicas? No caso, quem você considera ser o(a) autor(a) dessas publicações: você ou essas pessoas? Por quê?

Já escrevi textos em nome de outras pessoas e, sinceramente, nunca parei para refletir de verdade sobre a questão da autoria. Eu não me considero autora, por exemplo, dos relatórios que escrevo, porque são baseados em relatórios predefinidos e não me fazem suar, sabe? Considero-me autora, digamos, “técnica” dos artigos que foram ao ar, mas talvez não “intelectual”, não por não concordar, mas porque, na maioria das vezes, me vejo forçada a recheiar os textos de senso comum, uma avalanche de clichês, porque é mais ou menos a linha que a empresa segue na publicação dos artigos. Por isso, é indiferente, para mim, ser considerada ou não a autora desses textos. Houve uma situação, porém, em que eu e minha equipe escrevemos um artigo bastante interessante, que comparava o perfil comportamental de contraventores com o de grandes empreendedores que responderam à pesquisa. De acordo com os números que tínhamos, ambos apresentavam um perfil extremamente semelhante! Com esses dados e com a contribuição de um psicólogo que trouxe referências bastante úteis de sua área, elaboramos um artigo com dados sólidos e que mostrava algo diferente. Na verdade, este era o tipo de atividade que eu esperava realizar nessa empresa, mas, por problemas internos, nos faltam profissionais que tragam dados com os quais possamos trabalhar e produzir artigos consistentes. Além disso, me frustrou bastante o fato de que esse artigo que escrevemos desapareceu no limbo do site da empresa, em que os textos estão totalmente desorganizados.

8- Ao escrever textos em nome de outras pessoas, há ocasiões em que você registra/defende ideias/informações/opiniões com as quais não concorda? Se sim, como procede quando isso acontece? E como se sente?

Não me lembro de ter escrito textos com conteúdos dos quais discordava, mas já escrevi sobre temas extremamente batidos, cheios de chavões, beirando à autoajuda, o que jamais faria se fosse escrever espontaneamente. Em casos assim, senti que só estava contribuindo para aumentar o material “banal” que circula pela internet, porém com uma redação mais, digamos, elaborada do que normalmente se vê por aí.

9- Como você considera que o trabalho do redator de textos técnicos/web é visto por sua família, amigos, colegas de trabalho, enfim, pela sociedade? Justifique.

Minha família acredita que eu seja uma máquina de escrever, que eu decorei todo o dicionário da língua portuguesa e que posso escrever sobre qualquer coisa a qualquer momento – o que não é ruim, pois eles confiam na minha capacidade profissional. Gosto de escrever ficção desde que era criança e, quando comecei a pensar no que queria “ser quando crescer”, a primeira pergunta que fiz foi: em qual profissão eu vou poder escrever? Não sei quem ou o quê me direcionou a isto, mas, na primeira vez em que prestei vestibular, tentei jornalismo, porque poderia ser “redatora”. Felizmente, não passei, porque teria sido uma grande burrada. Minha formação em Letras é uma das coisas de que mais me orgulho na vida. No entanto, já nos primeiros meses do curso, a minha empolgação por escrever foi murchando até quase desaparecer. Na escola, tirava 10 em redação e pensava que poderia ser uma grande escritora. Quando comecei Letras, vi que tudo o que eu escrevia era uma grande bobagem, delírios e desabafos razoavelmente elaborados e articulados linguisticamente. Há muita gente que ainda me vê como “escritora” porque publiquei um romance em 2010. Com isso, ganhei um certo *status*. Mas, depois, meus rumos profissionais mudaram bastante e, por mais que agora eu redija artigos e relatórios, quando alguém me pergunta, eu respondo que sou revisora, não redatora nem escritora. É claro que se a pessoa tiver tempo eu vou contar que também faço artigos, traduzo textos... Eu adoro falar sobre a minha vida profissional porque me sinto realizada, sinto que tomei as decisões mais acertadas, e talvez isso emane de mim de alguma maneira, porque as pessoas mais próximas me veem como bem-sucedida profissionalmente e não importa muito se isso foi devido à revisão, à redação ou à tradução. Meus colegas de trabalho no emprego fixo me respeitam bastante e me veem como uma “autoridade” dos textos, embora eu não me sinta exatamente assim. Qualquer coisa relativa a texto, língua portuguesa, vocabulário, eles recorrem a mim. Mas tampouco creio que eles saibam ao certo o que é um redator técnico para poderem avaliar a minha competência nesse sentido. Quanto à sociedade, acho que depende. Pelo que tenho visto nas redes sociais e em sites de ofertas de trabalho, o redator é um cara que vende artigo como quem vende saquinhos de pipoca. Não sei que ideia as pessoas têm da atividade de escrever, que, certamente, não é só abrir um arquivo de Word e fazer uma colcha de retalhos com textos já publicados na internet, o que tem acontecido com frequência.

ANEXO C

- *Íntegra do primeiro artigo elaborado pela redatora, que recebemos por e-mail em 18 de agosto de 2015.*

Redução da maioridade penal: um anseio legítimo

O artigo 228 da Constituição Federal do Brasil de 1988 estabelece que “**são penalmente inimputáveis os menores de dezoito anos**” (BRASIL, 1998). Isso quer dizer que o indivíduo menor de 18 anos “não apresenta maturidade mental para entender o caráter criminoso do fato e determina-se de acordo com esse entendimento”. Ao atingir essa idade etária, o jovem passaria, então, a ter discernimento para compreender o caráter ilícito da sua conduta, sendo considerado imputável perante a lei (ROCHA, 2012).

Os crimes cometidos antes da maioridade penal têm sim uma contrapartida, que são as medidas socioeducativas. Mas será que este caminho tem sido o mais adequado para evitar que os nossos jovens tomem a rota do crime? Está correto afirmar que maioridade penal aos 18 anos é uma cláusula pétrea? **Reduzir a maioridade penal** para 16 anos (PEC 171/1993) não seria atender a um anseio legítimo da população?



Fonte: PETIÇÃO PÚBLICA, 2015.

Em dados apresentados por Leandro Narloch (2015), apenas 8 em cada 100 homicídios são esclarecidos no Brasil. Destes 8, 1 é cometido por adolescente, o que totaliza **12,5%** de jovens culpados em crimes esclarecidos. É um número distante do

1% comumente divulgado nos portais de notícias, o que Narloch prova não passar de um mito.

Outro dado geralmente evocado para apoiar o argumento daqueles que são contra a redução é que a maioria aos 18 anos é uma cláusula pétrea. De acordo com o Senado Federal, cláusula pétrea é definida como um:

Dispositivo constitucional que não pode ser alterado nem mesmo por Proposta de Emenda à Constituição (PEC). As cláusulas pétreas inseridas na Constituição do Brasil de 1988 estão dispostas em seu artigo 60, § 4º. São elas: a forma federativa de Estado; o voto direto, secreto, universal e periódico; a separação dos Poderes; e os direitos e garantias individuais.

Para Reinaldo Azevedo (2015), colunista da Revista Veja, no entanto, tal afirmação é um equívoco, uma vez que a redução da maioria penal não atenta contra a forma federativa de Estado, a configuração do voto, a separação dos poderes ou os direitos e garantias individuais. A alteração no artigo 228 da Constituição, portanto, não pode ser considerada inconstitucional (PRAZERES, 2015).

O jornalista ressalta ainda que, embora em vários países a responsabilidade penal plena realmente comece aos 18 anos, é preciso atentar-se para as diferenças em relação ao Brasil. No Canadá, por exemplo, o infrator pode ser processado criminalmente a partir dos 14 anos a depender da gravidade do delito cometido. Na França, a responsabilização penal plena inicia-se aos 13 anos. Suécia, Dinamarca e Finlândia são países que apresentam sistemas em que um criminoso que tenha cometido assassinato pode ser preso aos 15 anos (AZEVEDO, 2015). No *site* do Ministério Público do Paraná, você pode conferir uma tabela comparativa da idade de responsabilidade penal juvenil e de adultos em diferentes países⁹⁹.

A ideia de que os menores de 18 anos são penalmente inimputáveis, estabelecida por lei em nosso país, gera um **clima de impunidade**. De acordo com o colunista da Veja Rodrigo Constantino (2015), isso:

[...] certamente representa um convite ao crime. Eles são aliciados pelos bandidos, ou então resolvem por conta própria entrar no mundo do crime, pois sabem que a punição, caso pegos, será suave. Negar

⁹⁹ Disponível em: <<http://www.crianca.mppr.mp.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=323>>. Acesso em: 17 ago. 2015.

que isso seja um estímulo ao crime é ignorar a natureza humana em troca de uma visão romântica do homem.

Tal constatação revela a necessidade de uma mudança urgente em nosso aparato legal. O deputado estadual Paulo Adriano Lopes Lucinda Telhada, mais conhecido como Coronel Telhada, em debate com a ex-candidata à presidência Luciana Genro, argumenta que, quando trabalhava como policial militar, mais da metade das ocorrências das quais participou **envolvia menores de idade**. De acordo com o

REDUÇÃO DA MAIORIDADE PENAL

Entenda o caminho da proposta no Congresso Nacional

COMISSÃO

Após parecer favorável da CCJ, a Câmara criou um grupo que irá discutir a PEC por cerca de 3 meses (40 sessões) para fechar um relatório



60% DOS VOTOS

Esse texto precisa passar por duas votações no plenário da Câmara, com pelo menos 60% dos 513 deputados a favor para ser aprovado



NO SENADO

Após aprovada na Câmara, a PEC seguirá para o Senado, onde também será analisada pela CCJ e depois votada no plenário (duas sessões)



MUDOU, VOLTOU

Se o texto sofrer alteração no Senado, terá de passar por nova votação na Câmara. Se não, pode ser promulgado pelas duas Casas



deputado, que ocupa uma vaga na Comissão dos Direitos Humanos da Assembleia Legislativa de São Paulo (UOL NOTÍCIAS, 2015), a sociedade se confronta diariamente com menores na criminalidade. Refutando a alegação de que a solução mais adequada seria ressocializar os jovens infratores, Coronel Telhada é enfático em afirmar que este não é o papel da polícia. À polícia cabe prender aquele que cometeu um crime. A falência do sistema prisional não é desculpa para não punir o indivíduo que efetivamente praticou ato ilícito. O deputado acredita que existem órgãos que deveriam atuar no sentido de prevenir que menores entrem para a criminalidade e não o estão fazendo. Para ele, é necessário rever não apenas o sistema penitenciário, mas o sistema legal como um todo, a cultura, a sociedade em si (SILVA; CALIXTO, 2015).

Fonte: HAUBERT, 2015.

Quem se posiciona no mesmo sentido é o deputado federal Alberto Fraga (2000). Ele alega que a Câmara dos Deputados tem como função legislar em **conformidade com a vontade social**.

Diante dos efeitos da criminalidade e da declarada sensação de impunidade da população, que são imediatos, o Estado deve superar o estigma de impotente e propor modificações que adequem o momento à realidade. A redução da maioria penal,

portanto, é uma proposta que visa a aprimorar o dispositivo constitucional e concretizar o que é um desejo da própria sociedade.

E como negar que é este é, de fato, um **desejo da sociedade**? Não são só as inúmeras manifestações que vemos diariamente nas redes sociais que demonstram um profundo sentimento de insegurança em relação à impunidade de jovens infratores.

Um levantamento popular empreendido pelo instituto Paraná Pesquisas em 2013 mostrou que 9 em cada 10 brasileiros “são favoráveis a leis mais duras para punir adolescentes que cometem crimes”. Das 2.550 pessoas ouvidas em todo o país, 64% acreditam que a redução da maioria vai reduzir a violência. Ainda entre os que são a favor, 88,1% possuem ensino superior e 55,5% acreditam que todos os tipos de crime devem ter redução da maioria penal, incluindo desde roubo, furto, assalto e tráfico de drogas até latrocínio, homicídio e estupro (ANÍBAL, 2013).

E temos dados ainda mais recentes. De acordo com pesquisa do Datafolha realizada em 9 e 10 de abril de 2015, se fosse feita uma consulta hoje à população brasileira, 87% dos pesquisados seriam a favor da redução da maioria penal. Entre os entrevistados com ensino superior, 76% são a favor da redução. Os favoráveis à redução para todos os tipos de crime somam 74%. Segundo os entrevistados, 15,2 é a idade mínima média “para alguém ir para a cadeia por um crime que cometeu” (TUROLLO JR., 2015).

Diante desses números, não é mais possível sustentar o argumento falacioso de que esse anseio provém apenas da parcela menos escolarizada da população, nem que há falta de informação ou que os dados não são acessíveis. Esta é sim uma demanda popular legítima. Vivemos atualmente uma discrepância entre a **vontade do povo** e as leis que o regem. Nesse sentido, a aprovação da redução da maioria penal representaria um avanço democrático.

Referências bibliográficas

ANÍBAL, F. 90% apoiam redução da idade penal. **Gazeta do Povo**, [s. l.], 14 jul. 2013. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/90-apoiam-reducao-da-idade-penal-c8e24o0vlosiyway5n00aryvi>>. Acesso em: 15 ago. 2015.

AZEVEDO, A. Maioridade penal só aos 18 anos e mais uma das farsas homicidas dos ditos “progressistas”. **Veja**, [s. l.], 31 mar. 2015. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/geral/majoridade-penal-so-aos-18-anos-e-mais-uma-das-farsas-homicidas-dos-ditos-progressistas/>>. Acesso em: 15 ago. 2015.

_____. Maioridade penal. **Veja**, [s. l.], 3 jul. 2015. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/geral/majoridade-penal-presidente-da-oab-e-parlamentares-de-esquerda-se-unem-contr-a-esmagadora-maioria-da-populacao-contr-a-constituicao-contr-o-regimento-da-camara-e-contr-a-jurisprudencia-do-supre/>>. Acesso em: 15 ago. 2015.

BRASIL. Câmara dos Deputados. 21 dos 27 deputados da comissão especial defendem redução da maioridade penal. **Câmara Notícias**, Brasília, 13 abr. 2015. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/SEGURANCA/485735-21-DOS-27-DEPUTADOS-DA-COMISSAO-ESPECIAL-DEFENDEM-REDUCAO-DA-MAIORIDADE-PENAL.html>>. Acesso em: 17 ago. 2015.

_____. Presidência da República. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/ConstituicaoCompilado.htm>. Acesso em: 15 ago. 2015.

_____. Senado Federal. **Cláusula pétrea**. Disponível em: <<http://www12.senado.leg.br/noticias/glossario-legislativo/clausula-petrea>>. Acesso em: 15 ago. 2015.

CONSTANTINO. O furo de Narloch: estatística de homicídios por menores de idade é fantasma. Ou: o mito do 1%. **Veja**, [s. l.], 9 abr. 2015. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/blog/rodrigo-constantino/legislacao/o-furo-de-narloch-estatistica-de-homicidios-por-menores-de-idade-e-fantasma-ou-o-mito-do-1/>>. Acesso em: 15 ago. 2015.

FRAGA, A. Desejo da sociedade. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 16 dez. 2000. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaofz1612200010.htm#>>. Acesso em: 15 ago. 2015.

GARCIA, D. M. Desenvolvimento histórico da responsabilização criminal do menor infrator. **Âmbito Jurídico**, [s. l.: s. d.]. Disponível em: <<http://www.ambito->

juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=10594>.
Acesso em: 15 ago. 2015.

HAUBERT, M. Dilma reafirma posição contrária à proposta de reduzir maioria penal. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 13 abr. 2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2015/04/1615946-dilma-reafirma-posicao-contraria-a-proposta-de-reduzir-maioridade-penal.shtml>>. Acesso em: 17 ago. 2015.

NARLOCH, L. Mito: “Os adolescentes cometem menos de 1% dos homicídios do Brasil e são 36% das vítimas”. **Veja**, [s. l.], 9 abr. 2015. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/blog/cacador-de-mitos/2015/04/09/mito-os-adolescentes-cometem-menos-de-1-dos-homicidios-do-brasil-e-sao-36-das-vitimas/>>. Acesso em: 15 ago. 2015.

PETIÇÃO PÚBLICA. Manifesto em favor da redução da maioria penal para 16 anos. Disponível em: <<http://www.peticaopublica.com.br/pview.aspx?pi=BR80658>>. Acesso em: 17 ago. 2015.

PRAZERES, L. Veja cinco motivos a favor e cinco contra a redução da maioria penal. **UOL Notícias**, Brasília, 31 mar. 2015. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2015/03/31/veja-cinco-motivos-a-favor-e-cinco-contr-a-reducao-da-maioridade-penal.htm>>. Acesso em: 17 ago. 2015.

ROCHA, Roger. Irresponsabilização criminal do adolescente infrator . **Revista Jus Navigandi**, Teresina, ano 17, n. 3145, 10 fev. 2012. Disponível em: <<http://jus.com.br/artigos/21063>>. Acesso em: 15 ago. 2015.

SILVA, V. M; CALIXTO, D. Duelos de Opinião: Coronel Telhada e Luciana Genro discutem redução da maioria penal; veja vídeo. **Opera Mundi**, São Paulo, 22 maio 2015. Disponível em: <<http://operamundi.uol.com.br/conteudo/opiniao/40461/Duelos+de+opiniao+coronel+telhada+e+luciana+genro+discutem+reducao+da+maioridade+penal+veja+video.shtml>>. Acesso em: 15 ago. 2015.

TUROLLO JR., R. 87% querem redução da maioria penal; número é o maior já registrado. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 15 abr. 2015. Disponível: <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2015/04/1616762-87-querem-reducao-da-maioridade-penal-numero-e-o-maior-ja-registrado.shtml>>. Acesso em: 15 ago. 2015.

UOL NOTÍCIAS. Coronel Telhada passa a integrar Comissão de Direitos Humanos da Alesp. **UOL Notícias**, São Paulo, 8 maio 2015. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2015/05/08/coronel-telhada-passa-a-integrar-comissao-de-direitos-humanos-da-alesp.htm>>. Acesso em: 15 ago. 2015.

ANEXO D

- *Íntegra do terceiro artigo elaborado pela redatora, que recebemos por e-mail em 6 de outubro de 2015.*

Descriminalização das drogas no Brasil: prós e contras

Em setembro de 2015, o Supremo Tribunal Federal retomou o julgamento sobre a posse de drogas para uso pessoal no Brasil. Atualmente, quem é flagrado com drogas para consumo pessoal está sujeito a penas alternativas, como, por exemplo, prestação de serviços comunitários.

O debate é polêmico e interminável.

De acordo com Tarso Araújo, autor do livro *Almanaque das Drogas*, em entrevista a Thiago Guimarães, nos países em que já houve a descriminalização do porte de drogas para uso pessoal, como Portugal, Espanha, República Tcheca, Itália, Alemanha, entre outros, não houve efeito significativo no consumo. Por outro lado, no Brasil, há quem defenda que a descriminalização das drogas aumentaria o consumo e a dependência, criando ainda mais problemas a serem resolvidos.

Diante da constatação do fracasso da guerra contra as drogas, tendo como consequência a desigualdade, a violência, a corrupção, o racismo e a morte, governos vêm considerando a necessidade de rever as leis relativas a produção, porte, distribuição e consumo, não apenas da maconha, mas também de outras drogas consideradas mais pesadas. Neste artigo, faremos um percurso pelas políticas que regem o uso das drogas no mundo e veremos os prós e os contras da descriminalização das drogas no Brasil.

Guerra contra as drogas

O documentário *Quebrando o Tabu*, dirigido por Fernando Grostein Andrade em 2011, mostra como o então presidente dos Estados Unidos, Richard Nixon, declarou em 1971 a **guerra contra as drogas**. Foi estabelecida uma política de tolerância zero, com punições mais severas contra as drogas e contra o crime. Os Estados Unidos convenceram as Nações Unidas de que o instrumento ideal era a repressão, e a guerra às drogas se estendeu a outros países e governos.

A **Convenção sobre Substâncias Psicotrópicas**, assinada em Viena em 21 de fevereiro de 1971, proibiu a produção, o transporte, o comércio e o porte de qualquer droga classificada como ilegal. A postura criada em relação às drogas nessa ocasião é a que predomina até hoje, liderada pelos Estados Unidos, tanto interna como externamente.

No Brasil, o conteúdo da convenção passou a ser inteiramente executado e cumprido a partir do Decreto nº 79.388, de 14 de março de 1978. Entre seus objetivos, constavam: a prevenção e o combate ao uso de substâncias psicotrópicas; a prevenção e o combate ao abuso de tais substâncias e o tráfico ilícito a que dão ensejo; a determinação de medidas rigorosas, necessárias para restringir o uso de tais substâncias aos fins legítimos.

Como estratégia da guerra contra as drogas, o documentário mostra a destruição de plantações de coca na Colômbia, o chamado “Plano Colômbia”. Ruth Dreifuss, presidente da Suíça e comissária global, declara: “É uma guerra contra pessoas que apenas tentam ganhar seu sustento cultivando algumas plantas. Eles gostariam de cultivar outra coisa caso recebessem o mesmo valor. Quer dizer, não é possível travar uma guerra contra as drogas sem saber que está travando uma guerra contra pessoas”.

Na Colômbia, o assassinato do famigerado traficante de drogas Pablo Escobar aliado à execução do “Plano Colômbia” não interrompeu o tráfico e a violência relacionada a ele. Da mesma forma, no México, a guerra contra as drogas declarada a partir de 2006 pelo presidente Calderón, que consumiu bilhões de dólares, suscitou uma situação de violência ainda mais alarmante e cada vez pior. Desde 2006, houve mais de 47.000 assassinatos relacionados às drogas. O propósito de acabar com as redes do narcotráfico na América parece ainda estar longe de ser alcançado.

Apesar da repressão, a demanda pelas drogas continuou aumentando, não só no Brasil, mas em diversos países. Hoje, o comércio de drogas ilegais equivale a 320 bilhões de dólares por ano, e sem leis e governos que regulamentem o mercado, as armas e a violência se tornaram o método mais eficiente de controle.

No documentário, o ex-presidente do Brasil Fernando Henrique Cardoso afirma que, em seu mandato, seguiu a tendência da época e apoiou a guerra contra as drogas, fundando, inclusive, uma nova unidade antidrogas, pois estava convencido de que a repressão conseguiria interromper a produção das drogas. Atualmente, como presidente da Comissão Global de Políticas sobre Drogas, confessa que estava errado.

Afinal, um mundo sem drogas é uma fantasia, e a guerra não acaba com o desejo que as pessoas têm pelas drogas. A ONU estima que haja 230 milhões de usuários de drogas no mundo, dos quais 90% não apresentam problemas. Ainda assim, lidar com os usuários divide os políticos desde que o presidente Nixon declarou guerra às drogas na década de 1970.

Regulamentação

A **Comissão Global de Políticas sobre Drogas** em Nova Iorque, em 2011, propôs-se a mudar a natureza da guerra contra as drogas, substituindo-a por uma luta mais inteligente, uma luta que empregue instrumentos mais eficientes para convencer as pessoas a não usarem drogas, uma vez que a estratégia de repressão se revelou um fracasso: os gastos, que ultrapassam milhões de dólares, não são aproveitados. Além disso, as estatísticas mostram que há mais pessoas presas e que, com a guerra às drogas, o crime organizado é alimentado em todo o mundo.

A despeito da constatação do fracasso da guerra às drogas e da necessidade de inovação nas medidas que envolvem seu uso, os governantes parecem não estar dispostos a gastar capital político com isso, já que sabem que, desse modo, não ganham popularidade com as pessoas e com a imprensa e que provavelmente vão perder votos. Os políticos têm medo de inovar e, com isso, serem acusados de conivência com o crime ou as drogas.

No entanto, a postura assumida pelos especialistas no documentário *Quebrando o Tabu* é a de que a solução seria a regulamentação e a educação inteligentes feitas pelo Estado, com limitações muito claras e alertando sobre os perigos de cada droga. Além disso, é preciso regulamentar e controlar como são produzidas e vendidas.

Os benefícios financeiros da regulamentação também devem ser considerados, como, por exemplo, a economia com policiamento, prisões e cobrança de impostos. Em 2008, o economista de Harvard, Jeffrey Maron, estimou que a regulamentação e tributação das drogas injetaria 76 bilhões de dólares ao ano na economia dos EUA.

O documentário expõe ainda três exemplos de países onde políticas mais inovadoras no que tange às drogas parecem estar obtendo êxito: Portugal, Suíça e Holanda.

Portugal

Em 2011, o uso de todas as drogas, e não apenas a maconha, foi descriminalizado. Os usuários não sofrem mais punição criminal apenas pelo porte. As pessoas não vão para a cadeia e não são julgadas, mas há uma punição que pode ser aplicada, deixando claro que o uso de drogas não é aprovado. O usuário é julgado por uma comissão com psiquiatras e assistentes sociais.

A principal preocupação é compreender as necessidades das pessoas que são detidas pela polícia portando drogas para uso pessoal, avaliando que tipo de ajuda pode ser fornecida. O vício, portanto, é percebido como um **problema de saúde**, de modo que os usuários precisam de tratamento médico, e não de criminalização.

Após a descriminalização, a prevalência do uso de drogas entre os jovens caiu em relação a todas as drogas. Em 1977, o vício em drogas era oficialmente a principal preocupação política no país. Uma década depois, o problema havia caído para a 13ª posição e não estava mais no topo da agenda política.

Suíça

Em 1990, o país sofria uma epidemia de HIV que se disseminava entre a população usuária de heroína. Ficou claro que a repressão às drogas não estava sendo eficaz, pelo contrário, fazia parte do problema.

Como presidente, Ruth Dreifuss implantou uma série de soluções dramáticas contra a epidemia, inclusive a prescrição médica de seringas novas para usuários de heroína que não conseguiam deixar o vício. Sua política foi de se aproximar das pessoas, aceitando-as como elas são. Ao **colocar a saúde antes da punição**, em dez anos, o número de usuários de heroína com HIV foi reduzido em 50%.

Holanda

Neste país, é legal comprar e vender pequenas quantidades de maconha em cafés, mas é proibido fazer propaganda de maconha e vender drogas pesadas. Também não é permitido vender maconha para menores de 18 anos. É permitido ter 500 gramas em estoque no café e não se pode vender mais de 5 gramas por dia por pessoa. Na prática, os dados mostram que o consumo é comparável ao dos países vizinhos.

Uso medicinal

Em países como Uruguai, Chile, Canadá, Israel, Áustria, Bélgica, Finlândia, República Tcheca, Espanha e 24 estados dos EUA, qualquer cidadão que tenha prescrição médica pode comprar medicamentos feitos à base de *cannabis*, extratos da planta ou a erva *in natura*. O tratamento com extratos de maconha é assegurado por lei e na prática.

A Cannabis legal

Nesses estados, os turistas podem comprar maconha desde que apresentem o passaporte.

NOS ESTADOS DO COLORADO, WASHINGTON, OREGON, ALASCA E NA CAPITAL FEDERAL, WASHINGTON DC, A MACONHA É REGULAMENTADA COMO O ALCÓOL.

Isso quer dizer que é necessário ter **21 anos** para poder comprar a erva e, como a bebida, é **proibido consumir em público**.

CADA PESSOA PODE PORTAR ATÉ **56g** DE MACONHA.

A INDÚSTRIA DA MACONHA MOVIMENTA NOS **ESTADOS UNIDOS** APROXIMADAMENTE **1 BILHÃO** (DE DÓLARES) POR ANO

Já no estado da Califórnia, há 16 anos o uso medicinal da erva é permitido. Custa cerca de **US\$ 40** uma consulta com os chamados **"Green Doctors"**.

Médicos que fornecem a carteirinha para o usuário poder comprar a cannabis medicinal.

Além da Califórnia, outros 22, dos 50 estados dos EUA aprovam o **uso medicinal da maconha**.

Fonte: Drug Policy Alliance

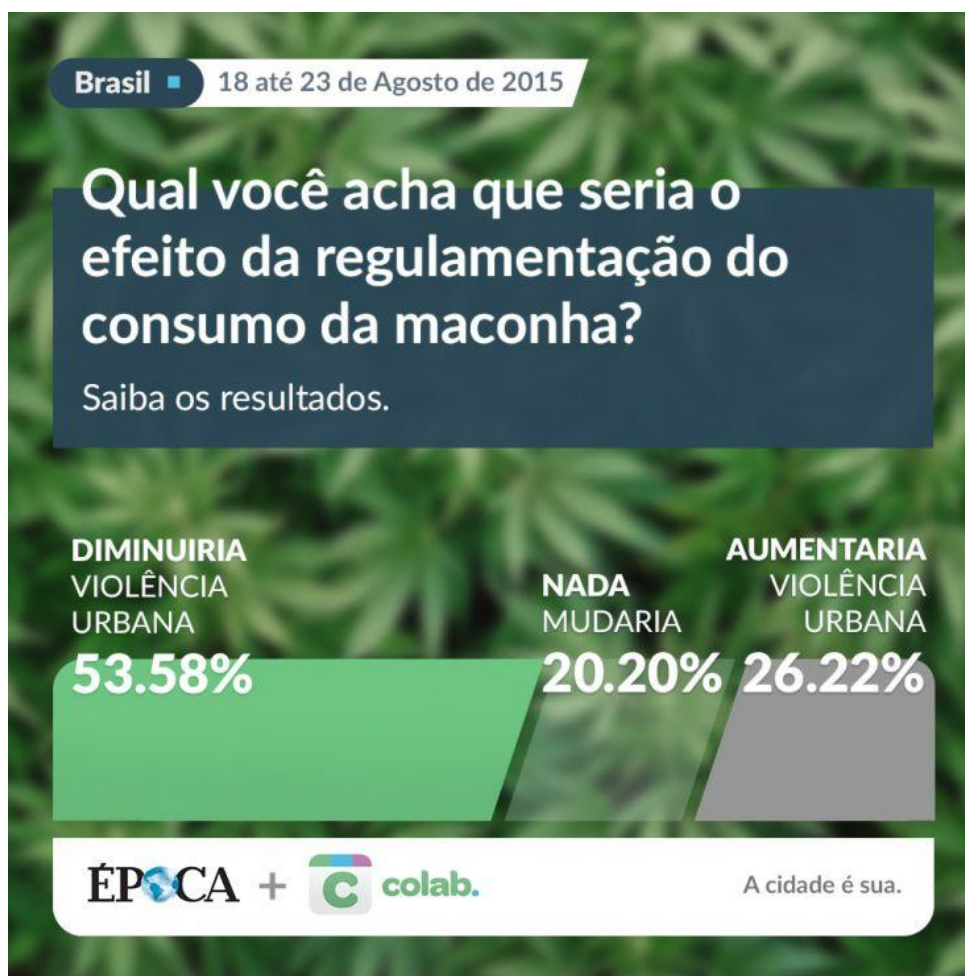
Por que descriminalizar as drogas no Brasil?

Em tese, o porte de drogas para uso próprio não afronta a saúde pública, mas, sim, a do próprio usuário – em especial, quando se fala de drogas comprovadamente nocivas. Seu uso é praticado dentro da **esfera da privacidade**, da intimidade, e não deve sofrer interferência do Direito Penal. O consumo de drogas, assim, poderia ser considerado um caso típico de

autolesão, e não se pode punir alguém que lesa apenas a própria saúde, ainda mais quando se fala da maconha, droga evidentemente menos danosa se comparada a outras de maior risco e potencial de vício.

A descriminalização serviria também para desafogar o sistema carcerário brasileiro e diminuir a violência urbana. De acordo com matéria publicada pela BBC (PORTE..., 2015), aproximadamente 27% dos presos respondem a algum crime da lei de drogas. Pesquisas mostram também que o alvo da criminalização são jovens de 18 a 29 anos, negros com escolaridade até 1º grau e sem antecedentes criminais.

Por fim, é possível que a regulamentação das drogas seja mais eficiente na prevenção do uso do que sua proibição. Um exemplo é o tabaco que, por ser uma droga legal, tem seus limites bem delimitados, campanhas mais esclarecedoras e pode ser discutido de forma mais ampla e aberta entre toda a sociedade.



E por que não descriminalizar?

Por outro lado, há quem defenda que o consumo de drogas não afeta apenas o usuário, mas a **sociedade como um todo**. O **bem-estar coletivo** deveria, portanto, se impor sobre o direito individual pelo efeito negativo causado pelas drogas.

De acordo com o procurador geral da justiça de São Paulo Márcio Fernando Elias Rosa, em sessão do STF,

[...] a droga alimenta a violência, modifica comportamentos, financia organizações criminosas, induz à prática de crimes contra o patrimônio público e contra a vida, a dependência desnatura o homem e compromete sua dignidade. Pode atuar como energia para a criminalidade, pode ser fator desencadeador de violência (PORTE..., 2015).

É possível que o consumo e, conseqüentemente, a dependência das drogas aumente com a descriminalização, propagando o vício do meio social e ampliando a demanda por tratamentos. É importante considerar, ainda, que a maioria da sociedade brasileira é contrária à descriminalização do uso da maconha, segundo o ministro do Supremo Tribunal Federal, Luiz Fux.

Especificamente no que diz respeito ao **uso da maconha**, a reportagem de Adriana Dias Lopes, publicada na revista Veja em 2012, mostra que a droga afeta as seguintes áreas cerebrais:

- **córtex**: causa falta de concentração, dificuldade de raciocínio e problemas de comunicação;
- **hipotálamo**: aumento do apetite;
- **hipocampo**: perda das lembranças, sobretudo as recentes e de longa duração;
- **núcleos da base e cerebelo**: falta de coordenação motora e desequilíbrio;
- **amígdala**: aumento ou diminuição da ansiedade.

A reportagem aponta também o **risco** de doenças em quem faz uso da erva em relação a quem não usa a droga:

- **depressão**: 2 vezes maior é o risco de desenvolvimento da doença;
- **transtorno bipolar**: 2 vezes maior é a possibilidade de manifestação do distúrbio;
- **esquizofrenia**: 3,5 vezes maior é a possibilidade de incidência do problema;
- **transtorno de ansiedade**: 5 vezes maior é o risco de ocorrência do distúrbio.

Referências

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 79.338**, de 14 de março de 1977. Promulga a Convenção sobre Substâncias Psicotrópicas. Disponível em: <http://www.oas.org/juridico/mla/pt/bra/pt_bra_1971_convencao_substancias_psicotropicas.pdf>. Acesso em: 6 out. 2015.

COLAB.RE. Qual você acha que seria o efeito da regulamentação do consumo da maconha? **Pop**, [s. l.], 30 set. 2015. 1 infográfico. Disponível em: <<http://www.pop.com.br/cidadania/maioria-da-populacao-e-a-favor-da-descriminalizacao-da-maconha/>>. Acesso em: 6 out. 2015.

GUIMARÃES, T. Liberar porte de drogas sem diferenciar traficante e usuário pode gerar injustiça, diz ativista. **BBC Brasil**, Londres, 9 set. 2015. Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/09/150909_drogas_debate_tg>. Acesso em: 6 out. 2015.

LOPES, A. D. Maconha faz mal, sim. Quem afirma é a Medicina. **Veja**, [s. l.], 16 nov. 2012. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/blog/ricardo-setti/politica-cia/maconha-faz-mal-sim-quem-afirma-e-a-medicina/>>. Acesso em: 6 out. 2015.

OKUDA, G. **A Cannabis legal**. **Pop**, [s. l.], 11 dez. 2014. 1 infográfico. Disponível em: <<http://www.pop.com.br/comportamento/conheca-drug-policy-alliance-o-movimento-que-esta-legalizando-maconha-nos-estados-unidos/>>. Acesso em: 6 out. 2015.

PLATONOW, V. Maioria não quer descriminalização da maconha, diz Fux. **Exame.com**, [s. l.], 12 set. 2015. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/brasil/noticias/maioria-nao-quer-descriminalizacao-da-maconha-diz-fux>>. Acesso em: 6 out. 2015.

PORTE de drogas para uso pessoal deve ser crime? Conheça argumentos a favor e contra. **BBC Brasil**, [s. l.], 20 ago. 2015. Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/08/150819_stf_julgamento_porte_drogas_rb.shtm>. Acesso em: 6 out. 2015.

QUEBRANDO o Tabu. Direção: Fernando Grostein Andrade. Produzido por: Fernando Menocci, Silvana Tinelli e Luciano Huck. Brasil: Spray Filmes, 2011. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=tKxk61ycAvs>>. Acesso em: 6 out. 2015.

ROSSI, M. Três votos, 25g e seis plantas fêmeas para a descriminalização da maconha. **El País**, São Paulo, 10 set. 2015. Disponível em: <http://brasil.elpais.com/brasil/2015/09/10/politica/1441919224_438796.html>. Acesso em: 6 out. 2015.

ANEXO E








- *Páginas dos relatórios gerados pelo Spymaster durante a elaboração do primeiro artigo produzido pela redatora.*

Relatórios de sábado, 15 de agosto de 2015				
Teclas digitadas:				
Aline Veingartner	Entrada - aline.veingartner@gmail.com - Gmail - Microsoft Edge	ahhhhhh nice! [Enter] and did you find couchsurfing to stay all your travel? [Enter] couchsurfing * [Enter]		2015-08-15 15:04:55
Aline Veingartner	Iniciar - Microsoft Edge	gmaalberto fraga [Enter]		2015-08-15 15:18:51
Aline Veingartner	alberto fraga - Pesquisa Google - Microsoft Edge	desejo da sociedade [Enter]		2015-08-15 15:19:56
Aline Veingartner	Documento1 - Microsoft Word (Falha na Ativação do Produto)	[Enter] Fraga, A. Desejo da sociedade. Disponível em: . Acesso em: 15 ago. 2015 <>b		2015-08-15 15:23:24
Aline Veingartner	Salvar como	Redução da maioridade penal [Enter]		2015-08-15 15:23:41
Aline Veingartner	Redução da maioridade penal - Microsoft Word (Falha na Ativação do Produto)	Folha de São Paulo, São Paulo, 16 dez. 2000.b		2015-08-15 15:24:28
Aline Veingartner	Folha de S.Paulo - Alberto Fraga: Desejo da sociedade - 16/12/2000 - Microsoft Edge	constituição artigo 288 [Enter]		2015-08-15 15:24:48
Aline Veingartner	constituição artigo 288 - Pesquisa Google - Microsoft Edge	código penal [Enter]		2015-08-15 15:25:31
Aline Veingartner	DEL2848 - Microsoft Edge	[Enter]		2015-08-15 15:25:43
Aline Veingartner	Página Inicial — Palácio do Planalto - Microsoft Edge	maioridade penal [Enter]		2015-08-15 15:26:24
Aline Veingartner	DEL2848 - Microsoft Edge	lei maioridade penal [Enter]		2015-08-15 15:26:42
Aline Veingartner	lei maioridade penal - Pesquisa Google - Microsoft Edge	atual [Enter]		2015-08-15 15:28:50
Aline Veingartner	Nova guia - Microsoft Edge	vv maioridade penal [Enter]		2015-08-15 15:30:28
Aline Veingartner	Redução da maioridade penal - Microsoft Word (Falha na Ativação do Produto)	[Enter] [Enter] [Enter] vANInal, F.		2015-08-15 15:30:51
Aline Veingartner	Redução da maioridade penal - Microsoft Word (Falha na Ativação do Produto)	Gazeta do Povo, 14 jul. 2013. Disponível em: .> z Acesso em: 15 ago. 2015.		2015-08-15 15:31:55
Aline Veingartner	Nova guia - Microsoft Edge	coronecoronel telhada [Enter]		2015-08-15 15:35:42
Aline Veingartner	coronel telhada - Pesquisa Google - Microsoft Edge	redu [Enter]		2015-08-15 15:35:54
Aline Veingartner	Redução da maioridade penal - Microsoft Word (Falha na Ativação do Produto)	[Enter] [Enter] Eca - 93% da população brasileira acha que está na hora de mudarRetur [Enter] Coronel Telhada(desatualizado?0		2015-08-15 15:39:02
Aline Veingartner	Redução da maioridade penal - Microsoft Word (Falha na Ativação do Produto)	: v1990 [Enter] Metade das ocorrências envolviam menoresQuando era policial militar, m nos confrontamos diariamente com menor de idade na criminalidade muitos crimes não são levados ao conhecimento da polícia a ressocialização não cabe a polícia, por que as Ongs não está fazendo issoab rever sistema penitenciário e o sistema legal, que é hipócrita, e não é adequado para ressocializar o preso, a sociedade tá falha, a cultura tá falha (10 o que falta na nossa sociedade é a punibilidadeb; [Enter] Revolta brasil. Redução da maioridade penal: Luciana Genro X Coronel Telhada. Revolta Brasil, 25 maio 2015.Disponível em: <> z Acesso em: 15 ago. 2015. [Enter] v		2015-08-15 15:47:28
Aline Veingartner	Redução da maioridade penal – Luciana Genro x Coronel Telhada Revolta Brasil - Microsoft Edge	redução maioridade		2015-08-15 15:48:27
Aline Veingartner	Redução da maioridade penal - Microsoft Word (Falha na Ativação do Produto)	[Enter] v		2015-08-15 15:48:39
Aline Veingartner	Redução da maioridade penal - Microsoft Word (Falha na Ativação do Produto)	[Enter] v		2015-08-15 15:49:06
Aline Veingartner	Documento2 - Microsoft Word (Falha na Ativação do Produto)	O deputado estadual Paulo Adriano Lopes Lucinda Telhada, mais conhecido como Coronel Telhada, argumenta que, quando era policiatrabalhava como policial militar, mais da metade das ocorrências a que era chamado envolvia menores de idade. De acordo com o deputado, a sociedade se confronta diariamente com menores na criminalidade. Refutando		2015-08-15 15:51:03
Aline Veingartner	Sinônimos - Microsoft Edge	argumento [Enter]		2015-08-15 15:51:10
Aline Veingartner	Documento2 - Microsoft Word (Falha na Ativação do Produto)	a alegação de que se deveria ressociala solução mais adequada seria ressocializar os jovens infratores, Coronel Telhada é enfático em afirmar que este não é o papel da polícia. à polícia cabe prender aquele que cometeu um crime. O deputado acredita que existem órgãos que deveriam atuar no sentido de prevenir que menores entrem para a criminalidade.		2015-08-15 15:53:44
Aline Veingartner	Salvar como	Artigo - Redução da maioridade penal [Enter]		2015-08-15 15:54:06
Aline Veingartner	Artigo - Redução da maioridade penal - Microsoft Word (Falha na Ativação do Produto)	em debate com Luciana Genro		2015-08-15 15:54:29
Aline Veingartner	Nova guia - Microsoft Edge	[Enter]		2015-08-15 15:54:39
Aline Veingartner	Artigo - Redução da maioridade penal -	a ex-candidata à presidência,n no Portal Revolta		2015-08-15 15:55:38

Relatórios de sábado, 15 de agosto de 2015

Teclas digitadas:

Aline Veingartner	Redução da maioridade penal - Microsoft Word (Falha na Ativação do Produto)	vOpera Mundi2São paulo,	2015-08-15 16:00:26
Aline Veingartner	Artigo - Redução da maioridade penal - Microsoft Word (Falha na Ativação do Produto)	que passou a ocupar uma ocupa uma vaga na Comissão dos Direitos Humanos da Assembleia Legislativa de São Paulo. É necessário, pPara ele, é necessário rever não apenas o sistema penitenciário, mas o sistema legal como um todo, a cultura, a sociedade em si. b	2015-08-15 16:04:11
Aline Veingartner	Coronel Telhada passa a integrar Comissão de Direitos Humanos da Alesp - Notícias - Política - Microsoft Edge	impunibilidade no brasil [Enter]	2015-08-15 16:04:20
Aline Veingartner	impunibilidade no brasil - Pesquisa Google - Microsoft Edge	impunidade [Enter]	2015-08-15 16:05:57
Aline Veingartner	impunidade no brasil - Pesquisa Google - Microsoft Edge	do menor [Enter]	2015-08-15 16:09:03
Aline Veingartner	Artigo - Redução da maioridade penal - Microsoft Word (Falha na Ativação do Produto)	[Enter] Nesse sentido, um dos problemas que pode estar na raiz desta falha generalizada é a impunidade.	2015-08-15 16:13:02
Aline Veingartner	▶ Joel Santana falando Inglês - LEGENDADO - tradução perfeita - YouTube - Microsoft Edge	v [Enter]	2015-08-15 16:13:31
Aline Veingartner	#fotoNavid=pr97c0dda9b2dcdc92b6f448c53c1c42720150814#fotoNavid=pr97c0dda9b2dcdc92b6f448c53c1c42720150814#fotoNavid=pr97c0dda9b2	cv [Enter]	2015-08-15 16:14:16
Aline Veingartner	secretário de segurança pública do estado de são paulo, alexandre de Moraes - Pesquisa Google - Microsoft Edge	maioridade penal [Enter]	2015-08-15 16:16:30
Aline Veingartner	Artigo - Redução da maioridade penal - Microsoft Word (Falha na Ativação do Produto)	[Enter] [Enter] - O fato de o sistema prisional brasileiro estar falido não é desculpa para deixar de prender infratores.	2015-08-15 16:17:17
Aline Veingartner	Nova guia - Microsoft Edge	Rodrigo Constantino [Enter]	2015-08-15 16:18:19
Aline Veingartner	Rodrigo Constantino - VEJA.com - Microsoft Edge	maioridade [Enter]	2015-08-15 16:20:53
Aline Veingartner	Redução da maioridade penal - Microsoft Word (Falha na Ativação do Produto)	[Enter] [Enter] vAzevedo, R. Disponível em: <>.z acesso em: 15 ago. 2015.Maioridade penal. 3 jul. 2015. Veja,	2015-08-15 16:22:08
Aline Veingartner	Artigo - Redução da maioridade penal - Microsoft Word (Falha na Ativação do Produto)	[Enter] Uma informação bastante divulgada para apoiar o argumento daqueles que são contra a maioridade daa reduçã [Enter] é que	2015-08-15 16:23:12
Aline Veingartner	Sinônimos - Microsoft Edge	usado [Enter]	2015-08-15 16:23:38
Aline Veingartner	Artigo - Redução da maioridade penal - Microsoft Word (Falha na Ativação do Produto)	Um dado geralmente evocadóa maioridade aos 18 anos é uma cláusula pêtrea.	2015-08-15 16:24:16
Aline Veingartner	Nova guia - Microsoft Edge	cláusulcláusula pêtrea [Enter]	2015-08-15 16:24:34
Aline Veingartner	Artigo - Redução da maioridade penal - Microsoft Word (Falha na Ativação do Produto)	De acordo com o Senado, Cláusula pêtrea é: [Enter] [Enter] v [Enter] um [Enter] Para Reinaldo Azevedo, colunista da Revista Veja, no entanto, tal afirmação definida comoé um equívoco, uma vez que a redução da maioridade penal não atenta contra a forma federativa de Estado, o voto diretoa configuração do voto, a separação dos poderes ou os direitos e garantias individuais. [Enter]	2015-08-15 16:30:30
Aline Veingartner	Nova guia - Microsoft Edge	rnaid [Enter]	2015-08-15 16:30:40
Aline Veingartner	Artigo - Redução da maioridade penal - Microsoft Word (Falha na Ativação do Produto)	O jornalista também distmisticfa a ideia de que a redução tenha como uma de suas	2015-08-15 16:34:40

			consequências a puniçãoressalta ainda que, em países como o Canadá, o infrator pode ser processado criminalmente a partir dos 14 anos a depender do delito cometido. da gravidade b		
 Aline Veingartner		Redução da maioridade penal - Microsoft Word (Falha na Ativação do Produto)	 [Enter] [Enter] v		2015-08-15 16:35:25
 Aline Veingartner		Artigo - Redução da maioridade penal - Microsoft Word (Falha na Ativação do Produto)	 Outro exemplo é a França, onde a responsabilização penal começa aos plena inicia-se13 anos. Suécia, Dinamarca e Finlândia apresentam sistemas em que um assassinocriminoso que tenha cometido assassinato pode ser preso aos 15 anos.		2015-08-15 16:37:23
 Aline Veingartner		Redução da maioridade penal - Microsoft Word (Falha na Ativação do Produto)	 [Enter] [Enter] v		2015-08-15 16:37:59
 Aline Veingartner		Artigo - Redução da maioridade penal - Microsoft Word (Falha na Ativação do Produto)	 N são países que embora em vários países a responsabilidade penal plena comece aos 18 anos, é preciso atentar-se para diferençasas variáveis.No por exemplo realmente diferenças em relação Ao Brasil [Enter]		2015-08-15 16:41:14
 Aline Veingartner		reinaldo azevedo - Pesquisa Google - Microsoft Edge	 responsabilização penal plena [Enter]		2015-08-15 16:43:16
 Aline Veingartner		Cláusula pétrea — Senado Federal - Portal de Notícias - Microsoft Edge	 v [Enter]		2015-08-15 16:43:20
 Aline Veingartner		Redução da maioridade penal - Microsoft Word (Falha na Ativação do Produto)	 [Enter] [Enter] v		2015-08-15 16:46:03
 Aline Veingartner		Sinônimo de Usado - Sinônimos - Microsoft Edge	 v [Enter]		2015-08-15 16:46:37
 Aline Veingartner		L7209 - Microsoft Edge	 inimpu [Enter]		2015-08-15 16:47:39
 Aline Veingartner		Artigo - Redução da maioridade penal - Microsoft Word (Falha na Ativação do Produto)	 [Enter] [Enter] O artigo da Lei no 7.209 do ódigo Penal estabelece que 27 os menores de 18 anos são penalmente inimputáveis.		2015-08-15 16:48:46
 Aline Veingartner		Redução da maioridade penal - Microsoft Word (Falha na Ativação do Produto)	 [Enter] [Enter] v		2015-08-15 16:49:34
 Aline Veingartner		Artigo - Redução da maioridade penal - Microsoft Word (Falha na Ativação do Produto)	 Isso quer dizer que, de acordo com o nosso dispositivo legal atual, o jovem		2015-08-15 16:50:08
 Aline Veingartner		Artigo - Redução da maioridade penal - Microsoft Word (Falha na Ativação do Produto)	 indivíduo menor de 18 ano.Você sabe o que isso quer dizer? DReturConforme, [Enter] Ao atingir essa idade etária, o jovem passaria a adquirir o entedimento do caráter ilícito do seu atoentão a compreender da sua conduta, ter a maturidade mental suficiente parasendo considerado imputável perante a lei.b (rocha, 2012)		2015-08-15 16:55:20
 Aline Veingartner		Artigo - Redução da maioridade penal - Microsoft Word (Falha na Ativação do Produto)	 o brasileiroO entende queb „, [Enter] Os crimes cometidos antes da maioridade penal têm sim uma contrapartida, que são as medidas socioeducativas. Mas será que este caminho tem sido o mais adequado para desviar os nossos jovens da		2015-08-15 16:59:09

Relatórios de sábado, 15 de agosto de 2015

Teclas digitadas:

	Aline Veingartner	Artigo - Redução da maioridade penal - Microsoft Word (Falha na Ativação do Produto)	[Enter] E temos dados ainda mais recentes. De acordo com o Datafolha, se fosse feita uma consulta hoje à população, 87% dos pesquisados seriam a favor da redução da maioridade penal. brasileirab Os favoráveis à redução para todos os tipos de crime somam 74%. b Segundo os entrevistados, 15,2 é a idade mínima média para alguém para a cadeia por um crime que cometeu. b turolojr , 2015 b Dos 2.834 entrevistados entre os entrevistados que têm ensino superior, 76% são a favor da redução. b Pesquisa dos realizados em 9 e 10 de abril de 2015 b com	2015-08-15 18:00:09
	Aline Veingartner	Nova guia - Microsoft Edge	rodrigo redução maioridade [Enter] misses.org.br	2015-08-15 18:01:43
	Aline Veingartner	Não é possível acessar esta página - Microsoft Edge	Retur [Enter]	2015-08-15 18:02:28
	Aline Veingartner	Instituto Ludwig von Mises Brasil - Microsoft Edge	maioridade [Enter]	2015-08-15 18:09:54
	Aline Veingartner	Pesquisar	maioridade penal	2015-08-15 18:10:40
	Aline Veingartner	Artigo - Redução da maioridade penal - Microsoft Word (Falha na Ativação do Produto)	sup~oebdisp~oebistemabpenalb e não o estão fazendob [Enter] No contexto brasileirc [Enter] A ideia de vque , estabelecida por lei em nosso país, gera um clima de impunidade. De acordo com Rodrigo Constantino 92015 , isso: [Enter] [Enter]	2015-08-15 18:21:22
	Aline Veingartner	Redução da maioridade penal - Microsoft Word (Falha na Ativação do Produto)	[Enter] [Enter] v	2015-08-15 18:22:18
	Aline Veingartner	Artigo - Redução da maioridade penal - Microsoft Word (Falha na Ativação do Produto)	[...] [Enter] Tal constatação revela a necessidade de mudança. uma urgente em nosso aparato legib e da sensação de impunidade da população declarada b	2015-08-15 18:33:26
	Aline Veingartner	Nova guia - Microsoft Edge	v [Enter]	2015-08-15 18:33:36
	Aline Veingartner	Artigo - Redução da maioridade penal - Microsoft Word (Falha na Ativação do Produto)	irb Não se pode argumentar que haja falta de informação ou essa demanda provém apenas da parcela menos escolarizada da população nem ou que os dados não sejam acessíveis. Esta é uma demanda popular legítima. Democracia Vivemos atualmente uma discrepância entre a vontade do povo e as leis que o regem. Nesse sentido, a aprovação da redução da maioridade penal representaria um avanço democrático. Diante desses úmeros, né mais possivel esse anseio haporvrv . há são sim b [Enter] [Enter] Redução da maioridade penal: um anseio	2015-08-15 18:44:19
	Aline Veingartner	87% querem redução da maioridade penal; número é o maior já registrado - 15/04/2015 - Cotidiano - Folha de S.Paulo - Microsoft Edge	v [Enter]	2015-08-15 18:44:52
	Aline Veingartner	Redução da maioridade penal - Microsoft Word (Falha na Ativação do Produto)	Constantino. O furo de Narloch: estatística de homicídios por menores de idade é fantasia. Ou: o mito do 1%. Veja , [s. l.], 9 abr. 2015. Disponível em: <>. Acesso em: 15 ago. 2015.c	2015-08-15 18:45:51
	Aline Veingartner	O furo de Narloch: estatística de homicídios por menores de idade é fantasia. Ou: O mito do 1% Rodrigo Constantino - VEJA.com - Microsoft Edge	v [Enter]	2015-08-15 18:46:02
	Aline Veingartner	Redução da maioridade penal - Microsoft Word (Falha na Ativação do Produto)	U Turolo jr., R. 87% querem redução da maioridade penal; número é o maior já registrado Folha de São Paulo , São Paulo, 15 abr. 2015. Disponível: <>. Acesso em: 15 ago. 2015.bc	2015-08-15 18:47:17
	Aline Veingartner	87% querem redução da maioridade penal; número é o maior já registrado - 15/04/2015 - Cotidiano - Folha de S.Paulo - Microsoft Edge	v [Enter]	2015-08-15 18:47:25
	Aline Veingartner	Redução da maioridade penal - Microsoft Word (Falha na Ativação do Produto)	Narloch, L. Mito: Os adolescentes cometem menos de 1% dos homicídios do Brasil e são 36% das vítimas. Veja , [s. l.], 9 abr. 2015. Disponível em: >. Acesso em: 15 ago. 2015.c	2015-08-15 18:48:30
	Aline Veingartner	Mito: "Os adolescentes cometem menos de 1% dos homicídios do Brasil e são 36% das vítimas" « O caçador de mitos – VEJA.com - Microsoft Edge	v [Enter]	2015-08-15 18:48:36
	Aline Veingartner	Redução da maioridade penal - Microsoft Word (Falha na Ativação do Produto)	Garcia, D. M. Desenvolvimento histórico da responsabilização criminal do menor infrator. âmbito Jurídico , [s. l. : s. d.], Disponível em: >. Acesso em: 15 ago. 2015.c	2015-08-15 18:50:29
	Aline Veingartner	Desenvolvimento histórico da responsabilização criminal do menor infrator - ECA - Âmbito Jurídico - Microsoft Edge	v [Enter]	2015-08-15 18:50:39
	Aline Veingartner	Redução da maioridade penal - Microsoft Word (Falha na Ativação do Produto)	Brasil. Presidência da República. Lei no 7.209, de 11 de julho de 1984. Altera dispositivos do Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, e dá outras providências. Disponível em: >. Acesso em: 15 ago. 2015.bc	2015-08-15 18:51:53
	Aline Veingartner	L7209 - Microsoft Edge	v [Enter]	2015-08-15 18:52:05
	Aline Veingartner	Redução da maioridade penal - Microsoft Word (Falha na Ativação do Produto)	Brasil. Senado Federal. Cláusula pética. Disponível em: <>. Acesso em: 15 ago. 2015.bc	2015-08-15 18:52:51
	Aline Veingartner	Cláusula pética — Senado Federal - Portal de Notícias - Microsoft Edge	v [Enter]	2015-08-15 18:53:35
	Aline Veingartner	Redução da maioridade penal - Microsoft Word (Falha na Ativação do Produto)	Azevedo, A. Maioridade penal só aos 18 anos e mais uma das farsas homicidas dos ditos progressistas. Veja , [s. l.], 31 mar. 2015. Disponível em: <>. Acesso em: 15 ago.c	2015-08-15 18:55:40
	Aline Veingartner	Maioridade penal só aos 18 anos é mais uma das farsas homicidas dos ditos "progressistas" Reinaldo Azevedo - Blog - VEJA.com - Microsoft Edge	v [Enter]	2015-08-15 18:55:53
	Aline Veingartner	Redução da maioridade penal - Microsoft Word (Falha na Ativação do Produto)	B [Enter] 90% apoiam redução da idade penal. b [Enter] _..... b [Enter] [Enter] [Enter] [Enter] _..... [Enter] [Enter] zRetur b [Enter] [Enter] c	2015-08-15 18:58:02

Relatórios de sábado, 15 de agosto de 2015

Teclas digitadas:

Aline Veingartner	Irresponsabilização criminal do adolescente infrator - Jus Navigandi - Microsoft Edge	crimes cometidos por jovens braisl [Enter]	2015-08-15 17:14:27
Aline Veingartner	Nova guia - Microsoft Edge	gmail [Enter]	2015-08-15 17:14:49
Aline Veingartner	Entrada (3) - aline.veingartner@gmail.com - Gmail - Microsoft Edge	spy [Enter]	2015-08-15 17:19:32
Aline Veingartner	Artigo - Redução da maioridade penal - Microsoft Word (Falha na Ativação do Produto)	[Enter] Em dados apresentados por Leandro Narloch (2015), 8 em cada 100 homicídios são esclarecidos no Brasil. Destes 8, 1 foi cometido por adolescente, o que totaliza 12,5% de jovens culpados em crimes esclarecidos. É um número distante do 1% comumente divulgado nas redes de notícia. nos portais Narloch mostra que essa porcentagem não passa de um mito. b Está correto afirmar que maioridade penal aos 18 anos é uma cláusula pétrea? [Enter] s, o qurprovab	2015-08-15 17:26:10
Aline Veingartner	Redução da maioridade penal - Microsoft Word (Falha na Ativação do Produto)	[Enter] [Enter] v	2015-08-15 17:27:10
Aline Veingartner	Artigo - Redução da maioridade penal - Microsoft Word (Falha na Ativação do Produto)	Outro deputado que se posiciona no mesmo sentido é Alberto Fraga.	2015-08-15 17:27:27
Aline Veingartner	Mito: "Os adolescentes cometem menos de 1% dos homicídios do Brasil e são 36% das vítimas" « O caçador de mitos – VEJA.com - Microsoft Edge	alberto fraga [Enter]	2015-08-15 17:28:08
Aline Veingartner	Artigo - Redução da maioridade penal - Microsoft Word (Falha na Ativação do Produto)	Quemo deputado federal	2015-08-15 17:28:28
Aline Veingartner	Sinônimos - Microsoft Edge	argumentar [Enter]	2015-08-15 17:29:16
Aline Veingartner	Artigo - Redução da maioridade penal - Microsoft Word (Falha na Ativação do Produto)	Ele alega que a Câmara dos Deputados tem como função legislar em conformidade com a vontade social. Diante dos efeitos da criminalidade, que são imediatos, o Estado deve propor uma modificação no que tangE àsuperar o estigma de impotente e propor modificações que adequem o momento à realidade. A redução da maioridade penal, portanto, visa a aprimorar o dispositivo constitucional, ué uma proposta que (200 e bconcretizar o que é desejo da própria sociedade. um (silva; Calixto, 2015)b	2015-08-15 17:36:11
Aline Veingartner	alberto fraga - Pesquisa Google - Microsoft Edge	v [Enter]	2015-08-15 17:36:39
Aline Veingartner	Artigo - Redução da maioridade penal - Microsoft Word (Falha na Ativação do Produto)	(Uol not'ícias, 2015)	2015-08-15 17:36:57
Aline Veingartner	Redução da maioridade penal - Microsoft Word (Falha na Ativação do Produto)	Uol notícias.	2015-08-15 17:37:03
Aline Veingartner	Redução da maioridade penal - Microsoft Word (Falha na Ativação do Produto)	v. Uol Notícias, São Paulo, 8 maio 2015. Disponível em: >. Acesso em: 15 ago. 2015.	2015-08-15 17:38:10
Aline Veingartner	Artigo - Redução da maioridade penal - Microsoft Word (Falha na Ativação do Produto)	Não deveria o anseio da sociedade ser atendido?Out	2015-08-15 17:41:10
Aline Veingartner	crimes cometidos por jovens brasil - Pesquisa Google - Microsoft Edge	rodrigo constantino maioridade penal [Enter]	2015-08-15 17:43:00
Aline Veingartner	Artigo - Redução da maioridade penal - Microsoft Word (Falha na Ativação do Produto)	[Enter] E como negar que é este é, de fato, um desejo dasociedade? Uma consulta popular empreendida pelo Instituto Paraná Pesquisas mostra que 9 em cada 10 brasileiros são favoráveis a leis mais duras para punir adolescentes que cometem crimes Anibal, 2013). ou	2015-08-15 17:44:32
Aline Veingartner	rodrigo constantino maioridade penal - Pesquisa Google - Microsoft Edge	v [Enter]	2015-08-15 17:44:53
Aline Veingartner	Artigo - Redução da maioridade penal - Microsoft Word (Falha na Ativação do Produto)	Um levantamentoob. Das 2.550 pessoas ouvidas em todo o país, 64% acreditam que a redução da maioridade vai reduzir a violênciab em 2013b. Dos que são a favor da redução, 88,1 % possuem ensino superior e 55,5% acreditam que todos os tipos de crime devem ter redução da maioridade penal, incluindo desde roubo, furto, assalto e tráfico de drogas até latroínio, homicídio e estupAinda entre os que são b	2015-08-15 17:50:49
Aline Veingartner	90% apoiam redução da idade penal Vida e Cidadania Gazeta do Povo - Microsoft Edge	pesquisa maioridade penal 2015 [Enter]	2015-08-15 17:52:08
Aline Veingartner	Redução da maioridade penal - Microsoft Word (Falha na Ativação do Produto)	[Enter] [Enter] v	2015-08-15 17:52:35

ANEXO F

- *Páginas dos relatórios gerados pelo Spymaster durante a elaboração do terceiro artigo produzido pela redatora.*

Relatórios de terça-feira, 6 de outubro de 2015			
Teclas digitadas:			
Aline Veingartner	TV Philco 29" + DVD Sony - aline.veingartner@gmail.com - Gmail - Google Chrome	3530-5590 [Enter] [Enter] Rua Padre Estevão Pernet, 779 (próximo ao metrô Carrão)	2015-10-06 15:12:15
Aline Veingartner	Documento1 - Word	2011: Comissão Global de Políticas sobre Drogas	2015-10-06 15:12:54
Aline Veingartner	Salvar como	MaconhaInformaç-oes [Enter]	2015-10-06 15:13:29
Aline Veingartner	Informações - Word	[Enter] É mais fácil iniciar uma guerra do que finalizá-la.Nixon, 1971: Guerra às Drogas [Enter] Richard . Acreditava que falava em nome de uma minoria silenciosa, a classe média. Puniç-oes mais severas contra as drogas e o crime. A guerra às drogas se estende a outros países e governos. Política de tolerância zero, repressão.	2015-10-06 15:21:27
Aline Veingartner	Informações - Word	UEua convence as Naç-oes Unidas e a instrumento ideal: [Enter] [Enter] Convenção sobre Substâncias Psicotrópicas proibiu produção, transporte, comércio e porte de qualquer droga classificada como ilegal. Essa posturaA criada em relação às drogas é a que perdura até hoje.b Apesar da repressão, a demanda pelas drogas continuou aumentando.Retu. O governo estava despreparado para esse aumento.b	2015-10-06 15:25:42
Aline Veingartner	Informações - Word	[Enter] Ruth Dreifuss, presiden of Switzerland, 1999eda Suíça	2015-10-06 15:30:26
Aline Veingartner	Informações - Word	: É uma guerra contra pessoas que apenas tentam ganhar seu sustento cultivando algumas plantas. Eles gostariam de cultivar outra coisa	2015-10-06 15:31:22
Aline Veingartner	Informações - Word	, caso recebessem o mesmo valor. Quer dizer, não é possível travar uma guerra contra as drogas sem saber que está travando uma guerra contra pessoas.Sobre a destruição de plantaç-oes de coca na Colômbia, , o chamado Plano Colômbiab O propósito de acabar com as redes do narcotráfico na América não foi alcançado. [Enter] Hoje o comércio de drogas ilegais equivale a 320 bilh-oes de dólares por ano, e sem leis e governos que regulamentem o mercaod, as armas e a Vilência tornaram-se método mais eficiente de controle.	2015-10-06 15:34:55
Aline Veingartner	Informações - Word	[Enter] Fhc, em seu mandato, seguiu a tendênia da época e apoiou a guerra contra as drogas, fundando uma nova unidade antidrogas. Atualmente, como presidente da Comissão Global de Políticas sobre Drogas,	2015-10-06 15:37:50
Aline Veingartner	Informações - Word	Estava convencido de que a repressão conseguiria interromper a produção das drogas. confessa que estava errado. [Enter] No México, a guerra declarada contra as drogas a partir de 2006 pelo presidente Calderón suscitou uma situação de violência ainda mais alarmante.	2015-10-06 15:41:14
Aline Veingartner	Informações - Word	, gastando bilh-oes de dólares.Como aconteceu na Colômbia, o Plano México, cada ve piorz. Desde 2006, houve mais de 47.000 assassinatos, aAssim relacionados às drogasbNa Colômbia,	2015-10-06 15:49:34

			conção negar as drogas as encarece.	
	Informações - Word		[Enter] Mike Trace: Se você é rico, consegue sustentar o vício, mas a maioria dos usuários apela para o crime, a prostituição ou o tráfico para sustentar o vício.	2015-10-06 15:53:10
	Netflix - Google Chrome			2015-10-06 15:55:46
	Informações - Word		[Enter] Propaganda antidroga: a droga destrói o ser humano. As drogas matam. Ninguém sobrevive.b normalmente feita por pessoas que nunca experimentaram droga [Enter] A moralização causou uma polarização entre os usuários. e os que acreditavam nas mensagens das campanhas.Lady Amanda Feilding: que diziam que quem usa drogas é viciado e criminoso.b [Enter] A Onu estima que haja 230 milhões de usuários de drogas no mundo.b 90% não apresenta problemas. bMesmo assim, lidar com os usuários divide os políticos. desde que o presidente Nixon declarou esta guerra. bO presidente Reagan reacendeu esta guerra.b	2015-10-06 16:04:11
	Netflix - Google Chrome			2015-10-06 16:05:25
	Informações - Word		[Enter] O problema é que os A despeito do fracasso da guerra às drogas, os políticos não estão dispostos a gastar capital político com isso. bJá que sabem que não ganham popularidade com as pessoas e a imprensa. [Enter] [Enter] [Enter] [Enter] [Enter] [Enter] [Enter] [Enter] [Enter]	2015-10-06 16:07:44
	Informações - Word		Eles têm medo de serem acusados de serem coniventes com crime ou as drogas. [Enter] vPropôs-se a mudar a natureza da guerra contra as drogas, substituindo a guerra por uma luta mais inteligente, uma luta que use instrumentos mais eficientes para convencer as pessoas a não usarem drogas. b [Enter] Portugal [Enter] Em 2011, o uso de todas as drogas foi descriminalizado. Os usuários não sofrem mais punição criminal apenas pelo porte. O progresso a partir dessa medida foi impressionante. , e não apenas a maconhaAs pessoas não vão para a cadeia e não são julgadas, mas há uma punição que pode ser aplicada, mostrando claramente que o uso de drogas não é aprovado. bSe alguém for preso com drogas, não é levado a julgamento. ,deixando cla O usuário é julgado por uma comissão com psiquiatras e assistentes sociais. A principal preocupação é compreender as necessidades das pessoas que são pegadas pela polícia. portando drogas para uso pessoal, avaliando que tipo de ajuda pode ser fornecida O vício, portanto, é percebido como um problema de saúde.b, de modo que os usuários precisam de tratamento médico, e não de criminalizaçãoAb Após a descriminalização, a prevalência do uso de drogas entre os jovens caiu na última década em relação a todas as drogas. bEm 1977, o vício era oficialmente em drogas a principal preocupação política em Portugal. bUmadécada depois, o problema havia caído para a 13ª posição e não estava mais no topo da agenda política.b	2015-10-06 16:18:45
	Informações - Word		[Enter] [Enter] Suíça [Enter] bEm 1990, o país sofria uma epidemia de Hiv que se disseminava entre a população usuária de heroína. bFicou claro que a repressão às drogas não era a saída, pelo contrário, fazia parte do problema. i e comissionário globala	2015-10-06 16:22:00
	Informações - Word		Como presidente, Ruth Dreifuss implantou uma série de soluç-oes dramáticas contra a	2015-10-06 16:24:53
			pelo contrário, fazia parte do problema. i e comissionário globala	
	Informações - Word		Como presidente, Ruth Dreifuss implantou uma série de soluç-oes dramáticas contra a epidemia, inclusive a prescrição médica de seringas novas para usuários de heroína que não conseguiam deixar o vício.b Sua política foi de se aproximar das pessoas, aceitando-as como elas são. bO número de usuário de heroína com Hiv foi reduzido em 50%.Em dez anos, os	2015-10-06 16:24:53
	Informações - Word		Colocando a saúde antes da punição, eAo colocarUm mundo cheio de drogas é uma fantasia. bA guerra contra as drogas não acaba com o desejo que as pessoas têm pelas drogas. b	2015-10-06 16:28:25
	Informações - Word		[Enter] [Enter] Benefícios da regulamentação [Enter] bAcredita-se que a regulamentação pelo estado, com limitaç-oes muito claras, seria a solução.b Seus benefícios financeiros também devem ser considerados: economia com policiamento, pris-oes e cobrança de impostos. b	2015-10-06 16:30:13
	Informações - Word		Em 2008, o economista de Harvard, Jeffrey Maron, estimou que a regulamentação e tributação das drogas injetaria 76 bilhões de dólares ao ano na economia dos EUA. b [Enter] [Enter] Holanda [Enter] É legal comprar e vender pequenas quantidades de maconha em cafés. bNão é permitido fazer propaganda de maconha, nem vender drogas pesadas. bNão é permitido vender maconha para menos de 18 anos. reÉ permitido ter 500 gramas em estoque. no café e não vender mais de 5 gramas por dia, por pessoa. bNão há violência no café. bNa prática, os dados mostram que o consumo é comparável ao dos países vizinhos. bÉ preciso regulamentar e controlar como são produzidas e vendidas. b e alertando sobre seus perigosb e educaçãob inteligentes feitasb solução seria [Enter] O perigo da droga é que acaba com o poder de decidir do indivíduo. [Enter] [Enter] A guerra custa bilhões de dólares m	2015-10-06 16:39:02
	Informações - Word		em Nova Iorque é um fracasso: os gastos não são aproveitados, as estatísticas mostram que há mais pessoas presas, alimenta o crime organizado em todo o mundo. bestratégia de rpressãobj e que vão perder votosbinovar b e da necessidade de inovaçãob	2015-10-06 16:46:55
	Netflix - Google Chrome		high [Enter]	2015-10-06 17:41:36
	países descriminalização da maconha - Pesquisa Google - Google Chrome		v [Enter]	2015-10-06 17:43:10
	Informações - Word		O documentário Quebrando o Tabu, de 2011, mostra como o então presidente dos Estados Unidos, declarou em 1971 agdO presidente aForam estabelecidas pcontra Foi estabelecida uma política de tolerância zero, com Para tanto, o instrumento ideal era a repressão [Enter] Os Estados Unidosramde que o instrumental ideal ra repressão, eb	2015-10-06 17:46:17
	Nova guia - Google Chrome		quebrando o tabu filmow [Enter]	2015-10-06 17:47:02
	Informações - Word		dirigido por Fernando Grostein Andrade oA, assinada em Viena em 21 de fevereiro de 1971,a o o nessa ocasiãob [Enter] [Enter] No brasil, o conteúdo da convenção foi estabelecido pelo Decreto n] 79.388, de 14 de março de 1978, passou a ser executado e cumprido a partir dob inteiramentebEntre seus objetivos, constavam: prevenir e combater o uso de substâncias	2015-10-06 17:56:06

Aline Veingartner	Nova guia - Google Chrome	quebrando o tabu filmow [Enter]	2015-10-06 17:47:02
Aline Veingartner	Informações - Word	dirigido por Fernando Grostein Andrade oA, assinada em Viena em 21 de fevereiro de 1971, a o o n essa ocasiãob [Enter] [Enter] No brasil, o conteúdo da convenção foi estabelecido pelo Decreto n) 79.388, de 14 de março de 1978, passou a ser executado e cumprido a partir dob inteiramenteEntre seus objetivos, constavam: prevenir e combater o uso de substâncias psicotrópicas; prevenir e combater o abuso de tais substâncias e o tráfico ilícito a quedaõ ensoja prevenção e o combateaa prevenção e o combatea a determinaçã de medidas rigorosas, necessárias para restringir o uso de tais substâncias aos fins legítimos	2015-10-06 17:56:06
Aline Veingartner	Informações - Word	[Enter] [Enter] v no entanto, nã só no Brasil, mas em diversos paíseReturO documentário mostra ainda Como parte da guerra às drogas declaraa estratégicacontra as [Enter] [Enter] v [Enter] eoainda etã longe de serfamigerad.o parecees.O ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, inclusive,pois eNo documentário, o afirma que, liderada pelos Estados Unidos, tanto interna como externamente do Brasi [Enter] vÁfinal, use, ea, dos quaismÁindas na década de 197Guerra contra as drogas [Enter] [Enter] contra aliaaque consumiut [Enter] [Enter] Descriminalização [Enter] [Enter] vRegulamentaçãoA postura assumida pelos especialistas no documenário Quebrando o Tabu é a dea os de cada drogrAlém diss, éo [Enter] [Enter] [Enter] v nas medidas que envoseu usobcm provavelmenteebgovernantes, desse modo.Os políticos de, com isso,seremconveniãciab obNo entanto, abO documentário exp-oe três exemplos de países onde medidas mais inovadoras no que tangÊ às drogas parecem estar obtendo êxito> política [Enter] [Enter] Retno país [Enter] [Enter] [Enter] [Enter] [Enter] Nte país, és, masnTambém proibido se pod [Enter] vA, em 2011, -mostrou-se-, que ultrapassam milh-oes de dólar. Além disso e que, com a guerra às drogas, é alimentadov [Enter] a constatação dparecem estarOs da regulamentaçãob ain [Enter] [Enter] v. [Enter] [Enter] Em setembro de 2015, o Supremo Tribunal Federal retomou o julgamento sobre a posse de drogas para uso pessoal no Brasil. b	2015-10-06 18:26:07
Aline Veingartner	Informações - Word	[Enter] [Enter] v [Enter] [Enter] Atualmente, quem é flagrado com drogas para consumo pessoal está sujeito a penas alternativas, como, por exemplo, prestação de serviços comunitários. b [Enter] [Enter] Em países em que já houve a descriminalização do uso porte de drogas para uso pessoal, como Portugal, Espanha, República Checa, Tcília E Alemanha, não houve efeito significativo no consumo bDe acordo com Tarso Araújo em entrevista a Thiago Guimarães, No Brasil, o que poderia acontecer é o aumento no número de pedidos de revisão de casos, pois muitas pessoas foram presas nos últimos anos detdascom pequenas quantidades de drogas e enquadradas como traficantes. b (londres, 2015) o autor do livro Almanaque das Drogas,, no, entre outros,ç	2015-10-06 18:36:28
Aline Veingartner	Nova guia - Google Chrome	[Enter]	2015-10-06 18:39:08
Aline Veingartner	Informações - Word	[Enter] [Enter] Por que descriminalizar? [Enter] [Enter] zEm tese, o porte de drogas para uso próprio não afronta a saúde pública, mas, sim, a do próprio usuário. bO uso de drogas é praticado dentro da esfera da privacidade,, da intimidadeb, e não deve sofrer interferência do	2015-10-06 18:46:51
Aline Veingartner	Informações - Word	vDe acordo com matéria publicada pela Bbc, aproximadamente 27% dos presos respondem a algum crime da lei de drogas. nbPesquisas mostram também que o alvo da criminalizaçãosão jovens de 18 a 29 anos, negros com escolaridade até 1] grau e sem antecedentes criminais. as drogas no BrasilvDiante da constatação do fracasso da guerra contra as drogas, governos [Enter] [Enter] vêm revendo as leis relativas a produção, porte, distribuição e consumo, não apenas da maconha, mas também de outras drogas consideradas mais pesadas.considerando a necessidade de rever Neste artigo, faremos um percurso pelas políticas que regem o uso das drogas e veremos os rós e os contras da descriminalização. empregueE, que não adotam a mesma polític [Enter] Atambém risco e b [Enter] [Enter] Por fim, é possível que a regulamentação das drogas seja mais eficiente do que sua proibição na prevenção. do us, tal como o tabaco que, como droga legal, por serem seus limites bem delimitados, campanhas mais esclarecedoras e pode ser discutido de forma mais ampla e aberta. bUm exemplo é u entre toda a sociedade. b [Enter] [Enter] E por que não descriminalizar? [Enter] [Enter] Por outro lado, ha quem defenda que o consumo de drogas não afeta apenas o usuário, mas a sociedade como um todo. bO bem-estar coletivo deveria, portanto, se impor sobre o direito individual pelo efeito negativo causado pelas drogas. b [Enter] [Enter] De acordo com o procurador geral da juíça de ão paulo Márcia Fernando Elias Ros	2015-10-06 19:06:21
Aline Veingartner	Informações - Word	ea, em sessão do Stf,	2015-10-06 19:06:39
Aline Veingartner	Informações - Word	: [...]. [Enter] [Enter] Também é possível que o consumo e, consequentemente, a dependência das drogas auemnte com a descriminalização, ampliando a demanda por tratamentos.propagando o vício do meio social e b	2015-10-06 19:09:41
Aline Veingartner	Conheça os países onde o porte de drogas para uso pessoal não é crime - 09/09/2015 - As Mais - Folha de S.Paulo - Google Chrome	consumo de maconha brasil [Enter]	2015-10-06 19:10:08
Aline Veingartner	Informações - Word	[Enter] [Enter] v	2015-10-06 19:10:32
Aline Veingartner	Notícias sobre a maconha EL PAÍS Brasil - Google Chrome	carta capital [Enter]	2015-10-06 19:10:54
Aline Veingartner	capa — CartaCapital - Google Chrome	maconha [Enter]	2015-10-06 19:13:32
Aline Veingartner	Informações - Word	: portugal, Suíça e Holanda.b [Enter] [Enter] Outros países [Enter] [Enter] Em países como Uruguai, Chile, Canadá, Israel, Áustria, Bélgica, Finlândia, República Tcheca, Espanha e 24 estados dos Eua, qualquer cidadã que tenha prescrição médica pode comprar medicamentos feitos à base de cannabis, extratos da planta ou a erva in natura.O tratamento é assegurado por lei e na prática.b com extratos de maconhabBrasil. Presidência da República. Decreto n) 79.338, de 14 de março de 1977. Promulga a Convenção sobre Substâncias Psicotrópicas. Disponível em: <>. Acesso em: 6 out. 2015zccc	2015-10-06 19:18:44
Aline Veingartner	www.oas.org/juridico/mla/pt/bra/pt_bra_1971_convencao_substancias_psicotropicas.pdf - Google Chrome	v [Enter]	2015-10-06 19:18:55
Aline Veingartner	Informações - Word	Guimarães, Thiago. Bbc Brasil. Londres. Out. 2015. Disponível em: <>. Acesso em: 6 out. 2015zccc	2015-10-06 19:20:17

ANEXO G

➤ Quadro elaborado para a reconstituição do processo de produção do primeiro artigo.

PARTE 1

HORÁRIOS DE CAPTURA (Total: 38 min)	TRECHOS CAPTURADOS DURANTE A ELABORAÇÃO DA REDAÇÃO (Numerados conforme a ordem em que cada bloco foi capturado)	VERSÃO FINAL DA REDAÇÃO (Trechos numerados conforme a ordem em que os blocos capturados foram inseridos para a redação final)
2015-08-15 15:39:02	[1] [Enter] [Enter] Eca . 93% da população brasileira acha que está na hora de mudar*Retur [Enter] Coronel Telhada(desatualizado?)	[PARÁGRAFO 8] [18h33min] <u>Tal constatação revela a necessidade de uma mudança urgente em nosso aparato legal.</u> [3] O deputado estadual Paulo Adriano Lopes Lucinda Telhada, mais conhecido como Coronel Telhada, [6] em debate com [7] a ex-candidata à presidência Luciana Genro, argumenta que, quando trabalhava como policial militar, mais da [2] metade das ocorrências ¹ das quais participou ² envolvia menores de idade ³ . De acordo com o deputado, [8] que ocupa uma vaga na Comissão dos Direitos Humanos da Assembleia Legislativa de São Paulo (<u>UOL NOTÍCIAS, 2015</u>), a sociedade [2] se confronta diariamente com menores na criminalidade ⁴ . Refutando a [4] alegação ⁵ de que a solução mais adequada seria ressocializar os jovens infratores, Coronel Telhada é enfático em afirmar que [2] este não é o papel da polícia ⁶ . À polícia cabe prender aquele que cometeu um crime. [11] A falência do sistema prisional não é desculpa para não punir o indivíduo que efetivamente praticou ato ilícito ^{7,9} . O deputado acredita que existem órgãos que deveriam atuar no sentido de prevenir que menores entrem para a criminalidade e [2] não o estão fazendo ⁸ [18h21min] . [8] Para ele, é necessário rever não apenas [2] o sistema penitenciário, mas o sistema legal como um todo, a cultura, a sociedade em si (<u>SILVA; CALIXTO, 2015</u>).
2015-08-15 15:47:28	[2] : v1990 [Enter] Metade das ocorrências ¹ envolviam menoresQuando era policial militar, m nos confrontamos diariamente com menor de idade na criminalidade ⁴ muitos crimes não são levados ao conhecimento da polícia a ressocialização não cabe a polícia ⁶ , por que as Ongs não está fazendo isso ⁸ àb rever sistema penitenciário e o sistema legal, que é hipócrita, e não é adequado para ressocializar o preso ⁷ , a sociedade tá falha, a cultura tá falha (10 o que falta na nossa sociedade é a punibilidade: [Enter] Revolta brasIL. Redução da maioridade penal: Luciana Genro X Coronel Telhada. Revolta Brasil, 25 maio 2015.Disponível em: <>.z Acesso em: 15 ago. 2015. [Enter] v	
2015-08-15 15:51:03	[3] O deputado estadual Paulo Adriano Lopes Lucinda Telhada, mais conhecido como Coronel Telhada, argumenta que, quando era polícia trabalhava como policial militar, mais da metade das ocorrências a que era chamado ² envolvia menores de idade. De acordo com o deputado, a sociedade se confronta diariamente com menores na criminalidade. Refutando	
2015-08-15 15:51:10 Sinônimos - Microsoft Edge	[4] argumento [Enter]	
2015-08-15 15:53:44	[5] a alegação de que se deveria ressocializar a solução mais adequada seria ressocializar	

	os jovens infratores, Coronel Telhada é enfático em afirmar que este não é o papel da polícia. à policia cabe prender aquele que cometeu um crime. O deputado acredita que existem órgãos que deveriam atuar no sentido de prevenir que menores entrem para a criminalidade.	
2015-08-15 15:54:06 Microsoft Word	[6] em debate com Luciana Genro	
2015-08-15 15:55:38 Microsoft Word	[7] a ex-candidata à presidência, n no Portal Revolta	
2015-08-15 16:04:11 Microsoft Word	[8] que passou a ocupar uma ocupa uma vaga na Comissão dos Direitos Humanos da Assembleia Legislativa de São Paulo, É necessário, Para ele, é necessário rever não apenas o sistema penitenciário, mas o sistema legal como um todo, a cultura, a sociedade em si. B	
2015-08-15 16:13:02 Microsoft Word	[9] [Enter] Nesse sentido, um dos problemas que pode estar na raiz desta falha generalizada é a impunidade*.	
2015-08-15 16:16:30 Microsoft Edge	[10] secretário de segurança pública do estado de são paulo, alexandre de Moraes - Pesquisa Google - Microsoft Edge	
2015-08-15 16:17:17 Microsoft Word	[11] [Enter] O fato de o sistema prisional brasileiro estar falido não é desculpa para deixar de prender infratores. ⁹	

OBSERVAÇÕES:**GERAIS:**

- Nota-se que, embora a coluna 2 reproduza os primeiros blocos de texto capturados pelo *Spymaster* (o que corresponde ao início da atividade desenvolvida pela redatora), a redação final revela que, na verdade, todos esses fragmentos compuseram o parágrafo 8 do texto, de modo que a elaboração deste não obedeceu a uma construção linear já idealizada no senso comum (introdução + desenvolvimento + conclusão).
- Nota-se ainda que o próprio parágrafo é construído de maneira fragmentada. Provavelmente visando à composição de um parágrafo bem articulado, a redatora vai reorganizando na coluna 3 todas as informações dos blocos da coluna 2, possibilitando que a sequência de [1] a [11] da coluna 2 seja assim representada na coluna 3: [3], [6], [7], [2], [8], [2], [4], [2], [11], [2], [8], [2].
- O discurso direto enunciado pelo Coronel Telhada (coluna 2) é transformado em discurso indireto (coluna 3).
- Algumas reformulações durante a redação são feitas imediatamente, como ilustram, por exemplo, os blocos [3] e [8]: “quando ~~era policia~~ trabalhava como policial militar” (de “quando era polícia” para “quando trabalhava como policial militar”), “que passou a ~~ocupar uma~~ ocupa uma vaga” (de “que passou a ocupar uma vaga” para “que ocupa uma vaga”) e “~~É necessário,~~ Para ele, é necessário” (de “É necessário” para “Para ele, é necessário”).
- Apesar de o bloco [10] registrar a pesquisa pelo nome do Secretário de Segurança Pública do Estado de São Paulo, ele não é mencionado no texto (ao menos, não diretamente).

- Houve duas inserções de citações na versão final do texto.
- A introdução do parágrafo, que retoma o parágrafo anterior por meio do demonstrativo “Tal”, só foi inserida às 18h33min, bem como uma segunda informação somente foi inserida às 18h21min.
- De acordo com a captura do *software* instalado no seu computador, a redatora dedicou 38 minutos à construção do parágrafo 8.

ESPECÍFICAS:

*Os trechos [1] “93% da população brasileira acha que está na hora de mudar” e [9] “Nesse sentido, um dos problemas que pode estar na raiz desta falha generalizada é a impunidade” não foram encontrados na versão final.

¹ Reelaboração: de “metade das ocorrências” referida no discurso direto do Coronel Telhada (coluna 2) por “mais da metade das ocorrências” (coluna 3).

² Reelaboração: de “ocorrências a que era chamado” (coluna 2) por “ocorrências das quais participou” (coluna 3).

³ Negrito da redatora.

⁴ Reelaboração: de “nos confrontamos diariamente com menor de idade na criminalidade”, extraído do discurso direto do Coronel Telhada (coluna 2), por “a sociedade se confronta diariamente com menores na criminalidade” (coluna 3).

⁵ A redatora consultou o dicionário para encontrar um sinônimo da palavra “argumento”, já utilizada anteriormente (“[...] O deputado estadual Paulo Adriano Lopes Lucinda Telhada [...] argumenta que [...]”).

⁶ Substituição de “a ressocialização não cabe à polícia”, extraído do discurso direto do Coronel Telhada (coluna 2), por “Refutando a alegação de que a solução mais adequada seria ressocializar os jovens infratores, Coronel Telhada é enfático em afirmar que este não é o papel da polícia” (coluna 3).

⁷ Reelaboração: de “rever sistema penitenciário e o sistema legal, que é hipócrita, e não é adequado para ressocializar o preso”, extraído do discurso direto do Coronel Telhada (coluna 2), por “A falência do sistema prisional não é desculpa para não punir o indivíduo que efetivamente praticou ato ilícito” (coluna 3).

⁸ Reelaboração: de “as Ongs não está fazendo isso”, extraído do discurso direto do Coronel Telhada (coluna 2), por “O deputado acredita que existem órgãos que deveriam atuar no sentido de prevenir que menores entrem para a criminalidade e não o estão fazendo” (coluna 3).

⁹ Reelaboração: de “O fato de o sistema prisional brasileiro estar falido não é desculpa para deixar de prender infratores” (coluna 2), por “A falência do sistema prisional não é desculpa para não punir o indivíduo que efetivamente praticou ato ilícito” (coluna 3).

PARTE 2

HORÁRIOS DE CAPTURA (Total: 18 min)	TRECHOS CAPTURADOS DURANTE A ELABORAÇÃO DA REDAÇÃO (Numerados conforme a ordem em que cada bloco foi capturado)	VERSÃO FINAL DA REDAÇÃO (Trechos numerados conforme a ordem em que os blocos capturados foram inseridos para a redação final)
2015-08-15 16:23:12	[1] Uma informação bastante divulgada para apoiar o argumento daqueles que são contra a maioria da redução [Enter] é que	<p>[PARÁGRAFOS 4, 5 e 6]</p> <p>[1] [3] Outro dado² geralmente [2] evocado¹ para apoiar o argumento daqueles que são contra a redução é que a maioria aos 18 anos é uma cláusula pétrea. De acordo com o Senado Federal³, cláusula pétrea é definida como um⁴:</p> <p><i>Dispositivo constitucional que não pode ser alterado nem mesmo por Proposta de Emenda à Constituição (PEC). As cláusulas pétreas inseridas na Constituição do Brasil de 1988 estão dispostas em seu artigo 60, § 4º. São elas: a forma federativa de Estado; o voto direto, secreto, universal e periódico; a separação dos Poderes; e os direitos e garantias individuais.</i></p>
2015-08-15 16:23:38 Sinônimos - Microsoft Edge	[2] usado ¹ [Enter]	
2015-08-15 16:24:16	[3] Um dado ² geralmente evocado a maioria aos 18 anos é uma cláusula pétrea.	
2015-08-15 16:30:30	[4] De acordo com o Senado ³ , Cláusula pétrea é ⁴ : [Enter] [Enter] v [Enter] um [Enter] Para Reinaldo Azevedo, colunista da Revista Veja, no entanto, tal afirmação definida como é um equívoco, uma vez que a redução da maioria penal não atenta	

	contra a forma federativa de Estado, o voto direto a configuração do voto, a separação dos poderes ou os direitos e garantias individuais. [Enter]	
2015-08-15 16:34:40	[5] O jornalista também dissimula a ideia de que a redução tenha como uma de suas consequências a punição ressalta ainda que, em países como o Canadá ⁵ , o infrator pode ser processado criminalmente a partir dos 14 anos a depender do delito cometido. da gravidade b	[4] Para Reinaldo Azevedo (2015), <i>colunista da Revista Veja, no entanto, tal afirmação é um equívoco, uma vez que a redução da maioria penal não atenta contra a forma federativa de Estado, a configuração do voto, a separação dos poderes ou os direitos e garantias individuais. A alteração no artigo 228 da Constituição, portanto, não pode ser considerada inconstitucional (PRAZERES, 2015).</i>
2015-08-15 16:37:23	[6] Outro exemplo é a França, onde a responsabilização penal começa aos plena inicia-se 13 anos. Suécia, Dinamarca e Finlândia apresentam ⁶ sistemas em que um assassino criminoso que tenha cometido assassinato pode ser preso aos 15 anos.	[5] O jornalista ressalta ainda que, [7] embora em vários países a responsabilidade penal plena realmente comece aos 18 anos, é preciso atentar-se para as diferenças em relação ao Brasil. No Canadá, por exemplo ⁵ , o infrator pode ser processado criminalmente a partir dos 14 anos a depender da gravidade do delito cometido. [6] Na França, a responsabilização penal plena inicia-se aos 13 anos. Suécia, Dinamarca e Finlândia são países que apresentam ⁶ sistemas em que um criminoso que tenha cometido assassinato pode ser preso aos 15 anos (AZEVEDO, 2015). No site do Ministério Público do Paraná, você pode conferir uma tabela comparativa da idade de responsabilidade penal juvenil e de adultos em diferentes países.
2015-08-15 16:41:14	[7] Não são países que embora em vários países a responsabilidade penal plena comece aos 18 anos, é preciso atentar-se para as diferenças variáveis. No por exemplo, realmente diferenças em relação Ao Brasil [Enter]	

OBSERVAÇÕES:GERAIS:

- Nota-se que, da mesma forma como já registrado nas observações referentes à Parte 1, a elaboração do texto continua seguindo uma lógica própria, de modo que a partir destes novos blocos serão formulados os parágrafos 4, 5 e 6.
- No entanto, diferentemente do que ocorre na redação do parágrafo 8 da Parte 1, verifica-se aqui que, na coluna 3, a ordem como as informações foram organizadas é praticamente a mesma dos blocos capturados e reproduzidos na coluna 2, à exceção do bloco [3], intercalado entre [1] e [2], bem como do bloco [7], intercalado entre [5] e [6]. A sequência de [1] a [7] da coluna 2 pode ser assim representada na coluna 3: [1], [3], [2], [4], [5], [7], [6].
- Novamente a redatora insere citações na versão final do texto.
- Há reformulações que permanecem sendo imediatamente realizadas durante a própria redação, como ilustram, por exemplo, os blocos [5] e [6]: “O jornalista ~~também dissimula a ideia de que a redução tenha como uma de suas consequências a punição~~ressalta ainda que” (de “O jornalista também dissimula a ideia de que a redução tenha como uma de suas consequências a punição” para “O jornalista ressalta ainda que”) e “~~assassin~~criminoso” (de “assassino” para “criminoso”). Há uma outra reformulação feita quase instantaneamente, na passagem do bloco [1] para o bloco [3]: de “Uma informação bastante divulgada para apoiar o argumento daqueles que são contra a maioria da redução” para “Um dado geralmente evocado”.
- De acordo com a captura do *software* instalado no seu computador, a redatora dedicou 18 minutos à construção dos parágrafos 4, 5 e 6.

ESPECÍFICAS:

- ¹ A redatora consultou o dicionário para encontrar um sinônimo da palavra “usado”, preferindo “evocado”.
- ² Reelaboração: de “*um dado*” (coluna 2) por “*outro dado*” (coluna 3).
- ³ Reelaboração: de “*Senado*” (coluna 2) por “*Senado Federal*” (coluna 3).
- ⁴ Reelaboração: de “*cláusula pétrea é*” (coluna 2) por “*cláusula pétrea é definida como um*” (coluna 3).
- ⁵ Reelaboração: de “*em países como o Canadá*” (coluna 2) por “*No Canadá, por exemplo*” (coluna 3).
- ⁶ Reelaboração: de “*Suécia, Dinamarca e Finlândia apresentam*” (coluna 2) por “*Suécia, Dinamarca e Finlândia são países que apresentam*” (coluna 3).

PARTE 3

HORÁRIOS DE CAPTURA (Total: 11 min)	TRECHOS CAPTURADOS DURANTE A ELABORAÇÃO DA REDAÇÃO (Numerados conforme a ordem em que cada bloco foi capturado)	VERSÃO FINAL DA REDAÇÃO (Trechos numerados conforme a ordem em que os blocos capturados foram inseridos para a redação final)
2015-08-15 16:48:46	[1] [Enter] [Enter] O artigo da Lei no 7.209 do ódigo Penal estabelece que 27 os menores de 18 anos são penalmente inimputáveis ¹ .	[PARÁGRAFOS 1 e 2] [1] O artigo 228 da Constituição Federal do Brasil de 1988 estabelece que “são penalmente inimputáveis os menores de dezoito anos” ¹ (BRASIL, 1998). [2] Isso quer dizer que o indivíduo ² menor de 18 anos “não apresenta maturidade mental para entender o caráter criminoso do fato e determina-se de acordo com esse entendimento”. [3] Ao atingir essa idade etária ⁴ , o jovem passaria, então ⁵ , a ter discernimento ⁶ para compreender o caráter ilícito da sua conduta, sendo considerado imputável perante a lei (ROCHA, 2012).
2015-08-15 16:50:08	[2] Isso quer dizer que, de acordo com o nosso dispositivo legal atual, o jovem ²	
2015-08-15 16:55:20	[3] indivíduo menor de 18 ano. Você sabe o que isso quer dizer? ³ DReturConforme. [Enter] Ao atingir essa idade etária ⁴ , o jovem passaria a adquirir o entedimento do caráter ilícito do seu atoentão ⁵ a compreender da sua conduta, ter a maturidade mental suficiente ⁶ parasendo considerado imputável perante a lei.b (rocha, 2012)	
2015-08-15 16:59:09	[4] o brasileiroobO entende queb ,, [Enter] Os crimes cometidos antes da maioridade penal têm sim uma contrapartida, que são as medidas socioeducativas. Mas será que este caminho tem sido o mais adequado para desviar ⁷ os nossos jovens da rota do crime?evitar quetomem a	[4] Os crimes cometidos antes da maioridade penal têm sim uma contrapartida, que são as medidas socioeducativas. Mas será que este caminho tem sido o mais adequado para evitar ⁷ que os nossos jovens tomem a rota do crime? Está correto afirmar que maioridade penal aos 18 anos é uma cláusula pétrea? Reduzir a maioridade penal para 16 anos (PEC 171/1993) não seria atender a um anseio legítimo da população?

OBSERVAÇÕES:

GERAIS:

- Nota-se que, da mesma forma como já registrado nas observações referentes às Partes 1 e 2, a elaboração do texto continua seguindo uma lógica própria, de modo que a partir destes novos blocos serão formulados os parágrafos 1 e 2.
- Pela primeira vez, a redatora segue à risca, na coluna 3, a sequência dos blocos de [1] a [4] apresentada na coluna 2.
- Novamente a redatora insere citações na versão final do texto, embora uma dessas citações tenha sido registrada concomitantemente à produção do próprio parágrafo “(ROCHA, 2012)”.
- Há reformulações que permanecem sendo imediatamente realizadas durante, como ilustra a inserção de “então” no bloco [3].

- De acordo com a captura do *software* instalado no seu computador, a redatora dedicou 18 minutos à construção dos parágrafos 1 e 2.

ESPECÍFICAS:

¹ Reelaboração: de “O artigo da Lei no 7.209 do código Penal estabelece que 27 os menores de 18 anos são penalmente inimputáveis” (coluna 2) por “O artigo 228 da Constituição Federal do Brasil de 1988 estabelece que “são penalmente inimputáveis os menores de dezoito anos” (coluna 3).

² Reelaboração: de “Isso quer dizer que, de acordo com o nosso dispositivo legal atual, o jovem” (coluna 2) por “Isso quer dizer que o indivíduo menor de 18 anos” (coluna 3).

³ Supressão da pergunta na coluna 2: “Você sabe o que isso quer dizer?”.

⁴ Tanto na coluna 2 quanto na coluna 3, a redatora registra “idade etária”, onde provavelmente constaria “faixa etária”.

⁵ Inclusão de “então” na coluna 2, conjunção conclusiva que permanecerá na coluna 3.

⁶ Reelaboração: de “ter a maturidade mental suficiente” (coluna 2) por “ter discernimento” (coluna 3).

⁷ Reelaboração: de “desviar os nossos jovens da rota do crime” (coluna 2) por “evitar que os nossos jovens tomem a rota do crime” (coluna 3).

PARTE 4

HORÁRIOS DE CAPTURA (Total: 44 min)	TRECHOS CAPTURADOS DURANTE A ELABORAÇÃO DA REDAÇÃO (Numerados conforme a ordem em que cada bloco foi capturado)	VERSÃO FINAL DA REDAÇÃO (Trechos numerados conforme a ordem em que os blocos capturados foram inseridos para a redação final)
2015-08-15 18:00:09	[1] [Enter] E temos dados ainda mais recentes. De acordo com o Datafolha ¹ , se fosse feita uma consulta hoje à população ³ , 87% dos pesquisados seriam a favor da redução da maioria penal. Brasileira ^{3b} Os favoráveis à redução para todos os tipos de crime somam 74%. bSegundo os entrevistados, 15,2 é a idade mínima média para alguém para a cadeia por um crime que cometeu. b (Turillo Jr., 2015) b Des 2.834 entrevistados Entre os entrevistados que têm ⁴ ensino superior, 76% são a favor da redução. b pesquisa dos realizada em 9 e 10 de abril de 2015 ² b com	[PARÁGRAFOS 13 e 14] [1] E temos dados ainda mais recentes. De acordo com pesquisa do Datafolha ¹ realizada em 9 e 10 de abril de 2015 ² , se fosse feita uma consulta hoje à população brasileira ³ , 87% dos pesquisados seriam a favor da redução da maioria penal. Entre os entrevistados com ⁴ ensino superior, 76% são a favor da redução. Os favoráveis à redução para todos os tipos de crime somam 74%. Segundo os entrevistados, 15,2 é a idade mínima média “para alguém ir para a cadeia por um crime que cometeu” (TUROLLO JR., 2015). Diante desses números, [4] não é mais possível sustentar o argumento falacioso de que esse anseio provém apenas da parcela menos escolarizada da população, nem que há falta de informação ou que os dados não são acessíveis ⁷ . Esta é sim uma demanda popular legítima ⁸ . Vivemos atualmente uma discrepância entre a vontade do povo ⁹ e as leis que o regem. Nesse sentido, a aprovação da redução da maioria penal representaria um avanço democrático.
2015-08-15 18:21:22	[2] sup~oebdisp~oeb sistemab penalb e não o estão fazendo ⁵ [parágrafo 8] [Enter] No contexto brasileiro [Enter] A ideia de que, estabelecida por lei em nosso país, gera um clima de impunidade. De acordo com Rodrigo Constantino (2015), isso: [Enter] [Enter]	
2015-08-15 18:33:26	[3] [...] [Enter] Tal constatação revela a necessidade de mudança. uma urgente em nosso aparato ⁶ [parágrafo 8] legí b e da sensação de impunidade da população declarada b	
2015-08-15 18:44:19	[4] ir b Não se pode argumentar que haja falta de informação ou essa demanda	

	<p>provém apenas da parcela menos escolarizada da população nem ou que os dados não sejam acessíveis⁷. Esta é uma demanda popular legítima⁸. Democracia Vivemos atualmente uma discrepância entre a vontade do povo e as leis que o regem. Nesse sentido, a aprovação da redução da maioria penal representaria um avanço democrático. Diante desses números, não é mais possível sustentar o argumento falacioso de que esse anseio provém apenas da parcela menos escolarizada da população, nem que há falta de informação ou que os dados não são acessíveis” (coluna 3)</p>	
--	--	--

OBSERVAÇÕES:

GERAIS:

- Nota-se que, ao contrário do que ocorreu em relação às três outras partes, a elaboração do texto continua seguindo uma lógica própria, de modo que a partir destes novos blocos serão formulados os parágrafos 1 e 2.
- Nota-se ainda que, também diferentemente do que ocorreu às três outras partes, a redatora não contempla nos últimos parágrafos da redação final (coluna 3) tudo aquilo que digitou (coluna 2) durante a sua elaboração. Na realidade, trechos daquilo que ela digitou enquanto produzia os dois parágrafos finais (trechos estes que podem ser observados nos blocos 2 e 3 da coluna 2) foram utilizados para alterar/complementar parágrafos que já estavam finalizados, tal como o parágrafo 8, o primeiro produzido pela redatora. Assim, para a representação da ordem dos blocos da coluna aplicada na coluna 3, teríamos o salto de [1] para [4].
- Novamente a redatora insere citações na versão final do texto, embora uma dessas citações tenha sido registrada concomitantemente à produção do próprio parágrafo “(ROCHA, 2012)”.
- Há reformulações que permanecem sendo imediatamente realizadas durante a redação, como ilustra o bloco [1]: de “*Dos 2.834 entrevistados*” para “*Entre os entrevistados que têm ensino superior*”.
- De acordo com a captura do *software* instalado no seu computador, a redatora dedicou 44 minutos à construção dos parágrafos 13 e 14 (incluindo-se aí as implementações que, nesse intervalo, também ocorreram em parágrafos anteriores).

ESPECÍFICAS:

¹ Reelaboração: de apenas “*De acordo com o Datafolha*” (coluna 2) por “*De acordo com pesquisa do Datafolha*” (coluna 3).

² Inserção de “*pesquisa dos realizada em 9 e 10 de abril de 2015*” realizada já ao final do parágrafo da coluna 2.

³ Reelaboração: de apenas “*consulta à população*” (coluna 2) por “*consulta à população brasileira*” (coluna 3).

⁴ Reelaboração: de “*entrevistados que têm ensino superior*” (coluna 2) por “*entrevistados com ensino superior*” (coluna 3).

⁵ Informação que, embora registrada quase no final da atividade, foi inserida no parágrafo 8 da Parte 1.

⁶ Informação que, embora registrada quase no final da atividade, foi inserida no parágrafo 8 da Parte 1.

⁷ Reelaboração: de “*Não se pode argumentar que haja falta de informação ou essa demanda provém apenas da parcela menos escolarizada da população nem ou que os dados não sejam acessíveis*” (coluna 2) para “*Diante desses números, não é mais possível sustentar o argumento falacioso de que esse anseio provém apenas da parcela menos escolarizada da população, nem que há falta de informação ou que os dados não são acessíveis*” (coluna 3).

⁸ Reelaboração: de “*Esta é uma demanda popular legítima*” (coluna 2) por “*Esta é sim uma demanda popular legítima*” (coluna 3).

⁹ Nêgrito da redatora.

¹⁰ Nota-se que o título do artigo é pensado/definido somente na conclusão da redação.

ANEXO H

➤ *Quadro elaborado para a reconstituição do processo de produção do terceiro artigo.*

PARTE 1

HORÁRIOS DE CAPTURA (Total: 38 min)	TRECHOS CAPTURADOS DURANTE A ELABORAÇÃO DA REDAÇÃO (Numerados conforme a ordem em que cada bloco foi capturado)	VERSÃO FINAL DA REDAÇÃO (Trechos numerados conforme a ordem em que os blocos capturados foram inseridos para a redação final)
2015-10-06 15:21:27	[1] [Enter] É mais fácil iniciar uma guerra do que finalizá-la. Nixon, 1971: Guerra às Drogas [Enter] Richard . Acreditava que falava em nome de uma minoria silenciosa, a classe média ¹ . Punições mais severas contra as drogas e o crime ³ . A guerra às drogas se estende a outros países e governos ⁴ . Política de tolerância zero, repressão ⁵ .	[PARÁGRAFOS 5, 6, 7, 8, 9, 10 e 11] <i>O documentário Quebrando o Tabu, dirigido por Fernando Grostein Andrade em 2011, mostra como o então presidente dos Estados Unidos, Richard Nixon, declarou em 1971 a guerra contra as drogas². Foi estabelecida uma política de tolerância zero⁵, [1] com punições mais severas contra as drogas e contra o crime³. [2] Os Estados Unidos convenceram as Nações Unidas de que o instrumento ideal⁶ era a repressão⁵, e a guerra às drogas se estendeu a outros países e governos³.</i>
2015-10-06 15:25:42	[2] UEua convence as Nações Unidas e a instrumento ideal ⁶ : [Enter] [Enter] ⁷ Convenção sobre Substâncias Psicotrópicas proibiu produção, transporte, comércio e porte de qualquer droga classificada como ilegal ⁹ . Essa postura criada em relação às drogas é a que perdura até hoje ¹⁰ . b Apesar da repressão, a demanda pelas drogas continuou aumentando. Retu. O governo estava despreparado para esse aumento. b	<i>A Convenção sobre Substâncias Psicotrópicas⁸, assinada em Viena em 21 de fevereiro de 1971, proibiu a produção, o transporte, o comércio e o porte de qualquer droga classificada como ilegal⁹. A postura criada em relação às drogas nessa ocasião é a que predomina até hoje¹⁰, [7] liderada pelos Estados Unidos, tanto interna como externamente¹⁸.</i>
2015-10-06 15:31:22	[3] : É uma guerra contra pessoas que apenas tentam ganhar seu sustento cultivando algumas plantas. Eles gostariam de cultivar outra coisa	<i>No Brasil, o conteúdo da convenção passou a ser inteiramente executado e cumprido a partir do Decreto nº 79.388, de 14 de março de 1978. Entre seus objetivos, constavam: a prevenção e o combate ao uso de substâncias psicotrópicas; a prevenção e o combate ao abuso de tais substâncias e o tráfico ilícito a que dão ensejo; a determinação de medidas rigorosas, necessárias para restringir o uso de tais substâncias aos fins legítimos.</i>
2015-10-06 15:34:55	[4] , caso recebessem o mesmo valor. Quer dizer, não é possível travar uma guerra contra as drogas sem saber que está travando uma guerra contra pessoas. Sobre a destruição de plantações de coca na Colômbia, o chamado Plano Colombiano O propósito de acabar com as redes do narcotráfico na América não foi alcançado ¹¹ . [Enter] Hoje o comércio de drogas ilegais equivale a 320 bilhões de dólares por ano, e sem leis e governos que regulamentem o mercado, as armas e a violência tornaram-se método mais eficiente de controle ¹² .	<i>Como estratégia da guerra contra as drogas, o documentário mostra [4] a destruição de plantações de coca na</i>

2015-10-06 15:37:50	[5] [Enter] Fhc, em seu mandato, seguiu a tendência da época e apoiou a guerra contra as drogas, fundando uma nova unidade antidrogas ¹³ . Atualmente, como presidente da Comissão Global de Políticas sobre Drogas,	<i>Colômbia, o chamado “Plano Colômbia”. Ruth Dreifuss, presidente da Suíça e comissária global, declara: [3] “É uma guerra contra pessoas que apenas tentam ganhar seu sustento cultivando algumas plantas. Eles gostariam de cultivar outra coisa [4] caso recebessem o mesmo valor. Quer dizer, não é possível travar uma guerra contra as drogas sem saber que está travando uma guerra contra pessoas”.</i>
2015-10-06 15:41:14	[6] Estava convencido de que a repressão conseguiria interromper a produção das drogas. confessa que estava errado. [Enter] No México, a guerra declarada contra as drogas a partir de 2006 pelo presidente Calderón ¹⁴ suscitou uma situação de violência ainda mais alarmante.	<i>[7] Na Colômbia, o assassinato do famigerado traficante de drogas Pablo Escobar aliado à execução do “Plano Colômbia” não interrompeu o tráfico e a violência relacionada a ele¹⁷. Da mesma forma¹⁶, [6] no México, a guerra contra as drogas declarada a partir de 2006 pelo presidente Calderón¹⁴, que [7] consumiu bilhões de dólares¹⁵, [6] suscitou uma situação de violência ainda mais alarmante e [7] cada vez pior. Desde 2006, houve mais de 47.000 assassinatos relacionados às drogas. [4] O propósito de acabar com as redes do narcotráfico na América parece ainda estar longe de ser alcançado¹¹.</i>
2015-10-06 15:49:34	[7], gastando bilhões de dólares, ¹⁵ Como aconteceu na Colômbia ¹⁶ , o Plano México., cada vez pior. Desde 2006, houve mais de 47.000 assassinatos. Assim relacionados às drogas. Na Colômbia, o assassinato do maior traficante de drogas, Pablo Escobar, não interrompeu o tráfico e a violência relacionada a ele ¹⁷ . Da mesma forma, no México ¹⁶ e bem como a execução do Plano Colômbia e também [Enter] Os eua sempre lideraram a guerra contra as drogas, tanto interna como externamente ¹⁸ . b	<i>[2] Apesar da repressão, a demanda pelas drogas continuou aumentando, não só no Brasil, mas em diversos países. [4] Hoje, o comércio de drogas ilegais equivale a 320 bilhões de dólares por ano, e sem leis e governos que regulamentem o mercado, as armas e a violência se tornaram o método mais eficiente de controle¹². No documentário, o ex-presidente do Brasil Fernando Henrique Cardoso afirma que, [5] em seu mandato, seguiu a tendência da época e apoiou a guerra contra as drogas, fundando, inclusive, uma nova unidade antidrogas¹³, pois [6] estava convencido de que a repressão conseguiria interromper a produção das drogas. [5] Atualmente, como presidente da Comissão Global de Políticas sobre Drogas, [6] confessa que estava errado.</i>

OBSERVAÇÕES:**GERAIS:**

- Nota-se que, embora a coluna 2 reproduza os primeiros blocos de texto capturados pelo *Spymaster* (o que corresponde ao início da atividade desenvolvida pela redatora), a redação final revela que, na verdade, todos esses fragmentos compuseram os parágrafos da 5ª à 11ª posição no texto, de modo que a elaboração deste não obedeceu a uma construção linear já idealizada no senso comum (introdução + desenvolvimento + conclusão).
- Nota-se ainda que o próprio parágrafo é construído de maneira fragmentada. Provavelmente visando à

composição de um parágrafo bem articulado, a redatora vai reorganizando na coluna 3 todas as informações dos blocos da coluna 2, possibilitando que a sequência de [1] a [7] da coluna 2 possa ser assim representada na coluna 3: [1], [2], [7], [4], [3], [4], [7], [6], [7], [6], [7], [4], [2], [4], [5], [6], [5], [6].

- Houve uma reformulação feita imediatamente na redação, referente ao bloco [2]: de “*Essa postura*” para “*A postura*”.

- De acordo com a captura do *software* instalado no seu computador, a redatora dedicou 38 minutos à construção dos parágrafos 5 a 11.

ESPECÍFICAS:

¹ Em “*É mais fácil...*” até “*...classe média*”, acreditamos que a redatora esteja registrando falas/ideias extraídas do documentário – “Quebrando o Tabu” – que elegeu como base para o desenvolvimento da sua redação, tal como será possível depreender no decorrer dos parágrafos.

² Negrito da redatora.

³ Conforme o apontamento feito na nota 1, no registro de “*punições mais severas contra as drogas e o crime*” (coluna 2), identificamos, por exemplo, um trecho da fala do ex-presidente dos Estados Unidos, Richard Nixon, que a redatora citará mais adiante em seu texto. O referido trecho é exibido logo nos primeiros minutos do documentário em questão. Nota-se que, na redação final (coluna 3), a redatora se apropria dele para relatar um fato histórico, sem atribuí-lo à fala da autoridade da época.

³ Negrito da redatora.

⁴ Reelaboração: de “*A guerra às drogas se estende a outros países e governos*” (coluna 2) por “*a guerra às drogas se estendeu a outros países e governos*” (coluna 3).

⁵ Nota-se que a redatora se utiliza do registro único “*Política de tolerância zero, repressão*” da coluna 2 para distribuí-lo em dois momentos do mesmo parágrafo na coluna 3: “*Foi estabelecida uma política de tolerância zero*” e “*o instrumento ideal era a repressão*”.

⁶ Nota-se que, embora a informação seja registrada posteriormente e capturada pelo *software* num segundo bloco, a redatora a aplica ainda na elaboração do parágrafo 5 da redação final.

⁷ Aqui, chama atenção a duplicidade do “Enter”, sugerindo que, no processo de construção textual da redatora, ela possa se antecipar à necessidade de deixar alguns espaços em branco, ciente de que, conquanto dê continuidade ao desenvolvimento da redação, será preciso retornar a esses espaços para preenchê-los com outros parágrafos.

⁸ Negrito da redatora.

⁹ Reelaboração: de “*Convenção sobre Substâncias Psicotrópicas proibiu produção, transporte, comércio e porte de qualquer droga classificada como ilegal*” (coluna 2) por “*A Convenção sobre Substâncias Psicotrópicas, assinada em Viena em 21 de fevereiro de 1971, proibiu a produção, o transporte, o comércio e o porte de qualquer droga classificada como ilegal*” (coluna 3).

¹⁰ Reelaboração: de “*Essa postura criada em relação às drogas é a que perdura até hoje*” (coluna 2) por “*A postura criada em relação às drogas nessa ocasião é a que predomina até hoje*” (coluna 3);

¹¹ Reelaboração: de “*O propósito de acabar com as redes do narcotráfico na América não foi alcançado*” (coluna 2) por “*O propósito de acabar com as redes do narcotráfico na América parece ainda estar longe de ser alcançado*” (coluna 3);

¹² Reelaboração: de “*Hoje o comércio de drogas ilegais equivale a 320 bilhões de dólares por ano, e sem leis e governos que regulamentem o mercado, as armas e a violência tornaram-se método mais eficiente de controle*” (coluna 2) por “*Hoje, o comércio de drogas ilegais equivale a 320 bilhões de dólares por ano, e sem leis e governos que regulamentem o mercado, as armas e a violência se tornaram o método mais eficiente de controle*” (coluna 3).

¹³ Reelaboração: de “*Fhc, em seu mandato, seguiu a tendência da época e apoiou a guerra contra as drogas, fundando uma nova unidade antidrogas*” (coluna 2) por “*No documentário, o ex-presidente do Brasil Fernando Henrique Cardoso afirma que, em seu mandato, seguiu a tendência da época e apoiou a guerra contra as drogas, fundando, inclusive, uma nova unidade antidrogas*” (coluna 3).

¹⁴ Reelaboração: de “*No México, a guerra declarada contra as drogas a partir de 2006 pelo presidente Calderón*” (coluna 2) por “*no México, a guerra contra as drogas declarada a partir de 2006 pelo presidente*” (coluna 3).

Calderón” (coluna 3).

¹⁵ Reelaboração: de “*gastando bilh-oes de dólares*” (coluna 2) por “*que consumiu bilhões de dólares*” (coluna 3).

¹⁶ Reelaboração: de “*Como aconteceu na Colômbia*” (coluna 2) por “*Da mesma forma*” (coluna 3).

¹⁷ Reelaboração: de “*Na Colômbia, o assassinato do maior traficante de drogas, Pablo Escobar, não interrompeu o tráfico e a violência relacionada a ele*” (coluna 2) por “*Na Colômbia, o assassinato do famigerado traficante de drogas Pablo Escobar aliado à execução do “Plano Colômbia” não interrompeu o tráfico e a violência relacionada a ele*” (coluna 3).

¹⁸ Reelaboração: de “*Os eua sempre lideraram a guerra contra as drogas, tanto interna como externamente*” (coluna 2) por “*A postura criada em relação às drogas nessa ocasião é a que predomina até hoje, liderada pelos Estados Unidos, tanto interna como externamente*”.

PARTE 2

HORÁRIOS DE CAPTURA (Total: 29 min)	TRECHOS CAPTURADOS DURANTE A ELABORAÇÃO DA REDAÇÃO (Numerados conforme a ordem em que cada bloco foi capturado)	VERSÃO FINAL DA REDAÇÃO (Trechos numerados conforme a ordem em que os blocos capturados foram inseridos para a redação final)
2015-10-06 15:49:34	[1] [Enter] Bush: Usar drogas ilegais é contra a lei. Ao usar drogas, você arrisca tudo, inclusive sua liberdade. Se usar drogas você será pego, e quando for pego, será punido. Alguns acham que não temos espaço nas cadeias. Nós abriremos espaço. b [Enter] A condição ilegal das drogas as encarece. ¹	<p data-bbox="995 797 1358 833">[PARÁGRAFOS 12, 13 e 14]</p> <p data-bbox="895 869 1461 976">[16h28min] Afinal, um mundo sem drogas é uma fantasia, e a guerra não acaba com o desejo que as pessoas têm pelas drogas.</p> <p data-bbox="895 981 1461 1191">[3] A ONU estima que haja 230 milhões de usuários de drogas no mundo, dos quais 90% não apresentam problemas. Ainda assim⁴, lidar com os usuários divide os políticos desde que o presidente Nixon declarou guerra às drogas na década de 1970⁵.</p> <p data-bbox="991 1227 1347 1263">[16h30min] Regulamentação</p>
2015-10-06 15:53:10	[2] [Enter] Mike Trace: Se voCê é rico, consegue sustentar o vício, mas a maioria dos usuários apela para o crime, a prostituição ou o tráfico para sustentar o vício. ²	
015-10-06 16:04:11	[3] [Enter] Propaganda antidroga: a droga destrói o ser humano. As drogas matam. Ninguém sobrevive.b normalmente feita por pessoas que nunca experimentaram droga [Enter] A moralização causou uma polarização entre os usuário.s. e os que acreditavam nas mensagens das campanhas.Lady Amanda Feilding: que diziam que quem usa drogas é viciado e criminoso.b ³ [Enter] A Onu estima que haja 230 milh-oes de usuários de drogas no mundo.b 90% nao apresenta problemas. bMesmo assim ⁴ , lidar com os usuários divide os políticos. desde que o presidente Nixon declarou esta guerra ⁵ . bO presidente Reagan reacendeu esta guerra.b ⁶	<p data-bbox="895 1303 1461 1370"><i>A Comissão Global de Políticas sobre Drogas em Nova Iorque, em 2011, propôs-se a</i></p> <p data-bbox="895 1375 1461 1800">[5] <i>mudar a natureza da guerra contra as drogas, substituindo-a¹⁰ por uma luta mais inteligente, uma luta que empregue¹¹ instrumentos mais eficientes para convencer as pessoas a não usarem drogas, uma vez que a estratégia de repressão se revelou um fracasso¹²:</i> [16h46min] <i>os gastos, que ultrapassam milhões de dólares, não são aproveitados. Além disso, [16h46min] as estatísticas mostram que há mais pessoas presas e que, com a guerra às drogas, o crime organizado é alimentado em todo o mundo.</i></p>
2015-10-06 16:07:44	[4] [Enter] O problema é que os A despeito do fracasso da guerra às drogas, os políticos não estão dispostos a gastar capital político com isso. bJá que sabem que não ganham popularidade com as	<p data-bbox="895 1805 1461 2018">[4] <i>A despeito da constatação do fracasso da guerra às drogas [16h46min] e da necessidade de inovação nas medidas que envolvem seu uso, os governantes parecem não estar dispostos a gastar capital político com isso, já que sabem que, desse modo, não</i></p>

	<p> pessoas e a imprensa⁷. [Enter] [Enter] [Enter] [Enter] [Enter] [Enter] [Enter] [Enter] [Enter] [Enter] [Enter]⁸ </p>	<p> <i>ganham popularidade com as pessoas e com a imprensa e que [16h46min] provavelmente vão perder votos⁷. Os políticos⁹ têm medo de inovar e, com isso, serem acusados de conivência com o crime ou as drogas.</i> </p>
<p> 2015-10-06 16:18:45 </p>	<p> [5] Eles⁹ têm medo de serem acusados de serem coniventes com crime ou as drogas. [Enter] vPropôs-se a mudar a natureza da guerra contra as drogas, substituindo a guerra¹⁰ por uma luta mais inteligente., uma luta que use¹¹ instrumentos mais eficientes para convencer as pessoas a não usarem drogas¹². b </p>	

OBSERVAÇÕES:

GERAIS:

- Nota-se que, na Parte 2, a redatora dá continuidade à produção dos parágrafos a partir do 11, sem saltar para parágrafos à frente nem retroceder à introdução.
- Nota-se ainda que, diferentemente do que ocorre na redação dos parágrafos da Parte 1, verifica-se aqui uma estabilidade maior na maneira como as informações dos blocos da coluna 2 foram organizadas na redação final da coluna 3, possibilitando a seguinte representação: [3], [5] e [4].
- Na análise desta Parte 2, não houve qualquer reformulação feita imediatamente na redação.
- De acordo com a captura do *software* instalado no seu computador, a redatora dedicou 29 minutos à construção dos parágrafos 12, 13 e 14.

ESPECÍFICAS:

^{1 2 3} Chama atenção o fato de que, embora a redatora tenha registrado os trechos reproduzidos nos blocos [1], [2] e [3] da coluna 2, nenhum deles foi aproveitado parcial ou integralmente na versão final da redação – ou, ainda, não com as mesmas palavras.

⁴ Reelaboração: de “*Mesmo assim*” (coluna 2) por “*Ainda assim*” (coluna 3).

⁵ Reelaboração: de “*desde que o presidente Nixon declarou esta guerra*” (coluna 2) por “*desde que o presidente Nixon declarou guerra às drogas na década de 1970*” (coluna 3).

⁶ Outro registro não encontrado na versão final da redação.

⁷ Reelaboração: de “*A despeito do fracasso da guerra às drogas, os políticos não estão dispostos a gastar capital político com isso. bJá que sabem que não ganham popularidade com as pessoas e a imprensa*” (coluna 2) por “*A despeito da constatação do fracasso da guerra às drogas e da necessidade de inovação nas medidas que envolvem seu uso, os governantes parecem não estar dispostos a gastar capital político com isso, já que sabem que, desse modo, não ganham popularidade com as pessoas e com a imprensa e que provavelmente vão perder votos*” (coluna 3).

⁸ Aqui, novamente chama atenção não mais a duplicidade, mas as 11 vezes em que a tecla “Enter” foi pressionada, sugerindo que, no processo de construção textual da redatora, ela possa se antecipar à necessidade de deixar alguns espaços em branco, ciente de que, conquanto dê continuidade ao desenvolvimento da redação, será preciso retornar a esses espaços para preenchê-los com outros parágrafos.

⁹ Reelaboração: de “*Eles têm medo de serem acusados de serem coniventes com crime ou as drogas*” (coluna 2) por “*Os políticos têm medo de inovar e, com isso, serem acusados de conivência com o crime ou as drogas*” (coluna 3).

¹⁰ Reelaboração: de “*substituindo a guerra por uma luta mais inteligente*” (coluna 2) por “*substituindo-a por uma luta mais inteligente*” (coluna 3).

¹¹ Reelaboração: de “*uma luta que use instrumentos mais eficientes*” (coluna 2) por “*uma luta que empregue instrumentos mais eficientes*” (coluna 3).

¹² Reelaboração: de “*para convencer as pessoas a não usarem drogas*” (coluna 2) por “*para convencer as pessoas a não usarem drogas, uma vez que a estratégia de repressão se revelou um fracasso*” (coluna 3).

PARTE 3

HORÁRIOS DE CAPTURA (Total: 4 min)	TRECHOS CAPTURADOS DURANTE A ELABORAÇÃO DA REDAÇÃO (Numerados conforme a ordem em que cada bloco foi capturado)	VERSÃO FINAL DA REDAÇÃO (Trechos numerados conforme a ordem em que os blocos capturados foram inseridos para a redação final)
2015-10-06 16:18:45	<p>[1] [Enter] [Enter] ¹ Portugal [Enter] Em 2011, o uso de todas as drogas foi descriminalizado². Os usuários não sofrem mais punição criminal apenas pelo porte. O progresso a partir dessa medida foi impressionante³, e não apenas a maconha². As pessoas não vão para a cadeia e não são julgadas, mas há uma punição que pode ser aplicada, mostrando claramente⁴ que o uso de drogas não é aprovado. bSe alguém for preso com drogas, não é levado a julgamento. „deixando cla⁴ O usuário é julgado por uma comissão com psiquiatras e assistentes sociais. A principal preocupação é compreender as necessidades das pessoas que são pegas⁵ pela polícia, avaliando que tipo de ajuda pode ser fornecida O vício, portanto, é percebido como um problema de saúde. b, de modo que os usuários precisam de tratamento médico, e não de criminalização. b Após a descriminalização, a prevalência do uso de drogas entre os jovens caiu na última década em relação a todas as drogas⁷. bEm 1977, o vício era oficialmente <u>em drogas</u> a principal preocupação política em Portugal. bUma década depois, o problema havia caído para a 13ª posição e não estava mais no topo da agenda política. b</p>	<p>[PARÁGRAFOS 18, 19 e 20]</p> <p>Portugal</p> <p>[1] <i>Em 2011, o uso de todas as drogas, e não apenas a maconha, foi descriminalizado². Os usuários não sofrem mais punição criminal apenas pelo porte. As pessoas não vão para a cadeia e não são julgadas, mas há uma punição que pode ser aplicada, deixando claro⁴ que o uso de drogas não é aprovado. O usuário é julgado por uma comissão com psiquiatras e assistentes sociais.</i></p> <p><i>A principal preocupação é compreender as necessidades das pessoas que são detidas⁵ pela polícia portando drogas para uso pessoal, avaliando que tipo de ajuda pode ser fornecida. O vício, portanto, é percebido como um problema de saúde⁶, de modo que os usuários precisam de tratamento médico, e não de criminalização.</i></p> <p><i>Após a descriminalização, a prevalência do uso de drogas entre os jovens caiu em relação a todas as drogas⁷. Em 1977, o vício em drogas era oficialmente a principal preocupação política no país. Uma década depois, o problema havia caído para a 13ª posição e não estava mais no topo da agenda política.</i></p>

OBSERVAÇÕES:**GERAIS:**

- Nota-se que, diferentemente do que observamos em relação à Parte 2, cuja elaboração do texto dava sequência à ordem dos parágrafos produzidos na Parte 1, aqui a redatora salta do 14 para o 18, 19 e 20.
- Posto que o *software* capturou um único bloco em relação à coluna 2, nesta Parte 3 não identificaremos na coluna 3 a maneira como a redatora teria organizado na sua redação final as diversas informações que o programa costuma gravar em blocos distintos.
- Houve uma reformulação feita quase imediatamente na redação – de “mostrando claramente” para “deixando claro” –, bem como uma reformulação imediata: – de “o vício era oficialmente” para “o vício em drogas era oficialmente”.
- De acordo com a captura do *software* instalado no seu computador, a redatora dedicou 4 minutos à construção dos parágrafos 18, 19 e 20.

ESPECÍFICAS:

¹ Aqui, novamente chama atenção a duplicidade do “Enter”, sugerindo que, no processo de construção textual

da redatora, ela possa se antecipar à necessidade de deixar alguns espaços em branco, ciente de que, conquanto dê continuidade ao desenvolvimento da redação, será preciso retornar a esses espaços para preenchê-los com outros parágrafos.

² Conquanto não seja uma reformulação tão imediata, é possível verificar a rápida inserção de uma informação que a redatora considerou importante: de “*o uso de todas as drogas foi descriminalizado*” para “*o uso de todas as drogas, e não apenas a maconha, foi descriminalizado*”.

³ Trecho não encontrado em nenhum dos parágrafos da redação final.

⁴ Reelaboração: de “*mostrando claramente*” (coluna 2) por “*deixando claro*” (coluna 3).

⁵ Reelaboração: de “*que são pegas pela polícia*” (coluna 2) por “*que são detidas pela polícia*” (coluna 3).

⁶ Negrinho da redatora.

⁷ Reelaboração: de “*uso de drogas entre os jovens caiu na última década em relação a todas as drogas*” (coluna 2) para “*uso de drogas entre os jovens caiu em relação a todas as drogas*” (coluna 3).

Parte 4

HORÁRIOS DE CAPTURA (Total: 24 min)	TRECHOS CAPTURADOS DURANTE A ELABORAÇÃO DA REDAÇÃO (Numerados conforme a ordem em que cada bloco foi capturado)	VERSÃO FINAL DA REDAÇÃO (Trechos numerados conforme a ordem em que os blocos capturados foram inseridos para a redação final)
2015-10-06 16:22:00	[1] [Enter] [Enter] ¹ Suíça [Enter] f Em 1990, o país sofria uma epidemia de HIV que se disseminava entre a população usuária de heroína. b Ficou claro que a repressão às drogas não era a saída ² , pelo contrário, fazia parte do problema. í e comissionário globala ³	[PARÁGRAFOS 21, 22 e 23] Suíça [1] <i>Em 1990, o país sofria uma epidemia de HIV que se disseminava entre a população usuária de heroína. Ficou claro que a repressão às drogas não estava sendo eficaz², pelo contrário, fazia parte do problema.</i>
2015-10-06 16:24:53	[2] Como presidente, Ruth Dreifuss implantou uma série de soluç~oes dramáticas contra a epidemia, inclusive a prescrição médica de seringas novas para usuários de heroína que não conseguiam deixar o vício.b Sua política foi de se aproximar das pessoas., aceitando-as como elas são. bO número de usuário de heroína com Hiv foi reduzido em 50%. <u>Em dez anos</u> , os	[2] <i>Como presidente, Ruth Dreifuss implantou uma série de soluções dramáticas contra a epidemia, inclusive a prescrição médica de seringas novas para usuários de heroína que não conseguiam deixar o vício. Sua política foi de se aproximar das pessoas, aceitando-as como elas são. [3] Ao colocar a saúde antes da punição, em dez anos, [2] o número de usuários de heroína com HIV foi reduzido em 50%.</i>
2015-10-06 16:28:25	[3] Colocando a saúde antes da punição, eAo colocarbUm mundo cheio de drogas é uma fantasia ⁴ . [parágrafo 12] bA guerra contra as drogas não acaba com o desejo que as pessoas têm pelas drogas ⁵ . [parágrafo 12] b	Holanda [5] <i>Neste país, é legal comprar e vender pequenas quantidades de maconha em cafés, mas é proibido fazer propaganda de maconha e vender drogas pesadas¹². Também não é permitido vender maconha para menores de 18 anos. É permitido ter 500 gramas em estoque no café e não se pode vender mais de 5 gramas por dia por pessoa. Na prática, os dados mostram que o consumo é comparável ao dos países vizinhos.</i>
2015-10-06 16:30:13	[4] [Enter] [Enter] ⁶ Benefícios da regulamentação ⁷ [subtítulo que antecede o parágrafo 13] [Enter] bAcreditap-seAcredita-se que a regulamentação pelo estado, com limitaç~oes muito claras, seria a solução ⁸ . b Seus benefícios financeiros também devem ser considerados.: economia com policiamento, pris~oes e cobrança de impostos ⁹ . b	
2015-10-06	[5] Em 2008, o economista de Harvard,	

16:39:02	<p>Jeffrey Maron, estimou que a regulamentação e tributação das drogas injetaria 76 bilhões de dólares ao ano na economia dos EUA. b [Enter] [Enter]¹⁰ Holanda¹¹ [Enter] É legal comprar e vender pequenas quantidades de maconha em cafés. bNão é permitido fazer propaganda de maconha. nem vender drogas pesadas¹². bNão é permitido vender maconha para menos de 18 anos. reÉ permitido ter 500 gramas em estoque. no café e não vender mais de 5 gramas por dia. por pessoa. bNão há violência no café¹³. bNa prática, os dados mostram que o consumo é comparável ao dos países vizinhos. bÉ preciso regulamentar e controlar como são produzidas e vendidas¹⁴. b e alertando sobre seus perigos¹⁵ b e educaçãob inteligentes feitasb solução seria [Enter] O perigo da droga é que acaba com o poder de decidir do indivíduo¹⁶. [Enter] [Enter] A guerra custa bilhões de dólares¹⁷ m</p>	<p style="text-align: center;">[PARÁGRAFOS 15 e 16]</p> <p><i>No entanto, a postura assumida pelos especialistas no documentário <i>Quebrando o Tabu</i> é a de que a solução seria a [4] regulamentação e a educação inteligentes feitas pelo Estado, com limitações muito claras e alertando sobre os perigos de cada droga^{8 15}. Além disso, [5] é preciso regulamentar e controlar como são produzidas e vendidas¹⁴.</i></p> <p><i>Os benefícios financeiros da regulamentação também devem ser considerados, como, por exemplo, a economia com policiamento, prisões e cobrança de impostos⁹. Em 2008, o economista de Harvard, Jeffrey Maron, estimou que a regulamentação e tributação das drogas injetaria 76 bilhões de dólares ao ano na economia dos EUA.</i></p>
2015-10-06 16:46:55	<p>[6] em Nova Iorque.é um fracasso: os gastos não são aproveitados¹⁷ [parágrafo 13],, as estatísticas mostram que há mais pessoas presas., alimenta o crime organizado em todo o mundo¹⁸ [parágrafo 13]. bestratégia de rpressãoob,j e que vão perder votosbinovar b e da necessidade de inovação¹⁹ [parágrafo 14]</p>	

OBSERVAÇÕES:

GERAIS:

- Nota-se que, na Parte 4, a redatora dá continuidade à produção dos parágrafos a partir do 20, sem saltar, inicialmente, para parágrafos à frente nem retroceder à introdução. Todavia, ao final da produção do 22 parágrafo, a redatora define o subtítulo que antecederá o texto a partir do parágrafo 13 (parágrafo este que já havia sido registrado na Parte 2, bem como o seu subsequente) e, precisamente nesse intervalo, acrescenta também o desenvolvimento do 15 e do 16. Concluídos estes, a redatora retoma a composição do parágrafo 23, sendo que, ao final dele, volta-se mais uma vez para a articulação do 15 e realiza inserções/adaptações no 13 e 14, que também já tinham sido capturados pelo *software* na Parte 2 do exercício da protagonista. Assim, mais do que a sequência como os blocos da coluna 2 da Parte 4 foram organizados na coluna 3 correspondente à versão final da redação – [1], [2], [3], [2], [5], [4], [5] –, destacamos aqui a sequência como os parágrafos foram construídos e reformulado pela redatora no intervalo de 24 minutos: § 21, § 22, subtítulo que antecede o § 13, § 15, § 16, § 23, § 15, § 13 e § 14.
- Houve uma reformulação feita quase imediatamente na redação – de “*O número de usuário de heroína com Hiv foi reduzido em 50%.*” para “*Em dez anos, o número [...]*”.
- De acordo com a captura do *software* instalado no seu computador, a redatora dedicou 24 minutos à construção dos parágrafos 21, 22 e 23.

ESPECÍFICAS:

¹ Aqui, novamente chama atenção a duplicidade do “Enter”, sugerindo que, no processo de construção textual

da redatora, ela possa se antecipar à necessidade de deixar alguns espaços em branco, ciente de que, conquanto dê continuidade ao desenvolvimento da redação, será preciso retornar a esses espaços para preenchê-los com outros parágrafos.

² Reelaboração: de “*a repressão às drogas não era a saída*” (coluna 2) por “*a repressão às drogas não estava sendo eficaz*” (coluna 3);

³ Outro registro não encontrado na versão final da redação.

⁴ O registro “*Um mundo cheio de drogas é uma fantasia*”, feito às 16h28min pela redatora, será inserido na elaboração do parágrafo 12, cuja elaboração foi capturada pelo *software* às 15h49min. Além disso, o trecho sofrerá uma reformulação: de “*Um mundo cheio de drogas é uma fantasia*” (coluna 2) por “*Afinal, um mundo sem drogas é uma fantasia*” (coluna 3).

⁵ O registro “*A guerra contra as drogas não acaba com o desejo que as pessoas têm pelas drogas*”, feito às 16h28min pela redatora, será inserido na elaboração do parágrafo 12, cuja elaboração foi capturada pelo *software* às 15h49min. Além disso, o trecho sofrerá uma reformulação: de “*A guerra contra as drogas não acaba com o desejo que as pessoas têm pelas drogas*” (coluna 2) por “*a guerra não acaba com o desejo que as pessoas têm pelas drogas*” (coluna 3).

⁶ Novamente chama atenção a duplicidade do “Enter”, sugerindo que, no processo de construção textual da redatora, ela possa se antecipar à necessidade de deixar alguns espaços em branco, ciente de que, conquanto dê continuidade ao desenvolvimento da redação, será preciso retornar a esses espaços para preenchê-los com outros parágrafos.

⁷ O registro “*Benefícios da Regulamentação*”, feito às 16h30min pela redatora, será inserido como subtítulo que introduzirá o parágrafo 13, cuja elaboração foi capturada pelo *software* por volta das 16h18min. Além disso, o subtítulo também sofrerá uma reformulação: de “*Benefícios da Regulamentação*” (coluna 2) por “*Regulamentação*” (coluna 3). Por fim, nota-se que o registro desse subtítulo faz com que a redatora interrompa temporariamente o desenvolvimento da redação, retrocedendo do parágrafo 22 para a elaboração do 15 e do 16, que ainda não tinham sido formulados.

⁸ Reelaboração: de “*Acreditap-seAcredita-se que a regulamentação pelo estado, com limita~oes muito claras, seria a solução*” (coluna 2) por “*No entanto, a postura assumida pelos especialistas no documentário Quebrando o Tabu é a de que a solução seria a regulamentação e a educação inteligentes feitas pelo Estado, com limitações muito claras e alertando sobre os perigos de cada droga*” (coluna 3).

⁹ Reelaboração: de “*Seus benefícios financeiros também devem ser considerados.: economia com policiamento, pris~oes e cobrança de impostos*” (coluna 2) por “*Os benefícios financeiros da regulamentação também devem ser considerados, como, por exemplo, a economia com policiamento, prisões e cobrança de impostos*” (coluna 3).

¹⁰ A duplicidade do “Enter”, já mencionada.

¹¹ A redatora retoma a redação a partir do parágrafo 22, após a interrupção para a definição de subtítulo e elaboração dos parágrafos 15 e 16.

¹² Reelaboração: de “*É legal comprar e vender pequenas quantidades de maconha em cafés. bNão é permitido fazer propaganda de maconha. nem vender drogas pesadas*” (coluna 2) por “*Neste país, é legal comprar e vender pequenas quantidades de maconha em cafés, mas é proibido fazer propaganda de maconha e vender drogas pesadas*” (coluna 3).

¹³ Informação não utilizada na redação final.

¹⁴ Em “*É preciso regulamentar e controlas como são produzidas e vendidas*” (coluna 2), a redatora, após a conclusão do parágrafo 23, retoma a elaboração do 15.

¹⁵ Reelaboração: de “*alertando sobre seus perigos*” (coluna 2) por “*alertando sobre os perigos de cada droga*” (coluna 3).

¹⁶ Informação não utilizada na redação final.

¹⁷ O registro “*os gastos não são aproveitados*”, feito às 16h46min pela redatora, será introduzido no parágrafo 13, cuja elaboração foi capturada pelo *software* por volta das 16h18min. Além disso, ele também sofrerá uma reformulação: de “*os gastos não são aproveitados*” (coluna 2) por “*os gastos, que ultrapassam milhões de dólares, não são aproveitados*” (coluna 3).

¹⁸ O registro “*as estaísticas mostram que há mais pessoas presas., alimenta o crime organizado em todo o*

*mun*do”, feito às 16h46min pela redatora, também será introduzido no parágrafo 13, cuja elaboração foi capturada pelo *software* por volta das 16h18min. Além disso, ele também sofrerá uma reformulação: de “*as estaísticas mostram que há mais pessoas presas., alimenta o crime organizado em todo o mundo*” (coluna 2) por “*Além disso, as estatísticas mostram que há mais pessoas presas e que, com a guerra às drogas, o crime organizado é alimentado em todo o mundo*” (coluna 3).

¹⁹ O registro “*bestratégia de rpressãobj e que vão perder votosbinovar b e da necessidade de inovação*”, feito às 16h46min pela redatora, será introduzido no parágrafo 14, cuja elaboração foi capturada pelo *software* por volta das 16h07min. Além disso, ele também sofrerá uma reformulação: de “*vão perder votos*” (coluna 2) por “*e que provavelmente vão perder votos*” (coluna 3).

ANEXO I

- *Transcrição integral da autoconfrontação realizada com a redatora em 25 de outubro de 2015.*

TRANSCRIÇÃO DA AUTOCONFRONTAÇÃO REALIZADA EM 25 DE OUTUBRO DE 2015

1. Perguntei a respeito de como foi produzir cada um dos textos a partir das prescrições recebidas.

(00'39'') “O primeiro foi muito difícil, porque... por mais que eu saiba quais são os argumentos a favor da redução, é... eu acho que eu não tinha um suporte, eu não tinha conteúdo pra escrever uma redação inteira só da minha cabeça. E... e acho que não tinha argumentos de autoridade, porque pra mim não são argumentos, pra mim não são válidos. Então, eu precisava achar coisas mais fortes, como leis, como pessoas com alguma autoridade, ou autoridade do seu lado ideológico, pra me apoiar, porque sozinha eu não ia conseguir escrever. E, antes de escrever, eu até perguntei pro Diego que eu podia procurar. Ele: “Ah, vai ver Reinaldo de Azevedo, vai ver Coronel Telhada...”, e falou vários nomes: Rodrigo Constantino... Que são pessoas que eu sinceramente eu não leio. Eu sei quem são, sei o que dizem, porque tá todo mundo reproduzindo o discurso deles. Mas eu mesma não tinha lido. Tinha lido uma coisa ou outra do Reinaldo de Azevedo, e só. Então, eu já fui direto neles quando comecei a pesquisa. E... procurar os argumentos. E também havia um texto... Quando eu tava trabalhando no cursinho, uma das aulas foi sobre... Eu tinha que assistir às aulas de redação, pra minha correção não ser diferente do que o professor tava falando, porque tinha várias regras lá. E aí uma das aulas foi sobre a redução da maioria penal e, embora o professor fosse contra, ele tinha que dar os argumentos a favor também. E aí tinha um texto... que era... do Alberto Fraga... foi o texto que ele usou como base a favor da redução. Então, eu reli esse texto e também usei como base para escrever o artigo. E, conforme eu fui escrevendo, conseguindo os argumentos... Mesmo sem acreditar em nada do que eu tava escrevendo, no fim das contas eu olhei e pensei: “É, eu acho que pra proposta, que é levar pros alunos e mostrar o outro lado, serve”. Serve, porque tem um embasamento, tem a lei, tem esses autores. Então, acho que, pra proposta, ele vai servir. E... enfim...

Nem eu acreditava no texto depois que eu terminei de ler. Mas... tá. Vamos ser democráticos e mostrar os dois lados, e tá certo. Numa escola, no cursinho, na faculdade... tem que mostrar os dois lados.

O [tema do segundo artigo] também foi difícil, porque é um tema que eu não tenho a menor familiaridade. Eu acho que eu fui muito baseada nos que já estavam prontos, e tomando o maior cuidado pra não deixar exatamente igual, mas também sem saber como fazer muito diferente daquilo, porque nesse texto não tinha como criar nada, não tinha como... é... como desenvolver tanto quanto esses dois, que são mais polêmicos, que, mesmo que não eu não concorde, dá uma louca assim... eu consigo encarnar a pessoa que eu não sou e escrever sobre isso. Mas esse não tem a menor condição, esse não tem ideologia envolvida, não tem questões sociais, nada disso. E... e também eu senti uma carência de fontes mais confiáveis pra encontrar informação sobre isso. E... também não sabia, além da internet, onde mais eu poderia procurar informações pra escrever esse artigo. Isso também eu senti uma dificuldade. Tanto que eu mesma não fiquei satisfeita com ele. E pra mim não diz nada também. Porque é um problema que não me diz respeito e porque... enfim... por não ter familiaridade com esse tema.

E o último foi o que eu mais gostei, porque é um assunto que pra mim é importante. Eu já tinha visto esse documentário, estava com ele fresco na cabeça. Também tem outro documentário, só que eu acabei só vendo depois. Não vi antes, então não consegui usá-lo, mas é muito bom. Chama 'Cultura Chapada'. Que também fala sobre a guerra contra as drogas, mas ele foca mais na maconha. Porque o 'Quebrando o Tabu' é drogas no geral. Ele fala sobre a maconha, claro, mas não foca, não se centra na maconha, e o 'Cultura Chapada' sim. Só eu não vi há tempo. E como é um assunto que me diz respeito, e eu tenho um posicionamento, eu sou a favor da descriminalização, já me deu um conforto poder falar dos dois lados; já foi mais confortável. Porque, eu entendo o argumento de quem é contra, muito mais facilmente do que o de quem é a favor da redução da maioria penal. Mesmo assim, me vejo na luta a favor da descriminalização. Mas pra mim é mais fácil entender quem não é. Quem não é, quem nunca teve contato com droga, quem tem essa visão bem distante, que todo mundo que fuma é maconheiro e necessariamente vai avançar pra drogas mais pesadas. E, por mais que eu tenha lido e visto o documentário, é um assunto que pra mim é mais fácil de discutir. Eu poderia ter começado ele sem olhar nada. Seria muito mais fácil desenvolver. Mas... eu não consigo escrever um texto sem colocar fonte... Porque, por

mais que eu tivesse desenvolvido ele sem olhar nada, eu sei que tudo que eu falei ali eu vi em algum lugar. Não fui que criei, não fui eu que inventei, não fui eu que descobri. E... eu acho que... tanto esse como o da redução da maioria penal, eles vão ser exibidos numa sala de aula, é importante que eles tenham dados que não foi o autor que pôs ali, que criou. “Eu tô falando isso porque um especialista disse isso”. Ou, mesmo que eu não esteja de acordo, não fui eu que inventei. E... não sei... imaginei que quem tivesse interessado pudesse ir atrás dessas fontes, desse documentário pra expandir o conhecimento sobre esse assunto. E esse foi, pra mim foi o mais fácil de desenvolver, acho que foi até o que ficou mais longo, né? Acho que é isso, basicamente.

2. Intervim: “Então, em relação ao texto 1, você é contra a redução da maioria; em relação ao 2, você não tem um posicionamento, porque não é um problema que a afete; e, em relação ao 3, você é a favor da descriminalização das drogas...”

(08’25’’) Sim. O do [tema do segundo artigo] não é que não me afeta, é que eu tenho um posicionamento que não se deve abusar de remédios, que se deve levar uma vida saudável, no máximo usar medicina homeopática. Mas não era esse o ponto. Então, o ponto principal não me afeta. Então, era difícil desenvolver alguma coisa além daquelas informações que eu tinha, e as informações que eu tinha eram muito limitadas, de sites que não me pareciam muito confiáveis.

3. Você acredita que conseguiu ser “imparcial” durante a produção dos textos?

(09’16’’) Não, não acho que tenha conseguido. Talvez, um leitor mais desavisado leia esse e ache até que eu possa ser a favor da redução. Mas... eu acho que tem como encontrar vestígios da minha posição, e nesse aqui mais ainda. Não acho que esteja imparcial.

4. E, sobre esses “vestígios” que o leitor pode encontrar, eles foram deixados por você propositalmente?

(09’48’’) Não. Eu me esforcei pra buscá-los. Mas... Depois de pronto, que eu já tinha mandado pras professoras, lendo de novo, eu vi: “Não, aqui ficou... Deixei uma pista aqui...”

5. No questionário, eu perguntei pra você como seria (ou era), na elaboração de um texto, defender um posicionamento do qual você discordasse, e você comentou que ainda não tinha passado por essa experiência. Em relação ao texto 1, como foi produzir algo do que você discordasse, agora que você já tem essa experiência?

(10'40'') É difícil, porque... É difícil, mas ao mesmo tempo é necessário. Por exemplo... Nessa proposta, eu não estava escrevendo um texto que iria pra um site, defender o posicionamento de uma empresa pra qual eu estou prestando serviço, por exemplo. Ele vai pra uma escola, pra professora mostrar os dois lados pros alunos. Então, pensando na finalidade do texto, no destino dele, não foi... amenizou esse conflito interno de escrever sobre uma coisa que... da qual eu não sou favorável. Mas, talvez, se tivesse que realmente fazer isso por alguém que vai contar num site pra veiculação pra muitos leitores lerem, isso seria terrível pra mim...

5.1 Impediria você de fazer esse trabalho, ou não?

(11'43'') Eu acredito que sim, de seguir com ele. Talvez eu fizesse uma vez, duas... mas depois não... Tanto que, eu trabalhei lá no cursinho, eu não cheguei a sair por causa disso, mas, acho se eu não tivesse saído pela mudança que eles fizeram... porque eu podia trazer pra casa as redações. E aí chegou um momento que eles falaram que tinha mudado o sistema e eu tinha que corrigir lá. E, como eu ainda trabalhava na [nome da empresa], eu pensei... “Ah, não vou dar conta de trabalhar em dois lugares fora”. Porque as redações eu trabalhava aqui. Mas me incomodava muito o ambiente. Porque era... alunos que vão prestar a FGV, então era aluno com muito dinheiro, numa sala de 100 pessoas, 99 brancos e 1 negro, e os comentários dos alunos, o ambiente... não sei... eu não me sentia bem lá, e eu tinha que ver aula toda segunda-feira. E uma vez, a coordenadora que me treinou falou que... ela dava plantão... E eu nem tinha topado fazer plantão; só correção. E ela dava plantão, e uma vez ela tava conversando com um aluno que sempre fazia plantão com ela, e ela falou que sempre tinha feito escola pública, e no plantão seguinte ele não quis mais fazer com ela. Ele foi fazer com outra plantonista. E essas coisas me incomodavam bastante. Não sei... é... eu tinha escolha, né? Eu podia escolher sair de lá, porque eu tinha opção. E com a redação talvez fosse a mesma coisa. Se eu não tivesse outra opção, financeiramente falando, outra fonte de renda, ah... paciência... Vou ter que escrever essas coisas das quais eu discordo e tudo bem. Mas, tendo a opção, eu prefiro não.

5.2 Mas chegou a gerar um mal-estar em você?

(13'37'') Não, não me gerou um mal-estar... Me gerou uma surpresa por eu ter conseguido produzir isso. Fiquei surpresa. E, depois, uma preocupação de não querer vincular com o meu nome. Não fui eu que escrevi isso.

5.3 Manifestei surpresa: “Nossa, eu não tinha pensado nisso... Porque eu imagino que as professoras vão apresentar os textos como sendo delas... Se tivesse essa questão de apresentá-la como autora, você se incomodaria?”

(14'06'') Sim. Isso sim.

5.4 E em relação ao último texto?

(14'12'') Não, aí eu não teria problema com isso.

6. Já aproveitando o gancho, vamos falar, então, a respeito de o seu texto ser apresentado como de autoria de outras pessoas. Em relação ao terceiro, do qual você gostou, você se incomoda como o fato de ele ser apresentado como sendo de autoria da professora?

(14'30'') Não... Não, porque, como eu falei, eu sei que as ideias que estão aí não são minhas. Eu me apropriei delas, organizei elas de uma determinada maneira, numa lógica interna que você tá estudando aí, e escrevi. Agora, se eu tivesse fazendo um trabalho de mestrado, um trabalho de doutorado, que envolve pesquisa, que envolve descobertas minhas, como você tá fazendo, aí obviamente eu queria que a autoria fosse reconhecida. Porque, por mais que você esteja se baseando em outros autores e trabalhando em cima de textos meus, tem claramente um trabalho **seu**, de raciocínio seu e de autoria sua nesse trabalho. Então, não faz sentido ele ser publicado em nome de outra pessoa. Aqui não... Aqui, são só informações que, se você fizer uma pesquisa rápida na internet, você encontra. Não são minhas. O meu trabalho foi de organizar, estruturar essas ideias, de uma forma que todas elas num texto e articuladas.

6.1 E você acha que o seu trabalho como produtora desse texto deveria ser reconhecido pelo modo como você articulou isso?

(15'43'') Sim, isso sim. Mas não me incomodaria se ele não fosse vinculado ao meu nome, se fosse apresentado como dela. Não me incomodaria. Eu sei que eu fiz.

7. Fiz alguns apontamentos meus. Recortes do que observei, incluindo a orientação de que ela buscasse figuras de autoridade. Do texto 1, mencionei as 4 páginas e a antecipação de Aline quanto a não conseguir falar de algo tão polêmico em 2 páginas. Qual seria a dificuldade pessoal em seguir essa prescrição à risca? O que, efetivamente, a tinha motivado a se antecipar acerca dessa questão? O tema?

(17'51'') Talvez uma dificuldade de síntese minha, mas acho que principalmente por causa do tema. No caso do remédio, mesmo que eu tivesse que fazer 1 página, seria tranquilo. Porque não tem discussão. E o da redução, principalmente porque, por não ser um tema, por não ser uma prescrição que eu domine, que era defender, eu sabia que eu ia ter que me basear em outras pessoas, eu sabia que eu ia ter que procurar dados, e eu não conseguia imaginar colocar tudo isso... Porque eu tinha que me convencer enquanto eu tava escrevendo. Com 2 páginas eu não ia me convencer. Se eu não me convengo, eu não ia conseguir convencer os outros. Então, eu acho que foi mais isso. Talvez se você falasse: “Escreva um texto a favor da descriminalização das drogas”, eu conseguiria fazer em 2 páginas, conseguiria seguir isso, porque eu facilmente iria me convencer.

8. Eu ia falar isso em relação ao 3... Porque você recebeu a mesma orientação... Você não conseguiria sintetizar tanto em razão de precisar abordar o posicionamento contrário?

(19'26'') É... tinha os prós e contras... Então... Acho que não conseguiria fazer em 2 páginas isso...

9. Comentei que o texto 1 tem início no parágrafo 8; o 3, no 5... Em nenhum dos textos ela começou pelo parágrafo de introdução. “A ideia que a gente aprende a vida toda, de introdução desenvolvimento e conclusão, na verdade, não é uma regra. No seu caso, é uma marca sua ou foi algo pontual em relação a esses textos dados os temas?”

(22'20'') Acho que é uma marca minha. No fim das contas, eu procuro fazer introdução, desenvolvimento e conclusão. A produção, o processo... Eu acho que, para qualquer coisa que eu escrevo, primeiro eu pego os dados. Vejo o que eu vou usar, o que eu não vou usar. Faço o desenvolvimento... Porque às vezes... Já aconteceu de eu fazer a introdução e depois, quando eu percebo, o desenvolvimento não tem nada a ver com a introdução porque a discussão cresceu tanto ou foi para um outro lado que eu não imaginava. Em trabalhos da faculdade, por exemplo, acontecia isso. Então... É regular

até, eu sempre pegava uma página no Word e ia colocando tudo o que eu ia usar como dado. Depois eu ia vendo onde ficava melhor cada um pra seguir... Aí sim seguir uma linearidade na hora do resultado. Mas, pra produzir, não...

10. Em relação ao texto 1, por exemplo, aquela parte do Coronel Telhada em que ele está dizendo alguma coisa e você vai se apropriando daquilo para fazer a construção, eu não vi de onde você extraiu essa informação. Você se lembra de onde você tirou?

(23'57'') Era no vídeo que ele tava num debate com a Luciana Genro. Eu tava escutando o vídeo e anotando o que eu achava que era pertinente pra redação. Eu fui extraindo informações enquanto eu escutava. E nem mesmo a extração, enquanto eu estava digitando, ficou exatamente igual ao que a pessoa falou. Já no meu rascunho já tá diferente, depois, quando entra no texto, também já tá diferente. Mas aí acho que já ia ficar muito longo pra você escutar os vídeos e enfim... Pra comparar as minhas alterações.

11. Além de não haver linearidade durante o processo de produção, notei que os próprios parágrafos também sofrem uma série de intervenções. Como você vai construindo os parágrafos, conscientemente?

(25'43'') Bom, eu tenho a informação... Aquela série de informações que eu fui coletando... Mas eu não sei, conscientemente, que processo que eu usei pra escolher que informação que ia, qual informação que não ia e... De repente, o que eu acrescentei às 18h30 foi um *insight* que eu tive e achei interessante, mas talvez não desse ensejo prum novo parágrafo e cabia bem naquele. Mas não foi... Não foi de caso pensado, acho.

12. Outra coisa que observei é que, diferentemente do que ocorre nos trabalhos operacionais, em que tudo é mais especificado, não existe uma regularidade de tempo na elaboração de cada parágrafo. Percebi que os parágrafos iniciais têm um tempo maior de produção. Você atribui isso a quê? A não saber exatamente como começar o texto?

(28'30'') Sim.

12.1 Tem uma média de quanto tempo você leva pra cada artigo? Quando alguém te passa uma demanda, você já imagina quanto tempo vai levar pra produzir um texto? Ou você nunca sabe de quanto tempo vai precisar?

(28'50'') Às vezes eu faço uma estimativa, mas eu... Não funciona. Às vezes eu acho que vou levar mais tempo e levo menos, ou o contrário. Esse aqui, o da descriminalização, eu achei que eu ia levar mais e acabei levando menos tempo do que eu imaginava. Se eu não me engano, foram três horas, eu acho, nesse aí.

13. Durante seu processo de escrita, algumas coisas você reformula só depois, de fato, mas outras coisas são muito imediatas. Isso é consciente da sua parte? Você se detém a essas reformulações e antecipações? O que te faz corrigir imediatamente? Ou você não se dava conta disso?

(31'02'') Eu me dou conta. Agora, é difícil lembrar todas as razões, por isso que, se tivesse gravado, talvez eu me lembrasse. Porque eu não lembro o que vem antes e o que vem depois. Muita coisa é pra evitar repetição, por isso até que eu acesso o Dicionário de Sinônimos ou o Caldas Aulete, mas geralmente o de sinônimos, porque o Caldas tem o significado, não tem outras palavras. Mas, por exemplo, aí porque eu acho que “assassino” tinha ficado muito forte, e talvez “criminoso que tenha cometido assassinato”... É a mesma coisa, mas, pra mim, discursivamente não... Um **criminoso** que cometeu um assassinato, não um assassino.

13.1 Qual seria o problema de haver repetições no seu texto? Você não acha adequado estilisticamente? É uma prescrição sua?

(32'07'') Sim, porque eu prezo por um vocabulário amplo. Porque eu sempre tenho essa preocupação, inclusive quando eu tô revisando textos dos outros, de buscar sinônimos: “olha, você já usou essa palavra três vezes nesse parágrafo, que tal usar um sinônimo?”. É uma preocupação minha.

14. Há reformulações que marcam alterações de ordem discursiva entre o que você escreveu primeiro e a versão final, e há outras que parecem ter uma preocupação sua em ser didática ou bastante clara. O que motiva você a fazer essas reformulações?

(35'42'') Não deixar lacunas. O texto se autossustentar, para a pessoa não ter que parar e “ah, mas o que que é isso?”. Nesse texto e no terceiro, que eu sabia qual

seria o propósito, eu não sei se você... Constatou isso nesse, nesse eu já não saberia explicar.

14.1 Mas você acha que isso é uma característica sua ou você considerou o tipo de público para o qual esse texto se destinava?

(37'33'') Eu acho que é uma característica minha também. De ler o parágrafo e perguntar... “Mas o que é essa convenção?”. Ah, então deixa eu já esclarecer o que é essa convenção, porque, se a pessoa não souber, vai ficar essa dúvida... Sabe? “Ah, o que é esse ‘Quebrando o Tabu?’”. Ah, é um documentário... Então... É brasileiro, é... Enfim... Eu me antecipo até ao que eu mesma perguntaria se eu tivesse lendo aquele texto, me coloco como a leitora... E que isso não é um fragmento, isso não é uma notícia, como... As notícias que saem, que tem cinco parágrafos e já tá em andamento e você, pra entender, tem que ler a anterior e a anterior até chegar na origem para saber que que aconteceu. Não, era uma coisa mais elaborada, e evitar que a pessoa tivesse que interromper a leitura pra ir descobrir o que que é aquilo.

14.2 E essas notícias, em que uma já é o andamento da outra, te causam algum incômodo?

(38'35'') Ah, causam... Porque... Principalmente porque às vezes eu fico muito afastada de notícias... Eu fico às vezes dias, semanas sem ver uma notícia... E aí, de repente, “tá, deixa eu dar uma olhada, me atualizar”. E aí eu entro em alguma coisa e pego o bonde andando e principalmente em jornais de grande circulação, eles não fazem uma introdução de o que que aconteceu, já começam do meio, e aí eu “ai, caramba, mas que que foi isso?”, aí volto e volto e volto e volto até “ah, agora entendi”. Isso me incomoda, porque são retalhos, retalhos.

15. Ainda quanto às suas reformulações, a impressão que eu tive foi de que você tem uma preocupação com estilo. O seu texto não é difícil, não há um excesso de rebuscamento, mas há um primor com a elaboração. Também é uma marca sua melhorar tudo o que pode ser substituído por algo um pouco mais sofisticado?

(41'55'') Talvez não só sofisticado, mas adequado ao vocabulário, à proposta, a tudo... Ao contexto.

16. Daquilo que foi originalmente capturado para a versão final, em alguns trechos, me parece que existem marcas mais taxativas da sua parte, como se você estivesse tentando se convencer e convencer outras pessoas. Foi isso que você tentou fazer?

(43'43'') Sim. E evitar transparecer a minha posição. Acho que principalmente isso. Não só tentar tirar as marcas da minha posição, como inserir marcas do posicionamento contrário.

17. Sobre o “é *sim* uma demanda legítima”. Essa intervenção você fez de maneira consciente?

(44'22'') Foi. Porque eu tenho o argumento contrário, então ele tava refutando o **meu** argumento, que é: não, nem sempre a vontade do povo é legítima, porque às vezes o povo não saber o que ele tá querendo, ele não sabe quais vão ser as consequências... Não pensou criticamente isso... E pra mim é um argumento que se sustenta. E eu tinha que me convencer de que não... Não se sustenta esse argumento, o **meu** argumento.

18. Sobre as contrapartidas da prescrição. Além da questão das páginas, você tinha recebido a instrução de pesquisar opiniões de quem apresentasse dados consistentes, e aí me chamou muito atenção quem foram as figuras de autoridade que você mencionou. Você citou três autores que são da Revista Veja e dois coronéis. Por que a escolha dessas figuras?

(46'00'') Eu vou ter que falar um pouco de mim pra poder explicar isso. Eu era uma pessoa completamente alienada até pouco tempo atrás. Aliás, quando eu entrei na faculdade eu não fazia ideia do que tava acontecendo... As coisas começaram a acontecer comigo já na faculdade, eu acho que principalmente depois das manifestações de 2013... Que... E depois eu comecei a namorar o Diego e ter conversas com ele e ter acesso aos textos que ele lê e às informações que ele tem... Ele estuda ciências sociais na USP... Então, assim, mudou muito, **muito** a minha vida, porque eu era... Era outra pessoa. E... É recente o meu interesse por esses assuntos, é bem recente. E ainda não é totalmente trabalhado, refinado, e eu preciso de ajuda ainda pra articular coisas nesse sentido... Então... Quando eu recebi as instruções desse artigo, eu já tinha bem clara a minha posição, os meus argumentos e tudo... E... E eu tive que perguntar pro Diego: me fala pessoas de autoridade que defendem a redução, mas assim, nomes que são levados a sério, por quem acredita nisso, porque eu, eu realmente não sei. Perguntei pra ele: o

Reinaldo de Azevedo, ele é uma autoridade? Ele falou: é! Pra direita ele é! Então falei: tá bom, então é isso que vou buscar. E... E coronéis porque, pra quem tá defendendo ordem e “bandido bom é bandido morto”, pra essas pessoas, os coronéis são autoridade, pras pessoas que tão pedindo a volta da ditadura, os coronéis são autoridade... Pra mim, eu não sei exatamente que espécie de autoridade é essa, mas são... São argumentos que eles tão levando em consideração. Como... Ontem no Enem que saiu aquela questão de gênero, você chegou a ver? Tem uma questão lá sobre... que mulher não nasce mulher e enfim... E aí hoje já o Malafaia já escreveu um texto gigante no Facebook sobre como o PT tá doutrinando, eu fico imaginando a Dilma fazendo as questões do Enem, e “nossa, vamos doutrinar! O comunismo! O socialismo!”. E ele puto da vida fazendo aquela postagem e os comentários são os que mais doem, de “ah, você devia ser presidente, você que devia nos representar” e enfim... Então tem que ver, pra mim, Reinaldo de Azevedo não tá no mesmo patamar que uma autoridade pra mim que eu defendo... Sei lá, o Safatle... Mas pra quem acredita nele, ele é... Então é mais isso... Eu fui atrás deles... E também porque não tem informação, não tem textos, digamos, mais elaborados em outros veículos além da Veja. Não tem grandes... artigos ou matérias desenvolvidos com muitos argumentos... Defendendo a redução em outros veículos que não seja a Veja. Existem, mas são... Menos trabalhados. Foi por isso que escolhi... E eu até perguntei pro Diego: mas não tem outra revista, outro lugar, além da Veja, que eu possa encontrar informações? E ele: não, é a Veja. Não tem textos melhores? Não, esse é melhor que você vai encontrar de argumento pra defender isso. Bom, eu confiei nele porque eu tenho certeza que ele sabe mais do que eu nesse sentido.

19. E qual é a sua opinião sobre a Veja?

(51’36’’) Olha, do que eu conheço... Eu não consigo ler, não consigo terminar de ler uma matéria. É extremamente tendenciosa **sim**, mas eu acho que toda revista é tendenciosa. Cê lê Carta Capital, ela é tendenciosa também. Mas eu acho que a Veja é tendenciosa de uma forma... De má-fé, muita má-fé. É isso que eu sinto.

20. Quando você estava escrevendo e recorreu a essas autoridades, passou pela sua cabeça que um aluno mais atento, que saiba que essas autoridades são alvos de crítica e que são ridicularizadas por quem não concorda com elas, vai ter essa percepção de que o que você está dizendo no texto não deve ser levado a sério? Ou não?

(52'35'') Não, não pensei nisso quando escrevi, não. Eu tenho essa consciência de que é de... de uma pessoa que conhece um pouco mais, mas não pensei num aluno pensando isso enquanto lê.

21. Você inicia o texto da redução falando da Constituição Federal, que diz que o menor é inimputável perante a lei porque não tem maturidade mental para responder pelos seus atos. E aí, na sequência, você usa “os crimes cometidos antes da maioria têm sim uma contrapartida”. E lá no final você usa “isto é sim um anseio legítimo da sociedade”.

(53'50'') Mas aí eu acho que tem um papel diferente esse “sim”. Porque... Por mais que eu fale... Eu tô falando que a Constituição diz **isso**, mas, apesar dela dizer isso, tem uma contrapartida. Não é como... Reforçando, como no final. Tem um papel diferente esse sim.

21.1 Me pareceu a marca do seu posicionamento...

(54'32'') Não... Não foi nesse sentido... Foi de que a lei tá dizendo que eles são inimputáveis até os 18 anos, mas, na verdade, não estão, porque eles já têm uma punição, já têm... Fundação Casa pra esses casos. Então não é bem assim... Não é que até os 18 nada aconteça. Acontece **sim**.

22. Comentário sobre Constituição x Rodrigo Constantino

(56'50'') E teve até outra pessoa que eu queria usar, mas é que eu não encontrei nada que ele falasse sobre isso, que era o Olavo de Carvalho... Mas não encontrei ele falando sobre a redução... Foi descartado.

23. Por que você usou ilustrações, que não estavam nas prescrições?

(59'18'') Porque eu sei que eles, como alunos, talvez... Ter uma imagem chame mais a atenção... É... Acho que porque eu sabia quem era o público e talvez me coloquei no lugar desse público e me lembrei, lembrei de mim na fase de vestibular e que é

interessante porque geralmente cai em vestibular, cai no Enem... Você ter uma leitura de charge, de imagem, de infográfico, esse tipo de coisa e... E não sei, acho que para não ficar tão cansativo pra ler... Pra deixar mais interessante, não sei...

24. E teve algum critério para os negritos?

(1'03''20) Via de regra, é a palavra-chave do parágrafo, a expressão-chave do parágrafo. Mas aqui, por exemplo, nesse aqui... É... Eu começo falando da lei... Só que... A lei não é o tema da redação, então achei que na introdução seria importante eu grifar, eu dar um destaque tipográfico no que seria o tema da redação, porque eu não... Não tá no primeiro parágrafo, não apresentei o tema da redação no primeiro parágrafo. E nos outros, é mais para dar um destaque na ideia-chave do parágrafo. Não faço em todos os parágrafos. E também... Nesse aqui, especificamente... Porque eu acho que o único... O principal argumento que dá pra desenvolver a favor da redução da maioria penal é esse da vontade do povo, então eu quis dar destaque pra isso... O povo quer... Se a vontade social quer, se todos querem, por que não? Por que insistir em... Se a gente vive numa democracia, e democracia é a vontade do povo... Por que a gente não vai fazer a vontade do povo? Então eu acho que é como... Batendo nessa tecla, nesse caso especificamente. Acho que as duas coisas também... As imagens e os negritos são como também como recursos pra que não seja um texto corrido e... Estático e... É isso e pronto. Eu acho que dá... Talvez dê até o que pensar pra quem tá lendo justamente porque tem um negrito aqui. Ou no terceiro, da descriminalização, também são... São expressões que podem... Gerar curiosidade e a pessoa ir buscar... O que que é a guerra contra as drogas? O que que é essa convenção sobre substâncias? O que que é essa comissão global?

25. Em relação ao texto 3... Você defende a posição de quem é a favor e de quem é contra a descriminalização das drogas. Você acredita que você deu o mesmo espaço para cada uma?

(1'11''56) Não. Não, porque eu fiz um tópico inteiro sobre guerra contra as drogas. Não foi proposital, foi como... Eu não tinha muita opção, da mesma forma como o da redução... Por exemplo, não tem um documentário – busquei – não tem um bom documentário contra a descriminalização das drogas, com tantos argumentos, com tantos números, com tantos dados, como o “Quebrando o Tabu” ou o “Cultura

Chapada”... Não tem... Grandes textos e pesquisas tão elaborados quanto os que são a favor da descriminalização... Então por falta de dados também...

25.1 E para você fica claro qual o posicionamento do “Quebrando o Tabu”?

(1’12’’47) Ah, é a favor da descriminalização... É bem claro... Deixa bem claro...

26. Algumas vezes você deixou espaço, seria para acrescentar algo posteriormente?

(1’15’’58) Sim... É, porque eu tava ouvindo do documentário e coletando as informações e colocando elas como em blocos de... Porque acho que de alguma forma tinha na minha cabeça mais ou menos como eu ia estruturar, então... Uma introdução sobre a relação com as drogas no mundo desde os anos 60... Depois argumentos contra e argumentos a favor, então... De alguma maneira eu fui... Não tava tão linear, mas fui organizando... Ah, no começo vai ser isso... No meio vai ser aquilo... E no documentário vai e volta... Então conforme eu ia escutando no documentário... Ah, essa informação é importante pro contra... Essa informação é importante pro pró...

27. Você digitou “um mundo cheio de drogas é uma fantasia” e na versão final do texto ficou “afinal, um mundo sem drogas é uma fantasia”.

(1’18’’35) Na primeira versão tá “um mundo cheio de drogas”? Ah, então eu digitei errado... Porque... No documentário, ela fala... A especialista fala “um mundo sem drogas é uma fantasia”. Eu digitei errado... Porque ela fala sem drogas... Porque ela justamente tá defendendo isso: não adianta continuar com a guerra contra as drogas porque não tá funcionando... e nunca vai existir um mundo sem drogas... Erro de digitação.

27.1 Pensei que tivesse sido uma apropriação sua...

(1’19’’03) Isso pode ter acontecido em alguma outra situação, mas nessa, especificamente, a especialista fala que é um mundo sem drogas... Até porque não faria sentido “um mundo cheio de drogas é uma fantasia”, porque já é, né?